Mario de Halbert Ramos
BRAZIL

LIÇÕES

DE

HISTORIA DO BRAZIL

PROFERIDAS NO INTERNATO

DO

IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO II

PELO RESPECTIVO PROFESSOR

Dr. Luis de Queirós Mattoso Maia

2.ª EDIÇÃO

CORRECTA E AUGMENTADA

RIO DE JANEIRO
B. L. GARNIER. — Livreiro-editor
71 RUA DO OUVIDOR 71

1886

t261

Os exemplares não rubricados e numerados pelo autor e editor serão considerados falsificados, e sujeitos á penalidade da lei.

N. 1146. Dr. Mattoso Maia

B. L. Garnier.

A SUA MAGESTADE IMPERIAL

O SR. D. PEDRO II

Senhor

Dignai-Vos acceitar este livro como uma fraca, mas sincera prova do respeito e dedicação, que ao mais Illustrado e Magnanimo dos Monarchas tributa

O mais reverente dos seus subditos

Luis de Queiroz Mattoso Maia.

Parecer—A 1.ª secção do conselho litterario a que foi presente a obra intitulada—*Lições de Historia do Brazil pelo Dr. Luis de Queirós Mattoso Maia* pela leitura e confrontação com outros compendios da mesma materia, considera a referida obra como o melhor compendio de Historia do Brazil até hoje publicado, e é de parecer que seja approvado para uso dos estabelecimentos de instrucção secundaria da Provincia, ficando porem a sua admissão definitiva dependente das formalidades legaes.

Recife, 12 de Maio de 1881. — Ezequiel Franco de Sá, relator, Francisco da Silva Miranda.— Approvado pelo Conselho litterario em conferencia de hoje.

Inspectoria Geral da Instrucção Publica de Pernambuco, 16 de Maio de 1881.— João Barbalho.— Conferi, Portocarrero.

INDICE

LIÇÕES		PAGINAS
I.	— Considerações preliminares. — Descobrimentos marítimos dos Portuguezes	9
II.	— Descobrimento do Brazil	14
III.	— Primeiras explorações	23
IV.	— Christovão Jacques, e Martim Affonso de Souza	35
V.	— Povos que habitavam o Brazil na época do seu descobrimento. — § I. Ethnographia, lingua e período da civilisação dos Indios	41
	§ II. Tabas, ou aldêas; usos, armas e costumes dos indios	52
	§ III. Religião, fórma de governo, guerras, e matança de prisioneiros	58
VI.	— Systema de colonisação do Brazil empregado por D. João III. — Capitanias hereditarias	64
VII.	— Estabelecimento de um Governo Geral no Brazil. — Thomé de Souza, 1º Governador Geral. 1549-1553.	74
VIII.	— Segundo Governador Geral. D. Duarte da Costa, 1553-1558	83
IX.	— Mem de Sá. 3º Governador Geral, 1558-1572	90
X.	— Divisão do Brazil em 2 Governos, e subsequente reunião em um só. — Dominio hespanhol, 1573-1581.	99
XI.	— Dominio da Hespanha: considerações geraes. — Estado em que se acha o Brazil em 1581	106
XII.	— Governo interino da Junta, 1581-1583, — Manoel Telles Barreto, 1583-1587 — Governo interino de uma segunda Junta, 1587-1591	112
XIII.	— D. Francisco de Souza, 1591-1602, e Diogo Botelho, 1602-1607: setimo e oitavo Governadores Geraes	117
XIV.	— D. Diogo de Menezes. — Nova divisão do Brazil em 2 Governos e subsequente reunião em um só, 1º de Janeiro de 1617. — Os Francezes no Maranhão	125
XV.	— Primeira invasão dos Hollandezes: — perda e restauração da cidade da Bahia, 1624-1625	130
XVI.	— Segunda invasão dos Hollandezes: — perda de Olinda e do Recife: — historico da guerra até á retirada de Mathias de Albuquerque, de 1630-1635	135
XVII.	— Segundo periodo da Guerra Hollandeza, desde a retirada de Mathias de Albuquerque até á acclamação de D. João IV, 1635-1641	142
XVIII.	— Estado do Maranhão e das Capitanias da Bahia para o sul, desde 1624-1641	149
XIX.	— Continuação da Guerra Hollandeza até o rompimento da insurreição pernambucana, 1641-1645	154
XX.	— Ultimo periodo da Guerra Hollandeza: fim e o rompimento da insurreição pernambucana até á capitulação da Campina do Taborda, 1645-1654	162
XXI.	— Paz de Portugal com a Hollanda. — Causas da ruina do poder hollandez no Brazil, e do triumpho que os Pernambucanos tiveram. — Resultados da guerra, 1661	171
XXII.	— Erros administrativos no Brazil. — Lutas entre os Jesuitas e os Colonos. — Beckman, 1652-1685	177
XXIII.	— Destruição dos Palmares. — Guerras civis dos Mascates e dos Emboabas, 1675-1714	184

Lições		Paginas
XXIV.	— Effeitos da Guerra da Successão de Hespanha no Brazil.— Lutas com os Hespanhóes ao sul.— Hostilidades dos Francezes commandados por Duclerc, e Duguay Trouin no Rio de Janeiro.— Tratados de Utrecht e de Madrid, 1678-1750.....	191
XXV.	— Desenvolvimento e progresso do Brazil no reinado de D. João V.....	205
XXVI.	— Reinado de D. José I.— Questões e lutas ao sul do Brazil.— Jesuitas e sua expulsão.— O Marquez de Pombal, 1750-1777.....	218
XXVII.	— Primeiras idéas de independencia do Brazil.—Conspiração mallograda em Minas.— O Tira-dentes..	228
XXVIII.	— Transmigração da Familia Real de Bragança para o Brazil: séde da Monarchia portugueza no Rio de Janeiro, 1807-1815.....	236
XXIX.	— Guerras com os Hespanhóes ao sul, e com os Francezes ao norte do Brazil — Revolução republicana em Pernambuco, 1801-1821.....	248
XXX.	— Revolução de Portugal de 1820: seus effeitos no Brazil: regresso da côrte portugueza para Lisboa	260
XXXI.	— Primeiros mezes da Regencia de D. Pedro.....	268
XXXII.	— Desde o dia do *Fico* até o do Ypiranga, 9 de Janeiro a 7 de Setembro de 1822.....	275
XXXIII.	— Acclamação e coroação do 1º Imperador.— Guerra da Independencia.....	289
XXXIV.	— Assembléa Constituinte.— Juramento da Constituição do Imperio.— Revolução de Pernambuco em 1824.— Lord Cochrane segunda vez no Maranhão. —Motins na Bahia.—Reconhecimento da Independencia do Brazil por Portugal.—Guerra no Rio da Prata.....	299
XXXV.	— Tratados de commercio — Medidas legislativas.— Revolta de tropas estrangeiras.—Almirante Roussin.— Tumultos em Pernambuco e na Bahia — D. Maria II.—A Imperatriz D. Amelia.—Abdicação, 7 de Abril de 1831.....	314
XXXVI.	— Governos Regenciaes. 1ª Parte.—Regencias Provisoria e Permanente Trina.....	325
XXXVII.	— Governos Regenciaes, 2ª Parte.—Regencias do Senador Padre Diogo Antonio Feijó, e do Senador Pedro de Araujo Lima.—Declaração da maioridade de Sua Magestade Imperial o Sr. D. Pedro II...	335
XXXVIII.	—1º Ministerio depois da Maioridade.—Movimentos revolucionarios em Minas-Geraes e em S. Paulo, 1842.—Pacificação da provincia do Rio Grande do Sul, 1845.—Revolução praieira em Pernambuco, 1848.— Guerra do Rio Prata contra Oribe e Rosas, 1851-1852.—Tratado de 6 de Abril de 1856 com o Paraguay.—Questão Anglo-brazileira Christie, 1862.....	347
XXXIX.	—Guerra contra a Republica Oriental do Uruguay 1864-1865.— Intervenção indebita do Dictador Francisco Solano Lopes.—Guerra contra o Paraguay, 1864-1870.....	360
	Organisações ministeriaes no Brazil desde a retirada de D. João VI para Lisbôa até 20 de Agosto de 1885.....	397

LIÇÕES DE HISTORIA DO BRAZIL

LIÇÃO I

Considerações preliminares. — Descobrimentos maritimos dos Portuguezes

Antes de tratarmos propriamente do Brazil, seja-nos permittido fazer um esboço historico dos descobrimentos maritimos d'esses Phenicios da Idade Média, que em uma de suas expedições aportaram inesperadamente ao littoral sul-americano.

Foi o Infante D. Henrique, filho de D. João I, o verdadeiro iniciador das arrojadas viagens dos Portuguezes com a fundação de um observatorio astronomico e de uma escola de navegação em Sagres. Consequencias importantissimas seguiram-se a essas duas instituições, com as quaes o Infante, animado pelas noticias fornecidas pelos prisioneiros de Ceuta, 1415, e pelos resultados obtidos pelas primeiras explorações, despendia a maior parte dos seus avultados rendimentos de Duque de Viseu, e de Grão Mestre da Ordem de Christo.

Os marinheiros do Infante estrearam as suas viagens com o dobrarem o Cabo Não (*Noun*), 1412, considerado até áquella época como o limite accessivel á navegação; as ilhas Canarias tornaram-se mais conhecidas, 1415, embora os Hespanhóes já as tivessem descoberto em 1402; João Gonçalves Zarco, e Tristão Vaz Teixeira descobriram a ilha da Madeira, 1420, e o Cabo Bojador foi transposto por Gil Eannes de Lagos, em 1433, ou 34.

O Infante D. Henrique, querendo conservar para a sua patria não só esses, como ulteriores descobrimentos dos seus marinheiros, conseguiu do Papa Martinho V uma Bulla, em que foram a Portugal concedidas por investidura todas as terras, desde o Cabo Bojador até as Indias Orientaes. Posteriormente Nicolão V, Calixto III, e Xisto IV tambem concederam a mesma investidura a Portugal.

Proseguindo as expedições, os navios de Antonio Gonçalves e Nuno Tristão passaram além do Cabo Bojador, e chegaram ao Cabo Branco, Costa do Ouro, e Senegal. Algum tempo depois os Portuguezes descobriram mais as ilhas dos Açores, e as do Cabo Verde; mas o Infante, que tão gigantesco impulso tinha dado aos accommettimentos maritimos, falleceu a 13 de Novembro de 1460, tendo marcado uma éra memoravel nos annaes da navegação.

Com a perda desse Principe não afrouxaram os Portuguezes as suas expedições, e foram descobrindo as costas de Guiné e de Senegambia, as ilhas de Fernando Pó, Anno Bom, S. Thomé, e Principe, e as terras africanas até os limites septentrionaes do Congo. Tomou por isso D. Affonso V o titulo de *Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquem e d'Além Mar em Africa*, 1471.

No reinado de D. João II, 1481-1495, não pararam as descobertas ao longo do continente africano: D. Diogo de Azambuja construiu o forte de S. Jorge da Mina, 1481, e Diogo Cano chegou até o Rio Zaire. Tomou então D. João II o titulo de *Senhor de Guiné*.

Para auxiliar as descobertas maritimas, e animado por informações obtidas do Rei dos Benús, mandou D. João II preparar duas expedições, uma por terra, e outra por mar, que fossem á procura do invisivel *Prestes João das Indias*, ente problematico, cujos Estados não se sabia ao justo onde eram. —A expedição terrestre compunha-se de Pedro da Covilhãa, e de Affonso de Paiva; este ultimo morreu no Cairo; mas Pedro da Covilhãa mandou do centro da Ethiopia a D. João II noticia de que os seus navios, continuando com a derrota ao longo da Africa Meridional,

dobrariam a ponta d'esse continente, e podiam velejar para Sofala e para a ilha da Lua (*Madagascar*).

Pouco antes de ter feito seguir essa expedição terrestre fizera D. João II partir a maritima, 2 de Agosto de 1486, commandada por Bartholomeu Dias, que descobriu o cabo, a que deu o nome de *Tormentorio*, ou das *Tormentas*, 1486, nome que D. João II mudou para o de *Bôa Esperança*, 1487.

Não eram navios de alto bordo os que tinham concorrido para tão importante empreza: essa expedição compunha-se de 2 navios de 50 toneladas apenas, commandados um por Bartholomeu Dias, e outro por Lopo ou João Infante, além de uma embarcação mais pequena (carregada de provisões) commandada por Pedro Dias, irmão de Bartholomeu.

Ao passo que o Rei de Portugal promovia semelhantes emprezas, repellia elle os offerecimentos do genovez Christovão Colombo, que se propunha a achar um novo caminho para as Indias, navegando sempre para o occidente, sendo muito possivel, ou quasi certo, que seguindo essa derrota encontrasse um mundo desconhecido.

Querem alguns historiadores que Colombo tivesse noticias da America por ter pessoalmente ouvido de Affonso Sanches, piloto portuguez, na ilha da Madeira, informações do descobrimento d'essa terra então desconhecida; Affonso Sanches morreu pouco depois, e Colombo, tendo visto a derrota do piloto portuguez com as notas e a carta da terra descoberta, offereceu-se a varios soberanos da Europa para ir ao Novo-Mundo.

Outros querem que fossem os dados scientificos sobre a redondeza da terra, que influiram Colombo para tal empreza. Fossem, porém, quaes fossem as causas que levaram o illustre genovez a taes offerecimentos, o caso é que d'entre os soberanos, a quem se dirigiu, Isabel e Fernando foram os unicos que annuiram aos seus desejos, e isso mesmo com grande reluctancia.

Partindo de Palos a 3 de Agosto de 1492 com tres embarcações, *Santa Maria*, *Pinta* e *Niña*, descobriu Colombo uma ilha (*Guanahamy*), a que deu o nome de S. Salvador, 12 de Outubro de 1492. A commu-

nicação de uma tal noticia pelo proprio Colombo, em 1493, motivou naturalmente o arrependimento de D. João II, de não ter acceitado os serviços do illustre genovez, e produziu uma das maiores revoluções no mundo scientifico, politico e social.

A Hespanha ia possuir terras, a cujo dominio o Rei de Portugal julgava-se com direitos em virtude de investiduras concedidas por bullas de diversos Pontifices. Em taes circumstancias Alexandre VI (*Rodrigo Borgia*) traçou sobre um mappa uma linha divisoria passando a 100 leguas dos Açores, e do Cabo Verde; as terras para Oeste pertenceriam á Hespanha, e para Leste a Portugal. Uma tal decisão não agradou a D. João II, que preparou-se para a guerra; mas afinal resolveu-se a acceitar a modificação exarada no tratado de *Tordesilhas*, 7 de Junho de 1494, fazendo passar essa linha divisoria por 360 leguas das ilhas do Cabo Verde, a Oeste para a Hespanha, e a Leste para Portugal.

Foram negociadores d'esse tratado por parte de Portugal Pero Dias, e o Chronista Ruy de Pinna, e por parte da Hespanha Garcia de Carbajal, e Pedro de Ayala.— D. Mancel, Duque de Béja e de Viseu, ao depois Rei de Portugal, assistiu a esse tratado.

Fallecendo D. João II, succedeu-lhe D. Manoel, *o Afortunado*, 1495 a 1521, filho do Infante D. Fernando, Duque de Viseu, e de D. Brites, filha de D. João, Grão Mestre da Ordem de Santiago, reconhecido successor e herdeiro do throno por seu proprio primo D. João II. Foi D. Manoel continuador das glorias e descobertas do reinado precedente; mandou a Vasco da Gama com 3 navios e 160 homens, 1497, dobrar o Cabo da Bôa Esperança, o que esse illustre navegante realisou, depois de ter aportado á ilha da Cruz, ultima terra marcada por Bartholomeu Dias. (*a*)

(*a*) Vasco da Gama partiu de Lisboa verdadeiramente com 4 navios, a saber: o *S. Gabriel*, sob o seu immediato commando,— o *S. Raphael*, commandado por Paulo da Gama,— o *Berrio*, por Nicolão Coelho,— e o *S. Miguel*, navio de mantimentos, por Gonçalo Nunes.—Vasco da Gama levava ordem de queimar

Passou Vasco da Gama depois para Sofala, Março de 1498, e aportou em Moçambique ; seguindo para Quilôa, as correntezas o obrigaram a ir para Mombaça; partiu para Melinde, e para Calicut nas costas do Malabar ; mas viu-se obrigado pela perfidia do Samorim a voltar para a Africa ; foi para Mogador e para Melinde, de cujo Rei levou um embaixador para D. Manoel. Em Julho ou Agosto de 1499 aportou, de volta, á Lisbôa, e em recompensa dos seus serviços foi feito Conde da Vidigueira ; teve além disso o tratamento de *Dom*, o habito de Christo, a patente de Almirante das Indias Orientaes, e uma pensão de 3oo$ooo annuaes.

Accrescentou então D. Manoel aos seus titulos mais o de *Senhor da Navegação, da Conquista e do Commercio da Ethiopia, da Arabia, da Persia e das Indias*.

Na ampulheta dos tempos escoavam se por essa fórma os ultimos dias do seculo XV ; ao XVI estavam reservadas descobertas não menos importantes, entre as quaes devia figurar em logar de honra o *Brazil*.

---

o navio *S. Miguel* depois de dobrar o Cabo da Bôa Esperança na Angra de S. Braz, repartindo os mantimentos pelos outros navios.

Dos 160 homens da expedição voltaram apenas 67.— Vasco da Gama partiu de Lisbôa a 8 de Julho de 1497, e voltou a 29 de Agosto de 1499, depois de uma viagem de 25 mezes e 21 dias.

LIÇÃO II

Descobrimento do Brazil

O exemplo dado por Christovão Colombo para as viagens ao Novo Mundo tinha logo sido seguido por grande numero de navegantes hespanhóes. Um d'elles, Alonso de Hojeda, acompanhado de Americo Vespucio e João de la Cosa, percorreu 200 leguas do littoral da parte septentrional do continente sul americano, desde a base da peninsula de Pária para Sueste, até 4 $^{1}/_{2}$ ° de latitude norte, terra de Santo Ambrosio (ou *bahia do Oyapoc*, como diz o Sr. Joaquim Caetano da Silva).—Alguns historiadores, entre os quaes o Sr. Visconde de Porto Seguro, pensavam que Hojeda tivesse vindo muito mais para o sul, chegando em Junho de 1499 ao rio das Piranhas, ou Apody, na actual provincia do Rio Grande do Norte; mas esta opinião carece de fundamentos solidos para prevalecer (*a*).

Em 25 de Janeiro de 1500 Vicente Yanez Pinson, que como capitão da *Niña*, tinha sido um dos companheiros de Colombo no descobrimento da America, chegou até o *Cabo de Santa Maria de la Consolation*, que muitos com toda a razão querem que seja o *Cabo de Santo Agostinho*, 7 leguas distante da cidade do Recife, mas que o Sr. Visconde de Porto Seguro pretende que fosse a *Ponta do Mocuripe* na actual provincia do Ceará. Além dessas duas versões sobre qual seja o Cabo de la Consolation descoberto por Pinson, ha mais a opinião valiosa de Ayres de Casal e de Robertson, que pretendem seja o *Cabo Norte*, porque como diz o proprio Pinson, o Cabo de la Consolation

---

(*a*) Principalmente depois da these de concurso do nosso distincto collega do Externato, o Sr. João Capistrano de Abreu, elucidando brilhantemente este ponto.

avistára-se de muito longe, a agua do mar era turva e esbranquiçada, e mesmo doce como de rio, e, lançando o prumo, achára fundo em 16 braças, etc.:—ora a terra do Cabo de Santo Agostinho, e suas visinhanças, é baixa, e só apparece aos navegantes quando se está proximo: as aguas ahi são crystallinas, e a sonda só dá 16 braças perto de terra.

Depois de ter descoberto o Cabo de Santa Maria de la Consolation (ou de Santo Agostinho), Pinson seguiu a O 1/4 NO costeando o littoral, descobriu o *Mar dulce* (embocadura do Amazonas) e a costa que se extende até o Cabo Orange (ao qual deu o nome de *S. Vicente*), e chegou por ultimo ao rio Oyapoc, que por muito tempo chamou-se de *Vicente Pinson*.

Em Fevereiro ou Março desse mesmo anno, Dioco de Leppe, outro navegante hespanhol, descrevendo uma viagem, mais ou menos semelhante á de Pinson, chegou tambem á altura do Cabo de Santo Agostinho, velejou a principio para o s 1l e depois para o noroeste, costeando o littoral do Maranhão, onde soffreu muitas hostilidades dos indigenas daquellas paragens.

Estava pois o Brazil realmente descoberto por Vicente Yanez Pinson e Diogo de Leppe; no entretanto esse facto não só não tinha sido communicado ás potencias européas, como ia ser em breve invalidado por um navegante portuguez, que chamou a si os fóros de descobridor do Brazil, tomando em acto continuo posse da sua descoberta em nome do Rei de Portugal.

Depois da celebre primeira viagem de D. Vasco da Gama tinha El-Rei D. Manoel resolvido mandar uma expedição para segurar o commercio da India: preparou uma esquadra composta de 10 caravellas e 3 navios redondos, e confiou o commando em chefe a Pedro Alvares Cabral, governador da provincia da Beira e Senhor de Belmonte. Os commandantes dos outros navios eram: 1.º Sancho de Thoar, immediato de Cabral no commando em chefe; 2.º Nicolão Coelho, que já tinha ido á India com Vasco da Gama; 3.º Simão de Miranda Azevedo; 4.º Ayres Gomes da Silva; 5.º Simão de Pina; 6.º Nuno Leitão; 7.º Pedro de Athayde; 8.º Luiz Pires; 9.º Gaspar de Lemos, do

navio de mantimentos; 10.º Bartholomeu Dias, já tão celebre pelo cabo das Tormentas; 11.º seu irmão Diogo Dias; e 12.º Vasco de Athayde.—Os dois irmãos Dias iam com destino de ficarem com uma feitoria em Sofala (*a*).

O embarque solemne dos expedicionarios teve logar a 8 de Março de 1500 no porto de Lisbôa depois de uma missa pontifical, celebrada por D. Diogo Ortiz, Bispo de Ceuta, na ermida do Restello, onde hoje se ostenta a sumptuosa Igreja dos Jeronymos em Belém.

A Pedro Alvares Cabral entregou D. Manoel, por suas proprias mãos, uma bandeira da ordem de Christo, anteriormente benta pelo Bispo D. Ortiz, e as preces sinceramente ardentes de toda a população de Lisbôa se dirigiam aos céos pelo bom exito desses audazes navegantes, que se propunham a ir tão longe da patria firmar o poderio de Portugal. Por causa do vento contrario só no dia seguinte, 9 de Março, partiram de Lisbôa os navios, levando a seu bordo cêrca de 1,200 homens, gente escolhida e bem armada, 7 frades franciscanos missionarios sob as ordens do guardião Frei Henrique de Coimbra (que ulteriormente foi Bispo de Ceuta), 8 capellães para a esquadra, e 1 vigario para Calicut. As instrucções eram affastar-se a expedição o mais que pudesse da Costa d'Africa, não só para evitar as calmarias, como tambem para se livrar das molestias, que tinham soffrido as tripulações de Bartholomeu Dias e de Vasco da Gama.

Sem novidade chegou a expedição até ás ilhas do Cabo Verde; mas ahi, na altura da ilha de S. Nicoláo, desgarrou o navio de Vasco de Athayde *sem haver tempo forte nem contrario, para poder ser*,

---

(*a*) Gaspar Corrêa nas *Lendas da India*, vol. I, pag. 148, diz que os commandantes eram—« Sancho de Thoar, Simão de Miranda Azeuedo, *Braz Mattoso*, Vasco de Athayde, Nuno Leitão da Cunha, Simão de Pina, Nicoláo Coelho, *Pedro de Figueiró*, Bertholameu Dias, Diogo Dias seu irmão, Luiz Pires, Gaspar de Lemos, *André Gonçalves*, mestre que viera com D. Vasco, que lhe quiz elle dar esta honra; estes 3 capitães de navios pequenos, Simão de Miranda Azeuedo era capitão da náo capitania « e hia pera capitão mór na socessão de Pedraluares Cabral se elle falecesse. »

como diz Pero Vaz Caminha na sua carta a D. Manoel (*a*). Os outros 12 navios continuaram a velejar affastando-se o mais possivel do continente africano, e acharam-se além disso sujeitos ás correntezas oceanicas, cuja existencia não só não era calculada, como nem ao menos conhecida. No dia 21 de Abril reconheceu a esquadra varios signaes de proximidade de terra, taes como hervas marinhas, aves aquaticas, madeiros fluctuantes, e por sem duvida tambem as aguas do oceano não tanto azuladas, e sim antes esverdinhadas, como se nota perto das costas. De sobreaviso deviam já estar por essas observações os navegantes, quando no dia seguinte, 22, descobriram um monte, e um negrume prolongado no horisonte, que mostrava bem ser a continuação da costa. Reuniu Cabral a sua esquadra, e mandou dar fundo a 6 leguas de terra, a que chamou de *Vera-Cruz* (*b*), tendo dado o nome de *Paschoal* ao monte, que primeiro tinha avistado, por causa de ter sido no oitavario da Paschoa.

Tratou Cabral de procurar um bom ancoradouro para os seus navios. Nicoláo Coelho reconheceu ser insufficiente para esse fim o que existe na embocadura do rio Cahy; outros autores suppunham ser na do rio do *Frade*; Affonso Lopes encontrou um magnifico abrigo para toda a esquadra n'um porto, que recebeu o nome de *Porto Seguro*, onde fundearam os navios (*c*).

(*a*) Outros querem que o navio desgarrado fosse o de Luiz Pires; Gaspar Corrêa indica a náo de Pedro de Figueiró.

(*b*) Foi o primeiro nome que teve o Brazil. Entre outras provas basta apontar a carta de Pero Vaz Caminha a D. Manoel, datada do 1º de Maio de 1500 na *Ilha de Vera Cruz*.—O mesmo nome dá a carta do cirurgião da armada, o qual tinha pretenções de astronomo—«*fecha em Vera Cruz a primeiro de maio de 500. Johanes Emenelaus.*—» E' provavel que o nome de *Santa Cruz* fosse usado depois da fundação de uma feitoria com esse nome em Porto Seguro em 1503. Só alguns annos depois foi que prevaleceu o nome de *Brazil*, por causa da madeira assim chamada.

(*c*) Segundo a valiosa opinião do Sr. General Henrique de Beaurepaire Rohan, a armada de Cabral ancorára naquella parte da Bahia de Santa Cruz, a que hoje chamam da *Coróa Vermelha*.

Dous indios, apanhados por Affonso Lopes em uma almadia, foram apresentados a Pedro Alvares Cabral, que os tratou da melhor fórma. Os interpretes das linguas asiaticas e africanas, que acompanhavam a expedição, naturalmente não poderam comprehender a lingua desses indios, que pertenciam á tribu dos *Tupininquins*, que então dominavam desde o rio Camamú até aos limites da actual provincia do Espirito Santo.

O bom acolhimento dado a esses dous indios concorreu para que elles, quando foram postos em terra, contribuissem para que se estabelecessem bôas relações entre os seus compatriotas e os navios, ajudando mesmo os selvagens aos marinheiros no serviço de fazer aguada e lenha para a esquadra.

Nem os dous indios, que tinham ido a bordo, nem os que se encontraram em terra, traziam vestimenta de qualidade alguma: nús andavam todos, tendo muitos d'elles a metade do corpo pintada de azul escuro, e a outra metade com a côr natural, que era um vermelho cuprico, puxando um pouco para o amarello. Muitos traziam na cabeça um *cocar* de pennas amarellas ou verdes; todos tinham o labio inferior furado no meio, e ahi introduzido um batoque; entre as indias algumas havia que tinham todo o corpo pintado de azul escuro. Como armas usavam esses selvagens arcos e flechas: mostravam-se muito ávidos dos presentes e trocas que recebiam, de barretes, braceletes e outras bugiarias, principalmente de espelhos.

Não mostravam espanto nem admiração pelos usos, objectos, costumes e animaes domesticos, que tinham encontrado entre os Portuguezes da expedição; cousa, porém, notavel, os dous indios apresados por Affonso Lopes ficaram amedrontados com uma gallinha que viram a bordo, e a muito custo resolveram-se a pôr-lhe a mão em cima.

No dia 26, domingo, mandou Pedro Alvares Cabral levantar um altar dentro de um esperavel armado n'um ilhéo, chamado ao depois—« *da Corôa Vermelha* »—, e ahi o Franciscano *Fr. Henrique de Coimbra* celebrou a primeira missa, que se disse no Brazil, com assistencia dos capellães da esquadra e dos sete Fran-

ciscanos que iam em missão para a India (*a*). Durante essa solemnidade religiosa esteve desfraldada a bandeira da Ordem de Christo, que tinha sido entregue pelo proprio Rei a Cabral; houve tambem sermão pregado pelo mesmo Fr. Henrique em referencia ao recente descobrimento. Os selvagens, que se achavam na praia fronteira ao ilhéo, acompanharam a ceremonia religiosa imitando as posições e gestos dos Portuguezes, ajoelhando-se e levantando-se quando estes faziam o mesmo, e mostravam-se deleitados com a musica de cantochão durante a celebração da missa.

Finda a ceremonia religiosa reuniu Cabral um conselho de officiaes da expedição, e resolveram mandar a Lisbôa Gaspar de Lemos, commandante do navio de mantimentos, levar a D. Manoel a noticia do descobrimento da terra de *Vera Cruz*, que suppunham ser uma ilha. No dia 27 procedeu-se á confecção de uma cruz com madeiras do paiz, tendo as armas e a divisa do Rei de Portugal, e no dia 1º de Maio teve logar o levantamento d'essa mesma cruz, acompanhado de missa dita pelo Guardião Fr. Henrique, e de um sermão por elle proferido sobre as vidas de S. Filippe e S. Thiago, santos que a Igreja commemora n'esse dia.

Tendo-se distribuido pelos navios da esquadra os mantimentos, que a cada um tocavam, seguiu no dia immediato, 2 de Maio, como se tinha combinado em conselho, Gaspar de Lemos para Lisbôa com a noticia do descobrimento e os outros onze navios continuaram sua viagem para a India, tendo deixado em terra dous degradados, e mais dous grumetes, que, seduzidos pela ociosidade e vida livre dos selvagens, tinham desertado de bordo (*b*).

(*a*) O Sr. General H. de Beaurepaire mui judiciosamente pensa, segundo a carta de Caminha, que a cruz ergueu-se na praia, ao sul, e a pequena distancia (2 tiros de bésta) do pequeno rio que alli desemboca.—Não foi portanto no *mórro*, em que está construida a igreja de Santa Cruz, como querem o Sr. Visconde de Porto Seguro e Mr. Mouchez.—(Memoria lida na sessão do Instituto Historico e Geographico Brazileiro de 26 de Novembro de 1880.

(*b*) O nosso distincto collega, Sr. João Capistrano de Abreu e o Sr. Senador Candido Mendes seguem a opinião de Gaspar

Achava-se portanto descoberto o Brazil, e essa simples casualidade, que ia dar á corôa de Portugal um dos seus mais primorosos florões, teria então realisado a mesma descoberta, que o *erro feliz* de Christovão Colombo em procura do caminho occidental para a India, ou para a terra do *Cathay* e de *Cypango*, tinha conseguido oito annos antes.

Cumpre-nos, antes de terminar a presente lição, chamar a vossa attenção sobre a maneira prudente pela qual procedeu Pedro Alvares Cabral depois do descobrimento da terra, cujo littoral lhe era completamente desconhecido: abrigado no Porto-Seguro, ou *Bahia Cabralia*, não tinha que sujeitar-se pela força dos ventos á navegação imprevista para o sul ao longo da costa, tendo de ir esbarrar-se nos terriveis *Abrolhos*, onde infallivelmente se perderiam os navios.

Alguns autores francezes pretendem para um seu compatriota a gloria da prioridade do descobrimento do Brazil e mesmo da America, dando-a a *João Cousin*, 1488 ; mas nem o Sr. Paulo Gaffarel nem Desmarquets fundamentam capazmente taes pretenções, tendo sido refutados por historiadores nossos (*a*).

Corrêa, nas *Lendas da India*, que diz foi *André Gonçalves* o commandante do navio dos mantimentos, portador da noticia da terra novamente descoberta. O nome de André Gonçalves não é contemplado por João de Barros, nem pelos autores que seguimos, na lista dos capitães da frota de Cabral ; em compensação, porém, Gaspar Corrêa affirma, que o navio de Gaspar de Lemos foi um dos que, se perderam junto ás ilhas de Tristão da Cunha, depois da sahida de Porto Seguro.—Adoptando nós a versão de que foi Gaspar de Lemos o portador da noticia a D. Manoel, temos além da opinião do escrupuloso Ayres do Casal, e do eminente historiador Visconde de Porto Seguro, o apoio de *Castanheda* (Historia da India), *João de Barros* (Asia, Decadas), *Damião de Góes* (Chronica d'El-rei D. Manoel), tres historiadores que de certo tinham á vista *documentos officiaes*, os quaes faltavam a Gaspar Corrêa, que trabalhava na India por proprio gosto, e não por encargo do governo.—Não somos os unicos em não seguir frequentemente a opinião do autor das Lendas da India, apezar de ser elle bem extenso e minucioso: o Sr. Pinheiro Chagas faz outro tanto, e o considera fidedigno, quando falla sobre o que viu ; mas quando conta o que lhe contaram, nem sempre tem todo o criterio.

(*a*) Vide *Paul Gaffarel*, Histoire du Brésil Français, 1 vol.

Deve merecer vossa consideração uma observação judiciosamente feita por alguns auctores, e entre elles pelo Sr. Dr. Americo Braziliense nas suas bellas lições, ha pouco publicadas em S. Paulo, e vem a ser que quando dizemos que o Brazil foi descoberto a 22 de Abril de 1500, não devemos esquecer que a éra então se calculava pelo calendario *Juliano*, e não ainda pelo *Gregoriano*; por esta ultima reforma tem-se de accrescentar no presente seculo mais 12 dias.

Sem entrar nas attribuições de uma outra cadeira, permittir-nos-heis que avivemos a vossa memoria sobre o modo e causas por que effectuou-se a reforma Gregoriana. O calendario de Julio Cezar, adoptado pelo concilio de Nicéa, 325, peccava pelo excesso, porque o anno tropico não vale 365 dias e $^1/_4$, mas sim sómente 365 dias, e 0,2422, prefazendo a differença de 3 dias, e 0,0944 durante um periodo de 400 annos. Em 1582, isto é, 1257 annos depois do concilio de Nicéa, o erro era de 9 dias e 0,724 ou 10 dias com pequena differença, e o equinoxio da primavera tinha sido marcado para 11 de Março, quando o seu dia era realmente a 20 de Março.— O Summo Pontifice *Gregorio XIII* resolveu reformar esse calendario com o auxilio do calabrez *Lilio*. Supprimiu 10 dias no anno de 1582, decidindo que o dia 5 *de Outubro*, época da publicação da Bulla Pontifical, se chamasse *15 de Outubro*, e, para evitar um novo

---

1878. — *Desmarquets*, Mémoires chronologiques pour servir à l'histoire de Dieppe et de la Navigation Française, 2 vols. 1785.— *Margry*, Les Navigations françaises et la révolution maritime du XIV au XVI siècle; — mas *vide* tambem o implacavel argumentador e historiador *Richard Henry Major*, Life of the Prince Henry of Portugal, surnamed the Navigator; — *Vicomte de Santarem*, Recherches historiques, critiques, et bibliographiques sur Amèrique Vespuce et ses voyages; —*F. A. Varnhagen*, Examen de quelques points de l'histoire géographique du Bresil, Paris 1858, tão incompletamente respondido por Mr. d'Avezac na sua introducção á obra «Les voyages d'Amérique Vespuce et les mesures itinéraires, Paris 1858, e em diversos artigos do «Bulletin de la Société de Géographie».—Artigos do Sr. Dr. B. F. Ramiz Galvão, no vol. I da *Revista Brazileira* sobre o *Novo Livro do Sr. Paulo Gaffarel*;— e a These de Concurso do Sr. João Capistrano de Abreu.

erro pela intercalação de 3 dias em excesso todos os 400 annos, ordenou que se supprimissem 3 bissextos nos annos seculares, todos os 400 annos, ou, por outra, conservou como annos seculares bissextos unicamente aquelles cujas duas primeiras letras (ou numero de ordem) fossem divisiveis por 4.

Essa reforma foi adoptada em França em 1582, na Allemanha em 1584, na Polonia em 1586, na Dinamarca, Suissa e Suecia no principio do seculo XVII, e em Inglaterra em 1752. Na Russia ainda vigora o calendario Juliano. A differença hoje é de 12 dias entre os dous calendarios, porque além dos 10 dias que se augmentaram, os 2 annos seculares de 1700 e de 1800 não foram contados como bissextos.

LIÇÃO III

Primeiras explorações

O descobrimento do Brazil era mais um motivo para o appellido de *Venturoso*, que teve D. Manoel, a quem a fortuna bafejava com a mais decisiva protecção. E' facil imaginar a alegria que sentiu o Rei de Portugal ao saber que no Novo Mundo, onde sómente o Rei de Hespanha tinha possessões, já o commandante de uma expedição sua tomára, tambem em seu nome, posse de terras novamente descobertas. Não se sabe ao justo o dia e o mez em que Gaspar de Lemos (ou André Gonçalves) chegou a Lisboa com tão agradavel noticia; o que consta ao certo é que em 9 de Julho de 1501 D. Manoel communicára aos Reis Catholicos que o capitão-mór de uma expedição portugueza para a Asia tinha descoberto no Novo Mundo uma ilha grande e bôa *para refrescarem e fazerem aguada suas armadas da India*, e que a essa terra se tinha dado o nome de Ilha de Vera Cruz.

Apezar de achar-se então o Rei de Portugal mais inclinado para os negocios da India, no entretanto mandou preparar algumas expedições para reconhecer e explorar o recente descobrimento. Sobre essas primeiras explorações do Brazil divergem grandemente os autores, e a razão para esse variado encontro de opiniões procede não só da falta absoluta do *Diario* ou *Roteiro* de viagem dos primeiros exploradores, como tambem da perda das obras *America Portugueza*, de Manoel de Faria, e *Terra de Santa Cruz*, de João de Barros.

O Sr. Visconde de Porto Seguro inclina-se a admittir que o chefe da primeira expedição foi *D. Nuno Manoel*, irmão do Camareiro-Mór, e que, por não ser elle um nauta entendido, o Rei de Portugal mandára tambem Americo Vespucio com voto preponderante na direcção.

O Barão de Humboldt pensava que *Americo Vespucio* tivesse commandado a primeira expedição, e *Gonçalo Coelho* a segunda. Ha mesmo quem affirme que *Fernando de Noronha* commandára a segunda expedição.

O sr. Senador Candido Mendes quasi assevera que foi André Gonçalves quem commandou a unica expedição exploradora mandada por D. Manoel ao Brazil em 1501, e diz mais que Gonçalo Coelho em 1503 não vinha fazer descobertas no Brazil, mas que ia pela costa do Brazil ao sul até encontrar a passagem que o levasse a Malaca, objectivo que não conseguiu, mas foi depois alcançado por Fernando de Magalhães.

O que é certo é que Pedro Alvares Cabral, regressando da India, encontrou-se em Bezenégue, perto da ilha de Goréa, junto ao Cabo Verde, em Maio ou Junho de 1501, com a primeira dessas expedições. Antonio Galvão nos seus *Descobrimentos Antigos e Modernos*, concordando na parte substancial com a narração feita por Americo Vespucio, diz que esses 3 navios, tendo partido de Lisboa no mez de Maio de 1501, depois de refrescarem em Bezenégue, foram tomar terra no Brazil em 5° de latitude sul, e foram até 32° pouco mais ou menos, sempre seguindo a costa; d'ahi tomaram para S. E. (para S. O. deveria dizer), e chegaram até 52° latitude sul, d'onde voltaram no mez de Abril por haver *já lá muito frio e tormenta*, tendo durado a viagem toda 15 mezes (*a*).

(*a*) Para S. O., como diz Quintella nos *Annaes da Marinha Portugueza*, t. 1, pag. 263, nota, apezar da carta de Americo Vespucio dar erradamente o rumo de E. S. E.—O rumo de S. O. foi tambem o que seguiu Pero Lopes de Souza quando em 1531 tomou de S. Vicente para o Sul.— O Senador Candido Mendes pensa com toda a razão que a expedição não passou de 40° ou 41°, sem ter por fórma alguma chegado a 52°.--Diz mais o mesmo erudito Senador que o ponto ultimo da nossa costa, em que tocou a frota exploradora portugueza, onde servia Vespucio, foi *Cananéa* ou *Canamor*, segundo mostra a carta de Ruisch de 1508, e que os navegantes não desembarcaram em parte alguma depois de Cananéa, do contrario as localidades teriam nome, de que os mappas da época dariam noticia.—(*Rev. do Inst. Hist.*, *t.* 40, pag. 211).

Sem darmos inteiro credito ao que diz Americo Vespucio, que essa navegação de 900 leguas ao longo das costas do Brazil fôra executada sempre *á vista e junto da terra*, fazendo continuadas escalas, e procedendo a minuciosas explorações, não ficando para bem dizer mais cousa alguma a reconhecer, somos levados a crêr que a essa primeira expedição se deve o reconhecimento do Cabo de Santo Agostinho (28 de Agosto), do Rio de S. Francisco (4 de Outubro), Cabo de S. Thomé (21 de Dezembro), Rio de Janeiro (1º de Janeiro de 1502), Angra dos Reis (6 de Janeiro), ilha de S. Sebastião e Porto de S. Vicente (20 e 22 de Janeiro).

Não ficára El-Rei D. Manoel satisfeito com essas explorações, que Americo Vespucio dizia tão minuciosas, e mandou no anno seguinte, 1503, uma nova expedição com dobrado numero de caravellas (seis) sob o commando de Gonçalo Coelho, outros dizem Christovão Jacques, vindo tambem Americo Vespucio. O naufragio da capitania, perto da ilha de Fernando, separou o capitão-mór de Vespucio; mas depois reuniram-se, e foram para a Bahia de Todos os Santos, onde estiveram mais de dous mezes, e, continuando a derrota fundaram a primeira feitoria no Brazil, *Santa Cruz*, em Caravellas, ou mais provavelmente em Cabo Frio. Vespucio em vez de acompanhar o resto da expedição, partiu por sua propria conta para a Europa, e Gonçalo Coelho seguiu ainda para o sul, e esperou debalde por seu companheiro perto do Rio de Janeiro (*G. Coellio detentio*).

Alguns historiadores querem mesmo que essa expedição tivesse por fim especial achar uma passagem, que da terra, já chamada de Santa Cruz, fosse para as Molucas.

Não podemos deixar de accrescentar o que diz o Pai da Chorographia brazileira, o escrupuloso *Padre Ayres de Casal*, que essa expedição costeára o continente do Brazil o mais perto possivel do seu littoral, procedendo a minuciosos exames, levantando padrões com as armas de Portugal nos sitios mais asados para serem vistos, e estendendo os seus reconhecimentos

até o *Cabo das Virgens* na entrada do Estreito, hoje conhecido pelo nome de Estreito de Magalhães.

Uma nova expedição, commandada provavelmente por D. Nuno Manoel (conforme o Sr. Capistrano de Abreu) passou das 600 a 700 leguas do littoral brazileiro conhecido, e foi ter á bahia de S. Mathias, retrocedendo por causa do máo tempo, depois de ter descoberto rios, entre os quaes o da Prata. E' provavel que João de Lisboa e Vasco Gallego fizessem parte da expedição, a qual, em vez de ser exploradora, teria por principal objectivo o reconhecimento, ao sul, de uma passagem para Malaca. Achava-se pois por essas expedições reconhecido o littoral sul-americano desde 8° de lat. S. até 40°, e, incluindo as expedições de Vicente Yanez Pinson e Diogo de Leppe, desde 8° sul até 5° norte.

Além d'essas expedições, de proposito mandadas para explorações, foi o Brazil visitado, ou reconhecido por Affonso de Albuquerque, 1503, D. Francisco de Almeida, 1505, Tristão da Cunha, 1506, e pelo proprio D. Vasco da Gama, em viagens, que fizeram para a India. Antes d'esses, em 1501, João da Nova, indo para a India com quatro navios, tendo partido de Lisboa em Março, tinha descoberto a ilha da Ascenção (hoje Trindade), a 120 leguas da costa do Brazil, e na latitude de 20 1/2° sul.

A frequencia d'essas visitas explica-se facilmente pelas duas razões, de ser o Brazil um bom ponto de escala para a navegação d'aquelles tempos para a India, e pela abundancia da madeira chamada *Brazil*, tão procurada e lucrativa.

Não eram sómente os Portuguezes que exploravam o commercio com o littoral do Brazil: os Hespanhóes, e principalmente os Francezes (de Honfleur e de Dieppe pela maior parte) vinham traficar nas costas do paiz, havia pouco descoberto; os Francezes preferiam as paragens de Cabo Frio para esse commercio, reputado então de contrabando.

D'entre os commerciantes intrusos (intrusos, dizemos nós, porque Portugal considerava o Brazil do seu exclusivo dominio), destacam-se *Palmier de Gonneville*, 1503, e mais tarde 2 dieppezes com o nome

de *João Ango*, pai e o filho, que chegou a ter o titulo de Visconde de Dieppe, e *João Parmentier* (*a*).

Bem conhecia El-Rei D. Manoel as artimanhas, de que a côrte de Hespanha costumava servir-se para augmentar seus dominios, e, querendo evitar contestações futuras, recorreu á côrte de Roma para confirmar os direitos e privilegios da corôa de Portugal sobre os recentes descobrimentos. O Summo Pontifice Julio II, por Bulla de 24 de Janeiro de 1506, reconheceu não sómente esses direitos, como tambem o tratado de Tordesilhas de 7 de Junho de 1494.

Apezar de que o commercio para o Brazil não apresentava a mesma attracção que o para a India, continuavam no entretanto frequentes expedições commerciaes para a Terra de Santa Cruz, sobretudo para o sul; entre ellas as chronicas d'esses tempos resam a expedição da náo *Bretôa*, que partiu de Lisboa a 11 de Fevereiro de 1511 por conta dos contractadores, ou arrendatarios do trafico do páo Brazil, sendo armadores Bartholomeu Marchioni, Benedicto Morelli, Francisco Martins, e Fernão de Noronha. Esse navio, de que era capitão Christovão Pires, piloto João Lopes de Carvalho, e escrivão Duarte Fernandes, depois de uma viagem redonda de 8 mezes, regressou para Lisboa com cinco mil tóros de páo Brazil, alguns animaes e passaros vivos, e trinta e tantos captivos. Não pequeno lucro deviam

---

(*a*) Entre as expedições francezas daquelles tempos uma das principaes foi a de Binot Paulmier de Gonneville, capitão de Honfleur. A 24 de Junho, de 1503, partiu Gonneville de Honfleur, a bordo da *Espoir*, para uma viagem de exploração ás Indias Orientaes, levando 60 homens, entre os quaes dous portuguezes. A 12 de Julho a *Espoir* chegou á vista das Canarias, a 30 fundeou no Cabo Verde; 10 dias depois levantou ferros e passou a linha a 12 de Setembro. De 9 de Novembro em diante tempestades furiosas alternaram com calmas desesperadoras. A 5 de Janeiro de 1504 viram um continente, desembarcaram a 6, e 7, em um ponto que Mr. d'Avezac julga fosse a foz do S. Francisco do Sul. A *Espoir* partiu a 3 de Julho de 1504 levando 3 indios, e tocando outra vez em territorio do Brazil para fazer aguada a 10 de Outubro.— Sendo ahi mal recebido pelos naturaes, Gonneville navegou mais cem

ter tirado os armadores, pois, segundo diz o sr. Visconde de Porto Seguro, o preço do páo Brazil (*ibirapitanga*) regulava então na Europa de um a dous ducados a arroba.

Ao passo que o sul da costa brazileira ia tornando-se mais conhecido e explorado, a costa do norte desde o cabo de S. Roque para cima ia muito lentamente sendo frequentada, havendo muito escassas noticias sobre essas explorações. D'entre esses poucos frequentadores da costa do norte conservam-se apenas noticias das explorações do piloto João de Lisboa, e de um João Coelho, das Portas da Cruz de Lisbôa, conforme diz o Sr. V. de Porto Seguro. Ora d'entre essas viagens, que se faziam então para o Brazil, ou em direitura com fito commercial, ou como ponto de escala de navegação para a India, naturalmente nem todas eram felizes: devia dar-se frequentes desastres e naufragios, nos quaes as tripulações ou morreriam todas submergidas, ou teriam alguns salvos em qualquer ponto de um littoral tão vasto, mas entregues aos horrores do canibalismo dos selvagens, de que muito excepcionalmente poderiam escapar.

Entre esses naufragos escapos conserva a Historia a memoria de dous homens celebres, que mais tarde prestaram bem relevantes serviços aos seus compatriotas portuguezes, isto é: *Diogo Alvares* e *João Ramalho*.

Em 1510 um navio, que ou vinha directamente para o Brazil (S. Vicente), ou ia para a India com escala, naufragou nas costas da actual cidade da Bahia; os

---

leguas, e aportou a uma paragem habitada por mansos *brazis*. D'ahi partiu em fins de Dezembro, e 7, ou 8 dias depois, avistou uma ilha, de certo Fernando de Noronha; a 9 de Março de 1505 arribou ao Fayal, e a 7 de Maio na altura das ilhas *Jersey* e *Guernessey* foi atacado por piratas, perdendo-se a *Espoir* e tudo quanto levava, inclusive roteiros e diarios de bordo. Quanto aos pontos em que aportou Gonneville a 10 de Outubro de 1504 e poucos dias depois, D'Avezac julga que fossem Porto Seguro e Bahia; o Visconde de Porto Seguro julga que fossem Cabo Frio e Porto Seguro; o Sr. Dr. Ramiz Galvão rejeita ambas as hypotheses.

que escaparam do furor das ondas tiveram de servir de pasto á anthropophagia dos *Mairagiquis*, tribu dos *Tupinambás* que ahi dominavam.

O que estava reservado para ser a ultima victima, *Diogo Alvares*, tinha apanhado um mosquete e um barril de polvora, que o mar arrojára á praia com varias outras cousas do navio naufragado; disparando um tiro certeiro n'um passaro, Diogo Alvares impressionou por tal fórma os selvagens, que lhe pouparam a vida, julgando-o um ente sobre-natural, e o chamaram d'ahi em diante *Caramurú*.

Não são bem concordes os autores sobre o que os Tupinambás queriam significar com esta palavra *Caramurú*; pretendem alguns que fosse *Dragão sahido do mar*; outros julgam que fosse *homem de fogo*; outros emfim que fosse uma semelhança ou correlação, com o effeito rapido que produz um peixe electrico, quando toca qualquer animal. Ha ainda quem pense (como Jaboatão) que o nome *Caramurú Guassú*, equivalente ao de *moréa grande*, foi posto a Diogo Alvares pela *Paraguassú*, logo que o viu em uma das cavidades formadas pelas pedras, ou antes pederneiras da praia, quando essa india andava com o pai, que era um dos chefes da tribu, a colher os despojos do navio naufragado nos baixos do Rio Vermelho na entrada da Bahia de Todos os Santos. Além da affeição de Paraguassú soube Diogo Alvares ir captando a estima dos Indios, ajudando-lhes a salvar varios objectos do carregamento, e ensinando-lhes o uso de muitas cousas completamente alheias a individuos selvagens. O emprego da arma de fogo seria mais uma ampliação da lenda, e viria naturalmente depois, e os certeiros tiros disparados por Diogo Alvares impressionariam a pessoas já bem dispostas a seu favor. Em uma guerra, que os Tupinambás tiveram com os Tapuyas do Passé (continúa a versão legendaria) valeu-lhes de muito a arma de fogo do Caramurú, que matando o inimigo a grande distancia, produziu tal terror, que a mais completa victoria coube aos Tupinambás.

Sendo Diogo Alvares homem habil e civilisado, soube ir augmentando a influencia que adquirira sobre

os Indios a ponto de se tornar, senão seu verdadeiro chefe, ao menos seu indefectivel oraculo. Os maioraes da tribu dos Mairagiquís porfiaram em dar-lhe suas filhas por mulheres; mas d'entre todas as indias a *Paraguassú* foi quem sempre mereceu-lhe maior affecto.

Ha algumas versões que serviram de thema para o lindo poema *Caramurú* de Santa Rita Durão, as quaes fazem Diogo Alvares ter ido á França com a Paraguassú que recebeu no baptismo o nome de *Catharina*, em honra de Catharina de Medicis, mulher de Henrique II. O confronto das datas basta para desmanchar a veracidade de tal episodio; porquanto Catharina de Medicis só foi Rainha de França *em* 1547; na época em que fazem referir esse facto reinava Francisco I (*a*). Ainda mais, quando Martim Affonso de Souza esteve na Bahia em 1531 já ahi encontrou a Diogo Alvares, e não consta que tivesse ido á França depois do seu naufragio; pelo contrario, Pedro Lopes de Souza, no seu diario, aos 13 de Março de 1531, diz o seguinte: — « N'esta Bahia (de Todos os Santos) achámos um homem portuguez, que havia 22 annos estava n'esta terra, e deu razão larga do que n'ella havia ».

A ida, pois, de Caramurú á França, como quasi todos os episodios de Diogo Alvares, é uma lenda interessante, bem dramatisada, e que infelizmente tem sido acceita como facto verdadeiro por litteratos de força. E' muito possivel que a Paraguassú tivesse sido baptisada por qualquer capellão das embarcações que passavam pela Bahia, com o nome de Catharina, em honra da mulher de D. João III, D. *Catharina d'Austria*.

O eminente historiador, de saudosa memoria, V. de Porto Seguro, em um bello trabalho, *O Caramurú perante a Historia*, já tinha desmoronado todas essas lendas sobre tal personagem, cuja nacionalidade ao menos não está provada, não havendo certeza de que

(*a*) Francisco I casou-se em 1514 com Claudia, filha de Luiz XII, a qual falleceu em 1524; depois de viuvo casou-se outra vez em 1530 com D. Leonor d'Austria, viuva d'El-Rei D. Manoel.

fosse Portuguez, natural de Vianna, sendo mais provavel que fosse *Gallego*, como se deprehende de uma carta de Pero de Campo Tourinho, 28 de Julho 1546, fallando terminantemente de Diogo Alvares, o Gallego, que regressava para a Bahia com o infeliz donatario Francisco Pereira Coutinho, que tinha ido procurar um abrigo em Porto Seguro.— O Sr. Senador Candido Mendes, tambem de saudosa memoria, dizia mais que não ha certeza se Diogo Alvares foi effectivamente naufrago, ou se desertor das frotas ou dos navios particulares, como os 2 grumetes da frota de Cabral em 1500; sabe-se apenas que foi um povoador da Bahia.

A historia de *João Ramalho* parece-se com a de Diogo Alvares, menos no episodio da arma de fogo. Em 1512 naufragou João Ramalho nas costas do Brazil perto da actual cidade de Santos: salvo com um seu companheiro, *Antonio Rodrigues*, encontrou bom abrigo entre os *Goyanazes*, e casou-se com *Bartyra*, filha do chefe *Tebyreçá*. Quando annos depois Martim Affonso de Souza achava-se em S. Vicente prestes a travar batalha com os Indios, João Ramalho não só fez sustar as hostilidades, como concorreu poderosamente para a alliança e bons serviços de Tebyreçá.— O Sr. Conselheiro Balthazar da Silva Lisbôa, acompanhando Frei Gaspar da Madre de Deos e outros historiadores, faz remontar o naufragio de João Ramalho a 1490, sendo provavel que tivesse vindo em algum dos navios que navegavam para a Asia e Africa, e que, desgarrado, viesse dar ás costas do Brazil, onde naufragasse.— A admittirmos como certa essa data de 1490, teria Ramalho aportado ao Brazil dous annos antes de Colombo ter descoberto a America, o que duvidamos. (*a*)

(*a*) O Senador Candido Mendes admitte como mais fundada a conjectura de que João Ramalho desembarcou em S. Vicente a 22, ou 25 de Janeiro de 1502, na expedição de Americo Vespucio, com a frota lusitana de que era cabo D. Nuno Manoel ou André Gonçalves.— Diz mais que o *Bacharel de Cananéa* é o mesmo João Ramalho. (*Rev. do Inst. Hist., Tomo XI., 2ª. pte., pag. 184 e segs.*)

A rivalidade, que existia entre as côrtes de Portugal e de Hespanha por causa das possessões do Novo Mundo, em vez de serenar com o tratado de Tordesilhas, parecia querer procurar campo para se desenvolver, e Portugal perdeu por esses tempos um auxiliar de muita valia em Americo Vespucio, que novamente se passára para o serviço de Fernando, o Catholico. — A Hespanha, zelosa dos direitos que o tratado de Tordesilhas lhe garantia, resolveu mandar algumas expedições para o sul da America: n'essa conformidade o Rei Fernando enviou o piloto portuguez (ou andaluz), que se achava ao seu serviço, João Dias de Solis, 1508, em companhia do celebre Vicente Yanez Pinson, que já tinha conhecimento da costa septentrional do Brazil. Esses navegantes chegaram até ao rio da Prata, chamado então pelos Indios *Paraguay*, ou antes *Paraná-Assú*, e regressaram para a Europa com idéas, de que por esse rio podia haver caminho para se ir aos mares da India.

Nomeado *Piloto Mór* de Hespanha, depois da morte de Americo Vespucio, 1512, emprehendeu João Dias de Solis uma segunda viagem ao sul do Brazil por conta da corôa hespanhola e é provavel que tivesse vindo mesmo até a bahia de Nictheroy: continuando a sua navegação dobrou o cabo de Santa Martha, e chegou ao Rio da Prata: mas ahi cahiu n'uma cilada que os Indios lhe tinham armado, e morreu com grande parte da tripulação ás mãos dos selvagens. Os que escaparam voltaram para a Europa fazendo escala pelo cabo de Santo Agostinho, tendo ido préviamente a Pernambuco, d'onde levaram prisioneiros 11 portuguezes, que encontraram em uma feitoria.

Não desanimou a Hespanha com o fim desastrado de João Dias de Solis; preparou uma nova expedição, cujo commando confiou a um portuguez, homem de merito superior, e que por capricho bem pequenino de D. Manoel tinha deixado o serviço de Portugal. — Fernando de Magalhães, que não tinha podido conseguir do seu rei o augmento de *100 réis mensaes* na sua moradia de fidalgo da casa real, ia dar ao Rei de Hespanha a posse de novos descobrimentos, e ligar ao seu nome a gloria de uma das

emprezas então mais arrojadas, a circumnavegação do globo.

Carlos V, que sabia melhor aproveitar os homens do que D. Manoel, deu a Fernando de Magalhães uma esquadrilha de 5 navios com 237 homens de equipagem, em que entravam 30 portuguezes, marinheiros e officiaes, entre os quaes se contavam Ruy Falleiro, e Vasco Gallego de Carvalho. Propunha-se essa expedição a descobrir uma passagem, que pela costa do Brazil e mar do sul fosse ter á India Oriental.

Partiu Fernando de Magalhães de Sevilha a 10 de Agosto de 1519, tocou em S. Lucar, e em Teneriffe, e chegou ao porto do Rio de Janeiro aos 13 de Dezembro; não sabendo que esta bahia já tinha sido descoberta, deu-lhe o nome de *Bahia de Santa Luzia*, por causa do dia da chegada: d'aqui seguiu para o Rio da Prata, e d'ahi continuou a sua navegação até o celebre estreito, a que ligou o seu nome. Depois de trabalhos inauditos e repetidas insurreições conseguiu Fernando de Magalhães afinal atravessar o estreito, e passar para o Oceano Pacifico: continuando a sua viagem para as ilhas Molucas, foi morto pelos selvagens na ilha *Zebú*, uma das Filippinas em 1522. — Sebastião del Cano, commandante do navio *Victoria*, proseguiu então a viagem para a Hespanha, dobrando o Cabo da Boa Esperança, tendo a gloria de ter realizado a circumnavegação do globo, 6 de Setembro de 1522.

Continuando sempre no seu projecto de se intrometter no sul do Brazil, mandou a Hespanha duas novas expedições, uma em 1525 ás ordens de *Sebastião Caboto*, e a outra em 1526, sob o commando de *Diogo Garcia* (portuguez): — cada uma por sua vez visitou a ilha de Santa Catharina, então chamada « *dos Patos* », e foi ao Rio de Solis, cujo nome mudaram para o de « *Rio da Prata* », por causa dos pedaços de prata que encontraram nas mãos dos Indios: suppuzeram os Hespanhoes que havia por esses logares grandes minas d'esse metal, emquanto que a prata, que os indios apresentavam, vinha com toda a probabilidade do Perú.

Na supposição da descoberta de um novo *Eldorado*,

a Hespanha proseguia nas suas expedições ao sul do Brazil, apezar das difficuldades monetarias com que lutava pelas suas dilatadas guerras e questões na Europa. Essas difficuldades tinham mesmo levado a Hespanha a vender a Portugal pelo tratado de Saragoça (22 de Abril de 1529) os direitos que pudesse ter ás Molucas, pela somma de 300,000 ducados, obrigando-se a restituil-a a todo tempo, em que se provasse que essas ilhas estavam dentro da demarcação de Portugal.

Tão afanosas andavam as côrtes portugueza e hespanhola pelas possessões ultramarinas, que o galhofeiro Francisco I, de França, que não tinha cousa alguma na America, queria lhe mostrassem a verba testamentaria de Adão, pela qual tinha repartido o Novo Mundo entre os Reis de Portugal e de Hespanha.

Não terminaremos esta lição sem ponderarmos que as ultimas expedições, de que démos noticia, tiveram logar já no reinado de D. João III, que tinha succedido a seu pai El-Rei D. Manoel, fallecido a 13 de Dezembro de 1521.

LIÇÃO IV

Christovão Jacques e Martim Affonso de Souza

As frequentes expedições dos Hespanhóes ao Sul do Brazil eram motivos mais que sufficientes para reclamações da côrte de Portugal; a Hespanha visivelmente sophismava quanto podia; recommendava aos commandantes das suas expedições que respeitassem os dominios da corôa portugueza assignalados pela celebre linha demarcadora, mas em nada affrouxava o proseguimento dos seus planos.

Para aggravar os embaraços de Portugal sobre o dominio e relações exclusivas, que queria usar para com o Brazil, os Francezes (principalmente de Honfleur e de Dieppe), continuavam a traficar com o littoral brazileiro, armando mesmo corsarios. que faziam grande mal ao commercio portuguez. D. Manoel, occupado inteiramente com os negocios da India, não podia dedicar sua attenção para a sua possessão da America. D. João III, que, como vimos, tinha subido ao throno a 13 de Dezembro de 1521, ia cuidar com vistas mais particulares das cousas do Brazil.

Tendo o novo Rei de Portugal recebido noticia por intermedio de seu embaixador, João da Silveira, que em França se aprestava uma expedição de 10 navios para em larga escala vir commerciar com o Brazil, e aprezar as embarcações que pudesse, mandou preparar uma esquadrilha composta de 1 náo e 5 caravellas armadas em guerra, cujo commando confiou a Christovão Jacques, 1526, com o fim de repellir qualquer tentativa do estrangeiro em terras do seu exclusivo dominio na America do Sul.

Christovão Jacques trouxe por chefes subalternos a Diogo Leite e a seu irmão Gonçalo Leite e Gaspar Corrêa: no fim d'esse mesmo anno chegou ao littoral

do Brazil, e ancorou no canal de Itamaracá, paragem muito frequentada pelos contrabandistas francezes.

No sitio, ao depois chamado — *dos Marcos* —, em *Iguarassú*, fundou Christovão Jacques uma feitoria, e d'ahi seguiu para o Sul costeando o littoral até o Rio da Prata em busca do inimigo. Não encontrando com quem combater, Christovão Jacques regressou outra vez para o Norte, e mandou para Portugal a sua náo carregada de páo brazil; n'essa embarcação seguiu tambem um *Pedro Capico*, que, conforme diz o Sr. V. de Porto Seguro, tinha obtido licença para voltar para o Reino, visto ter findado o *tempo da sua capitania no Brazil*.

Nos mares da Bahia de Todos os Santos encontrou-se finalmente com tres embarcações francezas, que conseguiu metter a pique depois de porfiado combate, logrando aprisionar as tripulações. Dando o Governo de Portugal por finda a commissão de Christovão Jacques, foi esse chefe rendido por Antonio Ribeiro, 26 de Outubro de 1528, que continuou com o mesmo regimento de guardar a costa do Brazil, mas sobre cujos feitos não conserva a Historia noticia alguma.

Reconhecera D. João III que essas expedições, guardas da costa do Brazil, não só não compensavam as despezas elevadas que com ellas fazia, como tambem não apresentavam grande segurança por falta de um ponto de apoio proximo, onde fossem refazer-se de fornecimentos e mesmo de gente. Resolveu, portanto, mandar uma expedição forte bastante para expurgar os intrusos das suas possessões do Brazil, e que pudesse tambem fundar um ou mais nucleos coloniaes em pontos apropriados.

Mandou, pois, preparar uma expedição composta de 2 náos, 1 galleão e 2 caravellas, levando a seu bordo cêrca de 400 pessoas, entre ellas familias inteiras, e por indicação do seu Vedor da Fazenda, D. Antonio de Athayde (ulteriormente Conde da Castanheira), confiou o commando ao Conselheiro Martim Affonso de Souza, fidalgo da Casa Real, Senhor do Prado e de Alcantara, Alcaide Mór de Bragança e do Rio Maior.

Apezar de Martim Affonso de Souza ainda não ter praticado feitos notaveis, os seus dotes pessoaes eram

bastantes para que seu primo D. Antonio de Athayde não se enganasse na escolha que aconselhava, como veiu comprovar não só o exito d'essa expedição ao Brazil, como a brilhante serie de serviços de tão illustre varão na Asia.

De extraordinarios poderes vinha munido Martim Affonso de Souza, por Carta Régia de 20 de Novembro de 1530, para commandar no mar e em terra; podia tomar posse de todo o territorio comprehendido na linha demarcadora, mandando pôr os marcos que julgasse necessarios; competia-lhe a direcção suprema da colonia ou colonias que fundasse; podia conceder terras, sesmarias e capitanias *vitalicias*, a quem julgasse conveniente dar; podia crear tabelliães, officiaes de justiça e outros cargos, tendo, em summa, alçada superior tanto no civel como no crime, até morte natural inclusive, menos para os fidalgos, que em tal caso deviam ser remettidos para Portugal.

Tendo partido de Lisbôa a 3 de Dezembro de 1530 chegou a expedição a 20 d'esse mesmo mez ao porto da Ribeira Grande, na Ilha de Santiago (Cabo Verde), d'onde depois de uma demora de 5 dias continuou a viagem a 3 de Janeiro de 1531. Chegando a 31 de Janeiro á altura do Cabo de Santo Agostinho, aprisionou 3 navios francezes carregados de páo brazil, e com a sua esquadrilha assim elevada a 8 embarcações foi ter a Pernambuco, 17 de Fevereiro.

De Pernambuco despachou Martim Affonso de Souza para Lisbôa a João de Souza com um dos navios aprezados e carregado de páo brazil; mandou queimar um dos outros navios por imprestavel, e fez seguir Diogo Leite com 2 caravellas para o norte afim de explorar o littoral do Maranhão, e d'elle tomar inteira posse. Essa expedição chegou pelo menos até á foz do rio Gurupy, que por isso tomou o nome durante alguns annos de *Abra de Diogo Leite*.

Navegando Martim Affonso de Souza para o Sul do Brazil, foi ter á Bahia de Todos os Santos, 13 de Março, onde se demorou até 17 do mesmo mez: ahi encontrou-se com Diogo Alvares (*o Caramurú*), a quem deixou 2 degradados e sementes de plantas uteis para saber por experiencia a boa qualidade das terras.

Durante a sua estada na Bahia teve a expedição portugueza occasião de presencear um combate naval entre os Indios da Ilha de Itaparica e os que dominavam no continente, no logar em que posteriormente se fundou a cidade do Salvador. As forças dos combatentes orçavam de cada lado em 50 canôas grandes, muitas d'ellas guarnecidas por 60 homens; a victoria coube aos Tupinambás, que á farta banquetearam-se com o seu canibalismo habitual: os poucos de Itaparica que escaparam foram povoar uma ilha, que d'ahi derivou o nome de *Ilha do Medo*.

Depois de ter partido da Bahia de Todos os Santos, viu-se Martim Affonso obrigado a arribar a essa mesma paragem, onde encontrou-se com uma caravella que vinha de Pernambuco, com destino para Sofala, e na qual achava-se um Diogo Dias, victima do saque de um galeão francez na feitoria a seu cargo. Munido de mais essa embarcação com que ficou, seguiu o Capitão Mór para o Sul, e veiu fundear no porto do Rio de Janeiro a 30 de Abril de 1531.

Logo que chegou mandou construir uma casa forte com cêrca em roda, visto não haver ainda feitoria alguma, e despachou para o interior 4 homens que voltaram d'ahi a 2 mezes, depois de terem andado approximadamente 115 leguas, sendo 65 por montanhas muito grandes e 50 por campos extensissimos: trouxeram esses emissarios o Indio, que se julgava chefe ou dono d'aquellas terras, ao qual Martim Affonso de Souza fez muitos presentes. Depois de uma demora de 3 mezes no porto do Rio de Janeiro, diz Pero Lopes de Souza no seu diario, tomando mantimentos para um anno para 400 homens, e construindo 2 bergantins de 15 bancos, continuou o Capitão Mór a sua viagem para o Sul.

Fundeando a 12 de Agosto entre a ilha de Cananéa e o continente, despachou Martim Affonso o piloto Pedro Annes, habil lingua dos Indios, com um dos bergantins a descobrir o que houvesse. Voltou Pedro Annes com um bacharel portuguez, que ahi estava degradado havia 30 annos, desde a primeira expedição de Gonçalo Coelho em 1502, trazendo além disso um *Francisco Chaves*, que muitos tambem querem

que fosse bacharel, e mais uma meia duzia de castelhanos.

Divergem as opiniões sobre quem fosse esse Francisco Chaves; parece-nos porém, mais curial o pensar dos que dizem que elle era um dos desertores da ultima expedição de João Dias de Solis, que não tinham querido seguir a troça dos companheiros tambem desertores, que do Rio da Prata tinham ido para o Perú, morrendo a maior parte d'elles ás mãos dos indios quando de lá voltavam. Outros dous europeus, d'esses que não quizeram ir ao Perú e que ficaram em caminho, foram Francisco del Puerto, que se tornou interprete dos navegantes do Rio da Prata, e Aleixo Garcia, que ao depois prestou relevantes serviços na colonisação do Paraguay. Seja, porém, qual fôr a procedencia d'esse Francisco Chaves, o que é certo é que elle pôde resolver Martim Affonso de Souza a confiar-lhe 80 homens, sob o commando de Pero Lobo, para irem até um paiz riquissimo, d'onde voltariam com muito ouro e com muita prata. Essa expedição, *primeira bandeira* mandada para o interior do Brazil, nunca mais voltou, constando mesmo mais tarde que esses infelizes foram destroçados e devorados pelos *Carijós* perto do rio Iguassú.

Depois de 44 dias de demora em Cananéa continuou Martim Affonso sempre para o sul; dobrando o cabo de Santa Martha, principiou a esquadra a soffrer um prolongado pampeiro; além de muitos outros estragos, um dos bergantins foi naufragar perto da ilha de Santa Catharina, e o navio almirante naufragou na foz do arroyo *Chuy*, salvando-se com difficuldade o Capitão-Mór e quasi toda a tripulação, perdendo-se apenas 7 pessoas e a maior parte das provisões.

Convocado um conselho de officiaes depois d'esses desastres, resolveram que fosse Pero Lopes de Souza com 30 homens e um bergantim pelo Rio da Prata acima, afim de proceder aos necessarios exames e collocação de padrões, e que Martim Affonso fosse esperar o resultado na pequena Ilha das Palmas ao norte do Cabo de Santa Maria.

Preencheu Pero Lopes de Souza a sua missão partindo a 23 de Novembro para o Rio da Prata: depois de haver explorado numerosos affluentes d'esse magestoso rio até o esteiro de *Carandins*, e levantado padrões com as armas de Portugal, voltou á ilha das Palmas, 27 de Dezembro, onde seu irmão o esperava. Depois de uma pequena demora de 4 dias seguiu toda a expedição para o norte com direcção a S. Vicente, onde surgiu a 20 de Janeiro de 1532, desembarcando a 22. (*a*)

Agradando-se da localidade, e reputando-a com todas as condições adequadas, começou Martim Affonso de Souza a lançar os fundamentos de uma colonia regular no Brazil, não tendo até então estabelecido-se no seu littoral senão feitorias mais ou menos provisorias.

Achava-se o Capitão-Mór occupado nos misteres do estabelecimento da sua colonia, quando recebeu noticias da approximação dos indios, que o vinham atacar. Preparado para repellir o ataque, ficou surprehendido ao vêr approximar-se um homem, que sahia das fileiras inimigas, e exprimia-se com toda a naturalidade na lingua portugueza: era João Ramalho, que, como dissemos na lição anterior, havia 20 annos vivia entre os Guayanazes, tendo-se mesmo casado com Bartyra, filha do cacique Tebyreçá. Facil foi a João Ramalho convencer aos Indios das vantagens de uma alliança com os Portuguezes, e os Guayanazes d'ahi em diante foram os melhores auxiliares para a nova colonia. As relações entre os Portuguezes e esses Indios tornaram-se mesmo tão intimas, que muitos dos Guayanazes resolveram receber o baptismo: entre os novos christãos contou-se logo o chefe da tribu, o qual tomou o nome de Martim Affonso (Tebyreçá), e a mulher de João Ramalho, a qual se chamou Izabel. (*b*)

(*a*) A ilha de S. Vicente era conhecida entre os indios pelo nome de *Induá-guassú*, e a de Santo Amaro pelo de *Guaymbé*.

(*b*) Além de João Ramalho havia tambem entre os Indios um outro portuguez, Antonio Rodrigues, alliado de Piqueroby, chefe dos Ururahys, que intimou a Cayuby a vontade de Tebyreçá de viver em paz com Martim Affonso de Souza.

Sem querermos adiantar sobre o que em lição especial temos de dizer sobre os costumes dos Indios do Brazil, seja-nos licito referir desde já que os Guayanazes, a cujas hordas pertenciam tambem os *Guarulhos*, os *Maramomis* e os *Ururahys*, eram uma das tribus menos ferozes que então dominavam no littoral e circumvisinhanças. Não eram anthropophagos, como a maior parte das tribus, que devoravam os seus prisioneiros: habitavam em cavernas, onde entretinham sempre o fogo acceso; tinham costumes brandos: acreditavam n'uma outra vida; dormiam no chão em cima de pelles de animaes ou em cima de folhas, e não em redes; viviam de caça e de pesca, não tendo agricultura, nem animal domestico de qualidade alguma.

Entre os seus usos extravagantes, o que podia revelar crueldade era o seguinte: quando morria algum da tribu, enforcavam um certo numero dos seus amigos e parentes, pessoas do mesmo sexo, para que no outro mundo tivesse companhia; por morte de um chefe enforcavam alguns vassallos, mas não parentes.

Conforme diz o Brigadeiro Machado de Oliveira, além dos Guayanazes tambem os Tupys e os Carijós habitavam o paiz. Os Guayanazes dominavam em cêrca de 50 leguas na parte sul da actual provincia de S. Paulo, confinando a léste com os Tamoyos e a oéste com os Payaguás e outros indios do centro. Os Tupys ou Guaranys occupavam habitualmente o territorio desde o rio Itanhaém ao rio Cananéa com 40 leguas de littoral, tendo a oéste os Carijós por seus visinhos. Os Carijós dominavam desde o rio Cananéa por 70 leguas até o rio dos Patos, que desemboca em frente á ilha de Santa Catharina.

O chefe supremo de todas essas tribus em confederação era Tebyreçá, que residia no alto da serra de *Paranapiacaba* (logar d'onde se avista o mar) nos campos de *Piratininga* (peixe secco); Cayuby, seu immediato, era o chefe das tribus do littoral.

Tranquillo relativamente aos indios, e ajudado mesmo por elles, continuou Martim Affonso de Souza na fundação da sua nova colonia; mandou construir casas de moradia, igreja, cadêa, casa de Conselho, estaleiro, nomeando pessoas idoneas para os cargos

publicos, etc. O padre Gonçalo Monteiro foi o Parocho da nova Igreja, Belchior de Azevedo o provedor da Fazenda, Henrique Montes o Almoxarife, etc.

Mandou igualmente fazer distribuição de terras e sesmarias, tanto na ilha de S. Vicente, como na de Guaymbé, e mesmo no interior, á proporção que foram progredindo as descobertas.

Não satisfeito com essa colonia sómente, Martim Affonso de Souza fundou uma outra 9 leguas por terra dentro, em Piratininga, onde tinha ido visitar o aldêamento de João Ramalho, que da filha de Tebyreçá e de outras indias tinha uma numerosa prole, tendo mesmo muitos filhos já casados. Foi, portanto, João Ramalho o patriarcha d'esses *Mamelukos*, que tão celebres deviam tornar-se nas caçadas dos indios e explorações auriferas.

Em ambas essas colonias introduziu Martim Affonso de Souza toda a casta de animaes domesticos trazidos de Portugal, assim como a canna de assucar vinda da ilha da Madeira, e varios fructos da Europa, que prosperaram admiravelmente.

Mandou estabelecer na ilha de S. Vicente um engenho tocado por agua para a moagem das cannas e fabrico do assucar e da aguardente, e animou, o quanto pôde, o progresso das colonias que tinha fundado.

Resolveu então mandar seu irmão Pero Lopes de Souza a Portugal levar noticias detalhadas do quanto tinha-se passado.

Partindo de S. Vicente em 22 de Maio, foi Pero Lopes ao Rio de Janeiro, onde se demorou até 2 de Julho a fazer mantimentos para 3 mezes; tocou depois em Pernambuco, onde tomou 2 navios francezes, e aprisionou depois de 18 dias de combate a guarnição de um forte, composta de 30 homens, que a náo *La Pélerine* ahi tinha deixado. No principio do anno seguinte, talvez que a 21 de Janeiro de 1533, chegou Pero Lopes ao Algarve, e d'ahi seguiu para Evora, onde estava a côrte, a dar contas da sua gloriosa commissão e da de seu irmão.

Emquanto Pero Lopes navegava para Portugal, chegava a S. Vicente João de Souza com 2 caravellas, trazendo resposta de D. João III com data de 28 de

Setembro de 1532, á carta que Martim Affonso lhe escrevêra. El-Rei elogiava o Capitão Mór pelos seus serviços, fallava-lhe da intenção de dividir o littoral do Brazil em capitanias, promettendo-lhe em doação 100 leguas de costa, e 50 a seu irmão, e autorisava-o a regressar para Portugal, caso lhe parecesse não ser mais precisa a sua presença no Brazil.

Vendo Martim Affonso de Souza as duas colonias por elle fundadas marcharem com toda a regularidade, encarregou o governo da de S. Vicente a Gonçalo Monteiro, e o da de Piratininga a João Ramalho, e em Março de 1533 retirou-se para Portugal, onde foi devidamente apreciado por D. João III, que o nomeou Capitão Mór da India, em cujo cargo continuou a prestar á sua patria os mais relevantes serviços.

LIÇÃO V

Povos que habitavam o Brazil na época do seu descobrimento

§ I

ETHNOGRAPHIA, LINGUA E PERIODO DE CIVILISAÇÃO DOS INDIOS.

A dous grandes grupos ethnographicos podemos reduzir as tribus de indios que habitavam o Brazil na época do seu descobrimento, a saber; 1°, *raça pura ou primitiva*; 2°, cruzamento d'esta, dando em resultado os *tapuyas* e os *tupys*. Com as hordas de origem tapuya e tupy foram logo os Portuguezes relacionando-se durante o correr do seculo XVI; com os representantes da outra divisão ethnographica só mais tarde se relacionaram.

A raça, a que demos o nome de *pura* ou *primitiva*, que tem ainda o seu typo bem caracteristico no *Guaycurú* em Matto Grosso, no *Chavante* em Goyaz, e no *Mundurucú* no Pará, representa um indio *grande*, escuro, *abaúna* (lhe chama o muito illustrado Sr. Dr. Couto de Magalhães), *côr de cobre tirando para o chocolate*, estatura alta e corpulenta, cabellos pretos e duros, molar e orbitas salientes, *olhos horisontaes*, não acompanhando a obliquidade das sobrancelhas como na raça mongolica, quasi recto o angulo do maxillar inferior, o diametro transverso entre os dous angulos posteriores do maxillar inferior igual ao diametro transverso do craneo de um ao outro parietal, caixa thoraxica ampla e bem desenvolvida, o calcaneo grosso, o tarso largo com um pé solido e bem feito. (*a*)

(*a*) A respeito dos Mundurucús diz o competente Sr. Dr. Ladisláu Netto o seguinte:

«Um exame rigoroso do caracter dos Mundurucús, de

O Sr. Dr. Couto de Magalhães, na sua bella obra *O Selvagem*, considera esses indios como os descendentes genuinos da raça autochthona dos chapadões ou *araxás* dos Andes, a qual, emigrando para as planicies, conservou-se pura em algumas localidades, emquanto em outras foi misturando-se com a raça mongolica vinda de oéste, e com a branca vinda de léste. Essa mistura deu em resultado as duas raças *tapuya* e *tupy*, apresentando entre si differença na côr e na estatura, mas conservando a maior semelhança nos outros caracteres physicos.

A época em que se deram esses cruzamentos perde-se na amplidão dos tempos prehistoricos, anteriores não só ao descobrimento do Brazil pelos Portuguezes, como tambem á vinda dos Incas para o Perú. A mistura com a raça que veiu do oéste, explica-se por terem-se cruzado com os descendentes dos asiaticos, que facilmente podiam ter aportado ás costas occidentaes da America Meridional, e transposto os Andes, fazendo suas migrações pela extensa área do territorio do Brazil.

Pelo lado de léste o cruzamento devia ter procedido de povos navegadores do Mediterraneo, *talvez* os Carios da Asia Menor, depois da destruição de Troya, como pensa o Sr. Visconde de Porto Seguro, attribuindo aos *tupys* a mesma procedencia dos *Guanches* das Canarias: ulteriormente quaesquer outros navegantes arrojados ás costas orientaes da America augmentariam as fontes do cruzamento.

Essas duas raças, *tapuya* e *tupy*, approximavam-se mais da raça mongolica e da branca, do que a *abaúna* ou *primitiva*, e reproduziam mesmo em al-

---

sua lingua, de seus habitos e de suas lendas, como de sua industria, collocar-nos-hia na possibilidade, senão na probabilidade de reconhecermos n'aquelle resto de extranha nação uma colonia tolteca ou azteca, deixada á margem do Amazonas pela nação transmigradora, mas tão solidamente constituida sobre as leis da antiga patria, que nem a modificaram os indigenas circumvisinhos, nem a perverteram os Europeus em tres seculos de destruidor dominio». (*Dr. Ladisláu Netto— Archivos do Museu Nacional, tomo II. pag. 163*).

guns casos as leis do atavismo; isto é, apresentavam individuos muito semelhantes a um dos typos primitivos:— haviam alguns quasi brancos, e ás vezes com olhos azues. Da côr mais ou menos clara derivavam tambem os tupys alguns nomes das suas tribus, exemplo:—*tupy-úmas* (tupys pretos,) *tupy-tingas* (tupys brancos), etc.

A raça *tapuya* tinha a côr mais clara (*abajú*) do que a da *abaúna*, approximava-se mais á côr de cobre, e era de estatura mediana; — a *tupy* tinha a côr amarellada, puchando mais para a côr de canella, do que para a de cobre, e era de estatura em geral pequena. Quanto aos outros caracteres physicos tanto os tapuyas como os tupys tinham os cabellos longos e geralmente asperos (mas ás vezes lisos), a fronte baixa, as orbitas e molares menos salientes, e *face menos quadrada* do que a raça abaúna, apresentando um rosto largo e angular, *olhos pequenos com direcção obliqua*, sobrancelhas delgadas e arqueadas, nariz pequeno e mais ou menos achatado, narinas grandes (*a*), dentes brancos, labios espessos, pouca ou nenhuma barba no homem, orelhas pequenas, pescoço curto e grosso, peito largo, a barriga das pernas finas, pés e mãos bem feitos, o dedo grande do pé muito separado do immediato, e as mulheres tendo fórmas delicadas e regulares.

Tanto as mulheres como os homens desfiguravam-se furando as orelhas, as faces, e o septo nasal, e por esses furos introduziam *metáras* ou batoques (d'ahi o nome de botucudos). Pintavam o corpo de diversas fórmas com tinta negra de genipapo, e a face e os pés de vermelho com urucú. Alguns sarjavam o corpo com dente de cotia, e tornavam essas sarjaduras du-

---

(*a*) Segundo o Sr. Dr. Rodrigues Peixoto, o craneo tupy é mais curto, mais baixo e menos grosseiro do que o do *Botocudo* (Aymoré, etc.); o seu indice cephalico é mesaticephalo, com tendencia á brachycephalia; a abobada é arredondada e o diametro basilo-bregmatico menor do que o transverso maximo; a face é relativamente menor, menos chata, menos prognatha; o indice nasal é platyrrhinio na visinhança dos mesorrhinios, e as orbitas megasemas.

radouras por meio de uma côr qualquer. Traziam o cabello cortado por cima das orelhas; alguns o deixavam crescer mesmo extraordinariamente, como a tribu *dos Encabellados*, e outros usavam do cercilho, como os *Coroados*, em Minas-Geraes.

Se no physico os *tapuyas* pareciam-se tanto com os *tupys*, com differença apenas da côr e da estatura, não succedia o mesmo em relação aos outros caracteres ethnicos, isto é, quanto á lingua, e quanto a certos usos e costumes.

As tribus *tupys*, apezar de terem diversos dialectos, possuiam no entretanto uma *lingua geral*, pela qual todas se entendiam, emquanto não se dava o mesmo com os tapuyas.

Os *tupys* achavam-se n'um periodo de civilisação mais adiantado do que os *tapuyas*, que eram completamente errantes, vivendo só de caça e pesca, não tendo habitações por elles fabricadas, nem possuindo lavoura de qualidade alguma. Os tupys tinham as suas *tabas* ou aldêas, habitavam em ranchos ou palhoças *(ócas)*, cultivavam o milho, o feijão, a mandioca, com a qual fabricavam não sómente a farinha como tambem os bolos de *cariman*, o *cauim*, etc.

Os *tupys* devoravam seus prisioneiros de guerra por vingança e odio, em solemnidades revestidas de tal ou qual caracter religioso; — *os tapuyas* além do odio e da vingança tinham tambem a gula como incentivo poderoso da sua anthropophagia.

Accresce mais que o apparecimento dos tupys no Brazil é muito posterior ao dos tapuyas; os novos invasores venceram depois de encarniçadas lutas aos occupadores antigos das terras: os vencidos fugiram para os sertões e montanhas, como os Aymorés, os Cayriris, etc.; os vencedores levantaram suas aldêas pelas regiões do littoral e pelas margens dos grandes rios navegaveis. A propria palavra *tapuya* significa *barbaro*, e mostrava bem o conceito que os tupys faziam dos antigos possuidores do paiz antes da sua chegada.

Com o perpassar dos tempos a raça tupy foi multiplicando as suas tribus, a ponto de preponderarem não só no Brazil, como em toda a extensão de terreno

representada pelas grandes linhas do triangulo limitado pelo lago de Maracahybo, embocadura do Prata e cabo de S. Roque. As hordas *guaranys* ou *tupys*, no principio do seculo XVI dominavam não só no Brazil, como em Venezuela, Guyanna, planicies orientaes e *llanos* da nova Granada, do Equador e do Perú, e no Paraguay. Não se infira, porém, das nossas palavras, que os tupys ou guaranys tivessem-se irradiado do Brazil para as outras localidades mencionadas; tudo leva a crêr que fosse exactamente o contrario, e que d'ahi viessem para cá. O Sr. Visconde de Porto Seguro e alguns historiadores de monta dão aos *Carahybas* (Carybas ou Carys) a mesma ethnographia dos tupys ou guaranys. — *Os Carijós*, tribu das mais meridionaes do Brazil, só pelo nome indicam a mesma procedencia, quando não sobejasse a extrema parecença, para não dizer identidade, dos caracteres physicos, da linguagem, crenças, tradições, usos e costumes.

Ha mesmo quem pense, e a nosso vêr com muito bons fundamentos, que a migração dos tupys pelo Brazil se tivesse effectuado por duas grandes secções; uma, seguindo o valle do Amazonas e d'ahi para o sul ao longo da costa; outra, acompanhando o valle formado pelos dous rios Paraguay e Paraná, e d'ahi para o norte. Em que época se deu essa migração e invasão dos tupys é o que por emquanto não se póde precisar; o que é fóra de toda a duvida é que foi em éra muito remota, anterior mesmo ao estabelecimento dos Incas no Perú.

O Sr. Florentino Ameghino na sua excellente obra — *La Antiguedad del Hombre en el Plata*—, diz que: « — a raça guarany, desde um ponto central que parece ser o Paraguay, irradiou-se em todas as direcções, mas principalmente para o norte, direcção que seguiram suas mais longinquas emigrações. Os tupys vindo do sul invadiram o territorio actual do Rio de Janeiro, d'onde arrojaram os tapuyas. Os tupiaés invadiram o Brazil vindo do sudoeste, onde foram atacados pelos tupinambás, que vinham do outro lado do S. Francisco, provavelmente do Paraguay. Avançando continuamente para o norte englobaram um grande numero de nações differentes, occupando toda

a parte septentrional do Brazil, as Guyanas e Venezuela, onde suas principaes parcialidades são conhecidas debaixo dos nomes de galibis, caribes, omaguas, tamanaques, oyampis, otomaques, etc., e conservam a tradição de terem vindo do sul. — ».

Uma das provas mais decisivas da antiguidade d'esses indios brazileiros encontramos nós na linguistica, que tantos serviços presta nas questões de anthropologia, e que sempre deve decidir em referencia ás raças, como judiciosamente opina o Sr. Frederico Muller, de Vienna: elles tinham uma lingua geral, o *tupy* ou *guarany*.

Continuando a soccorrer-me da valiosa opinião do Sr. Dr. Couto de Magalhães na sua magnifica obra *O Selvagem*, e segundo a classificação morphologica de linguas *monosyllabicas, agglutinantes* e de *flexão*, temos entre as linguas agglutinantes da America: 1°, o grupo das Aryanas, com milhares de vocabulos sanskritos, indicando o cruzamento dos indios da America com essa familia branca; ex.: o *quichúa* (lingua dos Incas), o *quiché* com os dialectos *chaquechiquel* e *tutuil*, ainda parentes das linguas europêas aryanas; 2°, linguas geraes não aryanas, como o *tupy* ou *guarany* e o *kiriri*.

Pelos trabalhos dos versados na lingua tupy ou guarany, chega-se á conclusão de que não sómente essa lingua primitiva não soffreu mescla com o sanskrito nem com o hebraico, como tambem é quasi contemporanea ou mesmo coeva d'essas linguas tão antigas. Ha quem pense que d'entre as linguas do Brazil talvez só o *Guaycurú* tenha affinidade com o sanskrito. Outro tanto não succedia com o *quichúa*, segundo a opinião do padre Brasseur de Bourbourg, Fidel Lopes, Nodal, e outros, que querem que do sanskrito lhe tivessem provindo cêrca de 2,000 raizes.

A lingua tupy ou guarany era agglutinante, como dissemos; mas tinha inflexões verbaes, e alguns autores a põem de par com as fimongrias (turca e hungara), e até o egypcio antigo. Faltavam as articulações fê, lê, rê, vê, e zê fortes; tinha, porém, 42 sons vogaes, que o padre Montoya designa pelas 6 vogaes com 7 accentos cada uma.

Para conjugarem os verbos usavam da formula diametralmente opposta á seguida pelas linguas aryanas : a parte variavel, que chamamos terminação, elles punham antes da raiz ou invariavel ; ex.: *mat-o, mat-as, mat-a*, elles diziam *a-juca, re-juca, o-juca*.

A numeração fundamental não passava de 5, e Anchieta dizia que os indios nem sabiam contar 5 ; — acima de 5, ou de 10 (os 10 dedos das mãos), e entre algumas tribus acima de 20 (addicionando os dedos dos pés) diziam *tubá*, muito. A numeração quinqual estabelecia bem a differença com a civilisação dos Mexicanos e dos Peruanos, unicos na America que conheciam a decimal.

Compunham palavras antepondo e pospondo umas ás outras; ex.: *ca-pi*, relva tenra, *capi-vára*, comedor de capim.

Em relação ao periodo de civilisação em que se achava o selvagem do Brazil na época da chegada dos Portuguezes, é versão corrente que elle achava-se no periodo chamado de PEDRA POLIDA, conhecendo o uso do fogo, e a arte ceramica, mas sem saber fundir os metaes, arte que no Perú estava em andamento.

Elles cultivavam a mandioca, o cará, o algodão, o milho, o feijão, e mesmo o cacáo. Admira que tendo uma agricultura, por fórma alguma rudimentaria, não tivessem domesticado uma só especie zoologica brazileira, emquanto no Perú os indios já tinham domesticado o *lhama*, o *guanaco*, a *vicunha* e o gato.

Entre os monumentos pre-historicos da civilisação dos indigenas brazileiros, citaremos a celebre collina artificial *Ilha do Pacoval*, na ilha de Marajó, onde se descobriu o mais importante dos ceramios do Pará.

Contém o *ceramio de Pacoval* urnas funerarias, utensilios domesticos, taes como potes, furnas de farinha, bacias, idolos representando figuras humanas, etc. Diz o Sr. Derby : — « Quasi todos esses objectos são ornamentados com gosto admiravel, com figuras pintadas ou gravadas, sendo os desenhos pela maior parte decorativos, raras vezes representando objectos naturaes. Figuras em relevo, representando varios animaes, inclusive o homem, são communs nos bordos e azas das vasilhas. » As descripções dos Srs. Hartt e Derby

no volume VI dos Archivos do Museu, pag. 17 e seguintes, e as Investigações sobre a Archeologia Brazileira, pelo Sr. Dr. Ladisláu Netto, são magnificas a este respeito. Pela analyse da disposição e perfectibilidade das tres secções ou camadas do ceramio de Pacoval, chegou o Sr. Ferreira Penna á conclusão que elles representam outras tantas phases de uma *civilisação decrescente* do povo, *Aruans*, que antigamente habitava a ilha de Marajó.

Os ceramios de *Maracá*, na Guyana Brazileira, *da costa do Pará*, no districto de Obidos, e de *Miracanuéra*, 14 milhas acima de Serpa, são inferiores ao de Pacoval, com o qual apenas rivalisam os de *Santa Isabel*, ao noroéste do lago Arary, e o dos *Camutins*, tambem na ilha de Marajó.

Outros monumentos prehistoricos dos nossos indios são os *sambaquis* verdadeiros *Kitchen midden*, ou *Kjokkenmoddings* brasileiros, que se encontram ao longo do nosso littoral, principalmente nas provincias do sul, e que são obra de uma outra raça muito menos civilisada do que a dos *mound-builders* amazonenses. O Sr. Dr. Rodrigues Peixoto, que com a sua habitual proficiencia analysou diversos craneos dos constructores dos sambaquis, julga que actualmente o representante d'essa raça seja o *Bugre do Paraná*.

Muitissimo mais antigos do que os craneos dos constructores dos sambaquis, e do que os dos *mound-builders* amazonenses, são os encontrados em estado fossil pelo sabio dinamarquez, *Dr. Lund*, na Lagôa Santa, em Minas Geraes.— (*a*) O Sr. Dr. Rodrigues Peixoto suppõe que o *Botocudo* (Aymoré, etc.,) seja o resultado do cruzamento da raça dos sambaquis com a do homem da Lagôa Santa. Não entramos na descripção craniometrica d'essas diversas raças, mais ou menos dolicocephalas, para não alongarmos demasiadamente a lição, e mesmo para não mudarmos

---

(*a*) Vide as interessantissimas cartas do Sr. Dr. Lund, publicadas na Rev. do Inst. Hist., Vol. VII e XI; — Mr. de Quatrefage, *L'homme fossile en Brésil et ses descendants actuels*; Marquis de Nadaillac, *L'Amérique préhistorique*, etc.

o nosso ponto de historia para um de ethnologia; mas se quizerdes consultar o VI Vol. dos Archivos do Museu Nacional encontrareis a ultima palavra sobre a questão.

Não ha dados para se calcular o numero do gentio no tempo do descobrimento do Brazil; calcula-se geralmente de 500,000 a um milhão, como tambem se poderia elevar esse numero a dous milhões. Poucas tribus, e essas mesmas do littoral apenas, foram logo conhecidas; outras, tambem do littoral, só mais tarde o foram; e de muitas do interior só 200 annos depois se teve noticias: ainda hoje ha uma quinta parte do territorio do Brazil completamente desconhecida, onde habita o indio inteiramente selvagem.

Pelas regiões que habitavam as tribus durante a vinda dos Portuguezes, estavam os *Potiguares* na costa do Rio Grande do Norte, os *Caethés* immediatos até o Rio de S. Francisco, os *Tupinambás* na Bahia, os *Tupiniquins* em Porto Seguro, invadidos depois pelos Aymorés; os *Goytacazes* em Campos, os *Tamoyos* desde Cabo Frio até Angra dos Reis, os *Guayanazes* em S Vicente, os *Guaranys* ou *Tupys* desde o rio Itanhaem até Cananéa, os *Carijós* d'ahi até ao rio dos Patos; mais tarde foram apparecendo os *Payaguás* em Matto-Grosso, os *Cayapós* em Goyaz, os *Cataguazes* em Minas, os *Muras*, *Mauhés*, *Mundurucús* no Amazonas, os *Guaycurús* no Alto Paraguay, etc.

§ II

TABAS OU ALDEAS: USOS, ARMAS E COSTUMES DOS INDIOS

As tabas ou aldêas dos indios eram a reunião de uma meia duzia de ranchos, *ócas*, sem divisões internas, cobertos de capim, palha ou folha de palmeira, com duas ou tres portas muito pequenas, em torno de uma praça, *ocára*, circulando tudo isso havia uma trincheira ou cêrca de páo a pique, *cahiçára*, em que figuravam espetadas as caveiras dos inimigos, ou mortos na guerra, ou devorados posteriormente.

N'essa cêrca havia sempre uma unica entrada, e em

tribu nenhuma se encontrou o uso de fossos para resguardarem ainda mais a trincheira.

O rancho, ou casarão, era habitado por diversas familias, quer fossem ou não parentes; em algumas hordas chegavam a morar n'um rancho trinta ou mesmo quarenta casaes; se usavam de rêdes, amarravam-as entre os esteios; algumas tribus dormiam sobre estrados ou giráos, em que estendiam folhas ou pelles de animaes. Tinham o fogo constantemente acceso no meio dos ranchos; se por acaso o fogo apagava-se, accendiam-o de novo, fazendo girar com muita rapidez um páo muito pontudo e duro sobre um outro de madeira mais molle, e no qual faziam uma pequena cavidade, onde punham um pouco de algodão ou folhas seccas, ou casca em pó de qualquer arvore para fazer o effeito de isca.

Por utensilios domesticos tinham o *patiguá*, ou *panicú*, especie de canastra de palha, a rêde, a cuia, a cabaça para a farinha, e a *iguaçaba*, ou pote para vinhos.

As tabas em geral duravam apenas 4 annos, já porque no fim d'esse tempo as madeiras apodreciam, já porque na visinhança a caça e a pesca escasseavam, se não desappareciam. O aldêamento abandonado chamava-se *tapéra* (de taba-o'ra, aldêa que foi). Para ter logar a mudança da taba para uma outra localidade era preciso que assim decidisse o conselho da tribu, ou *Nhemongaba*.

Andavam os indios em completa nudez, menos algumas tribus em regiões mais frias, que se cobriam com pelles de animaes. Era uso trazerem na cabeça um cocar de pennas amarellas ou vermelhas, *acanguape*, e *kanitar*; no pescoço, os homens traziam um collar de ossos pequenos ou de dentes de inimigos, *ayucára*, as mulheres usavam de collares e pulseiras de contas de diversas côres. Na cintura traziam uma faxa de pennas, *enduape*, para os homens, e *arasoyá*, para as mulheres: sobre os hombros um manto de pennas, *açoyaba*. As donzellas traziam umas ligas vermelhas, *tapacorá*, como distinctivo de virgindade.

Quasi todas as tribus eram anthropophagas, com a differença que os tupys devoravam os seus prisioneiros por vingança ou odio, e os tapuyas o faziam tambem

por gula. Entre os tapuyas era costume geral os filhos matarem e devorarem os pais, mãis, e parentes que se achavam inutilisados por uma idade muito avançada, ou entregues a molestias de que pensavam não poderem restabelecer-se. Julgavam os tapuyas que não podia haver melhor sepultura para as pessoas de sua particular estima do que os estomagos dos seus amigos.

Alimentavam-se de caça, pesca, fructas, inhames, mandioca, milho, etc. Para a caça serviam-se de flexas, laços, armadilhas, *mundéos*, etc.; para a pesca usavam de uma especie de anzóes, *pindás*, de rêdes, *puçás*, covos afunilados, *giquis*, setas, vegetaes nocivos como o cipó timbó, o tinguy, o cruopé, etc.

A maneira de preparar os alimentos era assal-os sobre brazas, *moquear*, ou cosinhal-os em panellas, ao que chamavam *Nhaempepó*, misturando no caldo farinha de mandioca; assavam o peixe miudo no borralho. Em algumas tribus usavam de um forno especial para os assados; faziam no chão uma cova que forravam com folhas, punham ahi a carne ou peixe que queriam assar; cobriam com folhas e depois com terra, e faziam fogo por cima de tudo isso: quando julgavam a comida prompta, tiravam o fogo e descobriam a cova. De ordinario não bebiam durante a comida, mas sim depois. Não tinham horas fixas para as suas refeições: comiam a toda a hora do dia e da noite, o ponto era terem o que; nada guardavam, e chamavam sempre os circumstantes para tomarem parte nos seus manjares. Se tinham vinho preparado de seus fructos ou raizes, bebiam regaladamente sem a menor reserva.

Tinham canôas, a que chamavam *igára*, quando era feita de tronco de arvore, e *ubá* da casca ou cortiça das arvores; aos remos chamavam *apecuitá*.

Gostavam muito da dança (*poracé*) e da musica; os Jesuitas, homens de muito juizo, aproveitaram-se d'essas duas inclinações dos indios como elementos civilisadores. Os instrumentos indigenas de musica eram *o maracá*, chocalho feito de uma cabaça com pedrinhas dentro, e ornado com pennas de guará; —*a inubia*, buzina, *uay*, tambor, *memby*, gaita feita do femur do inimigo, o *boré*, etc.

As armas offensivas eram : o arco, *urupará*, flexas, *huhy*, tendo na ponta ossos e dentes afiados, e ás vezes hervadas. Os *Guaiós*, tribu dos tapuyas, eram insignes na arte de envenenar as setas. Tinham tambem a maça ou clava, *tacape*, chamada *Ivarapema*, quando destinada para sacrificios anthropophagos : — lanças de páo, com a ponta afiada, *murucús*, e algumas tribus, como os *Ubirajáras* pelo sertão da Bahia, usavam por unica arma umas facas ou punhaes de madeira, de 3 palmos de comprimento, muito pontudas e afiadas, que arremessavam com muita destreza. No Amazonas usavam tambem da *esgavaratana*, tubo com bocal e mira, pelo qual atiravam por meio do sopro setas finas e hervadas.

Algumas poucas tribus usavam escudos feitos de couro de anta, *tapir*, de jacaré, de peixe-boi ou de qualquer outro animal de couro muito duro.

Para trabalharem no matto, e ás vezes para a guerra, empregavam umas machadinhas de pedra polida, ordinariamente verde : no Amazonas essas machadinhas eram feitas de casca de tartaruga.

Eram os indios essencialmente vingativos e crueis; bravos nos combates; impassiveis no soffrimento physico, zelosos da sua independencia; nada previdentes, viviam como os francezes dizem *au jour le jour*, eram muito desconfiados e promptos a quebrarem qualquer contracto feito, logo que a menor suspeita lhes atravessasse o espirito.

Têm os sentidos muito apurados ; vêem e ouvem perfeitamente, distinguem em uma distancia extraordinaria cousas que a um europêu passariam desapercebidas; o olfacto n'elles é tambem agudissimo.

Com muito poucas excepções os indios abraçavam a polygamia, e por qualquer resinga abandonavam as mulheres, que tinham, para se casarem com outras. As mulheres tinham tambem a mesma faculdade para se divorciarem. Os impedimentos de sangue para o matrimonio eram : mãi, irmã ou filha : os casamentos preferidos eram de tios com sobrinhas, como diz Gandavo.

Não havia solemnidade na occasião do casamento, nem se podia effectuar antes da puberdade da mulher;

o marido levava a mulher para sua companhia, depois de ter dado aos pais da noiva um presente ou valor qualquer, muitas vezes o valor era representado por serviços prestados. A primeira mulher quasi sempre gosava de predominio sobre as outras. O indio tinha obrigação de casar-se com a cunhada que tivesse enviuvado.

Logo depois de nascer recebia a criança um nome, quasi sempre o de uma arvore, peixe ou ave, ou de qualquer animal: com o correr dos annos, por seus feitos contra o inimigo, accrescentava o homem a esse nome um outro de guerra.

O periodo de amamentação não tinha duração marcada; a criança ia mamando até a mãi não ter mais leite ou apresentar-se novamente gravida: assim não era raro vêr-se *columins* de 6, e mesmo 7 annos ainda mamando. O pai chamava ao filho *taira* (proveniente do seu sangue), e a mãi chamava-o *membira*. A condição paterna era invariavelmente herdada pelo filho, e não a materna; se o pai era livre, o filho tambem o era; se escravo, o filho seguia a mesma sorte, e tinha de ser devorado em anthropophaga bacchanal, se tivesse nascido na tribu de que seu pai tinha sido prisioneiro de guerra.

O filho era, na segunda infancia, educado pelo pai, que lhe ensinava o manejo das armas e os misteres da vida do selvagem; as filhas ficavam directamente sob o poder materno aprendendo as occupações domesticas. Quem tinha muitos filhos era por isso mesmo mais considerado e respeitado. O uso dos banhos era geralmente introduzido entre os indios.

Occupavam-se os homens exclusivamente da guerra, pesca e caça, roçar o matto, e preparar a terra para as plantações; todos os outros misteres pertenciam ás mulheres, como plantações, colheitas, preparações das comidas, fabricação dos utensilios domesticos, bebidas fermentadas, venenos, etc., e por contrapeso nas mudanças, viagens e marchas, era a india um verdadeiro animal de carga, carregando o trem de casa, e por cima ainda o filho, se esse fosse pequenino. Em qualquer marcha, fóra do recinto da aldêa, o marido andava adiante, e a mulher atrás, para que o homem

pudesse brigar com o inimigo, e a mulher ter tempo de fugir; na volta para casa dava-se o inverso pela mesma razão.

Nas suas doenças tratavam-se os indios por meio de plantas e principalmente pela dieta: usavam frequentemente da sangria feita por meio do dente de cotia, ou por outro artificio. Nas mordeduras de cobra, ou de qualquer animal venenoso, sarjavam a ferida, extrahiam o sangue, e applicavam o calor do fogo; nas feridas antigas empregavam tambem o calor brando do fogo, e depois untavam a parte com oleo de copahyba, ou qualquer outro ingrediente indigena; por exemplo o summo do talo da bananeira.

Em algumas tribus, quando não havia mais esperança de salvar o doente, o abandonavam, ou matavam mesmo para abreviar-lhe os soffrimentos. Algumas hordas tapuyas tinham o costume de os extremamente velhos ou os desenganados pedirem a seus parentes e amigos que os matassem e comessem.

Os enterramentos faziam-se em cova, *tibi*, dentro do proprio rancho do finado, ou em cemiterio, *tibicoára*. Algumas tribus punham os seus mortos acocorados dentro de potes ou talhas de barro, *iguaçabas*, a que depois davam sepultura, que devia sempre ser aberta pelo parente mais proximo, ou pelo viuvo, no caso de fallecimento de uma mulher casada. Era geral o uso das carpideiras junto ao cadaver, ou proximo da sepultura: no necrologio, que faziam habitualmente do finado, recordavam os seus feitos na guerra, suas qualidades indomitas, etc.

Entre os *Purús*, em honra do finado, entoavam cantos folgazões, e faziam em si incisões profundas, guardando jejuns expiatorios. Os *Passés* acreditavam que as almas dos guerreiros valentes, e que tinham sido obedientes aos *Pagés*, iam habitar um céo predestinado, cheio de gloria, e illuminado constantemente pelo sol.

Entre os *Guaycurús*, depois que se tornaram essencialmente cavalleiros, (*a*) punham á cabeceira da sepul-

(*a*) Os Guaycurús houveram dos Hespanhóes do Paraguay e do Perú os primeiros cavallos de que provieram as manadas

tura não sómente as armas do finado, como tambem o seu cavallo de batalha, ao qual previamente matavam. Os *Xumanas* queimavam os ossos dos seus mortos, porque suppunham que a alma reside na medulla dos ossos; misturavam as cinzas com bebidas fermentadas, e bebiam essa mistura em festivas libações para abrigarem dentro de seu corpo a alma dos seus amigos.

O costume seguido por quasi todas as tribus de, junto aos mortos, collocarem armas, rêdes, comidas e bebidas, induz a suppôr que acreditavam n'uma outra vida, onde essas cousas podiam ser necessarias. Era mesmo crença entre os *Tupys* que os guerreiros valentes iam depois da morte habitar as montanhas azues, onde teriam os melhores banquetes em companhia de seus avós. Entre os *Camacans* a metempsycose era geralmente admittida.

§ III

RELIGIÃO — FORMA DE GOVERNO — GUERRAS — MATANÇA DOS PRISIONEIROS

A religião não era a mesma para todas as tribus, e assim devia ser entre individuos, que não tinham relações frequentes entre si, senão para se guerrearem, e que não tinham intelligencia bastante esclarecida para comprehenderem a idéa de um Deus, Supremo Creador e Regulador do mundo por meio da Omnipotencia e Sabedoria infinita.

Em algumas tribus da parte septentrional do Brazil, principalmente nas do interior, observava-se uma especie de culto ao sol, culto parecido com o seguido no Perú principalmente antes da chegada dos hespanhóes, fazendo isso crêr que essas tribus tives-

---

que foram criando.—Segundo Cesar Cantú, os cavallos foram da Andaluzia para Cuba e Hispaniola, d'onde passaram para o Mexico e Perú.—

sem affinidade de origem com as que habitavam no imperio dos Incas, e que das regiões dos Andes tivessem vindo foragidas.

Em outras tribus do Amazonas adoravam não só o sol, como a lua, e as constellações, attribuindo ao sol affeição ao homem, á lua protecção á mulher, e ás constellações influencia na fructificação das arvores, amadurecimento dos fructos, destruição de insectos, abundancia de caça e pesca.

Entre os Tupys, que dominavam a região média do Brazil, o systema geral de theogonia fundava-se na existencia de tres divindades superiores, além de *Tupan*, ao qual attribuiam ainda maior poder. Essas tres divindades eram: o Sol (*Guaracy*, mãi dos viventes), — a lua (*Jacy*, mãi dos vegetaes), e *Rudá* ou *Perudá*, deus do amor, encarregado de promover a reproducção dos seres creados.

Além desses deuses admittiam mais outros seres sobrenaturaes, aos quaes tributavam tanta, ou maior veneração, e que têm sido considerados por alguns escriptores como os demonios ou principios máos, em que os indios acreditavam. Assim tinham elles o *Anhangá* que presidia á caça do campo, e que era representado por um veado branco com olhos de fogo: tinha por missão particular perseguir os indios que inutilmente destruissem a caça e commettessem outros maleficios.

Os *Macachéras*, que acompanhavam os guerreiros em suas expedições, e presidiam aos caminhos; os *caapóras*, que presidiam á caça do mato, e que habitavam nos buracos das arvores, d'onde sahiam tomando a fórma de meninos, ou de homens enormes cobertos de pellos negros por todo o corpo e pelo rosto, montados em um *Tapyr* (anta) ou *caitetú* (porco do mato), precedido por vagalumes, e fazendo com que as pessoas que os encontrassem se sahissem mal de tudo quanto emprehendessem.—D'ahi se derivou a palavra *caipora*. — Os *Curupiras*, protectores das florestas, e que armavam laços e enganos, e que presidiam aos pensamentos. — Os *Moraguiganas*, que annunciavam a morte, etc. Além d'esses, havia tambem o *Sacy-Cerére*, o *Emhoitatá*, o *Urutaú*, etc.

O fetichismo era seguido por muitas tribus, que adoravam um objecto qualquer, animado ou não, ao qual consideravam como sua divindade tutellar. Os *Caethés*, por exemplo, consideravam o *maracá* como uma divindade, e lhe tributavam o mais reverente culto, conforme o *pagé* o manobrava, e fazia interpretar os movimentos que lhe imprimia. Em todas as solemnidades publicas apparecia o *maracá sagrado*, tanto na paz como na guerra, e tanto presidia a dansas e festins, ás plantações, ás colheitas, como ás deliberações importantes da tribu, a combates, e á carnificina canibal dos prisioneiros.

Os *Tapajós* e outras hordas do Amazonas attribuem aos seus idolos influencia directa não sómente sobre o nascimento do homem, como sobre todas as acções humanas.—Os *Machaculis* consideravam a onça como a primeira divindade, e veneravam muito os sonhos. — As cabildas das margens do Guarapuava adoravam uma effigie pequenina de papagaio.—A numerosa tribu dos *Aymorés* era essencialmente idolatra, e tinha tantos idolos, quantos a sua phantasia podia produzir.

A par dessas idéas excentricas sobre religião tinham os indios em geral uma tradição, que em era remotissima tinha apparecido entre elles um homem extraordinario, um semideus, *Sumé*, que lhes tinha ensinado os usos da mandioca, e algumas outras cousas uteis.

O que mais nos deve admirar em todos esses assumptos de religião das diversas tribus era a autoridade absoluta que os *pagés* exerciam tanto no espiritual, como em muitas circumstancias temporaes, inclusive sobre a maneira de viver da tribu a que pertenciam; impondo-se como unicos medianeiros entre a divindade e o homem, fieis interpretes da vontade divina mysteriosa, eram cégamente obedecidos. Entre os *Purús*, os *Coroados*, e *Cayapós* tinham mesmo os *pagés* o poder de exconjurarem os eclipses do sol e da lua. Tambem não era com facilidade que um indio qualquer chegava a ter a posição e a influencia de um pagé, *piaga*, ou *caraiba* tambem lhe chamavam, era preciso um noviciado longo, acompanhado de jejuns frequentes, de macerações profundas, de provas repetidas de uma constancia inquebrantavel, e de uma im-

passibilidade inabalavel aos maiores soffrimentos physicos.

No isolamento profundo em que viviam, em alguma *tapéra* ou *tujupar*, aprendiam no grande livro da natureza os effeitos das plantas, e faziam experiencias sobre animaes: além d'isso herdavam tambem dos outros pagés os conhecimentos anteriormente adquiridos em gerações successivas, não sómente sobre a efficacia dos vegetaes medicamentosos e venenosos, como tambem sobre todos os meios de impressionar e dominar o espirito nimiamente superstícioso dos selvagens.

Teria sido um bom meio de reconstruir em grande parte a historia dos indios do Brazil a coadjuvação dos pagés n'esse sentido; em algumas expedições guerreiras os Portuguezes não se dedignaram de recorrer á influencia d'esses feiticeiros sobre os indios alliados.

Assim como os indios não tinham uma religião igual para todas as tribus, o mesmo lhes acontecia quanto á fórma de governo. Em geral o chefe ou *morubichaba*, que commandava com autoridade absoluta na guerra, durante a paz tinha tambem influencia; mas para as deliberações magnas consultava a assembléa da tribu *(Nhemongaba)* reunida na *ocára* ou praça. A dignidade de chefe ou cacique era electiva, escolhendo-se de preferencia o guerreiro mais valente e mais apropriado para dirigir as emprezas de guerra: em igualdade de circumstancias de valentia e capacidade militar vencia na eleição o filho ou o sobrinho do chefe que tivesse fallecido.

Para individuos ainda em tão grande atrazo de civilisação não havia legislação: entre os da mesma tribu só era castigado o crime de homicidio: o assassino era entregue aos parentes do morto, os quaes empregavam a pena de talião. Nas outras circumstancias da vida dominavam o direito natural e o direito do mais forte com todas as suas consequencias.

A guerra, uma vez decidida em conselho da tribu, era emprehendida sempre de sorpreza, sem prévia declaração: depois de tratarem de incendiar os ranchos de palha da *taba* inimiga por meio de setas disparadas com algodão inflammado, começavam o ataque

tumultuariamente sem ordem de combate, e com uma gritaria infernal; sahindo-se mal da peleja travada, retiravam-se precipitadamente: — se tinham bom resultado, incendiavam a taba inimiga, e os despojos que não podiam carregar, reservando sempre os prisioneiros para a sua festival anthropophagia.

A matança dos prisioneiros tinha logar de preferencia na festa do *cauim*, que era uma bebida fermentada feita de milho e de mandioca. Amarrado pelo pescoço e pela cintura por cordas de algodão ou de embira, a que chamavam *mussurana*, era o prisioneiro levado ao logar do sacrificio, quasi sempre a *ocára* ou praça; ahi insultado pelos seus verdugos, retorquia-lhes com a mais stoica bravura, commemorando quantos inimigos tinha tambem devorado, e ostentando que nada o intimidava.

Assistia impavido, e acompanhava mesmo as danças bacchanaes d'aquella solemnidade, depois das quaes era levado em procissão por toda a aldêa: conduzido novamente para a praça, soltavam-o e diziam-lhe que fugisse: na carreira, porém, era logo preso pelos mais ageis da tribu, que de novo o amarravam com a fatal *mussurana*.

Principiava então o prisioneiro o seu cantico de morte, contando as suas proezas na guerra, e ameaçando com uma retribuição analoga pelos da sua tribu: assistia a pôrem fogo na fogueira, que tinha de o *moquear*, e affrontava a vinda do executor que brandia a terrivel *tangapema* ou *ivarapema* (maça ou clava) enfeitada de amarello escuro e adornada de variegadas pennas. Seguia-se um extenso dialogo com o executor, que afinal descarregava a fatal pancada na cabeça da victima e a estendia no chão. As velhas apossavam-se do cadaver, que limpavam, abriam, esquartejavam e retalhavam para o horrivel banquete. Os alliados, convidados para aquella festa, e todos os membros da tribu partilhavam d'aquelle manjar; se as carnes não chegavam para todos os circumstantes, preparavam com ellas e com os ossos caldos, de maneira que ninguem deixasse de ter a sua ração. Se algum dos da tribu estivesse ausente em qualquer viagem, guardavam lhe o seu quinhão ou mandavam-lh'o levar.

Acontecia algumas vezes que depois de feitos os prisioneiros, não se podia immediatamente proceder á solemnidade antrhopophaga que descrevemos : eram então guardados os prisioneiros, e muito bem tratados, fornecendo-se-lhes mesmo mulheres para com elles cohabitarem. Dado o caso que essas mulheres ficassem gravidas, os filhos, seguindo sempre entre os indios a condição paterna, eram tambem comidos mais tarde em um banquete semelhante. As mulheres que tinham convivido com o prisioneiro, nem por isso deixavam de comer do horrivel manjar, e o que ainda é mais horroroso, no banquete em que o corpo do filho do prisioneiro servia de alimento, a mãi, apezar das lagrimas que vertia, não deixava de tomar parte.

As mulheres que se aprisionavam na guerra eram conservadas como escravas, e mais tarde tornavam-se concubinas, mas não eram devoradas. Quando os portuguezes começaram a traficar com a escravidão dos indios, as indias prisioneiras ficaram sendo um ramo de lucro para os vencedores, que as vendiam por qualquer insignificancia.

LIÇÃO VI

Systema de colonisação do Brazil empregado por D. João III. – Capitanias hereditarias

§ I

Reconhecera D. João III as difficuldades com que lutára no estabelecimento dos dous nucleos coloniaes de S. Vicente e de Piratininga ; as despezas elevadas que tinham acarretado ao thesouro publico, e a pouca ou nenhuma disposição que os portuguezes mostravam de encarreirarem as suas relações para o Brazil, achando maiores interesses para a India, fizeram com que esse soberano resolvesse lançar mão de outros meios para preencher os fins a que se propunha.

Recorreu á formação de *Capitanias hereditarias*, com amplas concessões aos donatarios, afim de promoverem por sua propria conta a colonisação do vasto territorio do Brazil. Na Madeira e nos Açôres já esse meio tinha sido empregado com vantagem ; mas n'essas ilhas as divisões territoriaes, ou doações, tinham sido em pequenas fracções, emquanto no Brazil ellas foram inconvenientemente de um grande numero de leguas, regulando de 30 — no minimo — até 150 leguas no maximo.

Esse systema de capitanias hereditarias foi mais tarde imitado pelos Hollandezes, quando em 1630 tiveram de formar colonias no Delaware e no Hudson, nos Estados-Unidos ; os proprios Inglezes fizeram tambem cousa muito parecida nas suas primeiras colonias da America do Norte.

Para levar ávante as suas idéas, teve D. João III de declarar válidas as doações que fazia, apezar de irem de encontro ás leis do Reino, que dispunham de outro

modo, principalmente contra a *Lei Mental* (Ord. do R. L. II, Tit. 35), que foi aquella com que o Rei D. Duarte (a pretexto de que seu pai, D. João I, a tinha em mente) deu o primeiro golpe nos privilegios dos senhores feudaes.

Repartindo D. João III o littoral do Brazil em grandes porções, a que deu o nome de *Capitanias hereditarias*, fez d'ellas doações a diversas pessoas gradas da sua côrte, e por essa occasião mandou tambem expedir o competente foral para todas ellas. O *foral* era um contracto emphiteutico pelo qual se constituiam perpetuos tributarios da Corôa e dos Donatarios os solarengos que recebessem terras de sesmaria. Era, portanto, um pacto que estabelecia os *direitos*, *fóros*, *tributos* e *cousas* que os colonos tinham de pagar ao Rei e ao donatario.

A Corôa reservava para si apenas o quinto dos metaes e pedras preciosas, o monopolio do páo brazil, das drogas e especiarias, o dizimo do peixe que não fosse pescado á canna, o dizimo de todos os productos (visto ser o Rei Grão Mestre da Ordem de Christo), os poucos direitos das alfandegas, e exigia a assistencia dos empregados de Fazenda nas Capitanias para a cobrança d'essas contribuições.

Aos donatarios concedia o Soberano as Capitanias com plena posse perpetua e hereditaria, com o titulo de Capitães e Governadores; seriam além d'isso Alcaides Móres ou Commandantes militares das villas que creassem, exercendo esses cargos por si ou por seus delegados. Podiam nomear ouvidores, tabelliães, meirinhos e officiaes dos Conselhos das villas, annuindo ou não a essas eleições. Ficavam terminantemente isemptos de toda a justiça estranha ás capitanias, devendo em caso de crime serem chamados á presença do Rei, perante o qual sómente responderiam. Podiam dar sesmarias a quem quizessem, com a condição de ser a christãos, e de conformidade com as leis do Reino. Teriam o direito de conhecer das appellações e aggravos de toda a capitania, com alçada até morte natural para peões, escravos e gentios: para as pessoas de maior qualidade a sua alçada ia sómente até sentença de 10 annos de degredo e cem cruzados de pena.

Havia porém, 4 casos em que a sua alçada seria de ultima instancia para todos, a saber: moeda falsa, sodomia, traição e heresia (sendo-lhe o heretico entregue pelo braço ecclesiastico); — só poderia haver appellação, e essa seria *ex-officio*, se a pena imposta pelo donatario da capitania não fosse a capital.

Teriam o monopolio das barcas de passagem, marinhas, moendas d'agua e outros engenhos, a vintena de todo pescado, o dizimo do quinto dos metaes e pedras preciosas, a redizima das rendas da Ordem de Christo, e a posse de dez a vinte leguas sobre o littoral, divididas em quatro ou cinco porções separadas por um intervallo de 2 leguas pelo menos, não pagando por essa propriedade senão o dizimo.

A principio tiveram tambem os donatarios a vintena do producto do páo brazil, que tendo ido da Capitania fosse vendido em Portugal; mas essa concessão foi revogada pelo Alvará de 5 de Março de 1557.

Uma das concessões, cuja recordação hoje deve repugnar ao coração dos Brazileiros, era o poderem os donatarios captivar os gentios que quizessem para o seu serviço, e dos seus navios, e mandarem vender annualmente em Lisbôa um certo numero d'elles, livres da ciza que pagavam todos os outros, e pagando só o dizimo.

Além de todas essas regalias, eram as capitanias declaradas couto e homisio, não podendo ninguem ser n'ellas perseguido por crime ou delictos anteriores. Tinham as capitanias a sua integridade completamente garantida de juro e herdade, tanto em descendencia directa como em linha collateral, transversal, bastarda, e até pela linha feminina, o que tinha sido abolido pela lei mental.

Em caso de guerra eram os moradores obrigados a servir com os Capitães Móres, e para firmar o monopolio determinou-se que não podiam commerciar com o gentio do Brazil os habitantes das Capitanias que fossem feitores ou socios de pessoas que não vivessem em Portugal ou seus dominios.

Os colonos, pelo *foral*, tinham a posse das sesmarias, pagando unicamente o dizimo, — a isempção dos tributos não declarados na carta de doação e no foral,

a importação, livre de direitos, dos mantimentos e dos artigos chamados bellicos, — tambem livre de direitos a exportação dos productos do Brazil para terras de Portugal, onde pagariam sómente a ciza, — a franquia de direitos para os artigos vindos de Portugal, exceptuando os trazidos por navios estrangeiros, e a liberdade de commercio entre os moradores das diversas capitanias.

Em poucas palavras podemos reduzir a maneira pela qual se baseavam as concessões ás capitanias hereditarias: o Soberano reservava para si apenas o protectorado ou a suzerania de todas ellas, conservando o direito de cunhar moeda, os dizimos territoriaes e algumas prerogativas de menos monta. Os donatarios eram verdadeiros senhores feudaes, que vinham continuar no Brazil o mesmo *modus vivendi* da Idade Média, que já tinha terminado em quasi toda a Europa, e para cuja terminação os differentes monarchas tinham envidado os maiores exforços. Em Portugal mesmo o Rei D. João II tinha-se esmerado em dar profundos golpes no feudalismo, instituição que D. João III ia plantar na mais extensa das suas possessões ultramarinas: é verdade que ainda em tempo elle reconheceu as inconveniencias d'essa fórma de colonisação, e appellou para o estabelecimento de um Governo Geral.

Se tivessem vingado as capitanias hereditarias, teriamos hoje tantas republiquetas, quantas foram essas extensas divisões territoriaes, e não um todo homogeneo, que constitue uma nação tão cheia de vida e de esperanças como o Imperio do Brazil. Para felicidade, porém, do nosso paiz, os donatarios quasi todos foram mal succedidos nas suas tentativas de colonisação, e alguns mesmo nem lhes poderam dar principio, como Antonio Cardoso de Barros; mas não antecipemos os factos, e vejamos quaes foram as 12 capitanias hereditarias primeiramente estabelecidas.

§ II

1.ª Capitania de S. Vicente — doada a Martim Affonso de Souza; constava de 100 leguas, desde o rio Macahé até 12 leguas ao sul da ilha de Cananéa, onde

está a barra de Paranaguá, exceptuando uma porção de 10 leguas contadas do rio Curupacé (*Juquiriqueré*) ao norte da villa de S. Sebastião até o rio S. Vicente, que eram do seu irmão Pero Lopes de Souza. Promettida por Carta Regia de 29 de Novembro de 1530, foi doada em 6 de Outubro de 1534, com o foral assignado em Evora a 20 de Janeiro de 1535. Martim Affonso de Souza não voltou mais ao Brazil depois da fundação dos dois nucleos coloniaes de S. Vicente e Piratininga. João Ramalho ficou em Piratininga e Gonçalo Monteiro em S. Vicente. Em pouco tempo S. Vicente soffreu por causa dos colonos de Iguape, 1537. A capitania não contava ainda 40 annos, quando se lhe tirou quasi metade para a creação da capitania *administrativa* do Rio de Janeiro. Reverteu á Corôa por compra em 17 de Novembro de 1791. Faz hoje parte das provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas e Paraná.

2.ª Santo Amaro (e Terra de Sant'Anna) e Itamaracá' — doada a Pero Lopes de Souza. Constava de 80 leguas em tres porções, a saber: 40 desde Paranaguá até o rio Mampituba ou Araranguá, ao sul da Laguna; 10 desde o rio S. Vicente ao rio Curupacé, e 30 desde o rio Iguarassú para o norte até a bahia da Traição, comprehendendo tambem a ilha de Itamaracá. Foi doada por Carta Regia de 1º de Setembro de 1534 com o Foral de 6 de Outubro do mesmo anno.

Pero Lopes de Souza não voltou mais ao Brazil: pelo donatario installou Gonçalo Affonso uma colonia em *Guaimbé*, e João Gonçalves uma outra em *Itamaracá*: a de Guaimbé veiu depois chamar-se de Santo Amaro.

As terras desde Paranaguá á Laguna não foram colonisadas.

Pero Lopes de Souza morreu em um naufragio em Madagascar, 1539: a sua viuva nomeou logar-tenente de seu filho a Christovão de Aguiar Altero: d'ahi em diante foram outros nomeados para o mesmo fim sem nunca o donatario vir para a capitania.—Santo Amaro e terra de Sant'Anna reverteram para a Corôa por compra em 9 de Novembro de 1709, e Itamaracá tambem por compra em 1743.— A capitania de Santo

Amaro faz parte das actuaes provincias de S. Paulo, Paraná e Santa Catharina;—a de Itamaracá concorreu para formar as provincias da Parahyba do Norte e Pernambuco.

3.ª Parahyba do Sul. — doada a Pero de Góes da Silveira, irmão do celebre escriptor Damião de Góes: tinha 30 leguas desde o rio Macahé até os baixos dos Pargos, proximamente rio Itapemerim. A doação foi feita em 28 de Janeiro de 1536, e o foral passado a 29 de Fevereiro do mesmo anno; Pero de Goés fundou a primeira colonia na villa da Rainha á margem do Rio Parahyba, 1540, derivando d'ahi o nome da capitania.

Voltou o donatario para Portugal, deixando a colonia entregue a José Martins: no seu regresso achou-a em tal estado de miseria, tão cheia de revoltas, e de hostilidades dos Goytacazes, que abandonou tudo, retirando-se ferido para o Espirito Santo, e d'ahi para Portugal. — Essa capitania reverteu para a Corôa por compra em 10 de Junho de 1753. — Faz hoje parte da Provincia do Rio de Janeiro.

4.ª Espirito Santo — doada ao fidalgo notavel na Asia, Vasco Fernandes Coitinho: compunha-se de 50 leguas desde o rio Itapemerim ao rio Mocury, sendo a doação feita por Carta Régia de 1.º de Junho de 1534 com o Foral de 7 de Outubro do mesmo anno. Coitinho vendeu quanto possuia para vir para o Brazil com um navio, generos e colonos: chegando em 1535 com 60 individuos no domingo do Espirito Santo á bahia da Victoria, ahi fundou uma colonia, a que chamou do Espirito Santo. Os Indios chamaram aos Europeus — *Emboabas* (*pernas calçadas*, conforme alguns pensam; *homens de além*, ou *malfeitores*, conforme outros dizem.)—Repelliu Coitinho o gentio da maior ilha que fica na bahia, e fundou outra povoação, a que chamou da *Victoria*, que passou a ser villa, e é hoje a capital da provincia. O donatario soffreu muito por causa da insubordinação e ingratidão dos colonos, principalmente dos fidalgos D. Jorge de Menezes, e D. Simão Castello Branco. Maiores males ainda lhe causou Duarte de Lemos, a quem déra a ilha de Santo Antonio em paga de algum au-

xilio que lhe tinha trazido de S. Vicente. — V. F. Coitinho acabou tão miseravelmente em Santo Antonio (ilha de Nossa Senhora da Victoria), que nem ao menos teve um lençol para a sua mortalha.— Reverteu essa capitania á Corôa por compra ao donatario Cosme Rolim por 40,000 cruzados, 6 de Abril de 1718. Faz actualmente parte da provincia do Espirito Santo.

5.ª Porto Seguro — doada a Pero do Campo Tourinho, por C. R. de 27 de Maio de 1534.—Era de 50 leguas do Rio Mocury para o norte, e não sendo marcado exactamente o limite. O erudito senador Candido Mendes dá por limites o Rio Jequitinhonha e o Rio Doce (ou o Rio Mocury.) O donatario veiu fundar uma colonia, 1536, no mesmo logar em que Pedro Alvares Cabral desembarcára. A colonia prosperou; o commercio do páo brazil, a lavoura da canna, e o fabrico do assucar progrediram; o gentio, a principio hostil, tornou-se depois amigo; com a gerencia do filho do donatario começou a decadencia: a irmã e herdeira (D. Leonor do Campo) vendeu a Capitania ao Duque de Aveiro, 1556. Reverteu á Corôa por confisco em 1759. — Faz parte da provincia da Bahia.

6.ª Ilhéos— doada a Jorge de Figueiredo Corrêa; tinha 50 leguas desde o fim da de Porto Seguro até á barra da Bahia de Todos os Santos, tendo por limites o Rio Jequitinhonha e o Rio Jaguaribe.— O Sr. Dr. Macedo diz que foi doada em 1534; mas o Sr. Senador Candido Mendes pensa que foi em 1º de Abril de 1535. — O donatario mandou por seu logar — tenente a Francisco Romero, castelhano, fundar uma colonia no Morro de S. Paulo, ou ilha de Tinharé; — mudou-a Romero depois para os Ilhéos: bateu os Aymorés; malquistou-se com os colonos, que o remetteram para o donatario, o qual ainda commetteu o erro de querer de novo impôl-o aos colonos, que o não acceitaram mais.— A desunião deu em resultado a destruição da colonia pelos Aymorés.— Essa capitania reverteu á Corôa por compra em 1761; faz actualmente parte da provincia da Bahia.

7.ª Bahia de Todos os Santos — doada a Francisco Pereira Coitinho, capitão que muito se distinguira na India. Tinha 50 leguas desde a barra da Bahia de Todos os Santos (ou Ponta do Padrão, hoje de Santo Antonio) até á foz do Rio S. Francisco. A doação foi feita por Carta Régia de 5 de Abril de 1534, com o Foral de 26 de Agosto do mesmo anno. Em 1538 ou 1539 fundou Pereira Coitinho a sua 1ª colonia no logar que occupára o celebre Caramurú. A principio tudo foi bem; mas depois viu-se obrigado a retirar-se para o Porto Seguro, ou Ilhéos; voltando d'ahi, naufragou na ilha de Itaparica, e foi com seus companheiros (menos Caramurú e familia) devorado pelos Tupinambás, 1547. Reverteu essa Capitania por morte do donatario á Corôa, 1548, mediante um padrão de 400$000 por anno, pagos pela redizima da Capitania, e vinculados ao filho do donatario, Manoel Pereira Coitinho e seus descendentes. Thomé de Souza, 1º Governador Geral, desembarcou na Bahia a 29 de Março de 1549, e ahi fundou a capital do seu governo.—Faz parte da provincia da Bahia.

8.ª Pernambuco — doada a Duarte Coelho, a quem geralmente se accrescenta o appellido de Pereira, notavel capitão portuguez por seus feitos no Oriente. — Tinha 60 leguas desde a foz do Rio S. Francisco até o Rio Iguarassú. A doação fez-se por Carta Régia de 10 de Abril de 1534 com o Foral de 24 de Outubro do mesmo anno. Duarte Coelho com sua familia e colonos fundou o primeiro estabelecimento em Olinda, 1535, derrotou os Cahetés ajudados pelos Francezes, alliou-se aos Tabajáras, e fez prosperar muito as suas terras. — Morrendo Duarte Coelho 1554, Jeronymo de Albuquerque, irmão da viuva, governou a capitania em logar do seu sobrinho (filho do donatario), que estudava em Portugal; e depois um outro Jeronymo de Albuquerque, filho natural desse com uma india, concorreu poderosamente para a conquista da Parahyba do Norte, e conquistou o Maranhão aos Francezes, pelo que tomou afinal o cognome de *Maranhão*. — Os descendentes de Duarte Coelho tiveram o governo da capitania até 1630, época da invasão hollandeza, sendo Mathias de Albuquerque o ultimo

governador pelo capitão donatario, — Duarte Coelho de Albuquerque, Marquez de Basto. — Reverteu á Corôa por abandono do donatario em 1654, e final desistencia em 1716. — Faz hoje parte das provincias de Pernambuco e Alagôas.

9.ª, 10ª, 11.ª Maranhão — 150 leguas doadas a João de Barros, e 75 leguas a Fernão Alvares de Andrade. — As primeiras 100 leguas de João de Barros iam da Bahia da Traição (*Acejutibiró*) á extrema da actual provincia do Rio Grande do Norte (Serra do Apody, Barra do Mossoró) ou como quer o Sr. Candido Mendes, até o rio Jaguaribe: e as outras 50 do mesmo João de Barros iam desde a Abra de Diogo Leite (foz do rio Gurupy) até a ponta ou cabo dos Mangues Verdes, conhecido hoje por cabo de Todos os Santos. — As 75 leguas de Fernão Alvares de Andrade iam desde a ponta dos Mangues Verdes até o rio da Cruz, ou Camocy.

A doação feita em 1534 teve o Foral em 11 de Março de 1535. O Sr. Dr. Teixeira de Mello diz que a doação foi a 18 de Junho de 1535.—Não podendo os dous donatarios vir de Portugal, associaram-se a Ayres da Cunha, que veiu com dous filhos de João de Barros e com um delegado de Andrade; mas a expedição (na qual vinham mil colonos, e cento e tantos cavalleiros) naufragou nos baixos do Maranhão, salvando-se apenas algumas pessoas, que se abrigaram n'uma ilha, que se chamou *do Medo*.—Depois de Ayres da Cunha, Luiz de Mello da Silva, 1560, tentando colonisar o Maranhão, naufragou tambem nos mesmos baixos.—Não podemos deixar de mencionar que o padre José de Moraes considera como primeiro donatario do Maranhão, ou antes do Amazonas, a Luiz de Mello da Silva, e não a João de Barros, e seus dous socios. — Essas capitanias reverteram á Corôa em 1540 ou 1570.

12.ª Ceará—doada a Antonio Cardoso de Barros.— Constava de 40 leguas, que limitavam ao sul com as primeiras 100 de João de Barros, e ao norte com as 75 de Fernão Alvares de Andrade. — Conforme o Sr. Senador Candido Mendes, era entre os rios Mondohytuba (*Mundahú*) e Jaguaribe.—Foi doada em 1534. —

O donatario não desenvolveu tentativa de colonisação, e veiu servir de Provedor-Mór de fazenda com o Governador Geral Thomé de Souza.— Foi Antonio Cardoso de Barros companheiro de naufragio do bispo D. Pero Fernandes Sardinha na náo *Nossa Senhora da Ajuda*, nos baixos de D. Rodrigo, 1556, e igualmente devorado pelos Canetés. — Essa capitania faz hoje parte da provincia do Ceará.

Não deixa de ser curioso o seguinte calculo approximado de leguas quadradas, que tinham as diversas capitanias, segundo a opinião do Sr. V. de Porto Seguro:

	Leguas quadradas
1ª de Duarte Coelho	12,000
2ª de Pero Lopes de Souza	7,500
3ª de Francisco Pereira Coitinho	7,000
4ª de Jorge de Figueiredo Corrêa (quasi)	7,000
5ª de Pero do Campo Tourinho	6,500
6ª e 7ª de Barros e Cunha (quasi o mesmo cada um)	6,500
8ª de Vasco Fernandes Coitinho	5,500
9ª de Martim Affonso de Souza (pouco mais ou menos de)	2,500
10ª de Pero de Góes da Silveira (pouco menos de	2,000
11ª de Fernão Alvares de Andrade (pouco menos de)	1,500
12ª de Antonio Cardoso de Barros (pouco mais de)	600

LIÇÃO VII

Estabelecimento de um Governo Geral no Brazil. – Thomé de Souza, 1º Governador Geral, 1549–1553

Reconhecêra D. João III, os inconvenientes de monta que se ligavam á continuação das Capitanias Hereditarias no Brazil sem um laço commum, que lhes servisse de centro protector, d'onde se irradiasse a acção benefica da autoridade, para soccorrel-as não só contra as invasões dos indios e difficuldades internas, como tambem contra quaesquer tentativas de inimigos externos. Alguns donatarios nem tinham podido encetar a colonisação das suas capitanias por falta de meios apropriados; outros, tendo-se sahido mal das primeiras tentativas, não podiam lançar mão de novos recursos, e abandonavam seus projectos colonisadores; outros morriam desastradamente, como Francisco Pereira Coitinho. Não se dava por fórma alguma a presteza de colonisação tão procurada por meio da ambição e da acção particular dos donatarios, instigados por concessões amplissimas: – apenas a Capitania de Pernambuco apresentava bons resultados; a Capitania de S. Vicente não avançava como se devia esperar; a de Santo Amaro muito lentamente se desenvolvia em pontos circumscriptos, e a dos Ilhéos ia n'uma decadencia cada vez mais assustadora.

Entre as concessões amplissimas que os donatarios tinham tido, haviam mesmo algumas que serviam mais de compromettimento e de estorvo do que de utilidade real; citaremos, com o Sr. Dr. Macedo, *o direito de couto e homisio*, que em resultado final o que promovia era a transmigração constante dos delinquentes de umas para outras capitanias, e as subsequentes queixas que reciprocamente os donatarios faziam uns dos outros.

Resolveu, portanto, D. João III, a 7 de Janeiro de 1549, comprar a Capitania da Bahia ao filho do infeliz donatario, o que realisou pela importancia de um padrão de juro de 400$000, vinculados a Manoel Pereira Coitinho e seus herdeiros, e pagos pela redizima da Capitania, afim de ahi estabelecer a séde de um Governo Geral com a necessaria centralisação politica e administrativa no Brazil.

Para facilitar mais a acção governamental, retirou D. João III dos donatarios algumas regalias anteriormente dadas, de que não tinham sabido usar, como a alçada no crime e no civel sobre os colonos, podendo d'ahi em diante os officiaes da justiça de El-Rei entrar em terras das capitanias, e podendo mesmo os Capitães Móres Donatarios ser suspensos das suas jurisdicções.

Para Governador Geral foi nomeado *Thomé de Souza*, que já se tinha distinguido muito na Asia, e que tinha as qualidades desejaveis para se encarregar de uma tão espinhosa missão. Além da autoridade necessaria para fazer o que julgasse conveniente a bem do Real Serviço, vinha munido de um *Regimento* datado de 17 de Dezembro de 1548, composto de 41 artigos substanciaes e 7 supplementares, que lhe deveria servir de norma principal, afim de não só fundar uma cidade para capital das possessões portuguezas no Brazil, como tambem de encetar e de firmar um Governo Geral para tão extensos dominios.

Para a administração da justiça foi nomeado um *Ouvidor Geral*, o Desembargador Pero Borges, que já tinha servido de Corregedor no Algarve, com alçada no civel até 60$000, e no crime até morte natural inclusive, para peões e gentio, concordando na pena o Governador Geral; não concordando deveria remetter o preso com os autos para o Corregedor da côrte; para os nobres a alçada do Ouvidor Geral ia sómente até á pena de 5 annos de degredo.

Para providenciar sobre as alfandegas das capitanias e thesourarias *(casas dos contos)*, e para promover e zelar tudo quanto dissesse respeito á Fazenda Publica, foi nomeado Provedor Mór o donatario do Ceará, Antonio Cardoso de Barros, que não tinha podido tratar da colonisação da sua capitania. Ao

Provedor Mór de Fazenda ficavam pelo Regimento de 17 de Dezembro de 1548 sujeitos todos os Provedores e officiaes de Capitanias.

Como Capitão Mór da Costa nomeou El-Rei ao mallogrado donatario da Capitania da Parahyba (do Sul), Pero de Góes da Silveira, que pelas suas repetidas viagens devia bem conhecer os mares e o littoral do Brazil, tendo de cingir-se ao regimento que lhe désse o Governador Geral.

Antes de proseguirmos devemos observar que todas as nomeações superiores, que Portugal fazia, eram sómente por tres annos.

Para outros empregos de menos importancia foram nomeadas diversas pessoas, taes como Francisco Mendes da Costa para escrivão do provedor de fazenda, Manoel Lourenço para Vigario da Igreja Matriz, Diogo de Castro para boticario, etc. Para principio de uma milicia regular de 2ª linha, ordenou-se ás capitanias que tivessem um certo numero de armas brancas e de fogo, além da polvora necessaria.

Dispostas as cousas para a viagem, escreveu D. João III uma carta a Caramurú recommendando-lhe, bem como ao genro d'este, Paulo Dias, que ajudassem com os mantimentos precisos, e em tudo quanto pudessem, ao Governador Geral Thomé de Souza, que em breve se acharia na Bahia de Todos os Santos, para fundar uma cidade que fosse o centro da administração geral do Brazil.

No dia 2 de Fevereiro de 1549 ou a 1º de Fevereiro, segundo o Dr. Teixeira de Mello, partiu de Lisboa a expedição composta de 3 náos, 2 bergantins e 1 caravella trazendo a seu bordo, além das novas autoridades superiores acima mencionadas, 600 homens d'armas, muitas familias, 400 degradados e 6 Jesuitas, incluindo o chefe Manoel da Nobrega (*a*).

Depois de uma viagem de 1 mez e 28 dias chegou a expedição á Bahia de Todos os Santos a 29 de Março

(*a*) Os outros 5 Jesuitas eram os padres João de Aspilcueta Navarro, Antonio Pires ou Peres, Leonardo Nunes, e os irmãos leigos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome.

de 1549, e ahi foram recebidos por cêrca de 40 colonos que ainda restavam da capitania hereditaria, entre os quaes sobresahiam Caramurú e seu genro Paulo Dias. Os indios Tupinambás mostraram-se submissos, e promptificaram-se a ajudar aos recem-chegados nos trabalhos de installação (*a*).

Tratou-se immediatamente da escolha da localidade para a fundação da nova cidade: houve opiniões de se escolher para esse fim as immediações do sitio hoje chamado *Bomfim*, sobre a peninsula de Itapagipe: predominou porém a resolução de se edificar a nova cidade entre esse logar e a villa velha primitiva, por causa da proximidade do ancoradouro habitual dos navios, e da visinhança de uma fonte para a aguada das embarcações, além da topographia prestar-se mais para a construcção de uma praça forte, a cavalleiro sobre os contornos.

Preparado convenientemente o terreno, e traçadas as ruas e praças, demarcou-se o local para a edificação das casas para a alfandega, capella matriz, paços do conselho e do governador, Collegio dos Jesuitas, etc.

Além d'essas edificações procederam immediatamente á construcção das casas para os colonos, e com tanta presteza trabalharam, que dentro de alguns mezes havia para mais de 100 casas promptas.

Os limites urbanos estenderam-se para 6 leguas de um lado e do outro, e Thomé de Souza deu á nova cidade o nome de cidade do Salvador, tendo como armas em campo verde uma pombinha branca com um ramo de oliveira no bico com a seguinte lenda: — *Sic illa ad arcam reversa est.*

Procedeu tambem o Governador Geral á concessão de sesmarias com as mesmas clausulas das concedidas pelos donatarios das capitanias hereditarias, e promoveu tanto o desenvolvimento da cultura das terras, que, apezar de todas as pensões inherentes á instal-

(*a*) Como opinam muitos historiadores. O Sr. Senador Candido Mendes parece partilhar a opinião de Francisco de Andrade, que na chronica de D. João III, Cap. 32, mui positivamente assevera que essa recepção fôra desempenhada por *Gramatão Telles*, que não tinha comsigo mais que 30 homens.

lação da nova colonia, só a cultura produziu de dizimos 76$000 no primeiro anno.

Para attender a uma das mais urgentes necessidades da nova colonia, mandou Thomé de Souza vir gado das ilhas do Cabo Verde pela caravella *Galga*, que expediu com um carregamento de páo brazil, para o producto da venda servir para esse fim.

As relações com os indios, se eram amistosas nas immediações da cidade, não eram sem inconveniente um pouco distante: alguns colonos que se affastavam para o interior eram victimas do gentio; 4 portuguezes foram devorados pelos Tupinambás. — Thomé de Souza, para dar um castigo exemplar mandou agarrar 2 indios conhecidos como principaes fautores d'essa barbaridade, amarrar e fuzilar á boca de uma peça de artilharia.

Se a attenção do Governador Geral empregava-se com todo o affinco nas providencias exigidas pela boa administração publica, os missionarios da fé catholica, representados pelos 5 Jesuitas sob a direcção do Padre Nobrega, envidavam os maiores esforços no arduo e santo desempenho das suas attribuições. A catechese ia estendendo-se da melhor fórma possivel; além dos bons tratos dispensados aos indios, os Jesuitas valiam-se de todos os meios ao seu alcance para captarem a attenção do gentio; d'entre esses meios sobresahia o effeito da musica e das procissões apparatosas.

Homens de merecimento real, e essencialmente praticos como eram esses Padres, reconheceram logo que não poderiam obter triumphos de valor, sem terem o conhecimento prévio da lingua dos que tinham a converter; foram, pois, estudando-a, e o Padre Aspilcueta Navarro tornou-se em breve tão habil, que pôde prégar na lingua tupica, imitando as declamações e os gestos dos *pagés* para melhor impressionar os seus catechumenos.

Não inferiores em zelo a esse nobre sacerdote ficavam o Padre Leonardo Nunes e o irmão Diogo Jacome, que depois de terem ido em missão, o 1º á capitania dos Ilhéos, e o 2º á de Porto Seguro; foram ambos fundar um Collegio (o 2º dos Jesuitas no Brazil) em S. Vicente.

Uma das faltas mais sensiveis que se notava na recente colonia era a de mulheres; o Padre Nobrega tanto a reconhecia, que escrevia para Portugal pedindo que remettessem para o Brazil mulheres, *ainda que fossem erradas*, que promptamente obteriam extracção. Esse pedido foi logo attendido, embora não em grande abundancia, porque na expedição que veiu de Portugal commandada por Antonio de Oliveira, vieram algumas moças do recolhimento das Orphãs, muito recommendadas pela Rainha D. Catharina ao Governador Geral para casal-as com as principaes pessoas, conferindo-lhes em dote empregos e officios de Justiça e da Real Fazenda.

Pensam tambem alguns historiadores que foi pela expedição de Antonio de Oliveira que vieram os primeiros escravos africanos para o Brazil; nós porém adoptamos a opinião do Sr. Visconde de Porto Seguro, que diz que os escravos africanos vieram para o Brazil desde a sua primitiva colonisação.

Além dessa expedição de Antonio de Oliveira, e de uma anterior de Simão da Gama de Andrade, foram seguindo se annualmente outras com alguma gente voluntaria, com orphãos, com degradados, e com varios objectos de commercio e indispensaveis á vida, os quaes pelo custo da metropole eram vendidos aos colonos, ou dados em pagamento aos que tinham de receber vencimentos do Estado.

Em uma das expedições chegadas no anno de 1550, veiu para o Brazil um novo reforço de Jesuitas com os Padres Salvador Rodrigues, Manoel de Paiva, Affonso Braz e Francisco Pires.

A principio o Brazil tinha sido considerado sujeito no espiritual ao Vigario de Thomar, que, como Delegado do Papa, tinha a jurisdicção episcopal em todas as Igrejas *nullius diocesis* da Ordem de Christo, visto como as terras do Brazil foram primeiramente consideradas da Ordem de Christo. Os inconvenientes que resultaram logo dessa disposição motivaram a Bulla de 12 de Junho de 1514 creando o Bispado do Funchal, que, além das suas respectivas attribuições, ficava tambem com o direito espiritual sobre essas terras.

Ainda assim não se achava remediada a necessidade

palpitante que resentia o clero do Brazil de uma autoridade superior, que mais de perto lhe cohibisse os abusos, e fizesse sustar a desmoralisação progressiva em que se ia despenhando. Foi pois pela Bulla « *Super specula militantis ecclesiæ* », de 25 de Fevereiro de 1551, creado o Bispado do Brazil suffraganeo do Arcebispado de Lisboa, e no fim desse mesmo anno chegou o seu primeiro Bispo, *D. Pero Fernandes Sardinha*, que tomou conta da nova diocese. O novo Bispo era formado em theologia pela universidade de Pariz, e tinha exercido muito a contento o logar de Vigario Geral na India.

O Sr. Dr. Teixeira de Mello diz que o Bispo Sardinha aportou ao Brazil a 22 de Junho de 1551, fundando-se em uma carta de Nobrega, na qual se lê: *Béspora da béspora de S. João achegou o bispo a esta Baya*, etc. O Bispo partira de Lisboa a 24 de Março de 1551, e prégou na Bahia na festa de S. Pedro e de S. Paulo.

Prudente e satisfactoria foi desenvolvendo-se a administração de D. Pero Fernandes Sardinha, que, presenciando a influencia da musica na catechese dos indios, immediatamente pediu para Portugal que mandassem alguns orgãos para serem collocados nas Igrejas, afim de acompanharem os canticos sagrados nas solemnidades festivas.

Foi tambem o Bispo a primeira autoridade superior que propalou para Lisboa noticias da existencia de ouro em terras do Brazil, sendo de opinião que taes noticias deviam ser espalhadas afim de ir chamando com presteza a colonisação.

A nova cidade do Salvador ia rapidamente desenvolvendo-se; em pouco tempo se acharam concluidas a casa da Camara, a cadêa, alfandega, armazens, etc., e o novo Governador Geral mandou proceder á construcção de uns modestos paços para o Bispo. (*a*)

Para melhor conhecer das necessidades das terras confiadas ao seu governo, partiu Thomé de Souza levando em sua companhia o padre Nobrega, afim de

---

(*a*) A congrua do Bispo era então apenas de 200$000 annuaes

visitar as capitanias do sul, 1552. Na dos Ilhéos demittiu elle o Capitão João Gonçalves Drumond, e foi dando varias providencias concernentes ao serviço publico.

Chegando ao Rio de Janeiro sentiu a mais agradavel impressão perante a magnificencia da localidade, e lamentou não poder ahi fortificar-se por falta de gente; escreveu nesse sentido a D. João III pedindo-lhe que mandasse povoar semelhante terra por *gente honrada e boa*. Esse pedido mostra que Thomé de Souza reconhecia bem as inconveniencias da colonisação por meio de degradados e de gente desregrada. Impressão tambem muito favoravel fez no Governador Geral a esplendida bahia de Angra dos Reis. — Chegando a Santos approvou a fundação dessa villa, e mandou construir uma fortaleza na barra da Bertioga para a defeza contra o gentio.

Teve Thomé de Souza por esses tempos occasião de mostrar os dotes caritativos do seu coração, acudindo aos naufragos da armada de D. Fernando de Senabria, mandando-os vir (cêrca de 60 pessoas) de Santa Catharina, distribuindo-lhes soccorros e as suas economias de 35 annos de trabalho. Procedeu em seguida á fundação das villas da Conceição de Itanhaem e de Santo André da Borda do Campo, conferindo o governo da ultima a João Ramalho.

Conhecedor como Thomé de Souza ia ficando das cousas do Brazil, mandou elle Pero de Góes levar a D. João III informações minuciosas a respeito, e pedir as providencias que julgava necessarias, as quaes posteriormente foram mais ou menos attendidas.

Nesse interim iam circulando cada vez mais os rumores sobre a existencia de minas auriferas; já não eram as noticias dadas pelo Bispo á côrte; de Pernambuco tambem tinham chegado boatos n'esse sentido espalhado pelo Provedor Mór; dizia-se igualmente que haviam minas na Capitania de Porto Seguro e nas serras do Rio de S. Francisco. Para explorações despachou Thomé de Souza uma galé confiada a Miguel Henriques, da qual nunca mais houve noticias. Pouco depois mandou uma outra expedição de 12 homens debaixo das ordens de Jorge

Dias, acompanhados pelo padre Navarro, que por uma carta de 1555 deu noticias de si, já depois da partida de Thomé de Souza para a Europa.

A essa expedição seguiu-se a de Sebastião Fernandes Tourinho pelo rio Doce, da qual nos occuparemos em uma outra lição.

Depois de uma bella administração de 4 annos, durante os quaes Thomé de Souza mostrou sempre o maior tino administrativo e as mais acertadas providencias, afim de estabelecer um governo geral no Brazil, succedeu-lhe a 13 ou 15 de Julho de 1553 D. Duarte da Costa, em cujo tempo vamos encontrar já uma não tão feliz direcção governamental.

LIÇÃO VIII

Segundo Governador Geral—D. Duarte da Costa, 1553—1558

De accôrdo com o que dissemos na conclusão da lição anterior, D. Duarte da Costa tomou conta da administração geral do Brazil aos 13 ou 15 de Julho de 1553; o seu ordenado foi elevado a 600$000, tendo Thomé de Souza vindo apenas com 400$000.

Trouxera o novo Governador Geral um reforço de 16 Jesuitas, entre os quaes o irmão José de Anchieta, que tão monumentaes serviços havia de prestar, e o ex-reitor do Collegio de Coimbra, Luiz da Gran. Era tal a influencia que os Jesuitas tinham a desempenhar nas possessões portuguezas da America, que a Ordem decidira-se a considerar o Brazil como uma das suas *Provincias*, nomeando para Provincial o padre Manoel da Nobrega.

De S. Vicente, onde esse veneravel sacerdote se achava, passou-se para Piratininga, e ahi fundou o *Collegio dos Trabalhos Apostolicos*, não nas margens do Tieté, mas sim n'um valle entre os 2 rios Anhangabahú e Tamanduatehy.—13 Jesuitas sob a direcção do padre Manoel de Paiva formaram o collegio, que veiu a dar o nome á povoação (depois villa e cidade) de S. Paulo, por ter sido a primeira missa celebrada a 25 de Janeiro (1554), dia em que se commemora a conversão d'esse santo.

Depois de muitos esforços e prolongadas lutas conseguiram os Jesuitas que os moradores da primitiva villa de Piratininga se transferissem para a nova povoação de S. Paulo, no que foram grandemente ajudados por Martim Affonso Tebyrecá e por João Caiuby, senhor de Geribatyba. A muito custo puderam ser vencidas as hostilidades de João Ramalho e dos seus mamelukos de Santo André da Borda do Campo;

mas ainda assim ellas se transformaram em odiosidades violentas, que nos tempos seguintes occasionaram sérios tumultos e conflictos entre os colonos e os padres da companhia.

Têm alguns pensadores increpado a D. João III o ter introduzido em Portugal e suas colonias os Jesuitas; nós pensamos que não devemos julgar esse soberano pelas idéas correntes do tempo do Marquez de Pombal, e do seculo XIX, depois da extincção da Companhia, e sim pelas idéas do seculo em que esse Rei vivia, e pelos fins a que se propunha, fins que por sem duvida nessa época eram satisfactoriamente preenchidos por essa admiravel instituição.

Como é sabido, a Companhia de Jesus foi fundada em 1534 por Santo Ignacio de Loyola, tendo os estatutos approvados por Paulo III em 1540. Nesse mesmo anno de 1540, por influencia do embaixador portuguez em Roma, D. Pedro de Mascarenhas, foram os Jesuitas introduzidos em Portugal, vindo Francisco Xavier (ao depois Santo) natural de Navarra, e Simão Rodrigues, portuguez. — S. Francisco Xavier foi ser o Apostolo das Indias, e Simão Rodrigues fundou em Coimbra o primeiro collegio que os Jesuitas tiveram no mundo. Nomeado em 1543 preceptor do principe herdeiro da corôa, conseguiu logo Simão Rodrigues que um Jesuita fosse confessor da Rainha, e foi estendendo sua influencia a ponto tal que, já tendo obtido de Roma uma bulla para illimitar o numero dos Padres da Companhia em Portugal (a principio mercados só 60), póde ir dirigindo para os dominios portuguezes os missionarios que julgou conveniente.

Estavam pois firmados os Jesuitas em Portugal e seus dominios ultramarinos; mas a critica de D. João III por esse facto deve tambem pesar a necessidade que um rei catholico julgava ter de premunir os seus subditos contra as idéas do lutheranismo e a necessidade real que tinha de missionarios para o Brazil e para as Indias. Onde pois ir encontrar melhores propagadores da fé catholica? Que respondam os trabalhos de S. Francisco Xavier nas Indias, de Nobrega, Anchieta, Navarro, Paiva e outros muitos Jesuitas no Brazil.

As doutrinas e vistas dos Padres da Companhia de Jesus não eram as mesmas dos colonos; estes queriam a escravidão barbara dos Indios; aquelles pelo contrario queriam a catechese e o trabalho do gentio, mas não com o captiveiro. Já na fundação da povoação de S. Paulo os interesses das duas partes tinham-se chocado profundamente; afinal, porém, os mamelukos de João Ramalho tinham-se visto obrigados a ceder. O Governador Geral D. Duarte da Costa não tivera a prudencia sufficiente para guardar a imparcialidade necessaria; foi declarando-se abertamente a favor dos colonos, e dessa circumstancia originaram-se odiosidades, que complicaram a boa marcha dos negocios publicos. O Bispo e algumas pessoas gradas, sem fallarmos no clero, tomaram o partido dos Jesuitas; entre os que não apoiavam o Governador Geral sobresahiam a Camara presidida por Francisco Porto Carreiro e Antonio Cardoso de Barros.

Essas desavenças ainda mais se aggravaram com a reprehensão, embora amigavel, que o Bispo déra a D. Alvaro da Costa, filho do Governador Geral, pelo seu máo comportamento; apezar de ter aceitado apparentemente a advertencia (com o que provava ser culpado), D. Alvaro da Costa excitou o amor paterno mal entendido de D. Duarte, o qual prorompeu em completa desharmonia com o partido clerical. Chamado pela côrte a Lisboa para se justificar, o Bispo entregou a administração da diocese ao Vigario Geral Dr. Francisco Fernandes, e partiu para a Europa na náo *Nossa Senhora da Ajuda*, a 2 de Junho de 1556. Naufragando nos baixos de D. Rodrigo, a 16 do mesmo mez, perto da foz do arroyo S. Miguel das Almas, foram o Bispo e os seus companheiros de naufragio devorados pelos terriveis Cahetés: entre as victimas de tão tragico fim contou-se o mallogrado donatario do Ceará, Antonio Cardoso de Barros, que tinha vindo com Thomé de Souza como Provedor Mór de Fazenda.

Tão luctuosas scenas deviam pesar dolorosamente no animo do Governador Geral, que via aggravarem-se as difficuldades da sua administração com o apparecimento de maior numero de francezes no littoral e por-

tos do Brazil, além dos assaltos repetidos do gentio nas capitanias do Espirito Santo e Pernambuco.

Nas immediações da propria cidade da Bahia apresentaram-se os indios em completa hostilidade, atacando inesperadamente e com grandes forças o engenho de Pirajá e as fazendas de criação pertencentes a Garcia d'Avila, em Itapoan. Em tão inesperado ataque resgatou D. Alvaro da Costa em parte as suas faltas, commandando denodadamente a resistencia, e alcançando assignalada victoria contra os selvagens.

Vencidas essas difficuldades na Bahia, surgiram outras da mesma especie em Pernambuco. A morte do energico donatario Duarte Coelho, 1554, pareceu poder alentar os indios a guerrearem os colonos, principalmente vendo á frente dessa capitania a viuva D. Brites de Albuquerque Coelho, na minoridade de Duarte Coelho de Albuquerque e de seu irmão Jorge de Albuquerque Coelho, que estavam estudando em Portugal: assaltaram e destruiram o engenho de Iguarassú e de Santiago, e ameaçavam a continuação das hostilidades. Em tão criticas circumstancias a viuva donataria confiou a seu irmão, Jeronymo de Albuquerque, a direcção da capitania, e em tão boa hora o fez, que depois de muitos porfiados combates foram os selvagens completamente vencidos.

Se no norte a victoria declarava-se com presteza do lado dos colonos, no sul os indios iam conseguindo vantagens de importancia, sobretudo depois de terem-se geralmente levantado desde o Cabo-Frio até Bertioga. Bastante que fazer deu ás armas portuguezas o terrivel *Cunhambebe* (ou *Quoniambebe*), que vangloriava-se de ter provado a carne de muitos milhares de inimigos, e cuja celebridade ainda encontra-se na obra de Cosmographia de André Thevet, e na historia das aventuras de Hans Stadem, que durante muito tempo esteve prisioneiro dos indios.

A par dessas hostilidades os Francezes augmentavam o seu trafico pelo littoral do sul, estabelecendo-se mesmo em Cabo Frio, onde segundo diz o já mencionado A. Thevet, chegaram a levantar uma fortaleza. —Em França foram apparecendo idéas de fundar-se uma colonia permanente na America do Sul, e o Al-

mirante Gaspar de Chatillon, Conde de Coligny, que tinha grande influencia no animo de Henrique II, foi acoroçoando o plano de formação de um nucleo colonial no Brazil, que servisse de abrigo aos calvinistas contra as perseguições religiosas.

Da execução desse plano foi encarregado Nicolao Durand de Villegaignon, natural de Provins, cavalleiro de Malta, vice-almirante da Bretanha, e celebre na marinha franceza por ter trazido a salvamento, e apezar do cruzeiro inglez, a princeza Maria Stuart para se casar com o Delfim de França (posteriormente Francisco II). Foram por Henrique II confiados a esse chefe audaz dous navios com 80 homens, e uma chalupa afim de seguir para o Brazil.

Depois de uma penosa viagem, durante a qual viram-se obrigados a arribar a Dieppe, chegaram os expedicionarios á bahia do Rio de Janeiro, conhecida entre os indigenas pelo nome de *Guanabara*, ou de *Nictheroy*, 10 de Novembro de 1555 (*a*). Estabeleceram-se os Francezes a principio n'um ilhéo proximo á barra, onde hoje está a fortaleza da Lage (Ratier, dos Francezes); mas a má localidade, sujeita á invasão das ondas, fez escolher uma outra posição, indo para o ilhéo chamado então *Serigipe* (hoje ilha de Villegaignon) onde levantaram um forte, a que deram o nome de *Coligny* e uma guarnição de 80 homens. Destinavam os Francezes o nome de *Henriville* á cidade que fundassem na parte continental da bahia de *Guanabara*, como capital dos estabelecimentos coloniaes, a que já chamavam de *França Antartica*.

Auxiliados pelos Tamoyos, que habitavam estas regiões, foram os Francezes vendo o bom exito da sua expedição, e nesse sentido escreveu Villegaignon a Coligny (*b*). — Em breve porém declarou-se a deshar-

---

(*a*) A 10 de Novembro de 1555, como se lê na 2ª carta de Nicolão Barré, um dos expedicionarios, reproduzida por Paulo Gaffarel na *Histoire du Brésil Français*. — A expedição partira do Havre a 12 de Julho desse mesmo anno, segundo a carta de Barré.

(*b*) O proprio Mem de Sá, escrevendo ao Governo Portuguez, aos 16 de Junho de 1560, dizia de Villegaignon: « Elle leva

monia entre a colonia; houve mesmo um motim promovido por um normando; o castigo foi severo; o chefe foi enforcado, e dous dos principaes foram postos a ferros.

Pouco depois, 7 de Março de 1557, chegaram reforços importantes vindos de França, commandados por Bois le Comte, sobrinho de Villegaignon: constavam elles de cêrca de 300 homens em tres navios, 18 peças de bronze, mais de 30 berços de ferro e mosquetões, e varios ministros calvinistas, entre os quaes sobresahia *João de Lery*. Apezar, porém, desses meios de acção pouco progredia a colonia, porque a desharmonia lhe minava o desenvolvimento; além disso Villegaignon ia tornando-se cada vez mais bulhento e despotico, principalmente depois de cartas que recebera do Cardeal de Lorena, e que tinham promovido em suas disposições uma mudança tal, que mais tarde lhe valeu o epitheto de *Caim d'America*.

O Governador Geral D. Duarte da Costa reconheceu a sua fraqueza para repellir os invasores, e pediu reforços á Côrte. N'esse entretanto fallecera D. João III, a 11 de Junho de 1557, e a regencia achava-se confiada á Rainha D. Catharina d'Austria, na minoridade de seu neto D. Sebastião, filho posthumo do Principe D. João — A regente ouviu as supplicas da Camara da Bahia, que em seu nome e no do povo pedia *pelas chagas de Christo*, que puzesse um termo ao desastrado governo de D. Duarte da Costa, e mandou substituil-o pelo assisado e energico Mem de Sá, que em 1558 começou uma administracção fecunda para o desenvolvimento do Brazil.

Os ultimos tempos do governo de D. Duarte da Costa ainda foram manchados pela concessão de uma

---

muito differente ordem com o gentio, que nós levamos: é liberal em extremo com elles e faz-lhes muita justiça, enforca os francezes por culpas sem processo; com isto é muito temido dos seus e amado dos gentios; manda-os ensinar a todo o genero de officios e armas, ajuda-os nas suas guerras. O gentio é muito, e dos mais valentes da costa; em pouco tempo se póde fazer muito forte.» Monsenhor Pizarro, Memorias Historicas do Rio de Janeiro, L. I, cap. I.

sesmaria de 4 leguas, dada a seu filho entre os rios Paraguassú e Jaguaribe, em 16 de Janeiro de 1557, e em 5 de Outubro d'esse mesmo anno a população toda da Bahia lamentava a morte de Diogo Alves o legendario *Caramurú*, de tão valiosos serviços para a fundação da nova cidade do Salvador.

Terminando esta nossa lição, não nos podemos furtar ao dever de chamar a vossa attenção sobre a bella apreciação feita pelo muito illustrado professor, o Sr. Dr. Macedo, a respeito de D. João III em referencia ao Brazil: «—Em 17 annos emprehendeu e consumou « duas emprezas difficilimas, o estabelecimento das « capitanias hereditarias no Brazil com o fim de colo- « nisal-o, e a reforma d'esse systema para dar boa « ordem, administração, segurança, e futuro aos domi- « nios portuguezes na America. »

Permittir-nos-heis que accrescente tambem que a elle se deve a introducção dos Jesuitas no Brazil como elemento poderoso de catechese e de civilisação, pela educação que davam por intermedio dos seus collegios. Basta que paire como ponto negro sobre a vida d'esse soberano a introducção da Inquisição em Portugal com todas as suas horrorosas consequencias, entre as quaes sobresaem os terriveis *autos de fé*.

Para abrilhantar o seu reinado sobram-lhe a attenção com que sempre olhou para as cousas do Brazil, e a mudança para Coimbra da Universidade, que desde o tempo de D. Fernando estava em Lisbôa, dando grande desenvolvimento aos estudos, que confiou a homens notaveis mandados vir de diversas nações para professores. Sem querer invadir os dominios de outra cadeira, deixai-nos recordar-vos que no reinado de D. João III brilharam os escriptores de merito, que constituiram a idade aurea da litteratura portugueza.

LIÇÃO IX

Mem de Sá, 3º Governador Geral. – 1558-1572.

Vamos occupar-nos na presente lição com a administração de Mem de Sá, cujos actos prendem mais agradavelmente a attenção do que o mal succedido governo de D. Duarte da Costa. Tanta confiança inspirava o novo Governador Geral á Metropole, que a sua nomeação não designava um prazo fixo de governança, antes pelo contrario dizia que seria em quanto fosse do real agrado. Deveis estar lembrados que a nomeação dos outros dous governadores geraes tinha sido por tres annos, embora tivessem elles ultrapassado esse prazo.

Logo que Mem de Sá tomou conta do governo, 4 de Julho de 1558 (*a*), applicou-se em acalmar os animos e em corrigir os abusos. Conhecendo o quanto lhe podia valer a coadjuvação do clero, e principalmente a dos Jesuitas, nos arduos misteres da administração publica, tratou de marchar de accôrdo com elles, fazendo dirigir a cooperação geral para o bom desenvolvimento da colonia.

Empregando sua particular attenção para os indios, ordenou que elles fossem aldeados em missões mais compactas, e não tão disseminadas como se achavam, fazendo com que quatro ou cinco aldêas (*tabas*) constituissem uma só missão, e esforçou-se em reprimir ou abolir a anthropophagia entre o gentio, mandando para exemplo castigar severamente o maioral da ilha de Cururupeba.

Acostumados como se achavam os indios a repetidos levantes, quizeram proseguir nas mesmas hostilidades;

(*a*) Segundo Miralles, citado pelo Sr. Dr. Teixeira de Mello; segundo Varnhagem seria em Maio.

mas em breve foi Mem de Sá vencendo-os, ou pessoalmente, ou por intermedio de seus capitães em uma serie de recontros. As tribus de Paraguassú e outras visinhas, batidas por diversas vezes pelo intrepido capitão Vasco Rodrigues Caldas, sujeitaram-se afinal.

Na capitania do Espirito Santo os Goytacazes romperam em diversos assaltos, e deram muito que fazer; mas finalmente foram vencidos pelo valoroso filho do Governador Geral, Fernando de Sá, que, apezar de vencedor, morreu em consequencia de um ferimento recebido em combate, sendo substituido no commando por Diogo de Moura.

A' capitania dos Ilhéos teve que ir pessoalmente Mem de Sá bater o gentio, e, ajudado pelo intrepido Vasco Rodrigues Caldas, foi alcançando uma successão de victorias, entre as quaes sobresahiu a *batalha dos nadadores*, assim chamada por ter-se a força da acção decidido entre os combatentes nadando. Tão repetidos triumphos em diversas capitanias deviam produzir, e produziram mesmo a submissão dos indios, que se apressaram em pedir paz; o Governador Geral concedeu-a com as cautellas dictadas pela prudencia de quem praticamente os conhecia bem.

A tranquillidade, de que a colonia ia gozando por esse tempo, fazia progredir a lavoura, e os trabalhos dos engenhos de assucar promettiam augmentar pela facilidade de obtenção de mais braços, com a medida estabelecida pela metropole de que o capitão da ilha de S. Thomé deixasse sahir até 120 escravos para cada senhor de engenho, com o pagamento apenas de um terço dos direitos em vez da metade.

A permanencia dos Francezes na bahia do Rio de Janeiro era um desgosto profundo para Mem de Sá, que ancioso esperava por alguns auxilios da Europa para bater-se com elles; logo que chegaram os suspirados reforços, commandados por Bartholomeu de Vasconcellos da Cunha, tratou o Governador Geral de aprestar-se para tão ardua empreza. Emquanto se faziam os preparativos, chegou da Europa o novo Bispo, *D. Pedro Leitão*, a 9 de Dezembro de 1559, que, tomando conta da sua diocese, tratou de ajudar o governo geral em tudo quanto estava ao seu alcance.

Não menos empenhados se mostraram Nobrega e os Jesuitas em auxiliarem Mem de Sá em tão difficil conjunctura; com a sua influencia em S. Vicente puderam obter o adjutorio de um bergantim e muitas canôas, que deviam achar-se nas proximidades da barra do Rio de Janeiro á espera das forças do Governador Geral. Chegando estas, que orçavam em 2 náos e 8 embarcações menores, trazendo apenas 120 portuguezes e 140 indios auxiliares, preparou-se tudo para o ataque, que Mem de Sá não quiz realizar sem uma intimação prévia para que o inimigo se rendesse; não tendo bom exito a intimação, começaram as forças portuguezas, 15 de Março de 1560, a bombardear e atacar a ilha. Villegaignon não se achava mais commandando os invasores, porque havia 8 ou 9 mezes retirára-se para a Europa; mas os 150 francezes que tinham ficado, unidos aos seus alliados, os Tamoyos, (cêrca de 1000) apresentaram a mais heroica resistencia. Depois de tres dias de um porfiado batalhar, com as munições todas consumidas, e tendo esgotado toda a provisão d'agua para beber, os inimigos fugiram uns, e outros capitularam: Mem de Sá mandou arrasar a fortificação, recolher para bordo a artilharia e celebrar uma missa em acção de graças por tão assignalada victoria.

Reconhecendo-se com forças insufficientes para deixar uma guarnição que mantivesse a posse da ilha tão valentemente conquistada, e suppondo tambem que o inimigo se achasse inhabilitado para firmar de novo a sua occupação, Mem de Sá deixou as aguas de Guanabára aos 31 de Março d'esse anno de 1560, e seguiu para S. Vicente. Ahi fez elle mudar os colonos que se achavam em Piratininga para a povoação de S. Paulo começada pelos Jesuitas, e fez seguir uma expedição pelo Tieté para bater o gentio. (*a*)

(*a*) Dessa expedição fez parte José de Anchieta. A cachoeira do Tieté onde naufragou esse Jesuita, foi denominada *Avaremandoava*, que quer dizer «Cachoeira do Padre.» (Machado de Oliveira.)

Levado pelos boatos que continuavam a grassar sobre a existencia de minas auriferas, mandou para o sertão uma expedição exploradora confiada aos cuidados do provedor Braz Cubas e do mineiro Luiz Martins: infructifera na ida, a expedição na volta obteve por acaso, perto de Jaraguá, algum ouro e pedras parecidas com esmeraldas, sendo de tudo isso remettidas amostras para Portugal.

Concluidas as providencias que tinha de dar n'essas paragens, seguiu Mem de Sá para o Espirito Santo, e ahi nomeou a Belchior de Azeredo para governar a capitania, á vista da renuncia feita pelo antigo donatario Vasco Fernandes Coutinho, 1561, e attendendo tambem ao estado deploravel em que essa colonia se achava, quasi prestes a ser abandonada pelos moradores. Não era só essa capitania, que apresentava tão máos resultados das suas tentativas colonisadoras: as capitanias de Porto Seguro e dos Ilhéos não estavam em muito melhores circumstancias, e tanto que passavam a novos donos. A de *Porto Seguro* foi vendida por D. Leonor do Campo ao Duque de Aveiro pela quantia de 600$000 réis, 2 moios de trigo por anno em vida da cessionaria, e um padrão de juro de 12$500 réis. Mais de 6,000 leguas quadradas por tal preço! A dos *Ilhéos* passou a Lucas Giraldes, que a comprou ao terceiro donatario Jeronymo de Alarcão, 6 de Novembro de 1560, que a obtivera de Jorge de Figueiredo, primogenito do primeiro donatario.

Chegando á Bahia mandou Mem de Sá tres expedições exploradoras para o interior do paiz á procura de minas auriferas; a 1ª sob o commando de Antonio Dias Adorno tomou pelo rio das Caravellas; a 2ª sob as ordens de Vasco Rodrigues Caldas, e a 3ª dirigida por Antonio Ribeiro seguiram para diversas direcções; mas nenhuma d'ellas apresentou resultados satisfactorios.

Por esses tempos, 1561, desceram pela primeira vez os Aymorés a serra, em que havia longos annos habitavam, e invadiram a capitania de Porto Seguro; incapazes os colonos de por si só se defenderem, pediram soccorros ao Governador Geral, que prompta-

mente lh'os mandou, indo além d'isso o Ouvidor Geral Braz Fragoso com instrucções de providenciar tambem sobre a administração da justiça.

Os resultados praticos que apresentava o governo de Mem de Sá eram os mais satisfactorios, que se podia esperar das circumstancias; mas é inegavel, e elle mesmo reconhecia, que para isso concorria grandemente a cooperação valiosa dos Jesuitas. Por esse motivo deu elle tambem, por si e por ordens superiores da Côrte, a mais decidida protecção aos Padres da Companhia de Jesus, cujas missões floresciam muito, havendo mesmo algumas que contavam para cima de 5,000 neophitos. Apparentemente obedeciam esses indios aldêados a um alcaide, ou meirinho seu; mas na realidade obedeciam aos Jesuitas, que desenvolviam o maior tino na catechese e civilisação do gentio, não só ensinando a doutrina christã como a leitura, a escripta, e outras artes alheias á vida do selvagem.

A cidade do Salvador ia apresentando um aspecto cada vez mais prospero; augmentava-se o numero dos seus habitantes, e crescia tambem o numero dos engenhos nas suas circumvisinhanças. Frequentes eram os pedidos para sesmarias pelo Reconcavo, as quaes Mem de Sá ia concedendo com moderação, e só a pessoas que podiam fazel-as trabalhar, como por exemplo a Fernão Rodrigues Castello Branco 2 leguas na entrada do Paraguassú, a Egas Moniz Barreto 1 legua acima da ilha dos Francezes, a Sebastião Alvares 1 legua defronte da ilha da Maré.

Se pela capitania onde estava a séde do governo geral a prosperidade desenvolvia-se, a capitania de S. Vicente corria um dos maiores perigos, e soffria as funestas consequencias da guerra que lhe moviam os selvagens reunidos pela celebre liga conhecida pelo nome de *Confederação dos Tamoyos, 1562*.

Tebyreçá e os seus sequazes se declararam a favor dos Portuguezes; mas o sobrinho d'elle, o terrivel *Jaguanháro* com as suas hordas pronunciára-se a favor da confederação. Infructifero foi o ataque que o gentio dirigiu contra S. Paulo; mas foram horriveis as depredações nas fazendas e assaltos em outros logares da capi-

tania de S. Vicente. Em taes extremos a dedicação de 2 Jesuitas fez mais do que os recursos bellicos de que podiam dispôr os colonos: Nobrega e Anchieta apresentaram-se denodadamente aos chefes indios, ou *morubixabas*, reunidos em *Iperohy*, e n'uma famosa conferencia, conhecida na historia pelo — *armisticio de Iperohy* — depois de esforços inauditos alcançaram uns preliminares de paz, que tinham de ser notificados aos portuguezes por Nobrega, emquanto Anchieta ficava em refens.

Foi durante essa estada que Anchieta compôz um poema á Virgem Immaculada da Conceição em versos latinos, os quaes escrevia na arêa da praia, e ia confiando á sua prodigiosa memoria, para em dias mais felizes reproduzir no papel. Quando Nobrega voltou, os 2 Jesuitas conseguiram por sua unica influencia induzir os chefes indios, a que estabelecessem a paz com os Portuguezes.

Mal acabava Mem de Sá de saber o resultado satisfactorio que tinha coroado os esforços dos 2 Jesuitas, a quem tanto deve o Brazil, quando appareceu uma forte epidemia de variola, que assolou não só a capital da Bahia, como a ilha de Itaparica, e toda a capitania, seguindo-se ainda a fome a tão terrivel flagello.

Tinha apenas terminado essa calamidade publica, quando a attenção do Governador Geral prendia-se á completa expulsão dos Francezes da bahia do Rio de Janeiro, e á fundação n'esse logar de uma cidade, que fosse para as capitanias do sul uma segunda cidade do Salvador, preenchendo-se assim as vistas de Thomé de Souza e do proprio Mem de Sá.

Os Francezes que tinham sido batidos na ilha de Villegaignon em 1560, e que tinham fugido para o continente, de lá vieram mais tarde depois da partida do Governador Geral para S. Vicente: com auxilio dos seus poderosos alliados, os Tamoyos, e de varios compatriotas, que traficavam pelo Cabo Frio e mais paragens visinhas, inclusive na propria bahia do Rio de Janeiro, puderam firmar-se e fortalecer-se de novo na ilha de Villegaignon e em outros pontos, estendendo o seu dominio e influencia sobre o littoral do continente.

A côrte de Lisboa, a pedido do mesmo Mem de Sá,

mandou reforços para se acabar com um tal estado de cousas; esses auxiliares vieram commandados por Estacio de Sá, sobrinho do Governador Geral, e não sendo julgados sufficientes, reuniram-se-lhes mais alguns obtidos pelo Ouvidor Geral, Braz Fragozo, no Espirito-Santo, e outros vindos de S. Vicente. Ainda assim era palpavel a insufficiencia das forças reunidas, e Estacio de Sá teve que ir a S. Vicente afim de obter mais algum auxilio. Voltando de S. Vicente, Estacio de Sá desembarcou nas proximidades do Pão de Assucar, 1º de Março de 1565, fortificou-se entre esse morro e o de S. João, e foi dando principio á cidade, que tomou o nome de S. Sebastião em honra do soberano, a quem então pertencia o throno de Portugal.

Por longo tempo se travaram combates entre as forças portuguezas e os Tamoyos reunidos aos Francezes: nem Estacio de Sá podia fazer retirar os inimigos dos pontos que occupavam, nem estes tinham forças sufficientes para desalojar os Portuguezes das suas posições: as vantagens e os revezes se succediam, mas sem um resultado decisivo.— Anchieta, que tinha passado pelo Rio de Janeiro, e que tinha presenciado o estado das cousas, quando chegou á Bahia onde ia ordenar-se, levou tudo ao conhecimento de Mem de Sá, que resolveu vir pessoalmente em auxilio de seu sobrinho.

Pouco tempo depois seguiu o Governador Geral com o Bispo D. Pedro Leitão em uma expedição commandada por Christovão de Barros, composta de 3 galeões, 2 navios costeiros e 3 caravellões; passando pelo Espirito-Santo teve o reforço do valente chefe temiminó *Arariguoia* com a sua gente; a essas forças reuniram-se mais alguns auxiliares vindos de S. Vicente, e que nas proximidades do porto do Rio de Janeiro aguardavam pela chegada do grosso da columna. Chegando Mem de Sá á barra d'esta cidade a 18 de Janeiro de 1567, reuniram-se todas as forças expedicionarias, e effectuaram a entrada do porto no dia seguinte, 19; — combinou então o Governador Geral com o sobrinho darem o assalto geral no dia immediato, 20, em honra do Santo padroeiro da nova cidade.

Executado o ataque, a mais brilhante victoria corôou as armas portuguezas; começou o combate pela tomada do forte *Uruçú-merin* (junto á foz do rio Catete, antigamente *Carioca*); seguiram-se logo a tomada da ilha de Villegaignon, e varios combates nas aguas da bahia; mas a victoria final declarou-se na ilha, actualmente chamada do Governador, onde Tamoyos e Francezes foram completamente desbaratados. A victoria, porém, custou graves prejuizos aos Portuguezes, que entre as perdas que tiveram contaram o valente Estacio de Sá, gravemente ferido na face por uma flexa, do que veiu a fallecer alguns dias depois (*a*).

A ilha onde se decidiu a victoria era então conhecida pelo nome de *Paranapuan*, *Paranapucú* (ou melhor *Paranambucú*, mar largo), *Maracayá* (ou do gato, por causa dos indios Maracayás que a habitavam); pelo correr dos tempos chamou-se ilha dos 7 *Engenhos*, e afinal do *Governador*, por haver metade d'ella sido dada em sesmaria por Mem de Sá a seu sobrinho Salvador Corrêa de Sá, sendo a outra metade dada ao almoxarife Ruy Gonçalves.

Depois de tão completo triumpho tratou Mem de Sá da mudança da cidade para o môrro, a que se chamou de *S. Januario*, e ulteriormente do *Castello*, e suas immediações, confirmando em tudo as disposições de Estacio de Sá sobre a sua fundação, taes como: nome, armas (um molho de setas), rocio e patrimonio (1 1/2 legua), termo (a distancia de 6 leguas), etc.

Attendendo ao fallecimento do primitivo fundador, nomeou Mem de Sá para Governador da cidade a um outro seu sobrinho, Salvador Corrêa de Sá, e deu mais tarde ao chefe indio temiminó Martim Affonso *Ararigboia*, em recompensa dos seus serviços, uma

---

(*a*) Seguimos n'este ponto a opinião do Jesuita Simão de Vasconcellos e a do Conego Fernandes Pinheiro no seu bello trabalho *A França Antartica*—publicado na *Rev. do Inst. Hist.*, t. XXII, dando o ferimento de Estacio de Sá recebido em Uruçú-merim; — outros historiadores pensam que Estacio de Sá foi ferido na acção travada na ilha de Paranapucú (actual do Governador).

sesmaria no lado fronteiro á cidade da outra banda da bahia. Essa sesmaria foi de 1 legua de terra no littoral e 2 pela terra dentro, desde S. Lourenço até S. João de Icarahy; para, porém, ter logar essa doação houve préviamente desistencia d'essas terras por parte de Antonio Martins e sua mulher Isabel Velha, a quem antes tinham sido dadas, como pondera o Sr. Visconde de Porto Seguro.

Depois de ter disposto tudo para o bom andamento da cidade, que devia ser a capital de uma nova capitania (administrativa) formada de terras tiradas da capitania de S. Vicente com o consentimento tacito, e talvez mesmo satisfação de Martim Affonso de Souza, retirou-se Mem de Sá para a Bahia, onde continuou a instar pela sua demissão perante a côrte de Lisbôa, depois de ter prestado tão monumentaes serviços. Afinal falleceu a 2 de Março de 1572 na cidade da Bahia, sendo sepultado no cruzeiro da Igreja dos Jesuitas.

Seu successor Luiz de Brito e Almeida chegou á Bahia a 13 de Maio de 1572, e governou o Brazil (Capitanias do Norte) até 31 de Dezembro de 1577, sendo o Dr. Antonio de Salema encarregado das capitanias do Sul, como veremos na lição seguinte.

LIÇÃO X

Divisão do Brazil em dous Governos, e subsequente reunião em um só.— Dominio hespanhol.—1573-1581.

Attendendo ás repetidas instancias que pela sua demissão fizera Mem de Sá, o Governo Portuguez tinha nomeado a D. Luiz de Vasconcellos para succeder-lhe, 6 de Fevereiro de 1570 (*a*) e com o novo Governador Geral embarcaram tambem 69 Jesuitas para virem reforçar os collegios dos Padres da Companhia, e desenvolver a catechese em alta escala. A viagem, 1570, foi sendo sempre má por causa dos temporaes e ventos contrarios; os navios da frota foram separando-se uns dos outros; para maior desgraça dous celebres corsarios huguenotes sahidos da Rochella, *Jacques de Soria* e *João Capdeville*, cahiram sobre essas embarcações disseminadas, e as tomaram exterminando toda a tripulação. O valente D. Luiz de Vasconcellos morreu combatendo, 68 Jesuitas foram enforcados pelos corsarios calvinistas, podendo um apenas escapar, para contar o tragico fim da expedição e o martyrio de seus companheiros (*b*).

Depois da noticia de semelhante desastre foi que o Governo de D. Sebastião nomeou o Conselheiro Luiz de Brito e Almeida para substituir a Mem de Sá, 1572; mas tambem logo, julgando ser extensa de mais

---

(*a*) Alguns historiadores chamam D. *Luiz Fernandes* de Vasconcellos, e José de Miracles, na sua *Historia Militar*, dá-lhe o nome de Luiz de Vasconcellos e *Menezes*.

(*b*) O Sr. Dr. Teixeira de Mello, no seu bello trabalho, *Ephemerides Nacionaes*, diz que D. Luiz de Vasconcellos fallecera em viagem das enfermidades que contrahira tanto na travessia do mar como nos combates contra os corsarios.

a colonia do Brazil para um só governador, dividiu-a em duas porções, ficando as capitanias do norte até Porto Seguro sujeitas á administração do Conselheiro L. de B. e Almeida, e as capitanias do sul ao governo do Dr. Antonio Salema, que exercia o cargo de Ouvidor de Pernambuco.

As razões que levaram Portugal a essa divisão eram realmente futeis, porque fundavam-se principalmente sobre a vastidão do territorio, emquanto que privavam a marcha da administração da unidade da acção governamental e da centralisação da autoridade, tão necessarias em qualquer governo, quanto mais em uma região extensa e ainda muito pouco explorada, onde um governo geral devia ser o élo, que prendesse a cadeia discordante representada pelos donatarios das capitanias hereditarias.

Em virtude de ordens de Portugal a cidade do Salvador tornou-se a séde do governo das capitanias do norte, e o Rio de Janeiro a séde do governo das do sul. Discordam os autores sobre o anno em que teve logar a posse do Dr. Antonio Salema na administração do Rio de Janeiro. Monsenhor Pizarro diz que foi em 1577, mas julgamos essa opinião sem fundamento plausivel; e seguimos antes a opinião do abalisado professor, Sr. Dr. Macedo, e de outros historiadores, que assignalam essa data em 1573; quando muito seria em 1574 depois do accôrdo celebrado entre os 2 governadores, e que tem a data de 1574.

N'esse mesmo anno de 1573 tinha fallecido na Bahia o virtuoso Prelado D. Pedro Leitão, que tanto de harmonia marchára com Mem de Sá, e que tanta amizade tivera sempre aos Jesuitas, aos quaes legou mesmo a sua rica bibliotheca.

Antes dos 2 Governadores tomarem conta dos seus respectivos governos, reuniram-se na cidade do Salvador, e ouvindo ambos ao novo Ouvidor Geral Fernão da Silva e aos Padres da Companhia, procederam a *um accôrdo* constante de 10 artigos com data de 6 de Janeiro de 1574 (*a*) sobre a liberdade, ou antes sobre

(*a*) Ou de 1573, como diz o Sr. Dr. Teixeira de Mello.

o captiveiro dos indios. Esses dez artigos estatuiam, é verdade, alguma cousa á favor dos pobres indios; mas isso era tão pouco, que no fim de contas não era senão o mesmo captiveiro antigo com algumas excepções, revelando assim o atrazo da época. Pela disposição do art. III podiam mesmo os Governadores contar com a prompta e interesseira coadjuvação dos colonos para todas as conquistas, porque estes teriam meio seguro de obter braços para beneficiarem as suas terras, visto como uma das limitações do captiveiro dos indios era a escravidão *dos aprisionados em guerra manifestamente licita.*

A norma principal, que os 2 Governadores tiveram para a sua administração, baseou-se na exploração do paiz e na guerra ao gentio. O Conselheiro Luiz de Brito e Almeida, attendendo ás tentativas mallogradas de Garcia d'Avila sobre Sergipe, e á possibilidade de se realisar a posse d'esse territorio abundantissimo de páo brazil, metteu mãos á obra, e estendeu as suas conquistas até o Rio Real.

Tão bem não se sahiu Luiz de Brito na sua expedição contra o gentio da Parahyba ao norte de Itamaracá, para vingar os desastres do colono Diogo Dias em Tracunhaem (hoje Rio Goyana), e das forças organisadas pelo Ouvidor Geral Fernão da Silva. Os temporaes e os ventos contrarios dispersaram uma frota de 12 navios, em que ia o proprio Governador, e cujo commando tinha sido confiado ao seu sobrinho Bernardo Pimentel d'Almeida: a muito custo puderam arribar uns a Pernambuco, e regressar outros á Bahia.

De volta da sua mallograda expedição teve o Governador das Capitanias do Norte de debellar uns quilombos de pretos fugidos, contra quem empregou uma companhia de indios sob o commando de Onofre Pinheiro; ainda por ordem de Luiz de Brito e Almeida partiu Antonio Dias Adorno para o interior afim de reconhecer as minas de esmeraldas, que se dizia terem sido achadas por Sebastião Fernandes Tourinho, como veremos d'aqui a pouco.

Emquanto se passavam esses acontecimentos no norte, o Dr. Antonio de Salema no sul resolvia livrar

a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro das ameaças constantes dos Tupinambás e Tamoyos, acorocoados pelos corsarios e contrabandistas francezes. Preparou uma expedição composta de 300 portuguezes e 700 indios alliados, e entregou o commando ao experimentado Christovão de Barros, que já tão assignalados serviços prestára no tempo de Mem de Sá, e que em 1572 tinha governado o Rio de Janeiro. — A victoria dos Portuguezes, 1574-1575, foi assignalada com uma horrivel carnificina nos selvagens, e com o aprisionamento de 8 a 10,000 indios, que foram reduzidos á escravidão.

Os Tamoyos foram quasi completamente aniquilados, e os Tupinambás, que escaparam, effectuaram uma longa migração para o norte sob o commando do prestigioso chefe *Japy assú*; atravessaram a vastidão dos sertões desde o Rio de Janeiro até a margem meridional do Amazonas na sua confluencia com o Madeira, e foram ahi estabelecendo-se em diversos pontos até a embocadura do rei dos rios.

Essa migração das hordas indias para tão longe deixou toda a costa meridional em poder dos Portuguezes, que d'ahi por diante não tiveram mais a temer as terriveis erupções do gentio.

Pouco depois da terminação dessa porfiada luta tinha chegado á Bahia em 1576, no dia da Ascenção, D. Frei Antonio Barreiros, da ordem de Aviz, terceiro Bispo nomeado para o Brazil, e pelas mesmas razões que tinham militado para a separação do Governo Geral em dous governos, conseguiu El-Rei D. Sebastião que Gregorio XIII desannexasse, por Bulla de 19 de Julho desse mesmo anno de 1576, o territorio do Rio de Janeiro e capitanias do Sul, creando uma *Prelazia* com jurisdicção ordinaria, e independente do Bispo diocesano. O primeiro prelado novamente nomeado foi o bacharel Padre Bartholomeu Simões Pereira, por Carta Régia de 11 de Maio de 1577.

A experiencia de quatro annos era mais do que bastante para tornar visiveis os inconvenientes que resultavam da falta de unidade da acção governamental; os proprios dous Governadores fizeram á côrte de Lisboa considerações dignas de todo o peso sobre tal

assumpto, e D. Sebastião resolveu-se afinal a reunir a autoridade nas mãos de um só Governador Geral.— Foi nomeado para esse logar o Conselheiro *Luiz de Brito e Almeida*, 1577, que exerceu o cargo até o fim do anno, época em que retirou-se para Portugal, sem ter entregue o bastão do governo ao seu successor nomeado, *Diogo Lourenço da Veiga*, que tomou posse em 1º de Janeiro de 1578.

Foi Diogo Lourenço da Veiga o ultimo Governador Geral nomeado por D. Sebastião, que nesse mesmo anno morreu na terrivel batalha de Alcacer-Quibir em Africa, 4 de Agosto, com a flor da nobreza de Portugal.—O throno occupado pelo cardeal D. Henrique desde 28 de Agosto de 1578 até 31 de Janeiro de 1580 passou ao poder de Filippe II de Hespanha, que para manter suas pretenções empregou a *decisiva* intervenção do Duque d'Alba com um exercito de 25.000 homens. D. Antonio, Prior do Crato, acclamado pelo povo, ou antes pela plebe, em Santarém, foi batido pelas tropas hespanholas; improficuamente foi-se valendo dos auxilios da França e da Inglaterra, até praticamente vêr que lhe era impossivel lutar contra Filippe II, acclamado Rei de Portugal pelas Côrtes reunidas em Thomar a 19 de Abril de 1581.

Apezar desse reconhecimento das Côrtes, muito mais direito tinha á corôa a infanta *D. Catharina*, Duqueza de Bragança, neta de D. Manoel, por ser filha do infante D. Duarte, Duque de Guimarães,— *linha masculina*,— emquanto que Filippe II, se bem que neto de D. Manoel, era-o por *linha feminina*, por sua mãi D. Isabel, irmã de D. Duarte, e mulher de Carlos V.

Permittir-nos-heis que avivemos um pouco a vossa memoria sobre os pretendentes á herança do Cardeal D. Henrique; eram elles:

1º A Duqueza de Bragança, de que já fallámos, filha de D. Duarte, Duque de Guimarães, e de D. Isabel, filha de D. Jayme, Duque de Bragança.

2º O Principe de Parma, bisneto de D. Manoel, por ser filho da Princeza D. Maria, filha de D. Duarte, Duque de Guimarães, a qual se casára com o celebre estrategico Alexandre Farnese, Duque de Parma.

3º Filippe II de Hespanha, neto de D. Manoel, por linha feminina (D. Isabel).

4º Emanuel Filisberto, Duque de Saboya, idem, por D. Beatriz, casada com Carlos III, Duque de Saboya.

5º D. Antonio, Prior do Crato, neto bastardo por linha masculina, visto como era filho natural de D. Luiz, Duque de Béja, e de Violante Gomes.

6º Catharina de Medicis, herdeira na 11ª *geração* de Roberto, Conde de Bolonha, supposto filho de Affonso III de Castella, e de Mathilde, *repudiada* em 1262.

7º Finalmente, o Summo Pontifice, não só como herdeiro de um Cardeal, como tambem por ter sido um Papa (Eugenio III, e Alexandre III) quem confirmára o titulo de Rei a D. Affonso Henriques.

Reconhecido, apezar de todos esses concurrentes, Rei de Portugal, e firmado no throno, Filippe II foi igualmente reconhecido no Brazil, 1581, embora sem a formalidade do juramento, a qual só teve logar a 25 de Maio do anno seguinte, 1582, por indicação mesmo da côrte. Logo depois de ter o Brazil adherido a tal reconhecimento, appareceram 3 náos francezas no Rio de Janeiro, intentando fazer valer os direitos do Prior do Crato. Salvador Corrêa de Sá, que desde 1576, ou 1577, governava pela segunda vez o Rio de Janeiro, e que tinha-se sujeitado á acclamação de Filippe II, repelliu peremptoriamente essas embarcações, pelo que o Rei Castelhano lhe escreveu, bem como á cidade do Rio de Janeiro, *agradecendo-lhes o que haviam feito em seu serviço*.

Passando para o dominio da Hespanha, o Brazil tinha em breve de soffrer as consequencias das odiosidades contra essa monarchia, taes como foram as invasões hollandezas na Bahia e em Pernambuco; mas não antecipemos os acontecimentos.

Em relação aos 3 annos de administração de Diogo Lourenço da Veiga a historia conserva a noticia do incendio, 1579, de 11 navios de Dieppe e do Havre, que traficavam nos portos do Brazil, as tentativas malogradas de Fructuoso Barbosa para colonisar a Parahyba (como veremos quando tratarmos da admi-

nistração de Manoel Telles Barreto), a exploração do Rio S. Francisco, muito além da cachoeira de Paulo Affonso por João Coelho de Souza, e as noticias trazidas por Antonio Dias Adorno da expedição que fez, ainda ordenada por Luiz de Brito e Almeida.

Antonio Dias Adorno tinha ido rectificar as descobertas de Sebastião Fernandes Tourinho, habitante das visinhanças de Porto Seguro, que em 1573 subindo pelo rio Doce descêra pelo rio Jequitinhonha trazendo noticias de minas de esmeraldas. Seis ou sete annos depois Adorno com 400 indios e 150 colonos subiu pelo Cricaré, transpôz as serras, chegou até a lagôa de Vupabussú, e voltou pelo Jequitinhonha com muitas noticias animadoras a Lourenço da Veiga. Mas esse Governador Geral, velho e doente, nada mais pôde providenciar a respeito, porque falleceu na cidade da Bahia a 4 de Junho de 1581, (*a*) tomando conta do governo uma Junta composta do Bispo, D. Frey Antonio Barreiros, da Camara, e do Ouvidor Geral Cosme Rangel de Macedo, até á chegada do novo Governador Geral Manoel Telles Barreto, 9 de Maio de 1583.

(*a*) Ou a 17 de Junho, como diz José de Miralles, na sua Historia Militar do Brazil, citada pelo Sr. Dr. Teixeira de Mello.

LIÇÃO XI

Dominio da Hespanha: considerações geraes. — Estado em que se achava o Brazil em 1581

Parecia á primeira vista que fosse indifferente para o Brazil passar como colonia para o dominio de Hespanha, e que pouco lhe devesse importar obedecer a um governo supremo que tivesse a sua séde em Lisbôa ou em Madrid; mas assim não era na realidade. A população colonial do Brazil n'aquellas épocas compunha-se essencialmente de portuguezes, que tributavam á Hespanha a mesma antipathia tradicional de raça, que tão fortemente se tinha manifestado na Europa em 1385, por occasião das pretenções de D. João I de Castella contra o direito e a sancção popular a favor de D. João, Mestre de Aviz. Essa antipathia de raça tinha ficado adormecida em 1581 no Brazil pelo espirito de imitação do procedimento que a sua respectiva metropole tivera, acceitando um rei castelhano; em referencia a Portugal Filippe II podia dizer que a sua corôa tinha sido *herdada*, *comprada* e *conquistada*; em relação ao Brazil a compra e a conquista não se tinham dado: influira o direito de herança reconhecido válido pelas Côrtes de Thomar para produzir todos os seus effeitos. Simples colonia, apenas na primitiva infancia, não tinha o Brazil outro remedio senão trilhar o caminho apontado pela metropole por elle reconhecida como tal desde 1500. Accresciam além d'isso as promessas fallazes da Hespanha a respeito das colonias portuguezas, promessas que n'aquella occasião circulavam de boca em boca, e foram enraizando-se mais profundamente no animo das populações á vista da Carta patente de 12 de Novembro de 1582, na qual se concediam os privilegios promettidos.

Esses privilegios deviam n'aquella occasião servir de poderoso narcotico para entorpecer qualquer insurreição séria contra o dominio castelhano por parte de Portugal, cuja decadencia era a mais deploravel possivel: para não sermos taxados de exagerados, falle por nós o historiador de immorredoura memoria, *Rebello da Silva*, nas seguintes eloquentes linhas, em que tão magistralmente descreve o estado do seu paiz n'aquella época: « — Durante este somno funesto, em « que tantas glorias e tantos vicios passaram por elle « como sonhos, o reino, á similhança de Sansão, foi « perdendo o vigor a pouco e pouco, depois os brios « e a memoria; e afinal acabou por esquecer o que as « nações nunca esquecem senão para se suicidarem, a « consciencia de si e do dever, a memoria do passado « e a idéa da propria dignidade. Tornando a si, « achou-se outro. Tinha envelhecido seculos n'alma e « no corpo em poucos annos, e, tropeçando com os « passos incertos no sepulchro de seus filhos mais illustres, dos seus reis, e dos seus capitães mais nomeados, « nem quasi sabia a historia dos mais antigos, nem se « lembrava já de que fôra a patria d'elles. — Olhando « para Aljubarrota, diria talvez comsigo que se D. João « de Castella promettesse o que Filippe II lhe dava a « elle, o Mestre de Aviz, — D. Nuno Alvares Pereira, « João das Regras, Martim d'Océm, Mem Rodrigues « de Vasconcellos, os Paladinos da 2ª Tavola Redonda, o povo dos conselhos, e o paiz inteiro seriam « loucos se logo não embainhassem as espadas. Aos « homens de 1580 em verdade deviam parecer incom- « prehensiveis os grandes vultos de 1385! ».

Tal é o quadro traçado pelo eminente historiador, que, molhando a penna no mais acrysolado patriotismo, escrevia essas linhas monumentaes, que devem servir de energico protesto atirado á dominação hespanhola. Ainda assim, para se ajuizar dos soffrimentos de Portugal durante os terriveis sessenta annos do jugo castelhano, basta dizer que os Portuguezes confessavam que o menos ruim dos tres Filippes era o filho de Carlos V. — Os successores do *Demonio do Meio Dia* não sabiam como elle disfarçar o seu despotismo e tyrannia: — menos reservados, e incomparavelmente

menos habilitados para reinarem, empregavam as medidas mais iniquas sem as attenuarem pelos meios, que os ardís de uma politica perspicaz póde aconselhar. Tambem apressaram elles o desenlace final da revolução, que em 1640 restituiu de novo Portugal á sua propria autonomia, fazendo a sua restauração.

Em relação ao Brazil, a sua passagem para o poder de uma nação que tinha contra si a inimisade da Inglaterra, da França, e da Hollanda levantada pela celebre revolta das Provincias Unidas, devia necessariamente ser o alvo da cobiça e dos ataques dos Inglezes, Francezes e Hollandezes, que por meio dos seus corsarios e das suas expedições francamente organisadas, tinham de vir dar assaltos repetidos, e tentar mesmo estabelecimentos permanentes.

O Brazil, que contava apenas 80 annos de descoberto, não se achava explorado de norte ao sul, nem se quer ao menos no seu littoral. Sómente de Itamaracá até Santo Antonio estendiam-se os estabelecimentos coloniaes, e esses mesmos se limitavam ás costas oceanicas, ou ás margens de alguns rios; para o interior havia-se explorado muito pouco, ou antes nada. Vejamos qual era o estado das diversas capitanias nessa época.

Na *Capitania de Itamaracá*, doada a Pero Lopes de Souza, havia apenas a villa da Conceição, mas essa florescente, e tendo tres engenhos de assucar.

A *Capitania de Pernambuco*, que, como vimos, tinha sido doada a Duarte Coelho, era a que mais florescia. Os terriveis Caethés tinham sido debellados, para não dizermos exterminados por Jeronymo de Albuquerque, irmão da viuva do donatario, e que por ella tinha sido encarregado da direcção da capitania na menoridade de Jorge de Albuquerque. Havia 66 fazendas de assucar, que apezar dos meios pouco aperfeiçoados então do fabrico desse artigo, produziam 200,000 arrobas annualmente. A sua população era de mais de 2,000 colonos, a maior parte naturaes da villa de Vianna em Portugal, com os seus respectivos escravos, que orçavam tambem em 2,000. Olinda apresentava-se com alguns edificios notaveis, uma bonita igreja, luxo nos seus habitantes, que os

tentavam cavallos de preço, palanquins confortaveis, opiparos banquetes e festas sumptuosas; mas tambem a desmoralisação grassava em alta escala. Quando annos depois Frey Antonio Rozado dizia do alto do pulpito que *Olinda* clamava por *Olanda*, não fazia mais do que censurar a marcha progressiva da pouca moralisação dos Pernambucanos. O desenvolvimento do Recife ia manifestando-se apenas pela fundação de uma capella e construcção de alguns armazens, que mais tarde se transformaram em casas de ricos negociantes, com importancia superior a Olinda. Os rendimentos da capitania orçavam em 49,000 cruzados, sendo 20,000 do páo brazil arrendado annualmente e por 10 annos, 19,000 do dizimo dos engenhos, e 10,000 da redizima e mais tributos.

A *Capitania da Bahia*, que tinha sido comprada a Manoel Pereira Coutinho, herdeiro do infeliz primeiro donatario, e que tinha revertido á Corôa, caminhava em desenvolvimento satisfactorio. A população total era de 16,000 habitantes, tendo a cidade do Salvador apenas 800 moradores livres: a edificação urbana ainda não passava das portas de S. Bento e da Sé actual.

No computo da população da capitania incluiam-se 2,000 colonos, 4,000 escravos africanos e 6,000 indios christianisados. Haviam 16 freguezias com mais de 40 igrejas e capellas, 3 conventos, e alguns edificios importantes. A navegação do Reconcavo era feita por mais de 1.400 barcos e canôas. A industria assucareira produzia annualmente para mais de 120,000 arrobas em 16 engenhos. A instrucção á mocidade era dada no collegio dos Jesuitas, onde além das aulas de primeiras letras havia as de theologia e humanidades, e um curso de artes: o numero total dos alumnos era de 60. Havia como em Pernambuco muito luxo, e as bahianas mostravam gosto especial pelas ricas joias. Séde do Governo Geral, a cidade do Salvador tinha mais do que as outras localidades esta circumstancia para seu desenvolvimento.

A *Capitania dos Ilhéos* em completa decadencia pelas depredações dos Aymorés, tinha apenas a villa de S. Jorge, e um outro estabelecimento agricola. Co-

lhia algum algodão e cereaes: das suas antigas nove fazendas de assucar existiam apenas 3 com 50 colonos dos 500 de outr'ora.

A *de Porto Seguro*, já pertencente ao Duque de Aveiro, D. João de Alencastre, achava-se em não menor decadencia tambem pelas incursões do gentio.

Havia a capital com 40 colonos apenas, a pequena villa de Santa Cruz, e as aldêas indias de S. Matheus e de Santo André. A pobreza era geral; havia um só engenho de assucar, e fabricavam tambem agua de flôr de larangeira para exportar: o gado vaccum ia acabando por causa do capim *mata-pasto*, emquanto a criação de cavallos e jumentos dava bons resultados.

A *Capitania do Espirito Santo* contava 150 colonos, mas tinha muitos indios mansos e promptos para o trabalho: era a capitania em que os Jesuitas tinham o maior numero de neophitos, conforme diz o Padre Fernam Cardim. Pertencia nessa época ao terceiro donatario Vasco Fernandes Coutinho, filho natural, porém legitimado do primeiro donatario e que veiu a fallecer na villa do Espirito Santo em 1589. Tinha a capitania 6 engenhos de assucar, muita creação de gado, e grande plantação de algodão.

O *Rio de Janeiro* tinha 150 colonos, e promettia futuro esperançoso; tinha abundancia de hortaliça e fructas; 3 engenhos de assucar, sendo 1 movido por bois, de Salvador Correia de Sá, na ilha do Governador, 1 movido por agua, de Christovão de Barros, e 1 ainda por concluir, do patrimonio Real, e começado pelo Dr. Antonio de Salema. Tinha tambem um collegio de Jesuitas, onde se ensinava latim, e que recebia 2,000 cruzados das rendas publicas.

Na capitania de S. Vicente a povoação mais florescente era a de S. Paulo de Piratininga, onde os Jesuitas eram os unicos sacerdotes.—S. Paulo contava 120 colonos, e já os paulistas mostravam inclinação para os costumes aventurosos, que deviam fazer delles os exploradores do interior do Brazil. Além da canna de assucar cultivavam algumas plantas européas, como a uva, trigo, cevada, marmello. Entre as aldêas da vizinhança notava-se a da Conceição dos Pinheiros.— A villa de S. Vicente ia em decadencia, contando apenas

80 colonos. A villa de Santos prosperava. — Havia diversos nucleos coloniaes no littoral, sobresahindo a villa da Conceição de Itanhaem, 10 leguas pela praia na direcção da foz do rio Iguape. Em toda a capitania prosperava a agricultura, e havia grande numero de indios escravisados. O donatario era Lopo de Souza, neto de Martim Affonso.

A *Capitania de Santo Amaro*, que tinha um provedor, contador, e alcaide-mór commum com a capitania de S. Vicente, pertencia então á 5ª donataria, D. Isabel de Lima de Souza e Miranda, neta de Pero Lopes de Souza: tinha um engenho de assucar de Francisco de Barros. Ao norte da ilha de Santo Amaro existiam duas fortalezas bem guarnecidas, a de S. Filippe, e, na entrada da Bertioga, a de S. Thiago.

Pelo que deixamos dito, vê-se que existiam então no Brazil 120 engenhos de assucar, que produziam 70,000 caixas, pagando de direitos de sahida um cruzado por cada caixa de 10 quintaes. E' pena que não se possa calcular a exportação total do Brazil n'aquella época. Quanto á sua importação sabe-se que as alfandegas de Portugal cobravam de direitos pelos generos estrangeiros que vinham para o Brazil, 80,000 cruzados, o que faz subir esses generos a 400,000 cruzados.

Não terminaremos a presente lição sem ponderarmos que, segundo diz o eminente historiador Sr. Visconde de Porto Seguro, era o Brazil a possessão portugueza mais importante que Filippe II tinha reunido aos seos dominios. As colonias da Asia iam em progressiva e rapida decadencia; o commercio do Oriente servia unicamente para dar maior impulso ao mercado de Amsterdam e para o engrandecimento da Hollanda.

LIÇÃO XII

Governo interino da Junta, 1581-1583. — Manoel Telles Barreto, 1583-1587.—Governo interino de uma 2.ª Junta, 1587-1591.

Por fallecimento do Governador Geral Lourenço da Veiga estabeleceu se uma Junta Governativa, composta do Bispo D. Frey Antonio Barreiros, do Senado da Camara e do Ouvidor Geral, Cosme Rangel de Macedo, que tinha anteriormente sido Provedor na ilha da Madeira.

Em breve declarou-se a desharmonia entre os membros da Junta; o Bispo, não querendo lutar com o Ouvidor Geral, retirou-se da administração, conseguindo este firmar a sua preponderancia. Para melhor chegar aos seus fins, Rangel de Macedo mandou proceder á adopção dos *mestéres*, instituição que tinha sido creada em Portugal em 1535. Os mestéres concorriam com a Camara em dar os regimentos aos officios e taxar certos preços de mão de obra. Tendo conseguido na reeleição dos Vereadores fazer uma Camara inteiramente sua, foi o Ouvidor Geral dando largas ao seu genio arbitrario e perseguidor. Cansados os povos d'esse máo governo, instaram com a metropole para lhes mandar um novo Governador Geral, o que finalmente obtiveram com a chegada de *Manoel Telles Barreto*, 9 de Maio de 1583, com 2 navios commandados por Diogo Vaz da Veiga (*a*).

(*a*) José de Miralles na sua *Historia Militar* (inédita), citado pelo Sr. Dr. Teixeira de Mello, dá a posse de M. Telles Barreto a 14 de Julho de 1583; — Abreu e Lima e Accioli dizem que foi a 11 de Junho; — a opinião do V. de Porto Seguro é que foi a 9 de Maio.

O novo Governador Geral foi tratando de desenvolver uma administração muito conciliadora; concedeu amnistia ampla; mandou cassar e cancellar os processos em andamento, e aboliu a instituição dos *mestéres*. Viéra Manoel Telles Barreto com o ordenado de 800$000 annuaes, podendo trazer comsigo uma guarda de 20 homens, ganhando cada um 15$000. Vem a proposito lembrar-vos que o primeiro Governador Geral, Thomé de Souza, tivera de ordenado 400$000 annuaes; Duarte da Costa mais 200$000; Mem de Sá teve os mesmos vencimentos; Lourenço da Veiga teve 600$000, com uma guarda de 12 homens, vencendo cada um 500 rs. por mez.

Esmerou-se Manoel Telles Barreto em providenciar para a boa marcha da administração publica, que bem carecia de mãos habeis. As rendas do Brazil, n'aquelle tempo, eram bem escassas: subiam apenas a 30,825 cruzados, dos quaes 10,000 iam directamente para Portugal, 7,500 eram para a manutenção dos Padres da Companhia, e o resto não chegava para as despezas, havendo mesmo um *deficit* de 2,000 cruzados.

Um dos factos notaveis da sua administração foi o reconhecimento das minas de salitre por Alvaro Rodrigues.

Prevendo ataques de inimigos externos contra a colonia a seu cargo, mandou Manoel Telles Barreto proceder á construcção e reparos de fortificações, tanto na Bahia, como em outras cidades e povoações. Foi depois d'isso attendendo ao desenvolvimento da colonisação para o norte. Faz o Sr. Dr. Macedo, no seu compendio, as seguintes considerações sobre a preferencia da colonisação para o norte:

1.° A capital e a capitania mais prospera achavam-se para o norte.

2.° A necessidade de expellir as invasões de traficantes ou contrabandistas (pela maior parte francezes), que com mais frequencia para ahi dirigiam-se.

Accrescentaremos uma 3ª consideração, e é que os Hespanhóes já estavam estabelecidos pelo Rio da Prata, onde tinham o seu dominio garantido, e tanto o Rio da Prata como o Brazil pertenciam então á Hespanha.

No governo de Luiz de Brito e Almeida começaram infructiferamente as tentativas para a colonisação da Parahyba (*Rio Máo*); no tempo de Lourenço da Veiga apresentára-se Fructuoso Barboza, rico proprietario de Pernambuco, para realizar á sua custa essa empreza mediante o titulo e propinas de Capitão-Mór, tendo por suas as rendas da nova capitania durante 10 annos, e mais algumas concessões. A expedição preparada para esse fim foi dispersa e maltratada pelas tempestades, e assim mallograram-se ainda as esperanças de realizar-se a colonisação da Parahyba.

Na administração de Cosme Rangel de Macedo o tenaz Fructuoso Barboza quiz de novo levar ávante os seus projectos; fez novos preparativos expedicionarios, pôz se de combinação com Simão Rodrigues Cardoso, seguiu para o ponto objectivo da sua empreza, incendiou 5 navios francezes de 8 que encontrou, e fortificou-se defronte do Cabedello, obtendo mesmo algumas vantagens sobre os Indios. Perdendo, porém, algum tempo depois um filho em uma emboscada contra o gentio, ficou Fructuoso Barboza abatido a ponto de retirar-se, e lá se foram mais uma vez as diligencias empregadas.

Para dar um impulso definitivo á realisação d'essa conquista e colonisação da Parahyba, Manoel Telles Barreto aproveitou-se da circumstancia de acharem-se na Bahia de Todos os Santos navios da esquadra hespanhola de Diogo Flores Valdez, e fez seguir 7 dessas embarcações, 1º de Março de 1584, com mais 2 de Diogo Vaz da Veiga (portuguezas), para Pernambuco. — A expedição maritima pôz-se de combinação com a terrestre, cêrca de 1,000 homens, sob o commando de D. Filippe de Moura, logar-tenente do donatario de Pernambuco, e com Fructuoso Barboza.

Encontrando se com uma flotilha franceza composta de 6 navios, incendiaram 5, e proseguindo com suas operações, viram mais vantagem em abandonar o Cabedello, e construir um novo forte (*S. Filippe*) á margem esquerda do rio, cujo commando confiaram a Francisco Castejon, 1º de Maio de 1584, deixando-lhe 1 náo portugueza, 2 patachos e 110 soldados hespanhóes. A imprudencia dos auxilia-

res pernambucanos, em internarem-se pelo paiz, fez com que o gentio viesse em grande numero obrigal-os a procurar abrigo sob as baterias do forte, e talvez mesmo o proprio forte tivesse sido victima dos selvagens, se de prompto não viessem de Itamaracá reforços commandados por Pero Lopes.

Continuaram as lutas com os Francezes, que persistiam em quererem traficar nesse littoral, e aos quaes Castejon pôde tomar 2 navios na foz do Mamanguape. Os indios, commandados por *Piragibe*, (braço, ou melhor, espinha de peixe), não cessavam as hostilidades, e só com os auxilios vindos de Itamaracá e de Pernambuco puderam soffrer duas custosas derrotas, 1585. Tão incessantes e prolongados combates fizeram com que o desanimo plantasse-se no coração dos colonisadores, e Castejon afinal abandonou e incendiou o forte, retirando-se com os seus para Itamaracá.

A desunião dos indios veiu trazer um importantissimo reforço á causa da civilisação : — Piragibe, insultado pelos seus com o epitheto de cobarde, passou-se para os Portuguezes, e a sua alliança veiu decidir dos destinos da Parahyba. João Tavares, escrivão da Camara, e Juiz de Orphãos de Olinda, partiu com uma força para a Parahyba, onde chegou a 2 de Agosto de 1585, e pôz-se de accôrdo com Piragibe. Martim Leitão e Manoel Fernandes levantaram um novo forte na margem direita do rio, 4 de Novembro, do qual Francisco de Moralles tomou conta, Abril de 1586. O receio infundado de acharem-se os Francezes na Bahia da Traição obrigou a retirada de Moralles do forte á procura de reforços, que lhe vieram de Pernambuco ; não serviram porém esses reforços contra os Francezes, que ahi não estavam, mas sim contra o gentio ; os Portuguezes firmaram então definitivamente a sua posse e dominio na Parahyba, 1586.

Pari-passu com o desenvolvimento colonial que effectuava-se para o norte, tinha-se dado a fundação de Conventos Religiosos no Brazil, estabelecendo-se os *Benedictinos* na Bahia, 1584, os *Carmelitas Observantes*, em Olinda, 1585, e os *Capuchos de Santo Antonio*, tambem em Olinda, 1584, notando-se que desde 1581

já achavam-se os Benedictinos e Carmelitas tanto na Bahia como em Pernambuco.

Omittimos mencionar que suppõe-se ter tido principio em 1582 a Casa e Hospital da Misericordia no Rio de Janeiro, *provavelmente* por iniciativa de José de Anchieta, para acudir aos doentes da expedição de Diogo Flores Valdez com uma esquadra hespanhola de 3,000 homens mais ou menos; observando porém que a primeira Casa de Misericordia fundada no Brazil foi a de Santos em 1543 por Braz Cubas. Muito mais antigas tambem não eram as Casas de Misericordia em Portugal, porque a primeira que lá se fundou foi em 1498 pela Rainha D. Leonor.

Depois de ter feito tão boa administração, falleceu Manoel Telles Barreto, 27 de Março de 1587, na cidade do Salvador, antes de findar o tempo marcado de 4 annos para o seu governo. Em virtude do disposto nas *vias de successão*, passou a autoridade suprema da colonia para uma nova Junta, composta do Bispo D. Frey Antonio Barreiros, do Provedor Mór Christovão de Barros (filho de Antonio Cardoso de Barros), e do Ouvidor Geral Antonio Coelho de Aguiar.

Este ultimo pouco demorou-se, por ter de ir a Pernambuco em serviço publico; mas o Bispo e o Provedor Mór continuaram a formar a Junta Governativa, que, embora se prolongasse por quatro annos (até 24 de Outubro de 1591, segundo José de Miralles), não apresentou senão bons resultados administrativos, entre os quaes sobresahem a pacificação de Sergipe, 1590, e a construcção do forte de S. Christovão, datando dahi a creação da *Capitania de Sergipe*. Além disso lançára-se tambem o principio da villa, hoje cidade da *Cachoeira*, na margem do rio Paraguassú, depois de Alvaro Rodrigues ter subjugado uma horda de Aymorés, que mais tarde levaram a superstição a ponto de consideral-o filho do sol.

LIÇÃO XIII

D. Francisco de Souza, 1591-1602—, e Diogo Botelho, 1602-1607; 7º e 8º Governadores Geraes

A' 2ª Junta Governativa seguiu-se, em 1591, o governo geral de D. Francisco de Souza, da casa dos Condes do Prado, e filho de D. Pedro de Souza, Senhor de Beringel. A administração do novo Governador Geral foi assignalada pela descoberta de minas, pela conquista do Rio Grande do Norte, e por aggressões dos corsarios e inimigos externos.

Gabriel Soares de Souza, senhor do engenho de Jaguaripe, ás margens do Jequiriçá, na provincia da Bahia, e escriptor de uma obra notavel sobre o Brazil, offereceu-se ao Governo de Hespanha para descobrir preciosas minas de prata pelo sertão da Bahia. Depois de muita delonga foram os seus offerecimentos acceitos pelo Rei que lhe concedeu largos privilegios: 1.º em ser nomeado capitão-mór da conquista, e minas do Rio S. Francisco, com autorização para escolher successor; 2.º em varios habitos, tenças e outras mercês a seus parentes, que o acompanhassem; 3.º na faculdade de prover todos os officios de justiça e fazenda; 4.º no fôro de cavalleiro fidalgo dado até 100 pessoas, das que o acompanhassem; 5.º na licença de tirar das prisões e levar comsigo todos os condemnados que escolhesse, e que tivessem disposições para mineiros, officios mecanicos, etc.; 6.º na promessa de recompensa aos que mais se distinguissem; 7.º na licença para levar tambem quaesquer degradados, condemnados para outras paragens; 8.º na licença para proseguir no descobrimento ainda além do Rio S. Francisco; 9.º n'uma ordem para he darem, afim de o acompanharem, 200 indios das aldêas da Bahia.—Esses despachos têm a data

de 18 de Dezembro de 1590. A 27 de Janeiro de 1591 obteve ainda: 10.º uma ordem para se dar embarcação e mantimentos a todos que deviam acompanhal-o; 11.º mercê de 50 quintaes de algodão em caroço. (*a*)

A expedição de Gabriel Soares partiu de Lisboa em uma arca flamenga, *Grifo Dourado*, a 7 de Abril de 1591, levando 360 colonos e 4 religiosos carmelitas: avistou a costa do Brazil em 15 de Junho, e em *Vasa-barris*, na provincia de Sergipe, querendo entrar na barra, teve prejuizos e avarias tão fortes que quasi deram cabo della. No entretanto Gabriel Soares organisou com os restos, que lhe ficaram, uma nova expedição, que reuniu em terras do seu engenho de Jequiriçá, e atirou-se ao descobrimento. A 50 leguas de distancia, na serra do Guarerú, construiu uma fortaleza, onde deixou uma guarnição de 12 soldados, e seguiu 50 leguas mais adiante, para as cabeceiras do Paraguassú, onde fundou uma 2.ª fortaleza; mas ahi as molestias e a falta de mantimentos occasionaram não só a morte do emprehendedor Gabriel Soares e de muitos dos seus companheiros, como tambem o mallogro completo da expedição.

Ao Governador Geral D. Francisco de Souza tem-se geralmente attribuido a culpa de não ter Roberio Dias querido revelar a localidade de ricas minas de prata, porque o governo de Hespanha recusára conceder ao descobridor o titulo de Marquez das Minas ou outras mercês. Uma carta do coronel Pedro Barboza Leal ultimamente publicada pelo nosso illustrado collega do Externato, o Sr. Capistrano de Abreu, na Revista da Secção da Sociedade de Geographia de Lisboa no Brazil de 15 de Setembro e 15 de Outubro de 1885 prova que um facto muito parecido com esse deu-se com *Melchior Dias Moreya*, pai de *Robellio* ou Roberio Dias, no governo geral de *D. Luiz* de Souza.

Pouco mais de dous annos depois da morte de Gabriel Soares, seu primo Melchior Dias Moreya, partindo do Rio Real, foi ás serras da Jacobina e da Pedra Fu-

(*a*) Rev. do Inst. Hist. tomo XXI.

rada, e chegou até o logar onde se presume morrêra Gabriel Soares: continuando pelas serras Branca e Asoroá, rios do Salitre e S. Francisco, passou para o territorio da capitania de Pernambuco e recolheu-se a Itabayana, depois de uma viagem de oito annos, em que descobriu ouro, prata, pedras preciosas e salitre.

Pensando Melchior Dias poder obter grandes recompensas e mercês do governo da metropole, se promettesse revelar o logar das minas, foi por duas vezes á côrte de Hespanha, e por ultimo mandou um sobrinho seu, mas tudo improficuamente. Desanimado por esse lado, acceitou as promessas de mercês e offerecimentos que lhe fez o Governador Geral D. Luiz de Souza, que estava então em Pernambuco; mas D. Luiz de Souza obteve para si a promessa do titulo de Marquez das Minas, e algumas mercês insignificantes para Melchior. Este desconfiou afinal do que se estava passando, principalmente depois das confidencias de um dos famulos do palacio, e, chegando com o Governador á serra de Itabayana, declarou positivamente que não diria o logar das minas sem ter primeiro as cartas de mercês de Sua Magestade.

Negando-se a isto o Governador e insistindo para que fossem primeiramente mostradas as minas, Melchior Dias viu a trama que lhe estava sendo armada e nada quiz revelar de certo sobre o logar das minas, mostrando apenas uma localidade nos campos de Itabayana, onde se encontraram umas pedras cravadas de marquesita, que não deram prata alguma.

Preso durante dous annos e tendo com o auxilio dos seus parentes pago 9.000 cruzados ao Erario Régio, de despezas com a jornada do Governador, foi Melchior Dias Moreya solto para o Rio Real, onde pouco tempo depois morreu (1619), sem saber-se até hoje onde era verdadeiramente o logar das taes minas.

A colonisação achava-se impellida pelo governo para o norte, e pelos Jesuitas e pelos Paulistas aventureiros para o sul.—Querendo pois continuar com a conquista e colonisação no norte, mandou o Governador Geral a Manoel de Mascarenhas, 1597, capitão de Pernambuco, com 1,000 colonos, indios e escravos conquistar o Rio Grande do Norte sobre o gentio.

Manoel de Mascarenhas conseguiu a fundação de uma povoação, a que deu o nome de *Natal*, e construiu o forte dos *Tres Reis Magos* para defendel-a; mas para obter esse resultado tiveram os colonisadores de sustentar lutas durante 2 annos com os *Potiguares*, no que não se teriam sahido muito bem, se não fossem a coadjuvação do indio *Sorobabé*, os soccorros levados de Parahyba por Feliciano Coelho, e o valiosissimo auxilio de Jeronymo de Albuquerque, o qual veiu a ser o primeiro capitão nomeado para o Rio Grande do Norte, e que depois tanto se havia de distinguir no Maranhão.

Emquanto se davam esses acontecimentos no norte, os aventureiros paulistas no sul chegavam até as terras da Laguna; mas ahi já encontraram os Jesuitas que os tinham precedido, tendo construido mesmo uma capella, e achando-se protegidos pelo indio *Tacaranha*.

Em relação ás hostilidades dos Europeus já *Edward Fenton* tinha improficuamente atacado Santos com 2 navios em 1585.—Em 1591, a 25 e 26 de Dezembro, *Thomaz Cavendish* e seu vice-almirante *Cook* surprehenderam a povoação de Santos, saquearam e incendiaram a villa, que conservaram em seu poder perto de 2 mezes, e foram por terra a S. Vicente, queimando 5 engenhos no caminho.

Seguindo depois com a sua esquadrilha para o estreito de Magalhães, Cavendish soffreu tanto pelos temporaes, que viu-se forçado a voltar, e dirigiu novo assalto de sorpreza á villa de Santos, mandando 20 homens, que foram saqueando a povoação, e conseguiram capturar um barco grande, que encheram de viveres e remetteram para a esquadrilha. No 3º dia do saque, os Portuguezes recobraram animo e cahiram sobre os 20 piratas, matando-os a todos.—Tentando em seguida um assalto á capitania do Espirito Santo, Cavendish teve seu tenente, *Robert Morgan*, repellido com graves perdas; tocou depois em Cabo Frio, onde apresou um navio portuguez, que sahia para o Rio da Prata, e dirigiu-se para S. Sebastião, onde deixou alguns homens doentes, que posteriormente foram tomados por gente ida do Rio de Janeiro. Pouco depois saqueou e incendiou a povoação nascente da Ilha Gran-

de, fazendo-se logo de véla para a Europa (1592); morreu, porém em viagem, tendo soffrido muito dos temporaes, e desesperado pelo mallogro das suas emprezas.

Aproveitaram-se outros inglezes do exemplo aberto por esses seus compatriotas em expedições contra o Brazil. *James de Lancaster*, 1595, Março 31, e *João Venner*, corsarios inglezes, atacaram e tomaram a povoação do Recife, apossando-se de valiosos despojos, e conservando o Recife em seu poder durante 34 dias. Hostilisados pelas forças de Olinda, viram-se afinal obrigados a retirarem-se. 5 de Maio, soffrendo grande perda de gente pelo fogo de um forte construido pelos Pernambucanos, e por uma emboscada em que cahiram, quando quizeram perseguir aos de terra.

Essas foram as ultimas tentativas dos Inglezes contra o Brazil, e não continuaram com taes expedições talvez seduzidos pelas deslumbrantes promessas de Sir Walter Raleigh em relação a um Eldorado na parte septentrional da America.

Os Francezes continuaram com as suas expedições á Parahyba do Norte, 1597; mas d'essa vez o forte de Cabedello apenas com 20 homens e 5 peças pôde repellil-os, obtendo assim uma brilhante victoria.

Os hollandezes preludiavam acommettimentos de maior monta, como posteriormente veremos, vindo os capitães *Harteman* e *Broer*, destacados de uma esquadra de Pieter von der Does, 1600, assolar varios pontos da costa brazileira, e Paulo van Carden, 1604, (já no governo geral de Diogo Botelho) com 7 navios, entrando na Bahia de Todos os Santos, incendiou uma urca dentro do porto e apossou-se de uma outra carregada de mantimentos.

Além de ter sido tão infeliz com esses assaltos de corsarios, D. Francisco de Souza não primou pela boa administração interna da colonia confiada aos seus cuidados, sendo nimiamente tolerante com as faltas e desmandos: foi mesmo accusado por uma carta de Feliciano Coelho, Capitão Mór da Parahyba, ao Rei, com data de 20 de Agosto de 1607, por ter gasto da Fazenda publica em construir engenhos

para si. E' ainda conhecido pelo alcunha de D. Francisco *das manhas*; tinha porém uma não pequena compensação aos contras que lhe assacaram; — era muito protegido pelos Jesuitas e pelo clero do Brazil, circumstancia que concorreu poderosamente para mais tarde alcançar o governo das Capitanias do Sul. (*a*)

Achava-se terminado o prazo marcado para a administração de D. Francisco de Souza, e foi nomeado para substituil-o *Diogo Botelho*, que já anteriormente tinha governado Pernambuco, e que era filho de Francisco Botelho, Estribeiro Mór do Infante D. Fernando. A 12 de Maio de 1602 tomou na Bahia conta do governo geral Diogo Botelho, recebendo a administração das mãos de Alvaro de Carvalho, por achar-se D. Francisco de Souza em S. Paulo a escogitar sobre minas. A apreciação do Sr. V. de Porto Seguro a respeito do novo Governador Geral não póde ser mais honrosa: diz o eminente historiador que «—Diogo Botelho era «rigido e severo com os delinquentes, e zeloso pro-«pugnador do justo e do honesto, sendo um dos ma-«gistrados de mais intelligencia, honradez e energia «que vieram ao Brazil. Exerceu o cargo até 1º de Fe-«vereiro de 1607.»

O ordenado do Governador Geral foi elevado a 3,000 cruzados, trazendo 20 homens para sua guarda.

Mereceu especial cuidado de Diogo Botelho a submissão completa dos Aymorés, que assolavam as capitanias dos Ilhéos e Porto Seguro: para esse fim mandou Alvaro de Carvalho batel-os com as forças que pôde reunir, e é dever confessar que, para vencel-os completamente, valeram de muito os auxilios do Jesuita Domingos Rodrigues, 1606.

Se por esse lado Diogo Botelho via a sua administração livre de embaraços, não era tão feliz na parte financeira, pois cumpria fazer face ao pagamento da qouta de 18 contos de réis, que tocou ao Brazil na contribuição imposta a Portugal pela Hespanha de

(*a*) Foi no governo de D. Francisco de Souza que, em 9 de Junho de 1597, falleceu na aldêa de Reritigbá com 64 annos de idade o celebre Jesuita José de Anchieta, de tão monumentaes serviços.

1.700,000 cruzados, e as rendas do Brazil eram então bem escassas. Accresciam a tudo isso as lutas incessantes com os Jesuitas, e a animosidade que lhe tributava o Bispo D. Constantino Barradas (Bispo desde 1600), ambicioso e em extremo avido de dinheiro. A côrte de Hespanha, completamente dominada pelos Jesuitas, decidia a favor d'estes todas as questões e pretenções, que tinham no Brazil, e desgostava profundamente a Diogo Botelho. Uma das occasiões mais solemnes d'essa parcialidade foi aquella em que o Governador Geral teve de pagar aos Jesuitas duas aldêas incendiadas, durante a guerra, por Francisco Coelho, na Parahyba.

Para animar a colonisação do Ceará e do Maranhão, Diogo Botelho acceitou as propostas de Pero Coelho de Souza, morador na Parahyba, a quem fez Capitão Mór, 1603. Mão resultado colheu Pero Coelho, que partira com 80 colonos e 800 indios alliados, por não marchar sobre o Maranhão, occupando-se em atacar os indios de Ibiapaba, procurando depois a foz do Jaguaribe; perdeu por isso gente sem proveito. João Soromenho, mandado em soccorro, tornou-se um auxiliar funesto, porque foi captivando os indios amigos e inimigos, excitando assim a animosidade geral do gentio, que perseguiu a expedição a ponto de obrigal-a a regressar desastradamente. O proprio Pero Coelho de Souza, depois de ter perdido n'essa desgraçada volta parte da sua familia, morreu alguns dias depois de ter chegado ao Rio-Grande, victima das privações da viagem. A prisão e o castigo de Soromenho foi, além de um acto de justiça, o ponto de partida da politica sagaz que o Governador Geral desenvolveu para com os indios auxiliares afim de contel-os e conserval-os no seu partido: não só restituiu-lhes a liberdade, como presenteou-os com vestuarios e ferramentas.

A' vista do descalabro d'essa expedição movida pelo governo, tentaram os Jesuitas por sua vez a colonisação do Ceará até o Maranhão, e confiaram essa empreza aos cuidados dos Padres Francisco Pinto, e Luiz da Figueira.

Essa tentativa foi igualmente mallograda, succumbindo Francisco Pinto ás mãos dos selvagens Tucuri-

jús, depois dos maiores martyrios. Luiz da Figueira pôde com muita difficuldade salvar-se, e entre os serviços, que ainda posteriormente prestou no Brazil, conta-se uma grammatica da lingua tupy, composta por elle, e impressa em 1621.

Ficavam bem patentes os effeitos prejudiciaes da desharmonia entre o poder temporal e o espiritual da colonia do Brazil; se os Jesuitas, praticos como eram das relações com os indios e dos meios de submettelos á civilisação, tivessem reunido os seus esforços aos do Governo Geral e obrado simultaneamente, os resultados d'essas tentativas isoladas seriam outros, e não se teria de esperar alguns annos mais para a conquista e civilisação do Ceará e Maranhão, evitando-se além d'isso as difficuldades com que tiveram de lutar para expellir os francezes de la Ravardière do porto de Javiré, ou Maranhão.

A côrte de Hespanha achava-se, como dissemos, completamente dominada pelos Jesuitas, que a seu talante manejavam o Duque de Lerma, 1° ministro de Filippe III, 1598 — 1618, que aos 13 de Setembro de 1598 succedêra a seu pai Filippe II. — O filho de Carlos V ainda governou por si os vastos dominios da sua monarchia; mas o neto não tinha aptidão senão para subscrever aos conselhos do seu ministro, que por certo não se mostrava habil piloto para manejar a náo do Estado. Repercutia sobre o Brazil a incapacidade governamental da metropole, que se curvava obediente e submissa á influencia dos Jesuitas: — o Governador Geral do Brazil, farto de ver sua autoridade postergada pela animosidade clerical protegida pelas decisões da Hespanha, retirou-se para Portugal antes mesmo da chegada do seu successor.

Profligando o máo reinado de Filippe III, não podemos deixar de mencionar uma disposição boa em relação ao Brazil, a saber: a creação em Lisbôa do *Conselho da India*, encarregado do concernente ás colonias de Portugal—1604, 25 de Junho—, e regulamentado em 26 de Julho do mesmo anno.

LIÇÃO XIV

D. Diogo de Menezes. — Nova divisão do Brazil em 2 Governos, e subsequente reunião em um só — 1' de Janeiro de 1617. — Os Francezes no Maranhão.

D. Diogo de Menezes e Siqueira (ulteriormente Conde da Ericeira) nomeado em 22 de Agosto de 1606, substituiu a Diogo Botelho como Governador Geral do Brazil, e exerceu esse cargo em fins de 1607, residindo em Pernambuco, e pondo em boa ordem a administração das capitanias do norte. Vindo para a Bahia, recebeu ahi em Janeiro de 1608 ordem da divisão do Brazil em 2 governos, ficando elle D. Diogo de Menezes com o Norte, 1608—1612, e D. Francisco de Souza (então superintendente das minas) com as capitanias do sul, 1608—1610. — A D. Diogo de Menezes succedeu nas capitanias do norte Gaspar de Souza, 1612—1616, e a D. Francisco de Souza nas do sul succedeu seu filho D. Luiz de Souza, 1610 — 1616, vindo este a reunir os 2 governos n'um só geral desde 1º de Janeiro de 1617 até 1622.

Na administração de D. Diogo de Menezes continuaram as lutas do Governador com o Bispo e com os Jesuitas por causa da questão dos indios, e installou-se a Relação da Bahia, 1609, vindo 8 Desembargadores com o Presidente ou Chanceller, Gaspar da Costa.

Prevendo as complicações que se deram depois com a colonisação do norte, propoz D. Diogo de Menezes a creação de 3 capitanias para esse lado, *Ceará*, *Piauhy*, e *Maranhão*; mas unicamente conseguiu alguma cousa em referencia ao Ceará, fazendo com que Martim Soares Moreno, tenente da capitania do Rio Grande do Norte, fundasse na praia visinha da ponta do Mocuripe um presidio, que tomou depois o nome de *Fortaleza*, e uma ermida a Nossa Senhora do Amparo.

Gaspar de Souza, Governador das Capitanias do Norte, 1612—1616, teve ordens expressas para a colonisação do Rio Grande do Norte em diante até o Amazonas, e, para mais facilmente providenciar a respeito, fixou sua residencia em Olinda. Era urgente que a metropole do Brazil attendesse ás suas possessões amazonicas, porquanto os Hollandezes as cobiçavam, tendo se mesmo estabelecido já em *Orange*, oitenta e tres leguas da foz do Amazonas, e em Nassau, sete leguas mais acima. Anteriormente já os Francezes tinham feito alguns estabelecimentos no Maranhão e ameaçavam firmar um dominio mais duradouro do que aquelle que tiveram no Rio de Janeiro no tempo de Duarte da Costa e Mem de Sá.

Desde 1594, no governo de D. Francisco de Souza, que os Francezes achavam se no Maranhão, sendo Jacques Riffault e Carlos des Vaux os primeiros que ahi fundaram estabelecimentos. Jacques Riffault voltou para a França, talveza buscar reforços, e certamente a implantar no animo de seus compatriotas a ambição de explorarem tão promettedoras regiões. Formou-se logo uma companhia entre Daniel de la Touche, senhor de la Ravardière, Emilio Rassilly, e Carlos Harley para esse fim. La Ravardière partiu para o Maranhão, 1612, com uma esquadrilha, levando em sua companhia Carlos des Vaux, e quatro missionarios Franciscanos: chegou ao Ceará, e dirigiu-se para a ilha de Sant'Anna (que tomou o nome por causa do dia da chegada); passou depois para o porto de *Javiré* ou Maranhão, e deu principio á povoação de *S. Luiz*, (assim chamada em honra de Luiz XIII) em uma chapada á esquerda do porto, regada por um rio denominado ulteriormente S. Francisco.

Tinha Gaspar de Souza, Governador das Capitanias do Norte, nomeado a Jeronymo de Albuquerque (*a*) para fundar uma capitania além do Ceará, no porto

(*a*) Era filho do grande Jeronymo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho, com uma india Maria do Espirito Santo, filha do morubixaba—*Arco-Verde*—; nascera em 1548 nas proximidades de Olinda, e morreu com 70 annos de idade, a 11 de Fevereiro de 1618, no Maranhão.

de Camocim. Martim Soares, que achava-se no Ceará, foi incumbido de auxiliar a Jeronymo de Albuquerque nessa expedição, e depois de ter seguido por mar, viu-se obrigado por um temporal a arribar ás Antilhas. Jeronymo de Albuquerque vendo inconvenientes sérios de um estabelecimento no Camocim, fundou um em *Juroracoácoára*, ou Bahia das Tartarugas, ao qual deu o nome de Nossa Senhora do Rozario. Voltando para Pernambuco, 1613, recebeu do Governador Gaspar de Souza ordens terminantes para expellir os Francezes do Maranhão, e foi nomeado commandante da expedição para esse fim destinada; d'ahi a pouco foi-lhe adjunto no commando o Sargento-Mór Diogo de Campos, que tinha chegado da Europa com alguns soldados, e nomeado tambem para commandar a mesma expedição.

Seguiu primeiramente Jeronymo de Albuquerque para o norte afim de ir obtendo alguns indios auxiliares, e na fortaleza do Rio Grande juntaram-se-lhe as forças de Diogo de Campos. Depois de uma longa e penosa viagem, chegou a expedição ao Preá, e d'ahi a dias levantou, em *Guaxenduba*, um forte que recebeu o nome de *Santa Maria*. Atacado ahi pelos Francezes, obteve Jeronymo de Albuquerque, aos 19 de Novembro de 1614, uma importantissima victoria, que foi o ponto de partida para a retirada dos Francezes. Conforme diz o Sr. João Francisco Lisboa nos seus *Apontamentos para a Historia do Maranhão*, as forças inimigas compunham-se de sete navios de alto bordo, e de 46 grandes canôas com 400 soldados e para mais de 2.000 indios, emquanto Albuquerque tinha apenas 500 homens de guerra, dos quaes 300 portuguezes e pernambucanos e 200 indios auxiliares. No entretanto os Francezes foram completamente batidos, perdendo 115 mortos, entre os quaes o commandante Pésieux, e nove prisioneiros, mal podendo á noite abrigarem-se á esquadrilha que os tinha transportado a Guaxenduba.

Seguiu-se um armisticio, 27 de Novembro de 1614, por um anno, emquanto não chegavam respostas das respectivas metropoles, consultadas a respeito pelo Sargento Mór Diogo de Campos, e pelo Capitão Matheus

Maillart, emissarios das partes belligerantes; mas antes da terminação desse prazo, Jeronymo de Albuquerque, ou por ordem superior, ou por ter recebido algum reforço, atacou com mais vantagem ainda os Francezes, e La Ravardière teve que assignar um compromisso pelo qual se retiraria dentro de cinco mezes, sendo indemnisado pelo que deixasse na ilha, além de ter de entregar immediatamente o forte de Itapary, ou de S. José.

Antes de expirar esse prazo chegou Alexandre de Moura, Governador Geral da Armada e Conquista do Maranhão, com uma esquadrilha de sete navios grandes, um caravellão, e uma caravella, com 900 homens de desembarque. Valendo-se da sua patente superior á de Jeronymo de Albuquerque, e dos reforços que trazia, não se cingiu Alexandre de Moura ás condições do tratado, e impôz a sahida immediata dos Francezes, 3 de Novembro de 1615, apenas com suas pessoas e bens, que pudessem levar comsigo.

O forte de S. Luiz passou a chamar-se (embora provisoriamente) de S. Filippe, e Jeronymo de Albuquerque tomou o sobrenome de *Maranhão*.

Effectuada tão proveitosa conquista, Alexandre de Moura ordenou a fundação da Capitania do Pará, fazendo partir o Capitão-Mór Francisco Caldeira Castello Branco (que já tinha ido soccorrer a Jeronymo de Albuquerque, em 1614). O novo Capitão-Mór com uma força de 150 a 200 homens e tres embarcações entrou no Pará, e lançou os fundamentos da cidade de Belém, 1615, sobre a bahia de Guajará (verdadeiro estuario do Tocantins), e mandou ao alferes Pedro Teixeira destruir dous pequenos estabelecimentos hollandezes, que ahi haviam, o que realizou-se.

Além d'esses combates contra os europeus, teve Castello Branco que sustentar dilatadas lutas contra os indios, entre os quaes sobresahiram os *Tupinambaranas* e *Mauhés*. Por infelicidade dos colonisadores sobreveiu a indisciplina e animosidade dos colonos contra o Capitão-Mór, 1619, pela impunidade de um sobrinho d'este (Antonio Cabral), que matára a um chefe portuguez dos mais estimados (Capitão Alvaro Netto). Desgostosos os colonos prenderam o Capitão-Mór, e

exigiram providencias do Governo Geral. O Governador Geral nomeou então um novo Capitão-Mór, para o Pará, Jeronymo Fragoso de Albuquerque, e deu a Bento Maciel o commando de uma expedição contra os indios, 1619. O novo Capitão Mór restabeleceu a ordem, e Bento Maciel submetteu um grande numero de hordas selvagens, sendo de lamentar que se tornasse muito sanguinario contra os indios, chegando mesmo a desobedecer ao Capitão-Mór Jeronymo Fragoso de Albuquerque, que lhe ordenára puzesse termo a tanta carnificina.

Antes de realisarem-se esses ultimos acontecimentos, tinha fallecido Jeronymo de Albuquerque Maranhão, 11 de Fevereiro de 1618, e succedera-lhe seu filho Antonio de Albuquerque, em cujo governo continuou a capitania a florescer, recebendo mais colonos dos Açôres e muitos degradados. Prosperavam a passos rapidos as capitanias mais septentrionaes do Brazil, reforçadas ainda com a fundação de uma colonia na foz do Gurupy, e a côrte de Hespanha resolveu crear o *Estado do Maranhão*, 13 de Junho de 1621, independente do resto do Brazil, nomeando para seu 1º Governador a Francisco Coelho de Carvalho, Capitão da Parahyba.

N'essa época, em que tanto predominavam os Jesuitas, torna-se digno de nota a recommendação que tiveram do governo da metropole de *não se intrometterem em proteger os indios do novo Estado do Maranhão e de se limitarem á catechese*.

Francisco Coelho de Carvalho, nomeado Governador do Estado do Maranhão em 25 de Março de 1624, só tomou conta da administração em 3 de Setembro de 1626 por graves perturbações da paz do Brazil, ou, por outra, pela 1ª invasão hollandeza, 1624-1625. Omittimos dizer que desde 12 de Outubro de 1621 tinha Diogo de Mendonça Furtado substituido a D. Luiz de Souza no governo geral do Brazil.

LIÇÃO XV

Primeira invasão dos Hollandezes: — perda e restauração da cidade da Bahia, — 1624-1625.

Tendo Portugal e suas colonias passado para o dominio da Hespanha, ficavam por isso mesmo sujeitos ás hostilidades dos inimigos, que Filippe II tinha, e que não eram em pequeno numero. Entre esses inimigos contavam-se os Hollandezes, que, depois de uma luta heroica para sacudirem o jugo hespanhol, tiveram seus patrioticos esforços coroados por uma tregua de 12 annos, 9 de Abril de 1609, embora sómente muito mais tarde tivessem a sua independencia reconhecida pelo tratado de Westphalia, 1648. Expirava a tregua de 12 annos, quando Filippe IV subia ao throno dos seus avós, e entre as difficuldades escabrosas do reinado d'esse principe, a continuação da guerra com a Hollanda foi uma das não pequenas. Durante mesmo o periodo da tregua dava-se um facto bem curioso, que era a suspensão das hostilidades entre as duas partes belligerantes na Europa, mas os assaltos contra as colonias hespanholas da America e da Asia continuavam mais fortes do que antes.

Para conjurar tão procellosos contratempos tinham-se achado á testa dos negocios da Hespanha homens completamente ineptos, como os Duques de Lerma e de Uzeda no reinado de Filippe III, e o Conde-Duque de Olivares no de Filippe IV.—Os Hollandezes, pelo contrario, desenvolviam meios de acção realmente admiraveis, e mostravam cada vez mais aquella tenacidade e audacia que elevaram a sua marinha e commercio a um bem alto grão de brilhantismo.

Formaram a « Companhia das Indias Occidentaes » 3 de Junho de 1621 (segundo Netscher), com o direito de commerciar e conquistar nas terras novamente

descobertas da Africa, Asia e America, de levantar tropas, de receber dos Estados Geraes 250,000 florins annualmente durante 5 annos, percebendo o Estado um interesse correspondente á metade dos lucros, mas com a obrigação tambem de o Estado, em caso de guerra consideravel, fornecer á Companhia 16 grandes navios de guerra e 4 yachts, etc. — A principio com o capital de 7,108,161 florins, a Companhia elevou-o em breve a 18,000,000 de florins em acções de 6,000 florins, tendo a sua gerencia confiada a 19 Directores, sendo 8 pela Camara de Amsterdam, 4 pela Zelandia, 2 pela de Rotterdam, 2 pelo Districto do Norte, e 2 pelo paiz e cidade de Groningue; — o 19º Director seria de nomeação dos Estados Geraes.

Depois de excursões secundarias foi escolhido o Brazil como ponto de invasão, e de preferencia a cidade do Salvador. Prepararam uma esquadra de 33 navios, e 3 yachts com 500 peças de artilharia, 1,600 marinheiros e 1,700 homens de desembarque. —Jacob Willekens, de Amsterdam foi nomeado Almirante, Pieter Pieterszoon Heyn Vice-Almirante, e o coronel Johan van Dorth commandante das tropas e futuro Governador dos paizes conquistados.

A Hespanha recebeu diversos avisos da expedição; a propria Infanta D. Izabel, Governante dos Paizes Baixos, preveniu-a por varias vezes d'esse facto: mas o governo do Conde Duque de Olivares nada fez para repellir o inimigo. Em fins de 1623, principio de 1624, partiu a expedição hollandeza para o Brazil, a 4 de Maio avistou as costas da Bahia, e a 8 do mesmo mez ancorou na Bahia de Todos os Santos a 9 leguas de terra, menos o navio de Johan van Dorth, que na altura do Cabo Verde se separára do resto da esquadra.

Os preparativos feitos pelo Governador Geral Diogo de Mendonça Furtado foram inutilisados pela demora da chegada do inimigo, e pelo zelo caritativo mal entendido do Bispo D. Marcos Teixeira, (*a*) que fez com que as forças da resistencia se dispersassem, e só houvessem alguns poucos soldados, quando o inimigo chegou.

(*a*) O Bispo D. Marcos Teixeira tinha tomado posse desde 1622.

No dia 9 de Maio romperam os Hollandezes fogo contra a cidade e contra 15 navios ancorados no porto, dos quaes tomaram 8 e incendiaram 7. — O forte de S. Marcello foi tomado por Pieter Heyn, o forte de Santo Antonio foi tomado pelo Major Allert Schouten (na falta de Johan van Dorth), depois de ter desembarcado no Pontal e derrotado Antonio de Mendonça, filho do Governador, que batêra-se com valentia. A cidade foi occupada no dia 10 de Maio, e Diogo de Mendonça Furtado, Governador Geral, foi preso no palacio depois de ter praticado actos de bravura, embora inutilmente. No dia seguinte (11) chegou Johan van Dorth e assumiu o governo por parte da Hollanda, proclamando ao povo paz, e convidando aos moradores para voltarem para a cidade. — Diogo de Mendonça Furtado foi mandado preso para a Hollanda, onde só obteve soltura em 23 de Novembro de 1626.

Depois de terem os chefes da expedição julgado o dominio hollandez firmado na Bahia, a esquadra foi retirando-se por divisões, e Pieter Heyn com 4 navios foi atacar a capitania do Espirito Santo com uma força de desembarque de 300 homens, Março de 1625; foram, porém, derrotadas essas tropas, graças aos soccorros levados do Rio de Janeiro por Salvador Corrêa de Sá, filho de Martim de Sá, que era Governador da Capitania do Rio de Janeiro.

Depois da conquista hollandeza organisára-se na Bahia a resistencia. As vias de successão, abertas na villa de Abrantes (outr'ora aldêa do Espirito Santo), marcavam Mathias de Albuquerque, Governador de Pernambuco, para tomar conta do Governo no impedimento de Diogo de M. Furtado. Achando-se Mathias de Albuquerque em Pernambuco, foi eleito a principio o Ouvidor Geral Antão de Mesquita de Oliveira: algum tempo depois foi este deposto pelos Officiaes da Camara, em Pitanga, por influencia do Bispo, ávido de mando, e foi então escolhido o proprio Bispo D. Marcos Teixeira, que deu provas de actividade e energia. Infelizmente, tanto trabalhou esse Principe da Igreja, que 4 mezes e alguns dias depois morreu, 8 de Outubro de 1624, sendo sepultado na capella da Con-

ceição de Itapagipe. Lourenço Cavalcanti e Antonio Cardoso, encarregados pelo Bispo da direcção da resistencia, puzeram a cidade em sitio, não deixando n'ella penetrar os generos do interior, e foram em breve reforçados por Francisco Nunes Marinho, que de Pernambuco tinha sido mandado por Mathias de Albuquerque com soccorros.

O governador hollandez Johan van Dorth cahiu em uma emboscada, morrendo ás mãos do Capitão *Francisco Padilha*, 17 de Junho de 1624. Allert Schouten morreu tambem pouco tempo depois, a 3 de Setembro, e Willem Schouten, seu irmão, e successor no commando, primava pela immoralidade e descomedimentos para ser bom chefe.

N'esse entretanto o Conde Duque de Olivares mandára apromptar uma numerosa esquadra, cujo commando em chefe confiou a D. Fradique de Toledo Osorio, Marquez de Valdueza, para a restauração da cidade da Bahia. A totalidade da esquadra era de 52 navios de guerra, sem contar os transportes, e as forças expedicionarias compunham-se de 12,563 homens, entre tropas de desembarque e tripolações. O contingente portuguez, sob o commando em chefe de D. Manoel de Menezes, tinha 23 navios redondos e 4 caravellas, com 4,000 homens: D. Francisco de Almeida era o Almirante da esquadra, e o Sargento Mór Antonio Muniz Barreto commandava as forças de desembarque. A esquadra hespanhola, sob as ordens de D. Juan Fajardo, apresentava 31 galeões e 8 navios menores, com 7,500 para 8,000 homens de desembarque.

Emquanto não seguiam os grandes soccorros, foi mandado D. Francisco de Moura, natural de Pernambuco, com o titulo de Capitão-Mór do Reconcavo, com 3 caravellas, vindo por capitães de 2 d'ellas Jeronymo Serrão de Paiva e Francisco Pereira de Vargas, conhecedores do paiz. Desembarcando em Pernambuco, D. Francisco de Moura seguiu por terra, e tomou conta das forças de Francisco N. Marinho, 3 de Dezembro.

Chegando a esquadra hispano-portugueza á Bahia, 29 de Março de 1625, occupou a barra para não deixar sahir a frota hollandeza de 21 navios, e completou o cêrco da cidade. Logo em seguida os Hollandezes,

para concentrarem suas forças, abandonaram os fortes de Montserrate e da Agua dos Meninos.

Willem Schouten, demittido do commando, foi substituido por Hans Ernesto Kiff, que não pôde restabelecer a disciplina na praça, e depois de inuteis combates durante 30 dias, entrou em ajustes, 29 e 30 de Abril, que deram em resultado a capitulação de 30 de Abril, pela qual os Hollandezes (1.919 homens) retiravam-se da Bahia, entregando armas, navios, tudo em uma palavra, sahindo apenas com suas roupas e objectos de uso, levando fornecimento de generos para 4 1/2 mezes, artilharia e armas, apenas as precisas para sua defeza.

No dia 1º de Maio de 1625 tremulavam as bandeiras hespanhola e portugueza na cidade do Salvador, e tarde chegaram 34 navios hollandezes, sob o mando do Almirante Bondewinj Hendrikszon, os quaes se retiraram depois para o norte.

Diz o Sr. Visconde de Porto Seguro, que na disposição e conducção das baterias do sitio, distinguiu-se no contingente napolitano, ás ordens do Marquez de Cropani, o Sargento-Mór *Giovano Vicenzo Sanfelice*, que, posteriormente com o titulo de *Conde de Bagnuolo*, tanto interveiu nas operações militares durante a invasão hollandeza em Pernambuco.

LIÇÃO XVI

Segunda invasão dos Hollandezes; perda de Olinda e do Recife; historico da guerra até a retirada de Mathias de Albuquerque. – 1630 – 1635.

Retirando-se D. Fradique de Toledo Osorio depois da restauração da Bahia, passou o governo a D. Francisco de Moura, que ao fim de um anno entregou-o por seu turno a Diogo Luiz de Oliveira, Conde de Miranda, 1626, que muito se distinguira nas guerras de Flandres. Mandou o novo Governador Geral fortificar o Reconcavo, e tanto Mathias de Albuquerque em Pernambuco, como Martim de Sá no Rio de Janeiro o imitaram em attender ás fortificações.

Os Hollandezes, persistentes em atacar o Brazil, não desanimaram com o revez que tinham soffrido na Bahia; ainda em 1627 foi Pieter Heyn por duas vezes atacar e saquear o Reconcavo, fallecendo no segundo ataque o bravo capitão Padilha defendendo a posição de Petitinga. Coberto de gloria pelos seus triumphos, o valente Pieter Heyn no anno seguinte assalta e toma os Galeões do Mexico, commandados por D. Juan de Benevides, levando o valor de 9 milhões de ducados, e 9 navios com cochonilha e anil que iam para a Hespanha, lucrando a Companhia das Indias Occidentaes para mais de 14,600,000 florins.

Animada com essas grandes vantagens, que compensavam de muito os prejuisos da expedição á Bahia de Todos os Santos, e persistente em occupar um ponto nas costas do Brazil, mandou a Companhia preparar uma expedição composta de mais de 70 navios. O Sr. Netscher na sua interessante obra — « *Os Hollandezes no Brazil* », — diz 52 navios e yachts, e 13 balandras, com 3,780 marinheiros, e 3,500 soldados. Foi no-

meado para Commandante Geral HENDRICK CORNELISZOON LONCQ, para Almirante PIETER ADRIAANSZOON, e para General das tropas DIEDERICK VAN WEERDEMBURCH. Os repetidos avisos, que recebeu a côrte de Madrid, serviram apenas para que o Conde Duque de Olivares prevenisse o Governo de Lisbôa, o qual *sómente* ordenou que Mathias de Albuquerque (então em Madrid) voltasse para Pernambuco, dando-lhe o *importantissimo* auxilio de 27 soldados, mas determinando-lhe que provesse á defeza dessa capitania, exercendo mesmo um governo independente do da Bahia.

Mathias de Albuquerque chegou a Pernambuco, 19 de Outubro de 1629, e fez o que pôde para fortalecer-se; mas não tinha recursos sufficientes: a incuria e o deleixo tinham estragado ou deixado estragar as fortificações existentes. Como a expedição contra Pernambuco se demorasse, mandou Mathias de Albuquerque desalojar pelo capitão Ruy Calaça Borges os Hollandezes, que estavam estabelecendo-se em Fernando de Noronha.

Os Portuguezes no Brazil contaminavam-se com o entorpecimento e decadencia hespanhola, e a corrupção geral dos costumes era tal, que Frey Antonio Rozado, 1629, prégando dizia, qual outra Cassandra, que sem mais differença do que uma letra Olinda havia de ser abrazada por *Olanda*. Mas em honra dos Pernambucanos seja dito, que se regeneraram ao fogo da adversidade.

Chegando a esquadra inimiga defronte de Olinda, 14 de Fevereiro de 1630, intimou no dia seguinte á villa que se rendesse, e, não sendo attendida a sua intimação, rompeu o fogo desembarcando Weerdemburch no Páo Amarello (quatro leguas ao norte de Olinda) com perto de 3,000 homens. O ex-capitão-mór Dias da Franca não defendeu essa posição como lhe cumpria, e mesmo podia, e os Hollandezes marcharam no dia 16 sobre Olinda. Apezar dos esforços de Mathias de Albuquerque, os Pernambucanos foram tomados de um terror panico, e nada puderam fazer de bom; foi sem proveito a resistencia na passagem do Rio Doce (com 850 homens), fugindo os Pernambucanos vergonhosamente e deixando Mathias de Al-

buquerque apenas com 20 homens. Para não carregar mais o negrume do quadro da entrada dos Hollandezes em Olinda, mencionaremos a bravura com que *Salvador de Azevedo* defendeu o Collegio dos Jesuitas, e a heroica intrepidez com que o Capitão *Antonio de Lima* defendeu o forte de S. Jorge (*ou da Terra*), resistindo desde 20 de Fevereiro a dous assaltos e a um sitio em regra até 1º de Março: afinal Lima rendeu-se com todas as honras da guerra, 2 de Março, e o forte de S. Francisco (*ou do Mar*) tambem logo se entregou.

Conquistada Olinda pelos Hollandezes com a maior facilidade, como deixamos dito, seguiu-se ao panico geral uma reacção salutar, que não se desmentiu durante o longo periodo de vinte e quatro annos. Mathias de Albuquerque foi organisando a resistencia; fundou o *Arraial fortificado do Bom Jesus*, a uma legua equidistante do Recife e de Olinda, e creou as *Companhias de Emboscada*, de uma das quaes foi capitão o celebre indio Poty, conhecido pelo nome de *D. Antonio Filippe Camarão*. O proprio General Loncq em uma das sortidas experimentou o valor dessas tropas, perdendo para mais de 600 homens prisioneiros, mal podendo elle mesmo escapar, e, se o conseguiu, foi isso devido á ligeireza do seu cavallo.

Os combates e as escaramuças succediam-se sem resultado definitivo para os contendores, e os Hollandezes achavam-se sitiados por terra sem poderem avançar. Um Conselho composto de cinco Directores, vindos da Hollanda, tomou a gerencia do Governo em vez de Loncq; Weerdemburch conservou o commando da esquadra, e Valbeck foi nomeado Almirante em commissão na costa brazileira. Chegando-lhes alguns reforços, 1631, tentaram os Hollandezes tomar a Ilha de Itamaracá, e mandaram o Tenente-Coronel Hartman Gœfrid van Steyn Callenfelds com 1,260 homens (22 de Abril de 1631); foram porém repellidos pelo capitão Salvador Pinheiro, e conseguiram apenas levantar o Forte de Orange na extremidade suéste da ilha, ficando ahi o Capitão polaco Artichofsky com 300 homens, e voltando o resto da expedição para Olinda.

No entretanto o Governador da Parahyba Antonio de Albuquerque e o proprio Mathias de Albuquerque tinham participado para a Europa a invasão hollandeza; mas apezar de ter creado a Junta para o soccorro do Brazil, os auxilios que vieram foram tão insignificantes, que nem são dignos de menção.

As intenções da Companhia das Indias Occidentaes contra os Galeões do Mexico, mandando uma esquadra para Pernambuco sob o commando de Adriaen Jansen Pater, fizeram com que a Hespanha preparasse uma esquadra de 19 navios de guerra e 34 de comboio; e mandasse *D. Antonio de Oquendo* com 800 homens para a Bahia, 1.000 para Pernambuco e 200 para a Parahyba. A 13 de Julho chegou a esquadra luso-hespanhola á vista da cidade da Bahia, e desembarcou os auxilios, que para ahi eram destinados. Partindo a 3 de Setembro para o norte, encontrou-se a 12 do mesmo mez com a esquadra hollandeza, e travaram combate, que, apezar de porfiado, ficou verdadeiramente indeciso, embora Pater com a sua embarcação almirante fosse ao fundo (*a*); os Hespanhoes soffreram grandes estragos; e cantaram victoria (*b*) porque conseguiram effectuar o desembarque dos soccorros que levavam. Devemos porém observar que, em vez dos 1,000 homens para Pernambuco, o Conde Bagnuolo seguiu apenas com 700; desembarcando na Barra Grande, marchou cêrca de 40 leguas, e afinal chegou ao Arraial do Bom Jesus a 12 ou 13 de Novembro.

Os Hollandezes, exagerando os reforços recebidos pelos Pernambucanos, concentraram-se no Recife, incendiando a cidade de Olinda, 21 de Novembro de 1631, e foram soffrendo os seguintes revezes: — o capitão João de Mattos Cardoso, 9 de Dezembro, repelliu o ataque do Tenente-Coronel Callenfelds contra o

(*a*) O Almirante Jansen Pater, vendo a sua náo perdida, envolveu-se no seu pavilhão, e atirando-se ao mar disse: — «O oceano é o tumulo digno de um Almirante Batavo.»

(*b*) O Rei de Hespanha ficou tão contente com *essa victoria*, que mandou cunhar uma medalha commemorativa, tendo n'uma das faces a effigie de Filippe IV, e na outra um Sansão derrubando o Leão Neerlandez.

Forte do Cabedello na Parahyba : — o Tenente Coronel Porto Carreiro, 21 de Dezembro, resistiu gloriosamente ao ataque do mesmo Callenfelds no Rio Grande do Norte : — Weerdemburch, Janeiro de 1632, nada conseguiu atacando o Rio Formoso, e depois de ter sahido de Pernambuco, 13 de Fevereiro, com 18 navios contra o Cabo de Santo Agostinho, foi derrotado no Pontal de Nazareth por Bento Maciel.

Tão contraria era então a fortuna aos Hollandezes, que na Hollanda chegou-se mesmo a discutir, e quasi a resolver, a conveniencia de abandonar Pernambuco, quando uma circumstancia, á primeira vista de pequena monta, veiu mudar a face das cousas. *Domingos Fernandes Calabar* (um mameluco natural do Porto Calvo) desertou a 20 de Abril de 1632 para o acampamento hollandez, e foi dar-lhe felicidade. Pratico de toda a topographia d'aquellas regiões, e do systema de guerra dos seus patricios, começou logo a proporcionar aos Hollandezes, commandados por Weerdemburch, a tomada de Iguarassú por surpreza na noite de 30 de Abril para 1º de Maio :—seguiu-se a tomada do forte do Rio Formoso pelo Major Schkoppe, 7 de Fevereiro de 1633, depois da mais heroica resistencia por parte da sua guarnição (20 homens apenas) commandada por Pedro de Albuquerque. Os proprios inimigos honraram a intrepidez de Pedro de Albuquerque, mandando-lhe curar os nobres ferimentos, sendo depois solto nas Antilhas, d'onde partiu para a Europa.

O Conselho Politico da Companhia das Indias Occidentaes em Pernambuco foi depois d'isso substituido por dous Directores da Companhia, e Weerdemburch, despeitado, entregou o commando ao velho Coronel *Rembach*, que nos 16 dias em que commandou, guiado por Calabar, ganhou o posto dos Affogados, além do Capibaribe, e atacou o Acampamento Real do Bom Jesus, 24 de Março, na quinta-feira santa : mas ahi foi completamente derrotado esse chefe hollandez, perdendo de mais a mais a vida no campo do combate.

Segismundo von Schkoppe, que já se tinha distinguido em diversos combates, substituiu a Rembach no commando em chefe, tomou d'ahi a pouco a ilha de

Itamaracá, e por intermedio de Ceulen, mas sempre ajudado por Calabar, apossou-se do Forte dos Tres Reis Magos no Rio Grande do Norte. Em pessoa soffreu Schkoppe um revez na Parahyba, Fevereiro de 1634; desforrou-se, porém, tomando os portos do Cabo de Santo Agostinho, Março.

Era a monção dos revezes para os Portuguezes, e como não bastassem tantos prejuizos, foi destruida pelos Hollandezes uma esquadra em que Francisco de Vasconcellos da Cunha trazia 600 homens, chegando apenas 180 a Mathias de Albuquerque. Desesperado quiz Mathias de Albuquerque dar um golpe de mão sobre a cidade de Olinda, e mandou atacal-a a 1 de Março por Martim Soares, mas a sorte das armas lhe foi contraria.

Não julgando mais necessaria a sua presença em Pernambuco, retiraram-se os 2 Directores da Companhia, ficando outra vez em exercicio o Conselho Politico.—Segismundo von Schkoppe effectuou em seguida a conquista completa da Parahyba, dando á capital o nome de *Frederika*, em honra do Stathouter Frederico Henrique, proclamando a liberdade religiosa, e mais medidas de uma politica sagaz, 26 de Dezembro de 1634.

Emquanto a Companhia ia assim firmando e adiantando suas conquistas, viam-se os Pernambucanos, 1635, reduzidos ao Arraial fortificado do Bom Jesus, commandado pelo hespanhol André Marin, ao novo Arraial da Villa Formosa de Serinhaem commandado por Mathias de Albuquerque em pessoa, á fortaleza de Nazareth sob as ordens de Pedro Corrêa da Gama, e Luiz Barbalho, — e ao Porto Calvo sob o commando de D. Fernando de la Riba Aguero.

Para maior desgraça, Porto Calvo foi tomado por Lichthardt em Março; o Arraial do Bom Jesus capitulou em Junho depois de 3 mezes de sitio, e a Fortaleza de Nazareth rendeu-se a Schkoppe, que a cercava desde Fevereiro. Em tal extremidade Mathias de Albuquerque, depois de ouvir o Conselho dos Chefes, ou, para melhor dizer, da Resistencia Nacional, começou a effectuar a sua retirada para as Alagôas, 3 de Julho de 1635, afim de reunir-se a Bagnuolo, que para lá se

retirára depois da perda do Porto Calvo, esperando por melhores tempos. Centenares de familias acompanharam o restante das forças, que montavam apenas a 500 homens.

Perto de Porto Calvo deu se um episodio, que marca bem que o castigo de Deus póde tardar, mas sempre chega. Sebastião do Souto ardilosamente offereceu-se ao chefe hollandez Picard para examinar o campo de Mathias de Albuquerque, e, de accôrdo com este, fez com que Picard e Calabar atacassem aos Brazileiros, que tinham apenas 200 homens; seguiu-se a derrota e capitulação de Picard, com a prisão e execução de Calabar, 22 de Julho de 1635, que foi enforcado como transfuga, de nada lhe valendo o posto de major que tinha alcançado ao serviço dos Hollandezes. — Mathias de Albuquerque continuou depois a sua retirada para as Alagôas, seguido da sua emigrante comitiva.

Ao passo que os Hollandezes firmavam assim o seu dominio no Brazil, tendo em 1635 já quatro capitanias, que reconheciam a sua supremacia, Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande do Norte, os annaes da Historia registravam mais uma collecção de inepcias da côrte de Hespanha, que velozmente resvalava no despenhadeiro da sua decadencia.

LIÇÃO XVII

Segundo periodo da guerra hollandeza, desde a retirada de Mathias de Albuquerque até a acclamação de D. João IV no Brazil.—1635-1641

Era por demais revoltante a incuria com que a Hespanha tolerava o progresso dos Hollandezes no Brazil; afinal o Conde Duque de Olivares resolveu mandar uma expedição restauradora. Para o commando em chefe convidou elle ao experimentado D. Fradique de Toledo Osorio, que exigiu 12,000 homens e os aprestos militares necessarios não só para o bom exito da expedição, como para não comprometter os seus creditos. Essa resposta foi seguida da reclusão de D. Fradique em uma das torres do Estado, na qual pouco depois morreu. Em seguida foi convidado para o commando D. Francisco (ou Filippe) da Silva, portuguez, que não obtendo os necessarios meios de acção, desculpou-se com o não ser perito nas cousas do mar. A' vista dessa negativa foi convidado o Marquez de Vallada, D. Antonio de Avila e Toledo, que demorou-se, e indicou para o cargo a *D. Luiz de Rojas e Borgia*.

Bem insufficiente foi a expedição aprestada, e o resultado pratico provou o quanto tinha errado o primeiro Ministro de Filippe IV em não seguir os conselhos de Toledo Osorio. As forças expedicionarias, compostas apenas de 1,700 homens, sob o commando de D. Luiz de Rojas e Borgia, partiram afinal de Cadix para o Brazil, com ordens expressas de Borgia render no commando ao illustre Mathias de Albuquerque. Juntamente com a expedição chegou á Bahia (Novembro de 1635) o novo Governador Geral Pedro da Silva (*O Duro*), que tomou posse em Dezembro desse mesmo anno.

Mathias de Albuquerque entregou o commando a 15 de Dezembro, e retirou-se para a Europa, onde foi preso no Castello de S. Jorge, em Lisbôa, donde sahiu por occasião da restauração de D. João IV; no reinado

desse principe teve elle occasiões de vingar-se bem da ingratidão da côrte de Madrid, derrotando aos hespanhoes em varios recontros, principalmente na batalha de *Montijo*, 26 de Maio de 1644, pelo que foi feito Conde do Alegrete.

D. Luiz de Rojas e Borgia quiz logo mostrar para quanto servia, e foi tomando a offensiva (Janeiro de 1636); dirigiu-se para Porto Calvo, que foi abandonado pelos Hollandezes, e que elle mandou occupar pelo Capitão Francisco Rebello:—Artichofski, porém, vindo em soccorro dos Hollandezes, derrotou completamente as forças pernambucanas na *Matta Redonda*, e D. Luiz de Rojas e Borgia morreu combatendo, 18 de Janeiro.

O Conde Bagnuolo, substituindo no commando a Borgia, reuniu todas as forças pernambucanas (2,000 homens) nas Alagoas, e começou uma guerra activa e proveitosa de guerrilhas, na qual foram brilhando o indio *D. Antonio Filippe Camarão*, o preto *Henrique Dias*, e os Capitães *Rebello*, *Souto* e *André Vidal de Negreiros*. Essa guerra de recursos ia occasionando aos Hollandezes serios prejuisos, e a Companhia das Indias Occidentaes resolveu mandar para o Brazil um governador de reconhecido prestigio, e de abalisado merecimento; a escolha não podia ser melhor do que a que fez, nomeando o principe João Mauricio de Nassau, filho de João, Conde de Nassau Siegen, e de Margarida de Sleswig-Holstein, ainda descendente de Guilherme, o Taciturno, visto como era neto de um irmão de Guilherme. Ainda na flôr dos annos, pois tinha nascido a 17 de Junho de 1604, reunia João Mauricio de Nassau todas as qualidades para o alto cargo, para que era nomeado; de par com os conhecimentos militares, de que tinha dado repetidas provas nas guerras européas (*a*) possuia um grande tino adminis-

(*a*) Com 16 annos de idade entrou pela primeira vez em fogo, 1620, debaixo do commando do grande Stathouter Mauricio, e distinguiu-se depois na tomada de Grol, 1627, e de Bois le Duc, 1629. – Feito Coronel, tomou parte no cêrco de Maestricht, 1632, distinguindo-se muito em toda a Campanha de 1635 nos Paizes Baixos Meridionaes. Em Abril de 1636 foi quem mais concorreu para a tomada do forte de Shenkenshans.

trativo, e um bom senso pratico dos homens e das cousas.

Amplos foram os poderes com que Mauricio de Nassau veiu para o Brazil, e, deve-se confessar, nunca desmentiu a confiança n'elle depositada. — Teve o titulo de «Governador, Capitão, e Almirante General dos paizes conquistados ou por conquistar pela Companhia das Indias Occidentaes no Brazil, bem como de todas as forças de terra e mar que a Companhia já ahi tivesse ou viesse a ter.»—A sua nomeação de Governador Geral do Brazil hollandez era provisoriamente por 5 annos: cabia-lhe a Presidencia do Conselho administrativo da Colonia com voto duplo, e com a direcção das operações militares. — Em campanha podia conferir postos militares, mas em guarnição teria o direito de escolha sobre uma lista triplice apresentada pelo Conselho. — De combinação com o Conselho faria as nomeações dos funccionarios civis, salva a approvação da Assembléa dos XIX.—Venceria mensalmente 1,200 florins, tendo além d'isso pagas pela Companhia as suas despezas de meza, e competindo-lhe 2 % de todas as prezas que fizesse.—A Companhia dava-lhe 6,000 florins para ajuda de custo, e pagava-lhe as despezas que fizesse com um padre protestante, um medico, e um secretario que levasse comsigo, assim como o salario dos seus criados, que venceriam o mesmo que os soldados da sua guarda. — Conservaria a sua patente e honras de Coronel de um regimento dos Estados Geraes. — O Conselho administrativo sob a sua presidencia ficaria composto dos *Conselheiros secretos* van Ceulen, Gisseling, e Adriano van der Dussen, que deviam acompanhal-o ao Brazil, e dos *Conselheiros politicos* que já estavam em Pernambuco.—Para o Governo da Colonia vigoraria um regimento de 99 artigos de 23 de Agosto de 1636, feito com a acquiescencia de Nassau.

Tendo o principe João Mauricio de Nassau chegado ao Recife a 23 de Janeiro de 1637, tomou logo posse do seu elevado cargo, datando verdadeiramente d'essa época a florescencia do Brazil hollandez em todos os sentidos. Logo depois da sua chegada partiu para Porto Calvo (5 de Fevereiro) com 5,000 homens, e

travou na *Barra Grande* combate contra Bagnuolo, que ahi entrincheirára-se com 4.000 homens, 18 de Fevereiro.

Por essa occasião tornou-se memoravel a intrepidez de Henrique Dias, combatendo depois de soffrer uma operação em uma das mãos, e a coragem com que Rebello, Souto, Camarão e sua mulher D. Clara pelejaram contra o inimigo.

Se bem que o Conde Bagnuolo conservasse as suas posições, abandonou-as logo para retirar-se para as Alagôas com o grosso das forças, deixando em Porto Calvo apenas uma fraca guarnição ás ordens de Miguel Giberton, que teve de capitular alguns dias depois, 5 de Março. Foi isso um erro de plano de guerra, porque Bagnuolo devia, ou retirar-se com toda a sua gente, e ir cansando o inimigo por meio de guerrilhas successivas, ou ficar com todas as forças nas mesmas posições, fazendo d'ahi sortidas e surprezas, e não sacrificar uma parte das suas tropas, sem necessidade, porque a escassa guarnição deixada em Porto Calvo estava de antemão irremissivelmente perdida.

Nassau aproveitou-se bem d'esse erro de guerra, e depois de ter-se tornado senhor da guarnição de Miguel Giberton, foi perseguindo a columna de Bagnuolo, o qual, fugindo através da villa de Magdalena, dos rios Cororipe e S. Francisco, só parou na Torre de Garcia d'Avila, isso mesmo por ordem do Governador Geral, porque os seus desejos eram acolher-se á Bahia de Todos os Santos.

Os Hollandezes chegaram então até o Rio de S. Francisco, e o atilado Mauricio apenas contentou-se com a construcção de um forte, a que deu o seu nome.

Regressando para o Recife, tratou Nassau de dedicar os seus cuidados mais particularmente á parte administrativa, fazendo reinar a justiça, a severidade, a tolerancia religiosa e os sãos principios de uma politica assisada. As violencias dos conquistadores e a intolerancia dos fanaticos não viam favoravelmente esse proceder do administrador do Brazil hollandez e começaram a apparecer hostilidades dos proprios hollandezes contra Mauricio de Nassau, que tinha conseguido que os Estados Geraes limitassem os privilegios

da Companhia das Indias Occidentaes á importação de escravos e artigos de guerra, e á exportação de madeira de tinturaria, 1638. Todos os hollandezes ficaram com a navegação e commercio francos para o Brazil, devendo porém uma só vez por anno mandar os seus carregamentos; os habitantes portuguezes podiam mesmo mandar os seus generos para a Hollanda.

Para os Estados Geraes era isso uma grande vantagem, porque a nação assim aproveitava mais; mas offendia de frente os interesses da Companhia das Indias Occidentaes, porque lhe cerceava o monopolio.

Logo no anno seguinte, 1639, um consistorio protestante hollandez em Pernambuco fez com que fossem supprimidas as medidas de tolerancia para as outras religiões, mandando fechar as synagogas dos Judeus, e obrigar aos fazendeiros catholicos a fazerem benzer os seus engenhos por padres protestantes.

N'esse entretanto Bagnuolo conservava-se impassivel na Torre de Garcia d'Avila, emquanto Segismundo von Schkoppe invadia e assolava Sergipe, apenas incommodado pelas guerrilhas de Filippe Camarão e Henrique Dias, voltando depois bem quietamente para Pernambuco.

Instado pelas ordens do Conselho dos XIX, Mauricio partiu com uma esquadra de 30 navios de guerra, com 3,400 soldados e 1.000 indios, afóra a marinhagem, afim de tomar a cidade do Salvador, 8 de Abril de 1638, e foi desembarcar com suas tropas a uma legua da cidade, 16 de Abril.—Inquietado por constantes guerrilhas, tentou o assalto, e foi mal succedido, 18 de Maio, vendo-se obrigado a reembarcar, 25 e 26 de Maio, e a retirar-se para o Recife. (*a*)

No principio do anno seguinte, 19 de Janeiro de 1639, chegou á Bahia o novo Governador Geral D. Fernando de Mascarenhas, Conde da Torre, com uma esquadra de 18 galeões; reunindo reforços das

---

(*a*) Por terem repellido os invasores, foram agraciados o Governador Geral com o titulo de Conde de S. Lourenço,—Bagnuolo com as honras de Principe em Napoles,—D. Antonio Filippe Camarão com uma commenda da Ordem de Christo, e Luiz Barbalho, idem.—

Ilhas, do Rio de Janeiro, e do Rio da Prata, obteve 89 navios com 2,400 peças, decidindo-se a atacar os Hollandezes. Emquanto Bagnuolo, D. Francisco de Moura, e Henrique Dias seguiam com o Conde da Torre por mar, deviam por terra marchar os outros chefes, que eram André Vidal de Negreiros até Pernambuco e Parahyba, João Lopes Barbalho, Camarão, e Magalhães até as Alagôas.

Tendo-se reunido 63 navios da esquadra, encontraram-se no dia 12 de Janeiro de 1640 com 41 navios da esquadra hollandeza, e o Conde da Torre ordenou o ataque perto da Ilha de Itamaracá; os Hollandezes perderam a acção, morrendo logo em principio o seu Almirante Willem Cornellisson; o Vice-almirante Huyghens vingou-lhe a morte e deu aos seus compatriotas a victoria nos combates de 13, 14 e 17 do mesmo mez. — A batalha naval, portanto, durou 4 dias, a saber: — no dia 12 de Janeiro, perto de Itamaracá; — no dia 13 ao sul de Goyana, perto do Cabo Branco; — dia 14 no mar da Parahyba; — dia 17 na foz do Potenguy.

A esquadra luso-hespanhola ficou tão destroçada que o Conde da Torre, Bagnuolo e D. Francisco de Moura mal puderam regressar á Bahia, e muitos navios da expedição foram abrigar-se até nas Antilhas!... Mas, ainda assim, os navios destroçados desembarcaram no porto dos *Touros*, no Rio Grande do Norte, cêrca de 1.300 praças, que sob o commando do heroico pernambucano Luiz Barbalho puderam fazer uma retirada brilhante até a cidade da Bahia, perdendo em caminho apenas 100 homens, mas batendo-se repetidas vezes com o inimigo.

Apezar d'essa victoria os Hollandezes não iam bem com os seus negocios: — Nassau não tinha a plena confiança da Companhia, que não lhe mandou 3,600 homens pedidos para prefazerem os 7,000 julgados indispensaveis para a manutenção das conquistas, e mandou-lhe apenas 1,600 homens. Em Março de 1639 a Companhia mandára-lhe tambem *Artichofsky* feito General d'Artilharia e Coronel de um regimento de infantaria de 12 companhias, cada uma de 150 homens no Brazil. O General-Coronel malquistou-se logo com

Mauricio, que exigiu irrevogavelmente, e obteve a retirada do seu émulo (Junho). N'esse interim as guerrilhas de Camarão, Barbalho, Vidal e outros continuavam a hostilisar cruelmente os hollandezes.

A Companhia mandou por isso um reforço de 1,200 homens commandados pelos Almirantes Jol e Lichthart em 27 navios com ordem a Mauricio de apoderar-se da cidade da Bahia, Março de 1640. — O Principe reconheceu a impossibilidade da execução d'essa ordem, e mandou a Lichthart devastar o Reconcavo, o que facilmente foi executado. Pouco tempo logo depois chegou á Bahia de Todos os Santos o novo Governador Geral D. Jorge de Mascarenhas, Marquez de Montalvão, com o titulo de *Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra, empreza e restauração da Bahia.* — Só o titulo revela uma fanfarronada hespanhola ; antes tivessem mandado mais meios de acção, e cortassem algumas palavras pomposas do titulo do Vice-Rei, que tomou posse a 5 de Junho de 1640.

Sob pretexto de comprimentos de cortezia mandou o Principe propôr um plano de treguas ; o Tenente General Martim Ferreira e o Sargento Mór Pedro de Arênas, a pretexto de retribuirem a cortezia, foram a Pernambuco predispôr um levantamento ; mas Nassau vigiou-os de perto. Repentinamente recebe-se a noticia da restauração de Portugal : D. João IV foi promptamente acclamado na Bahia, nas Capitanias do Sul e no Maranhão.

D. Jorge de Mascarenhas procedendo em tal caso com alguma reserva, querendo que os principaes cidadãos déssem por escripto o seu voto sobre o que convinha fazer-se, foi (por manejos do Bispo e do Jesuita Francisco de Villiena) deposto, preso, e remettido para Lisbôa, e em seu logar ficou um triumvirato composto do Bispo D. Pedro da Silva, do Mestre de Campo Luiz Barbalho, e do Provedor Mór Lourenço de Brito Corrêa, 15 de Abril de 1641.

LIÇÃO XVIII

Estado do Maranhão e das Capitanias da Bahia para o sul desde 1624 até 1641

Não deixa de ter vantagem interrompermos a narrativa dos episodios bellicos até a completa restauração de Pernambuco, para lançarmos um golpe de vista sobre o estado em que se achavam as diversas capitanias do Brazil desde a 1ª invasão hollandeza até a acclamação de D. João IV.

Maranhão.— Ameaçado de compartilhar a sorte de Pernambuco invadido pelo estrangeiro, o Maranhão soffria tambem por causa das dilatadas questões com o clero sobre a escravidão dos indios; vejamos, porém, um pouco detalhadamente o que ahi se tinha passado. —Depois da retirada dos Francezes tinha a capitania ficado entregue ao seu 1º Capitão Mór Jeronymo d'Albuquerque *Maranhão*, que fez pazes com os Tupinambás e mandou Bento Maciel descobrir as minas do Pindaré; essa expedição, porém, conseguiu apenas infligir algumas derrotas nos tapuyas Guajajaras. Fallecendo Jeronymo d'Albuquerque, 17 de Fevereiro de 1618, seu successor e filho Antonio d'Albuquerque foi logo prendendo a Bento Maciel, um dos seus 2 assistentes no governo, e remetteu-o preso para Pernambuco. Renovando os Tupinambás as suas hostilidades, Mathias de Albuquerque, irmão do Capitão Mór, bateu-os completamente por espaço de mais de 150 leguas até as visinhanças do Pará, onde tambem foram destroçados pelo Capitão Pedro Teixeira. Desgostoso por ter sido o seu procedimento desapprovado pelo Governador Geral, que não sómente soltára a Bento Maciel, como lhe dera a direcção da guerra contra os Tupinambás, Antonio de Albuquerque resignou o governo da capitania e retirou-se para Lisbôa.

Bento Maciel perseguiu os Tupinambás desde Tapuy-tapéra (Alcantara) até ao Pará, e *extinguiu por aquella parte as ultimas reliquias d'esses barbaros.* (*Berredo*, Annaes do Maranhão, n. 477). — Continuando a guerra de exterminio contra outros indios,

chegou a desobedecer ás ordens do Capitão Mór para parar com tanta carnificina. Depois de ter-se inutilmente intrometido na eleição do governador do Pará, por morte de Jeronymo Fragoso, Bento Maciel voltou para o Maranhão e fundou na foz do Itapicurú uma fortaleza e povoação.

Ao mesmo tempo o povoamento do Maranhão foi tomando não pequeno impulso com a chegada de 200 casaes de colonos açorianos (1620) de uma vez, e 40 casaes de outra (1621); esta ultima já no tempo do capitão-mór Domingos da Costa Machado.

Bento Maciel conseguiu afinal ser nomeado capitão mór do Pará, ao passo que para o governo do Maranhão era nomeado Antonio Muniz Barreiros, accessorado por dous jesuitas, o Padre Luiz da Figueira e um outro italiano. O povo e a Camara do Maranhão foram logo vivendo em hostilidades com os dous jesuitas, que tiveram de assignar um termo em como não se intrometteriam com os indios, sob pena de exterminio e de confisco. As animosidades entre jesuitas e colonos aggravaram-se com a chegada de Frey Christovão de Lisboa, (1625), com um Alvará de 15 de Março de 1624, para fazer cessar a praxe da administração das aldêas dos indios por particulares, que pagavam-se dos seus vencimentos com os serviços desses indios em alguns dias da semana.

Na Capitania do Maranhão pôde Frey Christovão fazer executar esse Alvará, mas no Pará ficou sem effeito pela energica opposição dos povos. Francisco Coelho de Carvalho, nomeado em 1624 Governador Geral do Estado do Maranhão, só tomou conta da administração em 3 de Setembro de 1626 por causa da invasão hollandeza na Bahia; fundou elle a colonia do Gurupy na bahia desse nome, repelliu alguns ataques dos Hollandezes e Inglezes, e morreu no fim de dez annos de governo, 1636.

Pará'.—Os principios da capitania do Grão-Pará datam de 1615, quando Francisco Caldeira Castello Branco, por ordem de Alexandre de Moura, foi com 200 homens e tres navios ligeiros fundar um estabelecimento na bahia de Guajará, lançando a 3 de Dezembro de 1615 os começos da actual cidade de Belém.

Creada logo depois a Capitania do Grão-Pará, teve successivamente sete capitães-móres, dos quaes o primeiro foi o mesmo Francisco Caldeira Castello Branco, e o ultimo Bento Maciel.

A administração de Castello Branco, embora assignalada por victoriosas lutas contra os Tupinambás, Hollandezes, Inglezes e Francezes, teve no entretanto um fim desastrado pela céga protecção dada pelo capitão-mór a um seu sobrinho, Antonio Cabral, que matára um capitão geralmente estimado, Alvaro Netto. O capitão-mór foi preso e remettido para o Governador Geral do Brazil, e o capitão Balthazar Rodrigues de Mello ficou interinamente com o governo da capitania.

Seguiu-se Jeronymo Fragoso de Albuquerque (1619), em cujo tempo começaram as terriveis carnificinas dos indios por Bento Maciel e outros. Depois da morte de Jeronymo Fragoso de Albuquerque as administrações interinas foram de curta duração, até que em 1621 Bento Maciel, nomeado capitão-mór, expulsou completamente os Hollandezes estabelecidos em ambas as margens do Amazonas, e bateu diversas hordas de indios.

Manoel de Souza d'Eça succedeu-lhe com patente régia de capitão-mór (1624), e, passando o Pará a fazer parte do Estado do Maranhão creado em 13 de Junho de 1621, ficou sujeito ao 1.º Governador e Capitão General d'esse Estado, Francisco Coelho de Carvalho, que, embora nomeado em 25 de Março de 1624, só tomou conta em 3 de Setembro de 1626 por causa da invasão hollandeza na Bahia.

Por morte de Francisco Coelho de Carvalho (1636), seguiu-se a administração de Jacome Raymundo de Noronha, em cujo tempo Filippe IV de Hespanha mandou fundar a Capitania brazileira do Cabo do Norte até a foz do Oyapoc (1637 em 14 de Junho). Aproveitando-se da chegada a Belém de dous leigos franciscanos Domingos de Brieba e André de Toledo, que tinham vindo de Quito com uns missionarios para os Indios Cabelludos, mas que desde a confluencia do Napo com o Aguarico tinham-se separado do resto da missão mallograda seguindo aguas

abaixo, mandou Jacome Raymundo de Noronha uma expedição commandada por Pedro Teixeira afim de explorar o Amazonas até o Perú.

O pernambucano Pedro da Costa Favella (ou Favilla) e o Coronel Bento Rodrigues de Oliveira tizeram parte da expedição com 70 soldados portuguezes, 1,200 indios alliados, que com mulheres e crianças andavam em 2,000, em 47 canôas de bom porte. Partiu a comitiva de Cametá aos 28 de Outubro de 1637. Pedro Teixeira na confluencia do Napo com o Aguarico deixou Favilla com parte da columna, e seguiu aguas acima até Quixos, e d'ahi por terra até Baeza, onde recebeu ordem do Vice-Rei, Conde de Chinchon, para regressar trazendo em sua companhia os Padres André de Arthieda, lente de theologia em Quito, e Christovão de Acuña, reitor do collegio de Cuenca, destinados a levar a Madrid noticias da exploração.

Teixeira, de volta, reuniu-se a Favilla no Napo, e na margem esquerda d'esse rio, a 100 leguas da sua confluencia com o Amazonas (Maranhão) plantou um marco com as armas de Portugal, tomando assim para essa corôa posse do tal territorio, 16 de Agosto de 1638, e a expedição chegou de volta ao Pará a 12 de Dezembro de 1639.—Achavam-se feitas as primeiras explorações um pouco minuciosas do Amazonas, e até certo ponto realisado o projecto que datava desde D. João III de se ir pelo Amazonas até ás minas do Perú oriental.

Bahia.—Na Bahia repercutiam os effeitos da invasão em Pernambuco, e das tentativas contra ella mesma praticadas por Mauricio de Nassau e pelas depredações de Lichthart no Reconcavo. O Tribunal da Relação installado em 1609 fôra supprimido em 5 de Abril de 1626 por economias mal entendidas.

As Capitanias dos Ilheos e Porto-Seguro achavam-se em decadencia muito sensivel.

O Espirito Santo continuava a progredir, tendo mesmo repellido uma força de 800 hollandezes vindos em 11 navios, e desembarcados no Porto dos Padres (antigamente Roças Velhas), 1640.

A Capitania do Rio de Janeiro achava-se entregue a preparativos para repellir qualquer tentativa dos Hollandezes, e além d'isso sujeita ás prolongadas lutas

da Camara e do Povo contra os Jesuitas por causa da escravidão dos Indios. O Padre Ruy de Montoya tinha ido a Madrid, e o Padre Francisco Dias Taño a Roma para obterem meios de supplantarem os Paulistas, que para escravisarem indios chegavam a invadir as Missões do Guayrá, de Encarnacion nas cabeceiras do Tibagy, ás do Ivahy e de Tieté, apezar das disposições do Decr. de 18 de Setembro de 1628. Armados de uma Bulla de Urbano VIII mandando cumprir a de Paulo III a favor dos indios do Perú, viram essa Bulla não só ser desrespeitada, 1640, como tambem promover graves conflictos com o povo, aos quaes o Governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides conseguiu pôr termo por meio de um accôrdo, cuja base principal foi desistirem os Jesuitas dos direitos que lhes dava a tal Bulla.

A Capitania de S. Vicente não annuiu a esse accôrdo; os Jesuitas foram expulsos das villas de S. Vicente e de S. Paulo, 13 de Julho de 1640; mais tarde Salvador Corrêa de Sá e Benevides conseguiu que os Vicentistas recebessem de novo os Jesuitas: mas em S. Paulo o povo a nada quiz attender, e appellou para as armas.

Chegando a noticia da acclamação de D. João IV, os Paulistas tentaram tornarem-se independentes, e, *como a Republica não estava em moda*, proclamaram para seu Rei a Amador Bueno: este, porém, com muito tino e energia pôde convencer aos seus compatriotas que se conservassem fieis a D. João IV, e Salvador Corrêa de Sá e Benevides viu coroados os seus esforços para uma accommodação entre os Paulistas e os Jesuitas, voltando no entretanto só muito depois esses Padres para S. Paulo. Cumpre, porém, observar que n'essa acclamação de Amador Bueno (se realmente teve logar, o que duvidamos) é quasi certo que, segundo a opinião de Pedro Taques de Almeida Paes Leme na sua *Nobiliarchia*, e Frey Gaspar da Madre de Deus nas suas *Memorias para a Capitania de S. Vicente*, fosse promovida pelos Hespanhoes residentes na capitania de S. Vicente, para fazerem com que ao menos o sul e grande parte do interior do Brazil não reconhecesse a D. João IV.

LIÇÃO XIX

Continuação da guerra hollandeza até o rompimento da insurreição pernambucana, 1641-1645.

A noticia da restauração de Portugal chegára á cidade da Bahia a 15 de Fevereiro de 1641, levada pelo Jesuita *Francisco de Vilhena* por uma Carta Régia ao Marquez de Montalvão. Como havia cêrca de 600 praças hespanholas e napolitanas de guarnição na cidade, o Marquez de Montalvão ordenou que ficassem com armas sómente as praças portuguezas, e mandou que seu filho D. Fernando fosse com o seu terço occupar o terreiro da Companhia, e que João Mendes de Vasconcellos (que estava de guarda com as outras tropas) occupasse a praça do palacio.

Mandou o Vice-Rei chamar o Bispo, o Capitão-General da Artilharia D. Francisco de Moura, os Mestres de Campo, Ouvidor e Provedores-Móres, Prelados, etc., e fazendo-os entrar um por um no gabinete, lia-lhes em particular a carta régia, e obtinha d'elles o voto de adhesão. Depois reuniu-os em conselho pleno, e procederam todos á acclamação do novo rei. A 26 partiu seu filho D. Fernando de Mascarenhas para Portugal em companhia dos Jesuitas *Simão de Vasconcellos* e *Antonio Vieira*, afim de comprimentarem o novo soberano em nome do Vice-Rei e dos povos do Brazil.

Em todo o resto do Brazil (não hollandez) foi acclamado D. João IV. No Rio de Janeiro alguma hesitação houve da parte de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, mas foi essa hesitação vencida logo pelos Jesuitas.

Em S. Paulo quizeram acclamar a Amador Bueno, mas este teve mais juizo, e envidou todos os esforços para que D. João IV fosse acclamado. A acclamação teve logar em S. Paulo, a 3 de Abril de 1641, e em

Santos a 1º do mez e anno. Deve-se, porém, notar que ha quem pense com muito bons fundamentos que essa versão sobre Amador Bueno é uma lenda, e que tal facto não se deu.

A communicação do Vice-Rei a Nassau por carta de 2 de Março foi correspondida com a maior cortezia pelo Governador hollandez, que inclusivamente mandou salvar as fortalezas do Recife. Apezar do Marquez de Montalvão ter procedido com tanta promptidão em adherir á causa do novo soberano, no entretanto o Jesuita Francisco de Vilhena, talvez despeitado por alguma ambição particular mallograda, talvez instigado pelo ambicioso Bispo D. Pedro da Silva e Sampaio, fez, em virtude de ordens secretas e particulares que levava, depôr e prender o Marquez Vice-Rei (15 de Abril), e mandou-o para Lisbôa, estabelecendo uma Junta Governativa composta do Bispo (D. Pedro da Silva e Sampaio), do Mestre de Campo Luiz Barbalho de Bezerra e do Provedor-Mór Lourenço de Brito Corrêa.

Emquanto isto se dava no Brazil, D. João IV na Europa procurava a amizade das potencias hostís á Hespanha, como a Inglaterra, a França, a Suecia, e firmava com a propria Hollanda um tratado de alliança offensiva e defensiva, 12 de Junho de 1641; mas em relação ás colonias portuguezas, que achavam-se em poder dos Hollandezes, a unica cousa que pôde conseguir foi um armisticio, por dez annos, devendo esse armisticio ter effeito nas Indias Occidentaes *só depois que fosse a sua ratificação officialmente annunciada.*

A noticia da negociação das pazes entre Portugal e Hollanda foi seguida no Brazil pela troca reciproca de varios prisioneiros, e com a competente suspensão de hostilidades por parte dos portuguezes. Por parte de Nassau a suspensão de hostilidades não foi escrupulosamente observada, independentemente mesmo das ordens da Assembléa dos XIX para estender as conquistas (28 de Março), porque aproveitou-se da bôa fé dos Portuguezes, e mandou concluir a occupação de Sergipe até o Rio Real, atacar Loanda, e tomar o Ceará e o Maranhão.

O Commandante Andréas com reforços mandados por Nassau completou a conquista de Sergipe, entrincheirando se nas margens do Rio Real.—O Almirante Cornelio Jol *(o Perna de Páo)* partiu do Recife a 30 de Maio, assenhoreou-se de Loanda a 25 de Agosto, e da ilha de S. Thomé a 11 de Outubro.

Aos protestos dos Portuguezes respondeu Nassau com evasivas, e não annuiu ás offertas e promessas da côrte de Portugal, que inclusivamente queria seduzil-o e chamal-o ao seu partido.

Dissemos anteriormente que o armisticio nas Indias Occidentaes só deveria ter logar depois que officialmente fosse notificada a ratificação. Portugal em vez de apresentar na Haya a ratificação dentro de 3 mezes, como se estipulára, só o fez em Fevereiro seguinte, tendo a assignado em 18 de Novembro. D'esse tratado os artigos mais importantes eram: « 17° Nenhum « subdito portuguez podia comprar ou fretar navio « para o Brazil que não fosse hollandez. — 21° Ficava « reconhecido o dominio hollandez adquirido pela « conquista. — 22° Reconhecia-se aos Hollandezes *o « direito ás propriedades e engenhos de que acha- « vam-se de posse.* — 26° *Liberdade religiosa.* — 34° « *Admissão de Consules nos portos de ambas as « nações.* » Em outros artigos tratava-se da India Oriental, e do auxilio de 20 navios com que a Hollanda obrigava-se a soccorrer Portugal em caso de guerra, etc.

A esquadra expedicionaria contra o Maranhão compunha-se de 13 navios de guerra, 3 bergantins e 3 navios menores: era commandante o Vice-Almirante Lichthart, e tinha 1,000 homens de desembarque ás ordens do Coronel Koen; tudo ia subordinado ao Conselheiro Politico *Pieter Jansen Bass*. Fundearam no Preá, áquem do Maranhão, e depois das necessarias explorações apresentaram-se (sem bandeira), 25 de Novembro, os navios da esquadra: depois de alguns tiros insignificantes do forte da cidade, fundearam para a banda de dentro da ponta do Desterro, onde faz a volta para o Portinho, além da cidade.

O Governador (desde Janeiro de 1638) *Bento Maciel* surprehendido por esse ataque inesperado, não

apresentou resistencia alguma, fiado além d'isso nas disposições do tratado de paz entre Portugal e Hollanda. Não tendo chegado a noticia da ratificação (nem isso era possivel, porque só uma semana antes tinha Portugal assignado a ratificação), tiveram os Hollandezes a vantagem da surpreza e da covardia de Bento Maciel, a quem prenderam e remetteram para o Rio Grande do Norte, d'onde foi conduzido por terra para o Recife, morrendo antes de chegar á Goyana.

Tinham os Hollandezes illudido a Bento Maciel no primeiro dia com um simulacro de concessões, de que as hostilidades não proseguiriam emquanto cada um dos chefes não recebesse instrucções do seu respectivo governo, assignando esse termo o Governador, Lichthart e Bass. — Depois de terem tomado conta da cidade, rasgaram logo no dia seguint, esse documento, a pretexto de não estar bem redigidoe e apresentaram um outro ao Governador, a quem prenderam e deram o destino que mencionámos. A guarnição portugueza era apenas de 130 soldados; que grande resistencia podia, pois, ter apresentado o infeliz Governador, embora nos fortes houvessem 55 canhões, contra a expedição hollandeza? A guarnição prisioneira foi embarcada para a ilha da Madeira, mas em navios tão ruins, que uns foram arribar ás Antilhas e outros ao Pará, como o do capitão Pedro Maciel.

Depois de ter a noticia d'essa conquista chegado á Hollanda, foi que a 22 de Fevereiro e a 25 de Março de 1642 partiram ordens para que os Hollandezes no Brazil cumprissem fielmente o tratado de treguas. A perfidia dos Hollandezes tinha, porém, de ser castigada em breve pela sublevação do Maranhão, que soube conquistar a sua independencia.

Para substituir a Junta Governativa, que succedêra ao Marquez de Montalvão, D. João IV mandou como Governador Geral a Antonio Telles da Silva, que tomou posse em 26 de Agosto de 1642: com esse habil e astuto Governador, a quem tão distincto papel coube posteriormente nas lutas contra os Hollandezes, veiu de Portugal André Vidal de Negreiros, que na occasião de se despedir recebera de D. João IV

a promessa do governo do Maranhão, quando essa capitania se restaurasse.

André Vidal, mandado ao Recife pelo novo Governador para tratar com Mauricio de Nassau sobre o assumpto de Angola, foi conferenciando com João Fernandes Vieira, (a) Frei Ignacio, e outros, sobre os planos de uma insurreição em Pernambuco, mostrando autorisações secretas que trazia do proprio Rei, podendo mesmo distribuir até 6 habitos de Christo.

Diz o Sr. Visconde de Porto Seguro que o proprio Carlos Tourlon, Capitão das Guardas de Nassau, e casado com a bella pernambucana D. Anna Páes, viuva do Capitão Pedro Corrêa da Silva, parecia ser dos que tinham-se deixado alliciar.

As exacções que os Hollandezes impunham no Maranhão aos senhores de engenho, e a tyrannia com que tratavam ás populações, tornaram-se taes, que os habitantes elegeram para seu chefe Antonio Muniz Barreiros, e na noite de 30 de Setembro deram principio á insurreição aprisionando e matando a guarnição hollandeza de 5 engenhos, e reunindo se diante do Forte do Calvario de Itapicurú, que tomaram de surpreza. Marcharam depois contra a cidade, derrotaram uma força inimiga no Cotim, e principiaram o sitio. Os reforços, que do Pará vieram aos Portuguezes, 130 soldados, 600 indios, alguma artilharia e munições, com os capitães Pedro da Costa Favilla, Bento Rodrigues de Oliveira, e Ayres de Souza Chichorro (3 de Janeiro, em 54 canôas), perderam o tempo no cêrco em vez de darem o assalto, e os Hollandezes pouco depois (15 de Janeiro) receberam tambem reforços de 300 soldados e 200 indios sob o commando do Tenente Coronel Hinderson.

(a) João Fernandes Vieira nasceu na ilha da Madeira em 1673, e falleceu a 10 de Janeiro de 1681 em Olinda. A 2 de Agosto de 1866 fez-se a trasladação dos ossos encontrados na sepultura presumida de João Fernandes Vieira, da igreja da Mizericordia em Olinda para a do Paraiso no Recife, afim de realizar-se o exame medico, resolvido pelo Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano.—André Vidal de Negreiros falleceu a 3 de Fevereiro de 1681 no Engenho Novo de Goyana, 24 dias apenas depois do seu companheiro de glorias.

Os Hollandezes atacando o quartel do Carmo, onde achavam-se os reforços vindos do Pará, tiveram a victoria; mas foram posteriormente batidos atacando o ponto occupado por Muniz Barreiros. Fallecendo pouco depois o brioso Capitão Mór Antonio Muniz Barreiros, foi o commando entregue ao madeirense Sargento Mór Antonio Teixeira de Mello, que tinha perdido um filho n'esse ultimo ataque. Seguiram se 9 dias de uma espectativa sem proveito, e o Sargento Mór retirou se para as cabeceiras do Cotim, d'onde foi hostilisando o inimigo durante tres mezes; conseguindo passar-se para Tapuy-tapéra (*Alcantara*), ahi esperou reforços e munições, que lhe deviam chegar do Pará. Chegando esses auxilios, Teixeira de Mello passou-se para perto do rio do Mosquito, e d'ahi avançando, foi sempre alcançando vantagens, sobresahindo a batalha do *Outeiro da Cruz*, 26 de Janeiro de 1643, ficando morto o chefe hollandez Jacob Evers, até obrigar ao inimigo, a 28 de Fevereiro de 1644, a retirar-se para o Ceará. As forças hollandezas seguiram do Ceará até o Rio Grande do Norte, deixando apenas no Ceará uma fraca guarnição commandada por Giden Morritz, a qual pouco depois succumbiu ás mãos dos selvagens revoltados.

A noticia da libertação do Maranhão chegou ao Recife nas vesperas da partida de Mauricio de Nassau para a Europa, depois de ter entregue o governo do Brazil hollandez a 3 conselheiros, Henrique Hamel, negociante de Amsterdam, A. van Bollestrœten, outr'ora carpinteiro em Midlebourg, e a Kodd van der Burgh, que logo retirou-se deixando em seu logar a Pieter Jansen Bass, que voltára do Maranhão, ficando como Secretario J. van Balbeeck.

Perdiam os Hollandezes o mais habil Governador dos que tinham mandado para o Brazil e que posteriormente mesmo mandaram: a decadencia da colonia hollandeza foi logo fazendo-se sentir. A fundação da cidade do Recife, que tomou o nome de *Mauritstadt*, a prosperidade das terras sujeitas ao dominio hollandez, as vistas largas e humanitarias durante toda a sua administração, fazem o mais bello elogio do Principe, Conde João Mauricio de Nassau, que chegou

mesmo a ser considerado e respeitado pela colonia portugueza. Retirando-se para a Europa foi ser Governador do Wesel, e general em chefe da cavallaria hollandeza, e finalmente Governador de Clèves pelo Duque de Brandebourg. Eram lhe bem necessarios o trabalho assiduo e emoções de grande força, para lhe fazer disfarçar a ingratidão da Companhia das Indias Occidentaes, que até chegára a suspeitar que elle queria levantar para si um throno na America com as possessões hollandezas. O embarque de Nassau para a Europa teve lugar na Parahyba a 22 de Maio de 1644, tendo elle ido por terra de Pernambuco até a Parahyba.

Quando fallámos da restauração do Maranhão omittimos dizer que o Sargento Mór Antonio Teixeira de Mello teve em recompensa o habito de S. Thiago e uma pensão de 128000; mas essa recompensa foi annullada em attenção á pobreza, a que ficou reduzido, tendo então a mercê da Capitania do Pará por 6 annos (Carta Régia de 1 de Setembro de 1654) a instancias da cidade de S. Luiz.

Em conformidade da promessa feita por D. João IV, em 23 de Maio de 1642, a André Vidal de Negreiros, e lembrada por esse illustre brazileiro, logo que soube da libertação do Maranhão, foi-lhe passada a nomeação de Governador e Capitão General do Maranhão a 11 de Agosto de 1644.

Antes de saber d'essa nomeação, tinha André Vidal, de combinação com o Governador Geral Antonio Telles da Silva, tratado de promover uma insurreição geral em Pernambuco e na Parahyba. Para tal fim partira em Setembro de 1644 com Nicoláo Aranha em uma caravella para Pernambuco, levando munições de guerra e de boca para pôr-se de accôrdo com João Fernandes Vieira, e outros vultos patrioticos, mas apparentando a evasiva de ir por terra á Parahyba visitar seu pai, Francisco Vidal, e sua familia. Desembarcando com licença dos membros do Conselho Governativo, e autorisado a vender apenas 2 pipas de vinho e 2 barris de azeite, para assim fazer face ás suas despezas, conferenciou com Fernandes Vieira, Antonio Cavalcanti e outros, e, munido de um salvo

conducto, seguiu viagem até a Parahyba, d'onde voltou depois de ter excitado os brios da população e ter entrado em combinação com as influencias da localidade. Voltando para a Bahia foi nomeado Governador da fronteira do norte, e sempre de accôrdo com o Governador Geral Telles da Silva, mandou para os sertões de Pernambuco o Capitão Antonio Dias Cardoso com 70 soldados; posteriormente fez seguir Henrique Dias com a sua gente (25 de Março de 1645), e D. Antonio Camarão com os seus indios.

O plano dos conspiradores em Pernambuco era principiarem a revolução em 24 de Junho, dia de S. João; mas a denuncia dada a 30 de Maio por Sebastião de Carvalho, Fernando Valle e mais 5 Judeus, obrigou aos conjurados capitaneados por João Fernandes Vieira e Antonio Cavalcanti a antecipar o rompimento da insurreição pernambucana, proclamando o grito da revolta no dia 13 de Junho de 1645, dia de Santo Antonio.

LIÇÃO XX

Ultimo periodo da guerra hollandeza: desde a insurreição pernambucana até a capitulação da campina do Taborda, 1645-1654.

Ao pedido natural de explicações feito pelo Grande Conselho Hollandez, respondeu Antonio Telles da Silva com a maior habilidade e diplomacia, chegando mesmo a comprar um dos dous emissarios (Major Hoogstrœten), para opportunamente entregar o forte de Nazareth no Cabo de Santo Agostinho. O outro emissario, van de Woorde, foi pelo Grande Conselho mandado para a Hollanda, afim de expôr o estado real das circumstancias.

Para ir debellando as forças dos insurgentes, que achavam-se no *engenho das Covas*, o Coronel Haus, que substituira a Nassau no commando militar, sahiu com uma columna de 800 soldados bem disciplinados; mas foi completamente derrotado na *batalha do Monte das Tabocas*, 3 de Agosto de 1645, pelo Sargento Mór Antonio Dias Cardoso, que do engenho das Covas viera para essa posição com cêrca de 1,100 homens, a maior parte bisonhos, e só 200 armados de espingardas — O Sargento Mór collocára 4 companhias de emboscada nos tabocaes, e fôra attrahindo os Hollandezes, que avançaram em perseguição do Capitão Domingos Fagundes, o qual ardilosamente foi retirando-se, depois de ter defendido a passagem do rio Tapacorá.—João Fernandes Vieira commandava a reserva, a qual, postada a principio no alto do monte, d'ahi desceu em occasião opportuna para pôr o inimigo entre dous fogos.

Depois de 5 horas de um aturado pelejar, os Hollandezes aproveitaram-se da noite para retirarem-se com um grande numero de feridos, mas deixando 350

mortos, pouco mais ou menos. — Os insurgentes tiveram 37 feridos, e 28 mortos, entre os quaes os bravos pernambucanos Capitão João Paes Cabral, e Alferes João de Mattos (*a*). Nas forças de reserva de João Fernandes Vieira achavam-se 50 dos seus escravos, a quem elle libertou depois do combate, e alistou como soldados, porque assim lhes tinha promettido fazer, no caso de obterem a victoria contra o inimigo.

Depois de tal triumpho foram os insurgentes reforçados pelos contingentes de Filippe Caramão e Henriques Dias, reunindo-se-lhes em breve 2 regimentos vindos com Vidal e Martim Soares Moreno, os quaes tinham desembarcado em Tamandaré com o fim apparente de perseguirem os rebeldes. Esse ardil não illudiu aos Hollandezes, que, embora fracos para atacarem os regimentos, mandaram tomar-lhes os transportes em que tinham vindo. Tornou-se franca e publica a juncção de André Vidal com Fernandes Vieira, o qual foi acclamado CHEFE DOS INDEPENDENTES, que tomaram por divisa. — « *Deus e Liberdade.* »

Dentro em pouco seguiu-se o pronunciamento da Villa Formosa de Serinhaem pela causa nacional, logo que chegou André Vidal, que assumira o commando militar em successão ao Sargento Mór Antonio Dias Cardoso.—Os Hollandezes recolheram-se dentro dos fortes, onde foram contidos por Soares Moreno, emquanto os outros chefes marchavam sobre Pernambuco.

Vieira e Vidal na varzea do Recife encontraram-se com uma columna commandada por João Blaar e pelo Coronel Henrique Haus, que em desespero de causa retiraram-se para o engenho *de With*, ulteriormente conhecido pelo nome de *Casa Forte* e ahi entrincheirou-se; apezar dos inimigos recorrerem ao estrata-

---

(*a*) Port. Rest. dá para os INDEPENDENTES 32 feridos, e 8 mortos; —e Castr. Lus. diz que foram 37 feridos e 28 mortos;—Roberto Southey diz que foram 37 mortos, sem declarar o numero dos feridos, e avalia a perda dos Hollandezes em 400 feridos e 370 mortos, tendo sido a columna de Haus composta de 1,500 homens. — Netscher nos seus « *Hollandezes no Brazil* » á pag. 149, diz — « *Plus de 200 des nôtres périrent sur le champ de bataille, et le reste prit la fuite au Récife.* »

gema de apresentarem as mulheres pernambucanas aos tiros dos seus compatriotas, viram-se forçados a capitular, manchando-se então os *Independentes* com uma inutil carnificina nos pobres indios alliados dos Hollandezes, 17 de Agosto de 1645.

Emquanto davam-se esses acontecimentos, o forte de Serinhaem rendia-se a Martim Soares Moreno, seguindo-se d'ahi a pouco a rendição do forte de Nazareth pelo Major van Hoogstrœten, ao intrepido Vidal, que fôra em soccorro de Martim Soares. — Diz o Sr. Netscher na sua obra, «*Os Hollandezes no Brazil*», que Hoogstrœten tinha sido adrede comprado pela somma de 18,000 florins, e um commando de regimento.

Os movimentos insurreccionaes iam cada vez irradiando-se mais: na Parahyba os insurgentes formaram o Arraial de Santo André; em Porto Calvo a guarnição hollandeza rendeu se ao Alcaide Mór Christovão Lins; no Rio de S. Francisco o Capitão Nicoláo Aranha Pacheco obteve a rendição do Forte Mauricio (actual cidade do Penedo), embora só por pouco tempo, e Olinda com o Forte de Santa Cruz cahiu tambem em poder dos Independentes, 1645 Todos esses triumphos, porém, foram ennuviados pela derrota dos Pernambucanos em Itamaracá, contando-se entre os feridos o bravo Filippe Camarão.

Para terem mais um ponto de apoio para as suas operações, fizeram os Independentes um acampamento fortificado, a que chamaram *Arraial Novo do Bom Jesus*, e ahi o Clero, a Nobreza e o Povo com a tropa acclamaram a João Fernandes Vieira como seu Governador. Partiu depois d'isso Filippe Camarão para o Rio Grande do Norte, onde vingou a carnificina soffrida pelos habitantes, derrotando os Hollandezes, e, depois de os ter obrigado a recolherem-se aos fortes, partiu para a Parahyba.

Por essa época tornára-se memoravel o procedimento nobre de André Vital em desobedecer ao Governo Geral, que lhe ordenára o incendio dos canaviaes de Pernambuco com o intuito de privar de recursos ao inimigo; mas para afugentar qualquer suspeita de interesse proprio, mandou incendiar um grande cana-

vial de seu pai. Tão bello exemplo foi imitado por João Fernandes Vieira, o qual além d'isso ia sendo victima de uma tentativa de assassinato, ficando ainda ferido, 1646, 10 de Julho.

Emquanto se apertava o cêrco do Recife, os Hollandezes receberam o importante reforço de Segismundo von Schkoppe com uma esquadra em que vinham para mais de 2,000 soldados com grande cópia de munições, 1° de Agosto de 1646. Depois da recusa de amnistia geral offerecida pelos membros do Governo Hollandez no Brazil, recomeçaram de novo as hostilidades, mas a sorte das armas foi sorrindo aos Pernambucanos. Von Schkoppe foi derrotado em 2 sortidas por Braz de Barros e João da Silveira, sendo além d'isso completamente mallograda uma expedição hollandeza ao Rio de S. Francisco, onde morreu o celebre Lichthart de uma molestia rapida, 30 de Novembro de 1646.

Irritado por esses revezes dispôz-se Schkoppe a tomar a offensiva; conseguiu apoderar-se da ilha de Itaparica com 2,500 soldados, 8 de Fevereiro de 1647, e mandou pela esquadra devastar o Reconcavo da Bahia; os Portuguezes tiveram então um grande cheque tanto na morte do Mestre de Campo Francisco Rebello, commandante da força que ia retomar Itaparica, como na derrota dessa mesma força. Von Schkoppe, porém, não pôde gosar por muito tempo dessa victoria, porque chamado á toda a pressa para o Recife, abandonou a sua conquista, Dezembro de 1647.

Todos esses acontecimentos tinham motivado graves complicações entre as côrtes de Portugal e da Hollanda; mas D. João IV manobrou com a maior astucia, quando teve de responder ás queixas formuladas ao seu Embaixador Francisco de Souza Coutinho. As circumstancias do Rei de Portugal eram effectivamente embaraçosas, não só porque não podia solemnemente condemnar *in totum* a insurreição pernambucana, como tambem estavam-se dando entre a Hespanha e a Hollanda as negociações de Munster, preparatorias da paz de Westphalia, 1648. Apparentou o Governo Portuguez ordenar aos insurgentes a cessação das hostilidades;

mas os chefes responderam aos dous Jesuitas Manoel da Costa e João Fernandes «que iriam receber o castigo da sua desobediencia depois de expellirem de Pernambuco os invasores.» — Santo Ignacio de Loyola, que tinha prégado a doutrina de que os fins justificam os meios, não teria dado melhor resposta a uma ordem d'essas, e transmittida por dous Jesuitas.

Em todo o caso, para dar uma satisfação aos Hollandezes, que faziam grandes preparativos bellicos, foi Antonio Telles da Silva substituido por Antonio de Souza Menezes, Conde de Villa Pouca de Aguiar; mas secretamente tambem foi enviado Francisco Barreto de Menezes como Mestre de Campo General, afim de pôr um termo ás rivalidades dos chefes da insurreição, levando um pequeno reforço de 300 homens.

O Conde de Villa Pouca de Aguiar, Antonio Telles de Menezes, chegou á Bahia, e tomou posse a 22 de Dezembro de 1647, e com elle tinha ido um contingente de mais um regimento commandado por Francisco de Figueirôa.—Barreto de Menezes foi infeliz na sua viagem: derrotado por forças muito superiores, perdeu elle as duas caravellas em que conduzia a sua gente, e, prisioneiro, foi remettido para o Recife: só ao fim de nove mezes pôde illudir a vigilancia dos hollandezes, e fugir com o official encarregado da sua guarda. Chegando finalmente ao Arraial Novo do Bom Jesus, Barreto de Menezes assumiu o commando em chefe, 24 de Janeiro de 1648, e as victorias, que foi alcançando, mostraram claramente o acerto da sua nomeação.

A posição dos hollandezes tornava-se cada vez mais precaria, pois achavam-se reduzidos apenas á posse do Recife e dos fortes da Parahyba, Rio Grande do Norte e Itamaracá; chegaram-lhe portanto bem opportunamente os soccorros trazidos por White Cornellisson de With, 18 de Março. Novamente offereceu o Grande Conselho uma amnistia geral, que tambem foi outra vez nobremente recusada; recomeçaram as operações militares, e a fortuna continuou a sorrir á insurreição pernambucana.

Segismundo von Schkoppe, com 4,500 homens e

seis peças de artilharia foi completamente derrotado na primeira batalha de Guararapes por Francisco Barreto de Menezes, que só tinha 2,400 homens e nenhuma artilharia, 19 de Abril de 1648, domingo da Paschoela. As habeis disposições de Barreto de Menezes n'uma especie de isthmo que se estende dos Montes Guararapes até o mar, a tres leguas do Recife, e o denodo admiravel, com que pelejaram as suas valentes tropas, valeram o mais assignalado triumpho á causa da liberdade.—Segismundo bastante ferido retirou-se de noite para o Recife, tendo perdido 470 mortos, 17 bandeiras, duas peças de artilharia, muitos prisioneiros e munições de guerra, levando além disso 523 feridos: os Independentes tiveram cêrca de 100 mortos e 400 feridos. Os indios alliados dos Hollandezes foram os primeiros que fraquearam na acção perante a intrepidez heroica dos Pernambucanos, e os Hollandezes foram envolvidos na derrota.

Para compensar a vergonha desse descalabro, os Hollandezes apossaram-se da cidade de Olinda, mas muito pouco tempo depois a perderam outra vez, e o bravo Henrique Dias repelliu briosamente dous assaltos novamente dirigidos á cidade, 21 de Maio e 18 de Agosto.

Os claros, que tinham-se dado nas fileiras dos Pernambucanos, foram preenchidos pelo reforço de 400 homens sob o commando de Figueirôa, enviados pelo Governador Geral aos Insurgentes, 24 de Agosto; outro tanto não se pôde dar com a lacuna deixada pelo memoravel indio potyguára, D. Antonio Filippe Camarão, fallecido em um dos ultimos mezes de 1648. Succedeu-lhe no commando dos indios seu sobrinho D. Diogo Pinheiro Camarão.

Bem mudadas das de outr'ora estavam as circumstancias dos Hollandezes; cercados no Recife, e tendo além disso seu prestigioso chefe von Schkoppe ainda mal dos ferimentos recebidos, resolveram tentar um esforço, e deram ao Coronel Van den Brincke o commando de uma força de 3,500 homens com seis peças de artilharia, para realizar os planos anteriormente feitos sobre a marcha da guerra. O Coronel Brincke, porém, morreu depois de ter sido completamente der-

rotado na (segunda) batalha de Guararapes pelo General Francisco Barreto de Menezes, que só tinha 2,600 homens, 19 de Fevereiro de 1649. A estrategia de Menezes em esperar que Brincke descesse primeiro do Monte Guararapes para o valle, e em mandar immediatamente algumas columnas escondidas nos cannaviaes visinhos occupar o ponto abandonado, decidiu da batalha, proporcionando-lhe a vantagem da posição tão inconsideradamente perdida pelo chefe hollandez, que se deixou attrahir para o valle, querendo derrotar pequenas forças ardilosamente ahi postadas. Além do seu valente Coronel, tiveram os Hollandezes, mortos na acção, o Vice-Almirante Gielissen (que assistia ao combate), 92 officiaes, 864 inferiores e soldados, e um grande numero de marinheiros, perdendo 89 prisioneiros, 10 bandeiras, toda a artilharia e munições que levavam.

Depois de uma tão estrepitosa derrota, parecia tudo presagiar a immediata terminação do dominio hollandez no Brazil; no entretanto para isso ainda foram necessarios 5 longos annos, durante os quaes o patriotismo dos Pernambucanos teve de passar por novas provações.

A 4 de Janeiro de 1650 João Rodrigues de Vasconcellos e Souza substituiu ao Conde de Villa Pouca de Aguiar no Governo Geral, e deu-se finalmente a creação da Companhia do Commercio do Brazil, organisada com o fim de contrabalançar a Companhia das Indias Occidentaes. De par com o monopolio de alguns generos e de largas concessões, tinha a Companhia do Commercio obrigação de mandar por anno duas frotas pelo menos de 18 navios de 20 peças cada um para comboiar as embarcações mercantes. Além d'isso a guerra da Republica da Inglaterra com a Hollanda por causa da protecção dada pelos Hollandezes ao partido realista, 1652, obrigou aos Estados Geraes a não soccorrerem convenientemente as suas possessões no Brazil.

A primeira frota da Companhia do Commercio trouxe alguns soccorros aos insurgentes, 15 de Fevereiro de 1649: amiudaram-se os reforços á proporção que as frotas iam chegando, e finalmente em Dezembro

de 1653 uma frota de mais de 60 navios, sob o commando em chefe de Pedro Jacques de Magalhães (depois Visconde da Fonte Arcada) e tendo por Almirante a Francisco de Brito Freire, combinou com os chefes dos Independentes os meios de terminar a guerra, que já durava havia 24 annos. (a)

Estreitamente bloqueados por mar e por terra, no Recife, foram os Hollandezes perdendo as fortalezas do Rego ou das Salinas, 16 de Janeiro de 1654, Santo Amaro, Buracos, Afogados e do Barreto: concentrou então Schkoppe as suas forças no Recife defendido pelo forte estrellado das Cinco Pontas. No ataque d'essa posição (20 de Janeiro) já o intrepido Vidal de Negreiros se tinha apoderado das obras exteriores, e, embora ferido, ordenára o assalto, quando Segismundo, de todo acabrunhado pela indisciplina dos seus, pediu uma conferencia. Depois de longamente conferenciar por 3 dias, Vidal de Negreiros não contentou-se com a entrega do Recife, e exigiu a entrega da Parahyba, Itamaracá e ilha de Fernando.

Segismundo von Schkoppe subscreveu á celebre capitulação da *Campina do Taborda*, 26 de Janeiro de 1654, diante do Forte das Cinco Pontas, e as guarnições hollandezas tiveram de retirar-se do Brazil com as honras militares e condições convencionadas, tomando Portugal conta da cidade do Recife e mais praças anteriormente occupadas por seus valentes contendores.

A 27 de Janeiro de 1654, João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, e outros heroicos chefes da Insurreição Pernambucana entravam no Recife, onde se arvorava a bandeira portugueza, e a Historia do Brazil registrava nos seus annaes uma das brilhantes epopéas do amor da liberdade. O valente e estrategico General Francisco Barreto de Menezes, que

(a) O General Barreto de Menezes reconheceu que era occasião de dar o golpe decisivo nos Hollandezes, que acabavam de ter a sua esquadra completamente derrotada nas aguas do canal de Inglaterra pelo Almirante Blake, e que não podiam enviar os soccorros pedidos por Segismundo von Schkoppe por intermedio de Van Gaug.

tão assignalados triumphos tinha colhido n'essa campanha, entrou no dia seguinte na cidade do Recife.

A munificencia real galardoou a todos os chefes com commendas, governos e bons empregos, menos ao heroico Henrique Dias, que foi esquecido n'aquella occasião por Portugal; mas na Bahia teve o commando d'um regimento de pretos, que nunca devia extinguir-se, estendendo-se no futuro o nome de Henrique Dias aos regimentos de negros nas outras provincias. (a)

Tal é em referencia a Henrique Dias a opinião do abalisado professor Sr. Dr. Macedo; mas o Sr. Visconde de Porto Seguro na sua bella obra « Historia do Brazil », diz que Henrique Dias teve em recompensa 24 escudos annuaes além dos mais vencimentos, e que recebêra em propriedade as casas e terrenos em que tivera a sua estancia durante o sitio.—Accrescenta o mesmo Sr. V. de Porto Seguro que Henrique Dias em fins de 1657 achava-se em Portugal, onde recebêra os vencimentos atrazados que lhe competiam, tendo no anno seguinte as honras do posto de Mestre de Campo ou de Coronel. Fallecendo Henrique Dias no Recife em Junho de 1662, só como em lembrança posthuma pelos seus relevantes serviços foi que se ordenou que se estabelecessem em diversas capitanias os *Regimentos dos Henriques*.

Taes são as duas opiniões valiosas de tão eminentes historiadores, entre as quaes realmente não é facil optar, inclinando-nos porém um pouco mais para a do Sr. Visconde de Porto Seguro.

(a) Vidal foi confirmado Capitão General do Maranhão e teve o fôro grande de fidalgo, as commendas de S. Pedro do Sul e as alcaidarias móres de Marialva e Moreira. Depois d'isso foi provido no governo de Pernambuco e no de Angola, depois de Vieira. — Barreto, que já tinha o fôro grande de fidalgo, teve uma commenda lucrativa na Ordem de Christo e a nomeação de Capitão General de Pernambuco: — a 12 de Agosto de 1656 foi nomeado Governador Geral do Brazil. — Observe-se, porém, que Fernandes Vieira foi governar a Parahyba do Norte, emquanto não se deu a vaga de Angola.

LIÇÃO XXI

Paz de Portugal com a Hollanda.—Causas da ruina do poder hollandez no Brazil e do triumpho que os Pernambucanos tiveram.—Resultados da guerra, 1661.

Perdendo os Hollandezes as suas conquistas no Brazil, proseguiram as represalias sobre Portugal, bloqueando-lhe os portos, tomando-lhe muitos navios com carregamentos valiosos, e compensando-se nas Indias Orientaes dos prejuizos que tinham soffrido na America. Como anteriormente dissemos, por causa das hostilidades com a Inglaterra no tempo de Cromwell, não tinham as Provincias Unidas podido soccorrer devidamente os seus estabelecimentos no Brazil: além das derrotas infligidas ás suas esquadras pelo celebre Almirante inglez Blake, achavam-se os Hollandezes sujeitos a todas as difficuldades, que lhes acarretava o *Act of Navigation* promulgado por Cromwell, que estava promovendo para a Inglaterra o dominio dos mares, objectivo que não podia ser alcançado sem a ruina, ou pelo menos sem o grande abatimento do commercio hollandez. Tendo perdido no Canal da Inglaterra uma esquadra respeitavel, que a tenacidade e o patriotismo dos Estados Geraes tinham conseguido levantar, e que tinham confiado ao seu Almirante Tromp, não puderam os Hollandezes enviar reforço de qualidade alguma ao valente Segismundo von Schkoppe, que, desesperado pelas victorias dos Pernambucanos, e prevendo o fim proximo do dominio dos seus compatriotas no Brazil, mandára pedir auxilios por intermedio de van Gaug.

O perspicaz Francisco Barreto de Menezes reconhecera bem a opportunidade de desfechar o golpe decisivo sobre os invasores: depois de muitas instancias com Pedro Jacques de Magalhães e Francisco de Brito Freire, que commandavam a esquadra da Companhia do Commercio, conseguiu que estes prestassem o seu valioso contingente para se fechar completamente por mar e terra o cerco do Recife, obtendo-se o brilhante

resultado da capitulação da Campina do Taborda. Esse resultado definitivo não póde ser attribuido a uma causa unica, nem exclusivamente aos ultimos actos da campanha restauradora; datavam de longe os erros capitaes, de que achava-se eivado o dominio hollandez.

A Companhia das Indias Occidentaes, como muito bem pondera o Sr. Dr. Macedo, corroborado pela opinião de Netscher, era antes uma companhia de armadores, auferindo os seus principaes lucros das prezas que fazia sobre o commercio e governo hespanhol, que então de nome abrangia tambem o portuguez e o napolitano; não possuia elementos duradouros de prosperidade; nem sempre havia galeões do Mexico para serem tomados; quando alcançavam alguma conquista territorial, o monopolio commercial, que queriam firmar, e a intolerancia religiosa estragavam qualquer plano de desenvolvimento ou conservação da colonia conquistada. O proprio Mauricio de Nassau tanto tinha comprehendido o mal que fazia á colonia a seu cargo o monopolio da Companhia, que conseguiu que os Estados Geraes facultassem a qualquer navio hollandez o poder, ao menos uma vez por anno, vir carregar e commerciar no Brazil, e aos negociantes portuguezes o poderem mandar os seus generos para a Hollanda. A tolerancia religiosa, proclamada por Mauricio de Nassau, conteve muitas manifestações de descontentamento e de animosidade da parte de uma população eminentemente catholica, e que não precisava de muita cousa para ser incitada pelo fanatismo religioso.

A pressão com que a Companhia das Indias Occidentaes e os Estados Geraes das Provincias Unidas mandavam pôr em pratica as mais rigorosas medidas contra os catholicos, que nem ao menos podiam mandar benzer os seus engenhos por padres catholicos, emquanto eram permittidas aos Judeus as suas synagogas; essa pressão, dizemos nós, era não sómente um grave erro politico, como tambem um esquecimento imperdoavel da historia das Provincias Unidas, paiz onde os levantamentos pela independencia nacional principiaram pelos pronunciamentos contra a intolerancia religiosa de Filippe II.

As Juntas ou Conselhos governativos, que succede-

ram a Mauricio de Nassau, não primavam por suas aptidões administrativas, e se os chefes militares, como Segismundo von Schkoppe, Lichthart, e Koen, possuiam as qualidades necessarias de bons cabos de guerra, os encarregados da parte politico-administrativa não podiam firmar a conservação da colonia, e muito menos o seu progresso.

Exemplo bem frisante apresentára a conquista do Maranhão, effectuada com toda a facilidade por Lichthart e Koen, mas perdida pouco depois pela resolução firme da população de não sujeitar-se a dominadores intolerantes e crueis, que chegaram mesmo a entregar aos indios tupinambás uma porção de colonos portuguezes, sabendo de antemão que teriam de servir de banquete á mais feroz anthropophagia.

Os Estados Geraes bem tinham comprehendido que a Restauração de Portugal para o dominio do seu legitimo soberano D. João IV era uma circumstancia, que acarretaria as mais graves complicações para as suas conquistas na America. Querem mesmo alguns historiadores que a mira principal que os Hollandezes tinham tido no celebre tratado de treguas, era que Portugal seria reconquistado pela Hespanha antes de ter expirado o prazo para a ratificação do tratado, e que assim elles teriam opportunidade de continuar com a Hespanha o mesmo *modus vivendi* anterior. Mas os acontecimentos foram desenvolvendo-se de modo diverso do que os Estados Geraes esperavam, e a insurreição pernambucana veiu apressar a época terminal do dominio hollandez no Brazil.

Não entraremos na apreciação dos erros commettidos pela Hespanha em não ter mandado uma expedição forte bastante para ser restauradora, como tinha feito anteriormente em relação á Bahia de Todos os Santos, mandando a expedição sob o commando de D. Fradique de Toledo Osorio: salta aos olhos da critica a mais superficial a inconveniencia da remessa de pequenos reforços, que eram batidos em detalhe tornando-se assim outros tantos prejuisos.

A Capitania de Pernambuco não era mais por aquelles tempos uma terra habitada só por indios: era pelo contrario a capitania mais florescente do Brazil,

embora a Bahia fosse mais populosa. Tendo o seu territorio invadido pelos Hollandezes e sujeitos á conquista, os Pernambucanos que, como os outros portuguezes de então, não primavam pelo seu amor á Hespanha, foram soffrendo sempre de má vontade os invasores, rebellavam-se parcialmente contra elles; mas em certas occasiões talvez preferissem o dominio do hollandez intelligente e industrial, ao do hespanhol despotico e beato, como succedeu no tempo de Mauricio de Nassau. Mas fartos de oppressões, e tendo o Brazil adherido á restauração dos Braganças, que eram os legitimos soberanos tanto de Portugal como do Brazil, era natural que os Pernambucanos proferissem em massa o grito da revolta, e que acabassem por triumphar; é difficillimo subjugar um povo que se levanta em massa para conquistar a sua independencia. A propria revolução de Portugal de 1640 era um frisante e bem recente exemplo para deixar de ser imitado, e as Provincias Unidas não dispunham dos necessarios meios de acção para que o seu preposto, Segismundo von Schkoppe, fizesse afogar em ondas de sangue os levantamentos insurreccionaes, e, qual outro Souwarof, fizesse *reinar a paz* em Pernambuco.

D. João IV entregue ás mais sérias difficuldades na Europa para firmar a autonomia de Portugal, arcando não só com a defeza, como tambem com a reorganisação nacional, não tinha podido mandar recursos promptos e numerosos para o Brazil; mas a historia imparcial faz-lhe plena justiça pelos meios que empregou, e entre esses meios não foi de menor valia a creação da Companhia portugueza de commercio occidental por Alvará de 6 de Fevereiro de 1649. A instancias do Padre Antonio Vieira tinha sido levada a effeito a creação d'essa Companhia, e muito nos devemos admirar de que, sendo D. João IV um rei tão catholico, levasse a sua convicção sobre a utilidade da Companhia a ponto de resistir á influencia da côrte de Roma, que contra ella fulminára um breve a requerimento da Inquisição.

Feita a capitulação da Campina do Taborda, e depois das subsequentes hostilidades dos Hollandezes na Europa e na Asia contra Portugal, não teve D. João IV

(✠ a 6 de Novembro de 1656) a fortuna de ver firmado com a Hollanda o tratado de paz definitivo, que só teve logar no reinado seguinte de D. Affonso VI a 6 de Agosto de 1661 por esforços do Embaixador Conde de Miranda, Henrique de Souza Tavares da Silva, e por mediação da Inglaterra. Essa mediação da Inglaterra era bem natural, porque o seu rei Carlos II pelo tratado de 13 de Junho de 1661 desposára-se com a Infanta D. Catharina, irmã de D. Affonso VI, a qual lhe levára em dote 2 milhões de cruzados, além da ilha de Bombaim na Asia e da praça de Tanger na Africa.

As bases para o tratado de paz ratificado em 1662 foram relativamente a territorios o *uti possidetis*, renunciando a Hollanda ás suas pretenções sobre as provincias conquistadas no Brazil, e Portugal cedendo dos seus direitos sobre Ceylão, Molucas, Malaca e mais territorios perdidos até a data do tratado. Pagaria Portugal no prazo de 16 annos a somma de 8 milhões de florins carolinos da Hollanda, ou 4 milhões de cruzados (em vez de 5, como os Estados Geraes exigiam antes), em dinheiro, assucar ou tabaco, na razão de 25,000 cruzados annualmente, e restituiria todas as peças de artilharia, que se encontrassem no Brazil com as armas das Provincias Unidas, além de garantir a liberdade do culto religioso aos Hollandezes nas possessões portuguezas, e mais algumas concessões commerciaes.

A' vista d'esse tratado teve o Brazil de concorrer com o pagamento de 120,000 cruzados annualmente e durante 16 annos pela sua quota na contribuição monetaria, mas emfim livrava-se da continuação de uma guerra estrangeira, que tanto sangue precioso já lhe tinha custado.

Como — *à quelque chose le malheur est bon* —, não tinha sido improficuo para o Brazil esse longo periodo de 24 annos do dominio hollandez: a industria e o commercio desenvolveram-se, porque os proprios invasores encarregavam-se de levar ao estrangeiro os generos do paiz (assucar, agua-ardente, tapioca, fumo, etc.), tornando os mais procurados; — ficou sendo mais exacto o conhecimento das capitanias do Norte e

do seu littoral, não só pelas viagens maritimas repetidas, que se faziam, como pelas estradas e caminhos, que pelo seu interior se abriam em virtude de marchas, contramarchas e mais movimentos bellicos, que succediam-se em tão dilatada guerra.

Além d'isso os proprios Hollandezes durante a sua estada no Brazil construiram 464 casas, sendo a maior parte de sobrado, 2 palacios, 2 pontes importantissimas (uma da ilha de Antonio Vaz ao Recife, e outra da mesma ilha ao continente), 18 fortalezas, das quaes ainda restam as do Brum (*Bruyn*), Buraco, Cinco Pontas, Itamaracá e Remedios, na ilha de Fernando, além de muitas outras obras, a que a acção do tempo já tem posto um fim inevitavel.

Quando Mauricio de Nassau veiu para o Brazil, não trouxe unicamente tropas para sujeitar, e conter o paiz, nem veiu com mira de locupletar-se ou de entregar-se a uma falsa ostentação; a ilha de Antonio Vaz transformada em uma bonita cidade, attesta ainda hoje as vistas largas de tão habil administrador, que para estudar e tornar conhecidas as riquezas do Brazil hollandez, trouxe os naturalistas Piso de Leyde e Macgraff, o historiador Barlœus, o litterato Francisco Plante, o architecto Pieter Porter, e pintores que tinham estudado na escola flamenga, já então celebre na Europa. Quanto á parte industrial, os Hollandezes melhoraram muito o serviço e o machinismo dos engenhos de assucar; como engenheiros realisaram e enceteram obras ainda não emprehendidas até aquella época no Brazil, como por exemplo, o alteamento dos recifes, junto ao Forte do Mar, em Pernambuco.

Para darmos uma idéa sobre o augmento da producção do assucar no dominio hollandez, bastará dizer que em 1628 a producção de assucar era de 20 a 25 mil caixas em 235 engenhos, que tantos eram os existentes em todo o Brazil, trabalhando com 25 a 30 mil escravos. Em 1638, oito annos apenas depois da tomada de Pernambuco pelos Hollandezes, a producção sómente das capitanias de Pernambuco, Parahyba e Rio Grande do Norte era de 33 mil caixas de assucar de 30 arrobas cada uma, como as outras eram.

LIÇÃO XXII

Erros administrativos no Brazil. — Lutas entre os Jesuitas e os colonos. — Beckman — 1652—1685.

Passando integralmente o Brazil para o dominio de Portugal, continuou o Governo da metropole nos mesmos erros administrativos, sacrificando os verdadeiros principios de uma politica assisada a considerações pessoaes e de momento. A unica medida boa que então apresentou foi o restabelecimento do tribunal da Relação da Bahia, 1652, creado em 1609, e supprimido em 1626. Continuou porém a descentralisação do Governo do Brazil com a independencia de algumas capitanias e do Estado do Maranhão, que, governado em 1655 por André Vidal de Negreiros, tinha antes tido duas capitanias independentes; a do Maranhão, 1652, com Balthazar de Souza Pereira, e a do Grão-Pará com Ignacio do Rego Barreto. Em Pernambuco governava Francisco Barreto de Menezes, á espera de succeder ao Conde de Atouguia, e no Rio de Janeiro Salvador Corrêa de Sá e Benevides, tambem era independente.

Além d'esses males provenientes da falta de centralisação da acção governamental, davam-se outros, que impediam a marcha do desenvolvimento do Brazil; entre esses sobresahiam os nocivos resultados do monopolio e grandes privilegios da Companhia do Commercio.

Para obstar ainda mais á industria do paiz, tinha a Companhia obtido o Alvará de 19 de Setembro de 1649, extinguindo o vinho de mel, a agua-ardente de canna, e cachaço, e decretando outras medidas vexatorias para proteger os seus quatro artigos do monopolio: vinho, bacalhão, trigo e azeite. Para maior gravame procedeu a Companhia ao arredondamento da moeda, por exemplo: o vinho que custava 666 rs. a canada passou a custar 680 rs. Os povos e Camaras Munici-

paes representaram contra isso, e, d'entre muitos, Francisco da Costa Barros no tempo do Conde de Atouguia foi portador de uma representação á metropole.

D. Affonso VI, que aos 19 annos tinha sido declarado maior, 23 de Junho de 1662, attendendo ás queixas, mandou cassar a concessão dos quatro artigos do monopolio, havendo porém augmento nas taxas do comboyo e do seguro. Pouco depois teve logar a extincção da Companhia, e creou-se a *Junta do Commercio*, 1663, com inspecção sobre a fixação e fiscalisação dos fretes do páo brazil.

Antes de se darem essas mudanças tinham tido logar no Rio de Janeiro sérios disturbios promovidos pelo lançamento de um imposto por Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que a isso tinha recorrido para preencher as verbas necessarias das despezas publicas, 1659. Partindo para S. Paulo entregára anteriormente a administração a Thomé Corrêa de Alvarenga, 1660. Houve por causa do tal lançamento um motim popular, que começou em S. Gonçalo, e do qual foram chefes Diogo Lopes (ou Lobo) Pereira, Lucas da Silva e Jorge Ferreira Bulhão. Os sediciosos depuzeram a Alvarenga, e coagiram a Alvaro Barbalho a tomar conta do governo: eram porém escassos os meios de que dispunham, e foram em breve supplantados, não tendo os Paulistas adherido ás suas idéas. Depois de ter chegado da Bahia Simão Alvares de la Pêña como syndicante, foram os chefes rebeldes presos e remettidos para Portugal, assim como para lá tambem foi mandado Alvaro Barbalho, que em paga da sua dedicação teve a doação da ilha de Santa Catharina.

Taes acontecimentos mostravam bem como era viciosa a administração civil; a ecclesiastica tambem tinha muitos vicios, e os conflictos entre os colonos e os Jesuitas amiudavam-se cada vez mais.

Nesse interim proseguiam as explorações dos Paulistas em Santa Catharina, no proprio Paraguay, em Minas, em Goyaz, e sob o commando de Paschoal Paes de Araujo chegaram até as cabeceiras do Tocantins, 1673. Outros Paulistas com Fernão Dias Paes con-

tinuavam com o descobrimento de minas e pedras preciosas.

Emquanto se davam esses successos no Brazil, em Portugal a guerra contra a Hespanha fazia-se sempre com grande energia para firmar no throno a casa de Bragança. No reinado de D. João IV a batalha mais notavel foi a de Montijo; no reinado de Affonso VI além das quatro batalhas de Badajoz, Ameixial, Linhas d'Elvas, e Castello Rodrigo,—a de Montes Claros, 1665, foi decisiva dando completa victoria ás armas portuguezas. Casando-se Affonso VI com a ambiciosa e bella Maria Francisca Izabel de Saboya (*a*)—, 1666, filha do Duque de Némours, nem assim elle emendou-se da vida desregrada que tivera com a gente de baixa classe. Tornando-se cada vez mais doente no physico e no moral, uma conspiração da nobreza, á cuja frente collocaram-se o Duque de Cadaval e a propria Rainha, intimou a Affonso VI a cessação do seu governo, 23 de Novembro de 1667, entregando a regencia do reino ao Infante D. Pedro, sendo o Rei transferido para a Ilha Terceira e d'ahi para Cintra, onde veiu a morrer muitos annos depois (Setembro de 1683).

O Principe D. Pedro casou-se com a cunhada por dispensas do Papa, e só com o titulo de Regente, e herdeiro, jurado em côrtes a 27 de Janeiro de 1668, governou o Estado durante a vida de seu irmão, assignando com a Hespanha um tratado (13 de Fevereiro de 1668), que pôz termo á guerra da Restauração, a qual durava havia já 28 annos.

Envolvido na guerra da Successão de Hespanha contra Filippe V, D. Pedro viu os seus exercitos, commandados pelo Marquez das Minas, alcançarem victorias, tomando algumas cidades, e concorrerem poderosamente para que Carlos III fosse acclamado em Madrid, 1706. Analysando os actos da administração de D. Pedro em relação ao Brazil, encontramos a fundação da Sé do Maranhão por Bulla de 30 de Agosto de 1677 de Innocencio XI, ficando suffraganea do Arcebispado de Lisbôa.

(*a*) Era neta em 4º gráo da celebre Lucrecia Borgia, e bisneta de Henrique IV de França e da formosa Gabriella d'Estrées.

No anno anterior tinha obtido a creação do Arcebispado da Bahia, Metropolitano do Brazil, Loanda e S. Thomé, e a creação tambem dos Bispados do Rio de Janeiro, e Pernambuco, suffraganeos do Arcebispado da Bahia (Bulla de 16 de Novembro de 1676). — O 1º Arcebispo da Bahia foi D. Gaspar Barata de Mendonça (a); o 1º Bispo de Pernambuco foi D. Estevão Brioso de Figueiredo; o 1º Bispo do Maranhão D. Gregorio dos Anjos, e o 1º do Rio de Janeiro D. José de Barros de Alarcão, em vez do nomeado, D. Frey Manoel Pereira, que foi para Secretario de Estado.

D. Pedro foi olhando para o Brazil com vistas mais attentas do que os seus antecessores, e mandou promulgar um Regulamento para a administração da colonia portugueza na America em 61 artigos, 23 de Janeiro de 1677. Roque da Costa Barreto trouxe esse Regulamento, quando em 1678 veiu substituir ao Visconde de Barbacena, 26º Governador Geral. Além de muitas medidas uteis mandou o Regente que os Governos de Pernambuco e do Rio de Janeiro ficassem sujeitos ao Governo Geral da Bahia, dando-se mais centralisação administrativa. O Estado do Maranhão ainda no entretanto ficou independente do Governo Geral pelas suas então mais faceis communicações com a Metropole.

Para não deixar de haver algum senão em tal regulamento, não estabeleceram-se medidas energicas que acabassem com a opposição constante entre colonos e Jesuitas. No Rio de Janeiro deu-se em 1676 entre o Senado da Camara e os Jesuitas um grave conflicto por causa dos indios. O Reitor Bernabé Soares recorreu da decisão da Camara para a Administração da Diocese, que lhe deu razão, e a Côrte de Lisboa confirmou essa resolução.

Em S. Paulo houve rixas graves pelo mesmo motivo; mas o Reitor Francisco de Moraes viu-se forçado

---

(a) Tinha sido Juiz dos Casamentos, em Lisboa, e votára pelo divorcio de Affonso VI e Maria Francisca de Saboya, sendo em recompensa nomeado Arcebispo da Bahia.

a celebrar com a Camara um tratado, obrigando-se a não influir com a metropole para dar-se a liberdade aos indios.

No Estado do Maranhão a luta dos Jesuitas com os colonos tomou grandes proporções: já em 1652 não se tinha podido dar cumprimento ao Alvará, para a liberdade dos Indios, pela opposição dos colonos, que na capitania do Maranhão mandaram procuradores a Lisboa representar contra essa medida, e no Pará o povo impediu o desembarque dos Jesuitas, até que o Reitor João de Souto Maior se compromettesse a sómente doutrinar os Indios.

Essa luta tornou-se mais renhida quando em Janeiro de 1653 chegou ao Maranhão o Padre Antonio Vieira, celebre pregador, litterato e politico: no Maranhão impressionou e conteve os animos com um notavel sermão sobre a liberdade dos Indios; mas quando no Pará apresentou a Carta Régia, formou-se um grande motim que só pôde serenar, quando Antonio Vieira assignou um protesto analogo ao de Souto Maior.

Com a chegada dos Procuradores do Maranhão veiu uma provisão, que destruia os Alvarás precedentes, ordenando que as Camaras de S. Luiz e de Belém com o desembargador syndicante, e na sua falta o ouvidor, qualificassem os indios captivos pelas clausulas antigamente estabelecidas, e outras de novo formuladas. A' vista d'isso partiu o Padre Antonio Vieira para Portugal, e obteve a creação em Lisbôa da *Junta de Missões:* alcançou depois não só a abolição da Provisão concedida aos Procuradores do Maranhão, como uma outra (9 de Abril de 1655) em que eram revogadas as 2 clausulas novas do captiveiro (recusa dos indios a defenderem as pessoas e bens dos colonos, e negarem-se a pagar tributos ou a alistarem-se, quando chamados para o serviço de paz ou de guerra).—Ainda mais a Companhia de Jesus ficava com o direito das entradas dos indios e de dispôr, para a sua guarda, de um destacamento com um chefe da sua escolha.

Tão intempestivas medidas, embora humanitarias, até certo ponto, produziram uma revolta dos colonos do Maranhão e do Pará contra o padre Antonio Vieira

e os mais Jesuitas, os quaes foram todos remettidos para Portugal, 1661.

O governo portuguez, então na maioridade de Affonso VI, era contrario ao Padre Antonio Vieira, e condemnou-o por causa da sua politica ao desterro para o Porto e Coimbra, e publicou uma nova provisão, 12 de Setembro de 1653, fazendo reviver a doutrina favoravel aos colonos, e determinando medidas, que pareciam mais sensatas para resolver a questão, acabando com a jurisdicção temporal dos Jesuitas sobre os Indios. Os povos não se satisfizeram com isso, e obtiveram ainda a Carta Régia de 9 de Abril de 1677, que excluia os missionarios e parochos da repartição dos indios, a qual ficava dependente dos Juizes Ordinarios mais velhos.

A influencia dos Jesuitas veiu a predominar mais tarde, e em 1680 essa Ordem fez annullar taes disposições, mandando o Governo Portuguez vigorar a Provisão de 5 de Julho de 1605, e a Lei de 30 de Julho de 1609, declarando livres os indios, aos quaes, como primeiros e naturaes donos da terra, competia o direito de preferencia da propriedade dos terrenos.

Achavam-se acalmados um pouco os animos, quando a creação de uma Companhia de Commercio para o Maranhão por diligencias especiaes de Pedro Alvares Caldas, com poderes exclusivos de exportação e importação de varios generos, e introducção de escravos africanos, 1684, veiu atiçar as rivalidades entre Jesuitas e colonos, promovendo d'ahi a pouco os abusos da companhia uma grande revolta.

Manoel, e Thomaz Beckman, e Jorge de Sampaio puzeram-se á frente do movimento popular contra a Companhia do Estanco, e conseguiram depôr a Balthazar Fernandes (24 para 25 de Fevereiro de 1684), que governava a capitania do Maranhão na ausencia do Governador Francisco de Sá Menezes, que se achava no Pará. Os revoltosos aboliram a Companhia do Estanco, expulsaram os Jesuitas, e organisaram uma Junta dos Tres Estados para tomar conta do governo, emquanto Thomaz Beckman ia a Lisbôa representar ao Rei em favor da rebellião, que ameaçava estender-se Pará.

O Governador Sá de Menezes foi com muita tatica circumscrevendo o movimento revolucionario ao Maranhão, e á chegada do novo Governador Gomes Freire de Andrade com uma esquadrilha, 15 de Maio de 1685, foi dissolvida a Junta illegal, fugindo os chefes da revolução e restabelecendo-se as cousas no estado antigo. Os principaes chefes dos rebeldes, Jorge de Sampaio e Manoel Beckman, foram condemnados á pena ultima e executados, 2 de Novembro de 1685, na praia da Trindade, tendo Manoel Beckman o seu refugio na fazenda do Mearim, denunciado pelo seu afilhado e protegido, Lazaro de Mello, que cheio de remorsos suicidou-se, ou foi accidentalmente garroteado em um engenho seu, tentando desembaraçar os bois que tocavam a almanjarra.

Apezar de tudo isso o Governo Portuguez reconheceu o seu erro na creação da Companhia do Estanco, e acabou com ella n'esse mesmo anno, e a 2 de Setembro de 1684 já tinha concedido aos colonos a administração dos indios descidos do sertão. A versatilidade porém d'esse mesmo Governo, depois de suffocada completamente a revolução, restabeleceu quasi inteiramente a Lei de 9 de Abril de 1655, muito favoravel aos Jesuitas na questão dos Indios.

LIÇÃO XXIII

Destruição dos Palmares. — Guerras civis dos Masoates e dos Emboabas. — 1675 — 1714.

Desde as primeiras operações contra os Hollandezes, tinham-se acoitado muitos escravos nas faldas da serra da Barriga, na provincia das Alagôas. Esses quilombos foram organisando-se mais ou menos regularmente, e obedeciam a um chefe a que chamavam Zumbi. Appareceram exagerações sobre o numero d'esses pretos; uns, acompanhando a opinião de Gaspar Barlœus, diziam que eram 11.000; outros com Rocha Pitta, diziam que eram mais de 20.000; e outros, elevavam esse numero a 30.000, em diversas aldêas ou mocambos, como diz Brito Freire na *Guerra Brazilica*, Liv. 7°, n. 527. Os principaes quilombos existiam nos logares em que posteriormente se formaram as villas de Jacuhype e da Atalaia.

O Governador Geral Francisco Barreto de Menezes e seus successores mandaram improficuamente 25 expedições para exterminar os quilombos. O capitão Fernão Carrilho obteve algumas victorias; mas não foram decisivas, 1675 — 1678. O que o Governo não tinha podido conseguir, obteve-o um simples particular. O paulista Domingos Jorge Velho offereceu se para dar cabo dos *Quilombos dos Palmares*, 1687, mediante certas condições assignadas em 3 de Março de 1687, como a concessão de sesmarias das terras conquistadas, a propriedade dos escravos aprisionados com a obrigação de mandar para fóra da capitania os maiores de 7 annos, perdão de morte aos que não fossem chefes, e garantia para os chefes e officiaes da expedição, de 4 habitos das 3 Ordens militares pela conclusão da guerra.

Só em fins de 1695, ou principios de 1696, foi que o valente emprehendedor paulista pôde concluir

a sua tarefa, exterminando os quilombos. Para conseguir tão completa victoria foi preciso que o Governador e Capitão General de Pernambuco, Caetano de Mello e Castro, mandasse um corpo de exercito de 6 a 7.000 homens, com artilharia, dispostos em 3 columnas; uma sob o commando de Domingos Jorge, outra sob as ordens de Sebastião Dias, e outra commandada por Bernardo Vieira de Mello, que foi o commandante em chefe da expedição. O Zumbi, trahido afinal por um mulato, e atacado no seu mocambo, onde lhe restavam apenas 6 homens, morreu pelejando com a maior coragem.

Até ha pouco tempo suppunha se que o Zumbi e os principaes chefes dos mocambos e quilombos se tivessem suicidado precipitando-se de um rochedo; mas uma carta do Governador da Bahia, D. João de Alencastro, de 24 de Janeiro de 1696, accusando uma outra do Governador de Pernambuco, Caetano de Mello e Castro, veiu elucidar a questão, pois o Governador de Pernambuco dava-lhe a noticia de ter sido morto em luta o Zumby dos Palmares.

Por esse tempo começaram a ser devassados os sertões do Brazil, para o que contribuiria muito, segundo o Visconde de Porto Seguro, além do facto de serem elles mais de *serrados*, que se despem de folhas, do que de mattos virgens, a extensão navegavel do Rio S. Francisco acima das cachoeiras e a curta distancia das cabeceiras septentrionaes do Parahyba ás meridionaes do Tocantins.

Nessas descobertas representaram papel importantissimo os Paulistas: foram elles, diz o illustre Pedro Taques, que totalmente conquistaram os braços gentios do sertão da Bahia em 1672 até 1674, e os sertões do Rio S. Francisco até o Ceará; foram elles que penetraram o sertão de S. Paulo até o Maranhão, que fizeram descobrimentos de minas de ouro e ferro em S. Paulo (1597) e os mais descobrimentos de minas de ouro em Paranaguá e Coritiba, Ribeira de Iguape (minas de Cananéa), Paranapanêma e Apiahy, Minas Geraes de Cataguazes e Sabará-Bussú (1695—1700), Cuyabá (1719—1720), Matto Grosso (1730), Goyazes (1722—1725), e as minas das esmeraldas (1681), sendo

o mesmo descobridor d'ellas, Fernão Dias Paes, quem descobriu os diamantes do Serro do Frio.— (*Rev. do Inst. Hist.*, tomo 34, parte 1ª, pag. 41).

Tambem da Bahia houve differentes expedições para o interior do Brazil; são em geral pouco conhecidas, mas devem-se mencionar as de Domingos Affonso Sertão, que descobriu e inçou de gado o interior do Piauhy.— as da casa da Torre, e as da familia do Mestre de campo Antonio Guedes de Brito. Domingos Sertão deixou para mais de 50 fazendas de criação, 30 das quaes legou aos Jesuitas e reverteram depois para o Estado. — Em referencia aos Torres e aos Britos convém lembrar que elles absorviam, senão todo, ao menos quasi todo o sertão da Bahia, porquanto a casa da Torre tinha 260 leguas pelo Rio S. Francisco acima, á mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chegavam a 80 leguas; os herdeiros do Mestre de campo Antonio Guedes de Brito possuiam desde o morro dos Chapéos até ás nascenças do Rio das Velhas, 160 leguas.— Esses pontos serão talvez esclarecidos, quando se encontrar a descripção da Bahia feita pelo irmão do Padre Antonio Vieira, Bernardo Vieira Ravasco, que por muitos annos foi secretario d'Estado do Vice-Reino.

GUERRA DOS MASCATES

De ha muitos annos que datava a animosidade entre os naturaes do paiz e os portuguezes da Europa. O proprio João Fernandes Vieira, que tão assignalados serviços tinha prestado a Pernambuco, foi victima d'essa animosidade por ser portuguez, chegando mesmo a ser ferido, 1645. Com o correr dos tempos e dos acontecimentos essa animosidade tinha-se aggravado, 1708, principalmente por causa da rivalidade entre Olinda e o Recife, isto é, entre os fazendeiros de Olinda (Brazileiros), e os seus correspondentes do Recife (filhos de Portugal) negociantes (Mascates); havia mesmo entre elles a antipathia natural que os devedores (fazendeiros de Olinda) tinham aos seus credores (negociantes do Recife), principalmente

quando as contas de juros aggravavam as dividas. As bem azedas relações, que já existiam entre as duas parcialidades, tiveram larga expansão por occasião das eleições para a Camara Municipal. A' vista do incremento rapido que o Recife ia tendo, o governo da Metropole resolvera elevar o Recife á categoria de villa: o Juiz de Fóra de Olinda devia servir em ambas as villas alternadamente: os limites das suas jurisdicções ficavam commettidos ao Governador da capitania Sebastião de Castro Caldas, (a) e ao Ouvidor Dr. Luiz de Valenzuela Ortiz.

Houve desintelligencia entre as duas autoridades, querendo o Governador que as freguezias do Cabo, da Ipojuca, e da Moribeca pertencessem ao Recife, e o Ouvidor que pertencessem a Olinda. As desintelligencias transformaram-se em hostilidades, que principiaram por um tiro que o Governador recebeu em uma perna no bairro de Santo Antonio, na rua das Aguas Verdes, hoje rua das Lombas Valentinas. O governador usou de represalias expedindo ordens de prisão e perseguindo aos do partido opposto. O Ouvidor, contra quem tinha sido expedida ordem de prisão, conseguiu fugir: o Capitão Mór Pedro Ribeiro prestes a ser preso, revoltou-se. Novembro de 1710, prendeu o Capitão João da Motta, sublevou o povo e a tropa, e promoveu a quéda do governador, que fugiu para a Bahia, tomando o Bispo D. Manoel Alvares da Costa conta do governo, 15 de Novembro, não só pelo voto dos habitantes, como pelo disposto nas vias de successão. Tendo Sebastião de Castro Caldas chegado á Bahia, foi preso pelo Governador Geral, e remettido para Lisbôa; notando-se que quem o prendeu, foi D. Lourenço de Almada, então Governador, e quem o remetteu para Lisbôa foi o Conde de Castello Melhor successor de D. Lourenço.

O Bispo, usando de toda a prudencia, concedeu

(a) Tomou posse a 9 de Junho de 1707, e conservou o governo da Capitania até 7 de Novembro de 1710, quando recebeu um tiro n'uma perna, e partiu a 9 do mesmo mez e anno para a Bahia: de 1695 a 1697 governára a capitania do Rio de Janeiro.

amnistia aos revoltosos, e conseguiu que não houvesse condemnação alguma por parte do Governador Geral D. Lourenço de Almada. D'ahi a pouco os do Recife conseguiram tambem usar da reacção, Junho de 1711, capitaneada por D. Francisco de Souza, pelo Capitão João da Motta, e outros chefes, entre os quaes sobresahiam varios Recollectos da Madre de Deus: ficando o Bispo em poder dos novos sublevados, foram-lhe extorquidas tambem uma amnistia em favor d'estes ultimos, e mais medidas que julgaram convenientes.

Depois de muitos esforços pôde o Bispo fugir para Olinda, e debalde empregou todos os meios para chamar os do Recife á obediencia; principiou então a guerra civil conhecida pelo nome de *Guerra dos Mascates*.

O Bispo encarregou da direcção dos negocios bellicos á Camara de Olinda, ao Mestre de Campo Christovão de Mendonça Arraes, e ao Ouvidor. Quasi todos os Capitães-Móres, e o povo abraçaram a causa de Olinda. Pelo lado do Recife achavam-se o Capitão João da Motta, Sebastião Pinheiro Camarão com os seus indios, o terço dos Henriques ao mando de Domingos Rodrigues Carneiro, o Governador da Parahyba João da Maia da Gama, e 800 combatentes vindos de Una e Serinhaem.

As vantagens foram reciprocas de ambos os lados, mas não decisivas. Estavam as cousas n'esse pé, quando chegou o novo Governador Felix José Machado de Mendonça, 10 de Outubro de 1711, com a confirmação das duas amnistias concedidas pelo Bispo; pareceu ter passado o temporal civil, e houve mesmo festejos pela feliz solução da questão. Posteriormente porém principiou a haver da parte do Governador Felix J. M. de Mendonça, do novo Ouvidor João Marques Bacalhão, e do Juiz de Fóra Paulo de Carvalho parcialidade notavel pelos seus patricios do Recife; de novo começaram as perseguições contra os Olindenses, e o proprio Bispo foi desterrado para o Rio de S. Francisco. A Camara e o povo de Olinda representaram então com toda a energia á metropole, que teve o bom senso de por ordens expressas, enviadas com data de 7 de Abril

de 1714, mandar acabar com um tal estado de cousas, e trancar todas as devassas que se faziam. Só assim pôde restabelecer-se a tranquillidade publica, mas persistindo sempre a rivalidade entre Pernambucanos e Portuguezes.

GUERRA DOS EMBOABAS

Anteriormente tinha havido a guerra dos *Emboabas* em Minas.

Desde os primeiros descobrimentos das minas que se tinham tambem declarado inimisades entre os Paulistas e os Portuguezes (*Emboabas*, pernas calçadas ou vestidas, como querem alguns que signifique a palavra, — e homens de além, como pensam outros). Ainda outros dizem, talvez com mais razão, que *Emboaba* significa — malfeitor—ou uma idéa qualquer de maldade ou cousa ruim. —Os indios chamavam antes aos Portuguezes de *perós*, e aos Francezes de *mairs*. O Sr. Dr. Baptista Caetano diz que *emboaba*, ao pé da letra, quer dizer *laçador de gente*, conseguintemente] *perfidos*, *traidores*, designando assim os forasteiros de Minas Geraes. O Sr. Dr. Macedo Soares julga que a palavra *emboaba* venha de *aboamboabá* (homem de cabello differente); depois perdeu-se a terminação *abá* e o nome corrompeu-se em *abamboaé*.

Para o conhecimento das minas do Sabará tinham partido os paulistas Carlos Pedroso da Silveira e Bartholomeu Bueno com avultada comitiva e bandeirantes. Essa grande affluencia de aventureiros ainda se tornou maior quando começaram as primeiras explorações das minas de Cataguás, sobresahindo pelo numero os emboabas ou forasteiros.

Depois de varios conflictos teve logar um verdadeiro combate perto de um rio, que tomou o nome de *Rio das Mortes*, entre os Paulistas commandados por Domingos da Silva Monteiro, e os Portuguezes dirigidos por Manoel Nunes Vianna. Os Portuguezes foram derrotados, mas souberam disfarçar os seus resentimentos e vergonha, e cahiram de surpreza sobre os Paulistas, a quem bateram da maneira a mais traiçoeira possivel.

Retiraram-se os Paulistas, que tinham com difficuldade escapado a um exterminio completo, e juraram em S. Paulo tomar uma atroz vingança, para o que eram incitados por suas proprias mulheres e familias.

Manoel Nunes Vianna foi tornando-se mesmo tão poderoso com a sua gente, que chegou a affrontar o proprio Governador do Rio de Janeiro, D. Fernando Martins de Mascarenhas de Lencastre, obrigando-o a voltar da sua tentativa de ir tomar conta daquelles districtos.

Achavam-se os Paulistas promptos para irem desforrar-se dos Portuguezes, quando chegou de Portugal uma amnistia ampla para ambas as partes contendoras, e a Carta Régia pela qual se creava a Capitania de S. Paulo e Minas Geraes, independente da do Rio de Janeiro, 3 de Novembro de 1709. O primeiro Governador dessa Capitania foi Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que no arraial de Cahité, 3 leguas a suéste do Sabará, recebeu a submissão de Manoel Nunes Vianna.

Essa guerra, terminada pelas acertadas medidas do Governo da metropole e pela prudencia e energia de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, teve por consequencias — 1.º a reversão á Fazenda Real da Capitania de Santo Amaro e Terras de Sant'Anna, pertencente aos herdeiros de Pero Lopes de Souza, representados pelo Marquez de Cascaes, por 40.000 cruzados; — 2.º a creação da Capitania Geral de S. Paulo e Minas;— 3.º a cathegoria de cidade dada á villa de S. Paulo por Carta Régia de 24 de Julho de 1711, e executada a 13 de Abril de 1712.

D'entre os serviços prestados pelo Governador Antonio de Albuquerque á nova Capitania não devemos esquecer a creação das villas do Ribeirão do Carmo (*Marianna*), Villa Rica (*Ouro Preto*) e Sabará, assim como o estabelecimento de um regimento de cavallaria para toda a Capitania. — O successor d'esse Governador, D. Braz Balthazar da Silveira erigiu as villas de Caeté, Principe e Pitangui, e estabeleceu as 4 comarcas de Villa Rica, Rio das Mortes, Sabará e Serro do Frio.

LIÇÃO XXIV

Effeitos da guerra da Successão de Hespanha no Brazil. — Lutas com os Hespanhóes ao Sul.—Hostilidades dos Francezes commandados por Duclerc e Duguay-Trouin no Rio de Janeiro. Tratados de Utrecht e de Madrid. 1678-1750.

§ 1

Para acabar com as duvidas sobre o direito que a Corôa de Portugal julgava ter á margem esquerda do Prata, mandou o Principe Regente D. Pedro ao mestre de Campo D. Manoel Lobo, quando o nomeou Governador da Capitania do Rio de Janeiro, 8 de Outubro de 1678, que perto da ilha de S. Gabriel ou em qualquer outro ponto opportuno, nas visinhanças de Buenos-Ayres fundasse uma colonia, que servisse de limite ás possessões portuguezas na America. Depois de ter tomado posse do seu governo, 9 de Maio de 1679, ao qual ficavam tambem sujeitas as Capitanias do sul, 12 de Novembro de 1678, afim de melhor poder executar as ordens que trazia, partiu D. Manoel Lobo para a villa de Santos em Outubro de 1679, e seguiu em Dezembro para o Rio da Prata com uma expedição de 7 navios, levando 4 companhias de 200 homens, diversas familias de colonos, e muitos operarios. Para os aprestos expedicionarios tinha D. Manoel Lobo sido ajudado pelo Capitão-Mór de S. Vicente, Diogo Pinto do Rego, e por Jorge Soares de Macedo, que, para tomar parte na expedição, deixára o seu logar de encarregado superior das Minas.

Chegando á embocadura do Rio da Prata defronte da ilha de S. Gabriel a 1º de Janeiro de 1680, ahi ancorou, e foi dando principio á fundação da fortaleza e da *Colonia do Sacramento*, que durante quasi um seculo devia servir de pomo de discordia entre as

corôas de Portugal e de Hespanha. Não puderam os Hespanhoes tolerar um tal estabelecimento em paragens que consideravam da sua propriedade, remontando ás disposições do celebre Tratado de Tordesilhas, 7 de Junho de 1494, embora em rigor fossem do dominio de Portugal, já pelas explorações portuguezas de Gonçalo Coelho, 1503, até o Cabo das Virgens, na entrada do estreito hoje conhecido pelo nome de Magalhães, já pela posse tomada por Pero Lopes de Souza em 1531, tendo fincado marcos com as armas de Portugal pelo Rio da Prata acima até o Esteiro de Carandins.

O Governador do Paraguay, D. Filippe Rey Corbelon, e o Conselho de Buenos-Ayres representaram contra a fundação da nova colonia á côrte de Madrid, que, não obtendo solução definitiva do Principe Regente D. Pedro, e do seu Secretario d'Estado Pedro Sanches Farinha por intermedio do Ministro hespanhol, o Abbade Maserati, ordenou ao Governador de Buenos-Ayres, D. José de Garro, que á força expellisse os invasores. D. José de Garro preparou-se para atacar a colonia, e aos elementos de guerra de que já dispunha, reuniu os que lhe foram fornecidos não só pelas provincias de Santa Fé, Corrientes, e Tucuman, como tambem pelas *Reducções* dos Jesuitas, indignados contra os Paulistas e em geral contra os colonos portuguezes.

Não valeu a D. Manoel Lobo responder ao emissario de D. José de Garro, fundamentando o direito de estabelecer uma Colonia em territorio desoccupado, mas sujeito á corôa de Portugal, como se deprehendia, além de outros titulos, de uma carta geographica feita em Lisboa em 1678 por João Teixeira Albornóz, carta que estendia esse territorio de direito de Portugal por cêrca de 300 leguas desde a foz do Prata até Tucuman.

D. José de Garro mandou então um corpo de exercito com 4.500 homens de tropas regulares, milicianos e indios, sob as ordens do Mestre de Campo D. Antonio de Vera Muxica atacar a Colonia. A 7 de Agosto d'esse mesmo anno de 1680, depois da mais heroica resistencia, foi a praça tomada de assalto e

arrasada, escapando da guarnição, com vida, apenas dez pessoas, entre ellas o proprio D. Manoel Lobo e Jorge Soares de Macedo, que cahiram prisioneiros. *(a)*

Chegando essas noticias á Europa, é facil imaginar-se a indignação de que apossou-se o Principe D. Pedro, que dispunha-se a romper em guerra contra a Hespanha, quando por intermedio do Duque de Giovenazzo, mandado á toda a pressa, a côrte de Madrid promptificou-se a dar quantas satisfações lhe foram exigidas, principalmente depois da intervenção das côrtes de Roma, Paris e Londres. Firmou-se um tratado de paz provisorio, em 17 artigos, assignado em Lisbôa a 7 de Maio de 1681, e mandado pôr em execução no mesmo anno, estatuindo se que a Colonia do Sacramento seria restituida a Portugal com toda a artilharia e mais effeitos tomados na praça, e que a Hespanha faria reprehender ao Governador de Buenos-Ayres por ter atacado o estabelecimento portuguez. A questão de direito seria elucidada mais tarde, e para esse fim seriam nomeados pelas duas partes Commissarios Arbitros, que deveriam reunir-se entre Elvas e Badajoz, na fronteira de Portugal.

Em virtude pois do disposto no tratado foi á corôa de Portugal restituida a Colonia do Sacramento, tomando d'ella conta, e reparando-a Duarte Teixeira Chaves, 1683, Governador do Rio de Janeiro; mas da reunião e discussões dos Commissarios Arbitros nenhum resultado definitivo houve, porque não puderam chegar a um accôrdo, e tiveram que separar-se deixando a questão no mesmo pé.

A Colonia do Sacramento foi desenvolvendo-se com rapidez, principalmente pelas providencias acertadas da metropole, que entre outras medidas uteis tinha, por Decreto de 29 de Outubro de 1689, mandado dar-lhe mais gente.—Tudo presagiava-lhe um gráo de prosperidade, quando a parte activa que D. Pedro II

---

a) Dizem alguns historiadores que esses 2 prisioneiros foram remettidos depois para Santiago do Chile; outros, como Rocha Pita, pretendem que fossem para Lima, onde Lobo morreu na flôr da idade; outros dizem que Lobo morrera de desgosto pouco tempo depois em Buenos-Ayres.

tomou na guerra da Successão de Hespanha fez repercutir essas hostilidades na America.

Tendo fallecido Carlos II sem herdeiros directos, subira ao throno de Hespanha o Duque de Anjou com o nome de Filippe V. Para não ter contra si o rei de Portugal, Filippe V firmou com elle um tratado, 1701, pelo qual (art. XIV) a margem esquerda do Rio da Prata ficaria pertencendo *in solidum* com inteiro dominio á corôa portugueza. A' vista de tão explicita disposição resolveu-se o Governo de Portugal a augmentar os seus estabelecimentos coloniaes ao sul do Brazil, tentando fundar uma colonia em Montevidéo, para o que chegou mesmo a mandar instrucções regulamentares. A Hespanha começou a pôr embaraços e reluctancias á execução do tratado de 1701, e Portugal querendo ter antes um ponto de apoio forte para as suas operações, do que diversos pontos fracos disseminados, mandou concentrar e applicar á Colonia do Sacramento as disposições projectadas para Montevidéo.

Vira a Hespanha o seu erro em embaraçar a execução da clausula XIV do tratado de 1701, quando lhe constou que as potencias protectoras do Archiduque Carlos d'Austria promettiam a Portugal não sómente a posse dos terrenos ha longo tempo contestados na região platina, como tambem Badajoz, Albuquerque, e Valença d'Alcantara na Extremadura hespanhola, Vigo, Tuy, Guardia, e Bayona na Galliza. Promptificou-se então a Hespanha em reconhecer, 1703, os direitos de Portugal sobre a margem septentrional do Prata, mas era tarde; D. Pedro II era arrastado na orbita da politica ingleza, e firmava com a Inglaterra, Hollanda e Allemanha o tratado de *Metwen*, 16 de Maio de 1703, abraçando decididamente a causa do Archiduque Carlos d'Austria, conhecido posteriormente pelo nome de Carlos III.

Não nos competindo historiar os factos que se deram na Europa pela guerra da Successão de Hespanha, trataremos sómente da repercussão d'este pleito no Brazil, como se deprehende do objectivo da nossa lição.

O rompimento da guerra entre as duas metropoles era occasião bastante opportuna, para que os Hespanhóes sul-americanos não a aproveitassem, afim de expellirem os Portuguezes da margem septentrional do

Prata. O Vice-Rei do Perú deu n'esse sentido ordens terminantes ao Governador de Buenos-Ayres, D. Affonso Valdez, que com 2,000 homens de cavallaria e 4,000 indios das *Reducções* dos jesuitas atacou a Colonia do Sacramento. Durante 6 mezes o commandante da praça Sebastião da Veiga Cabral, que tinha recebido alguns reforços mandados pelo Governador Geral do Brazil D. Rodrigo da Costa, defendeu-se com a maior intrepidez, mas afinal foi forçado a capitular, retirando-se por mar ao Rio de Janeiro com a sua briosa guarnição, tendo entregue a fortaleza apenas com as munições e artilharia, 1705. Em poder da Hespanha ficou a praça da Colonia do Sacramento até a paz de Utrecht (16 de Fevereiro de 1715), occasião em que foi de novo restituida a Portugal, tomando della posse o Governador Manoel Gomes Barbosa, Novembro de 1716, que para esse fim passou da praça de Santos, onde anteriormente commandava.

Apezar das disposições terminantes d'esse tratado, e do feito subsequentemente com a França marcando o Oyapoc por divisa septentrional do Brazil, os Hespanhóes do Prata continuaram com as suas hostilidades contra a Colonia do Sacramento e contra os outros estabelecimentos que os Portuguezes tentaram crear n'essas paragens. Improficuos foram os esforços do Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca para fundar uma colonia em Montevidéo, 1723, e teve elle de retirar-se diante das forças superiores de D. Bruno Mauricio Zabala, que em virtude de ordens terminantes de Madrid lançou os fundamentos da cidade de Montevidéo, para assim contraminar os planos da côrte de Lisbôa.

Com mais esse ponto de apoio fizeram os Hespanhóes diversas tentativas para reconquistarem a Colonia do Sacramento, sendo o mais notavel d'esses ataques o dirigido por D. Miguel de Salcedo, Governador de Buenos-Ayres, 28 de Novembro de 1735, e repellido pelo Commandante da praça Antonio Pedro de Vasconcellos. Apezar d'esse máo resultado continuaram os Hespanhóes em tenaz porfia para realizarem o seu *desideratum*, que afinal conseguiram pelo tratado de Madrid, 13 de Janeiro de 1750, ficando a Hespanha

com a Colonia do Sacramento, em troca dos Sete Povos das Missões do Uruguay dadas a Portugal. Esse tratado, assignado em Madrid pelo plenipotenciario portuguez D. Thomaz Antonio Telles, Visconde de Villa Nova de Cerveira, e pelo hespanhol D. José de Carbajal e Lencaster, estabelecia além d'isso a demarcação da linha de limites das possessões portuguezas com as hespanholas na America.

Esse tratado, que á primeira vista podia parecer vantajoso para Portugal, porque em troco de um territorio fertil no interior, de mais de duzentas leguas, cedia a Colonia do Sacramento, que era impossivel conservar, e que só servia de facilitar o contrabando com Buenos-Ayres, além de provocar hostilidades interminaveis, não produziu os effeitos desejados por causa das difficuldades, com que tanto tiveram de lutar Gomes Freire de Andrade, encarregado de sua execução no sul, e Francisco Xavier de Mendonça Furtado na demarcação dos limites do norte. Essas difficuldades não tinham sido previstas na Europa: não antecipemos porém os acontecimentos, e vejamos as hostilidades que da França partiram contra o Brazil por occasião da guerra da Successão de Hespanha.

§ II

Um dos objectivos mais importantes da politica de Luiz XIV tinha sido a collocação e manutenção do Duque de Anjou (Filippe V) no throno de Hespanha. D. Pedro II, abraçando decididamente as pretenções do Archiduque Carlos, tinha incorrido nas iras do monarcha francez.— D. João V, casado com a Archiduqueza D. Marianna, subindo ao throno de Portugal (Dezembro de 1706) manteve em todos os pontos o tratado de Metwen, e hostilisou quanto pôde as pretenções de Filippe V. Occupado com as prolongadas guerras, que teve que sustentar na Europa, e sem recursos para por si mesmo dirigir uma guerra aturada contra as colonias portuguezas, tratou Luiz XIV de autorisar e auxiliar expedições de armadores francezes contra o Brazil.

Assim pois João Francisco Duclerc, (a) natural de Guadalupe, á frente de uma esquadrilha de 5 navios armados em guerra e de uma balandra com cêrca de 1,000 homens de desembarque, partiu de Brest; dirigiu-se contra o Brazil, e escolheu para alvo do seu ataque a cidade do Rio de Janeiro, em cuja barra apresentou-se a 11 de Agosto de 1710.— Hostilisado pelos fogos da fortaleza de Santa Cruz contra a balandra, que vinha na frente, partiu para a ilha Grande, onde se refez d'agua e mantimentos: simulando um desembarque na Copacabana e na barra da Tijuca, desembarcou suas forças na Guaratiba, 11 de Setembro, d'onde marchou para Jacarépaguá: d'ahi partindo chegou ao Engenho-Velho na tarde do dia 18, e no dia 19 seguiu para a cidade tomando por Catumby e depois pela azinhaga de Matacavallos.

Francisco de Castro Moraes, Governador desde 30 de Abril de 1710, tinha chamado soccorros das circumvisinhanças, e fortificára-se no *Campo do Rozario*, protegido pelos entrincheiramentos, que se estendiam por uma linha, que, partindo da *Ilha Secca* perto do morro da Conceição, passava pela rua do Fogo (hoje dos Andradas), e ia terminar no morro de Santo Antonio. Continuando Duclerc na sua marcha, passou encostado ao morro do Desterro (hoje de Santa Thereza), e teria proseguido desassombrado o seu caminho, se não fossem os fogos de um destacamento do regimento do Coronel Chrispim da Cunha, de 200 paisanos guiados pelo religioso frei Francisco de Menezes, e dos bravos estudantes encorporados pelo Capitão Bento do Amaral Gurgel e postados na Lagôa da Sentinella.

Os prejuizos que Duclerc soffrera não o impediam de progredir, e tomando pelas ruas d'Ajuda e S. José, dirigiu-se para a rua Direita, tendo que bater-se em caminho com o terço do Mestre de Campo Gregorio de Castro Moraes, com um troço ás ordens do Sargento Mór Martim Corrêa de Sá, e com os estudantes de

(a) Alguns autores, com mais razão talvez, dizem que seu nome era Carlos Duclerc.

Bento do Amaral Gurgel. Augmentaram se os prejuizos de Duclerc, mas não podia retroceder: dirigiram-se os invasores para o convento do Carmo, cujas portas não puderam arrombar, e foram improficuamente atacar a casa dos Governadores, a qual foi valentemente defendida pela Companhia dos Estudantes. Em desespero de causa entrincheiraram-se os Francezes no trapiche da cidade; mas assoberbados por forças superiores, capitularam nessa mesma tarde do dia 19 de Setembro de 1710, entregando-se prisioneiros Duclerc e mais 640 dos seus, entre os quaes 200 feridos, depois de terem soffrido a perda de 400 mortos.

Da parte dos Portuguezes houve apenas 50 mortos e 80 feridos: entre os que tinham morrido combatendo, contou-se o Mestre de Campo Gregorio de Castro Moraes, que tinha tanto de valente, quanto seu irmão Francisco tinha de cobarde: outro conceito não póde merecer um governador, que contentára-se com entrincheirar-se no campo do Rozario, deixando á propria iniciativa da população a resistencia energica, que encurralou os invasores no trapiche da cidade.

Depois da capitulação foi Duclerc com alguns officiaes prisioneiros residir no morro do Castello, no collegio dos Jesuitas; mas pedindo mudança de residencia, foi elle morar para a rua de S. Pedro, em casa do Tenente Thomaz Gomes da Silva, guardado por 1 furriel e 10 soldados, e tendo a cidade por menagem. Algum tempo depois foi Duclerc assassinado, 18 de Março de 1711, por 2 embuçados que penetraram na sua habitação, suppondo-se que a esse acto não fosse alheia alguma intriga amorosa.

§ III

Como era de prever, produziu em França a mais viva impressão a noticia do mallogro da expedição de Duclerc: para vingar esse desastre apresentou-se Renato Duguay Trouin, um dos mais distinctos officiaes da marinha franceza. Com a melhor vontade Luiz XIV pôz á sua disposição alguns navios de guerra, e cêrca de 4,000 soldados, emquanto o Superintendente Geral

das Finanças e cinco negociantes de S. Malô adiantavam ao mesmo official 1.200,000 libras, moeda corrente de França.

Duguay Trouin tinha já um nome feito nos annaes da marinha franceza pelas suas proezas contra os Inglezes, e contra a ilha de S. Jorge nos Açôres: parecia mesmo reproduzir o papel brilhante que tinha representado o celebre Jean Bart. Preparou elle em Brest uma expedição composta de 17 navios, cujo commando confiou a officiaes experimentados: com as forças que chegou a reunir, podia jogar com 738 bocas de fogo, e fazer um desembarque com cêrca de 4,000 homens, tendo sido o total da gente embarcada 5,684 homens. (a)

(a) Eis os nomes dos navios da esquadra de Duguay Trouin com as bocas de fogo de cada um:

	Peças.	*Homens.*
Lis, commandante Duguay Trouin	74	672
Brillant, commandante de Goyon	66	532
Magnanime, commandante de Courserac	74	658
Achille, commandante de Beauve	66	545
Le Glorieux, commandante La Jaille	66	528
L'Amazone, commandante Du Chesnay le Fer	36	288
La Bellone, commandante Kerguelin	36	228
L'Astrée, commandante De Rogon	22	151
L'Argonaute, commandante De Bois de la Motte	46	287
Le Mars, commandante La Cité Danican	56	541
La Concorde, commandante De Pradel Daniel	20	94
Le Chancelier, commandante Durocher Danican	40	15
La Glorieuse, commandante De la Perche	30	37
Le Fidèle, commandante De la Moinerie Miniac	60	488
L'Aigle, commandante De la Mar de Can	40	239
	732	5.403

As 2 Galeotas—La Française com 2 morteiros
Le Patient » 2 morteiros

La Bellone além das 36 peças tinha 2 morteiros.

Duguay Trouin entrou no porto do Rio de Janeiro com 18 navios — porque além dos 17 com que sahiu da França, apresou em viagem uma galeota ingleza.

O total das forças expedicionarias, 5,403 *homens*, dado por Duguay Trouin nas suas celebres «*Memorias*», não póde ser aexcto, por que *visivelmente*— « *O Chancelier*» — commandado por Durocher Danican com 40 *peças*, não podia ter só 15 homens

Tal era a formidavel expedição que se dispunha a vir tomar uma desforra da derrota de Duclerc e atacar o porto do Rio de Janeiro. Prevenido em tempo, Portugal não sómente mandou reforços importantes sob as ordens de Gaspar da Costa Athayde (*O Maquinez*), como tambem conseguiu que a Inglaterra mandasse uma esquadra impedir a sahida da expedição franceza de Brest. Duguay Trouin evitou o conflicto com a esquadra ingleza, partindo para a Rochella dous dias antes que os Inglezes bloqueassem o porto de Brest, e da Rochella partiu então para o Brazil com toda a esquadra reunida, 11 de Junho de 1711.

Por um navio de guerra inglez mandou o Governo de Portugal prevenir ao Governador Francisco de Castro Moraes do objectivo da expedição franceza, e no Rio de Janeiro, além dos reforços trazidos por Gaspar da Costa (quatro náos de 56 a 74 peças, tres fragatas de 40, cinco batalhões de tropas escolhidas, e grande cópia de munições), havia elementos mais do que sufficientes para uma proveitosa resistencia, tanto mais quanto a expedição anterior de Duclerc tinha posto de prevenção não só a cidade, como toda a sua capitania.

As fortalezas que defendiam a entrada e o porto do Rio de Janeiro eram as de Santa Cruz, Praia de Fóra, Bôa Viagem, Pontal, S. Domingos, Praia Vermelha, S. João, Lage e S. Theodosio: haviam tambem as que se tinham levantado na Gloria, Santa Luzia, e Pontal do Calabouço, cruzando os fogos com Villegaignon e Ilha das Cobras, sem contarmos as feitas nos morros do Castello, Conceição e S. Bento. Não devemos esquecer as quatro náos e tres fragatas, que eram sete baterias fluctuantes, que podiam, ao abrigo de qualquer

---

a bordo,—«*A Gloriosa*»—com 30 *peças*, não podia ter só 37 homens, além disso elle não apresenta a força embarcada nas 2 galeotas, etc.—Seguimos n'esse ponto a opinião dos historiadores, que dão a expedição franceza composta de 5,684 homens.—Avaliamos a força de desembarque em cêrca de 4,000 *homens*, porque o proprio Duguay Trouin diz que desembarcára 3,300 homens, e d'ahi a pouco mais 500, atacados de escorbuto, *que em breve lhe prestaram optimos serviços*.

fortaleza, causar damnos incalculaveis ao inimigo:— em terra havia 10,000 homens de tropa de linha, 5,000 milicianos, e 600 indios. — Sómente mesmo uma ignorancia completa da arte da guerra, e a maior cobardia podiam fazer com que não se aproveitassem tão importantes meios de acção. Com quaesquer outros chefes que não Francisco de Castro Moraes e o Maquinez, que enlouqueceu logo á chegada do inimigo, Duguay Trouin não sahiria mais pela barra fóra com os navios com que entrára, e o resultado final teria sido completamente diverso.

No dia 12 de Setembro de 1711, ás duas horas da tarde (*a*), os navios da esquadra de Duguay Trouin apresentaram-se na barra do Rio de Janeiro, e forçaram a entrada do porto; passaram por perto dos sete navios de Gaspar da Costa, e, apezar do prejuizo de 300 homens fóra de combate, foram fundear proximo á Armação, d'onde começaram a bombardear a cidade e as fortalezas. O infeliz Gaspar da Costa começou logo a dar signaes de alienação mental, porque em vez de continuar a hostilisar o inimigo na bella posição em que se achava entre a fortaleza de Santa Cruz e de S. Domingos, picou as amarras, e foi procurar o abrigo das baterias da cidade; nessa manobra, porém, os seus navios foram tão desastrados, que uns foram encalhar na praia de Santa Luzia, e outros na Prainha, dando o *Maquinez* ordem para incendial os (*b*).

(*a*) O Sr. Visconde de Porto Seguro, e outros historiadores, como o Sr. Conego Pinheiro, no seu bello trabalho *A França Antartica*, (*Rev. do Inst. Hist.* tomo XXII), dizem *ás duas horas da tarde*; mas Duguay Trouin nas suas *Memorias* diz—*ao romper do dia*: inclinamo-nos mais á opinião dos que dizem que foi ás duas horas da tarde, que é a hora *da viração*, quando os navios de vella podem entrar a barra sem bordejar, de manhã com *o terral* a esquadra não poderia ter transposto a barra com a rapidez necessaria á força de vellas.

(*b*) Eis o que diz o proprio Duguay Trouin nas suas *Memorias*, a pag. 167, a respeito dos navios de Gaspar da Costa:— « Ils s'étaient tous traversés à l'entrée du port; mais voyant que « le feu de leur artillerie, soutenu de celui de tous leurs forts « n'avaient pas été capables de nous arrêter, et que nous allions bientôt être à portée de les aborder, et de nous emparer « d'eux, ils prirent le parti de couper leurs cables, et de s'échouer sous les batteries de la ville.— Nous eûmes dans cette « action environ 300 hommes hors de combat, etc., etc.»

Duguay Trouin, depois de ter bombardeado a cidade e as fortalezas a seu talante, simulou no dia seguinte (13) o desembarque em diversos pontos, e mandou por alguns dos seus navios tomar a ilha do Pina, que foi logo occupada e armada com uma bateria com artilharia de bordo, destino que igualmente teve a ilha das Cobras abandonada pela guarnição.—No dia immediato (14) protegido pelas fragatas *Amazonas*, *Aguia*, *Astréa* e *Concordia*, effectuou Duguay Trouin o seu verdadeiro desembarque para as bandas do Sacco do Alferes com cêrca de 3,300 homens em tres columnas: a da vanguarda sob as ordens de *Goyon*, a da retaguarda commandada por *Courserac*, e a do centro com alguma artilharia sob o seu immediato commando. Em acto continuo foi tomando os morros de S. Diogo, Livramento, e Conceição, que dominam a cidade, contra a qual dirigiu um fogo bem nutrido. Pouco depois reforçou Duguay Trouin as suas tropas com mais 500 homens, que mandára desembarcar por se acharem com escorbuto, mas que apezar dessa molestia augmentaram as suas fileiras.

N'esse *interim* o Governador Francisco de Castro Moraes achava-se completamente desorientado; a unica resistencia que os Francezes encontravam era da parte da população e dos briosos estudantes, commandados por Bento do Amaral Gurgel, lembrados das suas façanhas contra a expedição de Duclerc. Essa resistencia, porém, foi desapparecendo á vista da incapacidade provada que tanto o Governador como os chefes militares apresentavam para repellir o inimigo, e por isso não deixou de causar admiração a resposta de Francisco de Castro Moraes, quando, intimado para se render, disse que « *defenderia a cidade até á ultima gotta do seu sangue* » — As obras não corresponderam a tão briosa promessa, e pouco depois fugia vergonhosamente para o Engenho dos Padres com a maior parte da tropa, e d'ahi para Iguassú. Tão infamante procedimento devia produzir as mais funestas consequencias; Duguay Trouin foi continuando o bombardeio com a maior actividade, principalmente na noite tormentosa de 20 para 21 de Setembro, foi tomando conta dos fortes, que se lhe entregaram sem

resistencia, e no dia seguinte ficou inteiramente senhor da cidade.

Reconheceu claramente Duguay Trouin a inconveniencia de uma demora prolongada, porque em breve podiam chegar reforços do interior, commandados por Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que encetaria uma luta com resolução bem diversa da que apresentára Castro Moraes; tratou portanto de dar um golpe decisivo, e retirar-se com o maior lucro que pudesse: ameaçou incendiar a cidade, e conseguiu assim uma capitulação pela qual no prazo de 15 dias lhe seriam pagos 610,000 cruzados em dinheiro, 100 caixas de assucar, e 200 bois para provimento da sua gente, conservando em refens 12 dos principaes officiaes portuguezes.

Para coroar tão degradante série de catastrophes, assignou Francisco de Castro Moraes o seu nome em uma tal capitulação, julgando-se feliz em poder por esse preço resgatar no dia 10 de Outubro de 1711 a cidade, que desde 22 de Setembro achava-se completamente em poder do inimigo.

Quando no dia seguinte (11 de Outubro) Antonio de Albuquerque C. de Carvalho chegou de Minas com reforços de 3,000 homens de infantaria e cavallaria, ainda quiz tentar alguma cousa contra os invasores, mas foi contido pelas clausulas da capitulação assignada, e que devia produzir os seus effeitos. A contribuição foi paga com dinheiro tirado da casa da moeda, dos cofres da fazenda, dos orphãos, dos ausentes, da Bulla, dos Padres da Companhia, dos Religiosos de S. Bento, de diversos particulares, e 10,000 cruzados do proprio bolso do Governador. Além da contribuição tinham os Francezes obtido em esbulho ou saque para cima de 12 milhões de cruzados: só no Convento de Santo Antonio o esbulho tinha ido a mais de 2 milhões de cruzados. Avalia-se em mais de 6 mil contos a perda dos particulares, e para mais de 12 mil contos os prejuizos do Estado, tendo ficado perdida toda a esquadra portugueza encalhada, e parte incendiada por Gaspar da Costa.

O resgate foi concluido no dia 4 de Novembro, quando os Portuguezes pagaram a ultima prestação,

e foi-lhes de novo entregue a cidade por Duguay Trouin, que só conservou a ilha das Cobras, Villegaignon, e os fortes da entrada da barra.

No dia 13 de Novembro Duguay Trouin fez-se á vella do porto do Rio de Janeiro; tentou ainda em viagem assaltar a cidade da Bahia; mas por causa dos ventos contrarios seguiu directamente para França, levando além de valiosissimos despojos, cêrca de 500 homens da expedição de Duclerc. Apezar de graves prejuizos na viagem, taes como a perda de 2 navios, *O Fiel* e *O Magnanimo*, com 1,200 homens de equipagem, e levando 600,000 libras em ouro e prata (valor em moeda franceza), ainda pôde, chegando á França, dar um dividendo de 92 por cento sobre o custo da expedição.

A indignação geral levantada contra Francisco de Castro Moraes era forte de mais para que elle continuasse a manter as redeas do governo da capitania: Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em virtude da Carta Régia, que estatuia que em qualquer occasião que viesse ao Rio de Janeiro, tomasse conta da administração publica, foi posto á frente do Governo, que conservou até 7 de Junho de 1713.

No anno seguinte ao da invasão de Duguay Trouin, Francisco de Castro Moraes foi processado e condemnado a degredo perpetuo na India: a mesma alçada, que o condemnou, foi sentenciando tambem os outros culpados do pessimo procedimento que tiveram contra o inimigo.

LIÇÃO XXV

Desenvolvimento e progresso do Brazil no reinado de D. João V.

Por morte de D. Pedro II (9 de Dezembro de 1706) subiu ao throno D. João V, que foi acclamado a 5 de Janeiro de 1707. Já tratámos de alguns acontecimentos que se deram no Brazil durante o seu reinado, como as guerras civis dos *Emboabas* e dos *Mascates*, invasões de Duclerc e Duguay Trouin, e restituição da Colonia do Sacramento a Portugal. Passemos agora a tratar mais detalhadamente dos progressos que o paiz póde ir fazendo, preparando de alguma fórma o seu engrandecimento futuro.

A 4 causas attribue o Sr. Dr. Macedo o desenvolvimento do Brazil por esses tempos:—1ª, descriminação das autoridades administrativa e judiciaria; 2ª, descobrimento das minas auriferas pelos Paulistas; 3ª, povoação dos territorios de Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso; e 4ª, a attenção para a colonisação do sul do Brazil para fazer frente aos Hespanhoes do Prata.

Em referencia á primeira causa temos a dizer que o Governo Portuguez, attendendo, embora tarde, a uma das regras essenciaes de uma boa administração publica, ordenou a descriminação das autoridades administrativas e judiciarias, estatuindo que os Ouvidores das Capitanias ficassem sujeitos á Relação da Bahia, e os Ouvidores do Pará e do Maranhão ficassem dependentes directamente dos tribunaes de Lisboa. Os Governadores Geraes do Brazil foram considerados como Delegados directos do Soberano, 1714, e tiveram melhoramentos nos seus vencimentos, que foram elevados a 4:800$000 annualmente, sendo o Marquez de Angeja o primeiro Governador Geral que teve esse ordenado.

Quanto á segunda e terceira causas, isto é, desco-

brimento de minas, e povoação dos territorios de Minas Geraes, Goyaz, e Matto Grosso, vejamos o que havia.

Desde meiados do seculo XVI que Portugal porfiava em promover o desenvolvimento de minas no Brazil, e que os Paulistas se atiravam a expedições pelo interior do paiz. Antes de proseguirmos cumpre-nos observar que, como muito bem pondera o Sr. Capistrano de Abreu na sua magnifica These de concurso, « as montanhas foram sempre a balisa, o pharol, que tiveram aquelles homens emprehendedores, e os rios foram os caminhos que seguiram de preferencia. » Entre os rios que seguiram sobresaem o Tieté, o Parahyba e o S. Francisco. — Acompanhando o Tieté foram elles ter a Minas Geraes, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Goyaz e Matto Grosso; seguindo o Parahyba devassaram a zona correspondente aos territorios de S. Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro; margeando o S. Francisco e seus affluentes foram ter a Goyaz, sertão da Bahia, Piauhy, Ceará, Minas Geraes, Espirito-Santo e norte do Rio de Janeiro.

Até meiados do seculo XVII os Paulistas lucravam mais com as expedições para escravisar indios e contra as reducções dos Jesuitas do Paraguay e Uruguay do que nas suas tentativas de encontrar ouro; mas acontecia muitas vezes, que esses bandeirantes achavam minas auriferas, sem nellas pensar, como succedeu com Pascoal Paes de Araujo e Antonio Pires de Campos.

Durante o dominio hespanhol tinha-se tornado mais positivo o descobrimento de algumas minas ao sul do Brazil, como se deprehende da nomeação de Salvador Corrêa de Sá para superintendente das minas do Espirito Santo e S. Vicente (Paranaguá). D. Francisco de Souza foi nomeado depois para o mesmo cargo, e entre as causas de sua nomeação entrava de certo o presente que fizera a Filippe III (1599) de um rozario, que tinha as contas de ouro massiço *extrahido de terrenos auriferos do Brazil.*

Em 1603 Filippe III fez publicar o seu 1.º Regimento para a mineração do Brazil e em 1618 publicou um

outro. Por esses Regimentos a Corôa mandava estabelecer casas de fundição, onde o ouro e todo o metal, pesado e registrado á entrada, seria outra vez registrado e marcado depois de fundido e refinado, deduzindo-se então o *quinto*, que pertencia ao Estado. O descobridor teria de privilegio uma mina de 80 varas sobre 40, e mais uma de 60 sobre 30 na mesma béta, ambas á sua escolha, entremeando comtudo 120 varas de uma á outra: tinha além d'isso algumas outras vantagens menores. Ao Provedor competia a inspecção das minas. Aos mineiros concediam-se as prerogativas de não poderem ser presos por divida emquanto estivessem trabalhando nas minas, nem soffrer penhora nos escravos, instrumentos, provisões e cousas necessarias para seus trabalhos; mas tambem a pena por vender, trocar, dar, embarcar ou possuir ouro não contrastado, era de morte e sequestro dos bens, sendo dois terços para a corôa e o resto para o denunciante.

Os Hollandezes tiveram tambem idéas de achar minas nas capitanias por elle conquistadas, e para esse fim (3 de Setembro de 1641) partiu do Recife uma expedição, commandada pelo Governador da Parahyba, Elias Herckmans, amigo intimo de Mauricio de Nassau, para o descobrimento de minas de ouro no sertão; mas essa expedição foi infructifera, apezar de ter-se guiado pelas informações de um velho portuguez, Manoel Rodrigues, que já em 1625 emprehendera igual viagem.

Terminada a occupação hollandeza, o Governo de Portugal não perdeu occasião de incitar o gosto aventureiro para o descobrimento do ouro e pedras preciosas no Brazil. A 19 de Maio de 1664 mandou uma provisão conferindo o titulo de administrador do descobrimento das minas de esmeraldas na provincia do Espirito Santo a Agostinho Barbalho de Bezerra. Logo em 27 de Setembro d'esse mesmo anno veiu uma Carta Régia aos Paulistas convidando-os a prestarem auxilio a Agostinho Barbalho de Bezerra, Governador do Rio de Janeiro e S. Paulo, incumbido das explorações das minas, e promettendo recompensas aos que n'este mister se distinguissem. N'essa

mesma data o Rei D. Affonso VI dirigiu tambem uma carta a Fernão Dias Paes, incitando-o ao descobrimento de esmeraldas.

Entre as expedições de Fernão Dias Paes sobresae a que fez partindo de S. Paulo (21 de Julho de 1676) com uma grande comitiva em que ia tambem seu filho Garcia Rodrigues Paes. Só 5 annos depois foi que os expedicionarios descobriram no *Serro Frio* minas de ouro, esmeraldas e outras pedras preciosas, fallecendo o chefe d'esses bandeirantes perto do Rio das Velhas, quando voltava para S. Paulo.

Garcia Rodrigues Paes apresentou ao administrador geral das minas, D. Rodrigo Castello Branco, amostras das esmeraldas achadas por seu pai, levou-as a Lisbôa, e foi nomeado capitão mór das entradas e descobrimentos de esmeraldas.

Pouco tempo depois (1687) Antonio Rodrigues Arzão, natural de Taubaté, fazendo uma entrada pelo sertão do Caeté descobriu as minas de ouro do Rio Doce, deixando o itinerario de sua viagem a seu cunhado Bartholomeu Bueno de Siqueira.

Este continuou as explorações (1693) em que tomaram parte Carlos Pedroso da Silveira e outros, e veiu ao Rio de Janeiro apresentar ao Governador amostras do ouro das minas de Cataguazes, sendo por isso nomeado capitão mór de Taubaté, provedor dos reaes quintos, com ordem de estabelecer uma fundição naquella villa. O ouro dessas amostras foi pelo Governador do Rio de Janeiro, Sebastião Rodrigues Caldas, remettido para Portugal (1695).—O Governo de metropole ficou tão satisfeito que por Carta Régia de 27 de Janeiro de 1696 ordenou ao Governador Geral do Brazil que promettesse premios e honras da real casa, habitos das tres ordens militares do reino e outras graças aos que se occupassem com trabalhos de mineração.

Bartholomeu Bueno de Siqueira foi continuando as explorações de seu cunhado Arzão nos sertões do Caeté, conseguindo extrahir grande porção de ouro.—Os arraiaes estabelecidos por essas e outras expedições dos mineiros foram-se desenvolvendo, e constituiram para o futuro as cidades de Marianna, Ouro Preto,

Caeté, Pitanguy, etc., da actual provincia de Minas Geraes.

Um dos notaveis descobridores dessa época foi Manoel de Borba Gato, genro de Fernão Dias Paes, e a quem tinham sido registradas as minas do Sabará (1700). Brigando com D. Rodrigo Castello Branco, mandou matal-o; com receio de perseguições foi para as nascentes do Rio S. Francisco com os seus sequazes, sendo elles os primeiros que ahi se estabeleceram.

E' do gado que esses expedicionarios levavam que provieram quasi todas as actuaes boiadas de Minas Geraes. Retirando-se depois para o Rio Doce, Manoel de Borba Gato, por intermedio do Governador do Rio de Janeiro, Arthur de Sá Menezes, obteve perdão revelando a existencia das minas pelas circumvisinhanças do Rio da Velhas (Sabará), e mais tarde teve ainda o posto de Tenente General.

Pela mesma época (1701) Leonardo Vardez descobriu as minas do Caeté, e Thomé Cortes d'El-Rei e José de Siqueira Affonso, acompanhando o curso do Rio das Mortes, encontraram outras minas auriferas, dando principio ás povoações, hoje cidades de S. João d'El-Rei e de S. José.

Publicou então o Governo Portuguez um novo Regimento para as minas (19 de Abril de 1702) marcando as attribuições dos superintendentes, guardas-móres e officiaes, e modificando as concessões das duas datas ao descobridor, que não teria a segunda sem lavrar a primeira, as datas aos mineiros regular-se-hiam pelo numero de escravos empregados (duas e meia braças cada um); além dos seus quintos a Corôa tinha uma data no melhor logar, depois de ter o descobridor escolhido as suas duas; as datas reaes podiam ser arrematadas em hasta publica, etc.—Este Regimento foi modificado pela Carta Régia de 7 de Maio de 1703, e ulteriores disposições.

Sendo extraordinaria a affluencia dos aventureiros, deram-se tambem rivalidades e conflictos, que motivaram repetidas scenas de sangue; a mais notavel foi a chamada *Guerra dos Emboabas*, da qual já nos occupámos.

Depois de creada a capitania de S. Paulo e Minas

Geraes (1710) a experiencia mostrou logo que era por demais extensa para um só governador tomar conta: as sublevações eram frequentes, e custava bastante suffocal-as, como aconteceu ao Conde de Assumar com uma grande revolta originada pelo estabelecimento das *Casas de fundição* (1720), para a cobrança dos quintos. Resolveu portanto o Rei crear, como de facto creou, a Capitania Geral de Minas Geraes, independente da de S. Paulo (2 de Dezembro de 1720), e nomeou para 1º Governador e Capitão General a D. Lourenço de Almeida, que tomou posse aos 18 de Agosto de 1721. Foi durante a sua administração que tornaram-se conhecidas as minas de Arassuahy, e que foram descobertos os diamantes do Serro do Frio (1729). Pretendem alguns autores que fosse Bernardo da Fonseca Lobo quem no Serro do Frio (1727) descobriu o 1.º diamante no Brazil; outros dizem que foi Sebastião Leme do Prado, no Ribeiro Manso, affluente do Jequitinhonha (1725).

A lavra diamantina foi regulamentada pelo Governador de Minas Geraes, D. Lourenço de Almeida, que impoz a capitação de 5$000, de cada um escravo; — o Conde das Galvêas elevou essa capitação a 25$600, e depois a 40$000 — Em 1734 foi creada a intendencia dos diamantes; o Desembargador Raphael Pires Pardinho, o 1º nomeado para esse cargo, demarcou o districto defezo e tornou cada vez mais oppressivas as disposições regulamentares. Para maior gravame a Metropole publicou uma Lei (22 de Dezembro de 1734) declarando que todos os diamantes e pedras preciosas encontradas no Brazil, de 20 quilates para cima, pertenceriam á Corôa e seriam remettidas para Lisbôa.

O governo de Portugal, não satisfeito com os resultados obtidos por esses meios e não querendo fazer a lavra por sua propria conta, ordenou que se arrematasse por contracto, modificando a lei de 22 de Dezembro.— O 1.º contracto foi feito com o Sargento Mór João Fernandes de Oliveira, de sociedade com Francisco Ferreira da Silva, e vigorou por 4 annos, 1.º de Janeiro de 1740—a 31 de Dezembro de 1743, trabalhan-

do com 600 escravos, e pagando 230$000 pela capitação annual, de cada escravo. — Os contractadores lucraram bastante, e assignaram um 2.º contracto nas mesmas condições. Houve grande abundancia de diamantes, principalmente por causa do contrabando e dos *garimpeiros*, que exerciam a mineração furtiva, e clandestina (*garimpo*).

O 3.º contracto ou *dos Caldeiras* foi feito com Felisberto Caldeira Brant, vigorando de 1.º de Janeiro de 1748 a 31 de Dezembro de 1751. Felisberto associou-se a seus 3 irmãos Sebastião, Joaquim e Conrado, e foi-lhe concedido ter tambem 200 homens minerando nos Rios Claro e Pilões, em Goyaz. Depois da prisão de Felisberto o Governo Portuguez tomou a si o trafego da lavoura diamantina, cujo monopolio ainda hoje pertence ao Governo Imperial.

Em referencia aos *quintos* do ouro cumpre-nos dizer que muitas foram as incertezas de Portugal na maneira de tributar o ouro. No preambulo da Lei de 3 de Dezembro de 1750 dizia o Governo ter experimentado 12 methodos de arrecadação do direito do quinto, desde o Alvará de Agosto de 1618, não se tendo encontrado vantagem ou commodo algum em qualquer d'elles.

Segundo o Sr. Dr. Felicio dos Santos, nas suas *Memorias do Districto Diamantino*, a cobrança do quinto do ouro vigorou até 1713; para libertarem-se da capitação estabelecida no tempo de A. de A. Coelho de Carvalho, os povos ajustaram com o Governador D. Braz Balthazar da Silveira pagar 30 arrobas de ouro por anno (1714), ficando abolido o quinto e levantados os registros do caminho.

Renovaram-se esses ajustes de anno em anno, elevando-se ás vezes as contribuições. Mandando a Carta Régia de 29 de Outubro de 1733 estabelecer novamente a capitação, e além d'isso o censo de industria, o Governador Conde das Galvêas acceitou em troco a contribuição annual de 100 arrobas de ouro pelos quintos, se tanto não produzissem as casas de fundição. A 1.º de Julho de 1735 estabeleceu-se de novo a capitação, até 31 de Julho de 1751, quando novamente se estabeleceu o quinto.

Bahia. — Na actual provincia da Bahia é que tiveram começo as primeiras expedições para o descobrimento de pedras preciosas e minas auriferas, com as expedições de Sebastião Fernandes Tourinho, 1573, pelos rios Doce e Jequitinhonha, — Antonio Dias Adorno, confirmando os resultados da de Tourinho, e voltando pelo rio das Caravellas,—Domingos Martins Cão (o Mata-Negro), — Marcos de Azeredo pelos rios Doce e das Caravellas, — Gabriel Soares de Souza, pelo rio S. Francisco, — Pero Coelho de Souza, pelo interior do Ceará,—Melchior Dias Moreya, pelo sertão da Bahia, e outros de menor importancia.—As expedições de Melchior Dias Moreya confundidas como sendo de seu legendario filho *Roberio Dias* Moribéca, mostravam com uma tal ou qual certeza que havia minas preciosas pelo sertão da Bahia (Serra de Itabayana, etc.) e novas expedições foram-se formando, embora sem proveito. Os Jesuitas tambem se metteram a procurar esmeraldas, 1634—1644, mas nada conseguiram. Só em 1674 foi que Fernão Dias Paes, como dissemos, discorrendo pelos sertões do Rio Doce viu os seus esforços coroados de resultados satisfactorios. — Emquanto os Paulistas proseguiam os seus descobrimentos pela actual provincia de Minas Geraes, na Bahia ia tornando-se cada vez mais certa a existencia das minas de Itabayana, e o Governo de Portugal encarregou por Prov. de 28 de Junho de 1673 a D. Rodrigo Castello Branco do entabolamento d'essas minas acompanhado pelo capitão Jorge Soares e por Bento Surrel. —Castello Branco não deu boas contas de si, passou-se para S. Paulo e foi assassinado por Manoel de Borba Gato, quando, sem o saber, já estava demittido pelo Governo Portuguez.

Pelo mesmo tempo tornavam-se positivas as noticias das minas de Jacobina por 4 grandes folhetas de ouro extrahidas d'esse districto e apresentadas ao Governador D. João de Lencastre (1701). — O capitão Antonio Alvares da Silva encarregado do reconhecimento d'essas minas, não encontrou o logar d'ellas, mas sim o de outras. A Carta Régia de 9 de Junho de 1703 mandou trancar o caminho para essas explorações, eservando-as para melhor opportunidade. Apezar do

bando publicado pelo Governador Geral para fazer cumprir a Lei, o entabolamento das minas de Jacobina foi tendo logar por particulares contraventores, até que a Carta Régia de D. João V de 5 de Agosto de 1720 concedeu a exploração. — Pela mesma época foram sendo conhecidas e exploradas as minas do Rio de Contas e Matto Grosso, como se vê do relatorio do 1º intendente d'ellas Coronel de Engenheiros Miguel Pereira da Costa, de 15 de Fevereiro de 1721, publicado no 5º vol. das Memorias Historicas e Politicas da provincia da Bahia, por Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva.

O Coronel Pedro Barbosa Leal foi encarregado de providencias ulteriores, e fundou a villa de Santo Antonio da Jacobina, 1722, desannexada do termo da Cachoeira; a villa de Minas do Rio de Contas foi fundada pouco depois, 1723. — Apezar da opposição do Coronel Garcia de Avila Pereira por causa da occupação das suas terras, a creação da villa de Jacobina foi mantida, e quando o Coronel Pedro Barbosa Leal voltou da sua commissão trazia 4,428 oitavas de ouro dos quintos arrecadados em 1724, e tinha aberto uma estrada para communicar Jacobina com os mineiros do Rio de Contas. Por tão relevantes serviços foi elle nomeado intendente dessas minas.

Logo depois o intendente seguinte, Coronel Pedro Leolino Mariz reconheceu, 11 de Junho de 1726, as minas descobertas por Antonio Carlos Pinto no ribeirão de Nossa Senhora dos Remedios (Serra da Tromba). — Em breve o mestre de campo Domingos Dias do Prado e Sebastião Leme continuaram vantajosamente os descobrimentos das minas auriferas das cabeceiras do Rio Doce, 1727, ao passo que foram-se tambem tornando conhecidas as ricas minas de Arassuahy e do Fanado, territorios então considerados como pertencentes á capitania de Porto Seguro.

Matto Grosso e Goyaz — Compensadas como se achavam por tão brilhantes resultados, as expedições dos Paulistas não se limitavam unicamente á Capitania de Minas Geraes; irradiaram-se pela amplidão do sertão, e foram ter a Matto-Grosso e a Goyaz. — Pascoal Moreira Cabral, subindo pelo Coxipómerim, 1719,

com uma bandeira fundou nas margens d'esse rio alguns estabelecimentos de mineração, os quaes em breve mudou para o logar ao depois chamado *Forquilha*, por indicação de alguns indios do sorocabano Miguel Subtil. Tal era na Forquilha a abundancia do ouro, que com a maior facilidade em um mez extrahiram 4 arrobas d'esse metal ; em pouco tempo transformou-se esse arraial em povoação florescente, 1723, que teve o nome de Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá, Novembro de 1726. Com a affluencia de numerosos exploradores foram multiplicando-se tambem os fócos de população, e em breve surgiram as povoações de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguay Diamantino, principiada em 1728 por Gabriel Antonio Maciel, e—Pouso Alegre (actual cidade de Matto Grosso) na margem direita do Guaporé, fundada pelos irmãos Fernando e Arthur de Barros, a 6 leguas de distancia o povoado e capella de S. Francisco Xavier, por causa das minas de Sacaré descobertas pelo Paulista Antonio Fernandes de Abreu em serviço do Brigadeiro Antonio de Almeida Lara.

As hostilidades dos Payaguás e Guaycurús demoraram por algum tempo a presteza da colonisação d'essas regiões; mas afinal subjugados esses indios, e aberta uma estrada franca para Goyaz, foi Matto Grosso rapidamente augmentando de importancia, a ponto de ser elevada a Capitania independente da de S. Paulo por Carta Régia de 9 de Maio de 1748, sendo seu primeiro Governador D. Antonio Rolim de Moura (ulteriormente Conde de Azambuja), que chegou á villa de Cuyabá em 11 de Janeiro de 1751.

A descoberta e mineração de Goyaz lembra o nome legendario de Bartholomeu Bueno da Silva. Internando-se pelo sertão tinha esse Paulista partido com uma bandeira, 1682, levando comsigo um filho de 12 annos: chegando ao Rio Vermelho, onde mais tarde se fundou Villa Bôa, encontrou-se com uma horda de indios que lhes ensinou os logares em que por aquella região abundava o ouro. Para ter essas informações recorrera Bueno ao estratagema de impressionar a imaginação dos indios por meio de varios artificios, taes como o de fazer arder agua-ardente em

um prato, ameaçando incendiar com a mesma facilidade todos os rios d'aquellas paragens. Tido por feiticeiro, ou *Anhanguéra*, conseguiu saber o que desejava, obteve uma grande quantidade de ouro, escravisou um bom numero de indios, e voltou para S. Paulo, onde pouco depois morreu. O Governador de S. Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes em 1722 mandou ao filho d'esse Bueno tentar no mesmo sentido uma expedição, que foi infructifera; só tres annos depois, em uma segunda expedição Bueno da Silva conseguiu encontrar-se com alguns indios Goyazes, que o reconheceram por filho do *Anhanguera*.

Tendo sabido obter a amizade dos indios foi Bartholomeu Bueno da Silva alcançando os mais brilhantes resultados para a sua empreza, 1726, e lançando os fundamentos das povoações dos Ferreiros, Sant'Anna, Barra e Ouro Fino. De volta da sua expedição não só apresentou ao Governador de S. Paulo 8,000 oitavas de ouro, como tambem mandou de presente a D. João V uma collecção de fructas brazileiras, feitas de ouro massiço, e de tamanho natural.

Nomeado Capitão Mór das terras que descobrira, 1731, viu Bueno prosperar a sua capitania tão rapidamente, que tornou-se necessaria a creação de uma Comarca, 11 de Fevereiro de 1736, tendo por capital Villa Bôa. Para serem attendidas outras disposições em referencia a Goyaz tinha-se reunido (1735) em S. Paulo no palacio e em presença do Capitão General Conde de Sarzedas, uma Junta que entre outras medidas de secundaria importancia, propoz o seguinte: 1.° que só houvesse aberto para as minas o caminho de S. Paulo; 2.° que se prohibisse o curso da moeda cunhada; 3.° que se transferisse para o arraial da *Meia Ponte* a casa de fundição de S. Paulo; 4.° que se fundassem duas villas, uma n'aquelle arraial e outra em Sant'Anna; 5.° que se creassem capitanias e governos separados em Goyaz e Matto Grosso.— Essas medidas foram acceitas e mandadas executar pelo Governo Portuguez, que por Alvará de 8 de Novembro de 1744 creou a Capitania Geral de Goyaz independente da de Minas Geraes, sendo seu 1.° Go-

vernador D. Marcos de Noronha (depois Conde dos Arcos), 8 de Novembro de 1749.

As mesmas causas que tinham influido para as novas divisões politico-administrativas no Brazil, influiram tambem para innovações nas divisões ecclesiasticas. Assim por Bulla de Clemente XI, *Copiosus in Misericordia*, 13 de Novembro de 1720, foi creado o Bispado do Pará separado do do Maranhão, e suffraganeo do Arcebispado de Lisboa, sendo seu primeiro Bispo D. Frey Bartholomeu do Pilar. —O Bispado do Rio de Janeiro foi dividido em 5 partes por Bulla de Benedicto XIV, *Candor lucis eternæ*, 6 de Dezembro de 1746, creando-se os Bispados de S. Paulo e Marianna, e as Prelazias de Goyaz e Cuyabá. D. Bernardo Rodrigues Nogueira foi o 1º Bispo de S. Paulo, e D. Frey Manoel da Cruz o 1º de Marianna.

As 2 prelazias de Goyaz e Cuyabá foram preenchidas só muito mais tarde. —A de Goyaz ficou sujeita ao Bispado do Rio de Janeiro até 1818, e a de Cuyabá só foi occupada em 1808 pelo Dr. D. Luiz de Castro, ao depois Bispo de Ptolomaida *in partibus*.

Para terminarmos esta interessante lição resta-nos tratar da 4ª causa que promoveu o desenvolvimento do Brazil no reinado de D. João V, isto é, a attenção para a colonisação do sul, afim de fazer frente aos hespanhoes do Prata. Era muito natural que as prolongadas questões por causa dos limites meridionaes levassem o Governo Portuguez a procurar pontos de apoio proximos do logar onde se davam esses conflictos: uma das melhores posições estrategicas para esse fim era a Villa da Laguna, de que era Capitão Mór Francisco de Brito Peixoto. Foi pois reforçada por auxiliares mandados de Santos pelo Governador de S. Paulo, e chegou-se mesmo a prohibir aos estrangeiros irem para lá.

Além d'isso por ordens expressas de Lisboa transmittidas pelo Governador de S. Paulo, mandou o Capitão Mór da Laguna Francisco de Brito Peixoto a João de Magalhães, que abrisse um caminho por terra á Colonia do Sacramento passando pelo Rio Grande do Sul, onde o mesmo Magalhães chegou com 300 homens, 1727.

Sendo por esses tempos a ilha de Santa Catharina abandonada pelos herdeiros do primeiro povoador, Francisco Dias Velho Monteiro, mandou o Governo Portuguez occupal-a por uma colonia açoriana, e por um forte destacamento, 1728, cujo commando confiou ao Brigadeiro José da Silva Paes. — Em virtude de ordens terminantes de Lisboa foi esse Brigadeiro ao Rio Grande do Sul, Fevereiro de 1737, e a 2 leguas da barra na margem meridional assentou os fundamentos de uma povoação, que é hoje a cidade de S. Pedro. Tão particular attenção continuou a merecer a ilha de Santa Catharina, que foi logo creada capitania, embora subalterna da do Rio de Janeiro, 11 de Agosto de 1738, tomando posse da administração o mencionado Brigadeiro José da Silva Paes, 7 de Março de 1739.

LIÇÃO XXVI

Reinado de D. José I.—Questões e lutas ao sul do Brazil. Jesuitas e sua expulsão.—O Marquez de Pombal 1750-1777.

A D. João V, fallecido em 31 de Julho de 1750, succedeu seu filho D. José I, cujo reinado constitue uma das épocas mais importantes da historia de Portugal, por causa da administração do celebre ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras (Junho de 1759), e Marquez de Pombal (17 de Setembro de 1770).— Da mesma fórma que Luiz XIII em França tinha-se resolutamente confiado no tino politico e administrativo do Cardeal Richelieu, assim D. José I, depois de ter reconhecido os dotes governamentaes do seu ministro Carvalho e Mello, entregou-lhe a direcção da administração publica.

Durante a vida de D. João V tinha Carvalho e Mello começado a sua carreira politica como Ministro Plenipotenciario de Portugal em Londres, 1739, passando depois com igual cathegoria para Vienna d'Austria, afim de restabelecer entre o Imperador Francisco I e o Summo Pontifice Benedicto XIV a boa harmonia alterada pela extincção do Patriarchado d'Aquiléa. Chamado a Portugal por influencia da Rainha D. Marianna, para tomar conta da pasta da Guerra e Estrangeiros, ainda no reinado de D. João V, sómente no tempo de D. José I foi que o novo ministro fez parte do Governo, 2 de Agosto, sob a presidencia do Cardeal Pedro da Motta; em breve, porém, o Rei foi conhecendo a superioridade do seu talento administrativo, e foi dando-lhe a direcção do Gabinete.

Ao entrar para o Governo levava Carvalho e Mello planos preconcebidos para levantar Portugal á altura das nações mais civilisadas da Europa, e para estabelecer nas altas regiões da administração publica a unidade do pensamento: em todo o decurso do seu longo ministerio teve sempre em vista imitar os grandes estadistas da França, Richelieu, Sully, Louvois e Colbert. Reformador inflexivel, é verdade que

ultrapassou em rigor ao celebre Cardeal, que conseguira amedrontar a nobreza franceza com as execuções de Montmorency, Chalais, Cinq Mars, e de Thou; mas em promover o desenvolvimento da industria e do commercio do seu paiz igualou em muitas occasiões aos estadistas, que tomára por modêlos.

Um dos primeiros actos da sua politica foi restringir a autoridade da Inquisição, 1751, reduzindo o *Santo Officio* a um tribunal ordinario, abolindo os *Autos* da Fé, e acabando com as designações de christãos novos e velhos. Não precisa de commentarios uma tão humanitaria medida, pois conforme diz o eminente historiador de saudosa memoria, o Sr. V. de Porto Seguro, sómente no seculo XVIII tinham sido queimados em Lisboa cêrca de 500 brazileiros, entre os quaes o infeliz poeta Antonio José da Silva.

Applicando sua particular attenção ás colonias, reformou as repartições fiscaes, protegeu o commercio do Brazil, reduziu os direitos do tabaco e do assucar, regulou (embora com mão de ferro) a extracção e o commercio de diamantes, creou a companhia de commercio do Grão Pará e Maranhão (decr. de 11 de Agosto de 1753, confirmado por Alv. de 7 de Junho de 1755), e depois a de Pernambuco e Parahyba, 30 de Julho de 1759. A creação d'essas companhias não podia deixar de estabelecer um monopolio odioso, contra o qual appareceram representações sérias, como a da *Meza do Bem Commum*, que substituira a *Junta do Commercio* em 1720; mas os defensores d'essa medida dizem que ella activava a construcção de navios em portos brazileiros, desenvolvia a plantação do arrôz e do algodão no Maranhão, e punha nas mãos dos Portuguezes o commercio, que se achava quasi inteiramente nas mãos dos Inglezes estabelecidos em Portugal.

O que é fóra de duvida é que Carvalho e Mello tanto reconheceu os inconvenientes d'esses monopolios, que ao fim de vinte annos concedidos para a duração dos privilegios d'essas companhias, não lh'os renovou. O que é para lamentar, é que, para firmar a protecção d'essas companhias, tivesse o Ministro mandado castigar com a mais descommunal severidade os signata-

rios da representação da *Meza do Bem Commum* por meio de prisões, deportações e degredo.

Uma das cousas que mais prendeu a attenção de Carvalho e Mello, logo que tomou conta do Governo, foi a execução do tratado de Madrid, de 13 de Junho de 1750, principalmente no que dizia respeito á demarcação de limites do Brazil com as possessões hespanholas. A Hespanha encarregára ao illustre peruano Marquez de Valdelirios, e Portugal confiou ao Capitão General Gomes Freire de Andrade a demarcação dos limites meridionaes e a troca da Colonia do Sacramento pelos 7 Povos das Missões. Esses 7 povos eram 7 aldêas de Guaranys, Tapes e Charrúas, dirigidas pelos Jesuitas, e sob a invocação de S. Borja, S. Angelo, S. João Baptista, S. Nicoláo, S. Luiz, S. Miguel e S. Lourenço.

Gomes Freire de Andrade partiu expressamente para o Rio da Prata para desempenhar a sua commissão, 19 de Fevereiro de 1752, e depois de conferenciar com o outro commissario seu collega, principiou com elle a demarcação pelas aguas vertentes até perto de Santa Tecla, quando foi apparecendo opposição vigorosa da parte dos indios. Essa opposição foi tornando-se cada vez mais energica, e quando os dous Commissarios pensavam encontrar apenas hordas de gentio indisciplinado, tiveram de fazer frente a indios arregimentados pelos Jesuitas, entre os quaes dizem que sobresahiam o Superior Padre Mathias Strobel e o Padre Lourenço Balda, Cura de S. Miguel, a quem muitos reputavam como o principal director da guerra.

Embora vencesse aos Indios, Gomes Freire de Andrade não póde arcar com as difficuldades que foi encontrando, entre as quaes não era de menos monta a má coadjuvação da parte de D. José de Andonaegui, Governador de Buenos-Ayres, e principalmente do seu successor D. Pedro de Ceballos, amigo decidido dos Jesuitas e acerrimo inimigo dos Portuguezes. As desintelligencias sobre a cabeceira principal do Ibicuy foram aggravando-se cada vez mais com outras questões, e o Commissario portuguez teve que retirar-se para o Rio de Janeiro em principio de 1759, sem ter podido obter resultado algum proveitoso, e depois de

ter sido gasta por Portugal uma somma avultadissima, que Lord Kinnoul nos seus despachos avalia em 3 milhões sterlinos.

Se no sul tão mal succedidos tinham sido os trabalhos pela demarcação de limites, no norte acontecia outro tanto: o Commissario hespanhol D. José de Iturriaga, e o Commissario portuguez, a principio o Capitão General do Maranhão, Francisco Xavier Furtado de Mendonça, 1753, e depois o Governador de Matto-Grosso D. Antonio Rolim de Moura, esbarraram-se com difficuldades invenciveis, que attribuiram ás hostilidades dos Jesuitas, que faziam retirar das aldêas todos os mantimentos, remadores e canôas.

Começou então a germinar na cabeça de Sebastião José de Carvalho e Mello um pensamento de desforra e de vingança, que em breve tinha de produzir effeitos importantissimos. Como pano de amostra das suas represalias contra a Companhia de Jesus, mandou o ministro publicar uma Bulla de Benedicto XIV de 1741, prohibindo a todos os seculares, ou religiosos de qualquer ordem (e portanto os Jesuitas), comprar, vender, dar, ou receber em escravidão os Indios, separal-os das suas familias, prival-os de seus bens, e coarctar-lhes de qualquer fórma a liberdade.

Como corollario d'essa medida, Carvalho e Mello decretou logo depois *a emancipação dos Indios do Pará e Maranhão*, 6 de Junho de 1755, e em seguida *a de todos os Indios do Brazil*, 8 de Maio de 1758; mas para haver algum senão a tão humanitaria medida, desvirtuava-a d'ahi ha pouco esse ministro com a expulsão dos Jesuitas, unicos agentes (como diz o insuspeito Robert Southey) para poderem realisar o projecto da verdadeira emancipação e civilisação dos indios.

Não fallarei dos assignalados serviços prestados por Sebastião José de Carvalho e Mello por occasião do terremoto de Lisboa, 1º de Novembro de 1755; pertencem ao dominio da Historia Geral nem entrarei igualmente na narração da repressão sanguinaria dos tumultos do Porto por causa da Companhia privilegiada dos vinhos do Alto Douro, 1757; nem tão pouco tratarei da carnificina juridica, execuções horrorosas, e

prisões martyrisadoras dos implicados na celebre conspiração regicida do Duque de Aveiro, 3 de Setembro de 1758. Bastar-me-ha lembrar que foi essa conspiração a occasião tão habilmente aproveitada pelo Conde de Oeiras para liquidar as suas contas com a Ordem dos Jesuitas, julgada injustamente cumplice do attentado contra o Soberano. A Ordem foi expulsa de todos os dominios sujeitos á corôa de Portugal, 3 de Setembro de 1759, sendo-lhes confiscados todos os seus bens por Alv. de 25 de Fevereiro de 1761.

Antes d'esse desfecho terminante, o Cardeal Saldanha tinha sido pelo Papa Benedicto XIV encarregado de reformar a Companhia de Jesus, e por um mandamento prohibiu aos Jesuitas o commercio que faziam, tendo armazens publicos, em que se achavam todas as mercadorias da Asia, Europa, Africa, e America. O Cardeal Patriarcha de Lisboa prohibiu-lhes além d'isso a confissão, e a pregação em toda a sua diocese, sendo imitado por todos os Bispos de Portugal. O infeliz *Malagrida*, envolvido no processo da conjuração do Duque de Aveiro por ser confessor de algumas pessoas da familia dos Tavoras, foi julgado pelo tribunal da Inquisição e condemnado a ser queimado vivo, não por crime de lesa-magestade e de alta traição, mas sim pelo de heresia.

Depois de ter o Conde de Oeiras expulso os Jesuitas de Portugal e seus dominios, não descansou emquanto não obteve a coadjuvação das tres côrtes bourbonicas, França, Hespanha, e Napoles, para conseguir do Papa Clemente XIV (Ganganelli) a abolição da Companhia de Jesus pela Bulla *Dominus Redemptor*, de 23 de Julho de 1773.

Partilhando nós a opinião d'aquelles que pensam que a Companhia de Jesus não devia ser abolida, e sim reformada, não podemos deixar de apreciar o juizo de um historiador insuspeito, tanto mais que era protestante, *Roberto Southey*, em relação á falta sensivel que essa suppressão occasionou no Brazil, principalmente em referencia aos Indios, muitos dos quaes abandonaram as aldêas

em que se tinham fixado, e voltaram de novo para a vida nomada e selvagem.

Em relação á extincção dos Jesuitas na Europa, bastará dizermos que um dos soberanos mais esclarecidos da Prussia, um dos maiores propugnadores das idéas de reforma no seculo XVIII, Frederico II, não trepidou em recebel-os em seus Estados. Tanto a côrte de Roma reconheceu mais tarde a injustiça, que tinha commettido, que o Summo Pontifice Pio VII restabeleceu a Companhia de Jesus em 1814, e, se bem que essa Ordem não disponha hoje da sua antiga influencia, no entretanto ainda tem um prestigio não pequeno.

Voltando, porém, nós ao Marquez de Pombal, vejamos a continuação da sua historia, principalmente no que diz respeito ao Brazil. Um dos melhores serviços que elle prestou foi incontestavelmente o ter feito reverter para o Estado as diversas capitanias que ainda se achavam em poder dos herdeiros dos primeiros donatarios. Essas capitanias foram, segundo o Sr. Visconde de Porto Seguro:

1ª *Cametá*, de Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, por 1:200$000.

2ª *Ilha de Joannes*. Titulo de visconde de Mesquitella e 60.000 cruzados, de que se lhe passaria padrão de juro á razão de 3.000 cruzados por anno nos effeitos de ultramar (Decr. de 29 de Abril de 1754).

3ª *Caethé*. Porteiro-mór José de Mello e Souza, pensão de 600$000.

4ª *Cumá*. Estava unida á primeira.

5ª *Itamaracá*. Comprada aos Marquezes de Louriçal, herdeiros do Marquez de Cascaes.

6ª *Reconcavo da Bahia*. Do Armador Mór José da Costa e Souza, pela pensão de 600$000.

7ª *Itaparica*. Como a 5ª.

8ª *Dos Ilhéos*. Titulo de Conde de Rezende e pensão de 2:000$000.

9ª *Porto Seguro*. Confiscada á casa do Duque de Aveiro.

10ª *Campos dos Goytacazes*. Aos Viscondes de Asseca, padrão de 1:600$000.

11ª *S. Vicente*. Ao Conde da Ilha do Principe,

pelo titulo de Conde de Linhares e um padrão de 1:600$000 de juro.

Além da reversão d'essas capitanias hereditarias á Corôa, prestou mais o Marquez de Pombal ao Brazil outros serviços notaveis, entre os quaes mencionaremos o ter acabado com a obrigação onerosa de serem as viagens dos navios mercantes feitas unicamente em frotas, o ter protegido a construcção naval brazileira, dando preferencia aos navios construidos no Brazil, a fundação de uma Relação no Rio de Janeiro, 1751, a creação de escolas publicas nas diversas capitanias, a regularisação da arrecadação dos direitos da Fazenda, a protecção dada a muitos brazileiros distinctos, como o Bispo D. Francisco de Lemos, seu irmão João Pereira Ramos, e José Basilio da Gama.—A prohibição expressa de se mandarem moças brazileiras para serem educadas nos conventos de Portugal, Hespanha, e Italia, e lá ficarem, privando ao Brazil de outras tantas mãis de familia, é tambem um serviço que a nossa Historia Patria registra com a maior satisfação.

O que ao historiador custa realmente mencionar é a repercussão, que se deu nas nossas regiões do sul por causa das guerras com os Hespanhóes em consequencia da luta travada entre as 2 metropoles pelo celebre Pacto de Familia. Na Europa Portugal sahiu-se victorioso nos diversos recontros que teve que sustentar contra a Hespanha durante essa guerra; mas no Brazil as operações militares correram desastradamente.

O Governador de Buenos Ayres, D. Pedro de Ceballos, atacou com 6,000 homens a Colonia do Sacramento, e tomou-a por capitulação vergonhosa do Governador Vicente da Silva da Fonseca, a quem sobravam meios de resistencia, e immediatamente foi apossando-se de diversos pontos da capitania de S. Pedro do Sul, conservando-os os Hespanhóes em seu poder durante o periodo de 10 annos, mais ou menos. Feita a paz na Europa pelo tratado de Fontainebleau de 1763, cumpria pelo art. 20 proceder-se na America á restituição dos territorios tomados; mas os Hespanhóes do Prata encobertaram-se com um ajuste feito

a 6 de Agosto do mesmo anno, entregaram unicamente a Colonia do Sacramento, e guardaram o que tinham tomado no Rio Grande do Sul, 24 de Dezembro.

Logo no principio das hostilidades reconhecêra o Marquez de Pombal a inconveniencia de conservar-se a séde do governo do Brazil na cidade da Bahia, e transferiu-a para o Rio de Janeiro, elevando o Brazil á cathegoria de Vice-Reinado por Carta Régia de 27 de Janeiro de 1763.—Tendo fallecido o Conde de Bobadella, Gomes Freire de Andrade, antes de lhe chegar a nomeação para o novo titulo, foi o 1.º Vice-Rei D. Antonio Alvares, Conde da Cunha, que governou de 1763 a 1767.—O 2.º foi D. Antonio Rolim de Moura, Conde de Azambuja até 1769.—O 3.º foi D. Luiz de Almeida Portugal, Marquez do Lavradio, até 5 de Abril de 1779 (*a*).

Aguardando occasião opportuna para desforra contra os visinhos do Prata, o Governador do Rio Grande do Sul, José Custodio de Sá Faria, conseguiu expellir o inimigo da margem do norte, 1.º de Julho de 1767, e os Portuguezes não descançaram até obter a entrega da villa do Rio Grande, depois da derrota do Brigadeiro D. José de Molina.

A Hespanha, á frente de cujo governo achava-se então D. José de Moniño, mais conhecido pelo titulo de Conde de Florida Blanca, resolveu vingar-se, e mandou uma esquadra de 12,000 homens de desembarque (9 000 diz Southey), sob o commando em chefe do intelligente e experimentado D. Pedro de Ceballos, como Vice-Rei do Prata. Em pouco tempo foi a ilha de Santa Catharina conquistada por capitulação *indigna* do Governador Antonio Carlos Furtado de Mendonça, 20 de Fevereiro de 1777, e a colonia do Sacramento pouco depois (31 de Maio) por

(*a*) Os outros Vice-Reis foram:—4.º Luiz de Vasconcellos e Souza, até 9 de Junho de 1790;—5.º Conde de Rezende (D. José Luiz de Castro) até 14 de Outubro de 1801;—6.º D. Fernando José de Portugal (Conde e Marquez de Aguiar) até 21 de Agosto de 1806;—e 7.º D. Marcos de Noronha e Brito (Conde dos Arcos, que governou até 7 de Março de 1808, quando chegou ao Rio de Janeiro o Principe Regente D. João.

capitulação, *mas não vergonhosa*, do Coronel Francisco José da Rocha cahiu tambem em poder de Ceballos, que, para não ter um dia de entregal-a por qualquer tratado, mandou arrazal-a e obstruir-lhe o porto.

Mais longe iria D. Pedro de Ceballos com os seus planos de conquistar o Rio Grande do Sul, se, tendo fallecido D. José I, 24 de Fevereiro de 1777, o Governo de D. Maria I não firmasse em Outubro o armisticio de Madrid, precursor do lamentavel tratado de Santo Ildefonso, 1.º de Dezembro, concebido pelo intelligente Conde de Florida Blanca, pelo qual a Hespanha restituia a ilha de Santa Catharina e suas dependencias, mas ficava para sempre com a Colonia do Sacramento, as Missões do Uruguay, e uma bôa parte do territorio do Sul.

E' provavel que se o Marquez de Pombal tivesse continuado no ministerio, o Governo Portuguez não teria assignado um tratado como esse, dictado pela injustiça e acceito pela fraqueza. A missão politica, porém, do Marquez estava concluida: logo depois da morte de D. José I pediu elle a sua demissão, que immeditamente lhe foi concedida, e D. Maria I entregou a direcção do Estado a outros ministros.

Depois de ter respondido a um longo processo, foi o Marquez de Pombal por Decreto de 16 de Agosto de 1781 mandado conservar-se a 20 leguas da côrte, em cujo desterro já se achava: pouco tempo mais tambem viveu, pois falleceu a 8 de Maio de 1782.

Quanto á sua administração, se a Historia imparcial cita actos que realmente assignalam um talento superior e um grande tino administrativo, tambem registra actos do maior rigor e da mais fria crueldade, embora acobertada pelas leis da época. Honram a sua memoria — os serviços prestados por occasião do terremoto de Lisbôa, e a reconstrucção da cidade baixa, — a reforma do erario régio, e da Universidade de Coimbra, — a extincção dos autos da Fé e a cessação das qualificações de christãos novos e velhos, — a fundação do Collegio dos Nobres, da Imprensa régia de Lisbôa, de escolas regulares nas diversas capitanias do Brazil, do tribunal da Relação no Rio de Janeiro, — a reorganisação do exercito e da marinha, — a protecção á agri-

cultura e a diversas industrias, — a cessação do monopolio do contracto do Tabaco, — a reconstrucção das praças fortes do Reino, — a creação do Vice-Reinado do Brazil, etc.

São nodoas indeleveis, que mancham a sua gloria — a repressão sanguinaria dos tumultos do Porto, — a severidade exercida contra os signatarios da representação da Mesa do Bem Commum, — a Carta Régia de 19 de Junho de 1761 prohibindo a cultura da canna de assucar no Maranhão, — a Carta Régia de 30 de Julho de 1766 prohibindo no Brazil o desenvolvimento das industrias de ourives, fiadores de ouro, linhas de prata, sedas tecidas, e algodões, — a carnificina juridica dos infelizes Tavoras e Mascarenhas, que nem todos tinham tomado parte no attentado regicida do Duque de Aveiro, — a injusta perseguição a todo o transe contra os Jesuitas, que tão monumentaes serviços tinham prestado, principalmente no Brazil, — privilegios concedidos á Companhia de Commercio estabelecendo o monopolio mais revoltante, — algum descuido em relação ás operações bellicas no sul do Brazil occasionando grandes revézes, — e o orgulho desmarcado, que transsudava em todos os seus actos, *de que acima d'elle só o Rei.*

Apezar de todos esses contras, no entretanto ninguem falla do reinado de D. José I sem se lembrar do seu celebre Ministro, que, reunindo a altivez e implacabilidade de Richelieu, a subtileza e astucia de Mazarino, a obstinação e audacia de Alberoni, fez com que Portugal parasse por algum tempo no caminho da decadencia em que ia-se despenhando.

LIÇÃO XXVII

Primeiras idéas de independencia do Brazil. — Conspiração mallograda em Minas. — O Tiradentes.

Ao passo que a independencia dos Estados-Unidos da America do Norte ia na Europa fazendo apressar o movimento politico-social, que tinha de derribar o throno de Luiz XVI, e originar a Revolução Franceza com todas as suas multiplices consequencias, nas regiões sul-americanas ia ella fazendo lavrar com toda a facilidade os desejos pela liberdade no meio de populações fartas da tyrannia colonial. Os meios repressivos empregados pelas respectivas metropoles conseguiram fazer abortar alguns movimentos precoces em prol da liberdade das suas colonias, e addiar para mais tarde a hora da independencia.

O Brazil, que tinha queixas bem amargas pela maneira pela qual Portugal o governava, devia necessariamente ser influenciado pelas theorias exaradas na declaração dos direitos do Congresso Norte Americano, e pelas idéas dos grandes reformadores da época. Uma unica vez, e havia então mais de um seculo, tinha apparecido no Brazil (S. Paulo) idéas de sacudir o jugo portuguez por occasião da acclamação de D. João IV, proclamando-se *Amador Bueno*; mas a precocidade extraordinaria de semelhante tentativa, e o bom senso do proprio Amador Bueno fizeram mallograr esse pronunciamento, no qual em grande parte entravam manobras da politica hespanhola. As guerras civis que se tinham dado, como a dos *Emboabas* em Minas, a dos *Mascates* em Pernambuco, não tiveram por objectivo a independencia nacional, mas revelavam bem as animosidades que existiam entre Brazileiros e Portuguezes. As revoltas contra as autoridades constituidas tinham em algumas occasiões posto em sérios embaraços o Governo, como por exemplo: *os motins populares* no Rio de Janeiro, no tempo de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, 1660,—

a *revolta de Beckman* no Maranhão, 1684,— a *revolta mineira contra as casas de fundição* no tempo do Conde de Assumar, 1720.

Algumas medidas tomadas pelo Governo Portuguez tinham mesmo excitado uma indisposição geral da parte dos Brazileiros, *verbi gratia*: o Alvará de 5 de Janeiro de 1785 prohibindo no Brazil todas as fabricas e manufacturas de ouro, prata, seda, linho, lã, etc., exceptuando apenas os tecidos grosseiros de algodão. A Capitania de Minas Geraes tinha mesmo visto algumas ordens da metropole, desarrazoadas em extremo, serem desobedecidas por alguns Capitães Generaes bem intencionados, como aconteceu com a prohibição da abertura de estradas novas para por ellas evitar-se o extravio de ouro e diamantes, não attendido pelo intelligente Capitão General D. Rodrigo José de Menezes e Castro, Conde de Cavalleiros, que mandou abrir muitas estradas novas não só para facilitar a viação publica da capitania, como para haver caminho franco para as povoações fundadas nos sertões dos Arrepiados e do Cuyathé, e na Serra da Mantiqueira.

A antipathia e os resentimentos contra os Portuguezes naturalmente originaram desejos de independencia da parte de uma colonia, que ia em progressivo desenvolvimento, apezar do ferreo jugo a que achava-se sujeita. Esses desejos pela liberdade augmentavam-se com as idéas espalhadas por alguns jornaes e livros vindos da Europa, e por diversos Brazileiros, que, tendo ido estudar em Portugal, em França e Inglaterra, na sua volta mostravam enthusiasmo pela independencia dos Estados-Unidos, e pelas theorias de Franklin, Jefferson, Washington, etc.

Entre os Brazileiros, que tinham ido á Europa educar-se, uns 12 estudantes, que frequentavam a Universidade de Coimbra, chegaram mesmo a phantasiar os meios possiveis de se declarar a independencia do Brazil. Alguns d'esses enthusiastas encontraram-se em Montpellier, 1786, com outros compatriotas, entre os quaes sobresahiam os fluminenses *José Joaquim da Maia*, e *José Marianno Leal*, e o mineiro *Domingos Vidal Barbosa*.

Para melhor realisarem o seu *desideratum*, trata-

ram de obter a coadjuvação dos Estados-Unidos da America do Norte, da mesma fórma que esses Estados tinham feito, valendo-se da França. — N'esse sentido dirigiu-se José Joaquim da Maia por Carta de 2 de Outubro de 1786 ao celebre Thomaz Jefferson, que achava-se como Ministro Plenipotenciario dos Estados-Unidos em Pariz; Jefferson respondeu que não podia sem justos motivos quebrar as relações de amisade com Portugal, em cujos portos os navios e subditos norte-americanos achavam abrigo, e com os quaes commerciavam, mas que verbalmente conversaria com José Joaquim da Maia, em Nimes, onde podiam encontrar-se.

Em Nimes o patriota brazileiro expôz com enthusiasmo ao Ministro norte-americano os seus planos e esperanças pela independencia do Brazil, principalmente se pudesse contar com a protecção dos Estados Unidos. Com a maior reserva respondeu Jefferson dizendo que antes de ter o Brazil effectuado a revolução não podia a União Norte-Americana contrahir compromissos, que deviam ferir a uma nação, da qual não tinha queixas, e com a qual acabava de celebrar um tratado de commercio; que depois de ter o Brazil por si mesmo feito a sua independencia, os Estados-Unidos não duvidariam relacionar-se com elle, e mesmo apoial-o.

Desvaneceram-se as esperanças de José Joaquim da Maia na coadjuvação estrangeira, emquanto Jefferson escrevia a John Jay sobre a conferencia que tivera, e ficava aguardando a marcha dos acontecimentos em uma espectativa amistosa. Maia retirou-se para Lisboa onde morreu, quando preparava-se a voltar ao Rio de Janeiro, e não pôde portanto influenciar em qualquer movimento emancipador que se désse no Brazil.

Outros brazileiros porém, que tinham estudado na Europa, conseguiram voltar á patria, e entre esses mencionaremos *Domingos Vidal Barbosa*, já doutorado em medicina, o qual ainda testemunhou os effeitos da má administração de Luiz da Cunha Menezes na Capitania de Minas Geraes, 1783-1788. Em seguida a esse illustre mineiro chegou o Dr. *José Alvares Maciel*, filho do Capitão-Mór de Villa Rica, e for-

mado em philosophia, tendo estudos especiaes sobre mineralogia, artes e manufacturas.

Era então Capitão General de Minas Geraes o Visconde de Barbacena, Luiz Antonio Furtado de Mendonça, 1789-1797, que entre as principaes miras do seu governo tinha a de proceder á cobrança do imposto dos quintos, atrazados de alguns annos, montando esse atrazo a enorme quantia de 3.305:472$000.

Chegando a Minas os Drs. Barbosa e Maciel encontraram muitos dos seus patricios abundando nos mesmos desejos que tinham de independencia: entre esses patricios distinguiam-se o Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, considerado como a segunda pessoa na capitania logo depois do Capitão General,—o Coronel do 1º Regimento de linha Ignacio José de Alvarenga Peixoto, poeta estimado e ex-ouvidor dos Rios das Mortes, — o Dr. Claudio Manoel da Costa, advogado e poeta distincto, — o Desembargador Thomaz Antonio Gonzaga, ex ouvidor de Villa Rica e tão conhecido pelas suas poesias a Marilia de Dircêu, — o Padre José Carlos Corrêa de Toledo, Vigario da Villa de S. José, o Padre Manoel Rodrigues da Costa, — o Capitão José de Rezende Costa e seu filho de igual nome, e o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha *O Tiradentes*.

A casa do Dr. Claudio Manoel da Costa era de preferencia o ponto usual das conferencias dos patriotas, que chegaram a idealisar uma republica com a capital em S. João d'El-Rei, uma Universidade em Villa Rica, e uma bandeira com um genio quebrando grilhões, tendo por divisa — *Libertas quæ sera tamen* — (liberdade posto que tardia). Tinham-se, porém, esquecido de designar as côres da bandeira, subentendendo-se talvez que fosse toda branca como a portugueza. O Alferes Xavier tinha proposto para armas um triangulo, symbolisando a Santissima Trindade, de que era especialmente devoto. Alvarenga lembrára o distico — *Libertas aut nihil*.

O momento escolhido para o pronunciamento da revolta seria o do lançamento da derrama para a cobrança dos quintos atrazados; mas não se devia por fórma alguma começar a revolução sem ter-se a coad-

juvação da Capitania de S. Paulo. O perspicaz Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade queria ainda mais a coadjuvação da Capitania do Rio de Janeiro, pois dizia elle (e as circumstancias em 1822 vieram confirmar o seu juizo) *juntas as tres Capitanias de Minas Geraes, S. Paulo, e Rio de Janeiro, certo seria o exito, e decisivo o triumpho* (*a*). Para obterem a coadjuvação do Rio de Janeiro partiu o Alferes José Joaquim da Silva Xavier, que foi tambem encarregado de comprar armamento.

Não sendo pouco frequente apparecer traidores em taes occasiões, houve no governo de Luiz da Cunha Menezes uma denuncia da projectada conspiração; mas esse Capitão General não lhe deu valor, attendendo á pouca ou nenhuma praticabilidade do levante. O Capitão General Visconde de Barbacena teve uma denuncia formal e circumstanciada dada pelo Coronel Joaquim Silverio dos Reis, e pelos Tenentes-Coroneis Basilio de Brito Malheiro, e Ignacio Corrêa Pamplona.

Tratou immediatamente o Visconde de Barbacena de tirar aos conspiradores o pretexto do levante suspendendo o lançamento da derrama (circular de 23 de Março de 1789); foi prevenindo-se com mais tropas e communicou a noticia ao Vice-Rei Luiz de Vasconcellos e Souza, de quem requisitou a vigilancia e prisão de Tiradentes, que devia achar-se no Rio de Janeiro. Ao passo que no Rio de Janeiro effectuava-se a prisão de Tiradentes na rua dos Latoeiros (hoje Gonçalves Dias) em uma casa onde homisiára-se, 10 de Maio de 1789, mandava o Visconde de Barbacena prender em Minas os outros indigitados na conspiração.

Installou se immediatamente a alçada, ou tribunal, que devia julgar os culpados: depois de um longo processo foi a 18 de Abril de 1792 lavrada a sentença condemnando á morte os 12 principaes chefes, ficando infamadas algumas das suas gerações, 5 dos criminosos

---

(*a*) Vid. J. N. de Souza e Silva, no seu bello trabalho *Historia da Conjuração Mineira*, pag. 112.

a degredo perpetuo, e os menos implicados a degredo temporario. A memoria do Dr. Claudio Manoel da Costa, que apparecera morto na sua prisão (provavelmente tendo-se suicidado com uma liga), 4 de Julho de 1789, foi declarada infame.

A clemencia da Rainha D. Maria I, que por si propendia para um completo perdão, veiu mitigar os horrores de uma tal carnificina, commutando a pena de morte em degredo para os chefes da conjuração, *excepto o caso de ser isso inadmissivel pela atrocidade e escandalosa publicidade do crime revestido de circumstancias que tornassem indispensavel esse castigo*, Carta Régia de 15 de Outubro de 1790.

O Alferes Joaquim José da Silva Xavier foi o unico julgado indigno da Real Clemencia, e com a maior coragem e resignação subiu ao patibulo a 21 de Abril de 1792, depois das 11 horas da manhã, no Rio de Janeiro, no Campo da Lampadosa, proximo á actual rua da Constituição. Depois de enforcado, foi o seu corpo esquartejado, salgado, e remettido para Minas, onde foi a sua cabeça exposta na praça publica de Villa Rica, e os membros espalhados pelo caminho *para terrivel escarmento dos povos*. (*a*)

Aproveitando-se da clemencia da Augusta Soberana livraram-se do patibulo e foram degradados Alvarenga para Ambaca, Gonzaga para Moçambique, Freire de Andrade para as Pedras de Ancoche, Maciel para Massangano, Luiz Vaz para Cambamba, Francisco Antonio para Bihé, Domingos de Abreu para Machimba, Salvador do Amaral para Catalá, José de Rezende Costa pai para Bissáu por 3 annos, e o filho para Cabo Verde por 3 annos, Domingos Vidal Barbosa por igual tempo para a ilha de Santiago, etc.

Os ecclesiasticos envolvidos na Inconfidencia de Minas foram sentenciados secretamente, ignorando-se até hoje o theor do accordão que os condemnou: re-

(*a*) Tiradentes tinha 44 annos quando subiu ao patibulo; nascera em Pombal, termo da villa de S. João d'Elrei em 1748; deixou uma filha natural e menor, que viveu pobremente em Villa Rica em companhia de sua mãi.

mettidos para Lisboa pela fragata *Golfinho*, foram encerrados na fortaleza de S. Julião, e d'ahi para diversos conventos, onde foram tratados com o maior rigor. Os Padres Manoel Rodrigues da Costa e José da Silva de Oliveira Rolim, o Vigario Carlos Corrêa de Toledo e o Conego Luiz Vieira conseguiram depois de mais de dez annos obter perdão; tres d'elles chegaram mesmo a voltar ao Brazil, menos o Padre José da Silva de Oliveira Rolim que morreu em Lisboa, quando se preparava para a viagem. O Padre Manoel Rodrigues da Costa foi mesmo posteriormente um dos mais ardentes propugnadores da independencia nacional, 1822, e chegou a tomar assento na Assembléa Constituinte.

D'entre os *inconfidentes* degradados para a Africa, José de Rezende da Costa, filho, foi o unico que voltou para o Brazil em 1809, depois de ter estado em Lisbôa empregado no erario real desde 1803; conseguiu ser eleito deputado ás côrtes de Lisbôa, e depois á Assembléa Constituinte, 1823. Foi deputado á Assembléa Geral, por Minas Geraes (de 1826 a 1829), veiu por consequencia sentar-se como *Augusto e Dignissimo Representante da Nação Brazileira* no mesmo logar (*a*) em que tinha soffrido tão prolongada e afflictiva prisão como um dos envolvidos na conjuração mineira.

Quando se deu o julgamento da Alçada não era mais Vice-Rei do Brazil Luiz de Vasconcellos e Souza, mas sim o *Conde de Rezende*, 1790 a 1801. — O Sr. Visconde de Porto Seguro é de opinião que o ex-Vice-Rei concorreu para que o Ministro de Estado, *Martinho de Mello*, mandasse reprehender ao Visconde de Barbacena pelo grande numero de processados pela Inconfidencia de Minas, increpando-lhe por Aviso de 20 de Setembro de 1790 « *a responsabilidade do quanto acontecêra, levando-lhe a mal ter mandado fazer tantas prisões sendo os culpados em pequeno numero, e recommendando-lhe que deixasse*

(*a*) Cadêa Velha transformada em Casa da Camara dos Deputados.— O Conselheiro José de Rezende Costa falleceu no Rio de Janeiro a 17 de Junho de 1843.

a sua moradia habitual no campo, passando a residir na capital da capitania.

Eis a historia resumida da primeira tentativa mallograda pela independencia nacional, a que tão injustamente se tem dado o nome de *conjuração*, emquanto não foi mais do que um projecto de conspiradores, sem um plano definitivamente concertado, sem os iniciados terem sido ajuramentados, e principalmente sem ter havido um principio de execução de revolta. A independencia do Brazil era uma questão addiada para melhores tempos : não se effectuou pelas combinações phantasticas dos patriotas mineiros, como não tinha sido levada avante pelas combinações politicas de Filippe II em 1579, e do Conde Aranda em 1786, não só por não ter sido bem planejada, como por ser extemporanea.— Em 1579 Filippe II offereceêra ao Duque de Bragança todas as colonias portuguezas com o titulo de Rei, se a Duqueza D. Catharina desistisse dos seus direitos á corôa de Portugal; — o que o Duque recusou.— Em 1786 lembrára o Conde de Aranda, Embaixador hespanhol em Pariz, ao Conde de Florida Blanca, autor principal do tratado de Santo Ildefonso de 1777, a idéa de formar para a Casa de Bragança uma monarchia com o Brazil, Perú e Chile, ficando porém o reino de Portugal unido á Hespanha, realisando-se a *união iberica* debaixo do sceptro hespanhol ; — a experiencia dos 60 annos do dominio dos Filippes fez com que Portugal regeitasse assisadamente uma tal offerta.

Em breve porém tinham de surgir complicações européas de bastante gravidade para dirigir a marcha dos acontecimentos a um ponto tal, que a independencia do Brazil devia ser inevitavel ; não antecipemos os factos, e na proxima lição trataremos da transmigração da Familia Real de Bragança para o Brazil, circumstancia que tão grandemente influiu para a nossa autonomia nacional.

LIÇÃO XXVIII

Transmigração da Familia Real de Braganca para o Brazil: séde da monarchia portugueza no Rio de Janeiro. — 1807-1815.

Versa a nossa lição de hoje sobre um acontecimento de maxima importancia para a nossa historia, porque marca uma época memoravel em que o Brazil deixou de ser colonia, tornando-se séde da monarchia portugueza. Para bem comprehendermos as causas de tão importante transição, devemos remontar um pouco á historia de Portugal, o que faremos o mais succintamente que pudermos.

A Rainha D. Maria I, que como dissemos subira ao throno por fallecimento de seu pai D. José I, 24 de Fevereiro de 1777, depois de alguns annos de reinado começára a soffrer desarranjo nas suas faculdades intellectuaes: essa molestia aggravou-se a ponto tal que, a 10 de Fevereiro de 1792, o Principe D. João foi obrigado a tomar conta do governo, como herdeiro presumptivo da corôa. — Não melhorando a Rainha, foi o Principe confirmado na regencia por um simples decreto do poder executivo de 1799, sem para isso ter havido convocação das côrtes, como alguns pensadores julgam que fosse necessario.

A regencia do Principe D. João extendeu-se por 24 annos até o fallecimento de D. Maria I, 20 de Março de 1816, e durante todo esse lapso de tempo tiveram logar acontecimentos de maior monta tanto em Portugal, como no Brazil. Tinha D. João 25 annos, quando tomou conta da regencia, e apezar de não ter recebido a educação esmerada de seu irmão mais velho, o Principe D. José, fallecido em 11 de Setembro de 1788, tinha no entretanto muito bom senso, intelligencia clara, e bastante fortaleza de animo para nos transes mais difficeis da sua longa administração manter sempre a dignidade da sua corôa e a sua pessoal.

Conservando os mesmos Ministros da sua Augusta Mãi, continuou o Regente a mesma politica adoptada

pelo Governo de Portugal, hostil á Revolução Franceza, e entrou em uma liga com a Inglaterra e a Hespanha contra a Republica Franceza. A paz de Basiléa, 22 de Julho de 1795, entre a Hespanha e a França, sem ao menos Portugal ter sido ouvido, apezar dos combates feridos pelo seu contingente de 5,400 homens na guerra do Roussillon, era um máo preludio para a maneira pela qual o Gabinete Portuguez tinha de atravessar a crise tempestuosa, que se desenrolava em toda a Europa.

Vacillante em sua politica, quiz Portugal tambem alliar-se á França; mas não só o Directorio mallogrou o tratado projectado de 10 de Agosto de 1797 (23 Thermidor Anno V), como tambem conservou preso no *Templo* o diplomata Antonio de Araujo de Azevedo durante dous mezes. — Alliando-se novamente com a Inglaterra mandou Portugal uma esquadrilha ás ordens do Marquez de Niza afim de proceder de accôrdo com o Almirante Nelson no Mediterraneo: o contingente portuguez operou apenas em Napoles, desembarcando 400 homens commandados por Moreira Freire para contribuirem para o exercito da Santa Fé. No entretanto Napoleão Bonaparte, pensando que os navios portuguezes tivessem tomado parte na batalha naval de Aboukir, proferiu a terrivel sentença que devia mais tarde realisar-se:—« *Tempo virá em que a nação portugueza pagará com lagrimas de sangue o ultrage que está fazendo á Republica Franceza.*»

Senhor do governo em França depois do golpe de estado de *18 Brumario*, Napoleão foi logo mostrando a sua hostilidade recusando as pazes que o Gabinete Portuguez lhe offerecia, e promovendo a guerra entre Portugal e Hespanha, com a qual firmou um tratado, 29 de Janeiro de 1801, por intermedio de Luciano Bonaparte.

O pretexto invocado pela Hespanha para essa guerra era que a Inglaterra lhe tinha tomado a Ilha Minorca por forças navaes que tinham feito, e continuavam a fazer de Lisboa a sua base de operações.

Depois de algumas derrotas viu-se Portugal obrigado a firmar com a Hespanha o tratado de Badajoz, 6 de Junho de 1801, e com a França celebrou o vexa-

torio tratado de Madrid de 29 de Setembro d'esse mesmo anno. Reservando-nos para tratar na lição seguinte do historico das hostilidades que se deram ao sul do Brazil por causa d'essa campanha de 1801, continuemos a apreciar os acontecimentos que se davam na Europa, e que tinham de motivar a transmigração da Familia Real de Bragança.

O Marechal Lannes, Embaixador francez em Portugal, depois de ter obtido a execução de muitas exigencias imperiosas, apresentou as condições com que Napoleão negociava a neutralidade de Portugal (24 milhões de francos annualmente) na guerra contra a Inglaterra. Essas condições tomaram em breve o caracter de imposições, exigindo não só a prompta execução do *Bloqueio Continental* decretado em Berlim a 21 de Novembro de 1806, como tambem a opção decisiva entre a alliança franceza e a britannica. Em seguida o Ministro de França em Lisboa, Mr. de Rayneval, apresentou collectivamente com o Embaixador hespanhol, Marquez de Campo Allange, as seguintes intimações :—1° que Portugal declarasse guerra á Inglaterra dentro de 20 dias;—2° que fechasse seus portos aos navios inglezes;—3° que reunisse seus navios de guerra ás esquadras francezas;—4° que sequestrasse todas as propriedades britannicas em Portugal;—e 5° que prendesse todos os subditos inglezes existentes em Portugal.

A' imposições tão terminantes quiz o Ministro Antonio de Araujo (*a*) responder com meios dilatorios, executando apenas algumas d'essas condições, e pediu mesmo á Inglaterra que fizesse a Portugal uma guerra apparente. A' Inglaterra porém não convinha um manejo tão capcioso : para seu proprio governo reconhecia ella a necessidade de uma decisão prompta e positiva, e para obviar ás necessidades de momento offerecia um esquadra para transportar para o Brazil a Familia Real de Bragança.

(*a*) Ulteriormente Conde da Barca; falleceu no Rio de Janeiro a 21 de Junho de 1817.

Em vez de tomar um partido decisivo como as circumstancias exigiam, o Gabinete Portuguez tentou ainda compôr as difficuldades mandando o Marquez de Marialva com ricos presentes a Napoleão, e tratando de negociar o casamento do Principe D. Pedro com uma filha de Luciano Bonaparte. Para mostrar, porém, a falta de coherencia nos planos de um tal Governo, basta dizer que um dos principaes conselhos de Antonio de Araujo ao Principe Regente D. João era que mandasse para o Brazil o mesmo Principe D. Pedro (cujo casamento negociava), que então tinha 9 annos de idade, em companhia de sua tia D. Maria Benedicta como Regente, e de Frey Antonio da Arrabida (depois Bispo d'Anemuria) como Secretario e Mentor.

Emquanto o Gabinete Portuguez entregava-se a essas hesitações inconcebiveis, Mr. de Rayneval e o Marquez de Campo Allange pediam os seus passaportes e retiravam-se, e Napoleão firmava com a Hespanha o tratado de Fontainebleau, 27 de Outubro de 1807, pelo qual acabava com a autonomia de Portugal, dividindo esse reino em tres partes;—1° o territorio entre Douro e Minho, formando o reino da Luzitania Septentrional para a Rainha da Etruria;—2° as provincias do Alemtejo e dos Algarves com o nome de Principado dos Algarves para o Principe da Paz (Godoy); — e 3° o resto de Portugal em poder da França até a paz geral: — o Brazil e as outras colonias dividir-se-hiam depois entre as duas partes contractantes. O Embaixador portuguez D. Lourenço de Lima, sem ao menos ter conhecimento d'esse tratado, teve ordem de sair de Pariz dentro de 2 dias, e da França dentro de 15 dias:—o Conde de Ega, Ministro de Portugal em Madrid, recebeu uma intimação analoga.

Foi só depois de saber da retirada vexatoria de seus diplomatas, que o Governo Portuguez resolveu-se a publicar o decreto de 8 de Novembro ordenando a prisão dos subditos britannicos e o sequestro das propriedades inglezas em Portugal. Mas... era tarde! A esse procedimento inqualificavel e intempestivo respondeu *Lord Chatam*, chefe do Gabinete Britannico,

mandando bloquear os portos portuguezes e occupar a ilha da Madeira.

Em tão extrema contingencia o Commandante da esquadra ingleza, Sir Sidney Smith, mandou entregar ao Principe D. João um exemplar do *Moniteur* (*a*) que publicava o tratado de Fontainebleau, e o Tenente Coronel Lecor communicou pessoalmente ao mesmo Principe Regente a noticia de que as tropas francezas do General Junot tinham entrado no reino, e que a marchas forçadas avançavam para Lisboa.

Tornavam-se então impossiveis as dilações; o momento era solemne; urgia livrar a Familia Reinante de cahir nas mãos dos invasores; Portugal mais tarde poder-se hia libertar. Entregou o Principe D. João a direcção do reino a um governo interino presidido pelo Marquez de Abrantes, (*b*) e partiu para o Brazil com toda a Familia Real, e muitos nobres que o quizeram acompanhar, 29 de Novembro de 1807, tendo ás pressas embarcado no dia 27. Uma divisão ingleza commandada por Sir Sidney Smith comboiou a esquadra portugueza composta de 8 náos, 5 fragatas, 12 brigues e 2 charruas. As forças do General Junot entraram em Lisboa (30 de Novembro) no dia seguinte ao da partida da Familia Real, ainda pôde tomar alguns navios retardatarios, e sem resistencia Portugal submettia-se á invasão franceza; mas os arcanos do futuro não tinham sido todos presentidos pela politica conquistadora de Napoleão Bonaparte: não sómente a Casa de Bragança não cessára de reinar, como mais tarde teria de mandar representar-se no Congresso que devia decidir dos destinos da propria França depois do descalabro de Waterloo. Não precipitemos

---

(*a*) Segundo a opinião de Mr. Thiers (*Consulat et Empire* tomo 8º pag. 340 e 341) o Moniteur entregue ao Principe Regente seria o de 3 de Novembro, cujas expressões têm sido consideradas como uma declaração de que a Casa de Bragança cessára de reinar.

(*b*) Os outros membros nomeados para a Regencia foram: o Tenente General Francisco da Cunha Menezes, o Principal Castro, Pedro de Mello Breyner, e o Tenente General D. Francisco Xavier de Noronha.

porém os acontecimentos, e acompanhemos essa transmigração providencial da Familia reinante de Portugal para o Brazil, primeiro passo dado para a nossa emancipação politica.

Por causa dos estragos motivados pelo máo tempo viu-se o Principe Regente forçado a arribar á cidade da Bahia, 22 de Janeiro, onde no dia 24, ás 5 horas da tarde, desembarcou com toda a solemnidade, sendo recebido com manifestações da maior alegria não só pelo Conde da Ponte (*a*), Capitão General, e pelo Arcebispo D. Frey José de Santa Escolastica, como tambem por toda a população. Empregaram os Bahianos os maiores esforços para que D. João fixasse a sua residencia na Bahia, offerecendo-se mesmo para mandar construir-lhe um palacio; mas baldados foram esses esforços, porque o Principe tinha já decidido vir para o Rio de Janeiro. Inspirado pelo illustre brazileiro José da Silva Lisboa (ulteriormente Visconde de Cayrú), resolveu se o Regente a publicar uma Carta Régia com data de 28 de Janeiro de 1880, decretando a abertura dos portos do Brazil ás nações amigas: as mercadorias seccas ficavam sujeitas a um imposto de 24 % *ad valorem*, segundo as pautas organisadas pelo Governo e os generos liquidos (ou *os molhados*) pagariam o dobro até então estabelecido. Mas para haver sempre algum senão para medida de tão grande alcance, foi ella considerada como provisoria e interina, para não offender os interesses futuros da metropole.

Partindo para o Rio de Janeiro a 26 de Fevereiro desse mesmo anno, aqui chegou o Principe a 7 de Março, desembarcando no dia immediato. Tendo anteriormente chegado 8 navios da esquadra, vindos em direitura de Lisboa, além do brigue *Voador*, que

(*a*) A verdadeira data da chegada do Principe D. João á cidade da Bahia é a que apresentamos, 22 de Janeiro de 1808, tendo desembarcado no dia 2 e ás 5 horas da tarde *por causa do sol*, conforme consta de um Officio do proprio Conde da Ponte ao Visconde d'Anadia, como obsequiosamente nos foi mostrado pelo muito illustrado e intelligente Director do Archivo Publico, o Sr. Dr. Portella.

fôra o primeiro em trazer a noticia da vinda da Familia Real, o Vice-Rei, Conde dos Arcos, tinha mandado preparar para a dynastia reinante o Palacio dos Governadores, o qual por meio de um passadiço tinha sido ligado ao Convento do Carmo. Na enthusiastica recepção feita pela cidade do Rio de Janeiro ao Principe Regente tornaram-se notaveis os vivas dados ao *Imperador do Brazil*: tão intuitiva era para os brazileiros a previsão dos acontecimentos, que mais tarde deviam ter logar. Não era sómente á população fluminense que se tornava intuitiva semelhante idéa; quando em 1.º de Maio d'esse mesmo anno o Governo publicou um manifesto de guerra á França, expressava-se nos seguintes termos: *A côrte levantará a sua voz do seio do novo Imperio que vai crear.*

Durante 9 dias consecutivos houve illuminações e festas, que teriam sido completas se não tivessem tido logar os vexames occasionados pelas aposentadorias forçadas, evacuando-se do dia para a noite muitos predios para n'elles se alojar a comitiva do Regente; bastavam duas simples lettras — *S. R.* — postas de ordem superior em qualquer casa para os moradores terem de mudar se *in continenti* afim de cederem a moradia aos fidalgos e criadagem palaciana. Esses e outros resentimentos contra a comitiva chegada de Portugal faziam sobresair o enthusiasmo pelo Principe Regente, que tratava a todos com a maior amabilidade e a mais esmerada cortezia: a sympathia geral que D. João soube grangear motivou mesmo fazerem-lhe diversos presentes, entre os quaes citaremos a Quinta de S. Christovão, dada por Elias Antonio Lopes.

A 11 de Março, 3º dia depois da sua chegada, organisou o Regente o seu ministerio, nomeando a D. Fernando José de Portugal e Castro (ao depois Conde e Marquez de Aguiar) para as pastas do Reino e da Fazenda; o Visconde de Anadia (João Rodrigues de Sá e Menezes) para a da Marinha e Negocios Ultramarinos, e D. Rodrigo de Souza Coitinho (mais tarde Conde de Linhares) para a da Guerra e Estrangeiros. D'entre esses tres ministros sobresahia pela intelligencia elevada e esclarecida D. Rodrigo de Souza Coi-

tinho, a quem incontestavelmente o Brazil deve muitos melhoramentos e estabelecimentos uteis; mas elle só não podia arcar com as idéas mesquinhas da côrte e dos seus collegas de Gabinete, que iam dirigir a marcha dos negocios publicos com a mesma falta de tino administrativo, de que tão exhuberantes provas tinha dado o Governo de Lisbôa. Para desvirtuar o alcance das providencias e medidas então decretadas, basta ponderar que consideraram o Brazil unicamente como séde temporaria e interina da monarchia, e que, mudando-se a côrte novamente para Portugal, cumpria ao Brazil continuar com a sua vida de *simples colonia*.

Os *Senhores da Governança* não avaliavam as forças vitaes da colonia, que n'aquella occasião abrigava a côrte portugueza fugindo das garras conquistadoras de Napoleão Bonaparte; — elles não podiam comprehender o alcance do desenvolvimento que o Brazil ia ter com essa circumstancia *de ser séde temporaria da monarchia*, e que se a sua emancipação commercial já tinha sido decretada pela Carta Régia de 28 de Janeiro, abrindo os seus portos ás nações amigas, — a emancipação industrial devia em breve seguir-se necessariamente, e a emancipação politica não era mais do que uma questão de tempo. Os Ministros do Principe não pensavam que á vista da centralisação politica que se dava com a côrte no Rio de Janeiro, as diversas capitanias esqueciam-se da sujeição, que prestavam antes a Lisboa, e que á nova capital situada no seu proprio continente ligavam-se ellas por meio de laços fortissimos de homogeneidade de interesses, costumes, raça e aspirações sociaes: não eram as mesmas capitanias antigas, quasi sem relações umas com as outras, com interesses muitas vezes oppostos, e mantidas pela metropole, com a mira sempre de conservarem-se no jugo da conquista.

A apreciação, que escapava ao Triumvirato Ministerial, era no entretanto feita por illustres pensadores, como 9 annos apenas depois, em 14 de Maio de 1817, foi manifestada pelo celebre redactor dos direitos no Congresso Norte Americano, Thomaz Jefferson, em uma carta dirigida ao General Lafayette: « *O Brazil*

é mais populoso, mais rico, mais forte, e tão instruido como a mãi-patria. »

A tentativa de conspiração em Minas Geraes devia ter posto de sobreaviso o Governo de Portugal, fazendo-o meditar na notavel opinião de um dos illustres *inconfidentes*, o Tenente Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, que dizia que se as tres capitanias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas se juntassem, *certo seria o exito e decisivo o triumpho.*

Os Governantes não olhavam então para o futuro e contentavam-se unicamente com o manter no Brazil as instituições coloniaes das capitanias, embora creando algumas repartições novas, mas modeladas todas pelo typo das da metropole, sem attenderem a que as necessidades eram em muitos pontos completamente diversas.

Assim foram creadas as Secretarias de Estado, Supremo Conselho Militar, Archivo Militar, Meza do Desembargo do Paço e da Consciencia e Ordens, Academia dos Guardas Marinhas, e uma fabrica de polvora na Lagôa do Rodrigo de Freitas. A Relação do Rio de Janeiro foi elevada a Casa de Supplicação. Para galardoar o merito renovou-se e augmentou-se a Ordem da Torre Espada. Instituiu-se o logar de Intendente Geral da Policia. Para a publicação das decisões e ordens do Governo estabeleceu-se a Imprensa Régia, que chegou mesmo a publicar varias obras, embora sujeitas á approvação da Meza Censoria e Intendencia Geral da Policia, taes como os trabalhos de José da Silva Lisboa sobre questões economicas e commerciaes, os sermões de Frey Francisco de S. Carlos, e de Frey Francisco Xavier de Sampaio. A cathedral foi mudada da Igreja do Rozario para a dos Religiosos do Carmo, reconstruindo-se o Cabido com dignidades novas.

Creou-se tambem o Erario Régio, o Conselho da Fazenda Real, o Tribunal da Junta do Commercio, e as antigas Vedorias, já extinctas em Portugal; mas continuaram como d'antes os Erarios das Capitanias, sem ser possivel a tomada de contas no Rio de Janeiro. Fundou-se uma escola anatomo-medico-cirurgica, o Jardim da Lagôa do Rodrigo de Freitas,

e a Academia de Sciencias physicas, mathematicas e naturaes.

Diversas povoações e freguezias foram elevadas á cathegoria de villas, como Porto-Alegre, que foi a primeira que teve essa graduação, 23 de Agosto de 1808.

Autorisou-se tambem para a Bahia a fundação de uma typographia, 5 de Janeiro de 1811, que imprimiu a gazeta « Idade de Ouro ». — Estabeleceu-se um imposto (*decima*) sobre predios alugados ou occupados pelos proprietarios, — o imposto do sello sobre papel e livros dos negociantes, Camaras Municipaes, irmandades, confrarias, nos de notas de tabelliães, recibos, escripturas publicas e particulares, —o imposto de siza sobre compras e vendas, e arrematações dos bens de raiz e semoventes.

Suspendeu-se a prohibição de haver fabricas e manufacturas no Brazil, permittindo-se todo o genero de industria fabril e manufactureira, firmando-se por essa fórma a emancipação industrial.

Por inspirações de D. Rodrigo de Souza Coitinho, apezar dos estatutos e Alvará de 12 de Outubro de 1808 terem sido assignados por D. Fernando José de Portugal, foi creado no Rio de Janeiro o Banco do Brazil com o capital de 3 milhões de cruzados em 1,200 acções de 1 conto de réis cada uma, privilegiadas e isentas de penhora e execução tanto fiscal como civil. Devia o Banco durar o prazo de 20 annos, e era de deposito e desconto : tinha o direito de emissão illimitada de bilhetes á vista e ao portador, com curso forçado ; mas tinha o compromettedor privilegio de não ser obrigado a ter um fundo metallico disponivel para trocar as suas notas por ouro. Mediante uma commissão de 2 % era o Banco encarregado dos contractos e administrações da Fazenda Real, taes como diamantes, páo brazil, marfim e urzella. Os vicios organicos da fundação d'esse Banco, e a sua má direcção produziram consequencias funestas, entre ellas a sua quebra.

Para mostrar o quanto entendiam de governo os Ministros do Principe Regente, basta lembrar que fundando as escolas de marinha, de medicina, e de mathematicas, não se lembraram ao menos de esta-

belecer *escolas publicas primarias*, emquanto que as que haviam para meninos eram bem poucas, e *nem uma só havia para o sexo feminino*.— Não se infira no entretanto de nossas palavras que todas as medidas decretadas foram más : pelo contrario, algumas foram boas, muito boas mesmo ; mas essas foram poucas, emquanto não podia haver melhor occasião para um governo illustrado e esclarecido dar um impulso gigantesco ao desenvolvimento e prosperidade de uma parte tão importante da monarchia portugueza, principalmente quando Portugal se achava invadido por forças estrangeiras, com o seu territorio ameaçado de ser retalhado pelo arbitro então dos destinos da Europa. Nas circumstancias excepcionaes, em que as cousas se achavam, o plano politico-administrativo da côrte do Rio de Janeiro devia ser um plano de vistas largas e inteiramente creador, promovendo a immigração estrangeira em occasião tão asada pelas continuas guerras, e convulsões sociaes européas, e dando aos habitantes do Brazil mais garantias civis e administrativas contra a prepotencia dos Capitães Generaes. No entretanto entre as providencias acertadas do Governo do Principe Regente, é verdade que um pouco mais tarde, não devemos esquecer o decreto de 18 de Junho de 1814 permittindo a livre entrada dos navios de todas as nações nos portos dos dominios portuguezes, facultando-se tambem a sahida dos navios nacionaes para qualquer destino sem reserva.

Esqueciamos dizer que pouco depois da chegada da Familia Real foram chegando muitos inglezes, para estabelecerem-se no Brazil, e como Ministro de S. M. Britannica veiu Lord Strangford que tinha de exercer uma influencia tão pronunciada nas questões magnas que se iam debater. Em seguida foram vindo outros diplomatas estrangeiros, como o Nuncio Apostolico Lourenço Caleppi, Arcebispo de Nizibi, que tinha conseguido fugir de Lisbôa, os Encarregados de Negocios da Suecia, dos Estados-Unidos Norte Americanos, e da Russia.

Era tal o desenvolvimento que o Brazil ia apresentando, que o Principe D. João elevou-o por Carta de

Lei de 16 de Dezembro de 1815 á cathegoria de *Reino Unido* com Portugal e Algarves. Como já vos dissemos n'uma das nossas lições de Chorographia, tinha por Decreto de 27 de Outubro de 1645 sido o Brazil elevado a Principado em favor de D. Theodosio, filho de D. João IV: foi D. Pedro I o ultimo que teve o titulo de *Principe do Brazil*, e isso mesmo por menos de um anno, desde 20 de Março de 1816, quando D. João VI subiu ao throno, até 9 de Janeiro de 1817, época em que teve o titulo de *Principe Real do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves.*

O novo titulo da monarchia portugueza não era mais do que uma parodia do titulo da Inglaterra « *Reino Unido da Grã Bretanha, Irlanda, e Escocia* », e tinha de durar apenas 7 annos: declarou-se o *Reino Unido*, quando tão pouco faltava para a sua completa desunião:—os fôfos e enfatuados Ministros da côrte do Principe Regente não descortinavam o bruxolear da independencia, que illuminava o horisonte politico do Brazil!

LIÇÃO XXIX

Guerras com os Hespanhoes ao sul e com os Francezes ao norte do Brazil.—Revolução republicana em Pernambuco. 1801-1821

§ I

Se durante a campanha de 1801 Portugal tinha-se sahido mal na Europa soffrendo as derrotas de Olivença, Jerumenha, e Campo Maior, no Brazil a sorte das armas lhe era favoravel. O rompimento das hostilidades na Europa fornecia occasião asada para que o Governo Portuguez tratasse de compensar-se de alguns prejuizos soffridos pelo tratado de Santo Ildefonso, e para esse fim foi o Tenente General Sebastião Xavier da Veiga Cabral preparando as cousas.

Depois de ter resguardado os principaes pontos limitrophes da sua Capitania do Rio Grande do Sul de qualquer tentativa do inimigo, foi obrigando aos Hespanhóes a abandonarem as guardas avançadas de S. José, Santo Antonio, Lagôa e Santa Rosa, e conseguiu a capitulação do Serro Largo, 30 de Outubro, depois de um brilhante ataque dirigido pelo Coronel Manoel Marques de Souza com 1,200 homens. A conquista dos 7 Povos das Missões em 25 dias (de 3 a 28 de Agosto) por Manoel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto com forças muito diminutas, foi um dos bonitos feitos de armas d'essa campanha, o qual valeu a José Borges do Canto não só o perdão do crime que tinha de deserção, como tambem a patente de Capitão em recompensa dos seus serviços.

Continuando no caminho da victoria foram os Portuguezes repellindo os Hespanhóes para além do Uruguay, quando tiveram a infelicidade de perder o seu prestimoso General Sebastião Xavier da Veiga Cabral, 5 de Novembro, e d'ahi principiaram alguns revezes para as suas armas, principalmente por causa da divergencia entre os seus chefes. Os Hespanhóes reoccuparam de novo o Serro Largo, e iriam mais longe com

uma expedição de 5,000 homens organisada pelo Marquez de Sobremonte, sub-inspector das tropas de Buenos Ayres, para atacar o Rio Grande, se não chegasse a proposito, 17 de Dezembro de 1801, a noticia do tratado de paz de 6 de Junho entre as 2 metropoles.

Durante os annos de tranquillidade, que se seguiram, foi progredindo tanto o Rio Grande do Sul, que por decreto de 25 de Fevereiro de 1807 foi elevado á graduação de Capitania Geral tendo a capital em Porto Alegre.

Pouco depois, no anno seguinte, chegava ao Brazil a Familia Real de Bragança, para evitar de realizar-se o celebre dito exarado no tratado de Fontainebleau, de que ella tinha cessado de reinar : se os movimentos da politica européa de Napoleão Bonaparte repercutiam tão visivelmente no Brazil, influiam tambem de modo muito sensivel nas possessões da Hespanha na America. As colonias hespanholas do Prata, como as outras sul-americanas, não tinham querido reconhecer o governo do Rei José Bonaparte, imposto por Napoleão, e logo souberam que a Hespanha em massa tinha-se sublevado a favor de Fernando VII, achando-se a *Junta* de Sevilha á frente do Governo Nacional. D. Francisco Xavier Elio em Montevidéo reconheceu a Junta de Sevilha ; mas em Buenos Ayres agitavam-se por tal fórma idéas de independencia, que levaram o Governador D. Santiago Liniers, a hesitar no que tinha de fazer, resolvendo-se afinal a reconhecer tambem a Junta de Sevilha e a realeza de Fernando VII.

Achavam-se as cousas n'esse pé, quando a Princeza D. Carlota Joaquina, mulher do Principe Regente D. João, formou planos de uma monarchia em seu favor com os Estados do Prata, visto ser ella filha mais velha de Carlos IV, e achar-se tanto este Rei como Fernando VII presos em França. A principio o Regente fingiu ignorar os passos de sua mulher n'esse sentido : mas depois chegou mesmo a coadjuval-a com um fim politico bem natural. Como emissarios da Princeza foram mandados *Goyenneche* para Buenos Ayres, *Santiago Burke* para o Perú, e o Brigadeiro *Joaquim Xavier Curado* para Montevidéo.

A causa da Princeza foi alcançando adherentes em Buenos Ayres e em Montevidéo, principalmente depois da coadjuvação da *Junta*, em que preponderavam D. Manoel Belgrano, e D. Manoel Rodrigues Pena, favoraveis ás pretenções de D. Carlota Joaquina. O partido dos *Independentes* chegou mesmo a requisitar a presença da Princeza no Prata para apressar um pronunciamento geral; porém *Lord Strangford*, que queria a independencia dos Estados Platinos, mas não sob o governo de D. Carlota Joaquina, conseguiu que o Principe Regente negasse á sua mulher a necessaria licença para partir, e desmanchou assim todas as combinações.

Não entraremos na historia minuciosa das lutas civis, que se seguiram nos Estados Platinos; seria ultrapassarmos as raias da nossa cadeira; devemos, porém, lembrar que o General D. Francisco Xavier Elio, nomeado Vice-Rei do Prata pelas Côrtes Constituintes e Regencia da Hespanha, pôde em 1811 conseguir algumas vantagens contra as forças maritimas dos *Independentes*, e bloquear mesmo Buenos-Ayres. Não reconheceu Lord Strangford o bloqueio, e o Principe Regente offereceu a sua mediação, para que cessassem as hostilidades ficando a Junta de Buenos-Ayres com autoridade nos Estados, em que definitivamente dominava, deixando livres dos seus ataques o Alto Perú e o Paraguay, e evacuando a Banda Oriental. Depois da resposta sophistica de Buenos-Ayres retirou o Principe a sua intervenção amigavel, e mandou reunir dous corpos de exercito no Rio Grande do Sul, um sob as ordens do Brigadeiro Manoel Marques de Souza, e outro commandado pelo Marechal Joaquim Xavier Curado, para acudirem a qualquer aggressão de Artigas e de outros chefes revoltosos.

Com o correr dos acontecimentos foi Santiago Liniers fusilado pelos de Buenos-Ayres, e D. Francisco Xavier Elio viu-se cercado em Montevidéo pelos caudilhos Rondeau e Artigas. Logo depois as depredações dos sequazes de Artigas em territorio brazileiro, o pedido formal de auxilio feito por Xavier Elio, e os conselhos de D. Rodrigo de Souza Coitinho fizeram com que o Principe Regente ordenasse ao Capitão General do Rio Grande do Sul, D. Diogo de Souza (ulteriormente

Conde do Rio Pardo) que acudisse á praça de Montevidéo penetrando na Banda Oriental.

Depois de ter invadido o territorio visinho, e tomado o forte de Santa Thereza, foi D. Diogo de Souza com os corpos de exercito ao mando de Marques de Souza e Xavier Curado repellindo com facilidade as forças inimigas, e entrou em Maldonado, onde fez o seu quartel general, obrigando a retirada de Rondeau e Artigas. Tantas vantagens irritaram extraordinariamente a Lord Strangford, que, depois de ter chamado ao seu partido o Ministro Hespanhol, ameaçou ao Gabinete do Principe Regente com a retirada da alliança britannica, e *impôz* a suspensão das hostilidades. Estipulou-se um armisticio entre Buenos-Ayres e Montevidéo, e o Tenente-Coronel João José Rademaker, enviado do Principe Regente (mas inteiramente dedicado ao Ministro Inglez), pactuou uma suspensão illimitada de hostilidades, e a retirada do exercito portuguez da Banda Oriental (Convenção de 26 de Maio de 1812).

Desgosto profundo teve o Principe Regente com um tal resultado, que lhe cerceava tão radicalmente os planos da sua politica, e que lhe fazia sentir ainda mais a falta do seu intelligente Ministro D. Rodrigo de Souza Coitinho, Conde de Linhares, fallecido a 26 de Janeiro de 1812, a quem substituira interinamente o Conde das Galvêas na pasta dos negocios da guerra e dos estrangeiros.

Emquanto estavam proseguindo as negociações diplomaticas, D. Diogo de Souza passara-se para as immediações do arroyo S. Francisco na confluencia com o Uruguay e ahi foi destroçando diversas partidas de Artigas e outros chefes e destruindo as povoações de Japehú e S. Thomé, assim como as terriveis hordas dos Charrúas e Minoanos, junto ao arroyo Laurelles. Quando o valente D. Diogo de Souza foi notificado para conformar-se com as estipulações da fatal convenção, não quiz cingir-se a isso, e, para retirar-se para o Rio Grande do Sul, foi preciso que assim se decidisse em um Conselho dos Officiaes mais graduados do seu exercito.

Paripassu com a retirada do exercito pacificador da

Banda Oriental o Triumvirato (*a*), que governava em Buenos-Ayres, afogava em ondas de sangue uma conspiração em favor da antiga metropole, e as peripecias terriveis da guerra civil seguiam-se com vertiginosa rapidez. Depois mesmo de ser proclamada a Republica pelo *Congresso de Tucuman*, 1816, teve o Director Supremo D. *Juan Martin Puyrredon* que luctar contra a anarchia e hostilidades entre *unitarios* e *federalistas*, sobresahindo entre esses ultimos o audacioso e tenaz chefe José Artigas, que além de dominar completamente na Banda Oriental, tinha uma grande preponderancia em Entre Rios e Corrientes.

Tropelias e depredações constantes de Artigas e outros chefes em territorio brazileiro, principalmente na comarca de Missões, resolveram D. João VI a uma guerra offensiva contra os caudilhos republicanos, e a estender mesmo as fronteiras do Brazil até a margem septentrional do Prata, conforme o plano de 1678: n'esse sentido deu ordens terminantes ao Capitão General do Rio Grande do Sul, Marquez do Alegrete.

Igualmente encarregou ao General Carlos Frederico Lecór de, á frente da divisão de voluntarios portuguezes, que tinham chegado de Portugal ao Rio de Janeiro, e que se achavam em Santa Catharina, seguir para o Rio da Prata, tomar Maldonado, e occupar militarmente Montevidéo, formando com o territorio que pudesse annexar uma capitania, com que segurasse as fronteiras do Brazil ao Sul.

O General Lecór depois de ter feito partir para Maldonado uma esquadrilha commandada pelo Conde de Vianna, afim de mais tarde operar com o grosso do exercito, seguiu por terra com as forças do seu immediato commando, recebeu reforços no Rio Grande do Sul, e após uma das mais afanosas marchas penetrou com mais de 6,000 homens na Banda Oriental.

O audaz Artigas, depois de ter regeitado a coadjuvação offerecida pelo Governo de Buenos-Ayres, appellou unicamente para os seus proprios recursos, e cum-

---

(*a*) D. Juan Martin Puyrredon, D. Feliciano Antonio Chiclana, e D. Bernardino Rivadavia.

pre confessar que desenvolveu uma actividade e energia dignas de melhor causa; confiando nas fortificações e guarnição da praça de Montevidéo, resolveu invadir a propria capitania do Rio Grande do Sul. As providencias, porém, tomadas pelo Marquez de Alegrete frustraram-lhe os planos: as fronteiras interiores do Uruguay, Quaraim, e Arapehy foram confiadas ao Tenente General Joaquim Xavier Curado com 2,500 homens, e a fronteira mais proxima ao mar e sobre o Jaguarão foi entregue á defeza do Tenente General Manoel Marques de Souza.

Tendo Artigas effectuado a invasão pela fronteira do Uruguay e Quaraim, teve o Tenente General Curado de sustentar o ataque, travando-se uma serie de combates, em que a victoria sorriu sempre ás armas brazileiras.

Tornaram-se dignas de menção as victorias do Tenente Coronel Abreu (posteriormente Barão do Serro Largo) contra Artigas em S. Borja, 3 de Outubro, — do Brigadeiro João de Deus Menna Barreto (B. de S. Gabriel) contra a divisão Verdum nas proximidades do Ibiracoahy, 19 de Outubro.— do Brigadeiro Joaquim de Oliveira Alvares em Carumbé contra Artigas.— 27 de Outubro.— e a do Marquez do Alegrete na batalha do Catalão, 4 de Janeiro de 1817, á frente da divisão Curado contra as forças reunidas de Artigas e Verdum.— Além d'essas esplendidas victorias foi o Brigadeiro Francisco de Paula Santos invadir a provincia de Entre-Rios, e assolar o territorio inimigo regressando com abundantissimos despojos.

Ao mesmo tempo ia o General Lecór seguindo a sua marcha invasora pelo territorio da Banda Oriental. Depois de ter a columna da avanguarda occupado facilmente o forte de Santa Thereza, seguiu para *India Muerta*, e ahi travou com o exercito de Fructuoso Rivera uma porfiada batalha, 19 de Novembro de 1816, em que afinal a victoria coube ás tropas do Marechal *Sebastião Pinto de Araujo Corrêa*. Quiz Buenos Ayres então intervir na luta: mas o General Lecór soube responder com toda a energia ao emissario argentino, e, depois de ter batido diversas partidas de Lavallega e de Manoel Oribe, chegou a Maldonado, onde poz-se em

combinação franca com a esquadrilha do Conde de Vianna.

Avançando contra Montevidéo veiu uma deputação do *Cabildo*, ou Municipalidade, entregar-lhe as chaves da praça na qual entrou triumphante a 20 de Janeiro de 1817, tendo antes sido abandonada por Manoel Barreiros. Seguiu-se immediatamente a tomada da Colonia do Sacramento, centro d'onde partiam corsarios contra o commercio do Brazil. O pertinaz Artigas não desanimou com tantos revezes: pôde reunir novas forças, e assaltar *Serro Largo e Santa Thereza*; mas encontrou-se com a brilhante defeza do General Manoel Marques de Souza. Ainda depois d'isso houve uma serie de combates em que a victoria foi constantemente adversa ás armas republicanas, sendo os seus principaes chefes batidos em detalhe.

Achava-se Montevidéo quasi de todo livre da influencia de Artigas e de outros quejandos caudilhos: celebrou uma Convenção, 30 de Janeiro de 1819, entre o Coronel de Engenheiros João Baptista Alves Porto, por parte do Conde da Figueira, Capitão General do Rio Grande do Sul, e D. Prudencio Morguiondo por parte da população da Banda Oriental sobre limites invariaveis entre as duas provincias afim de ser Montevidéo annexado ao Brazil. (*a*)

Julgava-se concluida a campanha, quando reappareceu o infatigavel Artigas com tropas novas, e atacou ao Brigadeiro Abreu *no passo do Rosario*, 13, 17 e 27 de Dezembro; o valente Abreu foi fazendo boa resistencia até poder desenvolvel-a ainda mais com a chegada da columna do General Bento Corrêa da Camara. Reunindo-se a essas forças as do Capitão General Conde da Figueira, travou-se a decisiva batalha de *Taquarembó*, 22 de Janeiro de 1820, sendo Artigas completamente derrotado, depois de ter perdido, além de todos os seus petrechos de guerra, 800 mortos, e 490 prisioneiros.

(*a*) Por essa Convenção estendiam-se as fronteiras do Rio Grande até a angustura de Castilhos pelo lado do mar, e até o rio Arapehy pelo lado do Uruguay.

Terminára o prestigio de José Gervasio Artigas depois de tão porfiada luta, e, fugindo esse chefe para o Paraguay, o Dictador Francia desterrou-o para a aldêa de Curuguaty a 87 leguas da Assumpção, onde esteve internado, até que por morte do Dictador Francia, o Dictador Carlos A. Lopes permittiu-lhe residir n'uma chacara dos Arrabaldes da Assumpção, onde morreu com a idade de 90 annos em 1850.— (Revista do Instituto Historico, tomo 26, pagina 641, — Historia da Republica Jesuitica do Paraguay pelo Conego João Pedro Gay.—)

Achava-se assim concluida a prolongada campanha da Banda Oriental, e em 31 de Julho de 1821 dava-se a reunião de Montevidéo ao Brazil com o nome de *Provincia Cisplatina*.

§ II

Passaremos a tratar das lutas com os Francezes ao norte do Brazil. — Um dos primeiros cuidados, que o Principe Regente teve, quando chegou ao Brazil, foi dirigir ás Nações da Europa um manifesto, cuja redacção foi brilhantemente executada por D. Rodrigo de Souza Coitinho, explicando as causas que tinham motivado a transmigração da Familia Real para o Brazil, e declarando guerra ao Imperador dos Francezes. — Para reunir as palavras ás obras, determinou o Principe a invasão e a conquista da Guyana franceza.

Expediram-se n'esse sentido ordens ao Governador do Pará, e fizeram-se seguir reforços de Pernambuco; reuniram-se 900 praças, cujo commando foi confiado ao Tenente-Coronel de artilharia *Manoel Marques d'Elvas Portugal*. — Uma flotilha composta de uma fragata ingleza (*Confiance*), que já estava estacionada no Pará, e algumas embarcações sob o commando do Capitão inglez *James Lucas Jeo* com 500 homens de desembarque, seguiu tambem com instrucções de marchar de accôrdo com Manoel Marques, que partiu do Pará a 6 de Novembro de 1808, chegando em Dezembro ao Oyapoc.

O Governador da Guyana franceza, *Victor Hugues*, depois de ter-se batido com coragem sem ter podido re-

pellir os ataques dos invasores nas posições do Diamante, Frio, Cannas, e Canal de Forey, capitulou a 12 de Janeiro de 1809, entregando a praça de Cayenna, e retirou-se para a Europa.

A administração de Cayenna e de toda a colonia á margem direita do rio Marony foi confiada ao Desembargador *João Severiano Maciel da Costa* (ao depois Marquez de Queluz), que ahi ficou até ser em Novembro de 1817 entregue Cayenna ao Conde Carra Saint Cyr, pela Convenção de Pariz de 28 de Agosto do mesmo anno de 1817.

O Brazil ainda conserva gratas recordações da administração do Marquez de Queluz em Cayenna pela remessa que para cá fez de muitas plantas uteis, que o Principe Regente mandou para o Jardim da Lagôa do Rodrigo de Freitas e para diversas capitanias: entre essas plantas citaremos a noz moscada, o cravo da India, a arvore do pão, a mangueira, a camphoreira, o abacate, e a canna chamada Cayenna, que melhorou a agricultura assucareira.

Resta-nos tratar agora da Revolução Republicana de Pernambuco de 1817.

As idéas liberaes que grassavam na Europa tinham atravessado o Atlantico, e estavam germinando no Brazil tanto mais facilmente, quanto eram antigas as animosidades que haviam entre Brazileiros e Portuguezes, principalmente em Pernambuco. Essas animosidades eram mais fortes entre os militares brazileiros e portuguezes: ainda eram mais azedadas pelas instigações do negociante Domingos José Martins, natural da Bahia, o qual, tendo viajado e aprendido na Europa, viera de lá eivado do liberalismo mais exaltado. Existiam mesmo sociedades secretas, que tramavam idéas contra o governo, mas que ainda não tinham chegado a um plano decisivo.

O Capitão General de Pernambuco, Desembargador Caetano Pinto de Miranda Montenegro (ao depois Marquez da Praia Grande), veiu atear o incendio com uma ordem do dia, em que lembrava ás tropas os seus deveres, manifestando, porém, imprudentemente opiniões mais favoraveis aos officiaes portuguezes. O descontentamento dos officiaes brazileiros teve desabafo

em reuniões em casa do negociante Domingos José Martins, e de outros paisanos conhecidamente patriotas.

Tendo o Capitão General recebido denuncia contra alguns brazileiros (officiaes e paisanos) mandou prendel-os. Foram faceis as prisões do Ajudante de Infantaria Manoel de Souza Teixeira, do negociante Domingos José Martins, e de algumas outras pessoas: querendo, porém, o Brigadeiro de artilharia Manoel Joaquim Barboza de Castro pender tres Capitães e o Secretario do Corpo do seu commando, reuniu a officialidade, e começou por insultar aos Capitães Domingos Theotonio, e José de Barros Lima, por alcunha o *Leão coroado*; José de Barros Lima desembainhou a espada e com ella matou o Brigadeiro. Os officiaes brazileiros tomaram o partido do seu compatriota, e a soldadesca brazileira foi-lhe seguindo tambem as idéas.

O Ajudante de ordens do Capitão General, Tenente Coronel Alexandre Thomaz, mandado para reunir tropa e para prender os criminosos, recebeu um tiro de que morreu instantaneamente, e o levante foi tomando cada vez maiores proporções. O povo fraternisou com a tropa, e, correndo ás prisões soltou os presos. O Capitão General Montenegro encerrou-se no forte do Brum, e incapaz de subjugar a revolta, capitulou, retirando-se a 7 para 8 de Março de 1817 para o Rio de Janeiro, onde chegando foi recolhido á prisão da ilha das Cobras, sem poder fallar a nenhum dos Ministros, como requeria.

Essa revolução em Pernambuco, que tinha sido feita de surpreza, sem plano anteriormente formado, estabeleceu então o seu governo provisorio composto de 5 membros, a saber: Capitão Domingos Theotonio Jorge, Padre João Ribeiro Pessoa, Dr. José Luiz de Mendonça, Manoel José Corrêa de Araujo, e Domingos José Martins. Para aconselhar ao Governo Provisorio formou-se tambem um conselho de 5 membros, Gervasio Pires Ferreira, Antonio de Moraes e Silva, Dr. Antonio Carlos de Andrada Machado e Silva, Deão Bernardo Luiz Ferreira, e o portuguez Manoel José Pereira Caldas.

Para Ministro do Interior foi nomeado o Padre *Miguelinho* (Miguel Joaquim de Almeida), e adoptou-se a fórma republicana de governo com todas as consequencias. Em poucos dias a revolução obteve a adhesão da Parahyba, do Rio Grande do Norte, e das Alagôas, e foi empregando os meios possiveis para obter mais adherentes nas outras provincias. No Ceará os partidistas da republica sahiram-se logo mal da sua propaganda, sendo preso o Padre José Martiniano de Alencar; na Bahia aconteceu ainda peior ao *Padre Roma* (José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima), que, além de preso logo ao desembarcar, foi executado por uma commissão militar.

O Conde dos Arcos, Capitão General da Bahia, assim que teve noticia da revolução, mandou contra os rebeldes uma força commandada pelo Marechal Joaquim de Mello Leite Cogominho de Lacerda, e uma esquadrilha para bloquear o Recife. Partiram tambem forças do Rio de Janeiro sob as ordens do Vice-Almirante Rodrigo José Ferreira Lobo. Não tinham os rebeldes elementos para uma resistencia prolongada: a Parahyba e o Rio Grande do Norte immediatamente submetteram-se ás forças legaes: Domingos José Martins, que tinha ido reunir-se ao Capitão-Mór Francisco de Paula Cavalcanti, foi surprehendido por uma companhia dos *Pardos do Penedo* e dos Indios da Atalaya, ferido e preso; o proprio Capitão Mór Francisco de Paula Cavalcanti foi derrotado por Cogominho de Lacerda no engenho *Trapiche de Ipojuca*, 14 de Maio.

Os rebeldes pediram então para capitular; mas a capitulação lhes foi recusada. Em taes extremos ainda nomearam Dictador a Domingos Theotonio Jorge, que, vendo a impossibilidade de uma defeza proveitosa, retirou-se do Recife com cêrca de 2,000 da sua gente. Seguiu-se logo a entrada das forças de Rodrigo Lobo no Recife e a fugida dos principaes chefes rebeldes. O Padre João Ribeiro suicidou se, e posteriormente foi tendo logar a prisão dos cabeças de tão intempestivo, como desastrado movimento republicano.

Luiz do Rego Barreto, Capitão General de Pernambuco, tendo chegado ao Recife a 29 de Junho

mandou immediatamente processar os chefes por *Commissões Militares*, e executar as sentenças. Domingos Theotonio Jorge, José de Barros Lima, Antonio José Henriques, e o Padre Pedro de Souza Tenorio foram enforcados, e igualmente o foram diversos chefes da Parahyba. Anteriormente tinham sido fuzilados na Bahia o Padre José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima, Domingos José Martins, José Luiz de Mendonça, e o Padre Miguel Joaquim de Almeida.

O Governo de D. João VI mandou depois suspender essas execuções por julgamentos de Commissões Militares, e mandou estabelecer uma *Alçada*, presidida pelo Desembargador Bernardo Teixeira Coutinho. Não nos animamos a descrever as crueldades ordenadas por essa Alçada: basta dizer que ellas espantaram ao proprio Luiz do Rego, tão severo. D. João VI, dotado como era de um coração magnanimo, pôz fim a taes perseguições por Decreto de 6 de Fevereiro de 1818 (dia da sua coroação), concedendo plena amnistia aos rebeldes.

LIÇÃO XXX

Revolução de Portugal de 1820; seus effeitos no Brazil: — regresso da côrte portugueza para Lisboa.

A 4 causas póde-se attribuir a revolução, que teve logar em Portugal em 1820, a saber: 1ª, desenvolvimento das idéas liberaes; 2ª, imitação da revolução hespanhola de 1820 pela restauração da constituição de 1812; 3ª, queixas não attendidas sobre a permanencia da côrte no Brazil; 4ª, ruina do commercio portuguez por terem sido franqueados os portos do Brazil ás outras nações.

Realmente as idéas revolucionarias tinham começado a manifestar-se em Portugal em 1817, quando D. João VI tinha mandado para Lisbôa o Marechal Beresford governar militarmente o reino com autoridade independente da Regencia, senão superior á d'ella. A execução, ou antes o assassinato juridico do Tenente-General Gomes Freire de Andrade e de mais 11 desgraçadas victimas, com a circumstancia aggravante de ter-se dado essa execução 2 dias antes de ser publicada a sentença, e sem ter a sancção régia, tinha profundamente implantado no animo de muitos portuguezes o desejo de aproveitarem-se da primeira opportunidade para modificar a fórma absoluta do seu governo.

Como já fizemos ver em uma das lições anteriores, havia mais de um seculo, desde 1697, que as Côrtes tinham deixado de ser convocadas, com a declaração *de que mesmo para o reconhecimento do successor do throno* não havia necessidade da convocação de taes assembléas. Ora, a Regencia não tinha as habilitações precisas nem para affrontar a autoridade proconsular de Beresford, nem para fazer-se perdoar as suas arbitrariedades e despotismos, promovendo a felicidade dos povos, e fazendo cessar a miseria que grassava em todo o reino, como consequencia das 3 invasões francezas e

da guerra peninsular. Além d'isso estavam os Portuguezes bem ao facto da facilidade com que na Hespanha os Generaes Quiroga, Riégo, e Miranda tinham a 1.º de Janeiro de 1820 sublevado na ilha de Leão, perto de Cadix, as tropas destinadas á expedição contra a nossa ilha de Santa Catharina, e forçado Fernando VII a jurar a constituição de 1812, e convocar as côrtes. Apezar dos esforços dos soberanos da Russia, Prussia e Austria com a formação da liga *Santa Alliança* para impedir o progresso do liberalismo, tinham tambem os Napolitanos obrigado ao seu rei Fernando a acceitar as instituições constitucionaes.

Com a fermentação das idéas liberaes em Portugal fez-se a 24 de Agosto de 1820 uma revolução no Porto contra as instituições absolutistas, sendo os principaes fautores d'esse movimento o Desembargador Manoel Fernandes Thomaz, e o Ouvidor Geral José da Silva Carvalho. Reclamaram os revolucionarios a convocação das Côrtes, e proclamaram o reino monarchia constitucional sob a dynastia de Bragança. As provincias do Norte adheriram logo a esse movimento, e a revolta repercutiu até Lisbôa.

A Regencia, seguindo os conselhos do Conde de Palmella de pôr-se á frente do movimento popular para regularisal-o e dirigil-o, concedendo e promettendo medidas tão liberaes como as da Junta do Porto, quasi chegou a fazer parar a revolução; mas o exercito e o povo depuzeram a Regencia, estabeleceram uma Junta Provisoria, que a 15 de Setembro fez jurar uma constituição modelada pela da Hespanha.

A 10 de Outubro a Junta prohibiu o desembarque de Beresford, que tinha vindo ao Brazil, e que regressára com poderes ainda mais illimitados, com a missão especial de suffocar a revolta; o valente General, que tão assignalados serviços militares tinha prestado, mas tambem que tanto despotismo tinha exercido, retirou-se para Inglaterra passando da náo ingleza *Vengeur* para o paquete *Arabella*. O novo governo liberal pôde então firmar-se em Portugal, e decretar as medidas necessarias não só para a convocação das Côrtes, como outras tendentes á administração publica.

O primeiro logar do Brazil, onde se soube d'esses

acontecimentos, foi no Pará, e, apezar de serem as queixas de Portugal fundadas sobre a abertura dos portos brazileiros ao commercio estrangeiro, e sobre a estada do soberano no Rio de Janeiro, o pronunciamento constitucional do Porto encontrou logo muitos adherentes. As tropas da guarnição insufladas por Filippe Alberto Patroni Maciel Parente, e o povo da cidade de Belém declararam-se abertamente pela revolução liberal, adoptaram a convocação das Côrtes, juraram a constituição que essa assembléa organizasse, depuzeram o Capitão General Conde de Villa Flôr, e estabeleceram uma Junta Governativa, de que foi Presidente o Vigario Capitular (ao depois Arcebispo da Bahia) Romualdo Antonio de Seixas, e Vice-Presidente o Juiz de Fóra Joaquim Pereira de Macedo, collocando a capitania debaixo da autoridade do Governo de Lisbôa.

Na Bahia tres Tenentes Coroneis, Francisco José Pereira, Francisco de Paula Oliveira, e Manoel Pedro de Freitas Guimarães, puzeram-se á testa do movimento, que a 10 de Fevereiro trouxe em resultado a adhesão ao Governo de Lisbôa, e a formação de uma Junta Governativa, de que foi Presidente o Desembargador Francisco Manoel de Moura Cabral, e Vice-Presidente Paulo José de Mello Azevedo e Brito Ter-se-hiam effectuado sem derramamento de sangue essas mudanças politico-administrativas, se o Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes (ulteriormente Marquez de Barbacena) não porfiasse em tomar a artilharia dos revoltosos, morrendo n'essa occasião o Major Hermogenes e 10 soldados, e ficando feridos o mesmo Marechal e 20 praças. Tanto o Capitão General Conde da Palma, que tinha recusado a Presidencia da Junta Governativa, como Caldeira Brant, e diversos funccionarios seguiram para o Rio de Janeiro a bordo da fragata ingleza *Icarus*.

A noticia do movimento revolucionario do Porto de 24 de Agosto chegou ao Rio de Janeiro pelo brigue mercante *Providencia*: é facil conceber-se a impressão que produziu em toda a Familia Real e no Ministerio. Depois de grande perplexidade em adoptar ou os meios propostos por Thomaz Antonio de

Villa Nova Portugal, ou os suggeridos pelo Conde dos Arcos, ou os indicados pelo Conde de Palmella, que chegára com minuciosas noticias de Portugal, veiu o movimento da Bahia resolver a D. João VI a publicar o Decreto de 18 de Fevereiro de 1821, pelo qual tinha de mandar a Portugal o Principe D. Pedro afim de conter os animos e convocar os Procuradores eleitos pelas Camaras do Brazil e Ilhas do Atlantico (que tivessem juizes lettrados), para propôrem reformas e melhoramentos. Além d'isso mandou tambem o Rei convocar immediatamente uma commissão de 20 membros (em grande parte brazileiros) afim de irem trabalhando nas reformas.

Não sortiram bom effeito essas medidas, porque a disposição dos espiritos não queria apenas essas modificações: o povo incitado pelo advogado Marcellino José Alves Macambôa, e diversos corpos da guarnição sob o commando do Brigadeiro Francisco Joaquim Carretti reuniram-se no largo do Rocio, e em altos brados exigiram as reformas constitucionaes proclamadas em Lisboa. Logo que D. João VI soube do que se estava passando, mandou de S. Christovão o Principe D. Pedro com a missão espinhosa de conter a sedição e accommodar as cousas.

Apparecia pela primeira vez D. Pedro intervindo nos negocios publicos em circumstancia tão melindrosa: com a coragem, de que sempre deu provas, atravessou as ondas do povo e tropas, e foi ter ao theatro de S. João, d'onde dirigiu-se ás massas perguntando o que queriam. Não satisfazendo-se os sediciosos com as concessões, que o Principe lhes fazia, voltou elle para S. Christovão a conferenciar com seu Augusto Pai: regressou de novo para o Largo do Rocio, mostrou ao povo o decreto de 24 de Fevereiro approvando a futura Constituição de Portugal, que as Camaras fizessem, e sua adopção no Brazil e mais dominios da corôa portugueza.

Além d'isso communicou o Principe a demissão do Ministerio e de varios funccionarios publicos, que não eram da affeição popular.

Entravam para o novo Gabinete Silvestre Pinheiro Ferreira, com a pasta da guerra e estrangeiros, o Con-

de de Louzãa com a da fazenda, Joaquim José Monteiro com a da marinha, e Ignacio da Costa Quintella com a do reino. Prorromperam enthusiasticos applausos da multidão ; o Senado da Camara foi immediatamente convocado no Theatro de S. João, lavrando-se um acto do quanto occorrêra. — Em seguida o Principe D. Pedro, por si e como representante de seu pai, e o principe D. Miguel prestaram juramento de adoptar a Constituição futura, que as Côrtes fizessem, e convidaram ao povo a proceder da mesma fórma.

Victoriado pelas massas populares, seguiu D. Pedro para S. Christovão, d'onde regressou com D. João VI, o qual foi festejado pela multidão a ponto de tirarem os cavallos da carruagem, e á mão a foram puxando até o paço da cidade, onde continuaram as mais freneticas ovações pelas concessões constitucionaes, que fazia aos seus subditos. E' bem natural que a um rei nascido e criado no absolutismo, tendo já por tantos annos governado por esse regimen, devesse custar bastante fazer taes concessões e insensivelmente deviam acudir-lhe ao espirito as scenas bem semelhantes, que se deram com o infeliz Luiz XVI.

Com a noticia do que tinha-se passado no Rio de Janeiro, tiveram logar no Maranhão, Parahyba, Ceará, e Piauhy adhesões ao movimento constitucional, se bem que depois de algumas desordens. Em Pernambuco o proprio Capitão General Luiz do Rego foi o primeiro a pôr-se á frente do movimento liberal ; mas combinou sómente com os patriotas *portuguezes*, sem ouvir a nenhum dos filhos do paiz : fez jurar as bases da Constituição que as Côrtes fizessem, creou uma Junta Governativa no Recife, da qual tornou-se Presidente, e mandou proceder á eleição de 7 deputados, numero designado pela Regencia de Lisboa. Antecipando um pouco sobre a ordem chronologica dos factos, cumpre-nos dizer que esse procedimento motivou a reunião do povo e da tropa em Goyana, a proclamação de uma outra Junta Governativa, de que foi Presidente Francisco de Paula Gomes dos Santos, e mais

successos até á *Convenção de Beberibe*, pela qual Luiz do Rego com a tropa, que lhe tinha ficado fiel, retirou-se para Portugal, 26 de Outubro.

No Rio de Janeiro os animos em vez de serenarem com as concessões feitas pelo decreto de 24 de Fevereiro, exacerbaram-se com soffreguidão de já quererem entrar no goso das reformas promettidas, e com a ambição de novas regalias; appareceram periodicos, em que o liberalismo era largamente anotado e desenvolvido, chegando-se mesmo a aventar idéas republicanas.

Os Brazileiros por sua vez apresentaram-se com aspirações nobres de independencia; começaram a formar sociedades secretas, em que dominava esse pensamento, e entre os patriotas sobresahiam Joaquim Gonçalves Ledo, Januario da Cunha Barbosa, José Joaquim da Nobrega, José Joaquim da Rocha, Frey Sampaio, todos relacionados com o Juiz de Fóra José Clemente Pereira.

Os conselheiros da corôa suggeriram alvitres variados, que embora divergissem na fórma, convergiam todos para a retirada da Côrte para Lisbôa. O proprio Ministro inglez, Thorton, julgava que a ida de D. João VI e da Familia Real para Portugal era o grande recurso, que as circumstancias reclamavam;—no meio, porém, d'esse *mare magnum* de opiniões era D. João VI quem com o seu bom senso experimentado previa melhor o futuro. Depois de uma reunião prolongada com os seus conselheiros, e adoptada a resolução da partida para Portugal, voltou-se o Rei para Silvestre Pinheiro, unico da sua opinião, e diri iu-lhe essas significativas palavras:—*Que remedio, Silvestre Pinheiro, fomos vencidos.*

Comprehende-se quanto tinha custado a D. João VI resolver-se a deixar o Brazil, onde tinha sido recebido com o mais enthusiastico acolhimento em época bem afflictiva, e onde tinha passado os melhores annos da sua vida. Era natural pois que não publicasse de boa vontade o Decreto de 7 de Março, em que manifestava a sua resolução de partir para Portugal com sua Augusta Familia, deixando o governo do Brazil entregue ao

Principe D. Pedro, até que se estabelecesse a Constituição da Monarchia portugueza.

N'esse mesmo dia publicaram-se tambem as instrucções para as eleições dos Deputados ás côrtes de Lisbôa, e no dia 20 de Abril teve logar a reunião dos Eleitores convocados pelo Ouvidor da Comarca na praça do Commercio, á Rua Direita, hoje 1º de Março.

Tornou-se logo tumultuaria a sessão dos Eleitores, que pouco conhecedores das suas attribuições as ultrapassaram, e começaram a tomar medidas, que não eram da sua competencia. Exigiram a proclamação da Constituição hespanhola de 1812 para ter vigor no Brazil, quizeram que D. João VI mandasse desembarcar os coffres do erario brazileiro, que suppunham embarcados para seguirem para Lisboa, intimaram ás fortalezas que não permittissem a sahida da esquadra com a Familia Real, emquanto os coffres publicos brazileiros não desembarcassem, e quizeram dar ordens ao Commandante das Armas sobre o emprego da força publica.

Annuiu o Rei á primeira exigencia publicando um decreto, em que adoptava a Constituição hespanhola, até que as Côrtes elaborassem uma outra, e quanto ás outras exigencias respondeu que os coffres publicos não tinham sido retirados dos seus competentes logares. Continuava no entretanto cada vez mais o tumulto na sala da sessão: não eram sómente os Eleitores, que deliberavam; massas de povo invadiam o recinto: appareciam tribunos a vociferar e a propôr medidas as mais subversivas da causa publica. Durou a discussão até ás 3 horas da madrugada do dia seguinte: n'essa occasião chegou uma companhia do regimento de caçadores da divisão portugueza, e a sala foi evacuada depois de uma descarga de fusilaria seguida de uma carga á bayoneta.

Dizem diversos historiadores, entre elles o abalisado professor Sr. Dr. Macedo, que não houve intimação prévia por parte da tropa; mas o Sr. Conselheiro Dr. Pereira da Silva na sua bella obra « *Fundação do Imperio* », diz que o Marechal Caula, encarregado de dissolver o ajuntamento do Collegio Eleitoral, intimou ao Presidente e mais membros que se retiras-

sem, adiando para outra occasião as suas sessões, e que foi attendido pela maioria dos Eleitores: os poucos Eleitores que ficaram, e as massas de curiosos intrusos, que não quizeram retirar-se, foram então dispersos por uma companhia do regimento de caçadores, que atirou para o tecto afim de assustar, e que travou luta a ferro frio com os que ainda assim não quizeram retirar-se. Realmente o pequeno numero de mortos, 3, e de feridos, 20, não corresponde a uma descarga á queima roupa sobre massas compactas de povo em um salão, e a uma carga á bayoneta feita por tropa de linha, decididamente hostil aos Eleitores *brazileiros*, porque os soldados eram da divisão portugueza.

Exacerbaram-se por semelhantes scenas os animos da população, dispertando antigos odios entre nacionaes e portuguezes, e todos á uma responsabilisavam o Governo por tão tragico acontecimento, apezar mesmo do abuso dos eleitores.

Promulgou então D. João VI no dia 22 de Abril 2 decretos: um annullando as concessões anteriormente feitas aos Eleitores, e outro nomeando D. Pedro, Regente do Brazil, e seu Logartenente.

Depois de ter feito uma nova organisação do Ministerio e duas proclamações sobre a fidelidade devida ao Principe, retirou-se Sua Magestade com sua Augusta Familia para a náo *D. João VI* na tarde de 24 de Abril, e a 26 do mesmo mez partiu para Portugal. Tão justa previsão tinha D. João VI sobre o futuro proximo do Brazil, que ao despedir-se de seu filho, dizem que lhe recommendára que no caso da separação do Brazil puzesse a corôa na sua cabeça, antes de ser qualquer aventureiro que o fizesse.

Ao terminarmos a nossa lição de hoje cumpre-nos accrescentar, de accôrdo com a opinião do illustrado professor Sr. Dr. Macedo, que o triumpho, que os Portuguezes julgavam ter alcançado, era completamente illusorio, e que cégos eram aquelles que não viam a proxima independencia do Brazil.

LIÇÃO XXXI

Primeiros mezes da regencia de D. Pedro.

Com o Principe D. Pedro tinham ficado dous Ministros; o Conde dos Arcos com a pasta do Reino, e o Conde de Lousã com a da Fazenda; além d'esses, ficaram dous Secretarios, o Marechal Caula para os Negocios Militares, e Manoel Antonio Farinha para a Marinha. Devia o Principe regular-se pelas instrucções e decreto de 22 de Abril de 1821. O Governo achava-se realmente em circumstancias bem embaraçosas para dirigir a não do Estado do Brazil.

A população da cidade do Rio de Janeiro tinha soffrido uma diminuição muito sensivel tanto em numero, como em importancia dos habitantes, que tinham-se retirado. Além da não *D. João VI*, que levava a Familia Real, tinham tambem seguido as fragatas *Carolina* e *Princeza Real*, 6 charruas, muitos transportes, e embarcações mercantes conduzindo cêrca de 4,000 pessoas, que repentinamente deixavam as plagas do Rio de Janeiro, levando os cabedaes que podiam, e esses em ouro. Esses capitaes retirados de chofre deviam produzir falta bem sensivel no Banco do Brazil, e no Commercio. A propria lei organica do Banco e as suas transacções anteriores já lhe tinham acarretado sérios embaraços, que mais ainda se aggravavam com as difficuldades de então; e se, em época anterior, a sua quebra podia ser prophetisada como uma questão de tempo, n'aquella occasião tornava-se inevitavel. Não era sómente o commercio que tinha soffrido; a industria sentia-se extraordinariamente diminuida e quasi paralysada pelo crescido numero de retirantes para Portugal, e pela pouca ou nenhuma confiança, que havia no estado das cousas.

No entretanto, coragem e bons desejos não faltavam ao Principe para ir affrontando as circum-

stancias ; encontrava um grande auxiliar na experiencia proyecta do Conde dos Arcos: queria o Governo da Regencia harmonisar a marcha geral da administração, estendendo-a sobre as outras capitanias ou provincias do Brazil; mas não o podia fazer satisfactoriamente por causa das *Juntas Governativas*, que ahi dominavam. Havia mesmo da parte das Côrtes de Lisboa o plano de enfraquecer o Brazil, de fraccionar a sua administração, estabelecendo a independencia das capitanias umas das outras, com obediencia unicamente a Lisbôa, para assim melhor estabelecer o regimen colonial.

Essas, porém, não eram as vistas do Principe, que fez uma proclamação manifestando as suas intenções de promover a felicidade do Brazil pedindo a coadjuvação geral. Para mais facilmente ouvir a todos, estabeleceu audiencias publicas semanaes, e fixou a sua residencia habitual em S. Christovão, cedendo o Paço da cidade para ahi funccionarem algumas repartições publicas. Reduziu a 1:600$000 a sua mensalidade, e procedeu a reducções, consideraveis nas despezas publicas ; para melhor fiscalisar e promover o bom andamento da administração, visitava frequentemente as repartições publicas ; mandou confeccionar o orçamento da receita e despeza do Brazil, *primeira vez que semelhante cousa se fazia*. Ordenou a abolição de certos impostos vexatorios e contribuições onerosas : providenciou sobre o commercio maritimo das capitanias, igualando a pauta das alfandegas, e isentando de direitos o commercio das capitanias de umas para as outras. Igualou o soldo e etapa dos soldados brazileiros aos dos portuguezes.

Lutava o Principe com sérios embaraços financeiros para preencher o *deficit*, que figurava no orçamento, e que era implacavelmente grande. Para aggravar essas difficuldades, as provincias do norte, obedecendo com as suas Juntas Governativas ás Côrtes de Lisboa, não mandavam para o Rio de Janeiro os saldos das suas rendas, e o Principe era forçado a despender com a Banda Oriental, Rio Grande do Sul, e Santa Catharina. O *deficit* provavel de

2,800 contos no orçamento da despeza tinha toda a tendencia a augmentar. O estado do Erario Publico era na verdade contristador: só ao Banco do Brazil devia 10,000 contos, fóra 3,000 contos á casa de Young & Finnie, e ao Visconde do Rio Secco, além de outras dividas avultadas que tinha. Para fazer frente a tantas difficuldades, que assoberbavam a sua regencia, ia o Principe instituindo as reformas, que as circumstancias reclamavam.

Antecipando concessões e regalias constitucionaes, permittiu a liberdade da imprensa, e determinou que a prisão só pudesse ter logar, quando effectuada por ordem do Juiz Criminal da Comarca, salvo o caso de flagrante delicto, quando podia ser feita por qualquer do povo.

Não podia haver prisão sem culpa formada e ao menos duas testemunhas contestes; os instrumentos de tortura ficavam abolidos.

Emquanto o principe D. Pedro procedia por essa fórma, fazendo jus á estima e consideração dos Brazileiros, as capitanias do norte tinham vistas bem diversas; a Bahia recusava terminantemente obedecer á sua autoridade prestando-se á obediencia directa das Côrtes de Lisbôa, sendo esse exemplo seguido pelo Ceará e Maranhão.

Em Pernambuco a animosidade entre Brazileiros e Portuguezes ia continuando a traduzir-se por factos de maxima importancia. O Governador Luiz do Rego na noite de 21 de Julho recebêra um tiro de bacamarte, e mandára proceder a muitas prisões estabelecendo um regimen oppressivo: as principaes influencias brazileiras reuniram se em Goyana, estabeleceram por seu turno uma Junta Provisoria, cuja presidencia confiaram a Francisco de Paula Gomes dos Santos, e começaram as represalias contra os partidistas do Governador Luiz do Rego e da sua Junta Governativa: travou-se um combate perto da ponte de Olinda, 6 de Outubro e 21 de Setembro.— Prevendo o resultado da luta, pediu e obteve Luiz do Rego a capitulação conhecida pelo nome de *Capitulação de Beberibe*, pela qual elle e as tropas, que lhe eram fieis, podiam retirar-se para a Europa, o

que realisaram a 26 de Outubro. N'esse mesmo dia em virtude do decreto de 1º de Setembro, e Carta Régia de 2 do mesmo mez, elegeu-se a primeira Junta Provisoria de Pernambuco, da qual foi Presidente Gervasio Pires Ferreira, tomando posse no dia seguinte na Camara de Olinda.

Não era sómente no norte que a tranquillidade publica se achava alterada; em Montevidéo tinha-se dado um levante das tropas, capitaneado pelo Coronel Claudino Pimentel. O Capitão General Lecór, Barão da Laguna, foi acquiescendo com o que os revoltosos queriam, e estabeleceu-se uma Junta Provisional de Governo, de que o mesmo Lecór tomou a Presidencia. Consultada a população da Banda Oriental sobre a sua condição de existencia politica, decidiu uma Assembléa de Deputados a 31 de Julho de 1821, que continuasse a sua encorporação aos dominios portuguezes com o nome de *Provincia, ou Estado Cisplatino*, mediante certas regalias e disposições regulamentares.

A provincia de S. Paulo adoptou uma politica ainda mais independente do que as outras; acclamou uma Junta Governativa, de que foi Presidente João Carlos Augusto de Oyenhausen (ulteriormente Marquez de Aracaty), e Vice Presidente José Bonifacio de Andrada e Silva, reconhecendo apparentemente a autoridade da regencia do Principe, mas propondo-se a governar por si mesma.

A autoridade do Principe influia pois unicamente nas provincias do Rio de Janeiro, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, algum tanto ainda em Montevidéo, e em Minas Geraes, que começava a agitar-se. Nas Alagôas, Parahyba, Ceará, e Rio Grande do Norte as Côrtes e o governo de Lisbôa tinham muito mais influencia do que D. Pedro.

Em taes circumstancias teve logar a eleição dos Deputados Brazileiros ás Côrtes de Lisboa, entre os quaes mencionaremos os nomes de Custodio Gonçalves Ledo, Francisco Villela Barbosa, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Diogo Antonio Feijó, Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro, Pedro de Araujo Lima, José Lino Coitinho,

José Martiniano de Alencar, e o Bispo D. Romualdo de Souza Coelho.

No Rio de Janeiro era grande a agitação dos clubs e das sociedades secretas; os republicanos queriam valer-se das circumstancias para implantar as suas idéas; os independentes não se poupavam a esforços, para que tivesse logar, senão a separação do Brazil dos dominios da corôa portugueza, ao menos a formação de um Estado que tivesse um governo seu especial e privativo: a attitude das tropas portuguezas pronunciava-se inteiramente favoravel ao partido recolonisador, que queria a instituição do antigo regimen colonial; e os absolutistas não podiam tolerar de bom grado a propagação e adopção das idéas liberaes, que tinham motivado as fórmas constitucionaes de governo, e queriam a volta dos tempos governativos sem o trambolho da constituição.

No turbilhão de opiniões politicas tão divergentes appareciam as brilhantes e patrioticas publicações do *Reverbéro*, feitas ou inspiradas por Gonçalves Ledo, Conego Januario, Frey Sampaio, e outros, com participação directa de José Clemente Pereira, que, apezar de ter nascido em Portugal, reconhecia a necessidade da independencia do Brazil, e a promovia por todos os meios ao seu alcance. Era difficil a posição em que se achava o Principe D. Pedro como herdeiro presumptivo da corôa de Portugal e dos seus dominios, nos quaes se achava o Brazil, e como victima do procedimento inqualificavel das Côrtes Constituintes de Portugal.

N'este entretanto chegaram noticias, mas não officiaes, a 2 de Junho, de terem sido juradas em Lisboa as bases da Constituição; aguardou D. Pedro por conselho do Conde dos Arcos a vinda de noticias officiaes, para então proceder de accôrdo com ellas; a guarnição portugueza, porém, entendeu dever precipitar os acontecimentos. Deu-se um levantamento das tropas portuguezas commandadas por Jorge de Avilez, e effectuado no Largo do Rocio, exigindo o juramento das bases da Constituição Portugueza, a demissão do Conde dos Arcos, a formação de uma Junta, que com o Principe governasse o Rio de Janeiro, e uma Commissão Militar, que tomasse parte no commando das armas.

Annuiu D. Pedro a essas exigencias para não exacerbar os animos, e para poder dirigir a marcha dos acontecimentos. Procedeu-se, pois, ao juramento das bases da Constituição Portugueza, teve logar a demissão do Conde dos Arcos, o qual partiu para Lisboa, nomearam se 2 adjuntos para o Commandante das Armas, e creou-se uma Junta de 9 membros para auxiliar o Governo. Felizmente, para membros d'essa Junta foram eleitos homens moderados e bem intencionados, que não embaraçaram a administração do Principe, e, conforme diz o Sr. Visconde de Cayrú nas suas memorias, nos fins de Julho d'esse mesmo anno a Junta dissolveu-se por si mesma.

Queixava-se D. Pedro a seu pai das difficuldades em que laborava, e da maneira pela qual as Côrtes lhe contrariavam as vistas, e lhe suggeriam milhares de tropeços. O procedimento da divisão portugueza tinha-o magoado profundamente, emquanto lhe agradavam as maneiras attenciosas e respeitosas do partido dos Brazileiros. Para atear mais a exaltação dos animos no Rio de Janeiro, chegou de Lisboa a Lei de 24 de Abril de 1821 declarando todos os governos provinciaes independentes do do Rio de Janeiro, e só sujeitos aos Tribunaes e Governo de Lisboa. E' facil comprehender-se a impressão desagradavel, que uma tal medida devia produzir no principe e em todos os Brazileiros, principalmente com a noticia de que o partido portuguez na Bahia tinha pedido a restauração do estado colonial. As desobediencias da Junta da Bahia ao Principe tinham além d'isso sido julgadas muito regulares pelas Côrtes, que mandaram reforços para essa capitania, afim de resistir mais energicamente. Como podia o Principe D. Pedro supportar tanto desprestigio da sua força moral e quebra da sua autoridade, vendo-se reduzido a simples Capitão Mór do Rio de Janeiro! Ainda assim quiz D. Pedro manter a união do Brazil com Portugal, não approvando as manifestações que se faziam pela independencia.

A exaltação dos espiritos chegou ao auge com os dois decretos, ns. 124 e 125 com data de 29 de Setembro, supprimindo os Tribunaes do Rio de Janeiro, e ordenando ao Principe D. Pedro que fosse viajar na

Europa afim de aprimorar a sua educação em França, Inglaterra e Hespanha, e determinando que dentro de 2 mezes se elegesse uma Junta para governar o Rio de Janeiro, só recebendo leis de Lisboa, como se dava nas outras provincias.

Não deixaram os independentes de se aproveitar do grande auxiliar, que a reprovação geral d'essas medidas lhes proporcionava ; fizeram-se reuniões na rua da Ajuda em casa do advogado Capitão-Mór José Joaquim da Rocha, para combinar-se nos meios de impedir a partida do Principe, e decidiu-se mandar emissarios a S. Paulo e a Minas para terem a cooperação das Juntas d'essas 2 provincias, afim de que o Principe não partisse para a Europa. Para S. Paulo seguiu (22 de Dezembro de 1821) Pedro Dias Paes Leme (ao depois Marquez de Quixeramobim), e para Minas foi Paulo Barbosa da Silva (20 de Dezembro do mesmo anno). A Junta de S. Paulo, de que era Vice-Presidente José Bonifacio de Andrada e Silva, fez a sua representação n'esse sentido a 24 de Dezembro, sendo entregue ao Principe a 31 do mesmo mez, como diz o Sr. Dr. Macedo. O Senado da Camara de S. Paulo, de que era Presidente José da Silva Carvalho, representou tambem a 31 de Dezembro no mesmo sentido, mas esta representação chegou dias depois de 9 de Janeiro seguinte.

Hesitava ainda D. Pedro no que tinha de fazer: como herdeiro da corôa portugueza queria conservar a união entre o Brazil e Portugal, para um dia tocar-lhe em inteiro a monarchia portugueza com os seus dominios, dos quaes o Brazil era uma parte avultada ; mas por outro lado reconhecia que no estado a que as cousas tinham chegado a independencia do Brazil era uma questão apenas de tempo, e que mais dia menos dia ella tinha de dar-se: resentido como se achava contra o procedimento das Côrtes, inclinava-se decididamente para os Brazileiros.

LIÇÃO XXXII

Desde o dia do Fico até o do Ypiranga.

9 de Janeiro a 7 de Setembro de 1822.

A marcha dos acontecimentos mostrava claramente ao Principe Regente que a sua retirada para Portugal acarretava a proclamação immediata da independencia total do Brazil, mas então não mais sob a dynastia Bragantina, e antes sim á imitação de Buenos-Ayres, e das outras republicas visinhas. Se uma tal perspectiva não sorria a D. Pedro de Bragança, tambem ella não agradava ao partido numeroso, que queria a independencia, mas não sob a fórma de governo, que tão máo resultado pratico apresentava nas colonias hespanholas. Trataram, pois, os chefes influentes da época de marchar unidos para um mesmo objectivo, que n'aquella occasião era a continuação da estada do Principe no Brazil, e n'essa conformidade confiaram á habil penna de Fr. Francisco de Sampaio a redacção de uma representação ao proprio D. Pedro.

Em muito poucos dias contou esse papel para mais de 8,000 assignaturas; em falta de gazetas, que annunciassem os logares, em que se podia assignar a representação, jovens enthusiastas fixavam denodadamente annuncios e convites patrioticos nas esquinas das ruas, affrontando a perseguição e hostilidades da divisão auxiliadora portugueza.

Assignada a representação em casa do Capitão-Mór José Joaquim da Rocha, na de José Mariano de Azeredo Coutinho, e em varios outros logares, foi ella entregue a 29 de Dezembro ao Senado da Camara, a cujo Presidente o Corpo Commercial pediu tambem, 2 de Janeiro de 1822, que ponderasse ao Principe a necessidade da não obediencia aos ultimos decretos das Côrtes portuguezas.

No dia concedido pelo Principe para a audiencia,

9 de Janeiro de 1822, deu-se o maior apparato possivel á solemnidade da entrega da petição dos Fluminenses, acompanhando tambem o sequito o Coronel Manoel Carneiro da Silva Fontoura por parte da Junta Governativa do Rio Grande do Sul, e os representantes das Camaras das Villas de Magé e de Santo Antonio de Sá. Depois de ter desfilado imponente o prestito pelas ruas do Ouvidor e Direita, foi o Senado da Camara recebido ao meio dia pelo Principe Regente no paço da cidade. Recitou então José Clemente Pereira um discurso, em que principiava por dizer que *a partida de Sua Alteza Real seria o decreto, que teria de sanccionar a independencia do Brazil*. Passava a commemorar os soffrimentos do Brazil e as injustiças das Côrtes de Lisboa; manifestava as disposições dos povos de não aceitarem a recolonisação nem o jugo da escravidão; apontava os meios de evitar a separação, entre os quaes sobresahia a continuação do Principe na Regencia, que lhe tinha sido confiada por D. João VI. A representação do Povo abundava n'essas e outras considerações analogas, e frisava terminantemente que « *o navio, que reconduzisse o Principe Real appareceria no Tejo com o pavilhão da independencia do Brazil.* »

E' facil conceber-se a impressão que semelhante mensagem devia produzir no animo de D. Pedro, principalmente quando sabia que em breve chegariam das provincias de S. Paulo e Minas Geraes representações identicas, tendo já recebido o Officio da Junta Provisoria Governativa de S. Paulo com data de 24 de Dezembro de 1821. Apezar de estar preparado para essa scena, e de ter mesmo na vespera de Natal (*a*) manifestado ao proprio José Clemente disposições favoraveis a ficar no Brazil, no entretanto reluctou um pouco na resposta, que lhe cumpria dar a um tal pe-

(*a*) Asserção de José Clemente Pereira no seu discurso na Camara dos Deputados a 14 de Junho de 1841. — Ao Coronel Gordilho de Barbuda (M. de Jacarépaguá) tambem D. Pedro dissera que ficaria, se fosse essa a unanime vontade dos povos do Rio de Janeiro, S. Paulo, e Minas.

dido ; afinal tomou uma resolução, e proferiu as historicas palavras, que pelo presidente do Senado da Camara (*a*) foram immediatamente transmittidas aos peticionarios : «*Como é para bem de todos, e felicidade geral da Nação, diga ao povo que fico.* »

Calorosos applausos acompanharam tão benigna decisão, e improvisaram-se esplendidos festejos para solemnisal-a, porque effectivamente era um passo agigantado para a realisação da independencia do Brazil. O partido republicano, e o partido portuguez da recolonisação não podiam ver com bons olhos a solução, que aquella crise tivera. Os republicanos eram pouco numerosos, e não tinham elementos de acção sufficientes; os partidarios da recolonisação além de serem numerosos, avultavam tambem pelo apoio da Divisão Auxiliadora, composta de tropas portuguezas, á cuja frente achava-se o Tenente General Jorge de Avilez Zuzarte de Souza França, disposto a intervir nos acontecimentos.

As hostilidades não fizeram-se demorar ; praças da Divisão Auxiliadora dispersaram-se pelas ruas da cidade na noite do dia 10, e foram commettendo quanta tropelia podiam contra os brazileiros ; quebraram vidraças das casas illuminadas, apagaram os fogos de artificio, e foram insultando aos que tomavam parte nos regosijos publicos.

Para melhor firmar a adhesão das suas tropas, tinha Jorge de Avilez espalhado que pedira demissão do commando, ao que o Principe tinha annuido, tratando de substituil-o por um general brazileiro ; mas logo que teve em resposta que os seus officiaes e soldados não admittiam outro chefe, manobrou de modo a mudar a nova ordem de cousas, e a promo-

---

(*a*) Por Provisão de 11 de Março de 1748 a Camara Municipal do Rio de Janeiro teve a denominação de Senado. — Por despacho de 6 de Fevereiro de 1818 teve o tratamento de *Senhoria*, e por decreto de 9 de Janeiro de 1823 teve o de *Illustrissima*. — A lei de 1.º de Outubro de 1828 reformou o antigo Senado da Camara, estabelecendo a maneira da eleição e as attribuições das Camaras Municipaes — (Vide as *Ephemerides Nacionaes* do Sr. Dr. Teixeira de Mello, dia 16 de Janeiro de 1830.)

ver um levantamento militar semelhante aos que tinham-se dado anteriormente. Nos planos de Jorge de Avilez entrava a idéa de surprehender o Principe á sahida do theatro, leval-o em acto continuo com a Princeza D. Leopoldina e os 2 filhos (Principe D. João e a Princeza D. Maria da Gloria) para a Fortaleza de Santa Cruz, d'onde embarcariam para bordo da fragata *União*, que estava prompta para seguir viagem.

Mal succedido n'essa tentativa pelas medidas energicas de D. Pedro, avisado em tempo, e não tendo podido conservar em obediencia os regimentos brazileiros, foi Jorge de Avilez com a Divisão Auxiliadora tomar posição no Morro do Castello, e preparou-se para romper o fogo, assentando uma peça de artilharia contra a casa do Capitão Mór José Joaquim da Rocha, sita á rua da Ajuda n. 64.

Nem D. Pedro, nem os Brazileiros tinham ficado inactivos; além de um grande numero de cidadãos, reuniram-se no Campo de Sant'Anna varios regimentos de milicianos da cidade e dos arredores com alguma força de primeira linha, e mandaram vir da Praia Vermelha artilharia puxada por cavallos e bestas das cavallariças do principe. Fez então D. Pedro uma proclamação adequada ás circumstancias, e escreveu aos Governos de S. Paulo e Minas para que expedissem com urgencia para o Rio de Janeiro as forças que pudessem dispensar. A energia do Principe, a attitude da população e das tropas, que lhe tinham ficado fieis, fizeram ver a Jorge de Avilez a pouca probabilidade de bom exito, e as gravissimas consequencias da luta sanguinolenta, que ia travar. Annuiu ás intimações de D. Pedro feitas pelo General Joaquim Xavier Curado, e offereceu-se para capitular, retirando-se com a sua divisão para a Praia Grande, até chegarem de Portugal as tropas, que deviam rendel-a.

Effectuada n'esse mesmo dia, 12 de Janeiro, a retirada da divisão portugueza para a Praia Grande, ahi ainda por algum tempo Jorge de Avilez quiz ir de encontro ás determinações do Principe; mas afinal não teve remedio senão sujeitar-se até apromptar-se

a esquadrilha que o tinha de transportar com a sua gente para Portugal, realisando-se a partida a 15 de Fevereiro.

Emquanto se jugulava essa insubordinação das tropas portuguezas, o Ministerio instava pela sua demissão, que pedira desde o dia do *Fico*, e D. Pedro nomeou, a 16 de Janeiro, para Ministro do Reino e dos Estrangeiros a *José Bonifacio de Andrada e Silva*, para a Guerra *Joaquim de Oliveira Alvares*, para a Fazenda *Caetano Pinto de Miranda Montenegro*, continuando na repartição da Marinha *Manoel Antonio Farinha*.

Tinha José Bonifacio vindo de S. Paulo, portador da representação da Camara d'essa cidade no mesmo sentido da que a 9 de Janeiro os povos e a Camara do Rio de Janeiro dirigiram ao Regente; a 26 do mesmo mez foi essa representação entregue ao Principe com grande solemnidade.

Entrando para o Ministerio, mostrou logo José Bonifacio a actividade, resolução, e talento de que era dotado; a sua posição elevada na governança, os seus profundos conhecimentos litterarios e scientificos o constituiam um dos principaes directores dos acontecimentos, e d'ahi em diante, se não foi realmente o mentor de D. Pedro, porque esse Principe não se curvava com facilidade a suggestões alheias, gostava de ter resoluções suas proprias, ao menos tornou-se o seu oraculo mais frequentemente consultado.

O novo Ministerio publicou logo um decreto, 16 de Fevereiro, convocando um Conselho de Procuradores Geraes de Provincias, que devia reunir-se no Rio de Janeiro. Esse Conselho, que tinha de coadjuvar a autoridade suprema do Regente, teria de propôr e examinar os projectos necessarios de reforma, e mais medidas vantajosas para o Brazil, advogando a causa particular das suas respectivas provincias, as quaes deviam mandar de 1 a 3 Procuradores, conforme fossem menos de 4, ou mais do que 8, os deputados que mandavam ás Côrtes de Lisboa.

D'ahi a poucos dias, 21 de Fevereiro, appareceu um outro decreto ordenando que lei alguma das Côrtes de

Lisbôa fosse obedecida no Brazil sem o *Cumpra-se* do Principe Regente.

Estava, pois, o Brazil lançado em plena revolução contra Portugal, e não era mais possivel parar sem ter obtido uma completa independencia, embora tanto o Principe, como os Ministros, e as Camaras Municipaes ainda fizessem protestos e juramentos que não queriam, nem desejavam separar-se dos seus caros irmãos de Portugal. Parece á primeira vista que havia contradicção, quando realmente assim não era; todos reconheciam a impossibilidade da união depois do dia do *Fico*: o que era preciso era muita prudencia e muito tino para que não houvessem pronunciamentos intempestivos. Além d'isso, que solução pratica podia ter o regimen governamental do Brazil, como achava-se então constituido, já tão emancipado de Portugal, que impunha o seu *Cumpra-se* para executarem-se os decretos e leis portuguezas?

Seria uma utopia voltar o Brazil ao regimen colonial, de monopolios e governos militares, depois da posição a que tinha subido de metropole da monarchia portugueza, tendo sido tão considerado pelo proprio Soberano, que, na hora da sua partida para Lisboa, lhe deixou a Regencia do Principe Real e um Ministerio! Para que as Côrtes de Portugal conseguissem levar ávante os seus planos de recolonisação, era preciso que procedessem novamente á conquista, e impuzessem pela força das armas as suas decisões; mas então cumpria que os exercitos que mandassem fossem numerosos e bem aguerridos, porque os *patriotas portuguezes*, que queriam liberdades para si e oppressão para os Brazileiros, não deviam ignorar o quanto custa *fazer reinar a paz em Varsovia*. A divisão de Jorge de Avilez tinha, sem esforços extraordinarios, sido remettida para Portugal a 15 de Fevereiro, e o Governo de D. Pedro estava disposto a não permittir o desembarque de mais tropas portuguezas em littoral brazileiro, conforme determinou a circular do Principe Regente ás Juntas Governativas das provincias maritimas, 17 de Março.

Vigoravam essas disposições, antes mesmo da expedição da circular, quando apresentou-se, 9 de Março,

no porto do Rio de Janeiro uma esquadra portugueza sob o commando de Francisco Maximiano de Souza, tão improficuamente esperada por Jorge de Avilez para reforço das legiões lusitanas. As providencias acertadas, tomadas pelo Governo do Regente, impuzeram a Francisco Maximiano a mais completa submissão ás exigencias de D. Pedro: não se permittiu desembarque, senão aos que quizessem alistar-se nos corpos brazileiros, e ordenou-se-lhe a entrega da fragata *Carolina*, de que o Principe tinha necessidade. A 23 do mesmo mez retirou-se do porto do Rio de Janeiro a esquadrilha de Francisco Maximiano com menos a referida fragata, cêrca de 400 homens que tinham-se alistado ao serviço do Brazil, e grande numero de praças, que desertaram de bordo.

Mais ou menos por esses tempos chegavam do Rio Grande do Sul, de Montevidéo, Goyaz, Santa Catharina deputações, que manifestavam a sua adhesão á autoridade regencial do Principe. Se no Sul do Brazil as cousas iam sendo tão favoraveis á causa da independencia nacional, no Norte o horisonte politico cobria-se de grossas nuvens, e em muitos pontos lutas sanguinolentas estabeleciam-se.

O Para' e o Maranhão obedeciam completamente a Juntas Governativas, organisadas de conformidade com o decreto de 29 de Setembro de 1821.—O Piauhy era um verdadeiro satellite do Maranhão.—O Ceara' depois de manifestar adhesão ao governo do Principe, e mandar cumprir o decreto sobre a eleição de Procuradores da Provincia, arrefeceu o seu patriotismo pela reprehensão, que as Côrtes Portuguezas lhe mandaram por Aviso de 18 de Julho de 1821.—O Rio Grande do Norte não se pronunciava pelo Rio de Janeiro, nem por Lisbôa, e era victima de desenfreada anarchia.—A Parahyba do Norte acompanhava ainda uma vez a attitude de Pernambuco.

Em Pernambuco as idéas resentiam-se ainda do republicanismo de 1817, e por isso os movimentos patrioticos foram contra as Côrtes de Lisbôa, tendendo a seguir o Rio de Janeiro. As imprudencias do Commandante das Armas, José Maria de Moura,

tinham provocado um levantamento geral, 25 de Janeiro, que, depois de porfiado combate e de diversas representações de varias Camaras da provincia teve em resultado o embarque do batalhão dos Algarves, 30 de Janeiro. A Junta Governativa mostrou então o bom senso de recusar receber novos contingentes portuguezes, e o povo não pôde tolerar no commando das armas o Brigadeiro José Corrêa de Mello, que tinha ido substituir a José Maria de Moura em 18 de Fevereiro. A Junta reconheceu a autoridade do Principe Regente, a principio com algumas restricções, 1º de Junho, mas prestou-lhe depois plena obediencia.

A Provincia das Alagôas estava completamente sujeita ás Côrtes de Lisbôa.

Sergipe compartilhava os destinos da provincia da Bahia.

Na Bahia o Commandante das Armas, Manoel Pedro de Freitas Guimarães (Brazileiro), teve, apezar de mais antigo, que ceder o commando ao Brigadeiro Luiz Ignacio Madeira de Mello, nomeado por Carta Régia de 9 de Dezembro de 1821, chegada de Portugal a 11 de Fevereiro seguinte; nem á população, nem á Junta Provisoria, nem á Camara Municipal pareceu justa uma tal medida, sobretudo recahindo a nomeação em pessoa tão exageradamente hostil aos Brazileiros; a pretexto de algumas formalidades omittidas na carta da nomeação, como a falta de participação official, etc., declararam-se em manifesta opposição, e estabeleceram uma Junta, que assumisse aquella autoridade. Seguiram-se conflictos parciaes nos dias 17 e 18; a 19 de Fevereiro houve um renhido combate, que durou até 20, cabendo a victoria ás forças do General Madeira, que a 21 occuparam o Forte de S. Pedro, abandonado pelos Brazileiros.—Manoel Pedro de Freitas Guimarães depois de preso foi remettido para Portugal.—Apezar dessa victoria, e senhor da cidade, Madeira viu-se a braços com a resistencia que lhe foi apresentando o patriotismo da heroica provincia da Bahia, que depois de ter feito um pronunciamento na villa da Cachoeira, 25 de Junho, ahi estabeleceu uma Junta interina Conciliadora de Defesa, e foi estendendo o movimento revolucionario pelas villas de

Santo Antonio, S. Francisco, Maragogipe, Cachoeira e outras localidades. Estava começada a guerra entre as forças do General Madeira, que abraçavam o partido das Côrtes de Lisbôa, e os Brazileiros, que obedeciam ao Governo do Rio de Janeiro: tal foi na Bahia o principio da guerra da independencia, que tanto sangue devia custar aos briosos Bahianos, e que só tinha de terminar a 2 de Julho de 1823.

Emquanto no norte do Brazil davam-se as luctuosas scenas, cuja descripção esboçámos, na provincia de Minas Geraes attribuiam-se intenções antiliberaes ao Governo do Principe, e graves dissenções começavam a apparecer: para serenar os animos julgou D. Pedro necessaria a sua presença, e para lá partiu, 25 de Março, acompanhado de uma comitiva muito resumida, levando como seu Ministro a Estevão Ribeiro de Rezende, posteriormente Marquez de Valença. Enthusiasticamente recebido em Barbacena, S. João d'El-Rei, S. José, Queluz, Villa Rica, e outras localidades, restabeleceu com toda a facilidade a concordia e captivou a confiança geral, regressando para a côrte, onde chegou a 25 de Abril no meio da mais cordial recepção.

Chegavam n'esse entretanto a Lisbôa as noticias do que se tinha passado n'esta Côrte em relação ao *Fico*, e as cartas do Principe acompanhando as representações da Junta de S. Paulo, dos moradores, e do corpo Commercial do Rio de Janeiro. De assombroso espanto ficaram possuidos os deputados portuguezes quando souberam do *arrôjo* com que os Brazileiros pediam á Constituinte de Lisboa não sómente a revogação das leis ultimamente publicadas sobre o Brazil, mas tambem a fundação de um governo proprio, com um centro proximo de união para as suas provincias sob a regencia do Principe Real, tendo uma administração interna sua, e ligado apenas a Portugal pelos laços da politica geral, e particularmente externa. A não obter essas concessões, seria o Brazil levado a separar-se completamente de Portugal.

Tentaram ainda alguns deputados portuguezes sensatos de conter a precipitação da marcha da independencia os do Brazil, propondo commissões que estudassem

acontecimentos, e que suggerissem medidas conciliatorias. Prevaleceu, porém, a opinião dos exaltados, á cuja frente achavam-se Fernandes Thomaz e Ferreira Borges, que queriam a sujeição completa do Brazil ás Côrtes de Lisboa e á recolonisação. O Governo Portuguez já tinha feito publicar o Aviso de 7 de Março de 1822 aos seus agentes no estrangeiro para oppôrem-se formalmente á remessa de armas e petrechos bellicos para portos brazileiros, e já tinha mandado apressadamente preparar novas tropas para serem remettidas para o Brazil.

No meio de todas essas hostilidades a brilhante pleiade de deputados brazileiros mantinha impávida as pretenções dos seus compatriotas, affrontando as discussões da tribuna, sem recuar mesmo diante dos insultos e doestos, que lhe assacavam. Antonio Carlos, Villela Barboza, Barata de Almeida, Lino Coutinho, Diogo Antonio Feijó, Araujo Lima, Campos Vergueiro, Fernandes Pinheiro, e outros, dedicavam-se corajosamente aos interesses da sua patria, arriscando em muitas occasiões as suas pessoas contra as galerias turbulentas e populaça amotinada.

Vejamos agora em contraposição o que se passava no Brazil. A marcha da opinião publica tendia cada vez mais para apressar a independencia nacional: os animos não tinham-se assustado com as disposições bellicosas de Portugal. Para nullificar as instrucções do Gabinete de Lisboa sobre a remessa de petrechos bellicos, o Ministro José Bonifacio communicou aos agentes consulares estrangeiros que o Governo do Rio de Janeiro dispensava despachos de autoridades portuguezas para os objectos de guerra e marinha, e que esses artigos seriam recebidos nas alfandegas brazileiras independentemente das formalidades fiscaes existentes, Junho de 1822.

Antes d'essa circular de José Bonifacio tinham os povos do Rio de Janeiro no dia anniversario do natalicio de D. João VI, 13 de Maio, offerecido por intermedio do Senado da Camara a D. Pedro o titulo de Defensor Perpetuo do Brazil, que o Principe dignou-se de acceitar. Poucos dias depois pediram a convocação de uma Assembléa Constituinte Brazileira, em vez do

Conselho de Procuradores Geraes, já decretado pelo Governo. Não annuiu D. Pedro immediatamente a um tal pedido; mas tendo reconhecido mais tarde que essa era a opinião publica geral, acceitou a idéa, e mandou convocar uma Assembléa Geral Constituinte Legislativa, 3 de Junho, sendo as eleições feitas pelas instrucções ulteriormente publicadas, 19 de Junho.

Tinha havido essa tão grande concessão liberal, quando D. Pedro modificou o seu Ministerio, confiando a pasta da Fazenda ao illustre paulista Martim Francisco Ribeiro de Andrada, irmão de José Bonifacio;— Caetano Pinto de M. Montenegro passou para a repartição da Justiça novamente creada, e Luiz Pereira da Nobrega para a da Guerra, 3 de Julho.

Uma das cousas mais urgentes, a que tinha de attender o Ministerio, era a difficuldade financeira: para esse fim o novo Ministro da Fazenda contrahiu com os particulares d'esta côrte um emprestimo de 400 contos para continuarem os preparativos de auxilios para os patriotas bahianos. Com effeito em breve seguiu para esse fim uma esquadrilha sob o commando do chefe de divisão Rodrigo Antonio de Lamare, levando a seu bordo 300 praças de desembarque, debaixo das ordens do Brigadeiro Pedro Labatut, que tinha praticado a arte da guerra nas campanhas de Napoleão Bonaparte. No dia 21 de Agosto conseguiu desembarcar a tropa no porto de Maceyó, não tendo podido realisar o desembarque nas costas da provincia da Bahia, na Torre de Garcia d'Avila ou em Itapoan.

Aos preparativos bellicos de Portugal respondeu o Governo de D. Pedro pelo decreto de 1º de Agosto declarando inimigas e tratadas como taes as tropas que d'esse reino, ou qualquer outra parte fossem remettidas para o Brazil, sem conhecimento prévio do Regente. Mandou além disso o Principe publicar uma proclamação aos Brazileiros, 1º de Agosto, começando pelas celebres palavras—« *Está acabado o tempo de enganar os homens* »;—passava a historiar os motivos da luta travada com Portugal, procurava conciliar os animos dos povos para se reunirem sob a autoridade do Regente para um fim commum, e desilludia aos que ainda esperavam pela volta do regimen colonial

com as patrioticas phrases: « *Não se ouça entre vós outro grito que não seja união.—Do Amazonas ao Prata não retumbe outro echo, que não seja independencia.—Formem todas as nossas provincias o feixe mysterioso, que nenhuma força póde quebrar.*»

A essa enthusiastica proclamação seguiu-se, 6 de Agosto, um manifesto ás Nações Amigas, no qual explicava-se-lhes a marcha dos acontecimentos, continuava-se-lhes com a franquia dos portos brazileiros ao commercio, e eram convidadas a manter as relações de mutuo interesse e amisade, mandando para o Brazil consules e outros agentes diplomaticos, acceitando tambem aquelles que o Principe nomeasse durante o captiveiro e coacção, em que se achava D. João VI.

Chegando a Portugal a noticia desses factos, resolveram as Côrtes empregar as mais fortes represalias, e foram successivamente lavrando decretos desorganisadores do reino luso-americano. Declararam nullo e irrito o decreto de D. Pedro de 3 de Junho, convocando a Assembléa Constituinte Brazileira. Nomearam uma nova Regencia para o Brazil, com ministros novos, sendo todos elles partidarios da recolonisação, e intimaram ao Principe Real a sua retirada no prazo de um mez, sob pena de proceder-se contra elle na fórma das leis.

Não respeitaram as Côrtes os protestos e escrupulos dos deputados brazileiros de não quererem jurar uma Constituição formulada por Portugal, contra a qual tinham votado na discussão de muitos artigos, principalmente nos concernentes ao Brazil. Tão longe foram as perseguições e vexames, a que estiveram expostos os deputados brazileiros, que varios delles viram-se forçados a furtivamente retirarem-se para Inglaterra, afim de escaparem a maiores perigos. Esses sete deputados foram—Antonio Carlos, Costa Aguiar, Bueno, Feijó, Gomes, Barata, e Lino Coutinho.

Os dous primeiros publicaram logo em Falmouth um protesto em que historiavam o occorrido, atiravam á Constituinte Portugueza as mais cabidas censuras, e justificavam a sua retirada para salvarem as vidas tantas vezes ameaçadas pela populaça de Lisbôa; os outros cinco fizeram d'ahi a dous dias protesto analogo.

Emquanto tanto soffriam pela patria os deputados brazileiros, em S. Paulo iam lavrando divergencias graves, que ameaçavam produzir sérios conflictos. D. Pedro, lembrado da utilidade pratica que a sua viagem a Minas tinha produzido, serenando os animos e restabelecendo a homogeneidade da acção governamental, resolveu-se a partir para S. Paulo afim de obter o mesmo resultado. Effectivamente para lá partiu D. Pedro, 14 de Agosto, tendo deixado a regencia na côrte confiada á sua Augusta e Virtuosa Consorte, e levando como seu Secretario interino a Luiz de Saldanha da Gama, com muito pequena comitiva. Recebido pelos Paulistas com as mais expansivas manifestações de jubilo e estima, chegou o Principe á capital, 26 de Agosto, em pouco tempo conseguiu captar a confiança geral; fez vibrar as cordas do patriotismo nunca desmentido dos Paulistas, e por medidas adequadas foi conciliando os partidos, que dilaceravam a provincia.

Estava D. Pedro satisfeito com o resultado, que tinha obtido, e quotidianamente recebia provas inequivocas da sympathia e affecto, que lhe tributavam os Paulistas. No dia 5 de Setembro partiu para Santos com o fim particular de observar as fortificações, e no dia 7 pela madrugada seguiu de volta para a capital de S. Paulo. Pelas 4 horas da tarde desse memoravel dia 7 de Setembro de 1822, achava-se o Principe com sua comitiva nos campos de *Piratininga*, quando perto do riacho *Ypiranga* apresentou-se-lhe um official, que a toda a pressa viera do Rio de Janeiro trazendo despachos de Lisbôa, com ordem de José Bonifacio de entregar-lh'os pessoalmente. (*a*)

(*a*) Diz o Sr. Conselheiro J. M. Pereira da Silva na sua obra *Fundação do Imperio*, que esses despachos eram quatro decretos das Côrtes de Lisboa de 1º de Agosto: o 1º annullando a convocação de Procuradores das Provincias brazileiras; 2º mandando responsabilisar os Ministros do Principe, os Membros da Junta de S. Paulo e os signatarios das representações de Janeiro; 3º ordenando a mais completa sujeição ás deliberações e leis das Côrtes; e o 4º nomeando Ministros novos para o Principe, arrancando-lhe o direito de escolher os seus Conselheiros.

Descrever o que se passou no animo de D. Pedro ao terminar a leitura de taes papeis, seria difficil; elle mesmo não poderia dizel-o depois, porque nas occasiões magnas as idéas turbilhonam no cerebro com tão vertiginosa rapidez, que não se póde mais reproduzil-as. O que é certo é que depois de alguns momentos de concentração, fez uma segunda leitura da correspondencia, que acabava de receber, arrancou do chapéo o laço portuguez, e proferiu o legendario brado— *Independencia ou morte*,—que repercutindo em todos os corações brazileiros, firmou para sempre a nossa autonomia nacional.

Acompanhava tudo isso uma carta de D. João VI de 5 de Agosto, repassada de tão frias e severas expressões, que bem revelava ter sido uma imposição das Côrtes. Accrescenta o mesmo Historiador em uma nota, que o portador desses despachos foi um official de nome Gabizo.—O Sr. Dr. Mello Moraes, apoiando-se nas opiniões do Gentil Homem da Camara, Francisco de Castro Canto e Mello, e do Barão de Pindamonhangaba, o venerando Capitão Mór Manoel Marcondes de Oliveira e Mello, companheiro de viagem do Principe Regente, diz que os portadores desses despachos e de uma carta de Sua Alteza a Sra. D. Leopoldina, e outra de José Bonifacio, foram Paulo Emilio Bregaro (porteiro da Camara e Official da Secretaria do Conselho Supremo Militar), e o Major Antonio Ramos Cordeiro.—Julgamos ter mais razão neste ponto o Sr. Dr. Mello Moraes.

LIÇÃO XXXIII

Acclamação e coroação do 1º Imperador do Brazil.— Guerra da Independencia

Tocou ao auge o enthusiasmo dos Paulistas logo que souberam da proclamação da Independencia nos campos do Ypiranga; calorosos vivas acompanharam por toda a parte a D. Pedro, e quando elle de noite apresentou-se no theatro foi alvo das mais merecidas e patrioticas ovações.—Ainda por mais dous dias demorou-se o Principe na cidade de S. Paulo providenciando a bem da administração publica: no dia 10 de madrugada partiu para o Rio de Janeiro, onde chegou com uma viagem tão rapida, que a maior parte da sua comitiva não pôde acompanhal-o. No dia 15 de Setembro foi D. Pedro enthusiasticamente victoriado pelo povo, principalmente quando apresentou se no theatro tendo no braço esquerdo o distinctivo patriotico « *Independencia ou morte.* »

O Senado da Camara comprehendeu que mais uma vez cumpria-lhe tornar-se orgão dos sentimentos da população, e publicou um edital marcando para o dia 12 de Outubro seguinte a solemnidade da Acclamação do Principe como Imperador Constitucional do Brazil. Effectivamente nesse dia, anniversario natalicio de D. Pedro, e anniversario do descobrimento da America por Christovão Colombo, teve logar a solemnidade da Acclamação no campo de Sant'Anna, apezar da chuva torrencial que cahia. Ao direito de successão, que nos titulos das casas reinantes acha-se comprehendido nas palavras por « *Graça de Deos* », a Nação associava a sua adhesão á dynastia de Bragança no Brazil com a *Unanime Acclamação dos Povos*. Era realmente uma gloria para D. Pedro e uma felicidade para o Brazil mostrarem ao mundo inteiro como se póde formar rapidamente uma nação independente e livre.

Seguiram-se da parte do Governo Brazileiro as me-

didas necessarias para regular as formulas officiaes do novo Imperio, e D. Pedro fez publicar uma proclamação aos portuguezes, em que lhes offerecia o prazo de quatro mezes para optarem entre a continuação da amizade do Brazil, no caso de adherirem aos factos consumados, e a guerra a mais violenta no caso de Portugal não fazer retirar as tropas, que ainda occupavam varios pontos do territorio brazileiro, e mandar novas forças invadir as provincias do Imperio.

N'uma occasião magna como aquella, em que se achava o Brazil, precisando de harmonia entre o Governo e os Chefes politicos, para poder firmar a sua autonomia, foi exactamente quando apresentaram-se divergencias graves que trouxeram grandes embaraços á causa publica. Exacerbaram-se as divergencias que haviam entre o partido denominado liberal, capitaneado por Joaquim Gonçalves Ledo, e o dos dous irmãos Andradas. O *Reverbero*, redigido por Ledo, e o *Regulador*, (*a*) da facção Andrada, estereotypavam as opiniões e animosidades reciprocas, emquanto o Grande Oriente Maçonico, cuja influencia politica era muito importante, propendia decididamente para o partido liberal.

Para obterem a victoria sobre os seus contrarios, lembraram-se os Andradas do expediente de pedirem demissão do cargo de Ministros, esperando que a gente do seu partido, entre o povo e a tropa, faria representações a D. Pedro instando pela conservação delles no ministerio, como homens necessarios e indispensaveis; surdiu-lhes o plano o melhor effeito, que podiam desejar. Ao pedido de demissão, que apresentaram conjunctamente com Caetano Pinto de Miranda Montenegro (M. da Praia Grande), que lhes era devotado, respondeu D. Pedro com a nomeação de João Ignacio da Cunha para a pasta do Imperio, Sebastião Luiz Tinoco da Silva para a da Fazenda e Justiça, João Vieira de Carvalho para a da Guerra, e Luiz da Cunha

(*a*) A *Sentinella* e o *Tamoyo*, folhas dos Andradas, appareceram depois que em Julho, 1823, José Bonifacio e Martim Francisco se retiraram do Governo.

Moreira para a da Marinha.—Logo no dia seguinte foram apparecendo as representações esperadas, tanto da parte do povo como da tropa; não quiz D. Pedro affrontar a opinião publica que tumultuariamente pronunciava-se a favor dos Andradas: reintegrou a José Bonifacio, Martim Francisco, e Montenegro nas suas respectivas pastas, mas conservou a da Guerra nas mãos de João Vieira de Carvalho (M. de Lage), e a da Marinha entregou a Luiz da Cunha Moreira (V. do Cabo Frio posteriormente).

Triumphantes os Andradas, usaram das mais violentas perseguições contra os seus adversarios politicos: além de muitas prisões e processos, que mandaram fazer, foram deportados Luiz Pereira da Nobrega, que acabava de ser Ministro da Guerra, e José Clemente Pereira, que tão monumentaes serviços prestára á independencia como Presidente do Senado da Camara; Joaquim Gonçalves Ledo, para escapar da sanha dos seus inimigos, foi obrigado a fugir para Buenos Ayres, e o Grande Oriente Maçonico, de tão capital utilidade para a causa nacional, foi supprimido por ordem imperial, sendo por influencia de José Bonifacio instituido o *Apostolado*, que devia em breve quebrar-se (16 de Julho de 1823) debaixo das mãos energicas de D. Pedro I.

No entretanto approximava-se a época marcada para a coroação e sagração do 1º Imperador do Brazil. Essas solemnidades tiveram logar a 1 de Dezembro de 1822, com a mais extraordinaria pompa, e no mesmo dia appareceram dous decretos, um creando a *Imperial Ordem do Cruzeiro*, que com toda a razão ainda existe, e outro instituindo a *Guarda de Honra*, corporação militar que devia ser de curta duração. (a)

Não se descuidou o Governo de obter das demais

(a) Constava a *Guarda de Honra* de tres esquadrões de cavallaria, um de S. Paulo, um de Minas, e um do Rio de Janeiro: entre os seus privilegios sobresahia a precedencia que tinha sobre todos os corpos do exercito, podendo seus officiaes entrar na sala do docel.—Foi extincta pelo art. 22 da Lei de 25 de Outubro de 1832.

nações o reconhecimento da sua Independencia; para esse fim encarregou de missões diplomaticas a Felisberto Caldeira Brant Pontes (Marquez de Barbacena) perante o Gabinete Inglez, Antonio Telles da Silva (Marquez de Rezende) perante a Côrte d'Austria, e Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa (Visconde de Itabaiana) perante o Governo Francez.

Pari-passu foram os Ministros de Pedro I decretando outras providencias tendentes a augmentar as forças de mar e terra. Emquanto não chegava *Lord Cochrane*, que do Chile, onde estava, tinha sido convidado para commandar a esquadra imperial, foram por decreto de 30 de Dezembro concedidas cartas de corso a nacionaes e estrangeiros contra o Governo de Portugal.

Em relação ao exercito foram decretadas medidas a favor do perdão aos desertores, libertação de escravos para assentarem praça, e engajamento de um regimento de estrangeiros constante de tres batalhões com um estado maior.

Foi além disso o Governo estabelecendo providencias sobre Portuguezes e suas propriedades no Brazil, e sobre Brazileiros, que se achavam em Portugal e mandou proceder nas provincias ás eleições de Deputados á Assembléa Geral Legislativa Constituinte. No entretanto chegavam de todos os pontos deputações para comprimentarem ao Imperador e á Imperatriz, em favor dos quaes eram unisonos os votos, que dos corações brazileiros se elevavam ao throno do Altissimo.

No meio do *mare-magnum* de difficuldades com que lutava o Governo do Brazil, uma das maiores era a completa expulsão das tropas portuguezas que ainda occupavam as provincias do Pará, Maranhão, Piauhy, Bahia, e Cisplatina.

Vimos na lição anterior que para auxiliar a causa nacional na provincia da Bahia, tinha partido do Rio de Janeiro uma esquadrilha commandada por De Lamare com alguns contingentes de tropa, sob as ordens do General Labatut, que ia tomar conta do commando em chefe das tropas brazileiras. Mais ou menos por

essa época tambem o General Madeira, completamente senhor da capital da Bahia, tinha recebido valiosos soccorros trazidos de Lisbôa pelo Chefe de Divisão João Felix Pereira de Campos.

Tendo desembarcado nas Alagôas, foi Labatut por terra até á provincia da Bahia, levando comsigo a brigada de Pernambuco, e deixando completamente sujeita á autoridade de D. Pedro a provincia de Sergipe. Chegando á povoação da Feira de Sant'Anna no dia 28 de Outubro, estabeleceu o seu Quartel General no Engenho Novo, sendo logo reconhecida a sua autoridade pela Junta Governativa da Cachoeira; mandou, 3 de Novembro, occupar alguns pontos estrategicos novos, que julgou convenientes, e reforçar as posições dominantes do Coqueiro, Cabrito, e Pirajá, antes já occupadas por brazileiros.

Reconheceu o General Madeira que ia ficar sujeito a um sitio regular, e tentou rompel-o; mas não só foi mal succedido em todos os ataques, principalmente no dia 8 de Novembro contra Pirajá, como tambem viu-se obrigado a evacuar a ilha de Itaparica para concentrar suas forças na defeza da capital. Por seu turno quiz o General Labatut dar um assalto geral á linha inimiga, 29 de Dezembro, mas foi compellido a retirar-se para as suas posições anteriores, em que podia com segurança continuar com o cêrco. Tentou d'ahi a pouco o General Madeira apossar-se novamente da Ilha de Itaparica, mas foi repellido pelos heroicos defensores da fortaleza de S. Lourenço em tres ataques successivos, 6, 7 e 8 de Janeiro de 1823. Seguiram-se alguns combates parciaes, como os da Conceição e de Itapoan, 15 de Fevereiro, repetidos a 3 de Maio, mas sem resultado definitivo.

Pouco depois recebeu o General Madeira o importante reforço de 2,500 homens; porém ainda assim o seu exercito era insufficiente para atacar com bom resultado as posições fortificadas dos Brazileiros, animados por um patriotismo heroico. A falta de viveres frescos fazia-se sentir cada vez mais entre as forças portuguezas estreitamente sitiadas por terra na capital, sem receberem mantimentos do interior; para aggravar-lhes as difficuldades tomavam vulto,

as desintelligencias entre Madeira e o chefe da esquadra portugueza Pereira de Campos, e apparecia a esquadra brazileira em frente ás costas da Bahia, 1º de Maio.

Compunha-se a esquadra brazileira de 8 navios, (*a*) e era commandada por lord Cochrane, que tinha em fins de Março entrado para o serviço do Brazil, trazendo comsigo diversos officiaes notaveis inglezes, como Taylor, Croosby, Jewett, e Greenfell. A esquadra portugueza, muito superior em numero, pois constava de 13 navios, sendo 1 náo, 5 fragatas, 5 corvetas, e 2 brigues, apresentou-se no dia 4 de Maio em linha de batalha fóra da barra, mas Lord Cochrane evitou uma acção geral, limitando-se a combates parciaes contra algumas fragatas inimigas, e retirou-se sem ser perseguido para Itapoan, donde pouco depois sahiu com a náo *Pedro I* e corveta *Maria da Gloria* para bloquear o porto da Bahia, e foi tratando de pôr-se em communicação com as forças brazileiras, que operavam por terra.

Emquanto isso se passava lavravam sérias desavenças entre os chefes do exercito imperial, alguns dos quaes prenderam ao General Labatut com o seu secretario, Dr. Cambuci do Valle. Logo que a Junta Governativa da Cachoeira soube do occorrido, nomeou para o commando em chefe ao commandante da brigada do centro, Coronel José Joaquim de Lima e Silva, que a 3 de Junho dirigiu um ataque geral contra toda linha inimiga sem resultado definitivo.— No entretanto as tropas portuguezas encurraladas dentro da capital, viam-se em apuros cada vez maiores, e sem esperanças de poderem melhorar de condição; depois da decisão de um conselho de Officiaes, reunido pelo General Madeira, resolveram abandonar a cidade e retirarem-se para bordo da esquadra e dos navios mercantes surtos no porto, afim de seguirem para Portugal. No memoravel dia 2 de Ju-

---

(*a*) Náo *Pedro I*, Fragatas *Nictheroy* e *Pyranga*, Corvetas *Maria da Gloria*, *Carolina* e *Liberal*, Brigues *Guarany* e *Real*.

lho de 1823 teve logar a retirada das forças do General Madeira; n'esse mesmo dia as tropas brazileiras occuparam a cidade que encontraram quasi deserta, pois grande numero de pessoas e de familias inteiras emigraram tambem n'essa occasião com os batalhões portuguezes.

Lord Cochrane, depois de ter deixado sahir barra fóra a esquadra e os transportes inimigos, mandou com toda a galhardia perseguil-os conseguindo fazer prezas avultadas: nessa occasião distinguiu-se extraordinariamente o intrepido João Taylor, que com a fragata *Nictheroy* do seu commando foi capturando embarcações inimigas até a barra de Lisboa na foz do proprio Tejo.— Não podemos deixar de transcrever as seguintes linhas dos *Apontamentos* do Sr. Garcez Palha sobre os serviços prestados pela Marinha do Brazil:— « Em seu regresso tocou Taylor nos Açores; deu-se por um navio inglez vindo da India; requisitou da autoridade portugueza tudo quanto necessitava, e como prova da sua gratidão offereceu ao Governador um jantar a bordo no dia da sua partida; ao sahir essa autoridade, firmou a bandeira brazileira com uma salva de 21 tiros e fez-se ao rumo do Rio de Janeiro. »

N'um dos transportes apresados (*O Grão Pará*) encontrou Cochrane papeis, que provavam que parte das tropas retiradas da Bahia era destinada a ir desembarcar no Maranhão; mandou immediatamente o Almirante recolher á Bahia e Pernambuco as prezas feitas, e seguiu pessoalmente para o Maranhão na náo *Pedro I*. Chegando em frente á ilha de S. Luiz, 26 de Julho, arvorou a bandeira portugueza para illudir a guarnição do porto, apprehendeu o brigue de guerra *S. Miguel*, que lhe veiu á falla fóra da barra, intimidando o partido portuguez com a noticia da evacuação da cidade da Bahia pelas forças de Madeira, e com a declaração de que vinha com uma poderosa esquadra, da qual a náo era apenas um dos navios da vanguarda, conseguiu que a Junta Provisoria lhe fizesse entrega da praça, 27 de Julho. Foi immediatamente Cochrane apossando-se dos navios de guerra (1 escuna) e mercantes portuguezes surtos

no porto, e offereceu aos soldados e tripolações serviço debaixo da bandeira do Imperio, fazendo logo retirar para a Europa, em navios fretados, aquelles que não quizeram acceitar a offerta.

A pacificação do interior da provincia e a sua adhesão á causa nacional não se fez demorar, menos em alguns pontos, onde o partido portuguez se apoiava nas tropas do ex-governador do Piauhy, Major João José da Cunha Fidié, que, acoçado pelas forças do Ceará ao mando de José Pereira Filgueiras, viera, da Comarca da Parnahyba, e fortificára-se em Caxias, depois de batido em Itapicurú-merim por José Felix Pereira de Burgos. Algum tempo depois reconheceu o proprio Fidié que não podia prolongar a resistencia, e firmou uma capitulação, 31 de Julho de 1823, com o Major Salvador Cardoso de Oliveira, e com o bravo João da Costa Alecrim, que commandavam os sitiantes, retirando-se depois para Portugal. A 1.º de Agosto entraram as forças independentes em Caxias.

Pouco depois de ter Cochrane chegado á ilha de S. Luiz, fez seguir para o Pará o Capitão João Pascoe Greenfell com o brigue de guerra *S. Miguel* (já tendo o nome mudado para o de *Maranhão*), afim de obter a pacificação d'essa provincia. Por um estratagema igual ao do Almirante, conseguiu com facilidade o Capitão tenente Greenfell (11 de Agosto) que os principaes da cidade de Belém assignassem um termo, pelo qual se entregavam á magnanimidade do Imperador, e abraçavam o partido nacional.

Greenfell fez então prender o General José Maria de Moura e os officiaes portuguezes de patente superior, e remetteu-os para Lisboa com as suas respectivas tropas em navios mercantes fretados. Estabeleceu-se em seguida uma Junta Provisoria, e nomearam-se autoridades novas que governassem a provincia; mas appareceram logo descontentes, que foram promovendo disturbios, os quaes degeneraram em revolta manifesta. Greenfell fez então desembarcar tropa, restabeleceu a ordem, mas manchou para sempre a sua gloria. Não havendo em terra prisão segura para o grande numero de presos, mandou (20 de Outubro) fechar

dentro do porão de um navio 257 delles (*a*): como fizessem algum motim pela sêde e falta de ar, que soffriam, levaram uma descarga de fuzilaria, e tiveram as escotilhas fechadas sobre suas cabeças: no dia seguinte apenas 4 d'esses infelizes ainda respiravam; os outros todos tinham morrido, ou dos ferimentos, ou asphyxiados; dos que ainda respiravam 3 falleceram pouco depois, escapando apenas um.

Custa-nos crer que essa carnificina, a mais barbara que apontam os annaes da nossa Historia, tivesse sido ordenada por um *inglez* engajado ao serviço do Brazil para batalhar pela causa da independencia nacional; embora, porém, não tivesse o civilisado official da humanitaria Inglaterra ordenado essa horrorosa matança, a responsabilidade inteira pesa sobre elle, por não ter procedido contra quem a praticou, ou ordenou.

Se impune ficou tão negro procedimento, *sirva o veredictum* da Historia ao menos de castigo a um tão grande crime, e de holocausto aos manes d'esses 257 brazileiros tão atrozmente sacrificados.

Quando deram-se essas ultimas occurrencias no Pará, já do Maranhão tinha partido Lord Cochrane para o Rio de Janeiro, 20 de Setembro, onde chegando, 9 de Novembro, recebeu o titulo de Marquez do Maranhão por causa dos seus serviços.

A noticia da completa sujeição do Norte de todo o Brazil ao regimen do Imperio produziu na provincia Cisplatina o mais benefico effeito. D. Alvaro da Costa de Souza de Macedo, que á frente de 4,000 homens se entrincheirára em Montevidéo, resistindo por 17 mezes ao sitio posto pelo General Lecór (Visconde da Laguna), reconheceu inutil prolongar a sustentação do

(*a*) O navio era um pontão chamado *Diligente*, e depois *Palhaço*. Já antes disso tinha o Capitão tenente Greenfell mandado fusilar sem processo nem formalidade alguma 2 sargentos, 2 soldados, e o porteiro do arsenal de marinha Custodio; de igual sorte escapou por instancias dos membros da Junta o Conego Baptista Campos, que já estava amarrado á bocca de uma peça de artilharia. (*Domingos Rayol*, motins politicos no Pará).

unico ponto, que no continente americano ainda obedecia ao Governo Portuguez, e capitulou a 18 de Novembro de 1823, embarcando para Lisboa com a sua *Divisão de Voluntarios Reaes*.

Retiravam-se assim as ultimas forças portuguezas do territorio brazileiro: a Independencia Nacional era um facto completamente realisado desde o Amazonas até o Prata; mas, se estava terminada essa grande luta, restava ainda ao Brazil superar perigosas crises para firmar a constituição intima do paiz, a sua vida social, o seu regimen interno.

LIÇÃO XXXIV

Assembléa Constituinte.—Juramento da Constituição. — Revolução de Pernambuco em 1824. — Cochrane 2ª vez no Maranhão. — Motins na Bahia. — Reconhecimento da Independencia do Brazil por Portugal. — Guerra no Rio da Prata.

Assembléa Constituinte.—Emquanto a heroica provincia da Bahia debatia-se na sagrada luta pela independencia, procedia-se nas provincias do Imperio ás eleições para Deputados á Assembléa Geral Legislativa Constituinte, convocada por Decreto de 3 de Junho de 1822, sendo o processo eleitoral feito pelas instrucções de 19 de Junho do mesmo anno.

Apezar de ter o Governo obtido maioria n'essas eleições, no entretanto a opposição alcançou fazer-se brilhantemente representar por homens de grande merecimento e influencia, taes como José da Costa Carvalho, Pedro de Araujo Lima e Pedro José da Costa Barros; inclusivamente o nome de Joaquim Gonçalves Ledo, refugiado em Montevidéo, sahiu triumphante das urnas, emquanto Martim Francisco obtinha difficultosamente o logar de supplente pela provincia do Rio de Janeiro. Reunida a 1ª sessão preparatoria a 17 de Abril de 1823, sob a presidencia do Bispo D. José Joaquim Coutinho da Silva, teve logar no dia 3 de Maio seguinte a solemnidade da abertura pelo proprio Imperador, que recitou a *falla do throno*.

A influencia dos Andradas fazia-se merecidamente sentir entre os membros, que compunham aquella assembléa, sobresahindo como gigante da tribuna parlamentar Antonio Carlos, que tão imponente figura tinha feito perante as Côrtes portuguezas como Deputado por S. Paulo. No entretanto aggravaram-se as divergencias, que haviam entre D. Pedro I e os Andradas, seguindo-se a demissão pedida por José Bonifacio e Martim Francisco, que foram substituidos nas

suas respectivas pastas por José Joaquim Carneiro de Campos, e Manoel Jacintho Nogueira da Gama.

Manifestaram-se immediatamente os Andradas em opposição, não só na Camara, como tambem na imprensa, apparecendo os jornaes *O Tamoyo* e a *Sentinella*, para os quaes, além dos tres irmãos paulistas, escreviam as primorosas pennas de Antonio de Menezes Vasconcellos Drumond, Antonio José de Paiva Guedes, e Frei Francisco de Sampaio. — D'ahi a pouco Antonio Carlos, como relator da commissão para a apresentação da Constituição, offereceu o projecto d'essa lei organica. Apezar de bem elaborado em quasi todos os artigos, em alguns o projecto era ultra-liberal, e inaccedivel por D. Pedro, a menos que não quizessem obrigal-o a resignar a autoridade suprema.

Só reconhecia tres poderes politicos, o executivo, o legislativo e o judiciario: não admittia o *poder moderador*, essa chave de ouro da nossa organisação politica. O Imperador não podia dissolver a Camara dos Deputados; só lhe era permittido addial-a, ou prorogal-a; não lhe era dado conceder perdão total aos seus Ministros, a quem só podia perdoar a pena capital; a todos podia conceder perdão, mas não *amnistia*. Não precisavam de sancção a Constituição formulada pela Assembléa Constituinte, as ulteriores modificações d'essa lei, as deliberações da Assembléa Geral sobre o resultado do exame a respeito do emprego da força armada pelo Poder Executivo, art. 121 com 4 paragraphos, etc., etc. Compondo-se a Assembléa Geral Legislativa de 2 Camaras de eleição popular, uma vitalicia, o *Senado*, e outra temporaria por 4 annos, *Camara dos Deputados*, seriam os primeiros senadores escolhidos pelo Imperador sobre listas triplices de votação popular; mas depois da primeira organisação do Senado as vagas seriam preenchidas por nomeação do Imperador sobre listas triplices organisadas pela Sala dos Deputados. Eram privados da faculdade de poderem ser eleitos os criados da Casa Imperial, art. 130, § 2°.

Esses e alguns outros artigos destoavam bem da maneira de pensar de José Bonifacio e de Martim Francisco emquanto ministros: a falla do throno, peça essencialmente ministerial, cuja responsabilidade

lhes tocava, tinha bem francamente enunciado que — « *todas as constituições, que á maneira das de 1791 e 1792 têm estabelecido suas bases, e se têm querido organisar, a experiencia nos tem mostrado que são totalmente theoricas e metaphysicas, e por isso inexequiveis; assim o prova a França, Hespanha, e ultimamente Portugal.*

Além d'isso o proprio José Bonifacio, estigmatisando o espirito democratico, que tinha causado as calamidades da America hespanhola, havia solemnemente proferido o seguinte: — « *Até onde chegar a minha voz, protesto em face da Assembléa e do Povo, que havemos de organisar uma Constituição não democratica, mas monarchica.* »

Viu bem D. Pedro a tempestade que se ia armando, e foi preparando-se para a luta, porque não era homem para recuar. Ao mesmo tempo appareciam pela imprensa, e tomavam vulto accusações contra o Imperador de querer imitar a D. João VI, que tinha acabado com a Constituição portugueza, e de que, para acabar com as liberdades publicas, tinha demittido os Andradas do ministerio, etc.

Para felicidade do Imperador e do seu Governo, apresentou-se uma occasião de captarem mais a aurea popular marchando de accôrdo com as exigencias da opinião publica. Chegando de Portugal Luiz Paulino Pinto da França com despachos ao General Madeira para sustar as hostilidades, e vindo pouco depois o Conde do Rio Maior e o Desembargador Francisco José Vieira, como commissarios mais ou menos n'esse sentido, e com uma carta especial de D. João VI para D. Pedro, não sómente o Governo Imperial não os admittiu a uma unica audiencia do Imperador, por não virem autorisados para reconhecerem a independencia do Brazil, como nem recebeu as cartas que os commissarios traziam, e fel-os retirar para a Europa. A corveta *Voadora*, que tinha entrado no porto do Rio de Janeiro sem primeiro içar a bandeira parlamentar, foi confiscada, e o Governo não fez retirar Pinto da França, porque esse commissario tinha fallecido de molestia, poucos dias depois da sua chegada.

Mais calma um pouco mostrou-se a Constituinte para com o Imperador e seus Ministros depois d'esse procedimento, e mais satisfeita ainda deveria ter ficado por ter D. Pedro acceitado varios decretos e medidas da Assembléa, principalmente a que instituia que os decretos da Constituinte não precisavam da sancção imperial. Essa calma, porém, foi de curta duração; apresentando Montezuma uma moção declarando a nullidade da concessão do titulo de Marquez do Maranhão a Lord Cochrane, por não terem antes sido decretadas pela Assembléa a ordem e gradação dos titulos, foi approvada uma emenda de Antonio Carlos nos seguintes termos: « Que se diga ao « Governo de Sua Magestade, que emquanto a Assem- « bléa não decretar a existencia de distincções nobi- « liarias e de titulos, não se dêem mais os ditos titulos « e distincções. »

Em seguida foram apparecendo na *Sentinella* e no *Tamoyo* artigos injuriosos contra D. Pedro I, e contra os portuguezes brazileiros adoptivos, principalmente contra os officiaes de artilharia, que achavam-se ao serviço do Brazil. David Pamplona Côrte Real, autor indigitado de um artigo assignado por *Um brazileiro resoluto*, apanhou por esse facto umas bordoadas dadas pelo portuguez Major Lapa, no largo da Carioca, e foi queixar-se á Assembléa Constituinte, em vez de dirigir-se ás autoridades judiciarias ou policiaes. A Assembléa mal avisadamente foi tomando conhecimento da queixa, e seguiram-se discussões prolongadas por causa d'isso durante os dias 8, 9 e 10 de Novembro, acompanhadas de tão amotinadas manifestações das galerias, que o Presidente viu-se obrigado a suspender a sessão.

Emquanto estas scenas se davam na Assembléa, os officiaes dos corpos militares levavam uma representação ao Imperador contra os excessos da imprensa influenciada por José Bonifacio, Martim Francisco e Antonio Carlos, e pediam nada menos do que a expulsão dos tres Andradas do seio da Constituinte. O Ministerio, a quem o Imperador se dirigiu, declarou-se impotente perante as circumstancias, e immediatamente foi substituido pelo seguinte:

Imperio e Estrangeiros, Francisco Villela Barbosa (Marquez de Paranaguá).

Justiça, Clemente Ferreira França (Marquez de Nazareth).

Fazenda, Sebastião Luiz Tinoco da Silva.

Guerra, José de Oliveira Barbosa (Visconde do Rio Comprido), e na

Marinha, continuou Luiz da Cunha Moreira (Visconde do Cabo Frio).

Ao passo que se effectuava essa mudança ministerial, D. Pedro foi mandando reunir as tropas em S. Christovão, não só para evitar conflictos intempestivos, como tambem para tel-as á mão em qualquer emergencia. A Assembléa, sciente do occorrido, declarou-se em *Sessão Permanente*, e mandou chamar o Ministro do Imperio para dar explicações; não lhe bastando estas, resolveu mandar chamar tambem o Ministro da Guerra; mas poucos momentos depois chegou o General Moraes, e entregou ao Presidente do Senado o decreto de 12 de Novembro de 1823, pelo qual era dissolvida a Assembléa Geral Legislativa Constituinte. Obedecida a ordem de dissolução, foram em acto continuo presos diversos deputados, seis dos quaes foram deportados, a saber: os tres irmãos Andradas, José Joaquim da Rocha, Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, e Francisco Gê Acayaba de Montezuma.

Constituição do Imperio. — Dissolvida a Constituinte, tratou o Imperador de dar um Codigo Politico ao Brazil, visto como o projecto apresentado pela commissão da Assembléa não tinha podido entrar em discussão e ser approvado. Encarregou, 25 de Novembro, a uma commissão (*Conselho d'Estado*) composta de 10 membros, da redacção d'essa lei organica, e tanto a peito foi tomado semelhante encargo, que esse trabalho foi em breve apresentado aos povos por intermedio das Camaras Municipaes, que o approvaram, sendo a 25 de Março de 1824 jurada no Rio de Janeiro a Constituição politica do Imperio pelo Imperador, Imperatriz, Ministerio, Bispo, Camara Municipal, e demais funccionarios publicos. Nas provincias foi d'ahi a pouco tambem acceita e jurada com enthusiasmo.

Revolução de Pernambuco de 1824.—As idéas republicanas que grassavam em Pernambuco desde 1817 foram despertadas por escriptos incendiarios de Cypriano José Barata de Almeida.—Manoel de Carvalho Paes de Andrade, eleito Presidente de uma Junta Governativa, não sómente recusou-se a reconhecer a autoridade de Francisco Paes Barreto (Marquez do Recife), Presidente nomeado pelo Governo Imperial, como proclamou a *Confederação do Equador*, 2 de Julho de 1824, para a qual convidou as provincias do Rio Grande do Norte, Parahyba, e Ceará, onde encontrou alguns partidarios. O Presidente Paes Barreto uniu-se ás forças dos Majores Bento José Lamenha Lins e Antonio Corrêa Seara, encetando na *Barra Grande* as operações militares contra os rebeldes, sem haver a principio resultado notavel.

N'esse interim tinha sido mandada, 1º de Agosto, uma esquadrilha ás ordens de Cochrane, com reforços sob o commando do Coronel Francisco de Lima e Silva para supplantar a revolta. Tendo desembarcado em Maceió, Lima e Silva marchou com suas forças para Pernambuco, conseguiu fazer junecção com as do Presidente Barreto, e a 12 de Setembro pôde entrar no Recife. Houve no dia immediato um combate renhido, sendo a cidade de Olinda definitivamente occupada pelo Coronel Lima e Silva a 17 de Setembro, depois de ter-se posto em communicação com a divisão naval de Jewett. A fuga precipitada de Paes de Andrade para bordo da fragata ingleza *Tweed*, onde tinha ido refugiar-se depois da entrada das forças legaes no Recife, e as derrotas subsequentes no *Couro d'Anta*, *Agreste*, e *Engenho do Juiz*, fizeram comprehender aos republicanos que não podiam continuar com a luta, e entregaram-se ao Commandante das tropas do Governo.

Batida assim a revolta em Pernambuco, com mais facilidade ainda o foi nas outras tres provincias do norte. No Ceará o proprio José Felix de Azevedo e Sá, chefe interino dos republicanos na ausencia de Tristão de Alencar Araripe, foi o primeiro a ouvir os conselhos de Cochrane, que ahi apparecera (indo da Bahia), e a proclamar a contra-revolução, fazendo arvorar a ban-

deira imperial na capital a 18 de Outubro. O resto da provincia foi promptamente abraçando a causa do Imperio, sendo José Pereira Filgueiras o ultimo a fazel-o em Icó.

Jugulada a revolução, installaram-se processos contra os rebeldes. e como o governo julgasse que a morosidade das formalidades dos tribunaes ordinarios não correspondia á urgente necessidade de castigar os rebeldes, mandou estabelecer em Pernambuco, e no Ceará, *Commissões Militares*, que deviam julgar *breve, verbal e summarissimamente* os chefes e cabeças da rebellião (Carta Imperial de 16 de Outubro de 1824).

Dos processados pelos Tribunaes ordinarios e pelas Commissões Militares foram 17 executados em pena ultima, figurando entre os executados no Rio de Janeiro o celebre *João Guilherme Ratcliff*, portuguez emigrado havia um anno, e homem de muitos conhecimentos litterarios.

Muito maior teria sido o numero das victimas, se a nomeação dos Presidentes das Commissões Militares de Pernambuco, e do Ceará, não tivesse recahido em dous homens assisados e prudentes, o *Coronel Francisco de Lima e Silva* e o *Tenente-Coronel Conrado Jacob de Nicmeyer*, que comprehenderam bem o encargo terrivel que os obumbrava, e trataram de minorar o mais possivel as rigorosas disposições do Governo.

Pouco depois esses dous distinctos servidores do Estado representavam ao Governo em favor dos implicados na rebellião, que achavam-se arrependidos do seu desvario politico, e de novo animados da mais firme adhesão á causa da integridade do Brazil e da Monarchia. Abundando nas mesmas considerações do Coronel Francisco de Lima e Silva exaradas em officio de 13 de Fevereiro de 1825, escrevia o Tenente Coronel Conrado Jacob de Niemeyer, em officio de 19 de Maio do mesmo anno, o seguinte memoravel trecho, a favor dos infelizes Cearenses, que depois dos estragos de uma guerra civil tinham que lutar com uma sécca horrorosa: « *Clemencia, Senhor, só um geral e generoso* « *perdão é o mais efficaz e unico balsamo que poderá* « *cicatrizar tão profundas chagas; e continuas remes-*

« *sas de viveres é que poderão salvar a provincia do* « *abysmo da sua total aniquilação* (*a*).

Embora tardio, o perdão imperial appareceu como salvação para tantos desgraçados, que ainda puderam regressar para os seus lares domesticos. No numero dos perdoados contou-se o proprio Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que mais tarde voltou em santa paz para Pernambuco, onde em 1831 foi eleito Senador do Imperio.

Lord Cochrane, segunda vez no Maranhão.—Partindo do Ceará dirigiu-se Cochrane para o Maranhão, que encontrou em desordem. Depois de ter feito reinar a paz, destituiu ao Presidente Bruce, fez substituil-o por Manoel Telles da Silva Lobo, que estava prompto a subscrever a tudo quanto elle Almirante quizesse, e tratou de pagar-se por suas proprias mãos da parte que lhe tocava das prezas feitas na Bahia e Maranhão.

Não tendo dinheiro a thesouraria da provincia, o Almirante recebeu ordens sobre a alfandega, que foi obrigada a ir pagando. No correr dos pagamentos chegou do Rio de Janeiro Pedro José da Costa Barros, nomeado Presidente para a provincia; mas, reconhecendo Cochrane que Barros se oppunha ás suas vontades, não só impediu-lhe a tomada da posse da presidencia, como prendeu-o, e remetteu-o para o Pará, a bordo do brigue *Cacique*. Realisado o ultimo pagamento, entregou o celebre Lord o commando da náo *Pedro I* ao chefe de divisão Jewett, e retirou-se para Inglaterra *(Falmouth)* a bordo da fragata brazileira *Piranga*, sem ter instrucções do Governo para poder sahir do Imperio.

Acontecimentos na Bahia.—Licenciado o exercito pacificador depois da independencia da Bahia, obteve o Coronel José Joaquim de Lima e Silva a sua de-

---

(*a*) Vide a bella *Impugnação* á obra do Sr. Conselheiro Pereira da Silva, 2.º periodo do reinado de D. Pedro I,—*Narrativa Historica*, pelo Major de Engenheiros Conrado Jacob de Niemeyer, 1872.— Vide igualmente o bem elaborado escripto do Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto, — *Noticia Historica sobre a Revolução Pernambucana de* 1824, publicado na Revista trimensal do Instituto Historico do Brazil, tomo XXIX.

missão de Commandante das Armas, sendo substituido pelo Coronel Felisberto Gomes Caldeira. Já na presidencia do Dr. Francisco Vicente Vianna (Barão do Rio de Contas), que tomou posse da administração a 19 de Janeiro de 1824, foi crescendo a insubordinação da tropa, principalmente do 3.º e 4.º batalhões de infantaria e do corpo d'artilharia. Os levantados do 3.º de infantaria (*Periquitos*) cercaram a 25 de Outubro a casa do Commandante das Armas, e o assassinaram com a maior barbaridade.

Anchos por esse sanguinario triumpho e pela tibieza do Presidente, quizeram os amotinados continuar com as suas façanhas, mas foram contidos pela energia dos Coroneis Alexandre Gomes de Argollo Ferrão, José Leite Pacheco, e Antonio de Souza Lima (de Itaparica), até ser finalmente embarcado para Pernambuco o insubordinado 3.º batalhão, 1.º de Dezembro de 1824.

A Independencia do Brazil reconhecida por Portugal. — A noticia do mallogro da commissão do Conde do Rio Maior tinha produzido em Portugal a maior indignação; o Governo Portuguez foi fazendo preparativos em alta escala não só para tomar vingança, como tambem para *recolonisar* o Brazil. D. João VI, acoroçoado neste sentido pela Hespanha, França, Prussia, e Russia, recebeu em sentido opposto conselhos do Gabinete Inglez, fazendo-lhe Lord Canning sentir a conveniencia de uma accommodação. Adoptando este ultimo alvitre, D. João VI deu ao seu Embaixador, Conde de Villa Real, instrucções para, sob os auspicios da Inglaterra e da Austria, tratar com os commissarios brazileiros Brant Pontes (Marquez de Barbacena), e Gameiro (Visconde de Itabaiana), que achavam-se em Londres. Nada produziram quatro conferencias successivas sobre a materia; sendo o projecto habilmente apresentado por Lord Canning recusado *in limine* pelo Conde de Villa Real dirigiu-se o Ministro Inglez directamente ao Governo Portuguez, que propôz um contraprojecto em 19 artigos, em que sobresahia a veleidade ou *singeleza* de manter ainda a annexação do Brazil.

Deu o Chefe do Gabinete Inglez as conferencias por findas, e dispoz-se a mandar um diplomata ao Rio de

Janeiro tratar dos interesses da Grã-Bretanha, principalmente á vista de terem os Estados Unidos da America do Norte reconhecido a independencia do Brazil, e apromptarem-se para fazerem tratados de commercio. D. João VI, n'uma hora de feliz inspiração, reconheceu que o que tinha de melhor a fazer era acabar com indecisões e exigencias inexequiveis; quando o Embaixador Inglez, *Sir Charles Stuart*, passou por Lisbôa, deu-lhe plenos poderes para tratar com D. Pedro.

Chegando ao Rio de Janeiro, entabolou Sir Charles Stuart com o Governo Brazileiro, representado pelos dous Ministros Luiz José de Carvalho e Mello (de Estrangeiros), e Francisco Villela Barbosa (do Imperio), e o Conselheiro d'Estado Barão de Santo Amaro, negociações que deram em resultado o tratado de 29 de Agosto de 1825, pelo qual Portugal reconheceu finalmente a independencia do Imperio. Por uma convenção posteriormente feita, mas estatuida no art. IX do tratado, concedeu-se a Portugal dous milhões sterlinos, como indemnisação por todas e quaesquer reclamações, salvo ás relativas ao transporte de tropas.

Viagem de D. Pedro á Bahia.—Continuando a darem-se alguns tumultos na Bahia, e receiando que fossem a mais, o Imperador para lá partiu, 3 de Fevereiro de 1826, a ver se com a sua presença conseguia congraçar os animos e obter a tranquillidade publica. Restabelecida a ordem, regressou o Imperador para a côrte, onde chegou a 1º de Abril do mesmo anno.

Guerra Platina.—A provincia Cisplatina conservava para com o Brazil as animosidades de vencidos contra vencedores, e o antagonismo tradicional da raça castelhana contra a portugueza. Contando com a protecção das Provincias Unidas do Prata, e sabendo ser occasião opportuna para um pronunciamento, João Antonio Lavalleja aos 19 de Abril de 1825 saltou no Porto das Vacas com 32 aventureiros, aos quaes immediatamente juntaram-se cem orientaes separatistas, que estavam de espera, e chegou á Villa de la Florida com uma força, que em tres dias elevou-se a 600 homens.

Em breve reuniu-se-lhe Fructuoso Rivera com dous batalhões de orientaes, que tinham podido lograr a cre-

dula vigilancia do Visconde da Laguna, e escaparam-se de Montevidéo. A 14 de Junho proclamaram os separatistas um governo provisorio, e por meio de uma camara, que improvisaram, decretaram a annullação da encorporação da Banda Oriental ao Brazil. O governo civil foi confiado a Manoel Calleros, e a direcção das operações bellicas a Lavalleja. Um Congresso reunido a 20 de Agosto deu incremento notavel aos separatistas, que proclamaram a independencia sob o protectorado das Provincias Unidas do Prata.

O Governo de Buenos Ayres soube por meio de subterfugios illaquear a boa fé do Almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, que com uma força naval respeitavel tinha ido pedir-lhe explicações da sua attitude, e foi sob fallazes pretextos approximando suas forças das fronteiras, com o fim real de proteger aos Orientaes.

Mudando a sua base de operações para Durazno, teve em pouco Lavalleja occasião de encetar as hostilidades contra os Brazileiros, sendo o 1º encontro em *Mercedes*, na margem do Rio Negro, 22 de Setembro, favoravel aos Orientaes, visto como Rivera *com 600 homens* destroçou uma partida de *250 homens* do Coronel Jardim.

N'esse entretanto o Visconde da Laguna conservava-se inactivo em Montevidéo, pretextando insufficiencia de forças para manobrar, e esperando que o Governo Imperial realisasse um plano de campanha igual ao de 1817, fazendo descer um corpo de exercito do Rio Grande, para envolver os rebeldes entre dous fogos. Na mesma inacção, porém, não quiz ficar o temerario Bento Manoel, e com uma força de cêrca de *1,000 homens só de cavallaria*, foi atacar a Lavalleja, que proximo ao arroyo de *Sarandy* achava-se em posição dominante com uma columna de *3,000 homens das tres armas*. O resultado não se fez esperar, e a derrota foi o castigo da temeridade de Bento Manoel Ribeiro, 12 de Outubro de 1825, que pensava ter de bater-se em Sarandy sómente contra Lavalleja, emquanto que esbarrou-se tambem com as forças de Fructuoso Rivera, que se lhe tinha reunido.

Mais gangentos com essa victoria do que os proprios

o Marquez contrariadissimo pelo fogo que Lavalleja mandára atacar na macéga do campo, e, não vendo chegar em seu reforço a divisão de Bento Manoel, ordenou terminantemente que cessasse o combate, contra a opinião do Marechal Gustavo Brown.

Em boa ordem foram as forças brazileiras effectuando a sua retirada para o Passo de *Cassihy sem serem perseguidas, nem ao menos embaraçadas* por Alvear, que retirou-se tambem para as suas posições anteriores, *sem ter ficado occupando o campo do combate*. Apezar de terem sido muito exageradas as avaliações dos prejuizos que os belligerantes soffreram, parece mais verosimil a opinião dos que dizem que as perdas dos Orientaes foram de 250 homens fóra de combate, como consta de documentos officiaes de Alvear, emquanto os Brazileiros tiveram 242 mortos, feridos, e extraviados, como deprehende-se dos mappas posteriores das forças de Barbacena (*a*).

No entretanto essa batalha entre um General *inhabil*, que com forças muito superiores não soube aproveitar-se das vantagens obtidas para perseguir o inimigo, e um General *inepto*, que tendo uma divisão aguerrida do seu exercito a mui poucas leguas de distancia, não a faz vir ás pressas tomar parte na acção, foi de consequencias importantes para a decisão da guerra. Obrigou o exercito brazileiro a retirar-se para o Rio Grande do Sul, e a conservar-se dahi em diante na defensiva, ao passo que excitava nas Provincias Unidas do Prata o maior enthusiasmo. O Governo, porém, de Buenos-Ayres comprehendeu melhor do que as massas populares essa assignalada victoria de Ituzaingo, mandando a demissão de Carlos de Alvear, e a sua substituição pelo General Dorrego. Tambem D. Pedro, e com mais razão,

---

(*a*) Vide os 2 mappas das forças brazileiras e argentinas na Rev. do Inst. Hist. tomo 23º, assim como as respostas do M. de Caxias aos quesitos formulados pelo Inst. Hist. sobre a batalha de 20 de Fevereiro de 1827.—A *Ephemeride* desse dia pelo Sr. Dr. Teixeira de Mello resume tudo quanto ha de melhor sobre a batalha de Ituzaingo.

mandou demittir a Barbacena, e substituil-o pelo Visconde da Laguna.

Emquanto se davam esses acontecimentos, as forças navaes do Imperio soffriam graves revézes. Uma divisão da esquadra, ás ordens de Jacintho Roque de Senna Pereira, constando de 19 navios, em frente á ilha de Martim Garcia cahiu prisioneira do audaz Almirante Brown, que lhe queimou 5 embarcações (9 de Fevereiro de 1827), escapando apenas 3 navios de serem tomados.

Além desse terrivel revéz, uma divisão destinada á Patagonia, e confiada ao Capitão *Shepperd*, foi victima do maior descalabro. Para compensar essas derrotas e desastres, apenas houve a victoria do Capitão *Norton*, commandante da divisão naval brazileira do centro nas aguas do Prata contra a esquadra de Brown, 9 de Abril.

Tratado de paz.—Apezar das victorias obtidas pelos Republicanos do Prata, o Governo de Buenos-Ayres dirigiu ao do Brazil o seu proprio Ministro das Relações Exteriores, D. Manoel José Garcia, para tratar da paz.—Não sendo ratificada a Convenção Preliminar de 24 de Maio de 1827, só a 27 de Agosto de 1828 foi concluido o Tratado Preliminar effectuado pelos Commissarios Generaes Balcarce e Guido no Rio de Janeiro, sob a mediação da Inglaterra, reconhecendo-se a independencia da Banda Oriental. Effectuava-se a paz exactamente na occasião em que o Visconde da Laguna, depois de manobras acertadas, achava-se dominando as posições mais vantajosas para descarregar golpes certeiros nos Orientaes! mas.... talvez fosse mesmo melhor a paz!—Em conformidade das disposições do tratado foi a praça de Montevidéo evacuada pelo General Francisco José de Souza Soares de Andréa a 24 de Abril de 1829.

LIÇÃO XXXV

Tratados de commercio.—Medidas Legislativas. — Revoltas de tropas estrangeiras — Almirante Roussin. — Tumultos em Pernambuco e na Bahia. — D. Maria II. — A Imperatriz D. Amelia—Abdicação.—7 de Abril de 1831.

Tratados de Commercio.—Tornando-se Estado livre e independente, o Brazil tinha de proceder a tratados que regulassem as suas relações commerciaes com as outras nações. Foram, pois, celebrados tratados com a França (8 de Janeiro de 1826), Austria (16 de Junho de 1827), Prussia (9 de Julho), Inglaterra (17 de Agosto) Lubeck, Bremen e Hamburgo (17 de Novembro), Dinamarca (26 de Abril de 1828), Estados-Unidos Norte Americanos (12 de Dezembro), Hollanda (20 de Dezembro), e Sardenha (7 de Fevereiro de 1829). Além d'esses tinha-se celebrado com a Inglaterra (23 de Novembro de 1826) um tratado para a nomeação de *Commissões Mixtas*, igual em tudo ao estipulado entre a Inglaterra e o Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves, 28 de Julho de 1817, mas quando a Inglaterra exercia o mais *assiduo protectorado* sobre Portugal ?

D'entre esses tratados sobresahem pela infelicidade de disposições capitaes o celebrado com a França, estipulando a *perpetuidade* da sua duração, e principalmente os firmados com a Inglaterra. Além de favores commerciaes, ficavam os subditos inglezes *com privilegio de fôro criminal*, e a Grã-Bretanha conservava o direito de visita e busca dos navios brazileiros suspeitos do trafico de Africanos, continuando as Commissões Mixtas no Rio de Janeiro e Serra Leôa.— Não seria melhor terem acabado de uma vez com a escravidão, em vez de nos legarem esse cancro social ?

Legislação.— Era preciso determinar-se qual a Legislação que devia vigorar no novo Imperio ; assim, pois, a Lei de 20 de Outubro de 1823 estatuiu que

continuassem em vigor as mesmas Leis de Portugal, que regiam o Brazil até 25 de Abril de 1821, e algumas ulteriores publicadas pelo Imperador e pela Constituinte. Leis posteriormente feitas modificaram felizmente as disposições do *Codigo Filippino* e outras quejandas, e o apparecimento do *Codigo Criminal*, 16 de Dezembro de 1830, veiu satisfazer uma necessidade palpitante do Brazil.

Instrucção publica.— Para livrar os povos da necessidade de recorrerem á Universidade de Coimbra, a Carta de Lei de 11 de Agosto de 1827 mandou crear 2 cursos de sciencias juridicas e sociaes, sendo um em Olinda e outro em S. Paulo. O de S. Paulo foi inaugurado a 1.º de Março de 1828, e o de Olinda a 15 de Maio do mesmo anno. Pouco depois appareceu a Lei de 15 de Outubro de 1827, mandando estabelecer escolas publicas de primeiras lettras em todas as cidades, villas, e logares mais populosos do Imperio; apezar d'essa medida, o Governo pouco fez a favor da instrucção primaria e secundaria.

Motim militar de allemães e irlandezes.— Tinha o Governo do Brazil mandado engajar alguma tropa estrangeira, como anteriormente dissemos. Achavam-se na côrte 3 desses corpos, sendo um batalhão de irlandezes no quartel do campo da Acclamação, um de allemães, em S. Christovão, e outro tambem de allemães na Praia Vermelha. O batalhão de allemães de S. Christovão (2º de Granadeiros) insubordinou-se na occasião em que se castigava um soldado, 11 de Junho de 1828, sendo imitado pelo batalhão de irlandezes (3.º de Granadeiros) engajados pelo Coronel Cotter, e pelo da Praia Vermelha (28.º de Caçadores). Entre os excessos praticados, os allemães da Praia Vermelha assassinaram ao Major Benedicto Theola, a quem accusavam de lhes roubar o soldo.

O Ministro da Guerra, Bento Barroso Pereira, viu-se em sérios embaraços para jugular esse motim militar, que por mais de 48 horas (sobretudo a 10, e 11 de Junho) trouxe alarmada a população da côrte. Afinal as forças milicianas, o corpo de artilharia, e o de policia, assim como o proprio povo puderam bater os sediciosos, que na madrugada do

dia 12 entregaram-se á discripção, depois de terem perdido para mais de 100 mortos.

O soldado Steinhausen, julgado principal cabeça do motim, foi arcabuzado, e os 3 batalhões foram dissolvidos, sendo 1,400 irlandezes remettidos para a Irlanda e Canadá por intermedio da Legação Ingleza, 600 allemães para o Rio Grande do Sul, como colonos, e 300 irlandezes para Taperoá na comarca dos Ilhéos. O Ministro da guerra foi demittido por D. Pedro, por ter deixado chegarem as cousas áquelle ponto, e Pedro de Araujo Lima, Miguel Calmon, e Teixeira de Gouvêa retiraram-se do ministerio, magoados pela demissão dada como castigo ao seu collega.

Exigencia do almirante Roussin.— Tinha apenas terminado o conflicto da insubordinação de tropas estrangeiras, quando o Brazil teve de soffrer uma exigencia da França imposta de maneira descommunal. Não tendo sido attendidas algumas representações sobre o apresamento de navios francezes pelo bloqueio do Rio da Prata, o Contra-Almirante Roussin entrou, 6 de Julho de 1828, com uma náo e duas fragatas, no porto do Rio de Janeiro, e, de morrões accesos, exigiu a entrega dos navios francezes apresados, e o pagamento por indemnisação de perdas e damnos. Satisfeito logo quanto ao 1.º ponto, combinou-se, 21 de Agosto, que até o fim de 1829 se liquidariam as indemnisações pedidas pelos subditos francezes.

Tumultos em Pernambuco e na Bahia.— No principio de 1829 deram-se alguns tumultos populares em Pernambuco, chegando os sediciosos a arrombar a cadêa, a soltar os presos, e a apoderarem-se do armamento que se achava em um quartel. Reprimida a sedição, foram n'essa provincia suspensas as garantias constitucionaes por decreto de 27 de Fevereiro de 1829, e os sediciosos julgados por uma commissão Militar, meio de que tanto o Governo abusava n'aquelle tempo, em vez de recorrer aos tribunaes ordinarios. Só a 27 de Abril do mesmo anno foi que se mandou cessar o effeito do decreto de 27 de Fevereiro.

Na Bahia tambem por essa época deram-se alguns motins, sendo o Presidente, Visconde de Camamú, assassinado por um cavalleiro, que depois de descarregar-lhe um tiro, desappareceu a galope, sem poder ser apanhado, nem descoberto, 28 de Fevereiro.

D. Maria II.—A Imperatriz D. Amelia.—Tendo fallecido D. João VI a 10 de Março de 1826, devia o throno de Portugal pertencer a D. Pedro. Bem aconselhado, e seguindo o seu proprio raciocinio, que lhe fazia ver a impossibilidade de conservar as duas corôas, D. Pedro abdicou a de Portugal em sua filha, D. Maria II, a qual se casaria com seu tio D. Miguel de Bragança, que governaria o Reino como Logar Tenente até á maioridade da Rainha. Simulando acceitar essa combinação para apossar-se da corôa, D. Miguel, depois de ter jurado a Constituição, 26 de Março de 1828, dissolveu a Camara dos Deputados, procedeu á convocação dos Tres Estados, cuja Assembléa abriu a 22 de Junho, e fez-se proclamar Rei absoluto, 15 de Julho.

D. Pedro, recebendo a noticia da dissolução da Camara dos Deputados Portuguezes, mandou sua Filha para a Europa, acompanhada pelo Marquez de Barbacena, 5 de Julho, afim de ser entregue á protecção do Imperador da Austria, avô maierno da mesma Rainha. Chegando a Gibraltar, resolveu Barbacena levar para a Inglaterra a mesma Augusta Senhora, e confiou-a á protecção de Sua Magestade Britannica.

Não apresentando a attitude da Inglaterra resultados animadores para pôr um fim á usurpação de D. Miguel, mandou D. Pedro I que sua filha voltasse para o Brazil em companhia da Princeza D. Amelia de Leuchtemberg, que vinha casar-se com elle. Celebrou-se o casamento com a magnificencia e pompa devidas a tão elevadas personagens, e, para perpetuar a memoria d'essas nupcias, foi creada a Imperial Ordem da Rosa, civil e militar, decreto de 17 de Outubro de 1829.

Achava-se D. Pedro em circumstancias muito embaraçosas n'aquella occasião, porque como Pai tinha a obrigação restricta de sustentar os direitos de sua Filha, em quem tinha abdicado a corôa de Portugal, mas a sustentação d'esses direitos tendiam a lançar o

Brazil n'uma intervenção em negocios internos de Portugal, e em fortes dispendios para coadjuvar aos que se declaravam contra a usurpação de D. Miguel. A questão dos *emigrados portuguezes*, miudamente debatida no parlamento por oradores da força de Bernardo Pereira de Vasconcellos, e Lino Coutinho, e na imprensa pela fulgurante penna de Evaristo Ferreira da Veiga, veiu augmentar as difficuldades com que o Imperador já lutava para affrontar o vendaval politico, que se desencadeava sobre sua corôa.

Abdicação, 7 de Abril de 1831.—As relações de D. Pedro I com as Assembléas Legislativas tinham sido sempre eivadas de desconfianças e prevenções taes, que foram degenerando em animosidades, cuja effervescencia devia necessariamente ser fatal ao Imperador, ou á Nação. Como a Nação é sempre mais forte, o Imperador foi a victima. As Assembléas Legislativas, que se seguiram á Constituinte, pareciam ter recebido d'esta o diapasão para afinarem a sua attitude para com a Corôa. Não eram camaras servis dispostas a curvarem-se a Sejanos improvisados; eram representantes eleitos pelos comicios populares de uma Nação, a qual tendo quebrado, havia pouco, os grilhões da dependencia, no seu enthusiasmo pela liberdade, propendia para implantar o regimen da democracia na mais alta escala, que pudesse.

Esses Representantes, que não tinham o tirocinio pratico do systema parlamentar, abusavam em muitos casos dos seus direitos de legisladores, e invadiam os ramos administrativo e executivo, que não lhes pertenciam; mas tambem D. Pedro I, nascido e educado no absolutismo, com todas as tendencias para prescindir das formulas constitucionaes. apezar da Constituição por elle outorgada e jurada por todos em 25 de Março de 1824, não claudicava menos na sua maneira de proceder.

No revolto mar de difficuldades que o assoberbavam, o Imperador abriu em 1830 a Sessão Legislativa, em que a Camara dos Deputados, dominada pelas idéas exaltadas dos partidos, achava-se disposta a pôr um paradeiro aos abusos do poder, que já tanto se tinham feito sentir. A ninguem amedrontára a maneira inso-

lita pela qual o Imperador tinha encerrado a Sessão de 1829, dizendo unicamente: « *Augustos e Dignissimos Srs. Representantes da Nação, está fechada a Sessão.* » Para sustentar o enthusiasmo dos liberaes chegaram as noticias da Revolução de Julho em Pariz, que tinha feito baquear o throno de Carlos X; a exaltação dos animos propagou-se rapidamente em diversas provincias, e a opinião publica aguilhoava as hostilidades da Camara dos Deputados, que já tinha recorrido ao expediente da sua fusão com a do Senado, de accôrdo com a doutrina constitucional do art. 61. Na sessão do encerramento a 30 de Novembro havia a calma precursora dos grandes temporaes.

A declaração terminante feita por um chefe do prestigio de Bernardo Pereira de Vasconcellos, de que o Ministro do Imperio, José Antonio da Silva Maia, não seria reeleito para a nova Camara, devia ser tomada por D. Pedro como um panno de amostra de ainda maiores desenganos. Ora, a provincia de Minas, com o seu liberalismo tradicional, estava tornando-se o fóco d'onde parecia irradiar a principal força de hostilidades contra o Governo; ahi grassavam a olhos vistos as idéas republicanas de federação das provincias. O Imperador, julgando poder fazer serenar os animos com a sua presença, partiu para essa provincia, 30 de Dezembro, com a Imperatriz e uma grande comitiva, na qual sobresahia o Ministro José Antonio da Silva Maia, que apezar de jurisconsulto muito distincto, tinha contra si as mais fortes antipathias politicas.

Friamente acolhido pelas povoações por onde passava, infeliz na sua proclamação de 22 de Fevereiro de 1831, desenganado sobre a reeleição do seu Ministro do Imperio derrotado na votação eleitoral, desilludido pela marcha que a exaltação das idéas apresentava, triste e apprehensivel regressou D. Pedro para o Rio de Janeiro, onde o aguardavam acontecimentos da mais transcendente monta.

Chegando o Imperador ao paço de S. Christovão a 11 de Março, muitos cidadãos portuguezes e brazileiros adoptivos apromptaram festejos estrepitosos para solemnisar nos dias seguintes a vinda de

D. Pedro, ao passo que os nacionaes conservavam-se silenciosos. Na primeira noite as luminarias e festejos foram apenas interrompidos por questões vocaes entre nacionaes e portuguezes; mas na noite de 12 para 13 de Março (*das garrafadas*) houve conflicto provocado pelos portuguezes das ruas da Quitanda, Rozario, Hospicio, e outras, munidos de fundos de garrafas e diversos projectís, contra os naturaes do paiz, que censuravam a inopportunidade de tamanhas demonstrações de regosijo da parte de estrangeiros, que melhor fariam em occuparem-se com os seus negocios, e não intervirem em questões, que não lhes diziam respeito. A 14 os portuguezes apedrejaram as casas de varios brazileiros notaveis, taes como a de Evaristo Ferreira da Veiga, e praticaram além disso outros disturbios.

Depois dessas scenas tumultuosas, 23 deputados e o senador Vergueiro reuniram-se em casa do deputado por Minas, Padre José Custodio Dias, na rua d'Ajuda, e ahi confiaram á redacção de Evaristo Ferreira da Veiga uma representação ao Governo contra o procedimento revoltante e impune dos portuguezes, pedindo uma desaffronta para os brios nacionaes. O Governo não tomou as providencias que o caso exigia; foi de uma fraqueza inconcebivel, além de já ter bastantes culpas em ter tolerado que se déssem as scenas da noite *das garrafadas*, depois dos preludios que tinham havido. A 20 de Março appareceu a modificação ministerial já resolvida pelo Imperador a 18, julgando melhor confiar as pastas a brazileiros natos e de prestigio, afim de dominarem as circumstancias.

No entretanto o ministerio composto do Visconde de Goyana na pasta do Imperio, Manoel José de Souza França na Justiça, Francisco Carneiro de Campos nos Negocios Estrangeiros, José Manoel de Almeida na Marinha, Brigadeiro José Manoel de Moraes na Guerra, Antonio Francisco de Paulo H. Cavalcanti de Albuquerque na Fazenda, não sómente não satisfazia ao partido liberal exaltado, que estava em effervescencia, como tambem não tinha a energia bastante para conter a marcha da revolução, que rapidamente progredia.

As disposições timidas do Governo fizeram apenas azedar os animos dos exaltados, que foram desenrolando a propaganda da *federação*.

Em uma solemnidade religiosa, a que os patriotas procediam na igreja de S. Francisco de Paula para commemorar o anniversario do Juramento da Constituição, 25 de Março, e para suffragar tambem a alma do Dr. Badaró, assassinado em S. Paulo e considerado martyr da causa liberal, D. Pedro entrou no templo para assistir á festa, embora sem convite, e foi, recebido com vivas *em quanto constitucional*. — *Fui, sou e serei sempre constitucional*, respondeu elle dominando a multidão.—Aos vivas dados a D. Pedro II, retorquiu : *Ainda é muito creança*.

Nada de bom promettiam essas scenas : era preciso uma prudencia, energica e tino muito grandes para supperar as difficuldades da occasião ; no entretanto D. Pedro I, homem de resoluções promptas, e que tinha começado a sua vida politica no meio de motins populares, nada fez para parar o carro da revolução ; pelo contrario comprometteu ainda mais a sua causa demittindo o ministerio, que na realidade era fraco, e substituindo-o por um outro, 5 de Abril, completamente da *facção aulica*, sem ao menos um unico deputado. O ministerio foi o seguinte : *Imperio*, Marquez de Inhambupe ; *Justiça*, Visconde de Alcantara ; *Estrangeiros*, Marquez de Aracaty ; *Marinha*, Marquez de Paranaguá ; *Guerra*, Marquez de Lages e *Fazenda*, Marquez de Baependy.

Semelhante mudança ministerial foi no dia 6 recebida pela população brazileira com os mais vivos signaes de desapprovação ; immediatamente foram reunindo-se ondas de povo no Campo da Acclamação ; depois de uma hora da tarde cêrca de 2,000 pessoas achavam-se agglomeradas ; tribunos populares excitavam as massas a manterem as suas exigencias sobre a demissão do ministerio, e invectivavam o poder pessoal do Imperador. Uma depu ação composta de 3 Juizes de Paz (da freguezia de Sant'Anna, S. José e Sacramento) foi levar uma representação verbal ao Imperador *pedindo* a demissão do Ministerio de 5de Abril, e a reintegração do anterior. D. Pedro, depois de al-

gumas phrases em resposta *mantendo o seu direito constitucional de escolher livremente os seus ministros*, terminou declarando que *estava prompto a fazer tudo para o povo, nada porém pelo povo.*

Essa resposta, transmittida ás ondas do povo que achava se no Campo da Acclamação, exacerbou ainda mais os animos. O Commandante das Armas, Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, instado para ir a S. Christovão conseguir a demissão do Ministerio, não foi bem succedido na sua commissão, e quando regressou ao Campo da Acclamação encontrou já ahi o 1º batalhão de infantaria de linha, e o 2º corpo de artilharia acompanhando as manifestações populares. Em breve vieram tambem o 1º batalhão de granadeiros, o proprio Batalhão do Imperador, ou *Guarda de Honra*, commandada pelo Coronel Manoel da Fonseca Lima e Silva, o batalhão de artilharia de marinha, e varios outros contingentes militares.

Era uma verdadeira revolução do povo e da tropa: o General Francisco de Lima e Silva, compulsando a gravidade da occasião, despachou o Major Miguel de Frias e Vasconcellos afim de ponderar ao Imperador que convinha annuir os desejos do povo e da tropa, demittindo o ministerio, e nomeando o anterior, ou um outro qualquer, mas composto de liberaes. Tendo-se encontrado em caminho com o corpo de artilharia ligeira, que, por conselho do proprio Imperador, vinha reunir-se aos outros batalhões no Campo da Acclamação, Miguel de Frias deu conta da sua commissão, fazendo ver os perigos da crise existente.

Depois de reflexionar um pouco, tentou D. Pedro I ainda nomear um novo Gabinete organisado pelo Senador Vergueiro, e para esse fim mandou procural-o. Não sendo o Senador Vergueiro encontrado, D. Pedro, *vor si, e sem ouvir conselhos de ninguem*, tomou uma resolução extrema: depois de conferenciar com os Ministros da Inglaterra e da França sobre os meios, que lhe podiam fornecer para retirar-se do Brazil, entregou ás duas horas da madrugada um papel ao Major Miguel de Frias, dizendo-lhe: « *Aqui tem a minha abdicação. Estimarei que sejam felizes. Eu retiro-me para a Europa, e deixo um paiz que sempre amei, e que amo ainda.* »

A abdicação era assim concebida: « *Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa do meu muito amado e presado filho, o Sr. D. Pedro de Alcantara.— Boa Vista, 7 de Abril de 1831.* »

Annuiu depois d'isso D. Pedro á demissão pedida pelo Ministerio, menos á do M. de Inhambupe, para, como Ministro do Imperio, entregar a administração a quem de direito, e ao romper do dia retirou-se para bordo da náo ingleza « *Warspite* » levando em sua companhia a Imperatriz, a Rainha D. Maria II, o Duque de Leuchtemberg, o Duque e Duqueza de Loulé, e a comitiva dos criados da sua casa.

Profunda e inesperada sensação causára a abdicação de D. Pedro I, lida ás 4 1/2 horas da manhã do dia 7 de Abril de 1831 no Campo da Acclamação; os revolucionarios obtinham mais do que tinham pedido; em vez da demissão do Ministerio, dava D. Pedro a sua propria demissão *abdicando*, e esperando que o paiz, satisfeito com essa prova de magnanimidade da sua parte, amparasse a infancia do seu Augusto Filho, e lhe fosse fiel.

Para tutor de seus Filhos, que deixava no Brazil (D. Pedro II, e as Princezas D. Januaria, D. Francisca, e D. Paula) nomeou D. Pedro I ao venerando José Bonifacio de Andrada e Silva.

D. Pedro I, a Imperatriz e o Duque de Leuchtemberg seguiram no dia 13 para a Europa a bordo da fragata ingleza « *Volage* » e D. Maria II com o Duque e Duqueza de Loulé foram para o mesmo destino no navio de guerra francez « *La Seine* ».

Assim terminou o seu reinado o Sr. D. Pedro I, que, se foi digno de admiração por ter promovido com todos os esforços a independencia do Brazil, e por ter abdicado a corôa de Portugal, não querendo tentar novamente annexar ao Reino Lusitano o paiz que elle tinha tornado Imperio, ainda mais se agigantou perante a Historia evitando o derramamento de sangue, e segurando para sempre a corôa na cabeça do 2º Imperador e seus descendentes. Não pode marear o brilho da sua gloria o dizer-se

que era um meio de firmar a sua dynastia, passar a corôa, antes que lh'a tirassem. Procederia o argumento, se, anteriormente a 7 de Abril, D. Pedro não tivesse pensado em abdicar, como é publico e notorio que fallou a esse respeito na sua volta da provincia de Minas, tratando da exaltação do liberalismo, e da necessidade de ir pessoalmente collocar sua Augusta Filha no throno de Portugal.

Além d'isso, de quantas desgraças não nos salvou elle, legando-nos um Imperador (embora de 5 annos apenas de idade), *nascido no Brazil*, e pertencente á dynastia de Bragança? Quando mais não fosse, a integridade do Brazil ficava intacta; acabavam-se uma vez as tresloucadas pretenções do partido portuguez annexionista, e eram fortemente abalados os perniciosos planos de federação das provincias, que se tornariam republiquetas bem infelizes.— As lutas civis não desappareciam: essas continuaram durante os periodos regenciaes, porque o Brazil em 1831 ardia sobre um volcão revolucionario, que somente o perpassar dos tempos, o habito e o bom uso das liberdades publicas, o previdente reinado do Sr. D. Pedro II, depois da maioridade, podiam modificar: motins populares, sedições militares, rebelliões, guerras civis, ainda por longos annos assolaram as provincias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Matto Grosso, e Rio Grande do Sul, como adiante veremos.

LIÇÃO XXXVI

Governos Regenciaes, 1ª parte.—Regencias Provisoria, e Permanente Trina.

Regencia Provisoria. — A noticia da abdicação tinha sido recebida no Campo da Acclamação com os mais estrepitosos applausos; a demagogia aprompta-va-se para tomar conta da situação, quando felizmente 26 Senadores e 36 Deputados reuniram-se no Paço do Senado, e salvaram o Brazil da anarchia, que ameaçava arrastal-o á mais completa subversão. Procederam immediatamente á eleição de uma Regencia interina, que tomasse conta das redeas do Governo, e restabelecesse a ordem e a tranquillidade publica. Ficou a Regencia composta do *Marquez de Caravellas*, *do Brigadeiro Francisco de Lima e Silva*, e de *Nicolão Pereira de Campos Vergueiro*.

Logo no dia 8 a Regencia publicou uma proclamação aos povos aconselhando moderação e socego, e restabeleceu o Ministerio anterior ao dia 5 de Abril, entrando o deputado José Ignacio Borges para a pasta da Fazenda no logar de Hollanda Cavalcanti, que não quiz continuar. A muito custo pôde o Governo ir contendo os animos exaltados do povo, e principalmente da tropa, avesada á insubordinação.

As mesmas causas que tinham produzido a revolução de 7 de Abril no Rio de Janeiro, actuavam tambem em diversas provincias, e n'ellas produziam sublevações. Na Bahia, 4 de Abril, por motivo da prisão de 2 officiaes houve um tumulto do povo e da tropa reunidos no campo e fortaleza do Barbalho, obtendo do Presidente Luiz Paulo de Araujo Bastos (Visconde dos Fiaes) a demissão do Commandante das Armas, Marechal João Chrysostomo Callado, e mais algumas concessões. Nove dias depois (13 de Abril) sob pretexto de vingarem a morte do brazileiro Victor Pinto de

Castro, bandos sediciosos foram commettendo aturada carnificina na população portugueza da cidade, arrombando e saqueando lojas e armazens. A muito custo pôde a ordem ser restabelecida pelo Dr. Barata de Almeida, e pelo commandante interino das Armas Visconde de Pirajá.

Na Provincia de *Minas Geraes*, 6 de Abril, houve tambem disturbios no Serro; mas não apresentaram a mesma gravidade que em *Pernambuco*, 5 de Maio, onde as tropas depuzeram o Commandante das Armas, Coronel Lamenha, e foram conservando-se nas mais desordeiras disposições, cujos effeitos em breve fizeram-se sentir.

Regencia Permanente Trina.—Devendo proceder-se á eleição da Regencia trina Permanente pela Assembléa Geral Legislativa, achando-se presentes 35 Senadores, e 88 Deputados, teve logar a votação que deu o seguinte resultado: Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, 81 votos; José da Costa Carvalho (Marquez de Monte Alegre), 75; João Braulio Muniz, 65; Francisco Carneiro de Campos, 56; Pedro de Araujo Lima (Marquez de Olinda), 34; Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, 27; e outros menos votados. Foram, portanto, proclamados Regentes do Imperio os 3 primeiros, 18 de Junho, e tomaram posse dos seus elevados cargos.

Tiveram logo os Regentes que lutar no Rio de Janeiro com a insubordinação militar, que, comprimida por alguns dias, estava á espera de uma occasião qualquer para manifestar-se. Nos dias 14 e 15 de Julho declararam-se fortes sedições militares e do povo que foram abafadas pelo energico Ministro da Justiça, Diogo Antonio Feijó, sendo ao depois castigados e dissolvidos alguns corpos amotinados, e outros remettidos para as provincias do norte.

Os tibios Ministros José de Souza França, e José Manoel de Moraes, não approvando as medidas rigorosas de Feijó, retiraram-se do Gabinete, e entraram Bernardo Pereira de Vasconcellos para a pasta da Fazenda, Lino Coutinho para a do Imperio, e Manoel da Fonseca Lima e Silva para a da Guerra, 16 de Julho de 1831.

Poucos dias depois creou o Governo a Guarda Nacional, Lei de 18 de Agosto, e conservou da tropa de linha na côrte apenas o corpo de artilharia de marinha; ainda assim esse batalhão sublevou-se no dia 7 de Outubro na ilha das Cobras. Immediatamente o Ministro da Justiça encarregou ao General José Maria Pinto Peixoto de tomar conta da força publica (Guarda Nacional e Municipal), e jugular a revolta: tão galhardamente procederam as 2 columnas de ataque ás ordens do Coronel João Paulo dos Santos Barreto, e do Major Luiz Alves de Lima, que em pouco tempo os sublevados foram obrigados a submetterem-se. Castigados convenientemente os principaes sediciosos, foi dissolvido o corpo de artilharia de marinha, e o Governo foi olhando mais attentamente para as forças de mar, nas quaes a insubordinação ia lavrando como no exercito. Data dessa occasião a entrada do lente da escola militar, Joaquim José Rodrigues Torres (ulteriormente Visconde de Itaborahy), pela 1.ª vez para a administração superior do Estado, occupando a pasta da Marinha, em substituição a José Manoel de Almeida.

Emquanto na capital do Imperio davam-se essas scenas de sedição militar, em diversas provincias as rebelliões reproduziam-se mais ou menos do mesmo modo, com a differença que em algumas ellas perduraram por longos annos. Para não truncarmos o historico dessas revoluções, que começaram no tempo da Regencia Permanente Trina, faremos seguidamente o seu resumo, embora algumas terminassem na Regencia de Feijó, e mesmo na de Araujo Lima.

No *Pará* depois de não terem as tropas podido conseguir a demissão do Commandante das Armas Francisco José de S. Soares de Andréa, prenderam, 7 de Agosto, ao Visconde de Goyana, que fôra posteriormente tomar conta da Presidencia da provincia, e o remetteram para o Rio de Janeiro.—No anno seguinte, 12 de Abril de 1832, rebentou na Barra do Rio Negro uma sedição militar, na qual morreu o Commandante Coronel Joaquim Filippe dos Reis, proclamando depois o Conego Baptista a comarca do Rio Negro independente do Pará. Taes vantagens

foram tendo os partidarios de Baptista, que chamaram a si o Presidente da provincia, José Joaquim Machado de Oliveira, e em Abril de 1833 impediram que desembarcassem o novo Presidente Desembargador José Mariani e o Commandante das Armas, Tenente Coronel Ignacio Corrêa de Vasconcellos.

A revolta assim triumphante foi continuando a produzir os seus lamentaveis effeitos: na noite de 16 de Abril houve uma horrivel carnificina na população da capital, sendo victimas para mais de 200 pessoas, e a verdadeira anarchia começou o seu terrivel imperio. Impotente para mandar forças regulares para restabelecer a paz, contentou-se o Governo da Regencia em mandar um novo Presidente, Bernardo de Souza Lobo, e um novo Commandante das Armas, Tenente Coronel Joaquim José da Silva Santiago. Os facciosos deixaram as duas novas autoridades tomarem conta dos seus cargos, mas aos 7 de Janeiro de 1835 deram cabo dellas por meio do mais horrivel assassinato, e proclamaram Presidente ao Tenente Coronel Felix Antonio Clemente *Malcher*, e Commandante das Armas a Francisco Pedro *Vinagre*.

Em breve a desharmonia estabeleceu-se entre os dous eleitos: os partidarios de Vinagre venceram a facção de Malcher, e este depois de preso foi immediatamente arcabuzado. O novo Presidente, Marechal Manoel Jorge Rodrigues conseguiu a principio algumas vantagens sobre Vinagre, que, fingindo submissão, reuniu todos os seus sequazes, e obrigou ao Marechal a retirar-se para a ilha de Tatuoca até fins de Abril de 1836.

O Presidente seguinte, Brigadeiro Soares de Andréa, chegando com um reforço de mais de 1,000 praças de excellente infantaria, e apoiando-se nas forças navaes do Capitão de Mar e Guerra Frederico Mariath, pôde tomar conta da autoridade em 11 de Abril de 1836, reunindo tambem as attribuições de Commandante das Armas. Depois de ter feito sua entrada solemne na capital a 13 de Maio seguinte, foi empregando medidas acertadas para a pacificação da provincia. Batidos completamente os

bandos de Vinagre, Angelim, e outros chefes desordeiros, começou o restabelecimento da tranquillidade publica, que só no anno seguinte, 1837, pôde firmar-se.

No Maranhão, 13 de Setembro de 1831, os turbulentos demittiram e prenderam ao Commandante das Armas, expulsaram os Magistrados e diversas pessoas de consideração, e teriam procedido contra a propria pessoa do Presidente, Candido José de Araujo Vianna (Marquez de Sapucahy), se não fosse a attitude energica que esse illustre brazileiro assumiu, conseguindo afugentar os sediciosos. Retirando-se, porém, os turbulentos para o interior da provincia, foram reforçar os bandos do celebre Antonio João Damasceno, vindo do Ceará, e depois das mais sangrentas tropelias só em Abril do anno seguinte, 1832, pôde restabelecer-se o socego publico, para o que muito concorreu o Commandante das Armas, Tenente Coronel Ignacio Corrêa de Vasconcellos.

Em Pernambuco, onde depois dos motins de 5 de Maio as tropas conservavam-se nas mais desordeiras disposições, houve um terrivel levante militar nos dias 14 e 15 de Setembro de 1831, que pôz a cidade do Recife em poder da soldadesca desenfreiada. Afinal no dia 16 conseguiu o povo armado vencer os soldados pela maior parte ebrios; depois de terem morrido para mais de 300 dos amotinados, foram presos cêrca de 800, e remettidos para a ilha de Fernando Noronha. Passado algum tempo, 15 de Novembro, ainda houve um outro motim militar na fortaleza das Cinco Pontas; mas esse foi promptamente abafado.

Decorridos alguns mezes deu-se uma nova rebellião militar, 14 de Abril de 1832, dirigida pelo Tenente-Coronel de Milicias Francisco José Martins, e pelo Major José Gabriel de Moraes Meyer; mas pôde ser vencida pelo Presidente da Provincia a 16, com o auxilio da marinha e das milicias dos outros bairros da capital.

Seguiu-se logo em *Panellas de Miranda* uma guerra civil (*dos Cubanos*), que foi tomando proporções taes, que durante perto de 4 annos resistiu a fortes columnas mandadas para terminal-a. Só em Novembro de

1835 pôde o Bispo de Pernambuco, D. João da Purificação Marques Perdigão, concluir a pacificação, já começada a realisar-se pelo Major Joaquim José Luiz de Souza.

Ceará.—Esses motins militares, que temos apresentado, eram principalmente devidos ao erro capital do Governo de Pedro I, que tinha formado um exercito sem a necessaria disciplina; os máos exemplos de sedições de povo e tropa, mais ou menos triumphantes na côrte durante os ultimos annos da estada de D. João VI no Rio de Janeiro, e durante a regencia e reinado do 1º Imperador, tinham acoroçoado a soldadesca, ou a ter as suas exigencias satisfeitas por meio de levantes, ou a pactuar com as massas populares para dar a preponderancia a este ou aquelle partido. No Ceará, porém, desenvolveu-se uma guerra civil pela mais desarrazoada pretenção do Coronel Joaquim Pinto Madeira, que, muito perseguido como *realista*, depois da abdicação de D. Pedro, em vez de mudar de provincia para a sua moradia, ou accommodar-se ao novo estado de cousas, levantou o estandarte da *restauração* do 1º Imperador, 4 de Dezembro de 1831, a pretexto de que a abdicação tinha sido forçada. Reunindo alguns adeptos, que preludiavam assim o partido chamado ao depois *Caramurú*, foi, como devia sel-o, mal succedido ao 1º encontro no engenho de Burity, contra as forças do Governo, e viu-se depois de 10 mezes de uma luta insensata abandonado, e obrigado a entregar-se em *Correntinho* ao General Labatut, 13 de Outubro de 1832. Depois de ter vagado por prisões de diversas provincias, foi afinal condemnado á pena capital, e executado, 23 de Novembro de 1834, sem que a esse acto precedessem as formalidades legaes.

Em Minas-Geraes a agitação dos espiritos produziu tambem um movimento sedicioso, no qual felizmente não houve derramamento de sangue; contentaram-se os sediciosos em Ouro Preto, 22 de Março de 1833, com o forçar a retirada do Vice-Presidente da Provincia, Bernardo Pereira de Vasconcellos, para S. João d'El-Rei, e d'ahi para o Rio de Janeiro. A ordem foi promptamente restabelecida pelo General Pinto Peixoto, 19 de Maio, entrando com algumas forças em Ouro

Preto, abandonada pelos rebeldes depois de um pequeno assedio.

Matto-Grosso. — Sem um fim politico determinado começou na longinqua provincia de Matto Grosso um levantamento de facciosos, que estabeleceram o seu quartel general em Cuyabá, onde procederam a uma horrivel carnificina para satisfazer a sêde de sangue e de roubo. De 30 de Maio a 5 de Julho de 1834 durou esse lamentavel estado de anarchia, até que afinal o Coronel João Popino Caldas pôde dominar a situação e restaurar o socêgo.

ASSEMBLEAS LEGISLATIVAS. — MEDIDAS GOVERNAMENTAES. — DISTURBIOS NO RIO DE JANEIRO.

Occupados em restabelecer a ordem e a tranquillidade publica tão profundamente alteradas, não tinham as Regencias Provisorias e Permanente, nem a Assembléa Geral Legislativa durante o anno de 1831 dado largo desenvolvimento a outras medidas que o paiz reclamava; ainda assim houve a creação da Guarda Nacional, a extincção dos corpos de milicias e ordenanças, e da *Guarda de Honra*, lei de 18 de Agosto de 1831, organisação do Thesouro Nacional e Thesourarias Provinciaes, acabando com o Conselho da Fazenda, lei de 4 de Outubro, definitiva organisação da Academia das Bellas Artes, 31 de Dezembro de 1831.

Depois de complicados debates na Camara dos Deputados tinha passado com algumas modificações o projecto de Miranda Ribeiro para as reformas na Constituição; mas chegando ao Senado foi adiada a discussão para o anno seguinte afim de ser melhor estudada essa questão.

Escoava-se o anno de 1831 entre as lutas civis e sublevações militares que temos esboçado: o anno de 1832 não promettia ser mais feliz. Os partidos, que então queriam a preponderancia politica, podiam-se reduzir a 3, a saber: 1º o MODERADO, representado pelos 3 Regentes, Ministerio, e uma fracção da Camara, em que brilhavam Evaristo, Vergueiro,

Paula e Souza, Limpo de Abreu, Honorio, etc.; 2º o EXALTADO, em que figuravam os Franças, da Bahia, Mey, Castro Alvares, Paes de Andrade, Miguel de Frias, etc.; 3º o RESTAURADOR, que sonhava com a volta de Pedro I, e cujos chefes indigitados eram José Bonifacio, Martim Francisco, Cayrú, Marquez de Paranaguá, e Visconde de Santo Amaro.

Emquanto os restauradores iam amadurecendo seus planos, os exaltados resolveram entrar em acção, e promoveram uma sedição, á cuja frente collocaram-se o Tenente Coronel Miguel de Frias e Vasconcellos e outros chefes militares, que achando-se presos na fortaleza de Villegaignon, não sómente conseguiram sahir de lá, como arrastaram comsigo a guarnição da ilha, e começaram as operações bellicas, desembarcando em Botafogo, e marchando d'ahi para o centro da cidade. O Ministro da Justiça, Padre Diogo Antonio Feijó, prevenido a tempo, tinha tomado as suas medidas, e os sediciosos foram completamente batidos no Campo da Acclamação pelo Corpo de Permanentes, auxiliados por alguns batalhões da Guarda Nacional, 3 de Abril de 1832.

O partido restaurador quiz d'ahi a dias sahir a campo com uma revolta largamente preparada; mas foi estrondosamente derrotado pelas forças governistas no Rocio Pequeno, Aterrado, Mataporcos, sendo um dos chefes, o General Barão de Bulow, obrigado a fugir a patas de cavallos, 17 de Abril.

Depois dessas duas victorias quiz o partido moderado firmar decididamente o seu predominio, julgado pelo Ministro Padre Feijó arriscado, visto como o Senado não só por maioria de um voto rejeitára o projecto da Camara dos Deputados, exonerando a José Bonifacio de Tutor Imperial, como estava disposto a contrariar as reformas constitucionaes propostas. Para melhor chegarem a seus fins, a Regencia e o Ministerio recorreram a um *Golpe de Estado*, 30 de Julho de 1832, apresentando a sua demissão perante as Camaras.

A Camara dos Deputados influenciada pelo patriotismo sensato de Evaristo Ferreira da Veiga, Honorio,

Miguel Calmon, etc., salvou a situação não acceitando a demissão dos Regentes, e, á vista da insistencia na demissão pedida pelo Ministerio, concorrendo para a nomeação de um Gabinete de transição, 3 de Agosto, que ao fim de 40 dias foi substituido por outro completamente formado de membros proeminentes do partido moderado, 13 de Setembro.

Mais desassombrados pelo desfecho da crise de 30 de Julho, continuaram os Representantes da Nação com os seus trabalhos legislativos. O Senado foi regeitando todas as reformas constitucionaes propostas pela Camara dos Deputados, menos quanto á reducção dos membros da Regencia a um só, e á conversão dos Conselhos Geraes de Provincias em Assembléas Provinciaes.

Não acceitando a Camara dos Deputados essas emendas, teve logar a fusão das duas Camaras; mas o Senado venceu na votação geral, menos em relação á abolição do Conselho d'Estado, que teve de ceder.

A 3 de Outubro de 1832 appareceu a lei reformando as antigas academias medico-cirurgicas, e dando-lhes nova organisação com a denominação de Faculdade de Medicina e de Cirurgia, uma no Rio de Janeiro e outra na Bahia. Pouco depois, 29 de Novembro, foi publicada uma outra lei sanccionando o Codigo do Processo Criminal, reformando as Ordenações e outras antigualhas, estabelecendo o Jury, reorganisando o Poder Judiciario, igualando as Relações do Imperio, supprimindo a Casa de Supplicação, e estatuindo disposições novas no Processo Civil.

A seguinte Sessão Legislativa, 1833, foi extraordinariamente agitada pelos importantes debates sobre reformas constitucionaes, e sobre o projecto apresentado pelo Deputado Venancio Henrique de Rezende propondo o banimento de Pedro I, afim de dar um golpe profundo no partido restaurador.

Entre os meios de acção dos restauradores apontava-se a *Sociedade Militar*, installada a 11 de Agosto de 1833;—os patriotas invadiram a casa das reuniões dessa sociedade, quebraram moveis e vidraças, e deram cabo de algumas typographias hostis aos governistas, 5 de Dezembro. Poucos dias depois resolveu-se o Go-

verno a subjugar completamente o partido restaurador, acabando com a alta posição daquelle a quem considerava como chefe de maior importancia. A 15 de Dezembro foi cercado o Paço da Boa Vista por uma força policial, tendo á sua frente uma Commissão de Juizes de Paz da cidade: o venerando Conselheiro José Bonifacio, de tão monumentaes serviços á causa do Brazil, foi por um decreto suspenso das funcções de Tutor da Familia Imperial, e remettido preso para a Ilha de Paquetá.

A propria natureza encarregou-se de livrar o Governo de maiores injustiças, aniquilando o partido restaurador. O *Duque de Bragança*, D. Pedro I do Brazil, e IV de Portugal, fallecera em Lisboa a 24 de Setembro de 1834, legando um nome grandioso á Historia imparcial, e os seus beneficios a um Imperio Americano, e a um Reino Europeu. Baqueava, pois, para sempre o partido restaurador, ou *Caramurú*, e o Brazil progredia com esse pesadello de menos.

Nesse entretanto tinha passado a *Lei de 12 de Agosto de 1834*, ou *Acto Addicional*, que completava e modificava a Constituição Politica do Imperio. O fallecido Conego Marinho, na sua obra *Revolução de Minas*, considerava o Acto Addicional como um triumpho politico do partido moderado, que queria rodear a monarchia de instituições livres. As principaes disposições dessa Lei são em relação á suppressão dos Conselhos Geraes de Provincias, substituidos pelas Assembléas Provinciaes, á suppressão do Conselho d'Estado, e á eleição de um só Regente.

LIÇÃO XXXVII

Governos Regenciaes. 2ª. Parte.—Senadores Feijó e Araujo Lima.—Declaração da maioridade de S. M. Imperial, o Sr. D. Pedro II.

§ I

Regencia do Senador Feijó.— Tinha o Acto Addicional creado um só Regente, em vez de tres, que antes eram; procedeu-se, pois, a 7 de Abril de 1835 em todo o Imperio á eleição do Regente, e a apuração de votos feita na Sessão da Assembléa Geral Legislativa de 9 de Outubro de 1835 deu o seguinte resultado: Diogo Antonio Feijó, 2,826 votos; A. F. de P. H. Cavalcanti de Albuquerque, 2,251; José da Costa Carvalho, 847; Pedro de Araujo Lima, 760; Francisco de Lima e Silva, 629; Manoel de Carvalho Paes de Andrade, 605; e outros menos votados.

Foi, portanto, o Senador Diogo Antonio Feijó proclamado Regente do Imperio a 12 de Outubro de 1835, tomando immediatamente posse do seu elevado cargo. Antes de proseguir devemos ponderar que a Regencia precedente achava-se reduzida a um só membro, que era o General Francisco de Lima e Silva; João Braulio Muniz tinha fallecido, (21 de Setembro de 1835), e José da Costa Carvalho desgostoso e doente tinha-se retirado para S. Paulo.

O historico da Regencia do Senador Feijó póde reduzir-se: 1º, á pacificação da provincia do Pará; 2º, ao desenvolvimento da rebellião do Rio Grande do Sul (*Guerra dos Farrapos*), e má direcção dada pelo Governo para suffocal-a; 3º, ás lutas contra uma opposição poderosa na Camara dos Deputados, que obrigou ao Regente a abandonar o poder.

Quanto á pacificação do Pará, já vimos que ella fôra realisada pelo General Soares de Andréa em 1837, depois de batidos os bandos de Vinagre, Angelim, e outros chefes em 1836.

Quanto á guerra civil do sul, cumpre-nos dizer que a 20 de Setembro de 1835 rebentou uma rebellião em Porto Alegre, capitaneada pelo Coronel Bento Gonçalves da Silva, obrigando ao Presidente Antonio Rodrigues Fernandes Braga a retirar-se para S. Pedro do Rio Grande, com quasi todas as autoridades, emquanto o Commandante das Armas, Sebastião Barreto Pereira Pinto, via-se orçado a fugir para o Estado Oriental.

D'ahi a pouco Fernandes Braga julgou não poder sustentar-se mais em S. Pedro, e retirou-se para o Rio de Janeiro, trazendo comsigo os cofres publicos, ficando os rebeldes completamente senhores da provincia, menos dos 2 portos de S. Pedro, e de S. José do Norte. Os rebeldes confiaram então a direcção da provincia ao Vice-Presidente Marciano José Ribeiro, o Commando das Armas a Bento Gonçalves da Silva, e o Commando das Fronteiras a Crescencio de Carvalho e a Manoel dos Santos Loureiro.

O Regente Feijó, ao facto dos acontecimentos, mandou apenas um outro Presidente, José de Araujo Ribeiro, afim de restabelecer a ordem, sem dar-lhe os auxilios militares precisos, contentando-se com determinar que preparassem-se alguns soccorros. Assim mesmo em pouco tempo Araujo Ribeiro conseguiu chamar ao partido da legalidade o Coronel Bento Manoel Ribeiro e alguns outros chefes de prestigio, e pôde juntar algumas tropas para jugular a revolta.

O primeiro encontro foi favoravel aos rebeldes commandados por Netto, Crescencio, e Lima, que com 800 homens surprehenderam a villa de Pelotas, 6 de Abril de 1836, e derrotaram ao Major Manoel Marques de Souza e Coronel Albano de Oliveira, que ahi acharam-se com forças muito inferiores; o Coronel Albano foi fusilado, e Marques de Souza com os seus foram remettidos presos para Porto Alegre. Dahi a dias, porém, perderam os rebeldes a propria cidade

de Porto Alegre, que pronunciou-se pela causa da legalidade, 15 de Junho, iniciando esse movimento o 8.º batalhão de caçadores.

Immediatamente foi a cidade reforçada e occupada pelas tropas do Governo, e teve a navegação dos seus rios garantida por 5 vasos da esquadrilha do Vice-Almirante Greenfell.

Emquanto essas vantagens eram obtidas, o Governo commettia o erro de mandar substituir o Presidente Araujo Ribeiro pelo Marechal Antonio Elisiario de Miranda Brito; viu-se, porém, na necessidade de dar contra ordem, á vista da representação que a cidade de S. Pedro fez por intermedio do Vice-Presidente Joaquim Vieira da Cunha, que para esse fim veiu pessoalmente ao Rio de Janeiro. Reintegrado na Presidencia em fins de Julho, José de Araujo Ribeiro installou a séde da administração novamente em Porto Alegre, 1.º de Agosto, e foi dispondo as cousas para maiores accommettimentos, no que foi grandemente ajudado pelo prestigioso chefe Bento Manoel Ribeiro, a quem nomeára Commandante das Armas na sua primeira Presidencia.

Seguiu-se logo a tomada da bateria em frente á ilha do Junco, 26 de Agosto de 1836, pela esquadrilha do Capitão Tenente Parker, de combinação com o Cororel Francisco Xavier da Cunha e occupação do forte de Itapoan pelos legalistas, no dia seguinte; mas tambem dahi a pouco pagaram caro esse triumpho com o aprisionamento do Coronel Silva Tavares, em viagem para Camaquan, surprehendido no Seival pelo chefe rebelde David José Martins. Contrariado Bento Manoel por esse revez de um dos melhores officiaes legalistas, resolveu tirar uma desforra solemne, e na terrivel acção em frente á *Ilha do Famfa*, 2, 3 e 4 de Outubro de 1836, derrotou da maneira a mais estrondosa as forças dos rebeldes, cahindo prisioneiros o proprio Bento Gonçalves da Silva, e outros chefes, que foram remettidos para o Rio de Janeiro.

Depois desse descalabro os caudilhos Crescencio, Netto, Lima, e José Mariano de Mattos reuniram-se na villa de *Piratinim*, na serra dos Tapes, e tirando

decididamente a mascara de monarchistas com que ainda se disfarçavam, proclamaram a Provincia do Rio Grande do Sul constituida em *Republica*, 6 de Novembro, e elegeram para seu Presidente Bento Gonçalves da Silva, ficando na ausencia deste a autoridade suprema entregue a José Gomes de Vasconcellos Jardim. Não quiz o energico e activo Bento Manoel deixar os improvisados republicanos engrossarem suas fileiras, e nas margens do *Candiota*, affluente do Jaguarão, desbaratou uma columna de 800 homens do Coronel Netto, obrigando-o a fugir.

Pouco mais faltava para a terminação da guerra, restando apenas bater alguns bandos esparsos, quando chegou ao Rio Grande o novo Presidente, Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, que o Governo *impoliticamente* mandára para tomar conta de uma provincia, onde José de Araujo Ribeiro tinha obtido tão esplendidos resultados. O General Antero para aggravar mais esse erro do Governo, depois de ter tomado posse da Presidencia a 5 de Janeiro de 1837, portou-se tão desattenciosamente para com o seu antecessor, que até obrigou-o a retirar-se da provincia. Dahi a pouco o General malquistou-se com Bento Manoel que, depois de ter dado a sua demissão de Commandante das Armas, prendeu-o no passo de Tapevy, a 20 leguas do Alegrete, 23 de Março.

Tendo realisado a prisão do Presidente da Provincia, julgou Bento Manoel que não podia continuar mais nas fileiras de um Governo, que tão mal correspondia aos seus serviços, e resolveu mostrar o quanto valia a espada, que elle tinha voltado contra seus antigos companheiros de revolução, dos quaes tinha-se separado n'uma occasião em que deixára-se levar pela influencia do seu parente e amigo o ex-Presidente José de Araujo Ribeiro.

Com tão prestimoso auxiliar a causa dos rebeldes teve um grande avanço, e a sorte das armas foi-lhe sendo favoravel. A' victoria do Rio Pardo seguiu-se a tomada de *Caçapava*, com toda a guarnição, artilharia, e material bellico, 8 de Abril. Devia o Governo Imperial reconhecer, embora tarde, o quanto tinha andado errado desprestigiando os serviços de

Araujo Ribeiro, e fazendo reverter contra si a preponderancia de Bento Manoel. Para coroar os erros commettidos, o Governo mandou para Presidente da Provincia do Rio Grande Feliciano Nunes Pires, homem sem as habilitações precisas para tamanha crise, como praticamente provou na sua *inutil*, mas felizmente curta, administração. Além d'esse desatino o Governo, para captar a benevolencia dos rebeldes, mandou soltar os chefes, que achavam-se presos no Rio de Janeiro, menos a Bento Gonçalves, que continuou em Villegaignon, e Onofre e Côrte Real, que permaneceram na fortaleza de Santa Cruz. Tendo os dous ultimos conseguido fugir d'ahi a pouco, Bento Gonçalves foi transferido para o *Forte do Mar*, na provincia da Bahia; mas essa mudança, executada como medida preventiva, foi ainda de máo resultado, porque nos primeiros dias de Setembro Bento Gonçalves evadiu-se com toda a facilidade, e voltou para o Rio Grande do Sul a tomar conta da Presidencia da Republica de Piratinim.

Se em referencia á rebellião do Rio Grande eram enormes as difficuldades com que o Governo lutava, com maiores ainda debatia-se para affrontar uma opposição incessante na Camara dos Deputados. As modificações ministeriaes succediam-se com extraordinaria rapidez, sem poderem satisfazer ás exigencias parlamentares; para aggravar a posição do Regente, tinha Bernardo Pereira de Vasconcellos organisado o *partido conservador*, no qual além de homens de merecimento superior, taes como Rodrigues Torres, Araujo Lima, Honorio, contaram-se logo os que sentiam a necessidade de uma reacção contra o excessivo desenvolvimento da democracia, e contra reformas precipitadas. Facil fôra a Vasconcellos arrebanhar a esse partido os descontentes de occasião, e os que anteriormente tinham formado utopias restauradoras. A phalange opposicionista foi augmentando-se ainda mais com a marcha desastrada da guerra do Rio Grande do Sul, e com a intransigencia do Governo: a opposição tornando-se verdadeira maioria, reconheceu o Regente Feijó que lhe era impossivel conservar-se parlamentarmente no Governo, sem usar de medidas

de uma energia tal, que naquella occasião promoveria uma conflagração geral em todo o paiz.

Teve então o Regente o cavalheirismo e o bom senso de entregar o poder ao partido contrario: chamou ao ex-Presidente da Camara dos Deputados, Senador Pedro de Araujo Lima (*a*), e, depois de uma larga conferencia, nomeou-o Ministro do Imperio, 18 de Setembro, para com esse cargo assumir no dia seguinte a Regencia, a que elle Feijó ia renunciar. Effectivamente a 19 de Setembro de 1837 apresentou o Senador, Padre Diogo Antonio Feijó perante as Camaras a renuncia de Regente, em cujas funcções tinham um pouco murchado os louros que colhera como Ministro da Justiça de 5 de Julho de 1831 a 1º de Agosto de 1832.

§ II

Regencia do Senador Pedro de Araujo Lima.—Tomando conta da Regencia o Senador Araujo Lima, nomeou logo um ministerio composto de membros proeminentes do partido então predominante nas Camaras, 19 de Setembro de 1837, a saber:

Justiça, e interino do Imperio.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Estrangeiros.—Antonio Peregrino Maciel Monteiro (Barão de Itamaracá).

Marinha.—Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaborahy).

Guerra.—Sebastião do Rego Barros.

Fazenda.—Miguel Calmon Dupin e Almeida (Marquez de Abrantes).

A Sabinada na Bahia.—Uma das primeiras cousas a que o novo Ministerio teve de prestar particular attenção, foi uma revolução da tropa e povo (*a Sabinada*), que a 7 de Novembro d'esse mesmo anno de 1837 rebentou na Bahia, tendo por principal cabeça o medico Sabino Alvares da Rocha Vieira, proclamando a *Republica Bahiense* até a maioridade

(*a*) Senador desde 5 de Setembro de 1837, tendo tomado posse no dia seguinte.

de Sua Magestade o Sr. D. Pedro II. Os revoltosos conseguiram ficar senhores da capital, desamparada pelo Presidente Francisco de Souza Paraizo, que vergonhosamente fugiu para bordo de um navio de guerra; mas não encontraram adhesão no resto da Provincia; antes pelo contrario, o Vice-Presidente Dr. Honorato José de Barros Paim, que achava-se na cidade da Cachoeira, tomou conta da autoridade, e foi pelo Reconcavo organisando meios para vencer a revolta.

Logo que o Governo soube do occorrido, nomeou para Presidente da Provincia a Antonio Pereira Barreto Pedroso, e fel-o seguir com reforços, e com o novo Commandante das Armas, Marechal João Chrysostomo Callado. Igualmente de Pernambuco fizera o Presidente, Francisco do Rego Barros, partir o General José Joaquim Coelho com um auxilio de cêrca de 500 praças. Tão acertadas foram as medidas tomadas pelos Generaes Callado e Coelho, que depois de tres renhidos assaltos, 14, 15 e 16 de Março de 1838, as forças legalistas apossaram-se da capital da Bahia, já principiada a ser incendiada pelos rebeldes, os quaes, batendo-se com uma coragem digna de melhor causa, tiveram para mais de 600 mortos.

Collegio de Pedro II.—Ao passo que o Governo tratava de suffocar a revolta da Bahia, não descurava tambem de fazer alguma cousa a favor da educação da mocidade; para attender a esse ramo importantissimo da administração publica, mandou o Ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos augmentar o numero das escolas de primeiras letras na Côrte, e por decreto de 2 de Dezembro de 1837 fundou um curso de bellas letras, creando o *Collegio de Pedro II*. Foi para esse fim o antigo Seminario dos meninos orphãos de S. Joaquim convertido em collegio de ensino secundario, e sua direcção confiada ao Bispo da Anemuria, 1º Reitor, que teve tão util estabelecimento. Inaugurado a 25 de Março de 1838, a abertura solemne das aulas fez-se a 1º de Maio de 1838.—Por decreto de 24 de Outubro de 1857 foi dividido em 2 estabelecimentos, *Externato* e *Internato*.

Instituto Historico e Geographico Brazileiro.—Uma outra instituição litteraria, que principiou por

esses tempos, foi o Instituto Historico e Geographico Brazileiro, installado a 21 de Outubro de 1838, graças aos esforços do Conego Januario da Cunha Barbosa, do Visconde de S. Leopoldo, do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos, e de José Joaquim Machado de Oliveira: sendo os seus estatutos approvados por Aviso de 4 de Abril de 1839, encetou o Instituto nesse mesmo mez de Abril a publicação da sua *Revista Trimensal de Historia e Geographia*, obra que tem-se tornado verdadeiramente monumental.

Eleição da Regencia.—Tinha sido como Ministro do Imperio que o Senador Pedro de Araujo Lima (ulteriormente Marquez de Olinda), tomára conta da Regencia; em 22 de Abril de 1838 procedeu-se em todo o Imperio á eleição do Regente, e a apuração posterior deu o seguinte resultado, como se deprehende da Acta da Sessão da Assembléa Geral Legislativa de 6 de Outubro de 1838:

Pedro de Araujo Lima.	4,308 votos
Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.	1,981 »
Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.	597 »
José da Costa Carvalho.	581 »
Francisco de Lima e Silva.	443 »
Arcebispo da Bahia	432 »

e outros menos votados.

Revolta do Maranhão.—A 13 de Dezembro de 1838 rompeu na provincia do Maranhão na villa da Manga do Iguará, comarca de Itapicurú-merim, uma sedição capitaneada pelo desordeiro Raymundo Gomes Vieira *Jutahy*, a pretexto de sustentar pretenções dos liberaes, ou *bemtevis*, contra os conservadores ou *cabanos*: em breve reuniram-se aos facciosos bandos de Raymundo Gomes os não menos criminosos de Manoel Francisco dos Anjos Ferreira (por alcunha o *Balaio*), e os do sanguinario preto Cosme. Depois de terem assaltado as povoações das tres comarcas de Itapicurú, Brejo, e Caxias, tomaram e saquearam a cidade de Caxias, 1º de Julho de 1839. Na presidencia de Manoel Felizardo de Souza e Mello (3 de Março de 1839

a 7 de Fevereiro de 1840) foram infructiferos os esforços para supplantar a revolta, que ameaçava invadir as provincias do Piauhy, Ceará e Pará.

Ao facto das circumstancias, mandou o Governo Imperial para o Maranhão o Coronel Luiz Alves de Lima e Silva (ulteriormente Duque de Caxias), como Presidente e Commandante das Armas, com auxilios de tropas e munições bellicas. As habeis medidas tomadas por esse distincto official foram tão proveitosas, que os rebeldes foram sendo sempre batidos em todos os encontros, em que ousaram affrontar as forças da legalidade. Associando depois d'isso o Coronel Luiz Alves de Lima a clemencia Imperial aos resultados das victorias, conseguiu a plena pacificação da provincia, aos 5 de Janeiro de 1841, já depois da maioridade do Sr. D. Pedro II.

Foi essa a primeira provincia pacificada pelo insigne militar, que por seus brilhantes feitos veiu depois a conquistar um dos logares mais proeminentes nos Annaes da Guerra.

Guerra do Rio Grande do Sul.— A perda de Cacapava, e a fuga de Bento Gonçalves do Forte do Mar na provincia da Bahia, 11 de Setembro de 1837, foram os ultimos desastres em relação ao Rio Grande do Sul, que o prestigio da legalidade tinha soffrido no fim da Regencia do Senador Feijó O Governo durante a Regencia do Senador Pedro de Araujo Lima não podia deixar continuar na Presidencia de tão importante provincia o cidadão Feliciano Nunes Pires, de tão inutil prestimo n'aquellas circumstancias; nomeou então para Presidente e Commandante das Armas o Marechal Antonio Eliziario foi Miranda e Brito. Apezar, porém, da bravura e outros merecimentos que possuia o Marechal Eliziario, de elle bem infeliz na direcção da guerra, e os desastres rapidamente seguiram-se uns aos outros. O primeiro terrivel revez, que as armas imperiaes soffreram, foi a perda da villa do Rio Pardo, e a estrondosa derrota das forças do Marechal Barreto, e Brigadeiros Cunha e Calderon. 30 de Abril de 1838. Ficaram os rebeldes habilitados para continuar por

longo tempo a guerra com os recursos, que encontraram na villa conquistada.

O prestigio dos republicanos augmentou-se d'ahi a pouco com a retirada precipitada do proprio General Eliziario do rio *Cahy*, depois de terem os legalistas perdido 2 canhoneiras no *Passo do Contracto*, 2 de Fevereiro de 1839. — O proprio Regente, que tinha conservado o Marechal Eliziario na Presidencia da Provincia, depois mesmo da derrota de Caçapava, não teve remedio senão acompanhar a torrente da opinião publica, e mandou substituil-o pelo Dr. Saturnino de Souza e Oliveira, confiando o Commando das Armas ao Tenente General Manoel Jorge Rodrigues, e o Commando da Esquadra a João P. Greenfell.

N'esse entretanto os rebeldes não perdiam tempo; guiados por David Canavarro invadiam a provincia de Santa Catharina, dominavam nos Campos da Vaccaria e em todo o Municipio de Lages, e occupavam a villa da Laguna, 23 de Julho de 1839. Maiores seriam ainda as conquistas dos *Farrapos* em Santa Catharina, se o energico e activo Marechal *Soares de Andréa* não chegasse a essa provincia, e não tomasse conta da Presidencia, 18 de Agosto de 1839, reunindo tambem o Commando das Armas.

Procedendo o General Andréa de accôrdo com as forças maritimas do Capitão de Mar e Guerra Frederico Mariath, as tropas da legalidade tomaram conta da villa da Laguna, 15 de Novembro, defendida pelos guerrilheiros de José Garibaldi, e em breve conseguiram a restauração de toda a provincia.

Recebeu depois d'isso o Marechal Andréa ordem de preparar uma divisão para seguir por terra para o Rio Grande do Sul, afim de collocar os rebeldes entre dous fogos; mas não tendo reunido tropas sufficientes, fez partir por mar 2 batalhões para reforçar o exercito do Tenente General Manoel Jorge Rodrigues.

N'esse *interim* os rebeldes ao mando de Bento Gonçalves atacavam em *Taquary*, 3 de Maio de 1840, uma columna do Coronel Calderon; a victoria, porém, sorriu ás armas imperiaes, graças aos

prodigios de bravura praticados pelo velho General Manoel Jorge Rodrigues, que assumindo pessoalmente o commando da peleja depois da morte de Calderon, foi servindo de exemplo, que os seus soldados seguiram, para repellir o inimigo. Apezar d'isso as tropas da legalidade não tiraram d'essa victoria todo o resultado, que podiam, pelas desintelligencias entre o Presidente da Provincia e o Commandante das Armas.

Pouco depois Bento Gonçalves e David Canavarro com 1,200 homens dirigiram um ataque contra a villa de S. José do Norte, 16 de Julho de 1840; quando tinham quasi tomado a villa, foram repellidos com grande mortandade.

Emquanto se davam esses combates, tinha o Governo resolvido pôr termo ás desintelligencias do Dr. Saturnino de Souza e Oliveira, com o Tenente General Manoel Jorge Rodrigues, dando-lhes um substituto no Marechal Andréa, que tomou conta da Presidencia a 27 de Julho de 1840, ficando tambem com o commando das Armas.

Lutas Parlamentares.—Maioridade.—O Ministerio de 19 de Setembro de 1837 apresentára-se como o representante genuino do partido conservador, que se propunha a fazer parar o enthusiasmo pelas reformas constitucionaes, já em parte consagradas no Acto Addicional. Embora os Ministros se aguentassem nos debates parlamentares, contando grande maioria, não puderam resistir á opinião publica manifestamente hostil pela má direcção da guerra do sul, e pela obstinação do Governo em não demittir o Commandante das Armas da Provincia do Rio Grande do Sul.

Os Ministerios seguintes foram tendo contra si não só os revezes na rebellião rio grandense, como tambem as discussões das Camaras sobre a interpretação das disposições do Acto Addicional, principalmente na descentralisação do elemento provincial. Para maior gravame do Governo, tomára assento como Deputado á Assembléa Geral Legislativa o provecto orador Antonio Carlos, e, verdadeiro gigante parlamentar, apresentava-se cada vez mais forte para suffocar a pujança conservadora ministerial. Afim de mais facilmente

darem um cheque decisivo no Governo da Regencia, lembraram-se Antonio Carlos e os seus correligionarios de apresentar um projecto de se declarar effectiva a maioridade do Imperador, antes da época marcada pela Constituição. Habilmente explorado esse recurso, principalmente depois do assentimento Imperial, appareceu no Senado, a 13 de Maio, um projecto propondo immediatamente a maioridade de Sua Magestade. — Apezar de ter o projecto cahido no Senado apenas por 2 votos, foi de novo proposto na Camara dos Deputados a 20 de Julho por Martim Francisco, e logo a 21 por Antonio Carlos.

Depois da mais calorosa discussão, ia-se propôr a fusão das Duas Camaras, quando Bernardo Pereira de Vasconcellos, nomeado Ministro do Imperio propositalmente para vencer a crise, apresentou o decreto de 22 de Julho addiando as Camaras para 20 de Novembro. —Os Deputados propugnadores da Maioridade, não acceitando essa decisão, reuniram-se no Senado a muitos Senadores, que pensavam do mesmo modo, e dirigiram uma Commissão ao Paço de S. Christovão, pedindo a Sua Magestade que, para salvação do paiz tomasse as redeas do Governo. Dignando-se Sua Magestade annuir a esses desejos, foi convocada a Assembléa Geral Legislativa para o dia seguinte, e effectivamente a 23 de Julho de 1840 foi pelo Presidente do Senado, Marquez de Paranaguá, proclamada a *Maioridade do Sr. D. Pedro II*, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil. A's 3 1/2 horas da tarde o mesmo Augusto Senhor prestou o juramento exigido pelo art. 103 da Constituição, e entrou no exercicio dos seus direitos magestaticos.

LIÇÃO XXXVIII

1.º Ministerio depois da Maioridade. Movimentos revolucionarios em Minas Geraes e em S. Paulo, 1842.—Pacificação da provincia do Rio Grande do Sul, 1845. — Revolução praeira em Pernambuco, 1848.—Guerra do Rio da Prata, contra Oribe e Rozas, 1851-1852.— Tratado de 6 de Abril de 1856 com o Paraguay. -- Questão Anglo-brazileira Christie, 1862.

O 1.º Ministerio organisado depois da Maioridade de S. M. o Imperador compôz-se dos Srs: *Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva* com a pasta do Imperio, — *Antonio Paulino Limpo de Abreu* com a da Justiça,—*Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho* com a dos Estrangeiros,—*Antonio Francisco de Paula de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque* com a da Marinha,—*Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque* com a da Guerra,—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada* com a da Fazenda. E' conhecido como *o Ministerio da Maioridade* ou *Gabinete de 24 de Julho de 1840.*

Um dos seus objectos principaes foi acabar com as lutas civis, e para esse fim, em 22 de Agosto, concedeu-se uma amnistia geral para todos os crimes politicos, e publicou-se uma proclamação aos rebeldes Rio Grandenses. O deputado *Francisco Alves Machado* partiu para o Rio Grande do Sul com esses meios de acção e em missão especial do Governo. A marcha porém dos acontecimentos era tal que tanto o deputado Francisco A. Machado, que assumiu a presidencia da provincia em 30 de Novembro, como o Commandante das Armas, General João Paulo dos Santos Barreto, reconheceram praticamente a inefficacia dos meios brandos, e aos 10 de Dezembro recomeçaram as hostilidades, embora sem resultado notavel.

N'esse entretanto a divergencia de vistas governamentaes que declarou-se no seio do Gabinete entre

os 2 Andradas e Limpo de Abreu de um lado, e os 2 Cavalcantis do outro, aggravou-se com a exigencia que o Ministro d'Estrangeiros, *Aureliano*, fizera da demissão do Brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto, do commando das Armas do Rio Grande do Sul. Prevalecendo a exigencia do Ministro Aureliano, os seus companheiros de ministerio pediram demissão, que foi acceita, sendo organisado o *Gabinete de 23 de Março de 1841*, com os seguintes Srs:— *Aureliano de Souza O. Coutinho* conservou a sua pasta de Estrangeiros, — *Candido José de Araujo Vianna* na do Imperio,—*Paulino José Soares de Souza* na da Justiça, — *Marquez de Paranaguá* (Francisco Villela Barbosa) na da Marinha,—*José Clemente Pereira* na da Guerra, —e *Miguel Calmon Dupin e Almeida* na da Fazenda.

Logo depois foram nomeados os Drs. Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho (irmão do Ministro Aureliano) Presidente da provincia do Rio Grande do Sul, e o Conde do Rio Pardo Commandante das Armas da mesma provincia.

A 18 de Agosto de 1841 houve a imponente e grandiosa solemnidade da sagração e coroação de S. M. o Imperador D. Pedro II.

Entre os trabalhos da Assembléa Geral Legislativa de 1841 sobresahiram a lei da creação do actual *Conselho de Estado* (23 de Novembro), e a lei das reformas do *Codigo do processo criminal*, sanccionada no dia *3 de Dezembro*.

Em algumas provincias essas medidas legislativas não foram bem acceitas por todos. Em S. Paulo causaram em alguns animos má impressão, que começou a traduzir-se pela resposta dada pelo Senador Diogo Antonio Feijó em 1º de Janeiro de 1842 á Camara Municipal da cidade de S. Paulo, quando recebeu o diploma de membro da Assembléa Provincial. Recusando embora tomar parte nos trabalhos da Assembléa Provincial, aconselhava-lhe no entretanto o ex-Regente que usasse de linguagem energica e corajosa á vista dos actos da Assembléa Geral, contrarios ás instituições juradas.

Muito em breve a Assembléa Provincial mandou uma deputação composta do Brigadeiro Bernardo José

Pinto Gavião Peixoto, Coronel Francisco Antonio de Souza Queiroz, e Senador Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro para apresentar a S. M. Imperial uma representação contra as ultimas medidas legislativas sanccionadas. A representação (entregue por cópia) era tão violenta, que o Ministro do Imperio, Candido José de Araujo Vianna (M. de Sapucahy), por Aviso de 5 de Fevereiro d'esse mesmo anno fez significar que nem a Commissão, nem a representação podiam ser recebidas por S. M. o Imperador.

Desembaraçado o Governo dessa difficuldade, surdiram-lhe outras mais complicadas, entre as quaes sobresahiam as disposições hostís da Camara dos Deputados, que tinha de reunir-se a 3 de Maio. Pelas sessões preparatorias reconheceu logo o Gabinete a impossibilidade de continuar com uma tal Camara e obteve da Corôa o decreto *da dissolução*, 1º de Maio, sendo convocada uma outra Camara para o 1º de Novembro. Por causa da revolução de S. Paulo e Minas foi por decreto de 27 de Julho espaçada a reunião das Camaras para 1º de Janeiro de 1843.

Revolução de S. Paulo e Minas.—Em S. Paulo a noticia da dissolução da Camara dos Deputados foi augmentar a exacerbação de alguns espiritos já descontentes pelas ultimas medidas legislativas e pela recusa de audiencia, soffrida pela Commissão da sua Assembléa Provincial.

Na cidade de Sorocaba, aos 17 de Maio de 1842, rompeu uma rebellião, sendo acclamado Presidente da provincia o Coronel de milicias *Raphael Tobias de Aguiar*, pela Camara Municipal e pelo povo. O Presidente acclamado, depois de ter tomado posse do cargo, dirigiu uma proclamação ao povo, e suspendeu a execução da lei de 3 de Dezembro e seus regulamentos, em todos os seus effeitos. O movimento revolucionario irradiou-se de Sorocaba para outros municipios.

O Presidente legal, *Barão de Monte Alegre*, ao facto das disposições hostís da sua provincia, já tinha pedido providencias ao Governo Geral, que no mesmo dia 17 de Maio mandou embarcar para Santos o batalhão de caçadores n. 12 com 700 praças, e no dia

18 fez seguir por terra o batalhão de fuzileiros. O *Barão de Caxias*, nomeado Commandante em chefe das forças de S. Paulo, partiu no dia 19 para Santos, e no dia 21 de noite chegou á capital da provincia.

A 23 de Maio começou o Barão de Caxias as suas operações, e tão acertadas foram ellas, que a 7 de Junho foi batida uma columna dos rebeldes no logar chamado *Venda Grande*, e no dia 20 puderam as forças legaes occupar Sorocaba, abandonada na vespera pelos rebeldes. No dia 24 foi derrotado pelo Major Pedro Paulo de Moraes Rego no *Salto*, termo da cidade de Arêas, uma força rebelde, commandada por Anacleto Ferreira Pinto, e a 28 do mesmo mez de Junho já o Barão de Caxias achava-se em S. Paulo, depois da pacificação de Sorocaba.—Ainda houve mais um pequeno combate, 12 de Julho, no qual deu-se em *Silveiras* a derrota das forças do mencionado Anacleto Ferreira Pinto pelo Coronel Manoel Antonio da Silva, mas podia-se considerar terminada a revolução de S. Paulo.

Poucos dias depois do levantamento de Sorocaba, *10 de Junho de 1842*, rompeu tambem em Barbacena uma rebellião pelos mesmos motivos, sendo acclamado Presidente o Veador *José Feliciano Pinto Coelho*, em vez do Presidente legal *Bernardo Jacintho da Veiga*. O Governo Geral deu promptas providencias a respeito, sendo o Barão de Caxias encarregado de jugular a revolta.

A 20 de Julho os rebeldes evacuaram Barbacena, e dirigiram-se para Ouro Preto, conseguindo no dia 26 tomar a villa de Queluz. O Barão de Caxias, que desde 2 de Agosto achava-se em Barbacena, marchou para interpôr-se aos rebeldes entre Queluz e Ouro Preto, e no dia 6 entrou em Ouro Preto com uma força de 700 homens. Os rebeldes marcharam então para o Sabará, que occuparam, e onde puderam reunir 3,000 homens, que seguiram para Santa Luzia.

No arrayal de *Santa Luzia*, a 20 do mesmo mez de Agosto, travou-se um memoravel combate, em que os rebeldes foram completamente derrotados. A acção, começada ás 8 1/2 horas da manhã, só terminou quasi á noite pela inesperada chegada e cooperação da co-

lumna do Coronel *José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho* (actualmente Visconde de Tocantins), irmão do Barão de Caxias.—Derrotados os rebeldes, os seus principaes chefes, *Theophilo Benedicto Ottoni*, *José Pedro Dias de Carvalho*, Conego *José Antonio Marinho*, *João Gualberto Teixeira de Carvalho*, Vigario *Joaquim Camillo de Brito*, etc., foram remettidos presos para o Rio de Janeiro.

Uns presos, outros deportados, os chefes da rebellião de S. Paulo e Minas tiveram de ir soffrendo as consequencias de seu desvario politico, até que a amnistia imperial de 14 de Março de 1844 estendesse sobre elles os seus beneficos effeitos.

Pacificação do Rio Grande do Sul.— Em referencia á continuação da guerra civil do Rio Grande do Sul, diremos que nem o Conde do Rio Pardo, nem o seu successor, Brigadeiro José Maria da Silva Bittencourt, fizeram cousa que adiantasse a questão, e o Governo Imperial teve a feliz inspiração de nomear para Presidente e Commandante das Armas o Barão de Caxias, 24 de Setembro de 1842. Partindo do Rio de Janeiro, o Barão de Caxias tomou posse da Presidencia em Porto Alegre a 9 de Novembro. Os combates do Triumpho e de Camaquan, 26 e 30 de Dezembro, ganhos pelos legalistas, presagiaram logo bom resultado da guerra, e a passagem do prestigioso Brigadeiro Bento Manoel Ribeiro segunda vez para as bandeiras do Governo, tornou-se um poderoso auxiliar nas mãos do Barão de Caxias.

No anno seguinte, 1843, foram-se travando renhidos combates, favoraveis todos á causa do Imperio; entre esses combates sobresahiram: a victoria de Bento Manoel em *Ponche Verde* (26 de Maio) com 1.400 homens contra 2.500 inimigos, a tomada da villa de *Piratinim*, pelo Coronel Manoel Marques de Souza, e a estrondosa derrota de Bento Gonçalves em *Cangussú* (25 de Outubro) pelo Tenente Coronel Francisco Pedro de Abreu (B. de Jacuhy).

No anno de 1844 os rebeldes nada puderam fazer contra um General tão previdente, energico, e que sabia tirar das victorias o fructo possivel. Reduzidos á extremidade, os chefes da rebellião mandaram para

a côrte um emissario, Antonio Vicente da Fontoura, para tratar de pazes, e o Governo deu para isso plenos poderes ao Barão de Caxias. Já preparados os animos pelo proprio Caxias, reuniu Canavarro os seus principaes companheiros em *Ponche Verde*, e facilmente concordaram que o melhor que tinham a fazer era acceitar a amnistia imperial de 18 de Dezembro de 1844.

A proclamação de Canavarro, de 28 de Fevereiro de 1845, e a do Barão de Caxias, no dia seguinte (1.º de Março), puzeram ponto final a essa prolongada guerra civil, que durante nove annos e meio já tantos males tinha causado.

Era a 4.ª provincia do Imperio pacificada pelo illustre General, cuja perda a Patria hoje lamenta, mas cujos altos feitos acham-se engrinaldados por immurchessiveis louros no Pantheon da Historia.

Revolução praieira em Pernambuco, 1848 1849. Bem recentes ainda eram as luctuosas scenas produzidas pela rebellião do Rio Grande do Sul, quando em Pernambuco declararam-se movimentos semelhantes, motivados pelas lutas dos partidos. Na presidencia do *Dr. Herculano Ferreira Penna* foram dadas demissões a empregados liberaes, entre elles alguns que tinham assento na Camara dos Deputados, e em opposição ao Gabinete de *29 de Setembro de 1848*. As manifestações hostis ao Governo, começadas em *Páo d'Alho*, foram irradiando-se para Iguarassú, e outras localidades, e em 7 de Novembro principiaram ellas na propria cidade do Recife, sendo o principal jornal dos rebeldes editado na rua da *Praia*, do que originou-se o nome de *Revolução Praieira*.

No dia 12 tomaram os rebeldes a villa de Nazareth, e a 21 atacaram Beberibe. Em 25 do mesmo mez 8 deputados liberaes, *Joaquim Nunes Machado*, — *Antonio Affonso Ferreira*,— *Dr. Jeronymo Villela de Castro Tavares*,— *Dr. Filippe Lopes Netto*,— *José Francisco de Arruda Camara*,— *Antonio da Costa Rego Monteiro*,— *Dr. Joaquim Francisco de Faria*,— e *Felix Peixoto de Brito e Mello*,— trataram de justificar a rebellião por meio de um *manifesto*, e a 31 de Dezembro fizeram uma proclamação em que

declaravam adherir completamente á revolução ultra-liberal praieira.

Sob a direcção de tão prestigiosos chefes, os rebeldes acharam-se com as forças rapidamente augmentadas; e a 2 de Fevereiro do seguinte anno de 1849 atacaram a cidade do Recife, mas foram completamente derrotados. O seu chefe de maior influencia, *Joaquim Nunes Machado*, cahiu morto por uma bala de fuzil na cabeça. O Capitão *Pedro Ivo* viu-se obrigado a fugir, e a refugiar-se nas mattas d'Agua Preta. (*a*)

Omittimos dizer que desde 25 de Dezembro de 1848 era presidente da provincia o Desembargador *Manoel Vieira Tosta* (V. de Muritiba posteriormente), e Commandante das Armas o Brigadeiro *José Joaquim Coelho*.

Com a derrota do Recife soffrera golpe mortal a revolução, que terminou completamente depois do combate de *Iguarassú* (30 de Março de 1849), em que foi vencido o ultimo bando dos revoltosos de Pernambuco, e preso Antonio Borges da Fonseca.

Guerra contra Oribe e Rosas.—1851—1852.—Na luta que o General Oribe por longo tempo sustentára contra Montevidéo, manifestava-se claramente que o objectivo tanto desse General como do Dictador de Buenos Ayres, *D. João Manoel Rosas*, era a annexação da Banda Oriental á Republica Argentina. A' medida que o Dictador Rosas se libertava das complicações com a Inglaterra e a França, julgava ser occasião asada para realisar os seus planos de engrandecimento, e saciar a sua má vontade contra o Brazil.

Para aggravar ainda mais a situação, as hordas de Oribe incommodavam as nossas fronteiras do sul com depredações incessantes, que já tinham motivado a invasão do Barão de Jacuhy na Banda Oriental.— O Governo Brazileiro empregou os meios pacificos di-

(*a*) O Capitão Pedro Ivo entregando-se depois á prisão, foi remettido para a fortaleza da Lage, no Rio de Janeiro, donde conseguiu fugir, 19 de Abril de 1851, para a ilha de Marambaia. Embarcando-se em um navio de vella para fóra do Imperio, morreu em viagem.

plomaticos com uma longanimidade admiravel contra as exigencias constantes do Governo Argentino, repassadas de uma linguagem acrimoniosa e insolente, que não disfarçava a má fé e pretenções audaciosas do Dictador de Buenos Ayres. Afinal o Ministro Argentino nesta côrte pediu os seus passaportes, que lhe foram dados, e tornou-se eminente uma guerra, cuja responsabilidade deve pezar inteiramente sobre o tyranno Rosas. (*a*)

Em taes conjecturas o Governo Brazileiro fez seguir para o sul (16 de Abril de 1851) o Vice-Almirante João Pascoe Greenfell, afim de tomar conta do commando em chefe da esquadra, e assignou com o Governo legal de Montevidéo e com o General Entre-Riano, D. Justo José Urquiza, o *Convenio de 29 de Maio* desse mesmo anno de 1851, para manter real e effectiva independencia da Republica Oriental do Uruguay.

Logo depois mandou tambem para o Rio Grande do Sul, o General Conde de Caxias, que partiu da Côrte em 20 de Junho, para preparar o exercito com a maior promptidão e entrar logo no Estado Oriental.

Em breve os Generaes Urquiza e Garzon atravessaram com as suas columnas o *Passo de Paysandú* para a margem esquerda do Uruguay, e invadiram o territorio oriental, dominado pelo General Oribe desde 19 de Julho por diante.—Emquanto as forças desses dous Generaes eram acolhidas como libertadoras, as de Oribe soffriam continuas defecções, e iam vendo-se progressivamente em graves embaraços.

O Almirante Greenfell com 18 navios da sua esquadra apertou energicamente o cêrco de Montevidéo, e foi cruzando rigorosamente na Colonia, Bucéo, Uruguay e Paraná.—O Conde de Caxias com o seu exercito forte de 16,000 combatentes entrou no Estado Oriental a 4 de Setembro de 1851, depois de ter andado para mais de cem leguas, com um grande material de guerra, e em pessima estação do anno.

(*a*) Vide o luminoso Relatorio do Ministro dos Negocios Estrangeiros, Conselheiro Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguay), de 1852, que detalhadamente se occupa da questão.

Oribe, cercado assim pela esquadra de Greenfell, pelo exercito do Conde de Caxias, e pelas forças de Urquiza e de Garzon, achou-se em condições tão de esperadas, que viu-se obrigado a render-se no passo *Molino*, 11 de Outubro, com todo o pessoal e material do seu exercito.

Ficava pois reduzido á obediencia do Governo Oriental todo o territorio anteriormente dominado pelo General Oribe; mas restava estipular quanto antes a nova alliança prevista pelo art. 15 do Convenio de 29 de Maio, ratificado em 8 de Julho, attenta a declaração de guerra que Rosas fizera aos Alliados. Para esse fim partiu desta côrte, em 23 de Outubro, o Conselheiro d'Estado Honorio Hermeto Carneiro Leão (ulteriormente Visconde e Marquez do Paraná) encarregado de uma missão especial, e celebrou com a Republica do Uruguay e com o General Urquiza, Governador de Entre-Rios, o *Convenio de 21 de Novembro de 1851*, para libertar o povo argentino da oppressão de Rosas, e estabelecer as relações politicas de bôa visinhança.

Pelas disposições desse *Convenio de 21 de Novembro* os Estados de Entre-Rios e Corrientes teriam a parte principal das operações de guerra, devendo o Brazil e a Republica do Uruguay obrar sómente como auxiliares. Quanto ás forças com que os alliados deviam contribuir, estipulou-se que o Brazil concorreria com 4,000 homens, armamentos e munições de guerra, com a nossa esquadra de 17 navios, montando 203 bocas de fogo, e emprestaria aos Estados de Entre-Rios e Corrientes a somma de 400,000 patacões.

Para mais segurança do resultado final, o exercito brazileiro de 16,000 homens do Conde de Caxias ficou occupando o estrategico ponto da Colonia do Sacramento, prompto para lançar-se no theatro das operações onde e quando fosse preciso.

A' vista pois das disposições do Convenio, uma divisão do nosso exercito composta de 4.000 homens, sob as ordens do Brigadeiro *Manoel Marques de Souza* (ulteriormente C. de Porto Alegre), embarcou em 11 navios da nossa esquadra, dos quaes 8 segui-

ram logo pelo Paraná acima (*a*) para o Diamante, onde acampava o General Urquiza.

O passo de *Obligado* foi transposto sem difficuldade; mas no passo de *Tonelero* tiveram de travar renhido combate contra uma bateria de 16 peças assestadas na barranca de *Acevedo*, com forças respeitaveis sob as ordens do General *Lucio Mancilla*. Depois de um fogo bem nutrido, os navios brazileiros forçaram brilhantemente o passo de *Tonelero*, 17 de Dezembro de 1851, e conseguiram fazer calar os fogos da bateria argentina. No dia seguinte, 18, quando os 3 restantes navios da esquadra quizeram transpôr o passo de Tonelero, a bateria do Acevedo quiz recomeçar o fogo ; mas, descendo aguas abaixo 3 navios, dos que tinham passado na vespera, os Argentinos receiaram um desembarque, e retiraram-se da posição, carregando com a artilharia.

Reunida dentro em pouco a divisão do General Marques de Souza ao exercito do General Urquiza, as forças alliadas transpuzeram o Paraná no dia 23 do mesmo mez de Dezembro, e, depois de alguns reconhecimentos e tiroteios sem importancia de maior, travaram com as forças do Dictador Rosas, 3 *de Fevereiro de 1852*, a brilhante *batalha de Moron*, em Monte Caseros.

Apresentava o Dictador Rosas em linha de batalha 22.000 homens, que tinham de medir-se contra cêrca de 20.000 Entre Rianos e Correntinos, 2.000 Orientaes, e 4.000 Brazileiros. A pequena superioridade numerica da parte dos Alliados era de muito compensada pela vantagem das posições occupadas pelo exercito de Rosas.

(*a*) Os 11 navios eram : Vapor *Affonso* com o pavilhão do Almirante Greenfell, rebocando a corveta *D. Francisca* ; — Vapor *Pedro II* rebocando a corveta *União* ; — Vapor *Recife* rebocando o brigue *Calliope* ; — Vapores *Imperador*, *Uruguay*, *Paraense*, corveta *D. Januaria*, e o aviso *D. Pedro*. — Destes navios o *Affonso*, *D. Francisca*, *Pedro II*, *União*, *Recife*, *Calliope*, *Paraense*, e Aviso *D. Pedro*, forçaram o passo de Tonelero no dia 17 de Dezembro : — os vapores *Imperador* e *Uruguay* e corveta *D. Januaria* o forçaram no dia seguinte, 18.

Por pouco tempo durou a batalha, porque o denodo com que a divisão brazileira carregou á bayoneta no centro das forças inimigas na chacara de *Caseros*, decidiu da victoria: 24 bocas de fogo e 1 bandeira foram o brilhante trophéo de tão assignalado triumpho. O Tenente Coronel *Manoel Luiz Osorio* (que tão legendario devia tornar-se na campanha do Paraguay) pôz o ponto final á acção perseguindo os fugitivos com o 2.º Regimento de Cavallaria do seu Commando.

O Dictador Rosas, vendo completamente desbaratado o seu exercito, conseguiu fugir para Buenos Ayres para ahi prolongar a resistencia; mas emquanto o exercito alliado marchava parallelamente ao Paraná, a esquadra brazileira foi bloquear o porto de Buenos Ayres. Vendo o Dictador a sua causa em completo desespero, disfarçou-se em marinheiro, e evadiu-se para bordo do vapor *Centaur*, onde foi procurar refugio á sombra da bandeira britannica.— Transferido para bordo do vapor de guerra inglez *Conflict*, seguiu com sua familia para a Europa.

N'essa viagem entrou o *Conflict* no dia 4 de Março no porto da Bahia de Todos os Santos para refrescar; mas o ex-dictador julgou acertado não desembarcar.

Tratado de 6 de Abril de 1856 com o Paraguay.— O Brazil, livre de um tão poderoso inimigo, como era Rosas, teve ainda que soffrer as consequencias da má vontade do Dictador do Paraguay, *Carlos Lopes*. Depois de ter empregado os maiores esforços para sophismar os tratados (entre elles o de 20 de Dezembro de 1850), que estabeleciam a navegação livre do rio Paraguay, o Dictador quiz recorrer a um meio extremo, e mandou entregar os passaportes ao Encarregado de Negocios do Brazil em Assumpção, o Sr. *Filippe José Pereira Leal*.

Logo que o Governo Brazileiro soube do occorrido, ordenou ao chefe de esquadra *Pedro Ferreira de Oliveira*, commandante da nossa estação naval no Rio da Prata, que subisse até o Paraguay, e tomasse conta da questão, encarregando-o de uma missão diplomatica, apoiada na competente força.

Depois de alguns pormenores, o Dictador do Para-

guay declarou officialmente, em 25 de Março de 1855, que nunca tivera intenção de offender ao Brazil dando os passaportes ao Encarregado de Negocios F. J. Pereira Leal, e que estava disposto a receber esse, ou outro agente diplomatico do Brazil. Acceita a satisfação, os fortes paraguayos salvaram com 21 tiros ao pavilhão brazileiro.

O Brazil não ratificou duas convenções então celebradas pelo Sr. Pedro Ferreira de Oliveira; mas posteriormente assignou-se no Rio de Janeiro um tratado de commercio, navegação e amizade, *6 de Abril de 1856*, além de uma convenção para, em prazo estipulado, nomearem-se plenipotenciarios, que tinham de examinar e reconhecer definitivamente a linha limitrophe de ambos os paizes. Tudo isso, porém para nada ou pouco serviu, porque os sophismas e a má vontade continuaram sempre da parte do Paraguay, até romperem na fatal e prolongada guerra, que tanto sangue e dinheiro tinha de custar.

Questão Anglo-Brazileira (*Christie*).— Uma outra questão, em que bem involuntariamente o Brazil achou-se envolvido, foi a celebre questão *Christie*, na qual esse Ministro de S. M. Britannica quiz fazer prevalecer as mais desarrazoadas exigencias.

Não tendo sido attendida pelo Governo do Brazil a reclamação que subditos britannicos faziam por prejuizos soffridos com os restos ou *salvados* do naufragio da barca ingleza *Prince of Walles* nas costas do Albardão em Junho de 1861, julgou o Ministro Inglez n'esta côrte, *William Douglas Christie*, dever aproveitar-se da circumstancia de uma questão de 3 officiaes da fragata *Forte* com uma sentinella da guarda da Tijuca, para exigir tanto a indemnisação pecuniaria, como uma satisfação ao que considerava *desacato* a officiaes de S. M. Britannica, Junho de 1862.

Esses officiaes, vestidos á paisana, sem distinctivo algum militar, e muito menos de officiaes, em um passeio *alegre* á Tijuca tinham-se esquecido inteiramente dos seus deveres, e desacataram uma sentinella do corpo da guarda: por tal motivo foram presos. Em que logar da Inglaterra procederiam por tal forma esses officiaes da fragata *Forte*, sem serem

presos? Como se haveria uma sentinella ingleza, desacatada por brazileiros, trajando á paisana, sem distinctivo (ou ainda com distinctivo) de officiaes? Deixariam as sentinellas inglezas de prender quaesquer desordeiros, e vestidos á paisana, que as atacassem?

Recusando o Governo Brazileiro as satisfações e indemnisações exigidas pelo Ministro Christie, recorreu este á *logica dos Canhões* do Almirante *Warren*, que foi capturando algumas embarcações brazileiras mercantes proximo á entrada da barra do Rio de Janeiro.

Paga *sob protesto* a indemnisação exigida por Christie, e apoiada pela preponderante argumentação dos navios de guerra inglezes, foi a questão dos officiaes da *Fort* sujeita ao arbitramento de S. M. o Rei da Belgica, que, em seu laudo justo e imparcial de 18 de Junho de 1863 deu toda a razão ao Brazil.

Rotas as nossas relações com a Inglaterra, só foram reatadas em meiados de 1865 pela officiosa mediação do Rei de Portugal.

LIÇÃO XXXIX

Guerra contra a Republica Oriental do Uruguay—1864-1865. Intervenção indebita do Dictador Francisco Solano Lopes —Guerra contra o Paraguay—1864-1870.

I

GUERRA CONTRA A REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY.

Máos tratos e vexames soffridos por Brazileiros no Estado Oriental fizeram com que o Governo do Brazil exigisse do de Montevidéo solução de varias reclamações pendentes e providencias a bem da garantia e propriedade dos subditos de S. M. o Imperador. Não se prestando a isso o Presidente Aguirre, o Brazil mandou para o Rio da Prata em missão especial o Sr. Conselheiro José Antonio Saraiva, fez augmentar n'aquellas paragens a nossa força naval confiando-a ao intrepido Vice-Almirante Barão de Tamandaré, e ordenou aos corpos de exercito do Rio Grande do Sul que se aproximassem da fronteira.

Tendo-se esgotado improficuamente os meios suasorios usuaes, e não tendo tambem produzido effeito a intervenção amigavel do Ministro Argentino D. Rufino de Elizalde e do Ministro Inglez Eduardo Thornton, o Sr. Conselheiro Saraiva apresentou no dia 5 de Agosto de 1864 ao Ministro das Relações Exteriores, D. Juan José de Herrera, um *ultimatum* com data de 4, marcando o prazo de 6 dias para que o Governo Oriental declarasse se estava disposto a dar as satisfações e providencias exigidas pelo Brazil. No caso contrario transmittiria ás forças navaes do Barão de Tamandaré e aos corpos do exercito do Rio Grande do Sul ordem para procederem a represalias e mais medidas necessarias á segurança da vida e das propriedades dos Brazileiros no Estado Oriental.

O Presidente Aguirre, inspirando-se nas animosidades do partido *blanco* contra o Brazil, e fiando-se na intervenção do Dictador do Paraguay a seu favor, devolveu no dia 9 ao Plenipotenciario Brazileiro o mesmo *ultimatum*, por não poder ficar nos archivos da Republica, e tentou ainda appellar para as dilações habituaes. No dia seguinte (10) o Sr. Conselheiro Saraiva dirigiu ao Ministro das Relações Exteriores uma nota dizendo que ia expedir as alludidas instrucções ao Vice Almirante Barão de Tamandaré e ao commandante dos corpos de exercito no Rio Grande do Sul. Em igual data o mesmo Sr. Conselheiro, por meio de uma circular, communicou aos membros do Corpo Diplomatico tudo quanto tinha occorrido, e as medidas extraordinarias que o Governo Imperial havia sido compellido a adoptar.

Era tão justo o procedimento do Imperio em tal conjunctura, que o Ministro Argentino D. Rufino de Elizalde assim o reconheceu em um protocollo que assignou com o Plenipotenciario Brazileiro (22 de Agosto).

Depois de ter recebido as necessarias instrucções, o Vice-Almirante Tamandaré julgou dever começar por immobilisar os vapores *General Artigas* e *Villa del Salto*, que o Governo Oriental empregava em communicações e auxilios bellicos entre Montevidéo e pracas da sua dependencia.

O *Villa del Salto*, tendo-se abrigado em portos neutros da Republica Argentina, pôde escapar por algum tempo; mas sahindo da Concordia, carregado de tropas, seguia rio abaixo, quando, perseguido pelas canhoneiras *Belmonte* e *Jequitinhonha*, viu-se forçado a encalhar na praia em frente a Paysandú, e ahi o seu commandante fez saltar a guarnição para terra e atacou fogo ao navio.

Assim que o Governo Oriental soube do occorrido, remetteu os passaportes ao nosso Ministro Residente, o Sr. João Alves Loureiro, cassou o *exequatur* aos nossos agentes consulares, e prohibiu as communicações das nossas forças de mar e terra com o territorio da Republica. Com a direcção do Gabinete Oriental ficou o Dr. Antonio de las Carreras inimigo rance-

roso dos Brazileiros, e a imprensa de Montevidéo foi prorompendo nas mais vehementes invectivas.

Em taes circumstancias o Sr. Conselheiro Saraiva entendeu-se com o Presidente do Rio Grande do Sul e com o Sr. Tamandaré para que expellissem da villa de Mello, de Paysandú e do Salto as guarnições do Governo Oriental, que ameaçavam a vida, a honra e a propriedade dos Brazileiros. Ao mesmo tempo acceitou o Brazil o offerecimento do concurso do General *D. Venancio Flores*, que achava-se á frente do partido *colorado* em revolução contra o Governo *blanco* de Montevidéo, e que contrahira espontaneamente o compromisso de offerecer-nos uma reparação condigna, logo que a sua causa triumphasse.

Tentou então o General Entreriano, D. Justo José Urquiza, uma negociação de paz; mas os seus esforços foram tão infructiferos, como tinham sido os de Elizalde e Thornton.

Em 12 de Outubro de 1864 entram em territorio oriental as primeiras forças brazileiras, e a sua presença facilita a rendição da villa de Mello, capital do departamento do Serro Largo, ás forças do General D. Venancio Flores no dia 16. Pouco depois (28 de Novembro) as tropas do mesmo General Flores, protegidas por forças navaes brazileiras, conseguem a rendição da Villa del Salto, após uma simples intimação ao commandante da praça, e prepara-se o cêrco de Paysandú.

As vantagens que o Brazil ia tendo promoveram da parte do Dictador do Paraguay, Francisco Solano Lopes, o mais inqualificavel procedimento. Ardendo em desejos de intervir na nossa questão com Montevidéo, Lopes em plena paz manda aprisionar (12 de Novembro) o paquete brazileiro *Marquez de Olinda* quando seguia da Assumpção para Matto Grosso, levando a seu bordo o Coronel Frederico Carneiro de Campos, presidente d'essa provincia, diversos passageiros, e 400 contos de réis em moeda corrente.

O pretexto que allegou depois foi não ter merecido attenção do Governo Imperial o seu protesto de 30 de Agosto pela attitude do Brazil no Estado Oriental, e por terem as armas brazileiras occupado a villa de Mello (16 de Outubro).

O procedimento do Paraguay, a disposição dos animos da Republica Argentina e a marcha dos acontecimentos no Estado Oriental exigiam uma nova missão especial da parte do Brazil no Rio da Prata, tendo o Sr. Conselheiro Saraiva concluido a sua. Foi a nova missão especial confiada ao Conselheiro José Maria da Silva Paranhos (ulteriormente Visconde do Rio Branco), que chegou a Buenos Ayres a 2 de Dezembro. O Conselheiro Paranhos não encontrou mais em Buenos Ayres o Vice-Almirante Tamandaré, que seguira na vespera com uma esquadrilha para Paysandú, emquanto o General João Propicio Menna Barreto (B. de S. Gabriel) invadia o Estado Oriental com o exercito brazileiro e marchava para fechar o cêrco da referida praça.

Nesse interim o Governo da Republica do Uruguay proseguia na senda dos desvarios em vez de entrar em combates de polvora e bala; a 13 de Dezembro publicou um decreto dando por nullos e mandando queimar os tratados que firmára com o Brazil, e, no dia 18, uma commissão adrede nomeada, o Presidente Aguirre, os Ministros d'Estado e a tropa de Montevidéo assistiam na praça da Independencia á queima d'esses tratados.

Pela mesma época o Dictador do Paraguay declarou guerra ao Brazil (14 de Dezembro), e a muito custo o nosso Ministro Cezar Sauvan Vianna de Lima pôde obter os seus passaportes; a tantos vexames porém viu-se exposto que só com risco de vida conseguiu chegar a Buenos Ayres. Em acto continuo o Dictador Lopes mandou invadir a provincia de Matto Grosso, e a 27 de Dezembro os Paraguayos assaltaram o Forte Coimbra.

Nesse entretanto tinha-se completado o cêrco de Paysandú, e os Generaes de terra e mar ordenaram o assalto: a 2 de Janeiro de 1865, depois de um porfiado batalhar durante 52 horas, foi a praça tomada; o seu Commandante, Coronel Leandro Gomes, tendo perdido grande parte da sua gente, entregou-se afinal com 700 prisioneiros, 10 boccas de fogo, bandeiras, etc., não podendo resistir por mais tempo á boa direcção dos nossos Chefes nem á intrepidez de nossas tropas. As

forças que fecharam o cêrco constavam de 5,000 brazileiros e 700 orientaes; mas sómente 2,000 dos nossos entraram em fogo. Tivemos 40 officiaes e 75 soldados mortos, e 350 feridos.

Depois da tomada de Paysandú resolveram os generaes vencedores o cêrco da capital da Republica para esse fim desembarcaram em Santa Luzia (27 de Janeiro) as tropas do General J. Propicio, que de accôrdo com as do Vice-Almirante Tamandaré e do General Flores marcharam sobre Montevidéo, cujo bloqueio formaram e intimaram a 2 de Fevereiro. Para tentar uma diversão a esse bloqueio os Chefes Orientaes Basilio Muñoz e Timotheo Apparicio tinham ido atacar a nossa cidade de Jaguarão com 1,500 homens (28 de Janeiro), mas foram completamente repellidos pela valente guarnição commandada pelo Coronel Vargas.

No decurso do cêrco de Montevidéo os desvarios do partido *blanco* contra o Brazil tinham tocado ao apogêu, che ando me mo o Ministro da Guerra a arrastar pelas ruas a bandeira brazileira (7 de Fevereiro). Isso, porém, não obstou a que continuassem com mais força as operações do sitio, e em breve reconheceu o Presidente Athanazio C. Aguirre a impossibilidade da continuação da resistencia. Sob pretexto de ter-se terminado o prazo do seu mandato, passou elle a autoridade suprema ao Presidente do Senado, o Sr. D. Thomaz Villalba, que no dia 20 de Fevereiro assignou a rendição de Montevidéo ás forças brazileiras (apenas 8,498 homens).—O Conselheiro José Maria da Silva Paranhos assignou então com o Presidente Villalba um *Convenio* que acabava com a intervenção brazileira no Estado Oriental, d'ahi em diante nosso alliado contra o Paraguay.

Entraram immediatamente os alliados em Montevidéo. O General D. Venancio Flores, declarado Governador Provisorio da Republica, ás 9 horas da manhã do dia 23 de Fevereiro de 1865 dava uma satisfação official e especial ao Brazil: a bandeira brazileira era icada no forte de S. José e saudada com uma salva de 21 tiros, e declaravam-se nullos e irritos os decretos do governo do Presidente Aguirre contra o Brazil.

II

Guerra contra o Paraguay.

Dividiremos a guerra contra o Paraguay em 5 periodos, a saber : 1º acontecimentos até á rendição de Uruguayana ; 2.º commando em chefe do General Osorio ; 3.º idem do General Polydóro ; 4.º idem do M. de Caxias ; 5.º idem de S. A. o Sr. Conde d'Eu.

1.º PERIODO

ACONTECIMENTOS ATÉ Á RENDIÇÃO DE URUGUAYANA.

De longa data o Dictador Francisco Solano Lopes tudo preparara para constituir-se arbitro dos destinos do Rio da Prata. Quando os Estados limitrophes, confiando na existencia da paz, nem se quer preenchiam os mingoados quadros das suas tropas de terra e de mar, designados nas respectivas leis de fixação de forças, Lopes tinha um exercito de 80.000 homens, 400 peças de artilharia, fortalezas poderosas e bem armadas, uma esquadra de 12 navios, e baterias fluctuantes, jogando com 120 canhões.

Já tratámos do modo inqualificavel com que em plena paz Lopes aprezou o paquete brazileiro, *Marquez de Olinda* ; conservando sempre a sua preza contra todos os principios do direito das gentes, desde o dia 12 de Novembro de 1864, só a 14 de Dezembro foi que Lopes notificou ao nosso Ministro Residente, Cesar Sauvan Vianna de Lima, a declaração de guerra, e logo no dia seguinte (15), antes que o Governo Brazileiro houvesse noticia d'essa notificação, fez seguir uma expedição para invadir Matto Grosso.

A força expedicionaria compunha-se de 6.000 homens em uma esquadrilha, ás ordens do Coronel Barrios, que tinha de manobrar de accôrdo com 5, a 6.000 homens de cavallaria, commandados pelo Coronel Resquim. A 27 de Dezembro, Barrios intima a rendição do *Forte Coimbra*, que não obedece ; começa

o ataque. O commandante do Forte, Tenente Coronel *Hermenegildo Porto Carrero*, tem apenas 115 soldados de guarnição, 17 galés, alguns indios e muito pouco cartuxame para se bater contra inimigo tão numeroso; ainda assim resiste por 2 dias a um terrivel bombardeio e a um violento assalto, em que Barrios perde 200 homens. Não podendo resistir por mais tempo, tendo-se-lhe acabado as munições, Porto Carrero na noite de 28 embarca a sua escassa guarnição no pequeno vapor *Anhambahy*, e escapa das avultadas forças que o cercam. Ao meio dia de 29, dá o Coronel Barrios um 2.º assalto ao Forte onde encontra apenas 2 homens feridos, que não tinham podido acompanhar a brilhante retirada da guarnição. Senhores do Forte Coimbra, os Paraguayos continuam a invasão por Matto Grosso; aprisionam no Rio S. Lourenço o vapor *Anhambahy*, apoderam-se de Dourados, Miranda, Corumbá, Albuquerque, Coxim, Nioac, etc., saqueando, devastando tudo em sua passagem, e commettendo as maiores atrocidades.

O Brazil, envolvido de sorpreza n'essa guerra, e occupado com os cêrcos de Paysandú e Montevidéo, não tinha exercito para oppôr aos invasores; mas o decreto n. 3371 de 7 de Janeiro de 1865 crêa os corpos de *Voluntarios da Patria*, o decreto n. 3383 de 21 de Janeiro chama para o serviço de guerra 14 796 Guardas Nacionaes, construem-se e compram-se encouraçados, o patriotismo falla ao coração dos Brazileiros, que não recuam ante sacrificio algum para salvar a honra nacional.

O Marechal Manoel Luiz Osorio, nomeado commandante em chefe do exercito brazileiro contra o Paraguay, assume o commando em 1.º de Março de 1865, e nos acampamentos de *S. Francisco* e *Daymán* vae transformando em excellentes soldados os *Voluntarios* que lhe chegam do Brazil. Ao mesmo tempo duas divisões da nossa esquadra, sob as ordens do chefe de divisão Francisco Manoel Barroso e do capitão de mar e guerra Secundino Gomensoro, sobem o Paraná para bloquear o Paraguay.

N'esse entretanto o Dictador Lopes, resentido pela recusa da Republica Argentina deixar passar as

tropas paraguayas pelo territorio de Corrientes e Entre Rios para a invasão do Rio Grande do Sul, manda em plena paz aprezar 2 vapores argentinos (*Gualeguay* e *25 de Maio*), e tomar a cidade de Corrientes (13 e 14 de Abril).— Outras forças paraguayas (12.000 homens) passam o Itapúa, reunem-se em S. Carlos, e subdividindo-se em duas columnas, uma de 9.000 homens sob o commando do Tenente Coronel Estigarribia, e outra de 3.000 homens sob as ordens do Major Pedro Duarte, marcham parallelamente para invadir o Rio Grande do Sul pelo passo de *S. Borja*.

A communhão de interesses produz o tratado offensivo e defensivo da triplice alliança (1º de Maio), assignado em Buenos Ayres, entre o Brazil e as Republicas Argentinas e Oriental, sendo plenipotenciarios— do Brazil o Conselheiro Francisco Octaviano de Almeida Rosa,— da Republica Argentina D. Rufino de Elizalde,— e do Estado Oriental D. Carlos de Castro

A 1.ª operação bellica em consequencia dessa alliança é o ataque e tomada de Corrientes por forças brazileiras e argentinas, sob o commando do General Wenceslão Paunero, retirando-se depois os alliados para o *Rincon de Zevallos*.

Lopes, para ter livre a navegação do Paraná, resolve mandar atacar a divisão da nossa esquadra que bloqueia Corrientes.

Assim que o chefe Barroso tem aviso da approximação do inimigo, manda preparar tudo para o combate e avança para o ataque. As forças brazileiras constam de 9 vapores, *Amazonas*, *Jequitinhonha*, *Parnahyba*, *Iguatemy*, *Belmonte*, *Mearim*, *Beberibe*, *Ypiranga* e *Araguary*, com 59 bocas de fogo e 2.287 homens de guarnição; as forças inimigas, sob as ordens do capitão de fragata *Meza*, compõem-se de 9 vapores, *Taquary*, *Salto*, *Paraguary*, tendo por bombordo o *Rangel*, *Marquez de Olinda*, *Jejuy*, *Iporá*, *Igurey*, e *Pirabebé*, e 6 baterias fluctuantes (*chatas*) com 45 bocas de fogo, 3.000 homens de guarnição, e protegidas por uma bateria de 22 canhões na barranca do Riachuelo com uma linha de 2.000 infantes do

Coronel Bruguez. (*a*) Trava-se o memoravel *combate naval do Riachuelo* (11 de Junho de 1865) em que o heroico chefe Barroso decide da victoria, fazendo manobrar o vapor *Amazonas* como um ariete, mettendo successivamente a pique 3 vapores inimigos (*Jejuy*, *Marquez de Olinda*, e *Salto*), inutilisando o *Paraguary*.

A abordagem da *Parnahyba* por tres vapores paraguayos, a resistencia intrepida do *Jequitinhonha* encalhado debaixo da bateria inimiga, repellindo varias abordagens, a impassibilidade heroica do commandante Abreu salvando a *Belmonte* do fogo na coberta e de ir ao fundo por causa dos rombos na linha de fluctuação, o denodo com que todos os navios e suas guarnições combatem n'esse memoravel dia, são outros tantos ti-

---

(*a*) NAVIOS BRAZILEIROS QUE TOMARAM PARTE NO COMBATE NAVAL DE RIACHUELO.

	Bocas de fogo	*Guarnições*
2ª Divisão da esquadra, commandante chefe de divisão Francisco Manoel Barroso, com a insignia na fragata *Amazonas*.		
Amazonas, comm. capitão de fragata Theotonio Raymundo de Brito	6	462
Iguatemy, comm. 1º tenente Justino José de Macedo Coimbra	5	213
Parnahyba, comm. capitão-tenente Aurelio Garcindo Fernandes de Sá	7	263
Araguary, comm. 1º tenente Antonio Luiz von Hoonholtz	4	172
Mearim, comm. 1º tenente Eliziario José Barbosa.	7	192
3ª Divisão da esquadra, comm. capitão de mar e guerra José Secundino Gomensoro, com a insignia no *Jequitinhonha* :		
Jequitinhonha, comm. capitão-tenente Joaquim José Pinto	8	286
Beberibe, comm. capitão-tenente Bonifacio Joaquim de Santa Anna	7	324
Belmonte, comm. 1º tenente Joaquim Francisco de Abreu	8	204
Ypiranga, comm. 1º tenente Alvaro Augusto de Carvalho	7	171
	59	2.287

tulos de gloria immorredoura para os Annaes da nossa Marinha.—Os Paraguayos perdem 3 navios na acção, 6 baterias fluctuantes, cêrca de 1.500 homens fóra de combate em seus navios e 1.750 entre mortos e feridos nas baterias e acampamento do Coronel Bruguez: nós lamentamos a perda do *Jequitinhonha*, e de 244 bravos, entre mortos e feridos, dos quaes 80, sómente na *Parnahyba*.

Apenas 7 dias depois, tem a valente divisão da nossa esquadra opportunidade de colher novos louros, forçando brilhantemente a passagem de *Mercedes*, e mais tarde a de Cuevas (18 de Junho, e 18 de Agosto).

N'esse entretanto o exercito alliado organisa-se na *Concordia* (aldêa de Entre Rios), e destaca uma columna forte de 6.000 homens sob as ordens de D. Venancio Flores para bater a expedição do Major Duarte. Alcançado em *Jatahy*, é o Major Duarte completa-

---

FORÇAS PARAGUAYAS COMMANDADAS PELO CAPITÃO DE FRAGATA MEZA, COM A INSIGNIA NA « TACUARY »

	Bocas de fogo	*Homens*
Tacuary, comm. capitão de fragata Martinez...	8	
Paraguary, comm. capitão de fragata Alonzo... tendo o *Rangel* a bombordo.	8	
Igurey, comm. capitão de fragata Cabral.....	7	
Ipora, comm. capitão de corveta Ortiz.....	4	
Marquez de Olinda, comm. tenente Robles.....	4	
Jejuy, comm. tenente Aniceto Lopes.....	2	
Salto Oriental, comm. tenente Alcaraz.....	4	
Pirabebé, comm. tenente Pereira.....	1	
7 Baterias fluctuantes commandadas cada uma por 1 tenente de artilharia	7	
	45	3.000
Bateria na barranca.....	22	
Fuzileiros do coronel Bruguez, idem.....		2.000
	67	5.000

E mais 2 estativas de foguetes a congrève.

O vapor paraguayo *Rio Blanco* não tomou parte no combate por ter encalhado acima de Corrientes, abarrotado de gente para abordagem, e não ter podido safar, por mais esforços que fizesse.

mente derrotado (17 de Agosto), cahindo elle prisioneiro com 1.700 dos seus e 4 bandeiras, depois de ter perdido 1.200 e tantos mortos. O prejuizo dos alliados é apenas de 340 homens fóra de combate.

A columna de Estigarribia, que invadira S. Borja, depois de algumas escaramuças, entra em Uruguayana, onde se fortifica. Resolvido o cêrco da posição pelos alliados, a nossa esquadrilha do Alto Uruguay transpõe o *Salto Grande*, o Barão de Porto Alegre toma o commando em chefe das forças brazileiras em frente á praça, Paunero com 5,000 homens, e 30 bocas de fogo, Flores com o exercito vencedor de Jatahy apertam o sitio, e S. M. o Imperador, dando uma prova do seu corajoso patriotismo, dirige-se a marchas forçadas para o theatro da guerra, chegando ao acampamento a 11 de Setembro, com os 2 Principes seus genros.

Cercado por um exercito de 22.000 homens e ameaçado de flanco pelas nossas canhoneiras, Estigarribia, sem dar um tiro, rende-se com 6.000 prisioneiros, 7 bandeiras, 5 canhões e todo o seu material de guerra (18 de Setembro).

Era o 3º prejuizo grave que Lopes soffria depois de nos ter provocado para uma tão injusta guerra; dias antes tinha elle soffrido um outro prejuizo, posto que de somenos importancia, porque a cavallaria argentina do General Hornos derrotára uma força paraguaya em *Jaguareté Corá*, matando-lhe 83 homens, aprisionando lhe 382, e tomando-lhe uma bandeira. Opprimido por essas derrotas, o Dictador manda evacuar Corrientes, e concentra as suas forças em territorio paraguayo.

2.º PERIODO

COMMANDO EM CHEFE DO GENERAL OSORIO.

As forças do General Cáceres occupam a cidade de Corrientes, e a 3ª divisão da nossa esquadra bloqueia *as Tres Bocas*, na confluencia do Paraná com o Paraguay, emquanto o exercito alliado transpõe penosa-

mente as 96 leguas de máos caminhos para Corrientes, d'ahi em diante base das nossas operações militares. No decurso dos preparativos necessarios para levar a guerra ao territorio inimigo, é a vanguarda argentina de Paunero surprehendida em *Currales* por uma força do Tenente Coronel Viveiros, e soffre perdas consideraveis.

Tendo o Conselho dos Generaes resolvido a passagem do Paraná, avança o exercito alliado para as barrancas d'esse rio em frente ao Passo da Patria e Itapirú; uma força brazileira, sob as ordens do Tenente-Coronel *Carlos* de *Willagran Cabrita*, occupa uma ilha fronteira ao forte do Itapirú, e n'ella estabelece uma bateria La Hite de 12 e 4 morteiros (5 de Abril), fazendo grandes estragos no inimigo. Lopes manda atacar a ilha na madrugada de 10 por 1.400 homens escolhidos, embarcados em canôas e chalanas; são porém completamente repellidos, perdendo 650 mortos dentro da ilha, 200 afogados, e 300 prisioneiros. A canhoneira *Henrique Martins*, commandada pelo intrepido 1º Tenente *Jeronymo Francisco Gonçalves*, concorre poderosamente para se rechassar o inimigo, metralhando-o tenazmente, mettendo a pique um bom numero de chalanas, e enfrentando com o forte do Itapirú, contra o qual faz o mais vivo fogo, sendo necessaria ordem expressa do Almirante Tamandaré para fazel-a retirar. — O nosso prejuizo é apenas de 153 homens fóra de combate, sendo morto por uma bomba do forte de Itapirú o bravo Tenente-Coronel Cabrita quando estava na pôpa de uma chalana redigindo a parte para o General em chefe.

✳ Na madrugada de 16 de Abril, o General Manoel Luiz Osorio, com as divisões *Sampaio* e *Argôlo* (8.624 homens), e protegido pela nossa valente esquadra, effectúa a passagem do Paraná, e ás 9 horas da manhã pisa o territorio inimigo, na barranca da margem esquerda do Paraguay, junto ás *Tres Bocas*, sendo Osorio o 1º que desembarca. — Lopes, que com o seu exercito de 25.000 homens e artilharia do Passo da Patria e do Itapirú não tinha podido obstar a essa arrojada passagem, *uma das mais notaveis na Historia Militar*, manda hostilisar os espedi-

cionarios: *o 2º de Voluntarios* vae batendo o inimigo, emquanto as nossas outras tropas vão dispondo sua formatura para o mesmo fim, que conseguem brilhantemente. No dia 17 uma columna de 3.000 paraguayos volta de novo ao combate; mas é completamente batida pelos nossos bravos, que entram no forte do Itapirú, onde o 6º de Infantaria, commandado pelo Tenente-Coronel Antonio da Silva Paranhos, arvora a sua bandeira, ahi hasteada pelo Tenente-Coronel de Engenheiros José Carlos de Carvalho.

A 19 e 20 de Abril o resto do exercito brazileiro e as forças argentinas e orientaes atravessam o Paraná. Lopes reconhece a impossibilidade de aguentar-se no Passo da Patria, onde é bombardeado pela nossa esquadra e exposto a um assalto do nosso exercito animado pelas victorias dos dias anteriores: retira-se prudentemente para além do Estero Bellaco. Passamos immediatamente a occupar a posição abandonada, que vae servir-nos de base de operações.

A 2 de Maio, 6.000 paraguayos, commandados pelo General Dias, surprehendem a vanguarda do exercito alliado, causando sérios estragos; mas o General Osorio com o grosso do exercito brazileiro salva a situação, e repelle completamente o inimigo, que perde para mais de 2.300 homens fóra de combate.

No dia 20 transpõe o exercito alliado o Estero Bellaco e acampa em Tuyuty, onde no dia 24 trava-se a mais memoravel batalha até hoje ferida na America do Sul.

Poucos minutos antes do meio dia, quando o exercito brazileiro estava se dispondo para marchar, 25.000 Paraguayos a um signal do General Bruguez rompem o ataque pela frente e flancos dos alliados, assistindo Lopes das suas linhas á batalha. O Coronel Dias commanda a ala esquerda, o General Resquin a direita, o Coronel Marcó o centro, e o General Barrios as reservas. A nossa vanguarda (6ª divisão brazileira e a Oriental) sob as ordens dos Generaes Victorino e Flores repellem brilhantemente o inimigo, que não pôde resistir aos incessantes e certeiros tiros da artilharia do Coronel Mallet. O flanco direito dos alliados, occupado pelos argentinos, cede a principio,

afrouxando completamente o 3º Regimento de cavallaria ; mas os Generaes Osorio e Paunero tomam conta da infantaria argentina, e por meio de quadrados e semicirculos apoiados em um matto destroçam a cavallaria inimiga. No nosso flanco esquerdo é onde o inimigo carrega mais, penetrando pelo *Potrero Pires* até quasi á retaguarda do nosso exercito; mas é tambem onde soffre maiores estragos: as nossas 2ª, 4ª, e 5ª divisões (José Luiz, Guilherme, e Coronel Tristão) e a brigada ligeira (General Netto) fazem prodigios de valor ; menos de um terço da nossa cavallaria combate montada, dando irresistiveis e destruidoras cargas ; o restante, que combate a pé, por não ter cavallos, peleja como os nossos outros corpos de infantaria. As divisões Sampaio e Argôlo, que occupam o centro do nosso exercito, acodem tanto á vanguarda como aos flancos, e fazem um destroço tremendo nas phalanges inimigas. O General Osorio acha-se em toda a parte onde a sua presença é necessaria, tanto no nosso exercito como no argentino.—A's 4 1/2 horas da tarde os Paraguayos, que têm soffrido uma mortantade horrivel, retiram-se precipitadamente e a victoria corôa o exercito alliado.

Nós avaliamos o prejuizo dos Paraguayos em mais de 12.000 mortos, dos quaes ficaram para cima de 6.500 sómente no nosso campo, sem contar os que ficaram no Potrero Pires e proximo ás linhas de Rójas, onde a nossa artilharia e fusilaria os alcançava. Perderam além d'isso 4 canhões, 2 bandeiras, 1 estandarte, e 221 prisioneiros.—Os alliados tiveram 3.648 homens fóra de combate sendo 2.745 brazileiros, 606 argentinos, e 297 orientaes.—A cavallaria paraguaya ficou inteiramente aniquilada, e d'esse dia em diante nunca mais o Dictador apresentou cavallaria que prestasse.—Foi tal o prejuizo que Lopes soffreu n'essa batalha de 24 de Maio, que só 3 dias depois foi que pôde começar a reunir as suas debandadas tropas.

Queria o General Osorio a todo o transe marchar no dia seguinte em perseguição do inimigo, mas a vontade do Sr. Bartholomeu Mitre, General em chefe dos exercitos alliados oppoz-se formalmente a isso. O Brazil ainda teve que prolongar a guerra por

mais 4 annos, enchendo de cadaveres dos seus filhos os campos do Paraguay e enriquecendo o commercio argentino com milhares de contos de réis para os fornecimentos.

O General Osorio doente, e em desharmonia com o Sr. Mitre, passou o commando em chefe do exercito brazileiro ao General Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão, a *15 de Julho*.

3.º PERIODO

COMMANDO EM CHEFE DO GENERAL POLYDORO.

Logo que o General Polydoro assumiu o commando em chefe do 1.º corpo de exercito reconheceu a impossibilidade de continuarem as cousas como estavam, porque os Paraguayos desde o dia 14 tinham-se fortificado em uma posição vantajosa no nosso flanco esquerdo; resolveu portanto desalojal-os.

Na madrugada de *16 de Julho* o Brigadeiro Guilherme com sua divisão de infantaria e 4 bocas de fogo ataca pela frente a posição inimiga, emquanto o Brigadeiro José Luiz com a sua divisão de cavallaria e a brigada de infantaria do Coronel Bello, com 2 bocas de fogo, dirige o ataque pelo Potrero Pires e Boqueirão. A posição é logo tomada; mas voltam os Paraguayos com grandes forças para retomal-a, e trava-se durante 15 horas um porfiado combate, em que entram successivamente todas as divisões do nosso exercito e a brigada argentina do Coronel Conesa. Afinal conservamos a posição, que nos é disputada fracamente no dia 17; mas no dia 18, logo de madrugada, grandes forças paraguayas, apoiadas no matto e na artilharia das suas linhas de Sauce, atacam a 6.ª divisão do General Victorino e brigada Conesa. Immediatamente o General Flores com a nossa 1.ª divisão de infantaria apoia de frente a resistencia heroica dos nossos, emquanto o General José Luiz com a sua divisão de cavallaria (trabalhando a pé), 3 regimentos de infantaria, e a brigada de caçadores do Coronel Piquet, ataca de flanco o inimigo pelo Potrero Pires.

Depois de 8 1/2 horas de um dos mais encarniçados combates, o inimigo cessa o fogo, e mantemos a posição conquistada, mandando logo o General Polydoro fazer alguns trabalhos de fortificação. Não podemos avaliar o prejuizo dos Paraguayos, que devia forçosamente ter sido grande e superior ao nosso ; o prejuizo total dos alliados nos dias 16, 17, e 18 de Julho foi de 3.723 entre mortos e feridos.

N'esse entretanto o 2.º corpo de exercito, organisado sob o commando do Barão de Porto Alegre, seguira de S. Thomaz em principio de Julho, e encontrára-se abaixo da *Tranqueira do Loreto* com a esquadrilha do chefe de divisão Alvim, que tinha de transportal-o para o theatro da guerra. A divisão do General Portinho ficou em Itaimbé de observação aos Paraguayos de Itapúa e Candelaria, e as outras forças foram seguindo para o Paraguay, onde a brigada de caçadores do Coronel Piquet tomou parte nos combates de 16, e 18 de Julho, como vimos. Tendo o Barão de Porto Alegre com o restante das forças chegado ao Itapirú em meiados de Agosto, resolveu o Conselho de Generaes a tomada e occupação do forte de *Curuzú*, em frente a Curupaity, tocando essa gloria ao 2º corpo de exercito.

A 1.º de Setembro o bravo e benemerito Visconde de Tamandaré faz avançar a divisão de encouraçados até a ilha dos Palmares, e logo após a divisão de navios de madeira e as bombardeiras, rompendo um aturado fogo contra Curuzú. O 2.º corpo de exercito embarca em Itapirú na madrugada do dia 2, ás 2 1/2 da tarde salta meia legua abaixo de Curuzú, sendo immediatamente hostilisado pelo inimigo, que não consegue repellil-o.

Na madrugada de 3, dispõe o Barão de Porto Alegre as suas forças para o ataque, e ordena o fogo de artilharia e fuzilaria, que é acompanhado por um geral bombardeio da nossa esquadra: ás 7 1/2 horas da manhã manda cessar o fogo e ordena o assalto. brilhantemente realisado pelas nossas tropas, que em poucos minutos tornam-se senhores do forte. Treze bocas de fogo, 2 bandeiras, e 30 prisioneiros caem em poder dos heroicos assaltantes, que contem-

plam 852 cadaveres dos 2.800 bravos inimigos que tanto lhes tinham resistido. A nossa perda foi de 773 homens entre mortos e feridos, e a esquadra teve que lamentar a perda do encouraçado *Rio de Janeiro*, com o seu commandante Silvado e 53 homens pela explosão de um torpedo no dia 2.

Depois de um tão brilhante resultado queria o Barão de Porto Alegre atacar Curupaity no dia 5, e requisitou mais forças do Commandante em chefe dos Exercitos Alliados, mas as forças argentinas do Sr. Bartholomeu Mitre sómente chegaram a Curuzú a 11 e 12, conjunctamente com a brigada brazileira do Coronel Paranhos.

Ainda com esses dias de demora a posição de Lopes seria critica, se o exercito de Tuyuty désse um assalto ás linhas de Sauce ao mesmo tempo que o exercito de Curuzú assaltasse Curupaity, sentinella avançada de Humaytá.

Para ganhar tempo manda Lopes no dia 11 por um parlamentar pedir uma conferencia aos chefes alliados em *Jatahyti-Corá*. Começa a conferencia entre Lopes e Mitre ás 9 horas da manhã do dia 12 de Setembro; o General Polydoro recusa peremptoriamente lá ir por não ter ordens do seu governo; o General Flores, instado por Mitre, vae, mas pouco tempo se demora, tendo repellido energicamente algumas phrases de Lopes offensivas á dignidade do Estado Oriental e ao Brazil, dizendo mais que, se lá tinha ido, era por suppôr que o General Polydoro lá estava. Mitre ficou só com Lopes em uma conferencia de 5 horas, e ao separarem-se trocaram os rebenques. (*a*) — O General Mitre communicou depois aos seus col-

(*a*) Podemos garantir a veracidade do facto por termos sido testemunha ocular; com alguns officiaes da divisão em que serviamos (1ª de cavallaria) tinhamos ido, como curiosos, acompanhando o piquete do General Flores. Depois da retirada de Flores, que nos contou o que se tinha passado entre elle e Lopes, nós e os nossos officiaes da 1ª divisão juntámo-nos ao piquete do General Mitre até o fim da conferencia, ás 2 horas da tarde, mais ou menos. O que se passou entre Mitre e Lopes ninguem pôde ouvir por causa do cordão de sentinellas que não deixava passar pessoa alguma dentro de uma certa raia.

legas que Lopes queria acabar com a guerra por meios pacificos, mas sem deixar o poder.

Seguiu-se uma suspensão tacita de hostilidades durante alguns dias, nos quaes Lopes teve tempo de completar as fortificações de Curupaity, tornando-a posição inexpugnavel. Sendo inacceitaveis as propostas de Lopes, em virtude do artigo 3.º do tratado da Triplice Alliança (*de que o Sr. Mitre devia lembrar-se na sua celebre conferencia*), continuaram as hostilidades no dia 20, e resolveu-se o ataque de Curupaity pelas forças de Curuzú, emquanto o General Polydoro devia fazer uma tentativa sobre as linhas de Sauce, e o General Flores com 3.000 homens de cavallaria tinha de fazer uma diversão pela esquerda do inimigo;—mas.... era tarde!

O ataque de Curupaity (22 de Setembro) foi um verdadeiro revéz; apezar do heroismo inexcedivel, com que tanto os brazileiros como os argentinos combateram, não poderam ser rotas as linhas de abatizes e de trincheiras que defendiam a posição; tivemos de recuar diante do impossivel, com uma carnificina horrivel, em que os alliados tiveram 3.999 homens fóra de combate, dos quaes, 1.921 brazileiros. O inimigo devia tambem ter soffrido muito, porque não se animou a perseguir-nos na retirada, e ficou inactivo por alguns dias.

Esse *insuccesso* (na phrase phleugmatica do Sr. Bartholomeu Mitre) adiava por bastante tempo a decisão da guerra, conservando os belligerantes as suas respectivas posições. (*a*)

(*a*) Mitre, até então considerado como *prudente de mais* por todo o exercito, rehabilitou-se, dando provas de coragem no meio de um fogo infernal de fuzilaria e de metralha. Porto Alegre portou-se, como sempre, como um leão, levando a sua indomita coragem até á temeridade: affrontava o fogo com desejo evidente de morrer para não sobreviver ao revéz das suas tropas; mas as balas e a metralha o respeitavam e iam matar a seu lado os seus ajudantes de campo e os seus cornetas.—Na furia vertiginosa com que a nossa gente combateu, 40 homens penetraram no forte de Curupaity, mas foram todos mortos a um por um, depois de ter cessado o combate, em vez de serem considerados como prisioneiros.

4.º PERIODO

COMMANDO EM CHEFE DO MARQUEZ DE CAXIAS.

Para haver unidade de acção na direcção das nossas operações militares, resolveu o Governo Imperial nomear o Marechal d'Exercito, MARQUEZ DE CAXIAS, para commandante em chefe das forças brazileiras em campanha contra o Paraguay, 10 de Outubro de 1866.—O Marquez de Caxias chegou a Tuyuty (17 de Novembro), e reorganisou immediatamente o exercito. Pouco depois o bravo e benemerito Visconde de Tamandaré foi substituido pelo não menos illustre *Joaquim José Ignacio*, no commando da esquadra (Janeiro 1867). Em breve tambem o Marquez de Caxias assumiu o commando em chefe dos exercitos alliados, pela retirada do Sr. Bartholomeu Mitre para Buenos-Ayres. Anteriormente o General D. Venancio Flores tinha-se retirado para Montevidéo, para suffocar um movimento do partido *blanco*, de que afinal foi victima.

Quiz logo o Marquez de Caxias dar desenvolvimento ás operações da guerra, mas foi demorado pelos horriveis estragos do cholera, ceifando para mais de 4.000 homens da nossa gente do Curuzú, Passo da Patria, Tuyuty e hospitaes do Cerrito.

Contemporanea d'esse flagello no nosso exercito foi a desastrada expedição de Matto Grosso ao Paraguay. —A expedição tinha sido organisada em Uberaba, provincia de Minas Geraes, e constava de 3.000 homens; sob o commando do coronel Manoel Pedro Drago partira para a capital de Matto-Grosso a fim de ser augmentada (Julho de 1865); mas por ordem do Governo Imperial seguiu das margens do Paranahyba para o districto de Miranda, e chegou a Cochim (20 de Dezembro) sob o commando do Coronel Galvão. As febres palustres foram ceifando grande numero dos expedicionarios, inclusive o proprio chefe: mas emfim chegou até Miranda, onde uma epidemia climaterica (paralysia reflexa, ou béri-beri ?) tinha acabado com um terço da gente. A 1 de Dezembro de 1867, o Coronel *Carlos de Moraes Camisão* assume o com-

mando dos expedicionarios (sómente infantaria e 4 bocas de fogo), que marcham para Nioac; atravessam o Apa, occupam *Machorra*, *Bella Vista* e *Laguna*, batendo o inimigo em alguns combates. A falta de viveres obriga a retirada; a cavallaria inimiga hostilisa a columna expedicionaria por todos os meios ao seu alcance; a fome declara-se com todos os seus horrores, que são aggravados ainda pelo cholera; entre os mortos contam-se o Coronel Camisão, e o Tenente Coronel Juvencio; o commando passa para o Major José Thomaz Gonçalves, que mostra energia adequada ás circumstancias, e chega ás margens do Aquidauanna (11 de Junho de 1867) reduzido a 700 homens dos 1.600 que tinham invadido o territorio paraguayo em Abril do mesmo anno (*a*). Para compensar o negrume d'essa lamentavel retirada, lembraremos a retomada de Corumbá com 6 canhões e 1 bandeira paraguaya, (13 de Junho) e a do vapor *Jaurú* pelo vaporzinho *Antonio João*, protegido pelo 1º corpo de Guardas Nacionaes de Matto Grosso.

Com a chegada do 3º corpo de exercito, sob o commando do General Osorio (Barão do Herval), o Marquez de Caxias manda o General José Luiz com a 1ª divisão de cavallaria proceder ao reconhecimento dos passos do Estero Bellaco, a fim de executar a marcha de flanco para contornar Humaytá. Reconhecidos os 4 passos, *Timbó*, *Lopes*, *Pires* e *Tio Domingos*, effectua o Marquez de Caxias a celebre marcha de flanco (21 de Julho) pelo passo de Tio Domingos, deixando o 2º corpo de exercito do Visconde de Porto Alegre de occupação em Tuyuty e Passo da Patria. A 30 de Julho, o General Osorio, commandante da vanguarda, toma a posição de Tujucué a uma força paraguaya escondida n'um laranjal com 4 bocas de fogo, e o Marquez faz acampar o seu exercito desde Tujucué até S. Solano, onde ficam as nossas principaes forças de cavallaria.

(*a*) Vide a interessantissima obra.—*A retirada da Laguna*, escripta pela habil penna do Sr. Dr. A. d'Escragnolle Taunay, que fez parte da expedição de Matto-Grosso.

Immediatamente estabelece communicação franca com Tuyuty, donde têm de vir os supprimentos para o nosso exercito, e dispunha-se a encetar outras expedições,quando a 31 chega o Sr. Bartholomeu Mitre, que assume o commando em chefe dos exercitos alliados.

Seria alongar demasiadamente esta lição se entrassemos no historico, embora resumido, de todas as nossas expedições de cavallaria pelo interior do paiz (Arroyo Hondo, Villa do Pilar, Tatayba, etc.), e de todos os assaltos que os Paraguayos deram ao nosso comboy, que vinha de Tuyuty; passemos por alto essas minudencias e tratemos da occupação do *Tajy*.

Depois de forçada a passagem de Curupaity pela 1.ª divisão de encouraçados da nossa valente esquadra, resolvera o M. de Caxias mandar uma expedição forte bastante para, proximo á villa do Pilar, estabelecer um ponto fortificado que fechasse por esse lado as communicações de Lopes com o interior do paiz. Para essa expedição o Marquez deCaxias escolheu o bravo e intelligente Brigadeiro João Manoel Mena Barreto, que partiu (28 de Outubro) com a sua divisão, 1.ª de cavallaria, 2.000 homens, alguns corpos de infantaria, 2.400 homens, e 4 bocas de fogo.

A 29, o General João Manoel derrota um batalhão paraguayo fortificado na entrada do Potrero Ovelha, e sabendo (1.º de Novembro) que uma força paraguaya acha-se no Tajy com 4 vapores, disposta ou a fortificar-se ahi, ou a seguir para Humaytá, resolve atacal-a quanto antes. No dia 2 de Novembro muito de madrugada manda romper o ataque a arma branca por soldados escolhidos da sua 1.ª divisão de cavallaria, de modo a tomar o inimigo de sorpreza e impedir a fuga ou o embarque dos que estivessem em terra. Realisada com o mais brilhante resultado esta 1.ª parte do ataque, o 1.º batalhão de infantaria estende-se sobre a barranca do rio em 2 linhas e começa um fogo nutrido e constante contra os vapores, emquanto os outros corpos vão-se formando e fazendo o mesmo: as 4 bocas de fogo do Capitão Theotonio Gonçalves collocadas em posição vantajosa rompem um canhoneio horrivel metralhando os vapores e os

fugitivos que atiram-se para o Chaco.— Um dos vapores foge immediatamente aguas abaixo para Humaytá, um outro (*o 25 de Maio*) e uma chata são mettidos a pique, em frente ao Tajy, um 3º é incendiado pelos proprios paraguayos para não cahir em nosso poder, e o *Pirabebé* consegue fugir aguas acima, já muito avariado.— Além da perda dos vapores, e da chata, o inimigo teve 240 homens mortos logo na 1.ª investida, 200 afogados ou mortos no Chaco quando tentavam fugir, 60 prisioneiros, e 6 estandartes que lhe tomámos. O nosso prejuizo foi insignificante, apenas 31 mortos e 57 feridos.

Estavam pois preenchidas as ordens e vistas do Marquez de Caxias: tinhamos uma excellente posição, que, ortificada como logo foi, trancava as communicações de Humaytá pelo rio Paraguay acima. Lopes tenta um esforço supremo, e na madrugada de 3 *de Novembro* manda atacar Tujuty com um exercito de 8.000 homens sob as ordens do General Barrios. Avançando pelo *laranjal Mitre*, o inimigo surprehende, toma, e incendeia o acampamento argentino; apodera-se dos reductos, avança sobre o acampamento brazileiro, e corta completamente o nosso 4º de artilharia, do reducto central. As forças do Coronel Paranhos que acompanhavam o comboy voltam para acudir a Tujuty e reunem-se ás do General José Luiz, mas soffrem grandes estragos. Porto-Alegre concentra a sua principal defeza no reducto central, emquanto o inimigo incendeia parte do nosso acampamento e saqueia o commercio.

A nossa unica posição que repelle com proveito o ataque é a *linha negra*, occupada pelas tropas do Coronel Albuquerque Maranhão contra uma força do Sauce.— Nos outros pontos os Paraguayos cantam victoria até ás 9 1/2 horas da manhã, quando começam a afrouxar pela resistencia que lhes vae sendo opposta. Porto Alegre toma então a offensiva, cáe sobre o inimigo, fazendo uma grande carnificina, e retoma os reductos argentinos; os Paraguayos, já em debandada, fogem precipitadamente para as suas trincheiras, logo que presentem a approximação dos reforços vindos de Tujucué. Os nossos prejuizos foram

grandes: 1.731 homens fóra de combate (mortos, feridos e extraviados), incluindo 203 praças do 4.º de artilharia prisioneiras com o seu commandante Major Cunha Mattos; os Argentinos perderam 6 bocas de fogo, 132 mortos, e 95 feridos; mas os Paraguayos tiveram fóra de combate para mais de 5.000 homens, dos quaes 2.734 mortos no nosso acampamento e 155 prisioneiros. Tão graves prejuizos obrigaram Lopes a ficar na defensiva dentro de Humaytá e a fazer as suas communicações pelo Chaco.

Com a retirada do Sr. Bartholomeu Mitre para Buenos-Ayres (13 de Janeiro de 1868) assume o Marquez de Caxias pela segunda vez o commando em chefe dos exercitos alliados, e vão ter logar operações de vulto que devem mudar completamente o andamento da guerra.

Uma divisão da nossa esquadra (encouraçados *Bahia*, *Tamandaré e Barroso*, e monitores *Pará*, *Rio-Grande* e *Alagôas*) sob o commando do Capitão de mar e guerra *Delfim Carlos de Carvalho*, effectúa heroicamente no dia 19 de Fevereiro a passagem de Humaytá, debaixo de um fogo infernal de centenares de canhões. A passagem, começada ás 3 horas da madrugada, é terminada ás 4 1/2 horas; porém mais adiante a expedição tem de affrontar as baterias do *Timbó*, e só ás 10 horas da manhã chega ao Tajy no meio das mais freneticas ovações das nossas forças ahi estacionadas.

O episodio do monitor *Alagôas* do 1º tenente Mauritty, levado aguas abaixo depois de ter perdido o cabo de reboque cortado por uma bala, e seguindo novamente ávante, desobedecendo ás ordens do Almirante para que voltasse, e affrontando de dia claro e pela 2ª vez a chuva de balas da terrivel fortaleza, realça grandemente o quadro d'essa façanha militar, uma das mais arrojadas de todas as marinhas do mundo. Livre de Humaytá e do Timbó ainda o *Alagôas* tem de repellir a abordagem de canôas cheias de paraguayos que são metralhados dentro do convés do monitor ou mettidos á pique nas frageis embarcações.

Emquanto essa heroica divisão da nossa esquadra quebra assim o encanto da poderosa Humaytá, algu-

mas forças nossas de infantaria e cavallaria, commandadas pelo Brigadeiro Andrade Neves (Barão do Triumpho) toma o forte do *Estabelecimento*.

O Marquez de Caxias, que immediatamente dirigiu-se ao Tajy, ordenou ao victorioso Delfim Carlos de Carvalho, que com os encouraçados *Bahia* e *Barroso* e monitor *Rio-Grande* fosse no dia seguinte reconhecer o rio até Assumpção. Feito o reconhecimento, voltou a expedição ao Tajy no dia 26, tendo soffrido apenas alguma fusilaria nas barrancas de *Tebicuari*.

A occupação de Laurelles pelo Marechal Victorino no dia 27, aperta ainda mais o cêrco de Humaytá, e Lopes, em desespero de causa, manda atacar de abordaem os nossos encouraçados por uma força de 600 homens escolhidos, embarcados em canôas protegidas por *camalotes* (2 de Março). Os Paraguayos conseguem abordar a tolda do *Lima Barros* e do *Cabral* e occupal-a mesmo por algum tempo depois de porfiado combate; mas as guarnições encerram-se nas torres e casamatas, emquanto os outros encouraçados se approximam e varrem á metralha os temerarios assaltantes, que ou morrem no convés dos navios, ou se afogam no rio, ou caem prisioneiros.

A 21 de Março o Marquez de Caxias, simulando um ataque geral em Tujucué, Espenilho, Bocanha de 18 de Julho, e Linha Negra, consegue que o 1º tenente de Engenheiros *Emilio Carlos Jourdan* abra uma picada que vá ter á repreza do Sauce, e a 50 passos do inimigo colloque uma peça de artilharia flanqueada por 3 batalhões de infantaria sob o commando do intrepido e perito Coronel Fernando Machado. Surprehendido por tão inesperado ataque n'aquelle logar, o inimigo não pode resistir por muito tempo ao assalto dos nossos, que se apossam do Sauce, rompendo assim o terrivel quadrilatero, que por tanto tempo tinha feito estacar o andamento da guerra.

Como consequencia forçada da tomada de Sauce, Lopes concentra as suas forças em Humaytá, e abandona as posições de *Curupaity*, *Paço Pocú*, *Angulo* e *Espinilho*, que são immediatamente occupadas e fortificadas pela nossa gente. Para estreitar o cêrco pela

margem direita do rio manda o General em Chefe occupar duas posições no Chaco por forças nossas (Coronel Falcão) e argentinas (Coronel Rivas). O inimigo tenta debalde desalojal-as, e Lopes furioso commette um acto de verdadeira loucura mandando pela 2ª vez abordar os nossos encouraçados por canôas, perdendo gente sem proveito algum (9 de Junho).

Continuando sempre as operações para apertar o cêrco, o Marquez de Caxias soube no dia 15 de Julho que forças inimigas passavam de Humaytá para o Chaco, e resolveu fazer um forte reconhecimento sobre a terrivel fortaleza e, sendo possivel, tomal-a. Dadas as necessarias instrucções ao 2.º Corpo de Exercito e ao Coronel Fernando Machado para estarem promptos para o assalto logo que recebam ordem, o intrepido Osorio procede ao reconhecimento por *Paré-Cué* emquanto o Marquez com a infantaria de reserva apoia-lhe o movimento. Com a habitual coragem Osorio chega á contra-escarpa dos fossos com as suas tropas dizimadas pela artilharia e fuzilaria das baterias, mas não pode transpor os fossos, e manda perguntar ao General em chefe o que devia fazer, *avançar ou recuar, tendo já perdido tanta gente.* Respondeu-lhe o Marquez de Caxias, *que fizesse o melhor; no caso de querer avançar, elle* (Marquez) *estava alli para ajudal-o; mas se entendesse que devia voltar podia fazel-o.* Depois de ter recebido essa resposta, e tendo soffrido extraordinaria perda de gente, Osorio manda tocar á retirada. Tivemos, é verdade, 1.031 homens fóra de combate (258 mortos e 773 feridos); mas tivemos tambem a certeza de que em segunda tentativa *podia-se tomar Humaytá*, tendo ficado conhecidos os obstaculos a vencer. Isso mesmo comprehendeu Lopes, que mandou evacuar Humaytá, passando para o Chaco a sua guarnição (25 de Julho).

Immediatamente o Marquez de Caxias mandou occupar a praça, dentro da qual encontraram-se 177 canhões, 3 estativas de calibre 6, muito armamento, polvora, munições, 90 carros, bandeiras, etc. Tambem em seguida mandou passar para o Chaco uma força respeitavel para impedir a fuga total da guarnição.

Depois de 9 dias de continuos combates, estreitamente sitiados e apertados pela fome, renderam-se afinal 1.307 homens, restantes daquelles bravos, tendo morrido para mais de mil, e conseguido fugir apenas uns 400.

Apezar de se ter feito muito, ainda faltava muito por fazer, porque Lopes tinha escapado, e fortificava-se em *S. Fernando*, sobre o Tebicuary. Deixando o 2.º corpo do exercito com o Marechal Argolo em Humaytá, o Marquez de Caxias com o 1.º corpo de exercito e Osorio com o 3.º seguiram em perseguição do inimigo. O Barão do Triumpho toma um forte paraguayo no *Passo Real* do Tebicuary (28 de Dezembro), e Lopes, entregue a um terror panico, foge de S. Fernando, tendo antes mandado matar 358 dos seus, indigitados como envolvidos em uma conspiração (phantastica).

As nossas forças transpõem o Tebicuary, e o encouraçado *Silvado* com o *Lima Barros* reconhecem as fortificações de Angustura, passando e repassando por ellas o *Silvado*. Estava o nosso exercito em Villa Franca quando veiu da Assumpção a canhoneira norte-americana *Wasp* (10 de Setembro) conduzindo o respectivo Ministro residente, *Wasburn*, que com sua familia tinha conseguido retirar-se do Paraguay.

Continuando o exercito a sua marcha, o Barão do Triumpho bate uma força inimiga no passo da *Laguna*, no arroyo *Surubi-hy*, e Osorio com o 3.º corpo de exercito procede a um reconhecimento sobre o entrincheiramento de *Pequeciry*, guarnecido de 71 canhões, amparado por brejos e lagôas, tendo á direita as baterias de Angustura (1.º de Outubro). Ao mesmo tempo o Barão da Passagem (*O Achilles da Esquadra*) fórça com a sua divisão a passagem de Angustura, postando-se depois entre essa fortificação e Villeta.

O Marquez de Caxias manda então construir uma estrada estrategica pelo Chaco, cousa julgada impossivel pelos engenheiros de Lopes; mas a nossa habil Commissão de Engenheiros e o Marechal Argolo (que viera de Humaytá com o 2.º corpo de exercito) mostram praticamente o contrario, dando essa

estrada prompta em 22 dias (*a*). Procede-se depois á passagem do 2.º corpo do exercito do Chaco para a margem esquerda do rio, na Guarda ou Posto de Santo Antonio (5 de Dezembro).

No dia seguinte (6 de Dezembro) marcha o General em Chefe sobre Villeta; quando a nossa cavallaria da vanguarda ia atravessar *a ponte do Itororó*, é hostilisada pela artilharia e fusilaria inimiga; querendo-se tomar a todo o transe a posição, trava-se um dos mais mortiferos combates feridos no Paraguay: seis vezes perde o inimigo a ponte e seis vezes a reconquista: por fim o General em chefe desembainha a espada e carrega pessoalmente á frente do 1.º corpo de exercito, ficando a ponte decididamente em seu poder: o inimigo foge para Villeta deixando 6 bocas de fogo em poder dos nossos.

Tivemos 2.416 homens fóra de combate: entre os 39 officiaes mortos contavam-se o intrepido e perito Coronel de infantaria *Fernando Machado*, *Eduardo da Fonseca*, commandante do 46, Gabriel Guedes, commandante do 10.º de infantaria de linha, etc. O inimigo teve 2.000 homens fóra de combate, entre os quaes 400 mortos.

Continuando a marcha sobre Villeta (11 de Dezembro), o Marquez de Caxias tem de enfrentar com as forças do General *Caballero*, habilmente dispostas sobre cochillas na margem opposta do *Avahy*, com 18 bocas de fogo. Atacado de frente e flancos pela nossa gente com a maior intrepidez, o General Caballero teve em breve a sua retirada cortada e conseguiu fugir apenas com 40 homens. Mais de 4.000 cadaveres paraguayos attestam a tenacidade da resistencia e a impetuosidade do ataque. Cahiram em nosso poder 18 bocas de fogo, 1.200 prisioneiros, 5 bandeiras, muito armamento e munições. Tivemos 773 homens fóra de combate; entre os feridos estava o legendario

---

(*a*) A estrada tinha 10.714 metros de extensão; sua construcção foi confiada aos Engenheiros Falcão da Frota, Sepulveda Everard, Guilherme Carlos Lassanse, e Emilio Carlos Jourdan. O Sr. E. C. Jourdan foi quem deu o traço da estrada.

Osorio (Visconde do Herval) que recebera uma bala de fusil no queixo. A consequencia immediata dessa *victoria de Avahy* foi a occupação de Villeta, dahi em diante base de operações de nosso exercito.

Querendo levar o mais breve possivel o ataque ás posições de Lopes, o Marquez de Caxias dirige em pessoa um reconhecimento sobre Lommas *Cumbarity*, e dispõe em seguida as cousas para se começar por *Péquéciry*. Na madrugada de 21 de Dezembro o Marquez manda o Barão do Triumpho que contorne a retaguarda do inimigo; o Barão, executando a ordem, encontra no *Potrero Marmoré* uma força paraguaya, a qual derrota, tomando-lhe ainda 3.000 cabeças de gado. A's 3 horas da tarde d'esse mesmo dia, dá o General em chefe o signal do ataque ás trincheiras de Péquéciry. O sempre bravo Brigadeiro João Manoel executa brilhantemente a ordem com as forças do seu commando em um rapido assalto de flanco, e fica senhor da posição, tomando além d'isso 31 canhões e 230 prisioneiros: a mortandade dos paraguayos foi de 680 homens.

A consequencia immediata da victoria foi o isolamento de Angustura e communicação directa das nossas forças com as que tinham ficado em Palmas.

Em acto continuo dirige o Marquez de Caxias pessoalmente o ataque contra Lommas Valentinas, onde se achava Lopes; o 1.º reducto com 14 bocas de fogo é tomado depois de uma luta heroica em que os nossos soffrem grandes perdas, mas conservam a posição. A 22 manda o Marquez de Caxias vir reforços, e a 23 intíma a Lopes a rendição dentro de 12 horas: Lopes recusa, e faz seguir uma força de 600 homens de cavallaria para apressar a vinda da columna de 3.000 homens do seu ministro Camiños; mas o denodado Coronel Vasco Alves mata 200 homens d'essa força, aprisiona 300, e os poucos fugitivos voltam outra vez para Lommas Valentinas. Depois de um prolongado bombardeio (a 25 e 26) o Marquez de Caxias a *27 de Dezembro* ordena o assalto; apparentando o ataque de frente, o Marquez contorna a posição pela retaguarda e dirige *pessoalmente* o assalto da nossa infantaria, que depois de renhido combate en-

tra no reducto principal. Lopes com alguns poucos officiaes consegue fugir em direcção a Itá, e encontrando-se com a columna do seu Ministro Camiños vae com ella para *Cerro-Leon* organisar uma nova resistencia, de accôrdo com a sua celebre maxima: «*Il faut finir, pour recommencer*».

Na tarde d'esse memoravel dia 27 *de Dezembro* apresentaram-se ao Coronel Vasco Alves diversos prisioneiros brazileiros e de outras nacionalidades, os quaes com a fuga de Lopes e confusão da batalha de Lommas Valentinas puderam afinal sahir da dura condição em que se achavam.

76 Bocas de fogo, 2.000 prisioneiros, bandeiras, armamento, munições, e 8.000 inimigos mortos foram os trophéos da assignalada victoria de *Lommas Valentinas* ou *Guarambaré*, comprada pelas habeis disposições do nosso General em chefe, e pela heroicidade da nossa gente, que n'esse dia teve apenas 58 homens fóra de combate.

Em compensação durante sómente o mez de Dezembro de 1868 tivemos 7.818 homens fóra de combate. Seguiu-se a inevitavel *rendição de Angustura* no dia 30 com 1.200 combatentes e 15 peças de artilharia.

A 5 de Janeiro de 1869 fazia o General em chefe, Marquez de Caxias, a sua entrada triumphal em Assumpção, para onde de victoria em victoria tinha levado o exercito brazileiro e o dos alliados desde o acampamento mortifero de Tujuty.

Depois de ter mandado n'esse mesmo dia occupar *Luque*, 2.ª capital do Paraguay, mandou seguir o Barão da Passagem pelo Manduvirá em perseguição de alguns vapores, que o inimigo ainda tivesse. Os Paraguayos metteram então a pique alguns navios pequenos e os vapores *Vesuvio* e *Paraguarr*; mas pelas declarações dos escapos do *Vesuvio* soube-se que ainda restavam uns 6 vapores artilhados, com 150 homens de guarnição. Pouco depois mandou tambem seguir (13) uma expedição para Matto Grosso afim de levar noticia dos nossos triumphos e fortificar o *Fecho dos Morros*. Por doente, o Marquez de Caxias entregou o commando em chefe interinamente

ao Marechal Guilherme Xavier de Souza, e retirou-se para Montevidéo, d'onde partiu para o Rio de Janeiro, chegando aqui a 15 de Fevereiro.

5.º PERIODO

COMMANDO EM CHEFE DE S. A. O PRINCIPE CONDE D'EU.

Pouco tempo depois da partida do Marquez de Caxias, o Conselheiro José Maria da Silva Paranhos chegou á Assumpção em missão especial (19 de Fevereiro de 1869).

O Marechal Guilherme Xavier de Souza foi reorganisando o exercito de conformidade com o objectivo da campanha; passou elle em pessoa a occupar *Luque* com o 2.º corpo de exercito; o 1.º corpo foi para Lambaré, e a villa do Rosario foi occupada por forças do coronel José de Oliveira Bueno. As forças totaes do exercito brazileiro em campanha no Paraguay montavam então a 26.000 homens e 52 bocas de fogo.

Para conservar a unidade de acção na direcção da guerra, o Governo Imperial tinha nomeado para commandante em chefe das forças brazileiras em campanha contra o Paraguay (22 de Março) Sua Alteza o Principe Marechal de Exercito Conde d'Eu; Sua Alteza chegou á Assumpção a 14 de Abril, e assumiu o commando a 16.

Foram tambem novamente para o Paraguay os Generaes Osorio e Polydoro. Os primeiros actos do commando de Sua Alteza foram assignalados pelo restabelecimento da linha ferrea, confecção da linha telegraphica para o serviço do exercito, e construcção de um reducto com 4 bocas de fogo para defeza da ponte de Juquery.

Para explorar o rio Manduvirá mandou Sua Alteza uma expedição sob o commando do capitão de fragata Jeronymo Francisco Gonçalves, que chegou até meia legua da villa de Caraguatahy; na volta, no passo de Guarayo, a expedição bateu uma força de 1.000 homens com 2 bocas de fogo, matando-lhe 100

homens inclusive o commandante, e retirou-se a 29 de Abril para a boca do Manduvirá, tendo tido muito que lutar para destruir os obstaculos e torpedos postos no rio pelo inimigo.

Ao passo que Sua Alteza mandava vir a divisão do General Portinho da Tranqueira do Loreto, ordenava tambem o reconhecimento de Patinho-Cué e estradas para Itanguá (4 de Maio), e fazia seguir uma expedição sob o commando do General José Antonio Corrêa da Camara ao norte do Jejuy contra o major Galeano (15 de Maio).—Pelo mesmo tempo seguira o Coronel Oriental Hippolyto Coronado para destruir a fabrica de ferro de Ibicuhy; essa expedição não só conseguiu o fim a que se propunha, como libertou 150 prisioneiros de diversas nacionalidades.

Depois d'isso estabeleceu Sua Alteza em *Pirayú* o seu quartel general e ponto de partida para a *campanha das Cordilheiras*. Movimentos estrategicos bem combinados e bem executados dão em pouco tempo e com pequeno prejuizo a posse de toda a linha ferrea e de todo o valle de Pirayú, inclusive o acampamento de *Cerro-Leon*, tomado pelo Coronel Manoel Cypriano de Moraes; o inimigo, assim acoçado, concentra-se nas Cordilheiras.

Emquanto estas vantagens são obtidas, o General Camara desenvolve a sua expedição ao norte do Jejuy, e derrota ao Major Galeano perto de Tupypuitan, matando-lhe 500 homens, e tomando-lhe 15 bocas de fogo, 3 estandartes, armamentos, carretas, e alguns prisioneiros (30 de Maio).

Sua Alteza manda logo em seguida uma expedição confiada ao General João Manoel Menna Barreto a Villa Rica, devendo retirar-se sobre o Ibicuhy (1º de Junho). Em marcha o General João Manoel derrota uma força paraguaya de 600 homens na entrada da picada de Sapucaia (13), matando-lhes para mais de 200 homens; mas o General Caballero consegue cortar da nossa columna as cavallarias dos Coroneis Bento Martins e Chananeco. O General João Manoel retira-se para *Paraguary*, emquanto Bento Martins e Chananeco, depois de terem-se internado pelos sertões, onde passaram por privações e riscos extraordinarios, só chega-

ram aoacampamento a 19 de Junho, tendo perdido apenas 3 homens envenenados por mandioca brava, que comeram.

Attendendo a qualquer movimento que possa apparecer ao sul da zona das operações bellicas, faz Sua Alteza seguir uma esquadrilha com o chefe de divisão Lomba pelo Tebicuary acima; no passo *Jará* o chefe Lomba faz passar para a margem direita do Tebicuary a divisão Portinho, (24 de Junho) que dias antes derrotára uma força de 1.800 homens do Tenente Coronel Vernal (20). O General Portinho ficou no passo de Fleitas de observação e á espera de ordens.

N'esse entretanto o General em chefe tinha procedido aos necessarios reconhecimentos e tomado posse de todas as estradas e picadas que iam ter ás posições de Altos, Ascurra, Peribebuy, Valenzuda, margens da lagôa Ipacarahy, e rio Salado. O Dictador achava-se em Peribebuy, tendo a sua retaguarda para *Caraguatahy*, onde tinha os restos da sua esquadra no Jejuy. Tinha Lopes feito internar para o centro do Paraguay milhares de familias, sem lhes dar alimento, mandando matar os suspeitos e os que não podiam acompanhar por qualquer motivo a rapidez dos seus movimentos. Esse expediente porém não pôde impedir que os Paraguayos, que se achavam em Assumpção acceitassem os conselhos do nosso Ministro Plenipotenciario, o Conselheiro Paranhos, e elegessem um *Governo Provisorio*, composto dos Srs. Carlos Loyzaga, Cyrillo Rivarolla e José Dias Bedoya, que tomou posse a 15 de Agosto.

Tendo firmado a sua base de operações em Pirayú, e obtido os pontos estrategicos necessarios, Sua Alteza segue para a Campanha das Cordilheiras, derrotando logo no desfiladeiro da Sapucaia uma força inimiga, e tomando-lhe duas bocas de fogo. Outras pequenas partidas inimigas são igualmente batidas até transpôr-se o alto das Cordilheiras e occupar-se Valenzuela.

Immediatamente apresentam-se centenares de familias paraguayas, escondidas pelos mattos, e a expedição pôde presenciar os horrores occasionados pela crueldade de Lopes: a magreza e a nudez dos que se apresentam attestam os soffrimentos pelos quaes têm

passado, e os cadaveres insepultos e espalhados pelas estradas mostram o modo pelo qual as outras victimas têm deixado de soffrer.

Manda então o Principe proceder ao reconhecimento necessario sobre *Peribebuy*, graduada por Lopes em capital do Paraguay, entrincheirada e defendida por 19 bocas de fogo. A 12 de Agosto Sua Alteza toma as suas disposições para o ataque; ás 8 1/2 dá o signal; realisa-se o assalto por tres lados, e a bandeira do 23 *de Voluntarios* é a primeira fincada no parapeito de Peribebuy. O inimigo perde 683 mortos, 1,117 prisioneiros, 19 bocas de fogo e 12 bandeiras. Entre os prejuizos que soffremos contou-se a morte do denodado e intelligente Brigadeiro João Manoel Menna Barreto, que tantos e tão relevantes serviços prestára durante a campanha.

Emquanto a mais brilhante victoria coroava os esforços do Principe na heroica tomada de Peribebuy, a vanguarda das forças do Brigadeiro José Auto, commandada pelo Coronel Camillo Mercio Pereira, tomava um reducto que defendia a entrada de Altos.

Para cortar a retirada de Lopes, Sua Alteza manda o Coronel Bueno com uma divisão de cavallaria e duas bocas de fogo, occupar *Barreiro Grande*, ponto intermediario no caminho de Caacupé e Caraguatahy, e marcha com o 1.º corpo de exercito sobre Caacupé; mas Lopes com as forças que tinha em Ascurra e Sangahú dá uma volta, e foge precipitadamente para Caraguatahy, onde chega a 15, deixando o General Caballero com o exercito para proteger-lhe a retirada precipitada. Sabendo da fuga de Lopes por um officio do Coronel Bueno, o Principe manda contramarchar o 2º corpo de exercito e a divisão Camara para tomar a frente do inimigo, emquanto elle em pessoa persegue-lhe a retaguarda.

Em marcha forçada o 2º corpo de exercito e divisão Camara chegam á Barreiro Grande na tarde de 15, e ás 2 horas da madrugada de 16 seguem para Caraguatahy; ás 7 1/2 horas da manhã encontram-se perto de Nhúguassú ou *Campo Grande* com a vanguarda do General Caballero: depois de um violento e rapido combate Caballero vê-se forçado a retirar-se para uma

legua de distancia, e esbarra-se então com o nosso 1º corpo de exercito. Para não ficar mettido entre dous fogos, Caballero aproveita quanto póde as disposições do terreno, e extende as suas forças em linha de batalha, manobrando com talento admiravel, emquanto os seus paraguayos combatem com a furia do desespero; mas não pódem escapar ás combinações taticas e estrategicas do Principe; a batalha perdura 5 1/2 horas com a maior tenacidade: afinal approxima-se a infantaria do 2.º corpo de exercito e a 4.ª brigada de cavallaria do Coronel Hippolyto com uma carga irresistivel termina a batalha de *Campo Grande* ou *Nhuguassú* sendo o inimigo completamente aniquilado. Os Paraguayos perderam 2,300 prisioneiros, 2,000 mortos, 23 peças de artilharia, muitas bandeiras, e 42 carretas de munições, emquanto o nosso prejuizo foi só de 62 mortos e 431 feridos.

Um dia apenas descança o nosso exercito, que a 18 segue a occupar Caraguatahy, marchando em 3 columnas, mas é preciso tomar *Cag-ui-djurú*. O Principe manda a columna do centro, commandada pelo Marechal Victorino dar o assalto, que é brilhantemente realisado com o melhor resultado, indo a divisão Camara perseguir os fugitivos até 2 1/2 leguas de distancia. O inimigo teve para mais de 2.000 mortos, e ficaram em poder dos nossos 530 prisioneiros, 12 peças de artilharia, 2 bandeiras, carretas, armamentos, etc.

O incansavel General Camara volta-se n'esse mesmo dia contra uma força paraguaya de 200 homens que tenta vadear o Manduvirá, e o inimigo em desespero de causa faz voar pelos ares 6 vapores que lhe restavam: *Iporá*, *Anhambahy*, *Pirabebé*, *Salto de Guayrá*, *Apa* e *Paraná*.

Sua Alteza o Sr. Conde d'Eu com a sua columna da esquerda fica occupando Caraguatahy, e manda a columna da direita sob o commando do General Emilio Mitre perseguir o inimigo. As divisões dos Coroneis Nery e Bueno, com 2 bocas de fogo, formam a vanguarda: depois de combates repetidos conseguem no passo do Butuy bater uma força inimiga de 400 homens, tomando-lhes 3 peças, e carretas

com bagagens de Lopes (21); no dia seguinte a expedição, com os animaes já cansados, regressa para Caraguatahy, depois de ter morto 300 paraguayos e aprisionado 800. — Lopes, completamente batido nas suas posições das Cordilheiras, vae para S. Estanisláo, e d'ahi para *Curuguaty* (ou S. Izidro), que gradúa em capital da Republica.

O Sr. Conde d'Eu trata então de obter o aprisionamento de Lopes, e manda occupar os pontos principaes do territorio paraguayo, afim de que o Dictador não tire d'elles recursos novos. Grandes são as difficuldades com que Sua Alteza luta para o fornecimento de viveres a tão longinquas distancias e para expedições simultaneas em logares diversos e muito affastados uns dos outros. A expedição de *S. Joaquim*, commandada pelo General Ressin, tem de arcar com todos os horrores da fome durante mez e meio; em Capivary Sua Alteza chega a distribuir com os soldados as provisões que levava para seu proprio uso, partilhando das privações das suas tropas, com quem partilhava tambem os perigos.

O General Camara passa a operar ao norte do Jejuy, e derrota as forças de Cañête, Franco, Bogado e Montiel, emquanto o Principe marcha para Santo Estanisláo e Capivary, que occupa. O Coronel Fidelis com a vanguarda do exercito toma Curuguaty; Lopes foge precipitadamente para o Norte, ordenando sempre execuções d'aquelles de quem desconfia, ou que não podem acompanhal-o. De Igatemy foge para Panadero, d'onde vae para a Serra de Maracajú, que atravessa, tomando a direcção de Serro-Corá.

O infatigavel General Camara marcha da Conceição para Bella Vista, e segue com o fim de impedir que Lopes penetre em Matto-Grosso por Dourados, e se escape para a Bolivia; mas logo que recebe noticias de que Lopes deixára a estrada de Dourados, e occupara as alturas do Aquidaban, contramarcha, e reune-se á columna do Coronel Paranhos, que destacára para occupar os passos do rio Negla.—O Serro-Corá tem duas sahidas apenas, Chiriguello e Guassú; manda pois o General Camara que o Coronel Bento Martins vá occupar Chiriguello, emquanto elle segue com o

resto das forças para Guassú. — A vanguarda da columna chega ao Arroyo Guassú a 28 de Fevereiro, e a *1 de Março de 1870* toma de surpreza a guarnição do passo de *Taquáras*, sem que ella possa dar um tiro com as 3 peças que tem : uma emboscada disposta na picada de Aquidaban aprisiona um ajudante de campo, que Lopes mandára para ter a parte diaria que se demorava, e igual sorte tem um piquete de 2 Majores e 11 praças mandadas para render a guarnição de Taquaras, escapando apenas uma praça que leva a Lopes a noticia do occorrido.

Nesse entretanto o General Camara chega á picada de Aquidaban, e manda pelo Coronel *Jóca* (João Nunes da Silva Tavares), com uma ala do 9º de infantaria do Major Floriano Peixoto, clavineiros do Tenente-Coronel Francisco Antonio Martins, e uns esquadrões de lanceiros, tomar as 3 peças que defendem a entrada do passo.

Tomadas as peças em poucos minutos, o General Camara com o resto das forças atravessa o passo, dando agua pelo peito dos cavallos, e o Coronel Jóca segue com os lanceiros em perseguição do inimigo, penetrando de envolta com elle na posição. Lopes, ferido por um golpe de lança, tenta ainda fugir, apeia-se do cavallo, atravessa o pequeno arroyo *Aquidabanigui* e cae de joelhos na margem opposta. O General Camara intima-lhe a rendição e entrega da espada, garantindo-lhe os restos de vida: Lopes responde-lhe atirando-lhe um golpe d'espada ; o General Camara *ordenou então a um soldado que o desarmasse, acto que foi executado no tempo em que exhalava elle o ultimo suspiro.* —(Palavras textuaes da parte do General Camara, que não falla em tiro de rewolver, que acabasse com a vida de Lopes.)

Morreram combatendo, o Coronel Lopes, filho do Dictador, o Vice-Presidente Sanches, o Ministro Camiños, General Roas, Coronel Delvalhe, e muitos officiaes superiores e subalternos ; as picadas do matto, os passos dos rios, o campo do combate ficaram juncados de cadaveres. Os prisioneiros foram 244, entre os quaes os Generaes Resquin e Delgado, etc. ; Mme. Linch e 4 filhos de Lopes tambem cahiram em poder

do vencedor.—A mãi e irmãs do sanguinario tyranno, que se achavam presas, e cuja sentença de morte lhes havia sido intimada, foram postas em liberdade. Foram tambem ornamentos da victoria 16 bocas de fogo, 2 estandartes, muito armamento e munições; porém o principal ornamento das glorias d'aquelle dia foi a terminação da guerra do Paraguay.

O Brazil, para chegar a tão brilhante resultado, fizera sacrificios enormes; tinha despendido para mais de setecentos mil contos, e muito mais de cem mil dos seus filhos pagaram com a vida o seu patriotismo; mas tambem a Historia attestará em todos os tempos que o Brazil mostrou-se constante e inabalavel no pensamento unanime de desaggravar a honra nacional.

ORGANISAÇÕES MINISTERIAES NO BRAZIL

DESDE A RETIRADA DE D. JOÃO VI

MINISTERIOS

Ficaram com D. Pedro, Regente do Brazil, os seguintes ministros:

Reino, Conde dos Arcos. — Fazenda, Conde de Louzã, e mais 2 secretarios, sendo para os Negocios Militares Carlos Frederico de Caula, e para os da Marinha Manoel Antonio Farinha (Conde de Souzel), decreto e instrucções de 22 de Abril de 1821. Por decreto de 5 de Junho de 1821 foi o Conde dos Arcos substituido pelo Desembargador do Paço, Pedro Alvares Diniz, ao qual em Outubro seguiu-se o Desembargador Francisco José Vieira. Depois d'isso houve:

1º 16 de Janeiro 1822

Reino e Estrangeiros, José Bonifacio de Andrada e Silva. — Guerra, Joaquim de Oliveira Alvares, Luiz Pereira da Nobrega de Azeredo Coutinho, interino a 27 de Junho de 1822. Brigadeiro João Vieira de Carvalho (M. de Lages), 28 de Outubro. — Fazenda, Caetano Pinto de Miranda Montenegro (M. da Praia Grande). Martim Francisco Ribeiro de Andrada, 4 de Julho de 1822. — Marinha, Manoel Antonio Farinha. Luiz da Cunha Moreira (V. de Cabo Frio), 28 de Outubro. — Justiça, Caetano Pinto de Miranda Montenegro. 3 de Julho. Sebastião Luiz Tinoco da Silva, 28 de Outubro, e o dito Montenegro reintegrado a 30 de Outubro de 1822.

2º 17 de Julho 1823

Imperio e Estrangeiros, José Joaquim Carneiro de Campos (M. de Caravellas). — Fazenda, Manoel Jacintho Nogueira da Gama (M. de Baependy). — Justiça, Caetano Pinto de Miranda Montenegro. — Guerra, João Vieira de Carvalho. — Marinha, Luiz da Cunha Moreira.

3º 10 de **Novembro** 1823

Imperio e Estrangeiros, Francisco Villela Barboza (M. de Paranaguá). — Justiça, Clemente Ferreira França (M. de Nazareth) — Fazenda, Sebastião Luiz Tinoco da Silva. Mariano José Pereira da Fonseca (M. de Maricá). 13 de Novembro. — Guerra, José de Oliveira Barboza (V. do Rio Comprido). — Marinha, Luiz da Cunha Moreira.

4º 14 de **Novembro** 1823

Imperio, Pedro de Araujo Lima (M. de Olinda). — Justiça, Clemente Ferreira França. — Estrangeiros, Luiz José de Carvalho e Mello (V. da Cachoeira). — Marinha, Pedro José da Costa Barros. — Guerra, Francisco Villela Barboza. — Fazenda, Mariano José Pereira da Fonseca.

5º 17 de **Novembro** 1823

Imperio, João Severiano Maciel da Costa (M. de Queluz). — Fazenda, Mariano José Pereira da Fonseca. — Justiça, Clemente Ferreira França, Sebastião L. Tinoco da Silva, 21 de Novembro de 1823. — Estrangeiros, Luiz José de Carvalho e Mello — Marinha, Francisco Villela Barboza. — Guerra, João Gomes da Silveira Mendonça (M. do Sabará). Francisco Villela Barboza, interino 26 de Julho de 1824. — João Vieira de Carvalho, 3 de Agosto de 1824.

6º 14 de **Outubro** 1824

Imperio, Estevão Ribeiro de Rezende, (M. de Valença). — Justiça, Sebastião Luiz Tinoco da Silva. — Estrangeiros, Luiz José de Carvalho e Mello, Mariano José Pereira da Fonseca, interino, 4 de Outubro de 1825 — Guerra, João Vieira de Carvalho. — Fazenda, Mariano José Pereira da Fonseca. — Marinha, Francisco Villela Barboza.

7º 9 de **Novembro** 1825

Imperio, V. de Barbacena. — Justiça, Sebastião Luiz Tinoco da Silva. — Marinha e interino de Estrangeiros, Marquez de Paranaguá. — Guerra, Barão de Lages. — Fazenda, Mariano José Pereira da Fonseca.

8º 21 de Novembro 1825

Imperio, José Feliciano Fernandes Pinheiro (V. de S. Leopoldo). — Justiça, Sebastião Luiz Tinoco da Silva.—Estrangeiros, V. de Santo Amaro, Antonio Luiz Pereira da Cunha, a 18 de Janeiro de 1826.— Marinha, M. de Paranaguá. — Guerra, Barão de Lages. — Fazenda, V. de Barbacena.

9º 20 de Janeiro 1826

Imperio, interino, B. de Lages.— Justiça, M. de Caravellas.— Estrangeiros, M. de Inhambupe.— Marinha, M. de Paranaguá.— Guerra, B. de Lages.— Fazenda, M. de Inhambupe.

10º 21 de Janeiro 1826

Imperio, M. de Caravellas.— Justiça, M. de Caravellas, M. de Nazareth de 16 de Janeiro de 1827 até 11 de Março do mesmo anno, ficando interino o V. de S. Leopoldo até 18 de Maio, e depois o C. de Valença, interino.— Estrangeiros, M. de Inhambupe, M. de Queluz, a 16 de Janeiro de 1827.— Marinha, M. de Paranaguá, M. de Maceió, a 16 de Janeiro de 1827.— Guerra, Barão de Lages.— Fazenda, M. de Baependy, M. de Queluz, interino, a 16 de Janeiro de 1827.

11º 2 de Novembro 1827.

Imperio, Pedro de Araujo Lima.— Justiça, Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, no logar a 21 de Novembro 1827. Estrangeiros, M. de Aracaty.— Marinha, Diogo Jorge de Brito, M. de Aracaty, interino, no seu impedimento de 30 de Maio a 6 de Junho de 1828.— Guerra, Bento Barroso Pereira—Fazenda, Miguel Calmon Dupin e Almeida (M. de Abrantes).

12º 15 de Junho 1828

Imperio, José Clemente Pereira.— Justiça, José Clemente Pereira, interino, 18 de Junho de 1828, José Bernardino Baptista Pereira, 25 de Setembro 1828, Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, 22 de Novembro 1828.— Estrangeiros, M. de Aracaty, José Clemente Pereira, interino, 13 de Abril 1829.— Marinha, Miguel de Souza Mello e Alvim.— Guerra, Francisco Cordeiro

da Silva Torres (V. de Jerumerim), Joaquim de Oliveira Alvares, 24 de Julho 1828, José Clemente Pereira, interino, 5 de Agosto 1829.— Fazenda, José Clemente Pereira, interino, 16 de Junho. José Bernardino Baptista Pereira, 18 de Junho 1828. Miguel Calmon Dupin e Almeida 25 de Setembro 1828.

13º **4 de Dezembro 1829**

Imperio, M. de Caravellas. V. de Alcantara interino a 12 de Agosto 1830. - Justiça, V. de Alcantara.— Estrangeiros, Miguel Calmon Dupin e Almeida. M. de Paranaguá, interino a 29 de Setembro 1830. — Marinha, M. de Paranaguá. — Guerra, Conde do Rio Pardo (Thomaz J. Pereira Valente).— Fazenda, M. de Barbacena, demittido a 2 de Outubro 1830, e nomeado José Antonio Lisbôa.

14º **4 de Outubro 1830**

Imperio, José Antonio da Silva Maia ; na sua ausencia o V. de Alcantara. 24 de Dezembro 1830.—Justiça, V. de Alcantara. — Estrangeiros, M. de Paranaguá.— Francisco Carneiro de Campos, 9 de Outubro 1830.— Marinha, M. de Paranaguá. — Guerra, C. do Rio Pardo.— Fazenda, José Antonio Lisbôa. — Antonio Francisco de Paula H. Cavalcanti de Albuquerque, 3 de Novembro 1830.

15º **18 de Março 1831**

Imperio, V. de Goyanna (Bernardo José da Gama).—Justiça, Manoel José de Souza França.—Estrangeiros, Francisco Carneiro de Campos.—Marinha, José Manoel de Almeida.—Guerra, Brigadeiro José Manoel de Moraes.—Fazenda, A. F. de Paula H. Cavalcanti de Albuquerque (V. de Albuquerque.)

16º **5 de Abril 1831**

Imperio, M. de Inhambupe —Justiça, V. de Alcantara.--Estrangeiros, M. de Aracaty.—Marinha, M. de Paranaguá.— Guerra, M. de Lages.—Fazenda, M. de Baependy.

ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I

PERIODOS REGENCIAES

Regencia provisoria composta do M. de Caravellas, Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, e Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro.

1º **7 de Abril 1831**

Imperio, V. de Goyanna, Manoel José de Souza França, 26 de Abril 1831.—Justiça, Manoel José de Souza França, Diogo Antonio Feijó, 5 de Julho 1831.—Estrangeiros, Francisco Carneiro de Campos.—Marinha, José Manoel de Almeida.—Guerra, José Manoel de Moraes.—Fazenda, Brigadeiro José Ignacio Borges.—A Assembléa Geral elegeu a *Regencia Trina* (proclamada a 18 de Junho de 1831), composta do Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, João Braulio Muniz e José da Costa Carvalho (M. de Monte Alegre).

2º **16 de Julho 1831**

Imperio. José Lino Coutinho, Diogo Antonio Feijó, 3 de Janeiro 1832.—Justiça, Diogo Antonio Feijó, Manoel da Fonseca Lima e Silva (B. de Suruhy), interino 1º de Agosto 1832.—Estrangeiros, Francisco Carneiro de Campos.—Marinha, José Manoel de Almeida, Joaquim José Rodrigues Torres (V. de Itaborahy), 28 de Outubro 1831.—Guerra, Manoel da Fonseca Lima e Silva.—Fazenda, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Joaquim José Rodrigues Torres, interino a 10 de Maio 1832.

3º **3 de Agosto 1832**

Imperio e interino da Fazenda, A. Francisco de P. H. C. de Albuquerque.—Justiça e Estrangeiros, Pedro de Araujo Lima.—Marinha e Guerra, Bento Barroso Pereira.

4º **13 de Setembro** 1832 (modificado a 23 de Maio e a 10 de Outubro 1833).

Imperio, Nicolão Pereira de Campos Vergueiro. — Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, 23 de Maio 1833. — Antonio Pinto Chichorro da Gama, 10 de Outubro 1833. — Justiça, Honorio Hermeto Carneiro Leão (M. de Paraná). — Candido José de Araujo Vianna, interino a 14 de Maio 1833. — Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, interino a 4 de Junho, e effectivo a 10 de Outubro 1833.—Estrangeiros, Bento da Silva Lisbôa (B. de Cayrú).—Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, 21 de Fevereiro 1834. — Marinha, Antero José Ferreira de Brito (B. de Tramandahy), interino.—Joaquim José Rodrigues Torres, 7 de Novembro 1832. — Antero José Ferreira de Brito, interino 2ª vez 30 de Julho 1834.—Guerra, Antero José Ferreira de Brito. —Fazenda, Nicolão Pereira de Campos Vergueiro. — Candido José de Araujo Vianna, 14 de Dezembro 1832. — Antonio Pinto Chichorro da Gama, 2 de Junho 1834.—Manoel do Nascimento Castro e Silva, 7 de Outubro 1834.

5º **16 de Janeiro** 1835 (modificado a 20 de Janeiro 1835).

Imperio, Manoel do Nascimento Castro e Silva, interino. Joaquim Vieira da Silva e Souza, 20 de Janeiro 1835. — Justiça, Manoel Alves Branco. — Estrangeiros, Manoel Alves Branco, interino.—Marinha, João Paulo dos Santos Barreto, interino.— Joaquim Vieira da Silva e Souza, interino 14 de Março 1835.— José Pereira Pinto, 17 de Março 1835.—Guerra, João Paulo dos Santos Barreto.—Joaquim Vieira da Silva e Souza, interino 15 de Março, e Barão de Itapicurú-merim 16 de Março 1835.— Fazenda, Manoel do Nascimento Castro e Silva.—A 12 de Outubro 1835 Diogo Antonio Feijó toma posse da Regencia, para a qual tinha sido eleito.

6º **14 de Outubro** 1835

Justiça e interino do Imperio, Antonio Paulino Limpo de Abreu.—Estrangeiros, Manoel Alves Branco.—Guerra e interino da Marinha, Manoel da Fonseca Lima e Silva.—Fazenda, Manoel do Nascimento Castro e Silva.

7º **5 de Fevereiro** 1836 (modificado a 7 de Junho e 29 de Setembro de 1836).

Imperio, José Ignacio Borges.—Antonio P. Limpo de Abreu, 7 de Junho.—Gustavo Adolpho de Aguilar Pantoja, 29 de Setem-

bro 1836.—Justiça, Antonio P. Limpo de Abreu.—Gustavo A. de A. Pantoja, 3 de Junho 1836. — Estrangeiros, José Ignacio Borges.—Antonio P. Limpo de Abreu, 3 de Junho 1836. — Marinha, Salvador José Maciel. — Guerra, Manoel da Fonseca Lima e Silva.—Fazenda, Manoel do Nascimento Castro e Silva.

8º 1º de Novembro 1836 (modificado a 18 de Março 1837).

Imperio, Manoel da Fonseca Lima e Silva.— Antonio P. Limpo de Abreu, 18 de Março 1837. — Justiça, Gustavo Adolpho de Aguilar Pantoja. — Estrangeiros, G. A. de A. Pantoja, interino.—Antonio P. Limpo de Abreu, 20 de Fevereiro 1837.— Marinha, Salvador José Maciel. — Guerra, M. de Lages.—Salvador José Maciel, interino 7 de Abril 1837.—Fazenda, Manoel do Nascimento Castro e Silva.

9º 16 de Maio 1837

Imperio, Manoel Alves Branco, interino. — Pedro de Araujo Lima, 18 de Setembro 1837.—Justiça e interino de Estrangeiros, Francisco Gê Acayaba de Montezuma. — Marinha, Tristão Pio dos Santos. — Guerra, José Saturnino da Costa Pereira.—Fazenda, Manoel Alves Branco.

10º 19 de Setembro 1837

Regencia interina de Pedro de Araujo Lima, como Ministro do Imperio, pela renuncia do Senador Diogo Antonio Feijó, sendo o mesmo Araujo Lima eleito Regente a 22 de Abril 1838.
Justiça e interino do Imperio, Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Estrangeiros, Antonio Peregrino Maciel Monteiro (B. de Itamaracá).—Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. —Guerra, Sebastião do Rego Barros.—Joaquim José Rodrigues Torres, interino 5 de Março 1839.—Fazenda, Miguel Calmon Dupin e Almeida.

11º 16 Abril 1839

Justiça e interino do Imperio, Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque.—Estrangeiros e interino da Fazenda, Candido Baptista de Oliveira.—Marinha, Jacintho Roque de Senna Pereira, e o mesmo interino da Guerra na ausencia do proprietario Rego Barros no Rio Grande do Sul.—Guerra, M. de Lages a 16 de Maio de 1839.

12º 1º **de Setembro** 1839 (Modificado a 2 de Maio 1840).

Imperio, Manoel Antonio Galvão, Francisco Ramiro de Assis Coelho, 2 de Maio de 1840.—Justiça, Francisco Ramiro de Assis Coelho.—Estrangeiros, Caetano Maria Lopes Gama.—Marinha, Jacintho Roque de Senna Pereira.—Guerra, M. de Lages.—Fazenda, Manoel Alves Branco.

13º 18 **de Maio** 1840

Estrangeiros e interino do Imperio, Caetano Maria Lopes Gama (organisador).—Imperio, effectivo, Joaquim José Rodrigues Torres, a 23 de Maio de 1840.—Justica, interino, José Antonio da Silva Maia, Paulino José Soares de Souza (V. de Uruguay), 23 de Maio de 1840.—Marinha, interino, Salvador José Maciel, Joaquim José Rodrigues Torres, interino a 23 de Maio.—Guerra, Salvador José Maciel.—Fazenda, José Antonio da Silva Maia.

14º 22 **de Julho** 1840 (Ministerio das 9 horas).

Imperio, Bernardo Pereira de Vasconcellos, e depois Joaquim José Rodrigues Torres, interino.—Justiça, Paulino José Soares de Souza.—Estrangeiros, Caetano Maria Lopes Gama.—Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres.—Guerra, Salvador José Maciel.—Fazenda, José Antonio da Silva Maia.

REINADO DE S. M. O SR. D. PEDRO II

1º 24 de Julho 1840

Imperio, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.—Justiça, Antonio Paulino Limpo de Abreu (V. de Abaeté).—Estrangeiros, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (V. de Sepetiba).—Marinha, Antonio Francisco de Paula de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (V. de Albuquerque).—Guerra, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.—Fazenda, Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

2º 23 de Março 1841

Imperio, Candido José de Araujo Vianna (M. de Sapucahy).—Justiça, Paulino José Soares de Souza (V. do Uruguay).—Estrangeiros, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.—Marinha, M. de Paranaguá, José Clemente Pereira, interino, de 26 de Agosto a 13 de Setembro 1842.—Guerra, José Clemente Pereira.—Fazenda, Miguel Calmon Dupin e Almeida (M. de Abrantes).

3º 20 de Janeiro 1843

Imperio, José Antonio da Silva Maia.—Justiça, Honorio Hermeto Carneiro Leão (M. do Paraná), organisador.—Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza, Honorio Hermeto Carneiro Leão, interino a 20 de Junho de 1843.—Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres, Salvador José Maciel, interino por impedimento do proprietario, de 24 de Janeiro a 6 de Fevereiro de 1843.—Guerra, Salvador José Maciel.—Fazenda, Joaquim Francisco Vianna.

4º 2 de Fevereiro 1844

Imperio, José Carlos Pereira de Almeida Torres (V. de Macahé), Manoel Alves Branco (V. de Caravellas), na ausencia do proprietario, a 29 de Setembro 1845.—Justiça, Manoel Alves Branco, interino, Manoel Antonio Galvão, 23 de Maio 1844, José Carlos Pereira de Almeida Torres, interino a 26 de Maio 1845,

A. P. Limpo de Abreu, interino a 29 de Setembro de 1845.—Estrangeiros, Ernesto Ferreira França, A. P. Limpo de Abreu, 26 de Maio 1845.—Marinha, Jeronymo Francisco Coelho, A. F. de Paula de H. C. de Albuquerque, 23 de Maio 1844.—Guerra, Jeronymo Francisco Coelho, interino, effectivo a 23 de Maio 1844, A. F. de P. H. Cavalcanti de Albuquerque, interino a 26 de Maio 1845.—Fazenda, Manoel Alves Branco (V. de Caravellas).

5º **2 de Maio** 1846

Imperio, Joaquim Marcellino de Brito, Manoel Alves Branco, interino a 30 de Maio 1846.—Justiça, José Joaquim Fernandes Torres, nomeado a 5 de Maio, Caetano M. Lopes Gama, interino a 22 de Maio 1846.—Estrangeiros, Bento da Silva Lisbôa (B. de Cayrú).—Marinha, V. de Albuquerque, João Paulo dos Santos Barreto, interino de 22 de Março a 29 de Abril, e 17 a 22 de Maio 1847. — Guerra, João Paulo dos Santos Barreto, nomeado a 5 de Maio de 1846.—Fazenda, V. de Albuquerque, José Joaquim Fernandes Torres, 22 de Maio 1846.

6º **22 de Maio** 1847

Fazenda, e Presidente do Conselho, interino do Imperio, Manoel Alves Branco.—Imperio, Francisco de Paula de Souza e Mello, 20 de Julho de 1847, Manoel Alves Branco, segunda vez interino de 28 de Agosto a 20 de Outubro 1847, Nicolão Pereira de Campos Vergueiro, 20 de Outubro 1847, Manoel Alves Branco, terceira vez interino a 18 de Novembro 1847.—Estrangeiros, Saturnino de Souza e Oliveira, José Antonio Pimenta Bueno, 29 de Janeiro 1848.—Justiça, Nicolão Pereira de Campos Vergueiro, Saturnino de Souza e Oliveira, interino a 1º de Janeiro 1848, José Antonio Pimenta Bueno (M. de S. Vicente), 29 de Janeiro 1848. —Marinha, Candido Baptista de Oliveira.—Guerra, Antonio Manoel de Mello.—A Presidencia do Conselho foi creada por Decreto de 20 de Julho de 1847.

7º **8 de Março** 1848

Imperio e Presidente do Conselho, V. de Macahé.—Justiça, José Antonio Pimenta Bueno.—Estrangeiros, A. P. Limpo de Abreu.—Marinha, Manoel Felizardo de Souza e Mello, Joaquim Antão Fernandes Leão, 14 de Maio 1848.—Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello, interino; effectivo a 14 de Maio 1848.— Fazenda, A. P. Limpo de Abreu, interino a 9 de Março, José Pedro Dias de Carvalho, 14 de Maio 1848.

8º 31 de Maio 1848

Fazenda, e Presidente do Conselho, Francisco de Paula Souza e Mello.—Imperio, José Pedro Dias de Carvalho.—Justiça, Antonio Manoel de Campos Mello.—Estrangeiros, Bernardo de Souza Franco, e interino da Fazenda desde 18 de Agosto 1848.—Marinha, Joaquim Antão Fernandes Leão.—Guerra, João Paulo dos Santos Barreto.

9º 29 de Setembro 1848

Estrangeiros, e Presidente do Conselho, M. de Olinda, Paulino José Soares de Souza, Ministro d'Estrangeiros, 8 de Outubro 1849.—Imperio, M. de Monte Alegre, Presidente do Conselho a 6 de Outubro 1849.—Justiça, Eusebio de Queirós Coutinho Mattoso Camara.—Marinha, Manoel Felizardo de Souza e Mello, Manoel Vieira Tosta, 23 de Julho 1849.—Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello, interino, effectivo a 23 de Julho 1849.—Fazenda, M. de Olinda, interino, Joaquim José Rodrigues Torres, 6 de Outubro 1848, Paulino José Soares de Souza, interino por impedimento do proprietario de 2 de Dezembro 1850 a 13 de Janeiro 1851.

10º 11 de Maio 1852

Fazenda, e Presidente do Conselho, Joaquim José Rodrigues Torres (V. de Itaborahy).—Imperio, Francisco Gonçalves Martins (V. de S. Lourenço).—Justiça, José Ildefonso de Souza Ramos, Luiz Antonio Barbosa, 14 de Junho 1853.—Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza.—Marinha, Zacharias de Góes e Vasconcellos.—Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello, interino tambem da Fazenda de Fevereiro a Março 1853.

11º 6 de Setembro 1853

Fazenda, e Presidente do Conselho, M. de Paraná, V de Abaeté interino da Fazenda de 12 a 27 de Janeiro 1855, João Mauricio Wanderley, interino a 23 de Agosto 1856, e effectivo a 8 de Outubro 1856.—Imperio, Luiz Pedreira do Couto Ferraz (V. do Bom Retiro).—Justiça, José Thomaz Nabuco de Araujo.—Estrangeiros, V. de Abaeté, José Maria da Silva Paranhos, 14 de Junho 1855.—Marinha, Pedro de Alcantara Bellegarde, interino, José Maria da Silva Paranhos (V. do Rio Branco), 15 de Dezembro 1853, João Mauricio Wanderley (B. de Cotegipe), 14 de Junho 1855, José Maria da Silva Paranhos, 8 de Outubro 1856.—Guerra, Pedro de Alcantara Bellegarde, Marquez de Caxias, 14 de Junho 1855.

Pelo fallecimento do Marquez de Paraná o Sr. Marquez (ao depois Duque) de Caxias assumiu a Presidencia do Conselho. Com todas as modificações que teve esse ministerio achava-se elle constituido pela seguinte fórma em

8 **de Outubro** 1856

Guerra, e Presidente do Conselho, Marquez de Caxias.—Imperio, Luiz Pereira do Couto Ferraz.—Justiça, José Thomaz Nabuco de Araujo.—Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos.—Marinha, interino, o mesmo Sr. Paranhos.—Fazenda, João Mauricio Wanderly.

12º **4 de Maio** 1857

Imperio e Presidente do Conselho, Marquez de Olinda.—Justiça, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.—Estrangeiros, V. de Maranguape.—Marinha, José Antonio Saraiva.—Guerra, Jeronymo Francisco Coelho, José Antonio Saraiva, interino a 11 de Julho 1858.—Fazenda, Bernardo de Souza Franco (V. de Souza Franco).

13º **12 de Dezembro** 1858

Marinha, e Presidente do Conselho, V. de Abaeté.—Imperio, Sergio Teixeira de Macedo.—Justiça, José Thomaz Nabuco de Araujo, B. de Muritiba, 21 de Março 1859.—Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos.—Guerra, José Maria da Silva Paranhos, interino, Manoel Felizardo de Souza e Mello, 12 de Fevereiro 1859.—Fazenda, Francisco de Salles Torres Homem (V. de Inhomerim.)

14º **10 de Agosto** 1859

Fazenda, e Presidente do Conselho, Angelo Muniz da Silva Ferraz (B. da Uruguayana)—Imperio, o mesmo Ferraz, interino, João de Almeida Pereira Filho, 3 de Setembro 1859.—Justiça, João Lustosa da Cunha Paranaguá.—Estrangeiros, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú.—Marinha, Francisco Xavier Paes Barreto.—Guerra, Sebastião do Rego Barros.

15º **2 de Março** 1861

Guerra, e Presidente do Conselho, Marquez de Caxias.—Imperio, Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato (V. de Nictheroy), interino, José Antonio Saraiva, 21 de Abril de 1861, José Ildefonso de Souza Ramos (V. de Jaguary), 10 de Julho 1861.

—Justiça, Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.—Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos, interino, Antonio Coelho de Sá Albuquerque,21 de Abril 1861, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, 10 de Julho 1861.—Marinha, Joaquim José Ignacio (V. de Inhaúma.)—Fazenda, José Maria da Silva Paranhos.—Agricultura, ministerio creado por Lei de 28 de Julho de 1860, Regulamento e Decr. de 16 de Fevereiro de 1861, sendo installada a Secretaria de Estado a 11 de Março do mesmo anno, Joaquim José Ignacio, interino, 3 de Março 1861, Manoel Felizardo de Souza e Mello, effectivo, a 21 de Abril 1861.

16º **24 de Maio 1862**

Imperio, e Presidente do Conselho, Zacharias de Góes e Vasconcellos.—Justiça, Francisco José Furtado.—Estrangeiros, Carlos Carneiro de Campos (V. de Caravellas.)—Marinha, José Bonifacio de Andrada e Silva.—Guerra, Conde de Porto Alegre.—Fazenda, José Pedro Dias de Carvalho.—Agricultura, Antonio Coelho de Sá Albuquerque.

17º **30 de Maio 1862**

Imperio, e Presidente do Conselho, Marquez de Olinda.—Justiça, V. de Maranguape, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, interino a 8 de Junho 1862, effectivo a 9 de Fevereiro 1863.—Estrangeiros, M. de Abrantes.—Marinha, Joaquim Raymundo de Lamare.—Guerra, Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão (V. de Santa Thereza), Antonio Manoel de Mello, 12 de Maio 1863.—Fazenda, V. de Albuquerque, M. de Abrantes, interino a 8 de Abril 1863.—Agricultura, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, Pedro de Alcantara Bellegarde, 10 de Fevereiro 1863.

18º **15 de Janeiro 1864**

Justiça, e Presidente do Conselho, Zacharias de Góes e Vasconcellos.—Imperio, José Bonifacio de Andrada e Silva.—Estrangeiros, Francisco Xavier Paes Barreto, João Pedro Dias Vieira, interino a 9 de Março, e effectivo a 31 de Março 1864.—Marinha, João Pedro Dias Vieira, Francisco Carlos de Araujo Brusque,31 de Março 1864.—Guerra, José Mariano de Mattos, Francisco Carlos de Araujo Brusque, interino a 23 de Maio 1864.—Fazenda, José Pedro Dias de Carvalho.—Agricultura, Domiciano Leite Ribeiro (V. de Araxá), João Pedro Dias Vieira, interino a 20 de Julho 1864.

19º **31 de Agosto 1864**

Justiça, e Presidente do Conselho, Francisco José Furtado.—Imperio, José Liberato Barroso.—Estrangeiros, João Pedro Dias

Vieira, a 4 de Outubro 1864. Antes d'elle interino Carlos Carneiro de Campos. —Marinha, Francisco Xavier Pinto Lima.—Guerra, Henrique de Beaurepaire Rohan, V. de Camamú, 12 de Fevereiro 1865.—Fazenda, Carlos Carneiro de Campos (V. de Caravellas).—Agricultura, Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá.

20º **12 de Maio 1865**

Imperio, e Presidente do Conselho, Marquez de Olinda.—Justiça, José Thomaz Nabuco de Araujo.—Estrangeiros, José Antonio Saraiva, interino, effectivo a 27 de Junho 1865.—Marinha, José Antonio Saraiva, Francisco de Paula da Silveira Lobo, 27 de Junho 1865.—Guerra, Angelo Muniz da Silva Ferraz, na sua ausencia em 1865 no Rio Grande do Sul, José Antonio Saraiva. —Fazenda, José Pedro Dias de Carvalho, João da Silva Carrão, 7 de Março 1866.—Agricultura, Antonio Francisco de Paula e Souza.

21º **3 de Agosto 1866**

Fazenda, e Presidente do Conselho, Zacharias de Góes e Vasconcellos.—Imperio, José Joaquim Fernandes Torres.—Justiça, João Lustosa da Cunha Paranaguá, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, 27 de Outubro 1866.—Estrangeiros, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Antonio Coelho de Sá Albuquerque, 27 de Outubro 1866, João Lustosa da Cunha Paranaguá, interino a 9 de Dezembro 1867, João Silveira de Souza, 14 de Abril 1868.— Marinha, Affonso Celso de Assis Figueiredo.—Guerra, Angelo Muniz da Silva Ferraz, João Lustosa da Cunha Paranaguá, interino a 7 e effectivo a 27 de Outubro 1866.—Agricultura, Manoel Pinto de Souza Dantas.

22º **16 de Julho 1868**

Fazenda, e Presidente do Conselho, Visconde de Itaborahy.— Imperio, Paulino José Soares de Souza.—Justiça, José Martiniano de Alencar, Joaquim Octavio Nebias, 10 de Janeiro 1870, B. de Muritiba, interino a 9 de Junho 1870.—Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos; durante sua ausencia no Rio da Prata, interino o B. de Cotegipe, de 1º de Fevereiro 1869 a 30 de Agosto 1870.—Marinha, B. de Cotegipe.—Guerra, B. de Muritiba.—Agricultura, Joaquim Antão Fernandes Leão, Paulino José Soares de Souza, interino a 5 de Dezembro 1869, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, 10 de Janeiro 1870.

23º **29 de Setembro 1870**

Estrangeiros e Presidente do Conselho, M. de S. Vicente.— Imperio, João Alfredo Corrêa de Oliveira.—Justiça, V. de Ja-

guary.—Marinha, Luiz Antonio Pereira Franco.—Guerra, João Frederico Caldwell interino, Raymundo Ferreira de Araujo Lima, 9 de Novembro 1870.—Fazenda, Francisco de Salles Torres Homem (V. de Inhomerim)—Agricultura, Jeronymo José Teixeira Junior, João Alfredo Corrêa de Oliveira, interino a 29 de Novembro 1870.

24º **7 de Março 1871**

Fazenda e Presidente do Conselho, Visconde do Rio Branco, a principio interino da Fazenda, effectivo a 15 de Maio 1871.—Imperio, João Alfredo Corrêa de Oliveira, Manoel Antonio Duarte de Azevedo, interino, na ausencia do effectivo em Baependy, V. do Rio Branco, interino, quando o effectivo foi a Pernambuco, de 23 de Outubro a 14 de Dezembro 1874 —Justiça, V. de Nictheroy, Manoel Antonio Duarte de Azevedo, 20 de Abril 1872, João José de Oliveira Junqueira, pela partida do effectivo para S. Paulo, interino de 9 de Outubro a 17 de Novembro 1874.—Estrangeiros, Manoel Francisco Corrêa, V. de Caravellas (Carlos Carneiro de Campos), 28 de Janeiro 1873.—Marinha, Manoel Antonio Duarte de Azevedo, Joaquim Delphino Ribeiro da Luz, 18 de Maio 1872. O deputado Augusto Olympio Gomes de Castro nomeado em 20 de Abril 1872 não acceitou a nomeação.—Guerra, V. do Rio Branco, Domingos José Nogueira Jaguaribe, 15 de Maio 1871, V. do Rio Branco, interino a 20 de Abril 1872, João José de Oliveira Junqueira, nomeado em 20 de Abril 1872 só assumiu o exercicio em 18 de Maio 1872.—Agricultura, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, V. de Itaúna 20 de Abril 1872 João Alfredo Corrêa de Oliveira, interino por molestia do effectivo, 24 de Agosto 1872, Francisco do Rego Barros Barreto, 29 de Agosto 1872, José Fernandes da Costa Pereira, 28 de Janeiro 1873.

25º **25 de Junho 1875**

Guerra e Presidente do Conselho, Duque de Caxias. O deputado Luiz Antonio Pereira Franco interino por molestia do effectivo de 23 de Fevereiro a 22 de Março 1876.—Imperio, José Bento da Cunha Figueiredo, Antonio da Costa Pinto e Silva, 15 de Fevereiro 1877.—Justiça, Diogo Velho Cavalcanti d'Albuquerque, Francisco Januario da Gama Cerqueira, 15 de Fevereiro 1877.—Estrangeiros, B. de Cotegipe, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, 15 de Fevereiro 1877.—Marinha, Luiz Antonio Pereira Franco.—Fazenda, B. de Cotegipe interino; effectivo a 15 de Fevereiro 1877.—Agricultura, Thomaz José Coelho de Almeida.

26º **5 de Janeiro 1878**

Agricultura e Presidente do Conselho, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú.—Imperio, Carlos Leoncio de Carvalho, Fran-

cisco Maria Sodré Pereira 4 de Junho 1879, por molestia do Conselheiro Sodré, de Janeiro a 20 de Fevereiro 1880, interino o Conselheiro Affonso Celso de Assis Figueiredo.—Guerra, Marquez do Herval, interino, na sua ausencia, o Conselheiro Eduardo de Andrade Pinto, 5 de Janeiro a 13 de Fevereiro 1878, interino o Conselheiro Sinimbú de 6 a 13 de Outubro 1879, João Lustosa da Cunha Paranaguá, 13 de Outubro 1879.—Justiça, Lafayette Rodrigues Pereira.—Marinha, Eduardo de Andrade Pinto, João Ferreira de Moura.—Estrangeiros, Barão de Villa Bella, interino, na sua ausencia, o Conselheiro Leoncio de Carvalho, interino, pela demissão concedida ao Barão de Villa Bella, o Conselheiro Sinimbú, Antonio Moreira de Barros, 4 de Junho 1879.—Fazenda, Gaspar da Silveira Martins, interino na sua ausencia o Conselheiro Sinimbú, Affonso Celso de Assis Figueiredo, 8 de Fevereiro 1879.

27º **28 de Março 1880**

Fazenda e Presidente do Conselho, José Antonio Saraiva.—Imperio, Barão Homem de Mello, interino, por molestia do effectivo, o Conselheiro Pedro Luiz de Souza de 1 a 12 de Maio 1880.—Justiça, Manoel Pinto de Souza Dantas.—Estrangeiros, Pedro Luiz Pereira de Souza.—Marinha, Pedro Luiz Pereira de Souza, interino, José Rodrigues de Lima Duarte, 31 de Março 1880.—Guerra, Barão Homem de Mello, interino até 30 de Abril 1880. Visconde de Pelotas, effectivo, entrou em exercicio a 1 de Maio 1880. Barão Homem de Mello, interino segunda vez por molestia do effectivo de 14 a 18 de Maio 1880.—Agricultura, Manoel Buarque de Macedo, durante a sua viagem com Sua Magestade, á Provincia do Paraná, ficou interino o Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza.

28º **21 de Janeiro 1882**

Fazenda e Presidente do Conselho, Martinho Alvares da Silva Campos.—Imperio, Rodolpho Epiphanio de Souza Dantas.—Justiça, José da Silva Mafra.—Estrangeiros, Filippe Franco de Sá.—Marinha, Bento Francisco de Paula Souza, Dr. Antonio Carneiro da Rocha.—Guerra, Affonso Augusto Moreira Penna.—Agricultura, Manoel Alves de Araujo.

29º **3 de Julho 1882**

Fazenda e Presidente do Conselho, Visconde de Paranaguá.—Imperio, Pedro Leão Velloso. Justiça, João Ferreira de Moura.—Agricultura, André Augusto de Padua Fleury, Henrique Francisco d'Avila.—Marinha, João Florentino Meira de Vasconcellos.—Guerra, Carlos Affonso de Assis Figueiredo.—Estrangeiros, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque.

30º - 24 **de Maio** 1883

Fazenda e Presidente do Conselho, Lafayette Rodrigues Pereira.—Imperio, Francisco Antunes Maciel.—Justiça, Francisco Prisco de Souza Paraiso.—Estrangeiros, Francisco de Carvalho Soares Brandão.—Marinha, Antonio de Almeida e Oliveira.—Guerra, Antonio Joaquim Rodrigues Junior, Filippe Franco de Sá.—Agricultura, Affonso Augusto Moreira Penna.

31º 6 **de Junho** 1884

Fazenda e Presidente do Conselho, Manoel Pinto de Souza Dantas.—Justiça, Francisco Maria Sodré Pereira.—Imperio, Filippe Franco de Sá.—Marinha, Joaquim Raymundo de Lamare.—Guerra, Candido Luiz Maria de Oliveira.—Agricultura, Antonio Carneiro da Rocha.—Estrangeiros, João da Matta Machado.

32º 6 **de Maio** 1885

Fazenda e Presidente do Conselho, José Antonio Saraiva.—Imperio, João Florentino Meira de Vasconcellos.—Estrangeiros, Visconde de Paranaguá.—Marinha, Luiz Filippe de Souza Leão.—Justiça, Affonso Augusto Moreira Penna.—Guerra, Antonio Eleuterio de Camargo.—Agricultura, João Frereira de Moura.

33º 20 **de Agosto** 1885

Estrangeiros e Presidente do Conselho, Barão de Cotegipe.—Imperio, Barão de Mamoré.—Fazenda, Francisco Belisario Soares de Souza.—Justiça, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.—Guerra, João José de Oliveira Junqueira.—Marinha, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.—Agricultura, Antonio da Silva Prado.

TYPOGRAPHIA MONTENEGRO—RUA NOVA DO OUVIDOR NS. 14 E 16